SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 14 de Setembro de 2017 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO VI | Nº 1338

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ
RESOLUÇÃO Nº 01/2017

SÚMULA – APROVA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PRESIDENTE DA CÂMARA, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - A proposta orçamentária do Legislativo Municipal de Abatiá, para o exercício de 2018, conterá as seguintes dotações orçamentárias:

01 – Legislativo Municipal	
001 – Legislativo Municipal	
01.031.0101.2001 – Manutenção do Legislativo Municipal	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*R$ 650.455,00*
3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	*R$ 170.000,00*
3.3.90.14.00.00 – Diárias – Pessoal Civil	*R$ 25.000,00*
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	*R$ 30.000,00*
3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	*R$ 5.000,00*
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	*R$ 119.000,00*
3.3.90.46.00.00 – Auxílio Alimentação	*R$ 25.000,00*
4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações	*R$ 30.000,00*
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente	*R$ 70.000,00*
TOTAL	*R$ 1.124.455,00*

Art. 2º - Os recursos orçamentários da presente Resolução originam-se das transferências constitucionais e legais relativos à quota do Poder Legislativo.
Art. 3º - O Poder Executivo fará incluir no orçamento geral do Município de Abatiá, os valores constantes da presente Resolução, conforme as dotações que específica.

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2017 / 2019

Cargo	Nome do Associado	Município	Micro
Presidente	Marcel Henrique Micheletto	Assis Chateaubriand	Amop
1 Vice presidente	Frank Ariel Schiavini	Coronel Vivida	Amsop
2 Vice presidente	Carlos Alberto Gebrim Preto	Apucarana	Amuvi
3 Vice presidente	Celio Marcos Barranco	Guaporema	Amerios
1 Secretário	Marcel Jayre Mendes dos Santos	Mato Rico	Amocentro
2 Secretário	Angela Maria Moreira Kraus	Farol	Comcam
1 Tesoureiro	Ernesto Alexandre Bastos	Nova America da Colina	Amunop
2 Tesoureiro	Sergio Eduardo Emygdio de Faria	Jacarezinho	Amunorp
Diretor de Relações Institucionais Política	Carlos Eugenio Stabach	Contenda	Assomec

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Art. 4º - Está Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, em 13/09/2017.

SÉRGIO ESCARABEL
Presidente

Publicado por:
Wagner Batista Castilho
Código Identificador:34274309

CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO

A Câmara Municipal de Abatiá – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento licitatório em epigrafe tendo como objeto ““**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA A CÂMARA MUNICIPAL”** em conformidade com os anexos do presente Edital”, tendo como vencedora a empresa L.G. DE SOUZA BARSAGLIA – EPP, com sede estabelecida à Av. Pedro Taques, 946, zona 07, Maringá – Estado do Paraná CEP: 87.030-000, inscrita no CNPJ sob nº 15.158.202/0001-33, com valor de R$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais).

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, ao 13 dias do mês de setembro de dois mil e dezessete.

SÉRGIO ESCARABEL
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Wagner Batista Castilho
Código Identificador:FE637797

CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO

A Câmara Municipal de Abatiá – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento licitatório em epigrafe tendo como objeto **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROJETOR E SUPORTE DE TETO, TELA PARA PROJEÇÃO RETRATIL, IMPRESSORA DIGITALIZADORA MULTIFUNCIONAL E SERVIDOR DE REDE PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ)”** em conformidade com os anexos do presente Edital”, tendo como vencedora a empresa FLÁVIO L. M. MIYASHIRO & CIA LTDA, com sede estabelecida à Rua Prefeito José Mario Junqueira, 265, centro, Bandeirantes – Estado do Paraná , CEP: 86.360-000, inscrita no CNPJ sob nº 10.343.326/0001-75, com valor de R$ 7.832,00 (sete mil oitocentos e trinta e dois reais).

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, ao 13 dias do mês de setembro de dois mil e dezessete.

SÉRGIO ESCARABEL
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Wagner Batista Castilho
Código Identificador:E39DD260

CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2017

EXTRATO DO CONTRATO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 017/2017
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2017
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ – (PR)
CONTRATADA: NOVO PISO DECOR INTERIORES LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CORTINAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL.
VALOR: R$ 3.885,80 (TRÊS MIL OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)
VIGÊNCIA: 13/09/2017 à 13/11/2017

Abatiá, PR - 13 de setembro de 2017.

SÉRGIO ESCARABEL
Presidente
Câmara Municipal de Abatiá

Publicado por:
Wagner Batista Castilho
Código Identificador:875E81DC

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 63/2017

DECRETO Nº 063/2017

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, usando das atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Municipal nº 680, de 14 de dezembro de 2016.

DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, um ***Crédito Adicional Suplementar*** no valor de R$ 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais), assim discriminado:

01 - Serviço Autônomo Municipal de Água Esgoto	
001 - Coordenação dos Serviços Administrativos	
17.122.0001.2001-3390.14.00.00 – Diárias – Pessoal Civil	4.000,00
17.122.0001.2001-4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
01 - Serviço Autônomo Municipal de Água Esgoto	
002 - Coordenação do Sistema de Água	
17.512.0002.2002-3372.30.00.00 – Material de Consumo	8.500,00
17.512.0002.2002-3372.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.500,00
17.512.0002.2002-3390.30.00.00 – Material de Consumo	6.000,00
17.512.0002.2002-3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00
01 - Serviço Autônomo Municipal de Água Esgoto	
004 – Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto	
17.512.0004.2004-4490.51.00.00 – Obras e Instalações.....	70.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior deste Decreto, é indicado como recurso, na forma do disposto do Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, a anulação parcial ou total das seguintes dotações:

01 - Serviço Autônomo Municipal de Água Esgoto	
001 - Coordenação dos Serviços Administrativos	
17.122.0001.2001-3190.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	85.500,00
17.122.0001.2001-3190.13.00.00 – Obrigações Patronais	20.000,00
17.122.0001.2001-3372.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.000,00
17.122.0001.2001-3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	7.000,00
17.122.0001.2001-4490.46.00.00 – Auxílio-Alimentação	4.000,00
01 - Serviço Autônomo Municipal de Água Esgoto	
002 - Coordenação do Sistema de Água	
17.512.0002.2002-4490.46.00.00 – Auxílio-Alimentação	2.000,00
17.512.0002.2002-4490.30.00.00 – Material de Consumo	6.500,00
01 - Serviço Autônomo Municipal de Água Esgoto	
004 – Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto	
17.512.0004.2004-3372.30.00.00 – Material de Consumo	5.000,00
01 - Serviço Autônomo Municipal de Água Esgoto	
90 - Reserva de Contingência	
90.999.99.999.0099.9005.999999000000 – Reserva de Contingência.....	15.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Abatiá/PR, 13 de setembro de 2017.

NELSON GARCIA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Paes Leite
Código Identificador:DED002E2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 64/2017

Decreto nº 64 , de 13 de Setembro de 2017.
O Prefeito Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em consonância com a Resolução 1.422/2011, cria e constitui o **"COMITÊ MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR"**,
DECRETA:
Artigo 1º. Fica criado o Comitê Municipal do Transporte Escolar do Municipal de Abatiá.
Artigo 2º. O Comitê Municipal do Transporte Escolar será composto pelos seguintes representantes:
I – 1 Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Luciana Gonçalves da Rosa Pinheiro
II – 1 representante dos Diretores da Rede Estadual de Ensino:
Regina Maria Nogueira Simões
III – 1 representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino:
Regina Domingues Moreira
IV – 1 representante de Pais de Alunos:
Lucyane Okada Ferreira
Artigo 3º. Os representantes do Comitê do Transporte Escolar terão mandato de, 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) única recondução por igual período.
Artigo 4º. O Comitê do Transporte Escolar terá 1 (um) Presidente eleito, podendo ser reeleito uma única vez.
Artigo 5º. A escolha do presidente do Comitê deverá ser feita entre os membros indicados. O presidente poderá ser destituído, sendo imediatamente eleito outro membro para completar o período restante do mandato do respectivo mandato.
Artigo 6º. A atuação dos membros do Comitê não será remunerada e é considerada atividade de relevante interesse social.
Artigo 7º. O comitê não contará com estrutura administrativa própria cabendo ao município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas a execução plena das competências do comitê.
Artigo 8º. Compete ao Comitê:

I – Analisar os Relatórios Bimestrais de controle do transporte diário dos alunos contendo o número de alunos atendidos, razões para as faltas e problemas com o veículo de transporte escolar, que deverão ser encaminhados ao Núcleo Regional de Educação, com o parecer do Comitê;
II – Verificar a aplicação dos recursos, podendo requisitar ao município cópia dos documentos que julgar necessário ao esclarecimento de quaisquer fatos relacionados a aplicação dos recursos do transporte escolar demonstradas no Plano de Aplicação;
III – Realizar visitas técnicas para verificar a adequação e a regularidade do Transporte Escolar.
Artigo 9º. O Comitê não é gestor, nem administrador dos recursos do Transporte Escolar. Seu papel é fiscalizar a gestão dos recursos em relação ao recebimento e correta aplicação, verificar a regularidade dos procedimentos encaminhando os problemas e irregularidades identificados, para que as autoridades constituídas adotem as providências cabíveis.
Artigo 10º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Abatiá, aos 13 dias do mês de Setembro de 2017.

NELSON GARCIA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Paes Leite
Código Identificador:0907497C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 024/2017 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 002/2017, de 30/06/2017, e considerando o Protocolo n° 1920/2017 de 04/08/2017:

R E S O L V E

Art. 1º Eliminar do certame objeto do Edital n° 002/2017, de 30/06/2017, considerando o caput do artigo 3º do Edital n° 023/2017, a candidata abaixo relacionada:

Cargo: PROFESSOR

ELIANE KOCHAKI DOS SANTOS

Art. 2º Este Edital entra em vigor nesta data.

Agudos do Sul, em 12 de setembro de 2017.

LUCIANE MAIRA TEIXEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:36C57917

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 025/2017 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado de classificação do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital n° 002/2017, de 30/06/2017, resolve:

CONVOCAR

Art. 1º A candidata classificada para o respectivo emprego abaixo relacionado, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 14 de setembro de 2017, no horário das 09:00h as 11:30h e 13:00h as16:00h, munidos da documentação constante do Art. 2°.

Cargo: Professor

Classif.	Nome
25º	BIANCA DE LIMA MARCOVICZ

Art. 2º A candidata convocada deverá apresentar **fotocópia e original** dos seguintes documentos:

- CPF – Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Identidade - RG;
- Comprovante de Endereço atualizado;
- Extrato de inscrição do PIS/PASEP;
- Carteira de trabalho onde constam a foto e os dados pessoais;
- Título de Eleitoral e comprovante de votação na última eleição ou certidão expedida pela Justiça Eleitoral;
- Comprovação de que estar quite com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- Certidão de nascimento ou de casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Documento Escolar comprovando a escolaridade, conforme especificação dos requisitos exigidos para o cargo;
- Certidão de antecedentes criminais;
- Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais de um cargo quando acumulável e declaração que recebe ou não recebe nenhum benefício do regime geral de previdência social, relativo a emprego público;(modelo em anexo)
- 1 fotos 3x4 recente;
- Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge; (modelo em anexo)
- conta corrente no Banco do Brasil S/A
- Atestado Admissional

Art. 3º O prazo para apresentação dos documentos é de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste edital.

Art. 4º A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade do candidato tomar posse.
Art. 5º O candidato convocado que não desejar tomar posse do emprego no prazo fixado no art. 3º poderá solicitar, por escrito, o deslocamento para final dos classificados.

Agudos do Sul, em 14 de setembro de 2017.

LUCIANE MAIRA TEIXEIRA
Prefeita Municipal

Anexo I

MODELO – DECLARAÇÃO NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Para efeito da vedação contida no inc. XVI do art. 37 da Constituição Federal, DECLARO que não sou titular de nenhum cargo ou emprego público em qualquer das esferas de governo que me impeça de assumir o cargo de _____, referente à aprovação no Processo Seletivo Simplificado n° _____/2017, da Prefeitura de Agudos do Sul. Declaro, ainda, que não tenho percepção de outro benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a cargo ou emprego público, excetuadas as hipóteses do artigo supracitado, quando for o caso.

Agudos do Sul, _____/_____/2017 _____

Assinatura do declarante

Anexo II

MODELO – DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade n°_____, CPF n° _____, DECLARO para todos os efeitos legais, que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores de mercado.

( ) Declaro possuir os bens constantes da relação abaixo:
01 - _____, no valor de R$ _____,
02 - _____, no valor de R$ _____,
03 - _____, no valor de R$ _____,
04 - _____, no valor de R$ _____,
05 - _____, no valor de R$ _____,
06 - _____, no valor de R$ _____,
07 - _____, no valor de R$ _____,
08 - _____, no valor de R$ _____,
09 - _____, no valor de R$ _____.

( ) Declaro não possuir bens.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente Declaração.

Agudos do Sul, _____/____/2017

Assinatura do declarante

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:2404CE81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 026/2017 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Concurso Público, objeto do Edital n° 001/2014 e 002/2014, de 24/09/2014, resolve:

CONVOCAR

Art. 1º A candidata classificada para o respectivo emprego abaixo relacionado, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 14 de setembro de 2017, no horário das 09:00h as 11:30h e 13:00h as16:00h, munidos da documentação constante do Art. 2°.

Cargo: Auxiliar de Enfermagem

Classif.	Nome
10º	JAQUELINE DZIOMBRA RIBEIRO

Art. 2º A candidata convocada deverá apresentar **fotocópia e original** dos seguintes documentos:

- CPF – Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Identidade - RG;
- Comprovante de Endereço atualizado;
- Extrato de inscrição do PIS/PASEP;
- Carteira de trabalho onde constam a foto e os dados pessoais;
- Título de Eleitoral e comprovante de votação na última eleição ou certidão expedida pela Justiça Eleitoral;
- Comprovação de que estar quite com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- Certidão de nascimento ou de casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Documento Escolar comprovando a escolaridade, conforme especificação dos requisitos exigidos para o cargo;
- Certidão de antecedentes criminais;
- Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais de um cargo quando acumulável e declaração que recebe ou não recebe nenhum benefício do regime geral de previdência social, relativo a emprego público;(modelo em anexo)
- 1 fotos 3x4 recente;
- Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge; (modelo em anexo)
- conta corrente no Banco do Brasil S/A
- Atestado Admissional

Art. 3º O prazo para apresentação dos documentos é de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste edital.

Art. 4º A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade do candidato tomar posse.
Art. 5º O candidato convocado que não desejar tomar posse do emprego no prazo fixado no art. 3º poderá solicitar, por escrito, o deslocamento para final dos classificados.

Agudos do Sul, em 14 de setembro de 2017.

LUCIANE MAIRA TEIXEIRA
Prefeita Municipal

Anexo I

MODELO – DECLARAÇÃO NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Para efeito da vedação contida no inc. XVI do art. 37 da Constituição Federal, DECLARO que não sou titular de nenhum cargo ou emprego público em qualquer das esferas de governo que me impeça de assumir o cargo de _____, referente à aprovação no Processo Seletivo Simplificado n° ____/2017, da Prefeitura de Agudos do Sul. Declaro, ainda, que não tenho percepção de outro benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a cargo ou emprego público, excetuadas as hipóteses do artigo supracitado, quando for o caso.

Agudos do Sul, ___/___/2017 _____

Assinatura do declarante

Anexo II

MODELO – DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade n°_____, CPF n° _____, DECLARO para todos os efeitos legais, que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores de mercado.

( ) Declaro possuir os bens constantes da relação abaixo:
01 - _____, no valor de R$ _____,
02 - _____, no valor de R$ _____,
03 - _____, no valor de R$ _____,
04 - _____, no valor de R$ _____,
05 - _____, no valor de R$ _____,
06 - _____, no valor de R$ _____,
07 - _____, no valor de R$ _____,
08 - _____, no valor de R$ _____,
09 - _____, no valor de R$ _____.

( ) Declaro não possuir bens.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente Declaração.

Agudos do Sul, _____/_____/2017

Assinatura do declarante

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:173FC436

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 335, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

A Prefeita Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
R E S O L V E

Art. 1º - Instituir a Comissão Avaliadora do Processo Seletivo para Formador Local do PNAIC - PACTO Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.
Art. 2º Nomeia os membros para composição da Comissão Avaliadora do Processo Seletivo para Formador Local do PNAC - PACTO Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

IEDA TEREZINHA MAHS
Coordenadora Local PNAIC - CPF 450.970.469-00

LUCIANE LEAL DE O. ROCHA
Representante da Secretaria Municipal de Educação - CPF 972.169.419-34

ANDRÉA NIESPOGINSKI VACHACK
Representante do Ensino Fundamental - CPF 033.708.219-74

MARCIA PAZDA FAGUNDES
Representante da Educação Infantil - CPF 614.502.519-00

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 13 de setembro de 2017.

LUCIANE MAIRA TEIXEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jussara Aparecida Bail Moletta
Código Identificador:9CB5D04C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 047/2017

Dispõe sobre a aprovação da Programação destinada à transferência voluntária de recursos e dá providencias.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Almirante Tamandaré/PR, no uso das atribuições conferidas pela Lei N° 388/95, de 26 de setembro de 1995,

Considerando a deliberação da 14ª plenária, de 09 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1° - O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Almirante Tamandaré, estado do Paraná, **APROVA a** Programação destinada à transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, elaborada pela Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré/PR, que visa o incremento temporário ao cofinanciamento federal regular e automático, para fins de custeio das ofertas socioassistenciais de proteção social básica, mediante recursos classificados como custeio, consignados no Orçamento Geral da União – ano 2017, por meio da Emenda Parlamentar n° 30410002.
Art. 2° - O repasse será feito, conforme portaria N°- 130, de 27 de março de 2017, no valor de duzentos e cinquenta mil reais (R$250.000,00), os quais deverão ser usados pelo Gestor Municipal de acordo com a Programação destinada à transferência voluntária de recursos aprovada por este conselho – CMAS/AT.
Art. 3° - A Secretaria Municipal de Cultura, Ação e Desenvolvimento Social**, gestora da Política da Assistência Social**, deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social eventuais alterações na programação aprovada por este.
Art. 4º - A Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, através de suas secretarias da Fazenda e da Cultura, Ação e Desenvolvimento Social se comprometem a cumprir todas as normativas vigentes do Tribunal de Contas para uso do recurso.
Art. 5º - Fica a GESTORA MUNICIPAL **da Política da Assistência Social** responsável pela prestação de contas ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS - dos recursos utilizados desta resolução.
Art.6º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, 09 de agosto de 2017.

PUBLIQUE-SE

KASSIANO BARBOSA SGODA
Presidente do CMAS
Biênio 2015-2017

Publicado por:
Alessandro Sales de Lara
Código Identificador:D9B2A3CA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
REGIMENTO INTERNO DAS PRÉ - CONFERÊNCIAS E DA XIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art.1º - A XIII Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Decreto Municipal Nº **084/2017**, tem por objetivos:
l. Avaliar a situação da Saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do SUS – Sistema Único de Saúde previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde;
II. Definir diretrizes para a plena garantia da Saúde como direto fundamental de ser humano e como política de Estado;
III. Definir diretrizes que possibilitem o fortalecimento da participação social na perspectiva da plena garantia da implantação do SUS.

CAPÍTULO II
DAS REALIZAÇÃO

Art.2º - A XIII Conferência Municipal de Saúde será realizada no dia 25 de novembro de 2017, na Escola Profissionalizante Theodoro de Bona, sito à rua: Milton Legal nº 50 Vila Grécia

CAPÍTULO III
DO TEMÁRIO E DA PROGRAMAÇÃO

Art.3º- O tema central da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr. será: ***"SAÚDE É DIREITO DE TODOS, PREVENÇÃO É QUESTÃO DE ATITUDE".***
§1º Todas as atividades da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr., obedecerão à programação constante no **ANEXO 1** deste regimento;
§2º Todas as atividades das Pré-Conferências obedecerão à programação constante no **ANEXO 2** deste regimento.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

Art.4º - A XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr. será regida por esse Regimento, aprovado pela Plenária de abertura.
Art.5º - A Comissão Organizadora da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr. será composta por:
A) Presidente
B) 6 representantes do CMS
C) 1 representante do sindicatos dos trabalhadores

SEÇÃO I - DAS COMPETÊNCIAS

Art.6º - A Comissão Organizadora da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr., como instância consultiva e normativa compete:
I. Exercer a coordenação geral da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr., e trazer para a apreciação da plenária as diretrizes apontadas nas Pré-Conferências Municipais de Saúde realizadas nos bairros e Assembléia dos Funcionários da área da Saúde;

II. Providenciar o material necessário para o andamento de todas as atividades;
III. Encaminhar o expediente;
IV. Elaborar este Regimento Interno e o Programa;
V. Organizar e dirigir as atividades de recepção;
VI. Organizar o credenciamento dos delegados;
VII. Promover a execução do programa assegurando o cumprimento dos trabalhos e a composição da mesa;
VIII. Supervisionar a limpeza e a manutenção de todos os locais utilizados;
IX. Providenciar a divulgação junto aos órgãos de imprensa;
X. Providenciar pessoal e material de digitação;
XI. Coordenar ou delegar coordenação das plenárias
XII. Dirigir a sessão de Plenária Final;
XIII. Emitir e assinar os certificados de participação;
XIV. Redigir, conjuntamente com os relatores o relatório da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr., a partir das deliberações da Plenária Final.

Art.7º - Ao Coordenador Geral compete:
I. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento;
II. Assinar os certificados de participação;
III. Orientar as atividades dos demais membros da Comissão Organizadora;
IV. Assinar a documentação e correspondências referentes à XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr.;
V. Participar da elaboração deste Regimento Interno.

CAPÍTULO V
DA PARTICIPAÇÃO

Art.8º - Poderão participar como membros da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr., todas as pessoas ou instituições interessadas na discussão dos seus objetivos, na condição de:
I.Delegados;
II.Participantes / Observadores.
§1º Poderão ser convidados Entidades Municipais, Estaduais e Nacionais e ou representantes de outros municípios para participarem como conferencistas;
§2º Poderão indicar Delegados, somente instituições com sede no município, abrindo-se exceção aos sindicatos, federações e confederações desde que tenham competência com abrangência neste município.
§3º Os servidores estatutários que atuam na área de Saúde terão direito a voz e voto; sendo que os demais servidores da área de Saúde somente terão direito a voz.
§4º As inscrições das Instituições e Prestadores de Serviço terão prazo de trinta dias para homologação no período de 16/10/2017 à 16/11/2017, na sede do Conselho na rua: Dídio Santos, 704 – Centro.

SEÇÃO I - DOS DELEGADOS

Art.9º - Participarão da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr., na qualidade de Delegados os representantes:
A- de associações de portadores de patologias;
B- de associações de portadores de deficiências;
C- de entidades indígenas;
D- de movimentos sociais e populares organizados
E- de movimentos organizados de mulheres, em saúde;
F- de entidades de aposentados e pensionistas;
G- de entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
H- de entidades de defesa do consumidor;
I- de associação de moradores;
J- de entidades ambientalistas;
K- de organizações religiosas;
L- de trabalhadores da área da saúde: associações, sindicatos,federações, confederações e conselhos da classe;
M- da comunidade cientifica;
N- de entidades publicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisas e desenvolvimentos;
O- de entidades patronais
P- de entidades dos prestadores de serviço de saúde;
Q- de Governo.
Parágrafo Único – A representação dos usuários será paritária nos termos do Artigo 1º da Lei 8.142/90.

CAPÍTULO VI
DOS TRABALHOS

Art.10º - Será facultado a quaisquer dos membros da Conferência, por ordem e mediante prévia inscrição à mesa diretora dos trabalhos, manifestar-se verbalmente ou por escrito durante o período de debates.
Parágrafo Único- Cada membro que desejar manifestar-se verbalmente disporá de 3 (três) minutos para fazê-lo.
Art.11º - Após apresentação das exposições a plenária será dividida em Grupos de discussão.
Art.12º - Ao final da reunião dos Grupos de Discussão, caberá aos Relatores, encaminhar por escrito à Comissão Organizadora, relatório com as conclusões.
Parágrafo Único – Os grupos de discussão não terão caráter deliberativo, sendo encaminhados os relatórios com todas as propostas que surgirem, mesmo as divergentes, para posterior deliberação da Plenária Final.
Art.13º – A discussão deverá obedecer o roteiro previamente apresentado pela Comissão Organizadora.
Art.14º - As intenções durante as reuniões dos Grupos de Discussão terão duração máxima de 3 (três) minutos, podendo ser concedido apartes, sendo que os mesmos serão computados no tempo do concedente. O controle do tempo ficará a cargo do Coordenador do Grupo.

CAPÍTULO VII
DA PLENÁRIA FINAL

SEÇÃO I - DA DIREÇÃO E DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art.15º - A Plenária Final será coordenada pela Mesa dos Trabalhos;

Art.16º - A Mesa dos Trabalhos será composta pelo Coordenador e três Secretários;

Art.17º - O Coordenador da Mesa será o Coordenador da Comissão Organizadora da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr.;

Art.18º - Os Secretários serão escolhidos pela Comissão Organizadora e a eles compete:

l. Registrar os resultados das discussões propostas;

ll. Anotar as inscrições e controlar o tempo das intervenções;

lll. Destacar as propostas vencedoras nas diversas votações da Plenária Final.

Art.19º - A Mesa dos Trabalhos poderá intervir na condução dos mesmos todas as vezes que houver descumprimento deste Regimento.

SEÇÃO II - DA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Art.20º - A Plenária Final terá como objetivos:
l. Apreciar e submeter à votação o consolidado dos relatórios dos Grupos e Discussão;
ll. Apreciar e submeter à votação as moções apresentadas pela Plenária.
Art.21º - As votações se darão por contraste, caso exista dúvida a respeito da vencedora será realizada a contagem voto a voto.
Art.22º - A apreciação e votação das propostas consolidadas dos relatórios dos Grupos de Discussão terão o seguinte encaminhamento;
l. A Comissão Relatora procederá à leitura do Consolidado dos relatórios dos Grupos de Discussão
ll. Os membros da Plenária deverão apresentar destaque dos pontos de divergência para serem apreciados no final da leitura por ordem de apresentação;
lll. Os destaques deverão ser:
A. Supressivos – quando propuserem apenas a eliminação de determinada parte do texto:
B. Substitutivo – quando propuserem a substituição do texto por outra formulação;
C. Aditivos – quando propuserem acrescentar alguma formulação ao texto;
D. Os destaques substitutivos e aditivos deverão ser apresentados por escrito à Mesa Coordenadora;
E. Caso necessário será aberto período de 3 (três) minutos para defesa do destaque pelo seu proponente e igual tempo para quem desejar defender a manutenção do texto original ou contrapor-se ao destaque apresentado. Este tempo poderá ser prorrogado caso a plenária não sinta esclarecida para proceder a votação.
IV. Os pontos que não forem destacados serão considerados aprovados.

SEÇÃO III - DAS MOÇÕES

Art.23º - As moções deverão ser apresentadas nos Grupos de Discussão e constar do relatório dos mesmos.

Parágrafo Único – A aprovação das moções será por 50% + 1 voto dos delegados presentes.

SEÇÃO IV - DA ESCOLHA DOS DELEGADOS

Art.24º - Os Delegados à Etapa Estadual serão escolhidos pelos segmentos a que representam devendo respeitar o numero estabelecido pela Comissão Organizadora daquela Etapa.

§1º Para ser escolhido como Delegado os Membros deverão ter comparecido a pelo menos 75% da XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr..

§2º Os Delegados deverão ser escolhidos entre os que estiverem presentes no momento da realização da Plenária Final e permanecerem até a homologação de sua escolha.

Art.25º - A Plenária é soberana e será facultado questionamento à Mesa sempre que, a critério dos participantes não esteja sendo cumprido este Regimento.

Parágrafo Único – Os pedidos de questão de ordem poderão ser apresentados a qualquer tempo, exceto durante o período de votação.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art.26º - A Comissão Organizadora decidirá sobre os casos omissos e por qualquer eventualidade que ocorra durante a XIII CMS. Caso contrário, será levado à Plenária.
Art.27º - Serão fornecidos certificados a todos os participantes com pelo menos 75% de freqüência.
Art.28º - As decisões administrativas e de funcionamento durante a XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr., serão tomadas pela Comissão Organizadora, que deverá prestar contas de todos os gastos efetuados no prazo de 30 (trinta) dias úteis após o término dos trabalhos, sendo facultado a todos os participantes, o acesso às contas e documentos probatórios.
ANEXO 1
XIII Conferência Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré - Pr. ocorrerá conforme o seguinte **CRONOGRAMA**
13h00min – Confirmação das Inscrições
14h00min – Abertura
14h30min – Aprovação do Regimento Interno
15h00min – Palestra
16h00min – Apresentação das Propostas para o Plano Municipal de Saúde.
16h30min - Coffee Break
17h00min – Eleição dos Membros do Conselho Municipal de Saúde
17h30min – Plenária Final
18h00min - Encerramento
ANEXO 2
TODAS as Pré Conferências ocorrerão conforme o seguinte **CRONOGRAMA:**
- Inscrições
– Aprovação do Regimento Interno
– Apresentação das propostas
– Coffee Break
- Discussão das propostas
– Plenária Final
- Encerramento

COMISSÃO ORGANIZADORA DA XIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – PARANÁ.

Publicado por:
Alessandro Sales de Lara
Código Identificador:095019A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PREGÃO 89/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2017
DATA LIMITE PARA PROTOCOLAR OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 04/10/2017até as 08h30min.
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO: 04/10/2017às 09h00min.
Objeto: **"Contratação de Empresa para o Fornecimento Parcelado de Gêneros Alimentícios e Panificação"** Valor Máximo: **R$ 78.452,76(setenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), Informações Complementares:** O Edital e as demais informações relacionadas ao mesmo estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal:
http://tamandare.pr.gov.br/licitacoes

Almirante Tamandaré, 13 de setembro de 2017.

LUIZ CARLOS TEIXEIRA DA LUZ
Pregoeiro

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:81EFFED1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
PORTARIA Nº 916/2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER Abono de Permanência a servidora Sra. **MARIA APARECIDA CELESTINO SKORA**, Matrícula nº 5258, RG nº 3.959.461-7, CPF nº 541.773.169-20, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo 40 horas, a ser pago no exato valor de seu desconto previdenciário, retroativo a partir do dia 05 de junho de 2017 até a futura data de sua aposentadoria, conforme processo nº 0018.0010339/2017.

Notifique-se,
registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 29 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:F8BC1B74

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
PORTARIA Nº 917/2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o processo de aposentadoria nº 0018.0008180/2017, de 05/05//2017,

RESOLVE:

I - CONCEDER a servidora **MARGARIDA NUNES DE SOUZA**, brasileira, servidora pública municipal de Almirante Tamandaré, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 1775, portadora do RG nº 4.886.012-5/PR, e inscrito no CPF sob nº 666.886.559-34, **aposentadoria voluntária por idade, sem paridade, pela média salarial das 80% maiores remunerações, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na fração de 7046/10950 avos (64,34%), com fundamento no Artigo 40,§1º, III, alínea ‘’b’’ da Constituição Federal e Lei Ordinária Municipal nº 1.094/05, sendo garantida a percepção do salário mínimo vigente com base no Artigo 201,§2º da Constituição Federal, a partir do dia 31 de agosto 2017.**

II - Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$ 686,05 (seiscentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), constante na planilha de cálculo de proventos nas folhas 71.

III - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Notifique-se,

registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 30 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:AC203468

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
PORTARIA Nº 915/2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER Abono de Permanência a servidora Sra. **CLEUSA APARECIDA DA SILVA**, Matrícula nº 3096, RG nº 3.516.528-2, CPF nº 519.686.819-49, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo 40 horas, a ser pago no exato valor de seu desconto previdenciário, retroativo a partir do dia 09 de janeiro de 2017 até a futura data de sua aposentadoria, conforme processo nº 0018.0003966/2017.

Notifique-se,
registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 29 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:9C8770D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
PORTARIA Nº 914/2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o processo de aposentadoria nº 0018.0009905/2017, de 30/05/2017,

RESOLVE:

I - CONCEDER a servidora **DIRCE MONTEIRO SILVINO**, brasileira, servidora pública municipal de Almirante Tamandaré, ocupante do cargo efetivo de Merendeira, Matrícula nº 636, portadora do RG nº 1.813.255-9/PR, e inscrita no CPF sob nº 974.817.939-72, **aposentadoria voluntária por idade, sem paridade, pela média salarial das 80% maiores remunerações, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na fração de 7044/10950 avos (64,32%), com fundamento no Artigo 40,§1º, III. Alínea ‘’b’’ da Constituição Federal com a Lei Ordinária Municipal nº 1.094/05, sendo garantida a percepção do salário mínimo vigente com base no Artigo 201, §2º da Constituição Federal, a partir do dia 24 de agosto 2017.**
II - Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$ 666,16 (seiscentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos), constante na planilha de cálculo de proventos nas folhas 56.
III - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Notifique-se,
registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 28 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:EA209A74

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
PORTARIA Nº 919/2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto da Lei Complementar nº 020/2011,

RESOLVE:

CONCEDER progressão por qualificação e tempo de serviço ao profissional abaixo relacionado, conforme processo protocolado sob nº 0018.0000343/2017, de 03 de abril de 2017.

MAT.	FUNCIONÁRIO	DATA DE ADMISSÃO	CARGO	CLASSE	REF.NOVA
3374	DENUBIO RIBEIRO DE MATOS	15/06/2004	Agente de Segurança e Proteção Patrimonial	CC-08	DD-10

Notifique-se,
registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 04 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:81BFC453

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
PORTARIA Nº 912/2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

EXONERAR, a pedido o Sr. **JURACI AMBROSIO JUNIOR,** RG nº 7.778.958-8/PR, CPF nº 008.787.369-99, do Cargo Comissionado de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA CENTRAL DE VEICULOS**, com no mínimo 40 horas semanais, Símbolo CC-02, a partir de 31 de agosto de 2017.

Notifique-se,
registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 25 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:4538D055

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
PORTARIA Nº 918/2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

EXONERAR, a pedido a Sra. **ELOIZA DE ALMEIDA TOLOTTI,** RG nº 10.492.171-0/PR, CPF nº 089.589.429-75, do cargo efetivo de Professora, a partir do dia 31 de agosto de 2017, conforme protocolo nº 0018.0015307/2017.

Notifique-se,
registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:1F7DDA13

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 2.004/2017

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E ORGANIZADORES DA VILA MARTA"

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 69, inciso IV da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Públicaa Associação de Moradores e Organizadores da Vila Marta, CNPJ Nº 15.749.587/0001-03, com sede na Rua Monteiro Lobato 465, Casa, Bairro Tanguá, neste Município.

Art. 2º - A Entidade deverá apresentar, até 30 (trinta) de abril de cada ano, ao órgão competente da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente.

Art. 3º - Cessarão os efeitos daDECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, se a entidade:
1º - Deixar de cumprir por três anos consecutivos a exigência do artigo anterior;
2º - Substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos;
3º - Alterar sua denominação e, dentro de 90 (noventa) dias contados da averbação no registro público, não der ciência à Câmara Municipal de Almirante Tamandaré.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 04 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:A2760D33

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 2.005/2017

''Da denominação de logradouro público que especifica"

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 69, inciso IV da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada **Travessa Vadislau Bara**, o trecho que tem início na Rua Frei Jacinto Govaski, e término na Rua Professor Isidoro da Silva, Bairro Botiatuba, neste Município.

Art. 2°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 04 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:B8C13246

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 2.006/2017

''Da denominação de logradouro público que especifica"

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 69, inciso IV da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada **Rua Antonio Rivas**, o trecho que tem início na Rua Frei Jacinto Govaski, e término na propriedade de Ronaldo Machado dos Santos, Bairro Botiatuba, neste Município.

Art. 2°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 04 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:D57F56BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 1.997/2017

'"Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 108, I da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente no valor de R$12.470,32(doze mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e dois centavos), na forma a seguir demonstrada:

Órgão	11		SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO CULTURA	
Unidade	02		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Atividade	12.306.0018.2.078		Manutenção de Merenda Escolar	
Rubrica	3.3.90.92	1000	Despesas de Exercícios Anteriores	12.470,32

Art. 2º - Para cobertura das despesas decorrente da abertura do Crédito Adicional Especial demonstrado no artigo anterior, fica indicado como recurso a anulação de dotação orçamentária de acordo com o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R$ 12.470,32 (doze mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e dois centavos), na forma a seguir especificada:

Órgão	11		SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO CULTURA	
Unidade	01		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Atividade	12.365.0019.1.086		Construção Centros de Educação Infantil - Creches	
Rubrica	4.4.90.52	1000	Equipamentos e Material Permanente	12.470,32

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 30 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:25B2D210

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 1.998/2017

''ALTERA O ARTIGO 10 DA LEI Nº 1204/2006, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, DE 03 DE OUTUBRO DE 2006 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. ''

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Ficam extintos os itens 1.a, 1.b e 1.c do artigo 10 da Lei nº 1204/2006.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 30 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:858D34A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 1.999/2017

''DISPÕE SOBRE OS CONJUNTOS RESIDENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. ''

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Os Conjuntos Residenciais têm seu uso considerado como permissível.

Parágrafo único: As atividades permissíveis serão apreciadas pelo Órgão Municipal Competente, que quando for o caso, poderá indicar outros parâmetros de ocupação à aqueles estabelecidos no Plano diretor e suas Leis Complementares.

Art. 2°. Para a aprovação de Conjuntos Residenciais fica obrigada a doação de área edificável mínima correspondente a 10% (dez por cento) da gleba, mediante transferência para o Município através de escritura pública de doação, formalizada junto ao Registro de Imóveis competente, sem quaisquer ônus ou encargos sob qualquer título para o Município.

Parágrafo único: O Município poderá, a seu exclusivo critério, optar por receber em substituição à doação de que trata o inciso, outra área situada na Zona Urbana do Município, desde que com valor comprovadamente equivalente.

Art. 3° – Ficam dispensadas da doação de área ao município empreendimentos com número inferior de Unidades Habitacionais conforme tabela ANEXO I.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 30 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:E02DB24F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 2.000/2017

"Autoriza o credenciamento de prestadores de serviços de consultas médicas especializadas, e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder o credenciamento de prestadores de serviços de consultas especializadas de saúde, englobando pessoas físicas e jurídicas, para posterior prestação de serviços à população, a ser realizado nas Unidades de Saúde do Município, complementando os serviços da Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela preestabelecida expedido por Resolução do Conselho Municipal de Saúde e regulamentação por decreto do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: O decreto de que trata o *caput* deverá ser editado no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da sanção desta lei.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 30 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:A9AAD576

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 2.001/2017

"Autoriza o Poder Executivo a contratar, temporária e emergencialmente, oficineiros para o CAPS II e dá outras providências"..

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, temporária e emergencialmente, oficineiros para atuar no CAPS II, pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogável pelo mesmo e sucessivos períodos, para atendimento do usuário de saúde mental, com atividades a atender o contido na Portaria nº 336/GM/MS de 19 de fevereiro de 2002, consistindo no número de profissionais equivalente às necessidades da unidade e remuneração a ser definida mediante a aprovação do Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré-PR:

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 30 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:724C707D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 2.002/2017

''Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Juventude de Almirante Tamandaré CMJ-AT dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1° Fica criado o Conselho Municipal de Juventude- CMJ, órgão colegiado de caráter propositivo, fiscalizador e consultivo da política de juventude, visando a garantia e ampliação de direitos, a integração e a participação da juventude no processo social, econômico, político e cultural no âmbito do Município de Almirante Tamandaré, vinculado à Secretaria Municipal da Família, Juventude, Esporte e Lazer.

Art. 2°Considera-se jovem a pessoa com idade igual ou superior a 15 anos e não superior a 29 anos.

Paragrafo Único: Para participar do Conselho Municipal de Juventude de Almirante Tamandaré é necessário ter idade entre 15 a 29 anos ou comprovar participação nas politicas públicas de Juventude, na defesa e garantia de direitos da pessoa Jovem, através de uma instituição Privada ou Pública.

Art.3 Compete ao Conselho Municipal de Juventude:
I - discutir, elaborar, aprovar e propor políticas públicas municipais de forma a fazer cumprir a Política Nacional de Juventude no âmbito do município de Almirante Tamandaré , observada a legislação em vigor;

II - acompanhar a elaboração, avaliar o planejamento e a execução das políticas públicas voltadas à promoção, à proteção e à defesa dos direitos da juventude, bem como fiscalizar a aplicação de recursos relativos à competência deste Conselho:

III - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos da juventude;

IV - inscrever as entidades governamentais e não governamentais de atendimento e defesa dos direitos da juventude, de acordo com critérios e requisitos estabelecidos na legislação em vigor, mantendo cadastro dessas entidades atualizado;

V - promover o intercâmbio com entidades públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais visando atender a seus objetivos;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços prestados pelos órgãos governamentais e não governamentais de atendimento e defesa de direitos da juventude, indicando as medidas pertinentes para as eventuais adequações;

VII - receber petições, denúncias, reclamações, representações ou notícias de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados aos jovens, protegendo as informações sigilosas, emitindo parecer e encaminhando-os aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis;

VIII - convocar a Assembleia Geral e a Conferência Municipal de Juventude;

IX - elaborar, aprovar e alterar o Regimento Interno deste Conselho;

X - deliberar e propor ao órgão executivo a capacitação de seus conselheiros membros.

Capítulo II
DA COMPOSIÇÃO E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 O Conselho Municipal de Juventude de Almirante Tamandaré é composto paritariamente por 16 (dezesseis) membros titulares e seus respectivos suplentes, podendo ser governamentais e não governamentais, assim distribuídos:

I - 8 (oito) representantes que poderão ser indicados pelo Poder Executivo Municipal, componentes de secretarias ou órgãos que atuem com a Juventude, podendo ser substituídos a critério do Chefe(a) do Executivo, a qualquer tempo;

II - 8 (oito) representantes com idade a partir de 15 anos, vinculados a entidades representativas da sociedade civil, em regular funcionamento e diretamente ligadas à proteção, defesa de direitos ou ao atendimento ao jovem e que atuem com atividades continuadas na área de Juventude, estudantes de escolas estaduais, federais, públicas ou Privadas e Jovens até 29 anos.

§ 1º Para poderem credenciar-se, as entidades referidas no inciso II deste Artigo deverão preencher os seguintes requisitos;

a) estarem legalmente constituídas;
b) não possuírem fins lucrativos;
c) comprovarem o trabalho direto ou indireto com jovens;
d) ser reconhecida a idoneidade das pessoas que compõem os seus quadros;
e) tratando-se de entidades com trabalho direto, atenderem aos requisitos específicos de cada programa que desenvolvem.

§ 2º O credenciamento dos candidatos representantes das entidades da sociedade civil será feito de acordo com o que dispuser o Conselho Municipal de Juventude, na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

§ 3º A nomeação e posse dos membros do Conselho poderá ser realizada por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, sendo permitida apenas uma recondução, não será remunerado e não implicará em vínculo com o poder público, mas será considerado de relevante interesse público.

Art. 5O Regimento Interno do Conselho Municipal de Juventude regulará os casos de substituição dos membros efetivos pelos suplentes, bem como os casos de impedimentos, perda do mandato e vacância.

Art. 6°Os representantes da sociedade civil deverão ser eleitos em Assembleia Geral para esse fim, que poderá ser convocada pelo Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Conselho Municipal de Juventude e sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral, na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

Art. 7º Deverá ser realizada, com periodicidade bienal, a Assembleia Geral do Conselho Municipal de Juventude, com representação dos diversos setores da sociedade, com a finalidade principal de promover a realização das eleições para os membros do Conselho, representantes da sociedade civil, citados no art. 4º, inciso II, desta Lei.

§1º- A convocação da Assembleia para a primeira formação do Conselho Municipal de Juventude de Almirante Tamandaré poderá ser feita pelo Poder Executivo, nos termos do decreto que vier a regulamentar esta lei.

§2º- As Assembleias do Conselho Municipal de Juventude serão amplas e previamente divulgadas.

§3º - A Assembleia Geral terá plena autonomia para praticar todos os seus atos, especialmente aqueles voltados à consecução do pleito.

§4º- A Assembleia Geral terá sua organização e suas normas de funcionamento definidas em regimento próprio, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Juventude de Almirante Tamandaré.

Art. 8º Para realização da Assembleia Geral de Constituição deste Conselho, poderá ser constituída pelo Poder Executivo Municipal, uma Comissão composta por até 5 (cinco) membros, que referendará o credenciamento das entidades e movimentos, bem como acompanhará sua realização, dirimindo as dúvidas surgidas.

Capítulo III
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO
Art. 9°OConselhoMunicipaldaJuventude, possuirá a seguinte estrutura:

I - Diretoria Executiva, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário;

II - Comissões de trabalho constituídas por Resolução do Conselho; e

III - Plenário.

§ 1º- A Diretoria será eleita na primeira reunião após a posse do Conselho, pela maioria qualificada de seus membros titulares e na ausência destes pelos respectivos suplentes.

§ 2º- Será respeitada a paridade e a alternância entre representação governamental e não governamental na eleição para presidente e vice-presidente, que terão o mandato de 1 (um) ano.

Art. 10°O Chefe do Executivo Municipal poderá indicar a Secretaria Municipal da Família Juventude Esporte e Lazer ou outro órgão municipal responsável pela execução da Política de Juventude, que poderão prestar o necessário apoio técnico, administrativo e financeiro, para consecução das finalidades do Conselho Municipal de Juventude.

Art.11- A organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Juventude serão disciplinados em Regimento Interno a ser aprovado por ato próprio do referido Conselho, no prazo de 90 dias após a posse de seus membros.

Parágrafo Único - O Regimento Interno disporá sobre as funções internas, frequência, data e local das reuniões do Conselho, critérios de votação, quórum de deliberação, grupos de trabalho, bem como todas as demais normas relativas ao seu funcionamento.

Art. 12-Todas as reuniões do Conselho Municipal de Juventude serão públicas, abertas à participação popular e precedidas de ampla divulgação.

Art. 13- O Conselho Municipal de Juventude reunir-se-á ordinariamente, conforme definido em seu Regimento Interno e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 14- Deverá ser realizada, com periodicidade bienal, preferencialmente em ano distinto ao da Assembleia Geral do Conselho Municipal de Juventude, a Conferência Municipal de Juventude de Almirante Tamandaré , com representação dos diversos setores da sociedade, coma finalidade principal de propor e discutir diretrizes para formulação de políticas públicas voltadas para a juventude.

§ 1º- A Conferência Municipal de Juventude terá plena autonomia para praticar todos os seus atos.

§ 2º - A Conferência Municipal de Juventude terá sua organização e suas normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovado pelo Conselho Municipal de Juventude de Almirante Tamandaré, seguindo as diretrizes da Conferência Nacional de Juventude e Conferência Estadual de Juventude .

§ 3º- A Conferência Municipal de Juventude de Almirante Tamandaré será ampla e previamente divulgada.

Capítulo IV
DO FUNDO MUNICIPAL

Art. 15 - Institui o Fundo Municipal de Juventude, com a finalidade de apoiar e suportar financeiramente projetos de Promoção e execução de Políticas Públicas de Juventude.

Art. 16- Constituem recursos do Fundo Municipal de Juventude :
I – dotação orçamentária própria;
II – créditos especiais ou suplementares a ele destinados;
III – o retorno e resultados de suas aplicações;
IV – multas, correção monetária e juros, em decorrência de suas operações;
V – contribuições ou doações de outras origens;
VI – os recursos de origem orçamentária da União e do Estado, destinados a programas de Politicas Públicas de Jovens;

Art. 17 - O Fundo Municipal de Juventude terá contabilidade própria, vinculada à Comissão Executiva do Conselho Municipal Juventude , que registrará todos os atos a ele pertinentes, de modo que se possa elaborar o respectivo balanço financeiro à parte, devendo seus recursos ser depositados em conta corrente especial vinculada exclusivamente ao atendimento de suas finalidades, a ser aberta em instituição financeira designada pela Secretaria Municipal da Fazenda.
Art.18 - A gestão administrativa dos recursos do Fundo Municipal de Juventude caberá à Comissão Executiva do Conselho Municipal de Juventude, através de ato designado pelo Presidente, podendo ficar sob sua responsabilidade a referida gestão.
Parágrafo único. Compete ao gestor do Fundo, com o suporte técnico e administrativo:
I – promover sua execução orçamentária, que compreende:
a) ordenação de despesas do Fundo;
b) os atos de controle e liquidação dos seus recursos;
c) o repasse de verbas que onerem recursos do Fundo;
d) a transferência dos recursos que forem destinados entidades;
II – prestar contas sobre a movimentação dos recursos ao Conselho Municipal de Juventude ;
III – apresentar relatório semestral das despesas do Fundo ao Conselho Municipal de Juventude.
Art.19- A gestão financeira dos recursos do Fundo Municipal de Juventude, será realizada pela Secretaria Municipal da Fazenda, que

aplicará os seus recursos, eventualmente disponíveis, revertendo ao próprio Fundo seus rendimentos.
Art.20 - Os recursos do Fundo Municipal de Juventude serão aplicados, exclusivamente, em projetos que visem a fomentar e estimular programas para A Juventude.
Paragrafo Único: O Fundo Municipal de Juventude poderá receber doações condicionadas à utilização em projeto específico, hipótese na qual 10% (dez por cento) do valor doado deverá subsidiar outras propostas aprovadas pelo Conselho Municipal de Juventude, referentes a projetos, programas e ações que visem ao fomento e ao estímulo de politicas Públicas de Juventude.

Art.21- A execução dos projetos fomentados pelo Fundo Municipal de Juventude e Lazer será acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Juventude .
§ 1º. O projeto deverá conter plano de trabalho e respectivo cronograma físico-financeiro, nos termos da legislação de licitação e contratos.
§ 2º. O Conselho levará em conta, na análise das propostas, dentre outros, os seguintes aspectos:
I – a experiência do órgão ou da entidade proponente na área do projeto;
II – a viabilidade do projeto quanto ao objeto e cronograma;
III – a existência de interesse público;

Capítulo V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.22 - O Conselho elaborará seu Regimento Interno, a ser baixado por Decreto do Prefeito Municipal, no prazo de noventa dias após a promulgação e publicação oficial desta Lei.
Art. 23 - Demais normas necessárias ao funcionamento do Conselho e manutenção do Fundo serão regulamentadas por ato próprio do Poder Executivo Municipal.
Art.24 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 30 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:17FC0F8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
LEI Nº 2.003/2017

''Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências''

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais, e de conformidade com o Art. 108, I da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente no valor de R$ 110.250,00 (cento e dez mil, duzentos e cinquenta reais), na forma a seguir demonstrada:

Órgão	07		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade	01		GABINETE SECRETÁRIO DA FAZENDA	
Atividade	04.122.0003.2.023		Serviços de Administração Financeira	
Rubrica	3.3.90.92	1000	Despesas de Exercícios Anteriores	110.250,00

Art. 2º - Para cobertura das despesas decorrente da abertura do Crédito Adicional Especial demonstrado no artigo anterior, fica indicado como recurso as anulações de dotações orçamentárias de acordo com o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R$ 110.250,00 (cento e dez mil, duzentos e cinquenta reais), na forma a seguir especificada:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade	01	GABINETE SECRETÁRIO DA FAZENDA	
Atividade	99.999.0999.9.999	Reserva de Contingência	
Rubrica	9.9.99.99	0999	Reserva de Contingência	110.250,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 30 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:0CB46027

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO Nº 032/2017

''Prorroga o prazo de validade do concurso público nº 001/2015, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, de acordo com as disposições do Art. 37, III da Constituição Federal e no Art. 17 da Lei Municipal nº637/98, de 24 de novembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado até 10 de agosto de 2019, o prazo de validade do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº1018, de 10 de agosto de 2015.

Art.2 º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 03 de abril de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:24EEDB8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO Nº 085/2017

"Homologa as Resoluções nº 003, 004, 005, 006, 007 e 008/2017, do Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pelos artigos 69, IV e VIII e 89, I, "g", da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o inciso XII da Quarta Diretriz, da Resolução nº 333, do Conselho Nacional de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as Resoluções nº 003, 004, 005, 006, 007 e 008/2017, do Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré, cujo conteúdo consta publicado no site do município.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 28 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:6A9EF60F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 086/2017

‘CONVOCA AS PRÉ CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o Art. 69, incisos IV e VIII da Lei Orgânica do Município, considerando o Edital de Convocação e a Resolução nº 009/2017 do Conselho Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam convocadas as Pré Conferências Municipais de Saúde, a serem realizadas conforme cronograma abaixo:

Região: Assembleia dos Funcionários da área da Saúde.
Data: 31.08.2017 (Quinta-feira).
Horário: 15h00min.
Local da realização: Centro de Convenções Edson Dalke

Região: Areias/Tranqueira/Capivara dos Manfron/São João Batista.
Data: 19.09.2017 (Terça-feira).
Horário: 14h00min.
Local da realização: Pavilhão da Igreja São João Batista em Areias.

Região: Graziela/Tamboara.
Data: 26.09.2017 (Terça-feira).
Horário: 19h00min.
Local da realização: Pavilhão da Igreja São Sebastião.

Região: Tanguá/Lamenha/Col. Gabriela/São Miguel.
Data: 03.10.2017 (Terça-feira).
Horário: 14h00min.
Local da realização: Sociedade (Campo de Futebol).

Região: Roma/São Jorge.
Data: 10.10.2017 (Terça-feira).
Horário: 14h00min.
Local da realização: Acomarag.

Região: Bonfim/São José.
Data: 17.10.2017 (Terça-feira).
Horário: 18h00min.
Local da realização: Pavilhão da Igreja São Sebastião no Bonfim

Região: Centro/Paraíso.
Data: 24.10.2017 (Terça-feira).
Horário: 17h00min.
Local da realização: Centro de Convenções Edson Dalke.

Região: Cachoeira/Gramado/Alto Pinheiro.
Data: 31.10.2017 (Terça-feira).
Horário: 18h00min.
Local da realização: Pavilhão Igreja Anjo da Guarda.

Art. 2º -Todas as Pré Conferências ocorrerão conforme o seguinte cronograma:

- Inscrições
- Aprovação do Regimento Interno
- Apresentação das propostas
- Coffee Break
- Discussão das propostas
- Plenária Final
- Encerramento.

Art. 3º- As inscrições deverão ser realizadas no ato e horário acima estipulado no local da realização conforme:

I - Pessoa Física: Documento de Identificação.

II - Representantes de Entidades: Documento de Identificação e da Entidade que Representa (declaração, ata, etc.).

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na presente data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 31 de agosto de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:C32F2A33

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 087/2017

‘’Declara de *utilidade pública* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o Art. 69, incisos IV e VIII da Lei Orgânica do Município, art. 2º, 5º, Letras “E” e “H”, e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 37/2017 USPO-CT.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de Servidão de Passagem, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, “E” e “H” e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 89,10 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 03, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 15.798, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Valdomiro Aires Pereira, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.137,3967 m e E: 674.077,6040 m, situado no limite com a Rua Balsa Nova, deste segue adentrando ao Lote 03, seguindo com o seguinte azimute e distância: 148°59'47" e 32,81 m até o PV311, de coordenadas N: 7.197.109,2759 m e E: 674.094,5032 m; situado no interior do Lote 03, deste continua pelo Lote 03, seguindo com o seguinte azimute e distância: 56°14'23" e 10,69 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.115,2143 m e E: 674.103,3872 m; situado no limite com o Lote 04. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 03, de coordenadas N: 7.197.108,5210 m e E: 674.095,2342 m; situado no limite com o Lote 06, deste, segue adentrando pelo Lote 03, seguindo com o seguinte azimute e distância: 315°55'23" e 1,05 m até o PV311, de coordenadas N: 7.197.109,2759 m e E: 674.094,5032 m; situado no interior do Lote 03, perfazendo uma extensão de 44,55 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 89,10 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial*

Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)

ÁREA 2 – 34,68 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 04, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 15.799, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Valdomiro Aires Pereira, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.115,2143 m e E: 674.103,3872 m, situado no limite com o Lote 03, deste segue adentrando ao Lote 04, seguindo com o seguinte azimute e distância: 56°14'23" e 17,34 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.124,8529 m e E: 674.117,8069 m; situado no limite com o Lote 05, perfazendo uma extensão de 17,34 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 34,68 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 – 29,24 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 05, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.124,8529 m e E: 674.117,8069 m, situado no limite com o Lote 04, deste segue adentrando ao Lote 05, seguindo com o seguinte azimute e distância: 56°13'46" e 13,15 m até o PV310, de coordenadas N: 7.197.132,1595 m e E: 674128,7378 m; situado no interior do Lote 05, deste continua pelo Lote 05, seguindo com o seguinte azimute e distância: 101°14'23" e 1,47 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.131,8739 m e E: 674.130,1751 m; situado no limite com o Lote 07, perfazendo uma extensão de 14,62 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 29,24 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 – 26,62 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 06, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 11.853, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Mario Cesar Goras, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.098,9590 m e E: 674.104,4929 m, situado no limite com o Lote 08, deste segue adentrando ao Lote 06, seguindo com o seguinte azimute e distância: 315°55'23" e 13,31 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.108,5210 m e E: 674.095,2342 m; situado no limite com o Lote 03, perfazendo uma extensão de 13,31 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 26,62 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 5 – 10,94 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 07, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.131,8739 m e E: 674130,1751 m, situado no limite com o Lote 05, deste segue adentrando ao Lote 07, seguindo com o seguinte azimute e distância: 101°14'23" e 5,47 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.130,8071 m e E: 674.135,5431 m; situado no limite com a Rua Andrianópolis, perfazendo uma extensão de 5,47 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 10,94 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 6 – 23,60 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 08, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 11.854, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Mario Cesar Goras, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.090,4805 m e E: 674.112,7025 m, situado no limite com o Lote 10, deste segue adentrando ao Lote 08, seguindo com o seguinte azimute e distância: 315°55'23" e 11,80 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.098,9590 m e E: 674.104,4929 m; situado no limite com o Lote 06, perfazendo uma extensão de 11,80 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,60 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 7 – 24,02 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 10, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 9.982, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Alessandro Foreck e Simone Cristina, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.081,8517.m e E: 674.121,0576 m, situado no limite com o Lote 12, deste segue adentrando ao Lote 10 seguindo com o seguinte azimute e distância: 315°55'23" e 12,01 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.090,4805 m e E: 674.112,7025 m; situado no limite com o Lote 08, perfazendo uma extensão de 12,01 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 24,02 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 8 – 20,42 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 12, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 15.755, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Artur Pinto da Silva, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas

N: 7.197.074,5172 m e E: 674.128,1595 m, situado no limite com o Lote 14, deste segue adentrando ao Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 315°55'23" e 10,21 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.081,8517 m e E: 674.121,0576 m; situado no limite com o Lote 10, perfazendo uma extensão de 10,21 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 20,42 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 9 – 27,04 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 14, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.627, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Mario Cesar Goras, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.064,8059 m e E: 674.137,5628 m, situado no limite com o Lote 15, deste segue adentrando ao Lote 14, seguindo com o seguinte azimute e distância: 315°55'23" e 13,52 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7197074,5172 m e E: 674128,1595 m; situado no limite com o Lote 10, perfazendo uma extensão de 13,52 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 27,04 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 10 – 22,20 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 15, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI 312, de coordenadas N: 7.197.056,8322 m e E: 674.145,2837 m, situado no interior do Lote 15, deste continua pelo Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 315°55'23" e 11,10 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.064,8059 m e E: 674.137,5628 m; situado no limite com o Lote 14, perfazendo uma extensão de 11,10 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 22,20 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 11 – 3,38 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 18, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 8.214, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Paulo Cesar Puka, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI 295B, de coordenadas N: 7.197.045,3872 m e E: 674.168,1722 m, situado no interior do Lote 18, deste segue pelo Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 145°20'57" e 1,69 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.043,9955 m e E: 674.169,1341 m; situado no limite com o Lote 20, perfazendo uma extensão de 1,69 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 3,38 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 12 – 53,70 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 19, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 25.494-A, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Antonio Alves, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.035,8721 m e E: 674.176,7598 m, situado no limite com o Lote 20, deste segue adentrando pelo Lote 19 seguindo com o seguinte azimute e distância: 45°24'45" e 26,85 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.054,7178 m e E: 674.195,8788 m; situado no limite com a Rua Adrianópolis, perfazendo uma extensão de 26,85 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 53,70 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 13 – 27,44 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 20, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 7.595, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Julio Puka, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem, no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.043,9955 m e E: 674.169,1341 m, situado no limite com o Lote 18, deste segue adentrando ao Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância: 145°20'57" e 11,31 m até o PV295A, de coordenadas N: 7.197.034,6930 m e E: 674.175,5636 m; situado no interior do Lote 20, deste, seguindo com o seguinte azimute e distância: 45°24'45" e 1,68 m até o vértice 02, coordenadas N: 7.197.035,8721 m e E: 674.176,7598 m, situado no limite com o Lote 19. Inicia-se no vértice 03 de coordenadas N: 7.197.034,2154 m e E: 674 176,1190 m, situado no limite com o Lote 22, deste segue adentrando ao Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância: 310°41'38" e 0,73 m até o PV295A, de coordenadas N: 7.197.034,6930 m e E: 674.175,5636 m; situado no interior do Lote 20, todos segmentos acima descritos, perfazem uma extensão de 13,72 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 27,44 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 14 – 25,00 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 22, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 12.466, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Carlos Pereira, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.026,0674 m e E: 674.185,5939 m, situado no limite com o Lote 24,deste segue adentrando ao Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 310°41'38" e 12,50 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.034,2154 m e E: 674.176,1190 m; situado no limite com o Lote 20, perfazendo uma extensão de 12,50 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de

largura com área total de atingimento de 25,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 15 – 23,92 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 24, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 4.421, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Davi Daniel de Souza de Aguiar, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV295B, de coordenadas N: 7.197.018,2697 m e E: 674.194,6615 m, situado no limite com o Lote 26, deste segue adentrando ao Lote 24, seguindo com o seguinte azimute e distância: 310°41'38" e 11,96 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.026,0674 m e E: 674.185,5939 m; situado no limite com o Lote 22, perfazendo uma extensão de 11,96 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,92 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 16 – 11,16 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 26, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 2.905, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Soeli Machado da Silva, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV295D, de coordenadas N: 7.197.012,8931 m e E: 674.202,2669 m, situado no limite com o Lote 27, deste segue adentrando ao Lote 26, seguindo com o seguinte azimute e distância: 305°15'30" e 9,31 m até o PV295B, de coordenadas N: 7.197.018,2697 m e E: 674.194,6615 m; situado no limite com o Lote 24, perfazendo uma extensão de 9,31 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 11,16 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 17 – 8,40 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 27, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.008,6913 m e E: 674.207,8627 m, situado no limite com o Lote 26, deste segue adentrando pelo Lote 27, seguindo com o seguinte azimute e distância: 306°43'2" e 7,00 m até o PV295D, de coordenadas N: 7.197.012,8931 m e E: 674.202,2669 m; situado no limite com o Lote 28, perfazendo uma extensão de 7,00 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,20 m de largura com área total de atingimento de 8,40 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 18 – 8,40 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 28, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 12.625, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Neuroti Rodrigues da Silva, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.004,4960 m e E: 674.213,4498 m, situado no limite com o Lote 29, deste segue adentrando ao Lote 28, seguindo com o seguinte azimute e distância: 306°43''2" e 7,00 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.008,6913 m e E: 674.207,8627 m; situado no limite com o Lote 27, perfazendo uma extensão de 7,00 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,20 m de largura com área total de atingimento de 8,40 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 19 – 6,64 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 32, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 16.044, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Miguel Kmetiuk e Outros, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI 297A, de coordenadas N: 7.196.995,9083 m e E: 674.228,0154 m, situado no interior do Lote 32, deste segue adentrando ao Lote 32, seguindo com o seguinte azimute e distância: 75°30'50"" e 3,32 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.196.996,7394 m e E: 674.231,2321m; situado no limite com o Lote 33, perfazendo uma extensão de 3,32 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 6,64 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 20 – 11,88 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 33, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 12.876, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Elaine de Paula Pereira, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.196.996,7394 m e E: 674.231,2321 m, situado no limite com o Lote 32, deste segue adentrando ao Lote 33, seguindo com o seguinte azimute e distância: 75°30'50" e 5,94 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.196.998,2244 m e E: 674.236,9802 m; situado no limite com o Lote 34, perfazendo uma extensão de 5,94 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 11,88 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 21 – 15,08 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 34, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.196.998,2244 m e E: 674.236,9802 m, situado no limite com o Lote 33, deste, segue adentrando ao Lote 34, seguindo com o seguinte azimute e distância: 75°30'50"e 7,54 m até o PV297, de coordenadas N: 7.197.000,1107 m e E: 674.244,2813 m, situado no limite com o Lote 36, perfazendo uma extensão de 7,54 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 15,08 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 22 – 23,92 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 36, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 10.651, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Osvaldo Ribeiro de Andrade, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV297, de coordenadas N: 7.197.000,1107 m e E: 674.244,2813 m, situado no limite com o Lote 34, deste segue adentrando ao Lote 36, seguindo com o seguinte azimute e distância: 70°46'32" e 11,98 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.004,0556 m e E: 674.255,5941 m; situado no limite com o Lote 38, perfazendo uma extensão de 11,98 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,96 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 23 – 24,34 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 38, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 2.381, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Ivonete Bueno Polidoro, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.004,0556 m e E: 674.255,5941 m, situado no limite com o Lote 36, deste segue adentrando ao Lote 38, seguindo com o seguinte azimute e distância: 70°46'32" e 12,17 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.008,0608 m e E: 674.267.0798 m; situado no limite com o Lote 39, perfazendo uma extensão de 12,17 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 24,34 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 24 – 14,35 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 39, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 21.130, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **João Maria Achitzki, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.008,0608 m e E: 674.267,0798 m, situado no limite com o Lote 38, deste segue adentrando pelo Lote 39, seguindo com o seguinte azimute e distância: 70°46'32" e 10,25 m até o PV297A, de coordenadas N: 7.197.011,4364 m e E: 674.276,7599 m; situado no limite com o Lote 40, perfazendo uma extensão de 10,25 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,40 m de largura com área total de atingimento de 14,35 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 25 – 18,38 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 40, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 21.131, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **João Maria Achitzki, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV297A, de coordenadas N: 7.197.011,4364 m e E: 674.276,7599 m, situado no limite com o Lote 39, deste segue adentrando pelo Lote 40, seguindo com o seguinte azimute e distância: 73°05'07" e 13,13 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.015,2559 m e E: 674.289,3197 m; situado no limite com o Lote 41, perfazendo uma extensão de 13,13 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,40 m de largura com área total de atingimento de 18,38 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677p.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 26 – 18,38 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 41, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.251, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **João Iachitzki Junior, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.015,2559 m e E: 674.289,3197 m, situado no limite com o Lote 40, deste segue adentrando pelo Lote 41, seguindo com o seguinte azimute e distância: 73°05'07" e 12,53 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.018,9002 m e E: 674.301,3033 m; situado no limite com o Lote 42, perfazendo uma extensão de 12,53 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 25,06 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 27 – 17,24 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 42, quadra n° 01, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 15.140, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Vitoria Maria de Oliveira, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7197018,9002 m e E: 674301,3033 m, situado no limite com o Lote 41, deste segue adentrando pelo Lote 42, seguindo com o seguinte azimute e distância: 73°05'07" e 8,62 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.021,4077 m e E: 674.309,5488 m; situado no limite com a Rua Mandirituba, perfazendo uma extensão de 8,62 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 17,24 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a

partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. (Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.5 – Loteamento Jardim Roma – Quadra 01**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:B0E5B2DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 088/2017

> ‘‘Declara de *utilidade pública* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o 2º, 5º, Letras “E” e “H”, e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 37/2017 USPO-CT.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, “E” e “H” e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 40,50 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 11, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 3.111, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Isac Lucas da Matos, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem, no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.105,5902 m e E: 674.166,7219 m, situado no limite com a Rua Adrianópolis, deste, segue adentrando ao Lote 11, seguindo com o seguinte azimute e distância: 53°08'32" e 17,27 m até o PV302, de coordenadas N: 7.197.116,1881 m e E: 674.180,3560 m; situado no interior do Lote 11, deste, continua pelo Lote 11, seguindo com o seguinte azimute e distância: 53°58'32" e 20,76 m até o PV298, coordenadas N: 7.197.128,3976 m e E: 674197,1460 m, situado no interior do Lote 11, deste, continua pelo Lote 11, seguindo com o seguinte azimute e distância: 60°13'57" e 0,97 m até o vértice 02, coordenadas N: 7.197.128,8816m e E: 674.197,9921, situado no limite com o Lote 12. Inicia-se no vértice 03 de coordenadas N: 7.197.127,0836 m e E: 674.197,8875 m, situado no limite com o Lote 13, deste segue adentrando ao Lote 11, seguindo com o seguinte azimute e distância: 330°33'41" e 1,50 m até o PV298, de coordenadas N: 7197128,3976 m e E: 674197,1460 m; situado no interior do Lote 11 , perfazendo uma extensão de 40,50 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,00 m de largura com área total de atingimento de 40,50m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 – 69,94 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 12, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 7.741, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Valdomiro Aires Pereira, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem, no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.128,8816 m e E: 674.197,9921m, situado no limite do Lote 11, deste segue adentrando pelo Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 60°13'57" e 1,39 m até o Vértice 02, de coordenadas N: 7.197.129,5827 m e E: 674.199,2179 m; situado no interior do Lote 12, deste continua pelo Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 60°13'57" e 10,47 m até o Vértice 03, de coordenadas N: 7.197.134,7784 m e E: 674.208,3021 m; situado no interior do Lote 12, deste continua pelo Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 60°13'57" e 23,11 m até o Vértice 04, de coordenadas N: 7.197.146,2524 m e E: 674.228,3633 m, situado no limite da Rua Mandirituba, perfazendo uma extensão de 34,97 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 69,94 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 – 33,56 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 13, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.111,7874 m e E: 674.204,2185 m, situado no limite do Lote 15, deste segue adentrando ao Lote 13, seguindo com o seguinte azimute e distância: 351°29'5" e 5,61 m até o PV299, de coordenadas N: 7.197.117,3382 m e E: 674.203,3874 m; situado no interior do Lote 13, deste continua pelo Lote 13, seguindo com o seguinte azimute e distância: 330°33'41"e 11,17 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.127,0836 m e E: 674.197,8875 m; situado no

limite do Lote 11, perfazendo uma extensão de 16,78 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 33,56 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 – 17,20 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 15, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.104,6180 m e E: 674.208,8114 m, situado no limite do Lote 17, deste segue adentrando ao Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 324°39'35" e 7,71 m até o PV300, de coordenadas N: 7.197.110,9099 m e E: 674.204,3499 m; situado no interior do Lote 15, deste continua pelo Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 351°29'5" e 0,89 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.111,7874 m e E: 674.204,2185 m; situado no limite do Lote 13, perfazendo uma extensão de 8,60 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 17,20 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 5 – 6,56 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 17, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 16.034, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Leopoldo Da Silva, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem, no DTI301, de coordenadas N: 7.197.101,9368 m e E: 674.210,7126 m, situado no interior do Lote 17, deste, segue adentrando ao Lote 26, seguindo com o seguinte azimute e distância: 324°39'35"e 3,28 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.104,6180 m e E: 674.208,8114 m; situado no limite com o Lote 15, perfazendo uma extensão de 3,28 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 6,56m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 6 – 9,44 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 21, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 13.703, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Silvestre Naslowski, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem, no DTI290, de coordenadas N: 7.197.091,6307 m e E: 674.222,4035 m, situado no interior do Lote 21, deste, segue adentrando ao Lote 21, seguindo com o seguinte azimute e distância: 93°12'15"e 4,72 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.091,3668 m e E: 674.227,1170 m; situado no limite com o Lote 22, perfazendo uma extensão de 4,72 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 9,44m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 7 – 13,28 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 22, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 16.050, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comande de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Flávio Sdraeski Preto, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.091,3668 m e E: 674.227,1170 m, situado no limite com o Lote 21, deste segue adentrando ao Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 93°12'15" e 6,64 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.090,9956 m e E: 674.233,7477 m; situado no limite com o Lote 23, perfazendo uma extensão de 6,64 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 13,28 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 8 – 15,86 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 23, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 2.343, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comande de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Artur Pinto da Silva, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.090,9956 m e E: 674.233,7477 m, situado no limite com o Lote 22, deste segue adentrando ao Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 93°12'15" e 7,93 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.090,5524 m e E: 674.241,6640 m; situado no limite com o Lote 24, perfazendo uma extensão de 7,93 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 15,86 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 9 – 14,82 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 24, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 1.912, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Mario Cesar Goras, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem, no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.090,5524 m e E: 674.241,6640 m, situado no limite com o Lote 23, deste segue adentrando ao Lote 24, seguindo com o seguinte azimute e distância: 93°12'15" e 3,33 m até o PV289, de coordenadas N: 7.197.090,3664 m e E: 674.244,9876 m; situado no interior do Lote 24, deste seguindo com o seguinte azimute e distância: 73°50'06" e 4,08 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.091,5024 m e E: 674.248,9068 m; situado no limite com o Lote 25, perfazendo uma extensão total de 7,41 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 14,82 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos

os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 10 – 11,46 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 25, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 370, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Erondir da Silva, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem, no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.091,5024 m e E: 674.248,9068 m, situado no limite com o Lote 24, deste segue adentrando ao Lote 25, seguindo com o seguinte azimute e distância: 73°50'06" e 5,73 m até o Vértice 02, de coordenadas N: 7.197.093,0975 m e E: 674.254,4098 m; situado no limite com o Lote 26, perfazendo uma extensão de 5,73 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 11,46 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 11 – 16,98 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 26, quadra n° 02, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 15.139, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Paulo Cesar Puka, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem, no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.093,0975 m e E: 674.254,4098 m, situado no limite com a Lote 25, deste, segue adentrando ao Lote 26, seguindo com o seguinte azimute e distância: 73°50'6" e 8,49 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.095,4602 m e E: 674.262,5608 m; situado no limite com a Rua Mandirutuba, perfazendo uma extensão de 8,49 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 16,98m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.5 – Loteamento Jardim Roma – Quadra 02**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:6846FEC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 089/2017

''Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.''

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras "E" e "H", e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 76,44 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 15, quadra n° 05, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.329,5266 m e E: 673.997,6066 m, situado no limite com a Rua São José dos Pinhais, deste segue adentrando ao Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 323°05'03" e 1,00 m até o PV484A, de coordenadas N: 7.197.330,3246 m e E: 673.997,0071 m; situado no interior do Lote 15, deste continua pelo Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 323°05'03" e 5,00 m até o PV484, de coordenadas N: 7.197.334,3222 m e E: 673.994,0039 m; situado no interior do Lote 15, deste continua pelo Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 333°05'28" e 26,96 m até o PV483 de coordenadas N: 7.197.358,3631 m e E: 673.981,8026 m; situado no interior do Lote 15, deste continua pelo Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 35°30'35" e 5,26 m até vértice 02, de coordenadas N: 7.197.362,6477 m e E: 673.984,8599 m; situado limite com o Lote 17, perfazendo uma extensão de 38,22 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 76,44 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 - 11,92 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 16, quadra n° 05, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de

propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.368,0743 m e E: 673.988,7321 m, situado no limite com o Lote 17, deste segue adentrando ao Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 35°30'35" e 5,96 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.372,9267 m e E: 673.992,1945 m; situado limite com o Lote 18, perfazendo uma extensão de 5,96 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 11,92 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 - 13,34 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 17, quadra n° 05, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.362,6477 m e E: 673.984,8599 m, situado no limite com o Lote 15, deste segue adentrando ao Lote 17, seguindo com o seguinte azimute e distância: 35°30'35" e 6,67 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.368,0743 m e E: 673.988,7321 m; situado limite com o Lote 16, perfazendo uma extensão de 6,67 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 13,34 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 - 10,08 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 18, quadra n° 05, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.372,9267 m e E: 673.992,1945 m, situado no limite com o Lote 16, deste segue adentrando ao Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 35°30'35" e 0,76 m até o PV482A, de coordenadas N: 7.197.373,5423 m e E: 673.992,6338 m; situado no interior do Lote 18, deste continua pelo Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 20°46'51" e 12,67 m até o PV482, de coordenadas N: 7.197.385,3907 m e E: 673.997,1300 m; situado no interior do Lote 18, deste continua pelo Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 319°40'44" e 27,78 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.406,5728 m e E: 673.979,1529 m; situado limite com o Lote 18, perfazendo uma extensão de 41,21 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 82,42 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:8674CB31

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 090/2017

''Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.''

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras "E" e "H", e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 18,80 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 20, quadra n° 06, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 545, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Pedro Rosa Dos Santos Rosa, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI 455, de coordenadas N: 7.197.420,1791 m e E: 674.210,4802 m, situado no limite com o Lote 18, deste segue adentrando ao Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância: 46°57'37" e 9,40 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.426,5970 m e E: 674217,3531 m; situado no limite com o Lote 22, perfazendo uma extensão de 9,40 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 18,80 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede

Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 – 23,64 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 22, quadra n° 06, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 2.625, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Sadi De Farias, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.426,5970 m e E: 674.217,3531 m, situado no limite com o Lote 20, deste, segue adentrando ao Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 46°57'37" e 11,82 m até o PV450A, de coordenadas N: 7.197.434,6647 m e E: 674.225,9927 m, situado no limite com o Lote 24, perfazendo uma extensão de 11,82 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,64 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 - 23,44 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 24, quadra n° 06, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Maria Mafalda Batista, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV450A, de coordenadas N: 7.197.434,6647 m e E: 674.225,9927 m, situado no limite com o Lote 22, deste segue adentrando ao Lote 24 seguindo com o seguinte azimute e distância: 54°28'27" e 11,72 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.441,4772 m e E: 674.235,5343 m; situado no limite com o Lote 26, perfazendo uma extensão de 11,72 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,44 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 - 23,38 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 26, quadra n° 06, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 12.132, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Luzia Aparecida Ramos, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.441,4772 m e E: 674.235,5343 m, situado no limite com o Lote 24, deste segue adentrando ao Lote 26 seguindo com o seguinte azimute e distância: 54°28'27" e 11,69 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.448,2649 m e E: 674.245,0413 m; situado no limite com o Lote 28, perfazendo uma extensão de 11,69 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,38 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 5 – 24,82 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 28, quadra n° 06, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 3.027, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Dionatan Conrado dos Santos, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.448,2649 m e E: 674.245,0413 m, situado no limite com o Lote 26, deste segue adentrando ao Lote 28 seguindo com o seguinte azimute e distância: 54°28'27" e 12,41 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.455,4766 m e E: 674.255,1421 m; situado no limite com o Lote 30, perfazendo uma extensão de 12,41 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 24,82 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 6 – 22,78 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 30, quadra n° 06, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.455,4766 m e E: 674.255,1421 m, situado no limite com o Lote 28, deste, segue adentrando ao Lote 30, seguindo com o seguinte azimute e distância: 54°28'27"e 11,39 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.462,0964 m e E: 674.264,4139 m, situado no limite com o Lote 32, perfazendo uma extensão de 11,39 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 22,78 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 7 – 32,18 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 32, quadra n° 06, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 14.987, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Liversino De Oliveira Da Silva, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.462,0964 m e E: 674.264,4139 m, situado no limite com o Lote 30, deste, segue adentrando ao Lote 32, seguindo com o seguinte azimute e distância: 54°28'27"e 16,09 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.471,4445 m e E: 674.277,5069 m, situado no limite com o Rua Campina Grande Do Sul, perfazendo uma extensão de 16,09 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 32,18 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do

sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:732CFABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 091/2017

''Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.''

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras "E" e "H", e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 72,00 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 23, quadra n° 07, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 10.464, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Fernando Palma Do Nascimento, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.540,9661 m e E: 674.160,1065 m, situado no limite com a Rua Rio Branco Do Sul, deste segue adentrando ao Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 145°4'29" e 16,00 m até o PV468A, de coordenadas N: 7.197.527,8506 m e E: 674.169,2647 m; situado no interior do Lote 23, deste continua pelo Lote 23 , seguindo com o seguinte azimute e distância: 145°4'29" e 20,00 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.511,4504 m e E: 674.180,7163 m; situado no limite com o Lote 24, perfazendo uma extensão de 36,00 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 72,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 – 2,46 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 24, quadra n° 07, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01 de coordenadas N: 7.197.511,4504 m e E: 674.180,7163 m, situado no limite com o Lote 23, deste segue adentrando ao Lote 24, seguindo com o seguinte azimute e distância: 145°04'29" e 1,00 m até o PV468, de coordenadas N: 7.197.510,6305 m e E: 674.181,2888 m; situado no interior do Lote 24, deste segue pelo Lote 24, seguindo com o seguinte azimute e distância: 100°05'38" e 1,46 m até o vértice 02 de coordenadas N: 7.197.510,3743 m e E: 674.182,7279 m, situado no limite com o Lote 26, perfazendo uma extensão de 2,46 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,00 m de largura com área total de atingimento de 2,46 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 - 38,18 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 26, quadra n° 07, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Maria Mafalda Batista, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01 de coordenadas N: 7.197.510,3743 m e E: 674.182,7279 m, situado no limite com o Lote 24, deste segue adentrando ao Lote 26, seguindo com o seguinte azimute e distância: 100°05'38" e 19,09 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.507,0281 m e E: 674.201,5250 m; situado no limite com o Lote 28, perfazendo uma extensão de 19,09 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 38,18 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69.Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 - 33,10 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 28, quadra n° 07, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01 de coordenadas N: 7.197.507,0281 m e E: 674.201,5250 m, situado no limite com o Lote 26, deste segue adentrando ao Lote 28, seguindo com o seguinte azimute e distância: 100°05'38" e 7,86 m até o PV467, de coordenadas N: 7.197.505,6511 m e E: 674.209,2605 m; situado no interior do Lote 28, deste segue pelo Lote 28, seguindo com o seguinte azimute e distância: 93°10'32" e 8,69 m até o vértice 02 de coordenadas N:

7.197.505,1698 m e E: 674.217,9344 m, situado no limite com o Lote 30, perfazendo uma extensão de 16,65 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 33,10 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 5 – 28,90 m² -sobre o imóvel denominado lote nº 30, quadra n° 07, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01 de coordenadas N: 7.197.505,1698 m e E: 674.217,9344 m, situado no limite com o Lote 28, deste segue adentrando ao Lote 30, seguindo com o seguinte azimute e distância: 93°10'32" e 10,05 m até o PV467A, de coordenadas N: 7.197.504,6131 m e E: 674.227,9684 m; situado no interior do Lote 30, deste segue pelo Lote 30, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°8'13" e 4,40 m até o vértice 02 de coordenadas N: 7.197.506,5306 m e E: 674.231,9239 m, situado no limite com o Lote 32, perfazendo uma extensão de 14,45 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 28,90 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 6 – 10,14 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 32, quadra n° 07, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, o Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01 de coordenadas N: 7.197.506,5306 m e E: 674.231,9239 m, situado no limite com o Lote 30, deste segue adentrando ao Lote 32, seguindo com o seguinte azimute e distância: 68°08'13" e 5,07 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.508,7407 m e E: 674.236,4827 m; situado no limite com a Rua São José dos Pinhais, perfazendo uma extensão de 5,07 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 10,14 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:687A8354

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 092/2017

> ‘‘Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras “E” e “H”, e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, “E” e “H” e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 68,56 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 03, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 1.239, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **José de Oliveira Matos, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.525,2195 m e E: 674.280,5762 m, situado no limite com a Rua José dos Pinhais, deste segue adentrando ao Lote 03, seguindo com o seguinte azimute e distância: 137°33'02" e 21,30 m até o PV410, de coordenadas N: 7.197.509,5028 m e E: 674.294,9524 m; situado no interior do Lote 03, deste continua pelo Lote 03, seguindo com o seguinte azimute e distância: 70°52'8" e 12,98 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.513,7565 m e E: 674.307,2148 m; situado no limite com o Lote 05, perfazendo uma extensão de 34,28 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 68,56 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos

os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 – 23,54 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 05 quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 24.957-A, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Vitoria Pilatte Narieneski, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.513,7565 m e E: 674.307,2148 m, situado no limite com o Lote 03, deste segue adentrando ao Lote 05, seguindo com o seguinte azimute e distância: 70°52'08" e 1,76 m até o PV409, de coordenadas N: 7.197.514,3337 m e E: 674.308,8787 m; situado no interior do Lote 05, deste continua pelo Lote 05, seguindo com o seguinte azimute e distância: 41°04'01"e 10,01 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.521,8817 m e E: 674.315,4555 m; situado no limite com o Lote 07, perfazendo uma extensão de 11,77 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,54 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 - 22,64 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 07, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 2.838, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **José Alexandre Ferreira Neto, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.521,8817 m e E: 674.315,4555 m, situado no limite com o Lote 05, deste segue adentrando ao Lote 07, seguindo com o seguinte azimute e distância: 41°4'1" e 6,90 m até o PV408, de coordenadas N: 7.197.527,0806 m e E: 674.319,9856 m; situado no interior do Lote 07, deste continua pelo Lote 07, seguindo com o seguinte azimute e distância: 44°38'32"e 4,42 m até o PV408A, de coordenadas N: 7.197.530,2242 m e E: 674.323,0902 m; situado no limite com o Lote 09, perfazendo uma extensão de 11,32 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 22,64 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 - 48,68 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 09, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI404, de coordenadas N: 7.197.535,1174 m e E: 674.318,8408 m, situado no limite com o Lote 07, deste segue adentrando ao Lote 09, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°28'17" e 12,13 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.540,3459 m e E: 674.329,7887m; situado no limite com o Lote 11. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV408A, de coordenadas N: 7.197.530,2242 m e E: 674.323,0902m, situado no limite com o Lote 07, deste segue adentrando ao Lote 09, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°28'19" e 12,21 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.535,4864 m e E: 674.334,1088 m; situado no limite com o Lote 11, perfazendo uma extensão de 24,34 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 48,68 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 5 – 51,96 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 11, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.535,4864 m e E: 674.334,1088 m, situado no limite com o Lote 09, deste segue adentrando ao Lote 11, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°28'19" e 13,02 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.541,0989 m e E: 674.345,8607 m; situado no limite com o Lote 13. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 03, de coordenadas N: 7.197.540,3459 m e E: 674.329,7887 m, situado no limite com o Lote 09, deste segue adentrando ao Lote 11, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°28'17" e 12,96 m até o vértice 04, de coordenadas N: 7.197.545,9333 m e E: 674.341,4879 m; situado no limite com o Lote 13, perfazendo uma extensão de 25,98 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 51,96 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 6 – 32,56 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 13, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 7.299, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Fátima Ferreira Maier, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.545,9333 m e E: 674.341,4879 m, situado no limite com o Lote 11, deste segue adentrando ao Lote 13, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°28'17" e 5,63 m até o PV403, de coordenadas N: 7.197.548,3583 m e E: 674.346,5656 m; situado no interior do Lote 13, deste continua pelo Lote 13, seguindo com o seguinte azimute e distância: 52°3'24" e 2,76 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.550,0554 m e E: 674.348,7423 m; situado no interior do com o Lote 13, deste, continua pelo Lote 13, seguindo com o seguinte azimute e distância: 52°3'24" e 4,53 m até o vértice 03, de coordenadas N: 7.197.552,8408 m e E: 674.352,3146 m; situado no limite com o Lote 15. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 04, de coordenadas N: 7.197.541,0989 m e E: 6743.45,8607 m, situado no limite com o Lote 11, deste segue adentrando ao Lote 13, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°28'17"e 3,36 m até o PV407, de coordenadas N: 7.197.542,5462 m e E: 674.348,8913 m; situado no limite com o Lote 14, perfazendo uma extensão de 16,28 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 32,56 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 7 – 19,10 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 14, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito**

pertencer, com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV407, de coordenadas N: 7.197.542,5462 m e E: 674.348,8913 m, situado no limite do Lote 13, deste segue adentrando ao Lote 14, seguindo com o seguinte azimute e distância: 62°37'34"e 9,55 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.546,9354 m e E: 674.357,3685 m; situado no limite do Lote 16, perfazendo uma extensão de 9,55 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 19,10 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 8 – 29,04 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 15, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.758, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Andreia Aparecida Antunes, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.552,8408 m e E: 674 352,3146 m, situado no limite com o Lote 13, deste segue adentrando ao Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 52°03'24" e 10,49 m até o PV403A, de coordenadas N: 7.197.559,1717 m e E: 674.360,4344 m; situado no interior do Lote 15, deste continua pelo Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 139°00'13" e 4,03 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.556,1293 m e E: 674.363,0787 m; situado no limite com o Lote 16, perfazendo uma extensão de 14,52 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 29,04 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 9 – 28,44 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 16, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.546,9354 m e E: 674.357,3985 m, situado no limite do Lote 14, deste segue adentrando ao Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 62°37'34" e 12,11 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.552,5202 m e E: 674.368,1546 m; situado no limite do Lote 18. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 03, de coordenadas N: 7.197.556,1293 m e E: 674.363,0787 m, situado no limite do Lote 15, deste segue adentrando ao Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 139°0'13" e 1,03 m até o PV403B, de coordenadas N 7.197.555,3514 m e E: 674.363,7549 m; situado no interior do Lote 16, deste continua no Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância 44°40'52" e 1,08 m até o vértice 04, de coordenadas N: 7.197.556,1185 m e E: 674.364,5135 m; situado no limite do Lote 18, perfazendo uma extensão de 14,22 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 28,44 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 10 – 47,72 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 18, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.556,1185 m e E: 674.364,5135 m, situado no limite do Lote 16, deste segue adentrando ao Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 44°39'32" e 11,89 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.564,5727 m e E: 674.372,8677 m; situado no limite do Lote 20. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 03, de coordenadas N: 7.197.552,5202 m e E: 674.368,1546 m, situado no limite do Lote 16, deste segue adentrando ao Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 62°37'34" e 2,51 m até o PV405, de coordenadas N 7197.553,6730 m e E: 674.370,3811 m; situado no interior do Lote 18, deste continua no Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância 39°52'41" e 9,46 m até o vértice 04, de coordenadas N: 7.197.560,9315 m e E: 674376,4455 m; situado no limite do Lote 20, perfazendo uma extensão de 23,86 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 47,72 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 11 – 24,32 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 19, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.566,0278 m e E: 674.372,8778 m, situado no limite com o Lote 20, deste segue adentrando ao Lote 19, seguindo com o seguinte azimute e distância: 317°1'44" e 1,19 m até o PV403D, de coordenadas N: 7.197.566,9001 m e E: 674.372,0652 m; situado no interior do Lote 19, deste continua pelo Lote 19, seguindo com o seguinte azimute e distância: 44°47'35" e 10,97 m até o vértice 2, de coordenadas N: 7.197.574,6869 m e E: 674.379,7960 m; situado no limite com o Lote 21, perfazendo uma extensão de 12,16 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 24,32 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 12 – 29,66 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 12, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.560,9315 m e E: 674.376,4445 m, situado no limite do Lote 18, deste segue adentrando ao Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância: 39°52'41" e 12,81 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.570,7612 m e E: 674.384,6579 m; situado no limite do Lote 22. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 03, de coordenadas N: 7.197.564,5727 m e E: 674.372,8677 m, situado no limite do Lote 18, deste segue adentrando ao Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância: 44°39'32" e 1,00 m até o PV403C, de coordenadas N 7.197.565,2841 m e E: 674.373,5706 m; situado no interior do Lote 20, deste continua no Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância 317°1'44"e 1.02 m até o vértice 04, de coordenadas N: 7197566,0278 m e E:

674372,8778 m; situado no limite do Lote 19, perfazendo uma extensão de 14,83 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 29,66 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 13 – 26,32 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 21, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 3.717, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Antonio Jose Iachitzki, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.574,6869 m e E: 674.379,7960 m, situado no limite com o Lote 19, deste segue adentrando ao Lote 21, seguindo com o seguinte azimute e distância: 44°47'35" e 9,28 m até o PV401, de coordenadas N: 7.197.581,2707 m e E: 674.386,3324 m; situado no interior do Lote 21, deste continua pelo Lote 21, seguindo com o seguinte azimute e distância: 134°56'56" e 1,00 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.580,5385 m e E: 674.387,0660 m; situado no limite com o Lote 22. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 03, de coordenadas N: 7.197.583.3163 m e E 674.388.3633 m; situado no limite com o Lote 23, deste segue pelo Lote 21, seguindo com o seguinte azimute e distância: 224°47'35" e 2,88 m até o PV401, de coordenadas N: 7.197.581.2707 m e E: 674.386.3324 m; situado no interior do Lote 21, perfazendo uma extensão de 13,16 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 26,32 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 14 – 30,92 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 22, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 03, de coordenadas N: 7.197.580,5385 m e E: 674.387,0660 m, situado no limite do Lote 21, deste segue adentrando ao Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 134°59'46" e 4,44 m até o PV400, de coordenadas N: 7.197.577,4030 m e E: 674.390,2070 m; situado no interior do Lote 22. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.570,7612 m e E: 674.384,6579 m, situado no limite do Lote 20, deste segue adentrando ao Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 39°52'41" e 8,65 m até o PV400, de coordenadas N 7.197.577,4030 m e E: 674.390,2070 m; situado no interior do Lote 22, deste continua no Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância 46°56'18"e 2,37 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.579,0221 m e E: 674.391,9395 m; situado no limite do Lote 24, perfazendo uma extensão de 15,46 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 30,92 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 15 – 19,48 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 23, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI402 de coordenadas N: 7.197.590,2266 m e E: 674.395,2239 m, situado no interior do Lote 23, deste continua pelo Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 224°47'35" e 9,74 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.583,3163 m e E: 674.388,3633 m; situado limite com o Lote 21, perfazendo uma extensão de 9,74 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 19,48 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 16 – 26,82 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 24, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.579,0221 m e E: 674.391,9395 m, situado no limite do Lote 22, deste segue adentrando ao Lote 24, seguindo com o seguinte azimute e distância: 46°56'18"e 13,41 m até o PV399, de coordenadas N: 7.197.588,1788 m e E: 674.401,7378 m; situado no limite do Lote 26, perfazendo uma extensão de 13,41 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 26,82 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 17 – 23,72 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 26, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 9.345, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Edith Habekost Silveira, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV399, de coordenadas N: 7.197.588,1788 m e E: 674.401,7378 m, situado no limite do Lote 24, deste segue adentrando ao Lote 26, seguindo com o seguinte azimute e distância: 72°37'48"e 11,86 m até o PV398, de coordenadas N: 7.197.591,7196 m e E: 674.413,0571 m; situado no limite com o Lote 30, perfazendo uma extensão de 11,86 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,72 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 18 – 72,60 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 30, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, o Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV398 de coordenadas N: 7.197.591,7196 m e E: 674.413,0571 m, situado no limite com o Lote 26, deste segue adentrando ao Lote 30, seguindo com o seguinte

azimute e distância: 45°32'40" e 36,30 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.617,1419 m e E: 674.438,9673 m; situado limite com a Rua Cerro Azul, perfazendo uma extensão de 36,30 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 72,60 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:5B0BDAB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 093/2017

> ‘‘Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras “E” e “H”, e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, “E” e “H” e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 72,02 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 18, quadra n° 09, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.654,8301 m e E: 674.287,7631 m, situado no limite com a Rua Rio Branco do Sul, deste segue adentrando ao Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 136°46'00" e 4,83 m até o PV416A, de coordenadas N: 7.197.651,3103 m e E: 674.291,0723m; situado no interior do Lote 18, deste continua pelo Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 136°46'00" e 31,18 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.628,5949 m e E: 674.312,4282 m; situado no limite com Lote 19, perfazendo uma extensão de 36,01 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 72,02 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 - 81,44 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 19, quadra n° 09, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 11.992, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Edimilson Luiz de Paula, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.628,5949 m e E: 674.312,4282 m, situado no limite com o Lote 18, deste segue adentrando ao Lote 19, seguindo com o seguinte azimute e distância: 136°46'00" e 1,08 m até o PV416, de coordenadas N: 7197627,8090 m e E: 674313,1672 m; situado no interior do Lote 19, deste segue com o seguinte azimute e distância: 76°10'09" e 9,20 m até o PV415, de coordenadas N: 7197630,0083 m e E: 674322,1004 m; situado no interior do Lote 19, deste segue com o seguinte azimute e distância: 135°55'51" e 30,44 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.608,1385 m e E: 674.343,2709 m; situado no limite com a Rua São José dos Pinhais, perfazendo uma extensão de 40,72 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 81,44 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for

compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:2179E9A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 094/2017

> ‘‘Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras “E” e “H”, e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem,* amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, “E” e “H” e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 65,28 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 01 quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.641,3034 m e E: 674.440,9901 m, situado no limite da Rua Cerro Azul, deste segue adentrando ao Lote 01, seguindo com o seguinte azimute e distância: 49°51'14" e 1,24 m até o PV388, de coordenadas N: 7.197.642,1020 m e E: 674.441,9369 m; situado no interior do Lote 01. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 02, de coordenadas N: 7.197.650,2036m e E: 674.450,9367m, situado no limite com o Lote 03, deste segue adentrando ao Lote 01, seguindo com o seguinte azimute e distância: 228°0'51" e 12,11 m até o PV388, de coordenadas N: 7.197.642,1020 m e E: 674.441,9369 m; situado no interior do Lote 01. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV388, de coordenadas N: 7.197.642,1020 m e E: 674.441,9369m; situado no interior do Lote 01, deste segue adentrando ao Lote 01, seguindo com o seguinte azimute e distância: 139°16'36" e 6,96 m até o PV387, de coordenadas N: 7.197.636,8292m e E: 674.446,4759 m; situado no interior do Lote 01, deste continua pelo Lote 01, seguindo com o seguinte azimute e distância: 49°40'46" e 12,33 m até o vértice 03, de coordenadas N: 7.197.644,8047 m e E: 674.455,8734 m; situado no limite com o Lote 03, perfazendo uma extensão de 32,64 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 65,28 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 – 34,66 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 03, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.658,3084 m e E: 674.459,9399 m, situado no limite com o Lote 05, deste segue adentrando ao Lote 03, seguindo com o seguinte azimute e distância: 48°0'23" e 12,11 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.650,2036 m e E: 674.450,9367 m; situado no limite com o Lote 01. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 03, de coordenadas N: 7.197.644,8047 m e E: 674.455,8734 m; situado no limite do Lote 01, deste segue adentrando ao Lote 03, seguindo com o seguinte azimute e distância: 49°40'46" e 4,22 m até o PV387A, de coor denadas N: 7.197.647,5326 m e E: 674.459,0877 m; situado no interior do Lote 03, deste continua pelo Lote 03, seguindo com o seguinte azimute e distância: 139°40'46" e 1,00 m até o vértice 04, de coordenadas N: 7,197.646,7702 m e E: 674.459,7347 m; situado no limite com o Lote 04, perfazendo uma extensão de 17,33 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 34,66 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 - 23,72 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 04, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 2.838, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Antonio Jose Iachitzki, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.646,7702 m e E: 674.459,7347 m, situado no limite com o Lote 03, deste segue adentrando ao Lote 04, seguindo com o seguinte azimute e distância: 139°40'46" e 1,00 m até o PV387B, de coordenadas N: 7.197.646,0517 m e E: 674.460,3445 m; situado no interior do Lote 04, deste continua pelo Lote 04, seguindo com o seguinte azimute e distância: 50°10'0" e 10,92 m até o PV387C, de coordenadas N: 7.197.653,0469 m e E: 674.468,7305 m; situado no limite com o Lote 06, perfazendo uma extensão de 11,96 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,72 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 – 20,00 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 05, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito**

pertencer, com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI389, de coordenadas N: 7.197.664,9989 m e E: 674.467,3721 m, situado no interior do Lote 05 , deste segue adentrando ao Lote 05, seguindo com o seguinte azimute e distância: 228°0'23"e 10,00 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.658,3084 m e E: 674.459,9399 m; situado no limite com o Lote 03, perfazendo uma extensão de 10,00 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 20,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 5 – 24,10 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 06, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 5.638, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a J**osé Carlos Viana, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV387C, de coordenadas N: 7.197.653,0469 m e E: 674.468,7305 m, situado no limite com o Lote 04, deste segue adentrando ao Lote 06, seguindo com o seguinte azimute e distância: 62°44'31" e 12,05 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.658,5671 m e E: 674.479,4450 m; situado no limite com o Lote 08, perfazendo uma extensão de 12,05 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 24,10 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 6 – 20,76 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 08, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 12.617, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Maria Rodrigues Moraes, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.658,5671 m e E: 674.479,4450 m, situado no limite com o Lote 06, deste segue adentrando ao Lote 08, seguindo com o seguinte azimute e distância: 62°44'31" e 10,38 m até o PV387D, de coordenadas N: 7.197.663,3198 m e E: 674.488,6697 m; situado no limite com o Lote 10, perfazendo uma extensão de 10,38 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 20,76 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 7 – 24,72 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 10, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 8.253, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Gabriel Junior De Carvalho, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV387D, de coordenadas N: 7.197.663,3198 m e E: 674.488,6697 m, situado no limite com o Lote 08, deste segue adentrando ao Lote 10, seguindo com o seguinte azimute e distância: 50°30'12" e 12,36 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.671,1809 m e E: 674.498,2072 m; situado no limite com o Lote 12, perfazendo uma extensão de 12,36 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 24,72 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 8 – 78,86 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 12, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.671,1809 m e E: 674.498,2072 m, situado no limite com o Lote 10, deste segue adentrando ao Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 50°30'12" e 1,00 m até o PV360, de coordenadas N: 7.197.671,8188 m e E: 674.498,9811 m; situado no interior do Lote 12, deste continua pelo Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°14'18" e 11,80 m até o PV359, de coordenadas N: 7.197.676,9483 m e E: 674.509,6101 m; situado no limite com o Lote 14. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 02, de coordenadas N: 7.197.652,6080 m e E: 674.517,4257 m, situado no limite com a Rua Piraquara, deste segue adentrando ao Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 316°9'57" e 26,63 m até o PV360, de coordenadas N: 7.197.671,8188 m e E: 674.498,9811 m;; situado no interior do Lote 12, perfazendo uma extensão de 39,43 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 78,86 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 9 – 26,42 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 14, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI358, de coordenadas N: 7.197.691,8349 m e E: 674,508,4179 m, situado no interior do Lote 14, deste segue adentrando ao Lote 14, seguindo com o seguinte azimute e distância: 41°55'12" e 1,81 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7197693,1826 m e E: 674509,6280 m; situado no limite com o Lote 16. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV359, de coordenadas N: 7.197.676,9483 m e E: 674.509,6101 m, situado no limite com o Lote 12, deste segue adentrando ao Lote 14, seguindo com o seguinte azimute e distância: 53°29'33" e 11,40 m até o PV359A, de coordenadas N: 7.197.683,7281m e E: 674.518,7699 m; situado no limite do Lote 16, deste continua pelo Lote 12, deste segue adentrando ao Lote 14, seguindo com o seguinte azimute e distância: 53°29'33" e 11,40 m até o PV356, de coordenadas N: 7.197.683,7281m e E: 674.518,7699 m; situado no limite do Lote 16, perfazendo uma extensão de 13,21 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 26,42 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 10 – 65,28 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 16, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.693,1826 m e E: 674.509,6280 m, situado no limite do Lote 14, deste segue adentrando ao Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 41°55'12" e 11,15 m até o PV357, de coordenadas N: 7.197.701,4820 m e E: 674.517,0798 m; situado no interior do Lote 16, deste continua no Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 136°17'1" e 7,64 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.695,9620 m e E: 674.522,3578 m; situado no interior do Lote 16. Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV359A, de coordenadas N: 7.197.683,7281 m e E: 674.518,7699 m, situado no limite do Lote 14, deste segue adentrando ao Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 16°20'42" e 12,75m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.695,9620 m e E: 674.522,3578 m; situado no interior do Lote 16, deste continua no Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 21°19'2" e 1,10 m até o PV356, de coordenadas N: 7.197.696,9896 m e E: 674.522,7588m; situado no limite do Lote 18, perfazendo uma extensão de 32,64 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 65,28 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD- *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 11 – 25,40 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 18, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 3.467, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **João Maria De Souza Vaz, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.696,9896 m e E: 674.522,7588 m, situado no limite com o Lote 16, deste segue adentrando ao Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 21°19'2"e 12,70 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.708,8168 m e E: 674.527,3741 m; situado no limite do Lote 20, perfazendo uma extensão de 11,32 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 22,64 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 12 – 14,68 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 19, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.714,7227 m e E: 674.529,6788 m, situado no limite do Lote 20, deste segue adentrando ao Lote 19, seguindo com o seguinte azimute e distância: 21°19'2" e 7,34 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.721,5608 m e E: 674.532,3472 m; situado no limite do Lote 21, perfazendo uma extensão de 7,34m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 14,68 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 13 – 12,68 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 20, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 10.932, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Osini Terezinha De Souza, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.708,8168 m e E: 674.527,3741 m, situado no limite com o Lote 18, deste segue adentrando ao Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância: 21°19'2" e 6,34 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.714,7227 m e E: 674.529,6788 m; situado no limite com o Lote 19, perfazendo uma extensão de 6,34 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 12,68 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 14 – 31,38 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 21, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.721,5611 m e E: 674.532,3473 m, situado no limite do Lote 19, deste segue adentrando ao Lote 21, seguindo com o seguinte azimute e distância: 21°19'2" e 15,69 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.736,1818 m e E: 674.538,0527 m; situado no limite do Lote 23, perfazendo uma extensão de 15,69 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 31,38 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 15 – 32,28 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 23, quadra n° 08, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI402 de coordenadas N: 7.197.590,2266 m e E: 674.395,2239 m, situado no interior do Lote 23, deste continua pelo Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 224°47'35" e 9,74 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.583,3163 m e E: 674.388,3633 m; situado limite com o Lote 21, perfazendo uma extensão de 9,74 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 19,48 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 16 – 31,50 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 25, quadra n° 10, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 4.125, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Pedro Carvalho,**

ou a quem de direito pertencer, com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.751,2170 m e E: 674.543,9199 m, situado no limite com o Lote 23, deste segue adentrando ao Lote 25, seguindo com o seguinte azimute e distância: 21°19'2" e 15,75 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7197765,8936 m e E: 674549,6471 m; situado no limite com a Rua Araucária, perfazendo uma extensão de 15,75 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 31,50 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:37252F85

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 095/2017

> ‘‘Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras “E” e “H”, e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, “E” e “H” e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 29,08 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 01 quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 7.443, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Antonio Do Carmo, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV555, de coordenadas N: 7.197.552,6014 m e E: 673.897,2255 m, situado no limite com o Lote 02, deste segue adentrando ao Lote 01, seguindo com o seguinte azimute e distância: 336°08'35" e 14,54 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.565,8969 m e E: 673.891,3457 m; situado no limite com a Rua Contenda, perfazendo uma extensão de 14,54 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 29,08 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 – 25,74 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 02 quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 11.231, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Cleuza Soares, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI556, de coordenadas N: 7.197.540,0206 m e E: 6.738.99,5318 m, situado no limite com o Lote 03, deste segue adentrando ao Lote 02, seguindo com o seguinte azimute e distância: 336°08'35" e 2,69 m até o PV555B, de coordenadas N: 7.197.542,4810 m e E: 673.898,4434 m; situado no interior do Lote 02, deste continua pelo Lote 02, seguindo com o seguinte azimute e distância: 66°08'35" e 2,98 m até o PV555A, de coordenadas N: 7.197.543,6867 m e E: 673.901,1680 m; situado no interior do Lote 02, deste continua pelo Lote 02, seguindo com o seguinte azimute e distância: 336°08'35" e 9,75 m até o PV555, de coordenadas N: 7.197.552,6014 m e E: 673.897,2255 m; situado no limite com o Lote 01, perfazendo uma extensão de 12,87 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 25,74 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 - 23,72 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 10, quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 4.328, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Benedito Alves, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI524F, de coordenadas N: 7.197.507,1127 m e E: 673.902,6991 m, situado no limite com o Lote 08, deste segue adentrando pelo Lote 10, seguindo com o seguinte azimute e distância: 167°09'45" e 8,41 m até o PV524I, de coordenadas N: 7.197.498,9149 m e E: 673.904,5672 m; situado no limite com o Lote 12, perfazendo uma extensão de 8,41 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 16,82 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação

ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 – 19,32 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 12, quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV524I, de coordenadas N: 7.197.498,9149 m e E: 673.904,5672 m, situado no limite com o Lote 10, deste segue adentrando ao Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 175°22'40" e 14,58 m até o PV524H, de coordenadas N: 7.197.484,3849 m e E: 673.905,7420 m; situado no interior do Lote 12, deste continua pelo Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 163°55'13" e 4,74 m até o PV524E, de coordenadas N: 7.197.479,8300 m e E: 673.907,0549 m; situado no limite com o Lote 14, perfazendo uma extensão de 19,32 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,00 m de largura com área total de atingimento de 19,32 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 5 – 18,82 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 14, quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV524E, de coordenadas N: 7.197.479,8300 m e E: 673.907,0549 m, situado no limite com o Lote 12, deste segue adentrando ao Lote 14, seguindo com o seguinte azimute e distância: 162°9'40" e 7,21 m até o PV524G, de coordenadas N: 7.197.472,9655 m e E: 673.909,2640 m; situado no interior do Lote 14, deste continua pelo Lote 14, seguindo com o seguinte azimute e distância: 166°25'31" e 2,20 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.470,8283 m e E: 673.909,7801 m; situado no limite com o Lote 16, perfazendo uma extensão de 9,41 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 18,82 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 6 – 19,54 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 16, quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.470,8283 m e E: 673.909,7801 m, situado no limite com o Lote 14, deste segue adentrando ao Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 166°25'31" e 2,75 m até o PV524D, de coordenadas N: 7.197.468,1593 m e E: 673.910,4245 m; situado no interior do Lote 16, deste continua pelo Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 179°05'24"e 7,02 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.461,1384 m e E: 673.910,5360 m; situado no limite com o Lote 18, perfazendo uma extensão de 9,77 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 19,54 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 7 – 28,32 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 18, quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.461,1384 m e E: 673.910,5360 m, situado no limite com o Lote 16, deste segue adentrando ao Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 179°5'24" e 10,54 m até o PV524C, de coordenadas N: 7.197.450,5968 m e E: 673.910,7035 m; situado no interior do Lote 18, deste continua pelo Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 170°16'4" e 3,62 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.447,0317 m e E: 673.911,3149 m; situado no limite com o Lote 20, perfazendo uma extensão de 14,16 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 28,32 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 8 – 24,48 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 20, quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 8.317, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.447,0317 m e E: 673.911,3149 m, situado no limite com o Lote 18, deste, segue adentrando pelo Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância: 170°16'4" e 6,77 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.440,3581 m e E: 673.912,4595 m, situado no interior do Lote 20, deste, continua pelo Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância: 170°16'4" e 5,47 m até o vértice 03, de coordenadas N: 7.197.434,9696 m e E: 673.913,3837 m; situado no limite com o Lote 22, perfazendo uma extensão de 12,24 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 24,48 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 9 – 22,50 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 22, quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 15.145, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Eliseu Gonçalves da Silva, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.434,9696 m e E: 673.913,3837 m, situado no limite com o Lote 20, deste segue adentrando ao Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 170°16'04" e 10,24 m até o PV524B, de coordenadas N: 7.197.424,8724 m e E: 673.915,1155 m; situado no interior do Lote 22, deste continua pelo Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 74°21'35" e 1,01 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.425,1435 m e E: 673.916,0838 m; situado no limite com o Lote 23, perfazendo uma extensão de 11,25

m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 22,50 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 10 – 74,64 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 23, quadra n° 11, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.425,1435 m e E: 673.916,0838 m, situado no limite com o Lote 22, deste segue adentrando ao Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 74°21'35" e 16,29 m até o PV524A, de coordenadas N: 7.197.429,5365 m e E: 673.931,7749 m; situado no interior do Lote 23, deste continua pelo Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 74°21'35" e 21,03 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.435,2055 m e E: 673.952,0238 m; situado no limite com a Rua Campo Largo, perfazendo uma extensão de 37,32 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 74,64 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:78671897

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 096/2017

''Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.''

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras "E" e "H", e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 32,54 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 06 quadra n° 14, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 5.727, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Samuel Good de Souza, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.738,0018 m e E: 674.102,7825 m, situado no limite com o Lote 07, deste segue adentrando ao Lote 06, seguindo com o seguinte azimute e distância: 270°29'22" e 13,46 m até o PV557A, de coordenadas N: 7.197.738,1148 m e E: 674.089,3240 m; situado no interior do Lote 06, deste continua pelo Lote 06, seguindo com o seguinte azimute e distância: 269°53'01" e 19,08 m até vértice 02, de coordenadas N: 7.197.738,0761 m e E: 674.070,2396 m; situado no limite com a Rua Quatro Barras, perfazendo uma extensão de 32,54 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,00 m de largura com área total de atingimento de 32,54 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 – 13,88 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 07 quadra n° 14, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI 558, de coordenadas N: 7.197.737,9435 m e E: 674.109,7184 m, situado no interior com do Lote 07, deste continua pelo Lote 07, seguindo com o seguinte azimute e distância: 270°28'53" e 6,94 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.738,0018 m e E: 674.102,7825 m; situado no limite com o Lote 06, perfazendo uma extensão de 6,94 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 13,88 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram

calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 - 40,00 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 29, quadra n° 14, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.591,0700 m e E: 674.129,5875 m, situado no limite com o Lote 31, deste segue adentrando ao Lote 29, seguindo com o seguinte azimute e distância: 311°51'40" e 11,41 m até o PV537, de coordenadas N: 7.197.598,6841 m e E: 674.121,0897 m; situado no interior do Lote 29, deste segue pelo Lote 29, seguindo com o seguinte azimute e distância: 234°39'14" e 8,59 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.593,7147 m e E: 674.114,0830 m; situado no limite com a Rua Quatro Barras, perfazendo uma extensão de 20,00 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 40,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 – 86,06 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 31, quadra n° 14, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.553,6134 m e E: 674.149,0621 m, situado no limite com a Rua Rio Branco do Sul, deste segue adentrando ao Lote 31, seguindo com o seguinte azimute e distância: 338°29'47" e 33,24 m até o PV536, de coordenadas N: 7.197.584,5368 m e E: 674.136,8787 m; situado no interior do Lote 31, deste segue pelo Lote 31, seguindo com o seguinte azimute e distância: 311°51'40" e 9,79 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.591,0700 m e E: 674.129,5875 m; situado no limite com o Lote 29, perfazendo uma extensão de 43,03 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 86,06 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:E3C354D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 097/2017

''Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.''

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras "E" e "H", e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 75,82 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 15 quadra n° 16, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 7.700, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade atribuída a **Samuel Good de Souza, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.774,1773 m e E: 674.355,4766 m, situado no limite com a Rua Araucária, deste segue adentrando ao Lote 15, seguindo com o seguinte azimute e distância: 179°46'11" e 37,91 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.736,2654 m e E: 674.355,6290 m; situado no limite com a Rua Rio Branco do Sul, perfazendo uma extensão de 37,91 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 75,82 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do

sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:E85EA55A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 098/2017

> ‘‘Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras “E” e “H”, e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, “E” e “H” e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 21,50 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 10, quadra n° 17, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 26.244, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Guido Rodolpho Veski, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no DTI596, de coordenadas N: 7.197.701,5806 m e E: 673.841,4174 m, situado no limite com o Lote 08, deste segue adentrando ao Lote 10, seguindo com o seguinte azimute e distância: 183°7'46"e 10,75 m até o PV595, de coordenadas N: 7.197.690,8271 m e E: 673.840,8294 m; situado no limite com o Lote 12, perfazendo uma extensão de 10,75 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 21,50 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 – 10,78 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 12, quadra n° 17, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 14.100, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Cleuza Soares, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV595, de coordenadas N: 7.197.690,8271 m e E: 673.840,8294 m, situado no limite com o Lote 10, deste segue adentrando ao Lote 12, seguindo com o seguinte azimute e distância: 169°37'56" e 5,39 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.685,5247 m e E: 673.841,7995 m; situado no limite com o Lote 14, perfazendo uma extensão de 5,39 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 10,78 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 - 17,48 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 14, quadra n° 17, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.685,5247 m e E: 673.841,7995 m, situado no limite com o Lote 12, deste segue adentrando ao Lote 14, seguindo com o seguinte azimute e distância: 169°37'56"e 8,74 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.676,9314 m e E: 673.843,3717 m; situado no limite com o Lote 16, perfazendo uma extensão de 8,74 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 17,48 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 – 24,28 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 16, quadra n° 17, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7197676,9314 m e E: 673843,3717 m, situado no limite com o Lote 14, deste segue adentrando ao Lote 16, seguindo com o seguinte azimute e distância: 169°37'56"e 12,14 m até o PV594, de coordenadas N: 7.197.664,9879 m e E: 673.845,5567 m; situado no limite com o Lote 18, perfazendo uma extensão de 12,14 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 24,28 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram

calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 5 – 25,18 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 18, quadra n° 17, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV594, de coordenadas N: 7.197.664,9879 m e E: 673.845,5567 m, situado no limite com o Lote 16, deste segue adentrando ao Lote 18, seguindo com o seguinte azimute e distância: 161°53'19"e 12,59 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.653,0073 m e E: 673.845,5567 m; situado no limite com o Lote 20, perfazendo uma extensão de 12,59 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 25,18 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 6 – 16,52 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 20, quadra n° 17, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.653,0073 m e E: 673.849,4731 m, situado no limite com o Lote 18, deste segue adentrando ao Lote 20, seguindo com o seguinte azimute e distância: 161°53'41" e 8,26 m até o PV593, de coordenadas N: 7.197.645,1602 m e E: 673.852,0387 m; situado no limite com o Lote 21, perfazendo uma extensão de 8,26 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 16,52 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 7 – 23,10 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 21, quadra n° 17, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 10.967, do Ofício de Registro de Imóveis do município e comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade atribuída a **Eglair Estevão Dos Santos, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV593, de coordenadas N: 7.197.645,1602 m e E: 673.852,0387 m, situado no limite com o Lote 20, deste segue adentrando ao Lote 21, seguindo com o seguinte azimute e distância: 151°2'56" e 10,37 m até o PV592, de coordenadas N: 7.197.636,0823 m e E: 673.857,0606 m; situado no interior do Lote 21, deste continua pelo Lote 21, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°16'6" e 1,18 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.636,5951 m e E: 673.858,1247 m; situado no limite com o Lote 23, perfazendo uma extensão de 11,55 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,10 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 8 – 7,10 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 23, quadra n° 17, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.636,5951 m e E: 673.858,1247 m, situado no limite com o Lote 21, deste segue adentrando ao Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 64°16'6" e 1,00 m até o PV591, de coordenadas N: 7.197.637,0293 m e E: 673.859,0255 m; situado no interior do Lote 23, deste continua pelo ao Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 150°45'42" e 2,55 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.634,8071 m e E: 673.860,2694 m; situado no limite com o Lote 25, perfazendo uma extensão de 3,55 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 7,10 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 9 – 22,50 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 25, quadra n° 17, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.634,8071 m e E: 673.860,2694 m, situado no limite com o Lote 23, deste segue adentrando ao Lote 25, seguindo com o seguinte azimute e distância: 150°45'42" e 13,41 m até o PV590, de coordenadas N: 7.197.623,1039 m e E: 673.866,8204 m; situado no interior do Lote 25, deste continua pelo ao Lote 25, seguindo com o seguinte azimute e distância: 67°50'56" e 28,64 m até o PV589, de coordenadas N: 7.1976.33,9023 m e E: 673.893,3456 m; situado no limite com a Rua Campo Largo, perfazendo uma extensão de 42,05 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 84,10 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:22D807D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 099/2017

> ‘‘Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município de Almirante Tamandaré, para fins de instituição de Servidão Administrativa de Passagem para implantação da tubulação de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários de Almirante Tamandaré – Paraná.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece art. 2º, 5º, Letras “E” e “H”, e art. 40, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de maio de 1956, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 33/2017 USPOCT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de S*ervidão de Passagem*, amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, “E” e “H” e 6º, do Decreto- Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

ÁREA 1 – 12,78 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 22, quadra n° 18, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no PV581A, de coordenadas N 7.197.627,4127 m e E: 673.947,6834 m, situado no limite com o Lote 27, deste segue adentrando ao Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 129°43'27" e 1,00 m até o PV580A, de coordenadas N: 7.197.626,7750 m e E: 673.948,4508 m; situado no interior do Lote 22, deste continua pelo Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 67°15'19" e 3,49 m até o PV580, de coordenadas N: 7.197.628,1225 m e E: 673.951,6651 m; situado no interior do Lote 22, deste segue pelo Lote 22, seguindo com o seguinte azimute e distância: 82°46'48" e 8,29 m até o vértice 01, de coordenadas N: 7.197.629,1640 m e E: 673.959,8858 m, situado no limite com o Lote 24 , perfazendo uma extensão de 12,78 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,00 m de largura com área total de atingimento de 12,78 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 2 – 66,44 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 23, quadra n° 18, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.617,8400 m e E: 673.915,8767 m, situado no limite com a Rua Campo Largo, deste segue adentrando ao Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 73°15'1" e 16,50 m até o PV581, de coordenadas N: 7.197.622,5952 m e E: 673.931,6766 m; situado no interior do Lote 23, deste continua pelo Lote 23, seguindo com o seguinte azimute e distância: 73°15'1" e 16,72 m até o PV581A, de coordenadas N: 7.197.627,4127 m e E: 673.947,6834 m; situado no limite com o Lote 22, perfazendo uma extensão de 33,22 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 66,44 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 3 – 23,94 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 24, quadra n° 18, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.629,1640 m e E: 673.959,8858 m, situado no limite com o Lote 22, deste segue adentrando ao Lote 24, seguindo com o seguinte azimute e distância: 82°46'48"e 11,97 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.630,6681 m e E: 673.971,7584 m; situado no limite com o Lote 26, perfazendo uma extensão de 11,97 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 23,94 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

ÁREA 4 – 59,90 m² - sobre o imóvel denominado lote nº 26, quadra n° 18, situado no loteamento Jardim Roma, constante da Matrícula nº 6.980, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Colombo, de propriedade atribuída a **Lauro Machado, ou a quem de direito pertencer,** com a seguinte **DESCRIÇÃO:** Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão de passagem no vértice 01, de coordenadas N: 7.197.630,6681 m e E: 673.971,7584 m, situado no limite com o Lote 24, deste segue adentrando ao Lote 26, seguindo com o seguinte azimute e distância: 82°46'48" e 1,86 m até o PV579, de coordenadas N: 7.197.630,9016 m e E: 673.973,6017 m; situado no interior do Lote 26, deste continua pelo Lote 26, seguindo com o seguinte azimute e distância: 155°13'8" e 14,43 m até o PV579A, de coordenadas N: 7.197.617,8002 m e E: 673.979,6501 m; situado no interior do Lote 26, deste segue pelo Lote 26, seguindo com o seguinte azimute e distância: 66°28'37" e 13,66 m até o vértice 02, de coordenadas N: 7.197.623,2529m e E: 673.992,1768 m, situado no limite com a Rua Mandirituba, perfazendo uma extensão de 29,95 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 59,90 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS da UFPR, código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N: 7.184.267,1357 m e E: 677.928,3470 m, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. *(Memorial Descritivo elaborado pelo Engº Jader Guerino Canela CREA/SC nº 0222092/D)*

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, necessária à implantação da tubulação da rede coletora de esgotos sanitários – **BACIA BARIGUI – Sub Bacia 1.4**, obra integrante da ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Almirante Tamandaré – Paraná.

Art. 3º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que serão destinados a implantação da tubulação de esgotos –necessário à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município Almirante Tamandaré- Paraná.

Art. 4º - O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão da tubulação de esgoto, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se consequentemente da prática dentro da referida área de quaisquer atos que causem danos a mesma, incluindo entre eles, o de erguer construções, fazer plantações de raízes profundas, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa de passagem da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 01 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:669AAEF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E GABINETE
DECRETO N° 100/2017

"Institui como Ponto Facultativo o dia 08 de setembro de 2017, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o Art. 69, incisos IV e VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído como Ponto Facultativo o dia 08 de setembro de 2017, não havendo expediente nas repartições públicas municipais, exceto para os serviços considerados essenciais, assim entendidos: assistência médica e hospitalar, distribuição de medicamentos, captação e tratamento de lixo, Defesa Civil, NPVM (Núcleo de Proteção e Vigilância Monitorada) e Central de Ambulâncias.

Art. 2º - O expediente da Administração Pública Municipal retornará às 08h horas do dia 11 de setembro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 04 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela do Nascimento de Matos
Código Identificador:CC93EF79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 152/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de software para realização automatizada e diária de cópias de segurança dos sistemas gerenciais, afim de atender as demandas da Administração Municipal.

Com fundamento nas informações constantes no Oficio encaminhado pelo Coordenador Geral, ante as justificativas que se embasam no Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** a dispensa de licitação para a contratação supramencionada, tendo como Contratada a Empresa Contratação da empresa **phfg – exelencia em manutenção de software e serviços em geral para a administração publica ltda - me**, CNPJ 19.550.868/0001-93, localizada na Rua Sebastição Domingos Sabaini, 368, - CEP 87.060-668- Maringá - Estado do Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada por **GISELLY DAIANNY FIGUEREIDO DE CARVALHO** portador da cédula de identidade R.G. Nº 8.395.501-5 CPF nº 009.240.029-99

Para a efetivação da presente dispensa, se levou em conta o valor atender o previsto em lei e a necessidade da execução do serviço.

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná-PR, 13 de Setembro de 2017

ELZA APARECIDA DA SILVA AGUIAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:09D21C8B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 0177/2017
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 152/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2017

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ,** inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Srª. **Elza Aparecida da Silva Aguiar** doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa contratação da empresa **phfg – exelencia em manutenção de software e serviços em geral para a administração publica ltda - me**, CNPJ 19.550.868/0001-93, localizada na Rua Sebastição Domingos Sabaini, 368, - CEP 87.060-668- Maringá - Estado do Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada por **GISELLY DAIANNY FIGUEREIDO DE CARVALHO** portador da cédula de identidade R.G. Nº 8.395.501-5 CPF nº 009.240.029-99, **doravante denominado CONTRATADO,** de acordo com as formalidades constantes do Procedimento de Licitação n. 152/2017 e Dispensa n. 074/2017, resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento legal na Lei Federal n. 8.666/93 (com suas alterações), e demais normas aplicáveis à espécie, ao quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Contratação de empresa especializada no fornecimento de software para realização automatizada e diária de cópias de segurança dos sistemas gerenciais, afim de atender as demandas da Administração Municipal.
CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL
O presente Contrato tem fundamento no artigo 24, II da Lei n. 8666/93, ante a necessidade de execução do serviço, sendo que o valor do mesmo se encaixa no disposto no referido artigo.
CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
O CONTRATADO compromete-se a realizar o serviço, conforme proposta apresentada e de acordo com a solicitação do departamento competente, dentro dos padrões de qualidade e as normas exigidas pela CONTRATANTE, que atestará a entrega.
CLÁUSULA QUARTA – VALOR
O representante contrato tem como valor de R$ 3.600,00 (dois mil e seiscentos reais), onde CONTRATANTE se compromete a pagar ao

CONTRATADO, da seguinte forma: A vista, após a entrega e apresentação de nota fiscal.
CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA
O presente Contrato se inicia no primeiro dia útil, subseqüente a data da assinatura do presente e tem como validade o prazo de entregas e quitações
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
03.001.04.122.0003.2006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Altamira do Paraná-PR, 13 de Setembro de 2017

Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná
ELZA APARECIDA DA SILVA AGUIAR

PHFG – Exelencia em Manutenção de Software e Serviços em Geral Para a Administração Publica LTDA - ME
GISELLY DAIANNY FIGUEREIDO DE CARVALHO

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:26F59FBA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0141/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2017 TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as determinações da Lei Federal nº. 8.666/93, e demais normas regulamentares e considerando a verificação da conformidade da Lei;

RESOLVE:

I – ADJUDICAR os LOTES 01, 02 E 03 DO PROCESSO EM EPIGRAFE, às empresas: **LOTE 01 - PAPIROS – MOVEIS E ELETRO – EIRELI - ME**, inscrito no CNPJ 25.325.301/0001-16, por ter apresentado a proposta do menor preço no valor R$ 9.797,30 (nove mil setecentos e noventa e sete reais e trinta centavos); **LOTE 02 - ECOFARMAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ 85.477.586/0001-32, por ter apresentado a proposta do menor preço no valor R$ 16.810,00 (dezesseis mil oitocentos e dez reais); **LOTE 03 - VACCARIN & ALFF LTDA - ME**, inscrito no CNPJ 18.574.431/0001-27, por ter apresentado a proposta do menor preço no valor R$ 27.523,80 (vinte e sete mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta centavos); **LOTE 04 - ECOFARMAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ 85.477.586/0001-32, por ter apresentado a proposta do menor preço no valor R$ 7.580,00 (sete mil quinhentos e oitenta reais); por ser estas as propostas mais vantajosas para administração pública de Altamira do Paraná – Estado do Paraná e:

II – HOMOLOGAR o Procedimento Licitatório 0141/2017, **modalidade Pregão Presencial nº. 049/2017**, ocorrido em 01 de Setembro de 2017, por haver atendido a todas as formalidades contidas no Edital e estar em conformidade com a legislação pertinente e;
III – Determinar a Comissão Permanente de Licitação - CPL, a publicação em Diário Oficial do Município, para o cumprimento deste Termo de Adjudicação e Homologação;

IV – Determinar ao Setor Responsável à elaboração do contrato de Fornecimento do bem, nos moldes do Edital e anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Altamira do Paraná, 13 de Setembro de 2017.

ELZA APARECIDA DA SILVA AGUIAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:973B6A3F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0141/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2017 EXTRATO DE CONTRATO Nº 0179/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Srª. **Elza Aparecida da Silva Aguiar**, portadora do RG 5.770.361-0 SSP/PR e CPF 804.135.609-53.
CONTRATADA: ECOFARMAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 85.477.586/0001-32, com sede na Rua Santa Catarina, nº. 850, Centro, estabelecida à cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85.801.040, representada neste ato, por seu representante legal Senhor **EUCLIDES LUIZ TOMAZELLI**, portador da RG nº. 3.145.703-3 - SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº. 060.116.839-91
OBJETO: Contratação de Empresa para Fornecimento de Produtos de Higiene Pessoal, Fraldas Descartáveis e Complemento Alimentar Infantil, para atendimento aos usuários da Política Municipal de Assistência Social e Saúde do Município de Altamira do Paraná.
DATA DO CONTRATO: 13 de Setembro de 2017.
VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.
VALOR TOTAL: 24.390,00 (vinte e quatro mil trezentos e noventa reais)
FORO: Campina da Lagoa – PR

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:ED6A4A06

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0141/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2017 EXTRATO DE CONTRATO Nº 0180/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Srª. **Elza Aparecida da Silva Aguiar**, portadora do RG 5.770.361-0 SSP/PR e CPF 804.135.609-53.
CONTRATADA: PAPIROS – MOVEIS E ELETRO – EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 25.325.301/0001-16, com sede na Rua Santos Dumont, nº. 1406, estabelecida à cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, CEP 87.308-832, representada neste ato, por seu representante legal Senhor **ADRIANA BIONDO MANCIN GARALUZ**, portador da RG nº. 8.967.429-8 - SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº. 063.212.449-02
OBJETO: Contratação de Empresa para Fornecimento de Produtos de Higiene Pessoal, Fraldas Descartáveis e Complemento Alimentar Infantil, para atendimento aos usuários da Política Municipal de Assistência Social e Saúde do Município de Altamira do Paraná.
DATA DO CONTRATO: 13 de Setembro de 2017.
VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.
VALOR TOTAL: R$ 9.797,30 (nove mil setecentos e noventa e sete reais e trinta centavos)
FORO: Campina da Lagoa - PR

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:79FF4AF8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0141/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2017 EXTRATO DE CONTRATO Nº 0181/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n.

180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Srª. **Elza Aparecida da Silva Aguiar**, portadora do RG 5.770.361-0 SSP/PR e CPF 804.135.609-53.
CONTRATADA: VACCARIN & ALFF LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.574.431/0001-27, com sede na Rua General Osório, nº. 3012, Ciro Nardi, estabelecida à cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85.802-070, representada neste ato, por seu representante legal Senhor **KARLA GRACIELLE VACCARIN**, portador da RG nº. 8.943.234-0 - SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº. 047.020.709-40
OBJETO: Contratação de Empresa para Fornecimento de Produtos de Higiene Pessoal, Fraldas Descartáveis e Complemento Alimentar Infantil, para atendimento aos usuários da Política Municipal de Assistência Social e Saúde do Município de Altamira do Paraná.
DATA DO CONTRATO: 13 de Setembro de 2017.
VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.
VALOR TOTAL: R$ 27.523,80 (vinte e sete mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta centavos)
FORO: Campina da Lagoa - PR

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:3AF08AE1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI – LC 147/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0153/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0052/2017

participação: Exclusiva de Microempresa (me), Empresas de Pequeno Porte (epp) e Micro Empreendedor Individual (mei), no. Art. 3º e Art. 18 da Lei Complementar nº. 123/2006 e em atendimento ao Art. 48, I da lei complementar nº. 147/2014

O Município de Altamira do Paraná com fundamento na Lei Federal nº. 10.520 de 17 de Julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação, conforme seguintes especificações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, para atendimento aos setores de Farmácia da Unidade Básica de Saúde e Hospital Municipal de Altamira do Paraná.

DATA DE ABERTURA: 27 de Setembro de 2017, ás 14:00 horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço, por lote

INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Rua Cantú, 180 – Departamento de Licitações – CEP 85.280-000, Altamira do Paraná – Paraná. Fone: (44) 3755-1142 das 08:00 às 17:00 horas e/ou através do site www.altamiradoparana.pr.gov.br, *na aba Licitações.*

Altamira do Paraná, 13 de Setembro de 2017.

DIEGO DE ALMEIDA PIRES
Pregoeiro

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:512E562C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
RESOLUÇÃO Nº. 19/2017

SÚMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social de Andirá – CMAS, aprovou o Termo de Adesão ao Incentivo Adesão Espontânea e o Plano de Ação, referente à Deliberação nº 066/2017 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S. - de Andirá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 1.218, de 31 de dezembro de 1994 e alterações pela Lei Municipal nº. 1.952, de 01 de julho de 2009, e

CONSIDERANDO a Deliberação nº 066/2017 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, no qual aprova o Incentivo Família Paranaense – IFP-AE;

CONSIDERANDO o email enviado pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social – SEDS do Escritório Regional de Cornélio Procópio/PR, referente ao Incentivo a Adesão Espontânea (Deliberação e Orientações);

CONSIDERANDO a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Andirá/PR, realizada em 13 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o Termo de Adesão ao Incentivo Adesão Espontânea, referente à Deliberação nº 066/2017 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, com repasse de recurso no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) em parcela única, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no mês de novembro de 2017.

Art. 2º - Aprovar o Plano de Ação, referente à Deliberação nº 066/2017 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, do recurso pleiteado no Sistema Fundo a Fundo – SIFF.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Andirá-Paraná, 13 de setembro de 2017.

ELESSANDRA PACHECO COELHO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:333F2D1F

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 11/2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) 13 DE SETEMBRO DE 2017 ÀS 15:30 HORAS

Às quinze horas e trinta minutos, realizou-se reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Andirá, Paraná, na Rua Mauro Cardoso de Oliveira nº 190- Jardim Vésper. Esta reunião contou com a presença dos membros que representam este Conselho: Elessandra Pacheco Coelho (presidente RG: 5.191.760-0, CPF: 741.644.739-91), Francieli Munhão Martins (RG: 14.114.697-1, CPF: 320.783.448-50); Roberta Cristina Ferreira (RG: 25.975.857-5, CPF: 255.162.768-02); Ruth Ramos Arnaud Sampaio Zamboni (RG: 4.240.067-0, CPF: 563.045.369-68); Ligia Regina dos Santos (RG: 10.478.080-6, CPF: 065.793.899-82); Ana Helena Pereira de Campos Bernardini (RG: 5.291.534-1, CPF: 760.444.089-49); Cristiano Ribeiro (RG: 7.087.043-6, CPF: 021.758.989-73); Benedito Rossi (RG: 3.400.100-3, CPF: 328.842.309-04; Bernadete dos Santos Meletto RG: 3.927.133-8, CPF: 904.770.499-15). Também participou desta reunião a coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Claysse Danielle Morimoto (RG: 5.907.318-4, CPF: 007.096.579-00). A presidente iniciou a reunião explanando a Deliberação nº 066/2017 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, com repasse de recurso no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) em parcela única, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no mês de novembro de 2017 para o município de Andirá, através de Incentivo ao Programa Família

Paranaense a Adesão Espontânea. Desta forma, este Conselho tomou ciência sobre a execução de despesas, sendo deliberado a possibilidade de execução para os seguintes serviços: Proteção Social Básica – Capital e Custeio (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIFI e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos); Benefícios Eventuais - Custeio (Vulnerabilidade Temporária); Aprimoramento da Gestão – Capital e Custeio (Gestão de Serviços, Gestão e Organização do SUAS, Gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família com o Plano Brasil sem Miséria, Implementação da Vigilância Socioassistencial, Apoio Técnico e Operacional aos Conselhos de Assistência Social, observado o percentual mínimo fixado, Gestão e Organização da Rede de Serviços Assistenciais). Assim, este Conselho aprovou o Termo de Adesão ao Incentivo Adesão Espontânea, referente à Deliberação nº 066/2017 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, com repasse de recurso no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) em parcela única, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no mês de novembro de 2017, bem como, o Plano de Ação, referente à Deliberação nº 066/2017 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, do recurso pleiteado no Sistema Fundo a Fundo – SIFF, que será efetivado através de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Andirá. Nada mais a deliberar esta reunião foi finalizada às dezesseis horas e quinze minutos eu Francieli Munhão Martins, responsável pela Secretaria Executiva dos Conselhos, subscrevi a presente ata, esclarecendo que a lista de presença dessa reunião encontra-se em livro próprio do Conselho Municipal de Assistência Social. **Documento original assinado.**

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:541ED1AB

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 11.018 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

SÚMULA: Lotação da Servidora Pública Jheniffer da Silva Correia, Agente Administrativo.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO que a Servidora Pública Municipal do quadro efetivo, **JHENIFFER DA SILVA CORREIA,** Agente Administrativo**,** está lotada na Secretaria Municipal de Finanças;

CONSIDERANDO a falta de mão de obra na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo,

RESOLVE:

Art. 1º Lotar a Servidora Pública do quadro efetivo, **JHENIFFER DA SILVA CORREIA,** Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:834AA978

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N º 7.856, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Súmula: DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, IONE ELISABETH ALVES ABIB, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 62, inc. VI, da Lei Orgânica do Município de Andirá-PR, que atribui privativamente ao Prefeito(a) Municipal a expedição de Decreto;
CONSIDERANDO a composição da Comissão de Avaliação de Desempenho, determinada pelo art. 55, da Lei Municipal nº 2.282, de 28 de dezembro de 2011;
CONSIDERANDO o princípio da eficiência, da moralidade e da impessoalidade, nos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o Ofício nº 63/2017, do FUNPESPA, e Ofício nº 23/2017, do Sindicato dos Servidores, Funcionários e Empregados Públicos de Andirá;

DECRETA:

Art. 1º. Nos termos do art. 55, da Lei Municipal nº 2.282, de 28 de dezembro de 2011, ficam nomeados os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho:

a) Um Representante do Poder Executivo:
Titular: Elenice do Amaral Silva.
Suplente: Adauto Aparecido de Brito.

b) Um Representante do FUNPESPA:
Titular: Manoel Antônio de Carvalho.
Suplente: Glaucia Aparecida da Silva Prezoto.

c) Um Representante do Departamento de Recursos Humanos:
Titular: Bruna Muriele Romano.
Suplente: Denize Franciely de Barros.

d) Dois Representantes do Sindicato ou Associação dos Servidores Públicos do Município:
Titular: Alexandre Mendes Pereira.
Suplente: Roberto Pereira.
Titular: Denise Aparecida Costa Ramos.
Suplente: Monique Alves Sanches Monteiro.

Art. 2º. A comissão de que trata este Decreto será responsável pelas avaliações de desempenho dos servidores estáveis e daqueles em estágio probatório, sejam eles estatutários ou celetistas.

Parágrafo único. Em atendimento ao princípio da igualdade, nos termos do art. 5º, *caput*, da Constituição Federal, aplica-se os mesmos critérios de avaliação aos servidores estatutários e celetistas, através da aplicação, em analogia, da Lei Municipal 2.282/2011 aos servidores admitidos pelas regras da CLT.

Art. 3º. Para fruição da atribuição de avaliação de desempenho, os membros terão acesso a todos os documentos necessários (exceto os sigilosos), bem como poderão inquirir quaisquer servidores municipais sobre o desempenho da função pública.

Art. 4º. Conforme a previsão do art. 15, do Código de Processo Civil, aplica-se as hipóteses de suspeição e impedimento previstas no Título IV, Capítulo II, do Código de Processo Civil.

Parágrafo único. Na hipótese de impedimento ou suspeição, requisitar-se-á a avalição pelo membro suplente.

Art. 5º. É dever da Comissão a entrega da Avaliação de Desempenho ao Departamento de Recursos Humanos, anualmente, até dia 31 de dezembro.

Parágrafo único. Excepcionalmente, para o ano de 2017, a avaliação poderá ser entregue até maio do ano de 2018.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:BDA16F78

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 7.857 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais), autorizado pela lei 2.968 de 12 de setembro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir "**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	
001. GABINETE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
2.055 – Manter o Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento	
3.3.90.14.00.00.1000 – DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	1.500,00
3.3.90.36.00.00.1000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	900,00

Art. 2° - O recurso para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto será resultante do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	
004. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
2.151 – Manter o Programa Bolsa Aluguel Empresa	
3.3.60.45.00.00.1000 – SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.400,00

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:C24A7723

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 7.858 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre autorização para Suplementação de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 18.850,00 (Dezoito mil oitocentos e cinqüenta reais), autorizado pela lei nº. 2.967 de 12 de setembro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar "**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

05.SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
002.DEPARTAMENTO DE ENSINO	
2.028. Apoiar Estudantes Universitários	
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	18.500,00
16.SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
003.DEPARTAMENTO DE CULTURA	
2.034. Manter a Biblioteca Pública Municipal	
3.3.91.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	350,00

Art. 2° - Os recursos para a suplementação do Crédito Adicional Especial de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

04.SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
002.DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
0.006. Manter o Pagamento das Confissões de Dívidas	
4.6.91.71.00.00.1000 PRINCIPAL DIVIDA POR CONTRATO	18.850,00

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:C1764849

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 7.859 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 39.500,00 (Trinta e nove mil e quinhentos reais), autorizado pela lei nº. 2.965 de 12 de setembro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir "**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL",** na Dotação Orçamentária abaixo especificada:

08.SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
003.DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
2.065. Manter o Sistema de Iluminação Pública	
4.4.90.52.00.00.1507 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	39.500,00

Art. 2° - O recurso para a Abertura de Crédito Adicional Especial de que trata este decreto será resultante do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

08.SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
003.DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
2.065. Manter o Sistema de Iluminação Pública	
3.3.72.39.00.00.1507 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	39.500,00

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:CE4EF99F

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 7.860 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 86.000,00 (Oitenta e seis mil reais), autorizado pela Lei n°. 2.844 de 13 de dezembro de 2016.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto "**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"** nas Dotações orçamentárias abaixo especificadas:

02.EXECUTIVO MUNICIPAL	
001. GABINETE DO PREFEITO	
2.002 – Manter o Gabinete do Prefeito	
3.3.90.14.00.00.1000 – DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	2.000,00
03.SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
001. GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO	
2.006 – Manter o Gabinete da Secretaria Municipal de Administração	
3.3.90.14.00.00.1000 – DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	2.000,00
3.3.90.39.00.00.1000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	15.000,00
06.SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
2.041 – Manter os Postos de Saúde Municipal	
3.3.90.39.00.00.3303 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	20.000,00
3.3.90.48.00.00.3303 – OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	4.000,00
2.045 – Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
3.3.90.30.00.00.3303 – MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
12.SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	
002. DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
2.101 – Manter as Atividades Esportivas	
3.3.90.31.00.00.1000 – PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	13.000,00

Art. 2° - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional suplementar de que trata este decreto, serão resultantes do Superávit Financeiro da fonte 3303 – Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%), no valor de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais) e do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

02.EXECUTIVO MUNICIPAL	
001. GABINETE DO PREFEITO	
2.002 – Manter o Gabinete do Prefeito	
3.3.90.39.00.00.1000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	2.000,00
03.SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
001. GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO	
2.006 – Manter o Gabinete da Secretaria Municipal de Administração	
3.1.90.11.00.00.1000 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	16.000,00
3.3.90.33.00.00.1000 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.000,00
12.SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	
002. DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
2.101 – Manter as Atividades Esportivas	
3.3.90.30.00.00.1000 – MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:D6A89E97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRA ERRATA DA INEXIGIBILIDADE 023/2017

Inexigibilidade 23/2017, publicado no dia 13/09/2017, página nº 9, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, dever ser retificada, ou seja:

ONDE SE LÊ:

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2017

LEIA-SE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ – PR
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2017

Andirá, 13 de Setembro de 2017.

TATIANE APARECIDA MARCHIORI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:DEFD8FF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2017 – PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de fogos de artifício para a realização de shows pirotécnicos, sendo registro de preço para materiais e serviços atendendo eventos realizados pelo município de Andirá, atendendo a diversas secretarias municipais.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: do dia 18/09 à 28/09/2017

PROTOCOLO: Dás 08h:00m (oito horas) às 08h:30m (oito horas e trinta minutos) do dia 29/09/2017;

ABERTURA: 09h:00m (nove horas) do dia 29/09/2017;

LOCAL: Prédio da Prefeitura Municipal de Andirá-PR, Pregoeiro e auxiliares 2017; Rua Mauro Cardoso de Oliveira,190 – Andirá – Pr.,; Fone/Fax: (43) 3538-8100, ramal - 117;

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município de Andirá
www.andirá.pr.gov.br – link - licitações, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras, sito à Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190– Jardim Vésper – Andirá – PR no horário das 08h:00m às 12h:00m. e dás 13h:30m às 17h:00m.

Andirá, 13 de Setembro de 2017.

ALLAN PIERRE BARBEZANI
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:EEC9FB9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2017 – PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de horas de torno para atender diversas secretarias municipais.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: do dia 18/09 à 01/10/2017

PROTOCOLO: Dás 08h:00m (oito horas) às 08h:30m (oito horas e trinta minutos) do dia 02/10/2017;

ABERTURA: 09h:00m (nove horas) do dia 02/10/2017;

LOCAL: Prédio da Prefeitura Municipal de Andirá-PR, Pregoeiro e auxiliares 2017; Rua Mauro Cardoso de Oliveira,190 – Andirá – Pr.,; Fone/Fax: (43) 3538-8100, ramal - 117;

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município de Andirá
www.andirá.pr.gov.br – link - licitações, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras, sito à Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190– Jardim Vésper – Andirá – PR no horário das 08h:00m às 12h:00m. e dás 13h:30m às 17h:00m.

Andirá, 13 de Setembro de 2017.

ALLAN PIERRE BARBEZANI
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:75740F9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017 – PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo sendo EPI's e equipamentos para paramentação da equipe de vigilância em saúde (endemias, epidemiológica, sanitária) para utilização dos recursos dos planos de aplicação dos programas VIGIASUS – 2013, resolução sesa de n° 059/2013. programas VIGIASUS - 2014 resolução sesa de n° 174/2017 e programas VIGIASUS - 2015 resolução sesa de n° 022/2015 e 261/2015, e atender a Secretaria Municipal De Saúde.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: do dia 18/09 à 02/10/2017

PROTOCOLO: Dás 08h:00m (oito horas) às 08h:30m (oito horas e trinta minutos) do dia 03/10/2017;

ABERTURA: 09h:00m (nove horas) do dia 03/10/2017;

LOCAL: Prédio da Prefeitura Municipal de Andirá-PR, Pregoeiro e auxiliares 2017; Rua Mauro Cardoso de Oliveira,190 – Andirá – Pr.,; Fone/Fax: (43) 3538-8100, ramal - 117;

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município de Andirá
www.andirá.pr.gov.br – link - licitações, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras, sito à Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190– Jardim Vésper – Andirá – PR no horário das 08h:00m às 12h:00m. e dás 13h:30m às 17h:00m.

Andirá, 13 de Setembro de 2017.

ALLAN PIERRE BARBEZANI
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:EBAEEB94

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 11.017 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

LAUDICEA MELLO PEREIRA, **Secretária Municipal de Educação d**e Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, do Decreto Municipal nº 7.687/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de serviço extraordinário em horário normal,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o Servidor **JOSÉ ROBERTO MADÓGLIO**, realizar serviço extraordinário, no mês de setembro de 2017.

NOME DO SERVIDOR PÚBLICO	CARGO DO SERVIDOR PÚBLICO	SECRETARIA LOTAÇÃO	MAXIMO HORAS
JOSE ROBERTO MADÓGLIO	MOTORISTA ESCOLAR/AMBULANCIA	EDUCAÇÃO	50

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017, 74º da Emancipação Política.

LAUDECEA MELLO PEREIRA
Secretária Municipal

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:4CFEAC7D

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

OBJETO: Aquisição de um caminhão (usado) modelo combinado limpa fossa – fabricado entre os anos de 2002 à 2010 – equipado com tanque com capacidade mínima de 10.000 (dez mil) litros. Equipado com bomba de anel líquido para vácuo e bomba de hidrojato com capacidade mínima de 150 bar e vasão mínima de 100 litros – 4x2 reduzido – mínimo de 100 metros de mangueira hidrojato e 40 metros para mangueira de vácuo – motor do veículo 6 cilindros – direção hidráulica – turbo – combustível diesel ,para atender o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá - Samae.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: do dia 15/09 à 27/09/2017

PROTOCOLO: Dás 13h:30m (treze horas e trinta minutos) às 13h:50m (treze horas e cinquenta minutos) do dia 28/09/2017;

ABERTURA: 14h:00m (quatorze horas) do dia 28/09/2017;

LOCAL: Prédio da Prefeitura Municipal de Andirá-PR, Pregoeiro e auxiliares 2017; Rua Mauro Cardoso de Oliveira,190 – Andirá – Pr.,; Fone/Fax: (43) 3538-8100, ramal - 117;

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município de Andirá
www.andirá.pr.gov.br – link - licitações, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras, sito à Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190– Jardim Vésper – Andirá – PR no horário das 08h:00m às 12h:00m. e dás 13h:30m às 17h:00m.

Andirá, 12 de Setembro de 2017.

FLAVIA MARIA DA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:C6AE98B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA - DECRETO 241/2017 - DESIGNA COMISSÃO REGULADORA DE USO DO TRAPICHE MUNICIPAL

ERRATA
DECRETO N.º 241/2017

Designa Comissão Reguladora para Administração e Fiscalização de Uso do Trapiche Municipal

JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM, Prefeito Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Reguladora para Administração e Fiscalização de Uso do Trapiche Municipal , composta pelas seguintes servidores:

CELSO LUIS DOS SANTOS WISTUBA – Secretário Municipal de Indústria e Comércio

EDUARDO BITTENCOURT NASCIMENTO – Secretário Municipal de Turismo e Cultura

JEAN MULLER DA SILVA REIS – Advogado/Procurador do Município

FERNANDO JOSÉ DIAS CARNEIRO – Diretor Adm da Secretaria Municipal de Finanças

LUCIANO BROSKA DA SILVA – Técnico em Administração – Secretaria Municipal de Administração

Parágrafo Único – A referida Comissão será presidida pelo primeiro membro, que no caso de ausência será substituído pelo segundo.

Art. 2º - Os trabalhos da Comissão deverão ser norteados pela legislação vigente que regulamente a matéria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em, 17 de Agosto de 2017

JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Broska da Silva
Código Identificador:D0517C8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO Nº 0119/2013

Cria a comissão especial de avaliação e encaminhamentos para leilão de bens móveis inservíveis da Administração Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a comissão especial de avaliação de bens móveis inservíveis da Administração Municipal, a fim de constituir o preço mínimo dos respectivos bens, para serem alienados em leilão.
Art. 2º Referida comissão será integrada pelos seguintes membros:
Carlos Alberto Fregnani;
Marco Aurélio Pereira;
Jhonata Farias Velasco Branco;
Marcelo Elias Felipe;
Agnaldo Cardoso;

Art. 3º Compete à Secretaria de Administração encaminhar a relação dos bens a serem avaliados para os membros da comissão.
Art. 4º Recebida a relação de bens, a comissão deverá proceder à avaliação dos mesmos, fazendo constar em ata os respectivos preços, bem como as justificativas para tal aferição.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE ATALAIA, 11 de Setembro de 2017.

FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maristela Melo Morante
Código Identificador:0BF7F33C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO

Eu, **FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA**, Prefeito Municipal de Atalaia, Estado do Paraná, **HOMOLOGO** o Parecer da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 0112/2017, de 07 de junho de 2017, que julgou ás 14:00 horas do dia 01 de setembro de 2017 o recebimento das propostas e lances, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017** de 16 de agosto de 2017, **para fornecimento de uma Colhedora de Forragem Nova**, sendo a empresa e valor do vencedor descriminado abaixo.

CAPRI INDÚSTRICA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	1	Und	COLHEDORA DE FORRAGEM, NOVA, BICA COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO, FRENTE COLHEDORA COM ÁREA DE CORTE MÍNIMA DE 1.200 MM , TRANSMISSÃO POR CARDÃ, ROTOR PICADOR DE NO MÍNIMO 12 FACAS, AFIADOR DE FACAS COM EIXOS DESLIZANTES EM AÇO INOX, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PRODUÇÃO MÍNIMA 30 TON/HA, TAMANHOS DE PICADO 2 A 36 MM, COM NO MÍNIMO 1 ROTOR, NO MÍNIMO 12 FACAS, COM NO MÍNIMO 4 ROLOS. RECOLHEDORES ACIONAMENTO TRATORIZADO, PESO MÍNIMO 615 KG, TRANSMISSÃO CAIXA E CARDAN. MARCA CREMASCO/CUSTOM 950 CIII 12 FACAS + COMANDO HIDRÁULICO DE BICA + PAT 1200	24.000,00	24.000,00

Determino ao Departamento competente da Prefeitura Municipal de Atalaia a tomar as devidas providências que se fizerem necessárias.

Atalaia/PR, em 13 de setembro de 2017.

FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
Prefeito Municipal

Obs: A assinatura consta no documento original.

Publicado por:
Marco Aurelio Pereira
Código Identificador:3031D556

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 263/2017

Súmula: "Abre Crédito Adicional Suplementar, destinado a reforço de dotações já fixadas na Lei Orçamentária do exercício de 2017 e efetua outros procedimentos da natureza orçamentária".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, com base na Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, Lei Municipal n° 969 de 22 de setembro de 2016 (LDO) e na Lei Municipal nº 974 de 01 de dezembro de 2016 (LOA),
DECRETA:
Art. 1°. Este Decreto autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2017 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 731 de 19 de setembro de 2013 (Plano Plurianual), e nº 969 de 22 de setembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).
Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2017, aprovado pela Lei nº 974 de 01 de dezembro de 2016, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias já fixadas na Lei Orçamentária do exercício de 2017, abaixo especificadas:

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.003	-	Esporte		
08.003. 28 846 0000.0205		-	Pagamento de Indenizações e Retituições		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (Livres) – exercício corrente		
3.3.20.93.00		-	Indenizações e Restituições	R$	1.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				R$	1.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				R$	1.500,00

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º do presente Decreto, os abaixo especificados:
I - Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.003	-	Esporte		
08.003. 28 846 0000.0205		-	Pagamento de Indenizações e Retituições		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (Livres) – exercício corrente		
3.3.30.93.00		-	Indenizações e Restituições	R$	500,00
3.3.90.93.00		-	Indenizações e Restituições	R$	500,00
4.4.20.93.00		-	Indenizações e Restituições	R$	500,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				R$	1.500,00
TOTAL DA REDUÇÃO NO ÓRGÃO				R$	1.500,00

Art. 4º. A abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, não provoca alteração no montante das despesas e das metas físicas para o exercício financeiro de 2017 na Ação 0205, estabelecidas no ANEXO II da lei Municipal nº 731 de 19 de setembro de 2013 – Plano Plurianual e no ANEXO I da Lei nº 969 de 22 de setembro de 2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 06 de setembro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:E5AE5CF6

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 018/2017

O Secretário Municipal de Administração, considerando, rigorosamente, a ordem classificatória do concurso público veiculados nos Editais nº. 09/2016 e 13/2016, homologados, respectivamente, pelos Decretos nº. 48/2016 e 49/2016, que tem por objeto o provimento de cargos dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Balsa Nova, sob Regime Estatutário Único, previsto na Lei Municipal nº. 222/91, combinado com as Leis Municipais 624/11, 655/11, 661/12, 856/2015 e demais disposições cabíveis a espécie:
TORNA PÚBLICO:
Que em atendimento aos dispositivos contidos no **CAPÍTULO XI – DO PROVIMENTO DOS CARGOS**, do **EDITAL** nº. **01/2015**, os candidatos constantes neste ato convocatório deverão se apresentar no Departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade, na Avenida Brasil, 665, em Balsa Nova, no período compreendido entre **15/09/2017** á **21/09/2017**, nos horários de 08h30min as 11h30min e de 13h00min as 17h00min horas, com todos os documentos necessários para a admissão, conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir seu respectivo cargo ou pela opção de desistência provisória e remanejamento para o final de lista de classificação, nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 3766/2015**, para fins de efetivação e regularização do cadastro reserva mantidos por esta Municipalidade:

Cargo	**Motorista**
Classificação	**Nome do Candidato**
25º	CRISTIAN DOS SANTOS

Cargo	**Técnico em Saúde**
Classificação	**Nome do Candidato**
22º	PATRICIA APARECIDA DE LARA

Cargo	**Educador/Cuidador**
Classificação	**Nome do Candidato**
9º	SIMONE ROCHA GOMES GORDO

Cargo	**Técnico em Segurança no Trabalho**
Classificação	**Nome do Candidato**
7º	EVANDRO TOBIAS SCHMITT DREYER JUNIOR

Cargo	**Auxiliar Educacional**
Classificação	**Nome do Candidato**
103º	MAURIELLE MUNIQUE CANDIDO LOPES

Balsa Nova, 12 de setembro de 2017

ADILSON PORTELA FRANCO
Secretário Municipal de Administração

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO
Os candidatos convocados nos termos da Alínea 11. 1 e seguintes do Edital 01/2015 e demais legislação aplicável a espécie, para serem nomeados e empossados, deverão atender os seguintes requisitos:
a) Preencher os requisitos contidos na Alínea 2.6 do Edital 01/2015, mediante a apresentação de documentos em via original e cópias para autenticação pelo Departamento de Recursos Humanos da Municipalidade, a saber:

I - Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
II - Título de Eleitor e Certidão de regularidade expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE
III - Cartão do PIS/PASEP se possuir;
IV - Carteira de Trabalho e Previdência Social -CTPS/MTE;
V -Certificado de Reservista se possuir;
VI - Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);
VII - Avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental expedido pelo Médico do Trabalho indicado pelo Município de Balsa Nova.
VIII - Comprovante de endereço atualizado;
IX - Comprovação do grau de instrução e registro nos conselhos pertinentes no Estado do Paraná;
X - Certidão de Nascimento (se solteiro);
XI - Comprovação do estado civil (casado, união estável etc...);
XII - Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se forem dependentes.
XIII - Certidão da justiça (cível e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos; (expedida pelo Fórum)
XIV - Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações;

XV - Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal;
XVI - 2 fotos 3x4 recentes;
XVII - Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado ou declaração da faculdade (original) mais Histórico Escolar (original);
XVIII - Registro no Conselho profissional de classe;
XIX – Comprovante de contribuição Sindical conforme artigo 149 da Constituição Federal com os artigos 578 e 579 na CLT.
XX – Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10, do artigo 37 da Constituição Federal.
b) Em atendimento a Alínea 11.4 do Edital 001/2015, os candidatos aprovados nomeados no serviço público municipal terão o prazo improrrogável de 30 dias contados da publicação do ato de nomeação (Portaria), para tomar posse e três dias para entrar em exercício contados da data da posse.

ADILSON PORTELA FRANCO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:5790DD0F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA/DIÁRIAS Nº. 1159/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 701/2013, de 17 de abril de 2013.
DETERMINA:
Conceder a Sr.(a) **RENATA BRUNIERE XAVIER**, enfermeira, a importância de R$ 42,99 (quarenta e dois reais e noventa e nove centavos) para atender as despesas de 01 diária de viagem e alimentação, devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 13 de setembro de 2017.

DICEZAR PERUSSOLO
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:345167DC

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA/DIÁRIAS Nº. 1160/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 701/2013, de 17 de abril de 2013.
DETERMINA:
Conceder a Sr.(a) **SIMONE DE FATIMA SKOTNICCI SURMACZ**, auxiliar de saúde, a importância de R$ 42,99 (quarenta e dois reais e noventa e nove centavos) para atender as despesas de 01 diária de viagem e alimentação, devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 13p de setembro de 2017.

DICEZAR PERUSSOLO
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:5DAF2EA9

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 070/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: L20 VIRTUAL EIRELI - EPP.
OBJETO: Fornecimento de material esportivo e material de premiação.
VALOR: Até R$ 6.315,00 (seis mil trezentos e quinze reais) por todo o objeto contratado.
PRAZO: Até 31 de dezembro de 2017.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
08.003.27.812.0012-2106-3.3.90.30.14.00.000;
08.003.27.812.0012-2106-3.3.90.31.00.00.000.
FORO: Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.

Balsa Nova, 11 de setembro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:B68CC1A8

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2017

RATIFICO a presente contratação por inexigibilidade de licitação, na forma do artigo 25, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, com alterações introduzidas posteriormente, fundamentado nas informações exaradas no presente processo, bem como ADJUDICO as empresas: ASSOCIAÇÃO METROCARD, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.319.963/0001-06, com sede à Rua Benjamin Constant, 148, Centro, Curitiba, PR, pelo valor de até R$ 31.058,70 (trinta e um mil e cinquenta e oito reais e setenta centavos); EMPRESA DE ONIBUS BALSA NOVA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 77.785.905/0001-49, com sede à Avenida Brasil, 1.111, Centro, Balsa Nova, PR, pelo valor de até R$ 3.484,80 (três mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos); TRANSPORTES COLETIVOS NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 75.809.186/0001-23, com sede à Avenida Gianni Agnelli, 2.205, Fazendinha, Campo Largo, PR, pelo valor de até R$ 5.557,68 (cinco mil quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos); FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.682.109/0001-60, com sede à Avenida Pres, Affonso Camargo, 330, Jardim Botânico, Curitiba, PR, pelo valor de até R$ 2.244,00 (dois mil duzentos e quarenta e quatro reais), EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.227.796/0001-59, com sede à Avenida Anita Garibaldi, 861, São José, Ponta Grossa, PR, pelo valor de até R$ 9.635,50 (nove mil seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), o objeto do presente procedimento, referente à aquisição de vales transporte, no valor total de até R$ 51.980,68 (cinquenta e um mil novecentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos), com prazo de execução até 31 de dezembro de 2017, assim como autorizo a contratação.
A despesa correrá por conta da dotação orçamentária nº
05.001.04.122.0002-2022-3.3.90.39.72.00.000;
08.001.12.122.0008-2079-3.3.90.39.72.00.000.

Balsa Nova, 12 de setembro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:74D211C5

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 71/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO METROCARD.
OBJETO: Fornecimento de vales transporte.
VALOR: Até R$ 31.058,70 (trinta e um mil e cinquenta e oito reais e setenta centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO: Até 31 de dezembro de 2017.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
05.001.04.122.0002-2022-3.3.90.39.72.00.000;
08.001.12.122.0008-2079-3.3.90.39.72.00.000.
FORO: Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.

Balsa Nova, 12 de setembro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:928CB00C

ADMINISTRAÇÃO
CARTA DE CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho Municipal da Saúde de Balsa Nova, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 820/2014, e demais legislações aplicáveis à espécie, convoca os conselheiros desta entidade para reunirem-se em conjunto em **ASSEMBLÉIA ORDINARIA**, á realizar-se no dia 28 de setembro de 2017, às 15:00 horas, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua João da Rocha Ferreira, 308, Centro de Balsa Nova, com a seguinte:
ORDEM DO DIA
Apresentação, discussão e deliberação sobre a **TOMADA DE CONTAS QUADRIMESTRAIS**, referente ao período **MAI/2017**, **JUN/2017, JUL/2017** e **AGO/2017**;
Outros assuntos de interesse desta coletividade.

Balsa Nova, 13 de setembro de 2017

LUCILENE COLTRO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Balsa Nova

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:CBBE39AF

ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: TIC TAC COMÉRCIO DE BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.697.291/0001-60, com sede à Rua Roberto Koch, nº 593, Lindoia, Curitiba, PR; L20 VIRTUAL EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.356.363/0001-52, com sede à Avenida Itaipu, nº 143, Conj. João Paulo II, São João do Ivaí, PR.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº. 5074/2017.
OBJETO: Fornecimento de material esportivo e material de premiação.
FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais 8.666/1993 e alterações posteriores, 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/06.
VALOR TOTAL: R$ 11.595,00 (onze mil quinhentos e noventa e cinco reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
08.003.27.812.0012-2106-3.3.90.30.14.00.000;
08.003.27.812.0012-2106-3.3.90.31.00.00.000.
PRAZO: Até 31 de dezembro de 2017.

Balsa Nova, 11 de setembro de 2017.

DEJALMA KOCHINSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:80FAE095

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 069/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: TIC TAC COMÉRCIO DE BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA. - ME.
OBJETO: Fornecimento de material esportivo e material de premiação.
VALOR: Até R$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais) por todo o objeto contratado.
PRAZO: Até 31 de dezembro de 2017.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
08.003.27.812.0012-2106-3.3.90.30.14.00.000;
08.003.27.812.0012-2106-3.3.90.31.00.00.000.
FORO: Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.

Balsa Nova, 11 de setembro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:3A0DFBB6

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 023/2016 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

Contratada: MEDPRIME CLINICA GESTÃO E SAUDE LTDA.
Objeto: Aditamento correspondente a prorrogação, renovação e reajuste contratual correspondente a 5,3537%, tendo como base a variação registrada pelo índice INPC/IBGE, referente a prestação de serviços médicos profissionais, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente pactuadas.
Dotação Orçamentária:
12.001.10.302.0016-2240-3.3.90.39.00.00.303;
12.001.10.302.0016-2240-3.3.90.39.00.00.000;
12.001.10.301.0016-2118-3.3.90.39.00.00.303.
Foro: Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições do Contrato nº 023/2016.

Balsa Nova, 12 de setembro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:903C3BD3

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 72/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: EMPRESA DE ONIBUS BALSA NOVA LTDA.
OBJETO: Fornecimento de vales transporte.
VALOR: Até R$ 3.484,80 (três mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO: Até 31 de dezembro de 2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
05.001.04.122.0002-2022-3.3.90.39.72.00.000;
08.001.12.122.0008-2079-3.3.90.39.72.00.000.
FORO: Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.

Balsa Nova, 12 de setembro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:CE50AB7B

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 73/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A.
OBJETO: Fornecimento de vales transporte.
VALOR: Até R$ 9.635,50 (nove mil seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO: Até 31 de dezembro de 2017.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
05.001.04.122.0002-2022-3.3.90.39.72.00.000;
08.001.12.122.0008-2079-3.3.90.39.72.00.000.
FORO: Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.

Balsa Nova, 12 de setembro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:28F47C51

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 74/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: TRANSPORTES COLETIVOS NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA.
OBJETO: Fornecimento de vales transporte.
VALOR: Até R$ 5.557,68 (cinco mil quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO: Até 31 de dezembro de 2017.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
05.001.04.122.0002-2022-3.3.90.39.72.00.000;
08.001.12.122.0008-2079-3.3.90.39.72.00.000.
FORO: Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.

Balsa Nova, 12 de setembro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:A96195C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
PORTARIA N.º 047/2017

SÚMULA: Dispõe Sobre Concessão de Diárias a VEREADOR.

O Sr. **ALICEU RONQUI,** Presidente da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barbosa Ferraz-PR e pelo Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder diárias ao Vereador da Câmara Municipal o Sr. **CARLOS ROBERTO LUCINDO,** até a cidade de Curitiba - PR, para Participar do curso: **PLANO DIRETOR, ATERRO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS,** nos dias 13/09/2017 a 15/09/2017. **Realização:** Uvepar – União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná. **Local:** Salão de Eventos do Hotel Slaviero Slim Curitiba, situado na Av. Luiz Xavier, 67 – Centro, Curitiba-PR.

Art. 2º - Para a cobertura das despesas de viagem (transporte, alimentação e hospedagem) o vereador acima citado receberá **3 (três) diárias**, totalizando o valor de **R$-1.350,00- (um mil trezentos e cinquenta reais)**, referentes aos dias: **saída no dia 12/09/2017 às 21h10min e retorno no dia 15/09/2017 às 22h05min**, em conformidade com a resolução **003/2017** do Legislativo Municipal.

Parágrafo Único: Ratifica-se que o valor da diária é de R$-450,00- (quatrocentos e cinquenta reais), conforme Resolução 003/2017, de 21/02/2017, publicado em 22/02/2017, e disponível para consulta no site da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz no endereço eletrônico:
www.cmbf.pr.gov.br.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz.

Barbosa Ferraz-PR, 12 de setembro de 2017.

ALICEU RONQUI
Presidente da Câmara

CARLOS ROBERTO LUCINDO
Vice Presidente da Câmara

SILVIA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA
1º Secretário

JOSÉ AUGUSTO ALVES DE MACEDO
2º Secretário

Publicado por:
Milton Rubens Buss Júnior
Código Identificador:9790D43A

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº120/2017

O Prefeito do Município de PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Senhor EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** que o Poder Executivo do Município firmou em 13 de Setembro de 2017, a Ata de Registro de Preços n. 98/2017 com a **CELSO DE SOUZA DA PURIFICAÇÃO 81877935972**, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob n. 23.694.923/0001-96, com sede/domicílio na(o)**RUA BRASIL, 322 JARDIM CURITIBA CEP 87360-000**, decorrente do **Processo Licitatório** Pregão 57/2017, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE BANNER, ADESSISVOS, LONA IMPRESSA, OUTDOOR COM ESTRUTURA METÁLICA E LONA, TOLDO COM ESTRUTURA METÁLICA E POLICARBONATO LONA, PLACA PVC COM IMPRESSÃO**., pelo **valor total de R$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais)**, com vigência até **14 de setembro de 2018**.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**.**

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:88534FF1

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº121/2017

O Prefeito do Município de PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Senhor EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** que o Poder Executivo do Município firmou em 13 de Setembro de 2017 Ata de Registro de Preços n. 121/2017 com a **M.S. TAVARES COMUNICAÇAO VISUAL - ME**, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob n. 22.695.924/0001-92, com sede/domicílio na(o) **RUA RIO GRANDE DO SUL 1592, VILA MINEIRA CEP 86.960-000 BARBOSA FERRAZ-PR** decorrente do **Processo Licitatório** Pregão Presencial para Registro de Preços 57/2017, cujo objeto **é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE BANNER, ADESSISVOS, LONA IMPRESSA, OUTDOOR COM ESTRUTURA METÁLICA E LONA, TOLDO COM ESTRUTURA METÁLICA E POLICARBONATO LONA, PLACA PVC COM IMPRESSÃO.**, pelo **valor total de R$ 76.946,50 (setenta e seis mil, novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)**, com vigência até **14 de setembro de 2018**.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**.**

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:2B2B1510

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito do Município de PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Senhor EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** que o Poder Executivo do Município firmou em 23 de Junho de 2017, o Contrato Administrativo n. 72/2017 com a BELLINI ASSESSORIA E CURSOS - EIRELE, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob n. 23.823.839/0001-25, com sede/domicílio na(o) APUCARANA PROFESSOR JOÃO CANDIDO FERREIRA, 1527 , decorrente do **Processo Licitatório** Tomada de Preços 4/2017, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CURSO DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES, COM O TEMA: A APRENDIZAGEM NO CONTEXTO HISTORICO CULTURAL., pelo **valor total de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)**, com vigência até **19 de junho de 2018**.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**.**

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:6EF4D1C7

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NOVA DATA DE ABERTURA PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 0108/2017 REGISTRO DE PREÇO Nº. 066/2017

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, através de sua Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, convida Vossa Senhoria a participar do seguinte procedimento licitatório:

MODALIDADE	Pregão
JULGAMENTO	Menor Preço
TIPO	Por Item
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO	No ato da abertura
DATA DA ABERTURA	27 de setembro de 2017
HORA DA ABERTURA	09:00
LOCAL DA ABERTURA	Avenida Presidente Kennedy, 363- Centro Departamento de Licitação
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO	R$ 97.074,00 (noventa e sete mil e setenta e quatro reais)
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	NO 20º DIA DO MES SUBSEQUENTE
PRAZO DE CONTRATAÇÃO	24 horas a partir da convocação
LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA	AS COMPRAS E SERVIÇOS DEVERAO SER EXECUTADOS CONFORME REQUISIÇÃO OU NAD
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA E SERVIÇO DE SERRAGEM.
LOCAL PARA RETIRADA EDITAL	Avenida Presidente Kennedy, 363- Centro Departamento de Licitação

* o valor máximo refere-se ao total de itens que se pretende registrar o preço, e não do contrato a ser efetivamente realizado.

Barbosa Ferraz, 13 de Setembro de 2017.

ADRIANO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:3457CED6

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 0118/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 072/2017

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, através de sua Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, convida Vossa Senhoria a participar do seguinte procedimento licitatório:

MODALIDADE	Pregão
JULGAMENTO	Menor Preço
TIPO	Por Item
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO	No ato da abertura
DATA DA ABERTURA	27 de setembro de 2017
HORA DA ABERTURA	14:00
LOCAL DA ABERTURA	Avenida Presidente Kennedy, 363- Centro Departamento de Licitação
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO	R$ 32.560,00(trinta e dois mil, quinhentos e sessenta reais)
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	NO 20º DIA DO MES SUBSEQUENTE
PRAZO DE CONTRATAÇÃO	24 horas a partir da convocação
LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA	LOCAL ONDE FOR NECESSÁRIO O SERVIÇO, EM QUAL QUER LOCALIDADE DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ
OBJETO	AQUISIÇÃO DE EXTINTORES, RECARGA DE EXTINTORES, PLACAS DE SINALIZAÇÃO E LUZ DE EMERGENCIA.
LOCAL PARA RETIRADA EDITAL	Avenida Presidente Kennedy, 363- Centro Departamento de Licitação

Barbosa Ferraz, 13 de setembro de 2017.

ADRIANO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:BF4ACA93

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 0119/2017 PREÃO PRESENCIALNº. 073/2017

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, através de sua Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, convida Vossa Senhoria a participar do seguinte procedimento licitatório:

MODALIDADE	Pregão
JULGAMENTO	Menor Preço
TIPO	Por Item
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO	No ato da abertura
DATA DA ABERTURA	28 de setembro de 2017
HORA DA ABERTURA	09:00
LOCAL DA ABERTURA	Avenida Presidente Kennedy, 363- Centro Departamento de Licitação
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO	R$ 321.276,00(trezentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e seis reais)
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	NO 20º DIA DO MES SUBSEQUENTE
PRAZO DE CONTRATAÇÃO	24 horas a partir da convocação
LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA	OS VEICULOS DEVERÃO SER ENTREGUES NO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
OBJETO	AQUISIÇÃO DE VAN E AMBULANCIA DE SIMPLES REMOÇÃO.

LOCAL PARA RETIRADA EDITAL	Avenida Presidente Kennedy, 363- Centro Departamento de Licitação

Barbosa Ferraz, 13 de setembro de 2017.

ADRIANO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:1DB26D5B

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2017.

SUMULA – DISPOE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PUBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 004/2014, NO CARGO E VAGAS DISCRIMINADA NO MESMO.

O Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e nos termos do edital de Concurso Publico nº 004/2014 pelo presente:

CONVOCA

O candidato aprovado, em conformidade com o Edital nº 11/2014 de Homologação de Resultado Final para Cargo descrito conforme abaixo, para comparecer junto a Prefeitura Municipal, à Av. Presidente Kennedy, 363, no Departamento de Recursos Humanos no prazo maximo de 03(três) dias úteis, no horário das 8:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00 horas, afim de formalizar a sua contratação.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NOME DO CANDIDATO	DOC. DE IDENTIDADE
JOSE ADRIANO TRINDADE	5.374.762-71

Barbosa Ferraz, 13 de setembro de 2017.

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shizuko Elizabeth Fukuro
Código Identificador:C3162A9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 002/2017/CMBJ

SÚMULA: Regulamenta os procedimentos para a contratação temporária por excepcional interesse público, nos termos dos arts. 51 e ss. da Lei 638/2017 – CMBJ, mediante Processo Seletivo Simplificado.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o Processo Seletivo Simplificado – PSS, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Barra do Jacaré/PR, para a contratação de pessoal para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos dos editais a serem publicados de acordo com as respectivas necessidades temporárias.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Sala das Sessões Antônio dos Santos Neto, da Câmara Municipal de Barra do Jacaré/PR, em 13 de setembro de 2017.

JORGE JOÃO PEREIRA FILHO
Presidente da Câmara

MIGUEL CALIXTO
1º. Secretário

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:1AF68EAB

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
EDITAL N.º 01/2017 – CMBJ/PR

A **Câmara Municipal de Barra do Jacaré - PR**, no uso das atribuições legais conferidas pelos arts. 51 e ss. da Lei Municipal n. 638/2017, considerando o disposto no Decreto Legislativo Municipal nº 02/2017, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções destinadas à realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, visando a contratações temporárias para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais.

Disposições Preliminares

1.1 O Processo Seletivo Simplificado – PSS é destinado a selecionar profissionais para atuar na Câmara Municipal de Barra do Jacaré, exclusivamente para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, suprindo as vagas existentes, mediante Contrato em Regime Especial - CRES, conforme a Lei Municipal n.º 638/2017 e regulamentado pelo Decreto 02/2017 do Legislativo Municipal.

1.2 O pessoal contratado estará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, cujas contribuições serão recolhidas durante a vigência da contratação.

1.3 Este PSS consistirá em prova de títulos referentes à escolaridade, aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço, conforme disposto no item 5 deste Edital.

1.4 Antes de se inscrever no PSS, o candidato deverá observar as prescrições deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá, até a data da convocação, todos os requisitos exigidos para a contratação.

1.4.1 Ao realizar e finalizar a inscrição, o candidato manifesta sua concordância com todos os termos deste Edital, sobre o qual não poderá alegar desconhecimento.

1.5 A participação dos candidatos no PSS não implica obrigatoriedade de sua contratação, ocorrendo apenas expectativa de convocação e contratação. Fica reservado à Câmara Municipal de Barra do Jacaré, do Paraná, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final e ao prazo de validade deste Edital.
1.6 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este PSS, por meio dos endereços eletrônicos:
www.camarabarradojacare.pr.gov.br e
www.diariomunicipal.com.br/amp/

1.7 Caberá a Câmara Municipal de Barra do Jacaré – PR, divulgar a lista de classificação composta por este PSS.

1.8 Será admitida a impugnação deste Edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do primeiro dia útil seguinte de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná. A impugnação deverá ser elaborada por escrito, devidamente fundamentada, e protocolada na Câmara Municipal de Barra do Jacaré – PR, até às 17h do último dia do prazo.

Cronograma

2.1 Este processo seletivo será composto das seguintes fases:

Inscrições	Dos dias 14/09/2017 a 28/09/2017 das 08:00 h às 12:00 h e das 13:00 h às 17:00 h
Local para Inscrição	Rua Rui Barbosa, 098 – Centro – Barra do Jacaré - PR
Taxa de Inscrição	Não há taxa de Inscrição
Funções	Auxiliar de Serviços Gerais
Publicação da Classificação	29/09/2017, após as 14:00 h no endereço eletrônico www.camarabarradojacare.pr.gov.br
Prazo de Recurso	De 02/10/2017 à 04/10/2017 até as 17:00 h na Câmara Municipal de Barra do Jacaré – PR
Publicação da Classificação Final	Será realizada após análise dos recursos caso ocorra.
Contratação	De acordo com a necessidade no decorrer do ano

Vagas, características e atribuições da função 3.1 Vagas e características da função

Vagas	A quantidade de vagas estará condicionada à necessidade da Câmara Municipal
Função/Carga Horária	Jornada de 40h (quarenta horas) semanais, na forma da legislação vigente, adequada ao horário de funcionamento do estabelecimento, compreendendo os períodos da manhã, tarde e noite.
Escolaridade Mínima	Serviços Gerais: Ensino Fundamental completo ou cursando.
Vencimentos	Salário Mínimo.

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais
Escolaridade: ensino fundamental incompleto
Carga horária: 40 horas semanais

Sumário das Tarefas:
Executar os serviços de limpeza e cozinha das dependências da Câmara Municipal e compreender e executar as tarefas rotineiras primando pela boa qualidade de seu trabalho.

Tarefas Típicas:
Efetuar a limpeza e manter em ordem o local de trabalho, varrendo, tirando o pó e lustrando os móveis, lavando vidraças, utensílios e instalações, providenciando material e produtos necessários para a limpeza, mantendo assim as condições de conservação e higiene requeridas;
Coletar o lixo, recolhendo e depositando-o na lixeira central;
Mudar a posição dos móveis, quando necessário para efetuar a limpeza, colocando-os nos seus devidos lugares;
Preparar e servir café, chá, sucos, lanches e outros alimentos quando solicitado;
Efetuar o controle dos materiais utilizados na limpeza e na cantina;
Executar outras tarefas correlatas.

4. Cadastro e Inscrição

4.1 As inscrições serão realizadas entre os dias 14/09/2017 a 28/09/2017 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, nas dependências da Câmara Municipal de Barra do Jacaré.

4.2 Para participar do processo seletivo, o candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1.º, do artigo 12, da Constituição Federal.

4.3 O candidato deve ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos e no máximo 75 (setenta e cinco) anos incompletos, no momento da convocação para comprovação de títulos.

4.4 O processo de inscrição é composto pela escolha da etapa, função e local, e pelo cadastramento dos títulos, que deverão ser comprovados na convocação.

4.5 O candidato é responsável pelas informações constantes no cadastro e na inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativas, cível e penal.

4.6 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência e concordância quanto à divulgação de seus dados em listagens e resultados, tais como aqueles relativos à pontuação, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo Simplificado. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando os candidatos cientes também de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes.

5 Critérios de Classificação e Títulos

	Pontuação	**Máximo**
I– para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais:		**50**
a) formação acadêmica em curso superior	20	20
b) formação em curso técnico	15	15
c) Ensino Médio completo	10	10
d) Ensino Fundamental completo	5	5
2. Experiência	p. ano	**50**
Tempo de Serviço prestado anteriormente em função similar no serviço público e privado.	3	30
Tempo de Serviço prestado anteriormente em outras funções.	2	20
TOTAL:		**100**

5.1 O tempo trabalhado em mais de um emprego no mesmo período será considerado uma única vez.

5.2 Apenas a fração igual ou superior a 6 (seis) meses será convertida em ano completo pelo Sistema PSS, para fins de contagem de tempo de serviço.

5.3 O tempo de serviço em estágios de aprendizagem e em cargos comissionados não será aceito e não deverá ser informado.

5.4 O Sistema PSS não pontuará tempo de serviço superior a 10 (dez) anos.

5.5 Todos os títulos informados no momento da inscrição deverão estar legalizados em órgãos competentes e ser comprovados por meio de documentação oficial na sessão de comprovação de títulos.

Resultado

6.1 Classificação provisória

6.1.1 A pontuação do candidato será o somatório dos pontos obtidos nos itens de escolaridade e tempo de serviço registrados pelo candidato na inscrição, conforme Tabela de Pontuação de Títulos apresentada no item 5 deste edital.

6.1.2 Os candidatos serão classificados automaticamente por ordem decrescente de pontuação, mediante preenchimento de formulário eletrônico, e estarão sujeitos à comprovação documental dos títulos informados na inscrição quando convocados.

6.1.3 No dia **29/09/2017**, após as 18h, será publicada a classificação provisória no endereço eletrônico www.camarabarradojacare.pr.gov.br, e no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amp/

6.1.4 A publicação da classificação provisória será realizada por ordem decrescente de pontos, sendo uma lista de ampla concorrência, contendo a pontuação de todos os candidatos.
6.1.5 Neste momento, o candidato deve conferir se os dados inseridos na inscrição estão conforme o seu comprovante de inscrição.

6.1.5.1 Caso haja igualdade de pontuação na soma dos itens de escolaridade, aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço, terá preferência o candidato mais idoso.

6.2 Recursos

6.2.1 Caberá análise de recurso após a divulgação do resultado provisório, desde que:

sejam entregues pelo candidato na Câmara Municipal, entre os dias **02/10/2017** a **04/10/2017**, das **09h às 17h**;

sejam apresentados em um único documento, devendo conter a totalidade de questionamentos.

sejam devidamente fundamentados com a indicação expressa do item do edital que entenda não ter sido atendido, justificando-os. Não serão apreciados os recursos fundamentados exclusivamente em erros do candidato no preenchimento dos dados no momento da inscrição.

6.2.2 Os recursos serão analisados e julgados por comissão constituída na Câmara Municipal para coordenar o Processo Seletivo Simplificado, e o resultado final dos recursos será publicado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amp/ e www.camarabarradojacare.pr.gov.br
6.2.3 Não cabe pedido de reconsideração ou de revisão de resultado de recurso.

6.3 Classificação Final

6.3.1 Após a análise conclusiva dos recursos, o resultado será homologado e publicado no www.diariomunicipal.com.br/amp/ e disponibilizado no Portal Institucional da Câmara Municipal, endereço eletrônico www.camarabarradojacare.pr.gov.br.

6.3.2 A publicação da classificação final será realizada em ordem decrescente de pontos, sendo uma lista contendo a pontuação de todos os candidatos.

6.4 Convocação

6.4.1 A convocação será realizada via Ofício.

6.4.2 Em caso de ausência, desistência ou não comprovação dos títulos e documentos de candidato da lista de ampla concorrência, a vaga será ofertada ao próximo candidato convocado da respectiva lista de classificação.
6.4.3 O candidato que tenha sofrido rescisão de contrato de trabalho, como penalidade em decorrência de sindicância ou tenha sofrido penalidade de demissão em processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 (cinco) anos, não será convocado.

Inaptidão temporária

7.1 O candidato inapto temporariamente terá sua classificação mantida, sem prejuízo à convocação dos demais classificados.

7.2 Cessada a inaptidão temporária, o candidato deverá entregar na Câmara Municipal atestado médico comprovando sua aptidão para o trabalho.

Fim de lista e desistência

8.1 Perderá a colocação original de classificação e será remetido para o fim da respectiva lista de classificados, o candidato que:

não apresente, no momento da contratação, os documentos pessoais exigidos e descritos no item 10.1;

não manifeste interesse nas vagas ofertadas;

8.2 O candidato que constar da lista de classificação final deste PSS será considerado desistente ao assinar o Termo de Desistência constante do Anexo IV ou se não comparecer, quando convocado.

Exclusão do candidato

9.1 O candidato será excluído deste Processo Seletivo Simplificado e, se tiver sido contratado, ficará sujeito à rescisão contratual na ocorrência de qualquer dos subitens abaixo:

tenha sofrido rescisão de contrato de trabalho como penalidade em decorrência de sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação;

tenha sofrido penalidade de demissão em processo administrativo disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação;

tiver configurado, no momento da contratação, o acúmulo ilegal de cargos, excetuando-se os casos permitidos pelo art. 37, XVI, da Constituição Federal;

tenha 75 (setenta e cinco) anos completos por ocasião da primeira convocação ou da contratação;

esteja aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;

tiver comprovada ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata;

Contratação

10.1 Para ser contratado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia, às suas expensas. Quando não apresentado documento original, somente será aceita a cópia autenticada em cartório:
documento de Identidade;
comprovante de situação cadastral regular no CPF emitido pela Receita Federal;

cartão do PIS/PASEP ou documento oficial emitido pela Caixa Econômica Federal, contendo o número do PIS;

comprovante de titular de conta corrente no Banco do Brasil, contendo o número da agência e conta;

comprovante de endereço atual;

certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino, exceto para maiores de 46 anos, conforme disposto no Art.170 do Regulamento da Lei do Serviço Militar, Decreto Federal n.º 57.654, de 20 de janeiro de 1966;

título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral;

atestado de saúde ocupacional (modelo Anexo II), atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para a qual se inscreveu, emitido por médico registrado no CRM, ou equivalente, nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à contratação. Caso não tenha sido utilizado o Anexo II, é obrigatória a assinatura da declaração contida no anexo mesmo se acompanhado de atestado emitido pelo médico;

declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;

Disposições Finais

11.1 É de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes a este Processo Seletivo Simplificado, divulgados no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amp/ e www.camarabarradojacare.pr.gov.br, e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o Processo Seletivo.

12.7 O Processo Seletivo Simplificado disciplinado por este Edital terá validade até 13/09/2018.

12.8 Os casos omissos serão resolvidos por comissão designada para esse fim por meio de Resolução.

Barra do Jacaré, 13 de Setembro de 2017.

JORGE JOÃO PEREIRA FILHO
Presidente
2017/2018

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:77277F6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 1107/2017

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de Credito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei nº 641/2017 de 04/09/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 638.923,24 (Seiscentos e trinta e oito mil, novecentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos), com as seguintes dotações orçamentárias:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2027 Programa Qualif. da Vigilância em Saúde - FR 499
01280 – 3.3.90.14.00.00 – EA -499 – Diárias – Pessoal Civil R$ 3.639,06
01290 – 3.3.90.30.00.00 – EA -499 – Material de Consumo R$ 50.000,00
01300 – 3.3.90.39.00.00 – EA – 499 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 50.000,00
10.301.0006.2028 Prog. Est. de Qualif. dos Conselhos Mun de Saúde do Paraná -FR 333
01310 – 3.3.90.30.00.00 – EA -333 – Material de Consumo R$ 3.683,37
10.301.0006.2030 Programa Equipamento UBS - FR 334
01340 – 3.3.90.30.00.00 – EA - 334 – Material de Consumo R$ 40.000,00
01350 – 4.4.90.52.00.00 - 00 - 334 – Equipamentos e Material Permanente R$ 159.990,00
01350 – 4.4.90.52.00.00 - EA - 334 – Equipamentos e Material Permanente R$ 60.000,00
10.301.0006.2031 Programa Equipamento Farmácia - FR 334
01360 – 4.4.90.52.00.00 - EA - 334 – Equipamentos e Material Permanente R$ 24.202,87
10.301.0006.2033 Programa Manutenção Posto de Saúde - FR 498
01390 – 3.3.90.30.00.00 - EA - 498 – Material de Consumo R$ 5.432,86
01400 – 4.4.90.52.00.00 - EA - 498 – Equipamentos e Material Permanente R$ 5.000,00
10.301.0006.2039 CISNORPI
01670 – 3.3.71.70.00.00 – 00 - 303 – Rateio pela Participação em Consórcio Público R$ 24.000,00
10.301.0006.2041 Atividades Saúde - Atenção BásIca
01800 – 3.3.90.39.00.00 – 00 - 000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 16.000,00
01810 – 3.3.90.39.00.00 – 00 - 303 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 74.000,00
10.304.0006.2044 Piso Atenção Basica - PAB Variável - Fr 497
01890 – 3.1.90.11.00.00 – EA - 497 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 6.492,70
01900 – 3.1.90.13.00.00 – EA - 497 – Obrigações Patronais R$ 1.831,28
08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO,OBRAS E SERV PÚBLICOS
08.001 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0009.2084 Manutenção/Melhorias da Iluminação Pública
04060 – 3.3.90.30.00.00 – 00 -000 – Material de Consumo R$ 15.000,00
09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA
09.001 – DEPARTAMENTO MUN DE EDUCAÇÃO
12.361.0007.6105 Manutenção do Transporte Escolar
05150 – 3.3.90.39.00.00 – 00 -000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 60.590,00
09.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
13.392.0008.2113 Manutenção das Atividades Cívicas e Culturais
05440 – 3.3.90.30.00.00 – 00 -000 – Material de Consumo R$ 6.500,00
05450 – 3.3.90.39.00.00 – 00 -000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 20.000,00
09.003 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.0007.6122 Convênio Apoio a Creche - FR 100
05800 – 3.3.90.30.00.00 – EA -100 – Material de Consumo R$ 12.561,10
TOTAL... 638.923,24

Art. 2º- Para dar cobertura ao Crédito autorizado no artigo anterior, serão indicados como recursos o disposto na Lei Federal 4.320/64, no Artigo 43 § 1º;

Inciso I – Superávit Financeiro nas seguintes fontes

100 - R$ 12.561,10
333 - R$ 3.683,37
334 - R$ 124.202,87
497 - R$ 8.323,98
498 - R$ 10.432,86
499 - R$ 103.639,06
TOTAL..R$ 262.843,24

Inciso III – Anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – EXECUTIVO MUNICIPAL
02.001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0003.2-003 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
00140 – 3.3.90.30.00.00 – 00 - 000 - Material de Consumo R$ 8.000,00
00160 – 3.3.90.46.00.00 – 00 - 000 - Auxílio – Alimentação R$ 3.000,00
02.002 – ASSESSORIA JURÍDICA
04.122.0003.2008 Manutenção Assessoria Jurídica
00270 – 3.1.90.11.00.00 – 00 - 000– Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 15.000,00
00280 – 3.1.90.13.00.00 – 00 - 000 – Obrigações Patronais R$ 3.300,00
00330 – 4.4.90.52.00.00 - 00 - 000 – Equipamentos e Material Permanente R$ 1.000,00
03.002 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO
04.122.0004.2017 Manutenção do Departamento de Planejamento
00640 – 3.1.90.11.00.00 – 00 -000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 10.000,00
00650 – 3.1.90.13.00.00 – 00 - 000 – Obrigações Patronais R$ 2.200,00
00700 – 4.4.90.52.00.00 - 00 - 000 – Equipamentos e Material Permanente R$ 1.000,00
05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2029 Programa Aquisição de Veículos - FR 334
01330 – 4.4.90.52.00.00 – 00 - 334 – Equipamentos e Material Permanente R$ 159.990,00
10.301.0006.2035 Manutenção Polo Academia de Saúde
01440 – 3.1.90.11.00.00 – 00 - 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 8.000,00
01450 – 3.1.90.11.00.00 – 00 - 303 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 32.000,00
01500 – 3.3.90.39.00.00 – 00 - 000– Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 8.000,00
01530 – 4.4.90.52.00.00 – 00 - 303 - Equipamentos e Material Permanente R$ 6.000,00
10.301.0006.2038 Aquisição/Manutenção de Veículos
01650 – 4.4.90.52.00.00 – 00 - 303 - Equipamentos e Material Permanente R$ 10.000,00
10.302.0006.2042 Bloco Média e Alta Complexidade - (Bloco 302)
01870 – 3.3.90.39.00.00 – 00 - 303 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 50.000,00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 SETOR DE SANEMANETO
17.512.0006.2047 Manutenção do Saneamento Urbano
02000 – 3.3.90.39.00.00 – 00 - 000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 3.000,00
02010 – 4.4.90.30.00.00 – 00 - 000 - Material de Consumo R$ 10.000,00
06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S.
08.244.0005.2055 Projeto Estadual - PPAS - FR 778
002460 – 3.1.90.13.00.00 – 00 - 000 – Obrigações Patronais R$ 6.590,00
06.003 – DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL
08.243.0005.2064 Manutenção da A.C.C.A.
03110 – 3.3.90.36.00.00 – 00 - 000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física R$ 3.000,00
08.244.0005.2068 Apoio a população carente/enfrentamento a pobreza/calamidade pública e SITUAÇÃO
03370 – 4.4.90.30.00.00 – 00 - 000 - Material de Consumo R$ 4.000,00
08.244.0005.2071 Manutenção da Capela Mortuária
03540 – 4.4.90.52.00.00 – 00 - 000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 3.000,00
07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. ABASTEC E MEIO AMBIENTE
07.001 – DEPARTAMENTO MUN DE AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS
20.606.0010.2074 Manutenção Convênio Emater
03930 – 3.3.50.41.00.00 – 00 -000 – Contribuições R$ 4.000,00
08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO,OBRAS E SERV PÚBLICOS
08.001 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0009.2084 Manutenção/Melhorias da Iluminação Pública
04100 – 4.4.90.30.00.00 – 00 -000 – Material de Consumo R$ 10.000,00
08.002 – DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS
15.452.0009.2091 Manutenção/Ampliação Prédios Públicos
04380 – 3.3.90.39.00.00 – 00 - 000 -Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 15.000,00
SUB-TOTAL...R$ 376.080,00
TOTAL...R$ 638.923,24

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 13 de Setembro de 2017.

ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:3DEE32EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº. 199 DE 12 DE SETEMBRO DE 2017.

ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:
I – DESIGNAR a partir de 01/09/2017, que o servidor ROBERTO LAURO, investido no cargo efetivo de *Auxiliar de Serviços Gerais*, nomeado através da portaria nº 178 de 31/08/2011, para que na Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos – Dept Mun de Serviços Urbanos e Limpeza – 40 hrs semanais, preste serviços no *Pátio da Prefeitura Municipal/Lavador*.
II – Fica os efeitos desta portaria retroativos a 01/09/2017.

Registre,
Certifique-se e
Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré, 12 de setembro de 2017.

ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:F2B49D3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

Nº Processo: 061/2017. Objeto: Um Refrigerador da marca INDREL, próprio para a conservação de vacinas. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Única fornecedora nacional do refrigerador marca INDREL. Ratificação em 13/09/2017. Adalberto de Freitas Aguiar. Prefeito Municipal. Valor total= R$ 25.250,00 (Vinte Cinco Mil, Duzentos Cinquenta Reais). Contratada: INDREL - INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA - CNPJ-78.589.504/0001-86.

Barra do Jacaré PR, em 13 de setembro de 2017.

ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:59B9AD07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDCA 05/2017

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
RUA MATO GROSSO DO SUL – SN CEP: 85745-000
Email:
cras@belavistadacaroba.pr.gov.br
FONE: (46) 3557-1206

O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CMDCA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 453/2013, reuniu-se ordinariamente no dia 04 de Setembro de 2017.
Art. 1° Ficam eleitos em reunião Plenária os seguintes conselheiros para compor a diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Presidente: Juliana Sotilli Grasel Tavares
Vice presidente: Lucas Baesso

Art. 2º O mandato desta diretoria será de dois (2) anos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista da Caroba – PR, 04 de Setembro de 2017.

JULIANA S. G. TAVARES
Presidente
CMDCA

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:B825471A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS 06/2017

Conselho Municipal de Assistência Social Bela Vista da Caroba – PR
Rua Mato Grosso do Sul – SN CEP: 85745-000
E-MAIL:
cras@belavistadacaroba.pr.gov.br
Fone: (46) 3557-1206

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 275/2017 reuniu-se ordinariamente no dia 13 de Setembro de 2017.

Art. 1° Fica aprovado o Plano de Ação da Deliberação 066/2017 – CEAS/PR

Art. 2° Fica aprovado o Termo de Adesão ao Incentivo Adesão Espontânea Deliberação 066/2017 – CEAS/PR

Art. 3° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista da Caroba – PR, 13 de Setembro de 2017.

IVONE B. SOTILLI GRASEL
Presidente do CMAS

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:CE6A8EE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DILSO STORCH, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:	80/2017
b) Licitação Nr.:	54/2017-PR
c) Modalidade:	PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação:	13/09/2017
e) Data da Adjudicação:	13/09/2017
f)Objeto da Licitação	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DA CAROBA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Fornecedores	Qtde de Itens	Valor Total dos Itens
- 000034 - AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME	7	1.664,50
- 004716 - ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP	2	13,84
- 000379 - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS	4	211,46
- 004428 - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS	48	13.459,22
- 004729 - FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS	8	1.763,33
- 004455 - POSSATTO & POSSATO LTDA - ME	55	8.750,90
	124	25.863,25

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões):
2.028.3.3.90.30.00.00.00.00 (164),
2.028.3.3.90.30.00.00.00.00 (165)

Bela Vista da Caroba, 13 de Setembro de 2017.

DILSO STORCH
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:56249D0E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 062/2017

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor Dilso Storch, e o Senhor João Luis Nicolotti, Pregoeiro, nomeado pela Portaria de nº. 19 de 2017, no uso de suas atribuições legais, faz saber e TORNA PÚBLICO aos interessados, que se encontra aberto o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por **item**, que será regido pela Lei Federal de nº. 10.520 de 17 de julho de 2002; Decretos Municipais n.º 167 e 171 de 2016 e subsidiariamente pela Lei nº. 8666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, para a finalidade abaixo especificada:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 062/2017

1. OBJETO DA LICITAÇÃO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA DESTINADO ÀS SECRETARIAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA*.

2. VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 13.589,96 (Treze mil quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos).

3. DATA DE ABERTURA: dia 28/09/2017, às 08:30 horas.

4. LOCAL DA ABERTURA: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, com o Pregoeiro e Equipe de Apoio.

O Edital e Anexos poderá ser retirado diretamente com o Pregoeiro, na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Rio de Janeiro, n.° 1021, centro, em horário comercial (8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas), de 2ª à 6ª sexta-feira.

Bela Vista da Caroba - PR, 13 de setembro de 2017.

DILSO STORCH
Prefeito Municipal

JOÃO LUIS NICOLOTTI
Pregoeiro

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:A24CAB0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BITURUNA
ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO – SEQ. 01 PROCESSO N.º 035/2017 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 012/2017 – IL

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às 13 horas e 30 minutos, na Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, em sessão pública, com a presença da Presidente, Sra. CARLA REGINA NUNES DA ROCHA e demais membros da comissão composta por LIANA JAWORSKI e TAILOR MIGUEL KLOBUKOSKI designados através da Portaria n.º 023/2017 reuniram-se para proceder a análise e credenciamento das propostas dos Prestadores de Serviço referente ao Edital de Chamamento Público para Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para realização de Exames Laboratoriais (referência Tabela Municipal) visando o atendimento da Fundação Municipal de Saúde de Bituruna. Dado início a sessão, esta Comissão constatou que desde a última sessão até o presente momento apenas a seguinte empresa pessoa jurídica apresentou documentação pertinente ao Credenciamento e, portanto está apta a prestar serviços a esta Instituição: 1) LABOANALISES – LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA – SS - EPP, CNPJ nº 02.821.654/0001-01.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião a qual vai assinada pelos presentes.

Bituruna, 13 de SETEMBRO de 2017.

CARLA REGINA NUNES DA ROCHA
Presidente

LIANA JAWORSKI
Membro

TAILOR MIGUEL KLOBUKOSKI
Membro

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE

De acordo com o Parecer da Presidente da Comissão de Licitações e dos Membros autorizo o credenciamento das empresas relacionadas acima.

Bituruna, 13/09/2017.

RODRIGO MARCANTE
Diretor Presidente

Publicado por:
Carla Regina Nunes da Rocha
Código Identificador:210DF25A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO N.º 075/2017 - PREGÃO N.º 050/2017

O Município de Bituruna, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 81.648.859/0001, torna público a realização de licitação, com recebimento das propostas das 11:00 horas do dia 13/09/2017 às 08:00 horas do dia 26/09/17, na modalidade PREGÃO ELETRONICO, objetivando Aquisição de veículos destinados a composição da frota municipal. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, no site:
www.bituruna.pr.gov.br, ou na Av. Dr. Oscar Geyer, 489, Centro, CEP: 84640-000, município de Bituruna PR. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (0**42) 35538080.

CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Alessandra S. Fronchetti
Código Identificador:D0934739

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO N.º 076/2017 - PREGÃO N.º 051/2017

O Município de Bituruna, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 81.648.859/0001, torna público a realização de licitação, no dia **26/09/2017** às **14:00** horas, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço para fornecimento de alimentação com atendimento de segunda a sábado em horário de almoço e jantar em estabelecimento localizado no perímetro urbano do munícipio, e fornecimento de refeições destinadas a participantes de eventos promovidos pelo município. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, no site:
www.bituruna.pr.gov.br, ou na Av. Dr. Oscar Geyer, 489, Centro, CEP: 84640-000, município de Bituruna PR. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (0**42) 35538080.

CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Alessandra S. Fronchetti
Código Identificador:A9407EB7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 111/2017

Cria a Sala do Empreendedor, e da outras providências.

CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO, Prefeito Municipal de Bituruna, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º. Para assegurar ao contribuinte a entrada única de dados e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no Município fica criada a Sala do Empreendedor com as seguintes finalidades:
I – disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;
II – orientação sobre os procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento, bem como situação fiscal e tributária das empresas;
III – analisar os expedientes necessários para viabilizar a implantação de empreendimentos;
IV – atendimento ao Microempreendedor Individual – MEI, às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte;
V – disponibilizar um local preferencial para uso, auxílio e orientação a todo o contribuinte dos benefícios, facilidades e respectiva legislação para abertura, desenvolvimento e encerramento de empresas e empreendimentos no município;
VI – outros serviços criados por ato próprio da Secretaria da Administração, em ato conjunto, que tenha o objetivo de prestar serviços de orientação ou que facilite e agilize a implantação de empreendimentos no município;

§1º Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal poderá firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas, para oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

Art. 2º. A Sala do Empreendedor:

I – poderá ser instalada em local próprio da prefeitura ou em local disponibilizado por eventuais parceiros, que, para efeito deste decreto, também se denominará Sala do Empreendedor;
II – estará subordinada formalmente à Divisão Municipal que presidir o Comitê Gestor Municipal e atuará sob a coordenação deste, cabendo a responsabilidade operacional ao Agente de Desenvolvimento Municipal;
III – terá representantes de todas as Secretarias e órgãos municipais na medida dos serviços prestados, bem como de pessoal técnico oriundo de parceria com outras instituições públicas ou privadas, na conformidade de Convênios realizados pela municipalidade.

Art. 3º. A Sala do Empreendedor deverá ser dotada de infraestrutura física e técnica mínima para atendimento:
I – do Microempreendedor Individual – MEI, visando ao oferecimento de orientação e serviços, inclusive com acesso ao Portal do Empreendedor para seu registro e legalização;
II – das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, exclusivamente em relação a consulta prévia.

§1º A Sala do Empreendedor deverá estar capacitada a atender todos os serviços colocados à disposição dos empreendedores que a procuram, seja por meio dos funcionários permanentes ou por agentes das instituições parceiras, devendo conhecer, no mínimo:
I – a legislação municipal relativa à concessão de alvarás, inscrição e baixa no cadastro municipal, e a documentação exigida pelas diversas Secretarias ou órgãos municipais, relacionados com a abertura e fechamento das empresas;
II – a atuação dos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento das empresas das demais esferas de governo, seus órgãos e entidades;
III – a legislação aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte emanadas do Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC);
IV – a legislação emanada do Conselho Gestor do Simples Nacional (CGSN), principalmente sobre a opção pelo Simples Nacional; os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) a serem utilizados para fins da opção; as obrigações acessórias relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional e a que dispõe sobre a entrega da Declaração Anual.

§2º. Em relação ao Microempreendedor Individual – MEI, a Sala do Empreendedor deverá estar capacitada a informar:

I – quem pode ser, como se registra e se legaliza, as obrigações, custos e periodicidade; qual a documentação exigida; e quais os requisitos que devem atender perante cada órgão e entidade para seu funcionamento;
II – a necessidade de Consulta Prévia ao ato de formalização, para fins de verificar sua condição perante a legislação municipal no que se refere à descrição oficial do endereço de sua atividade e da possibilidade do exercício dessa atividade no local desejado;
III – o conteúdo do termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório, que será emitido e permitirá o início de suas atividades, salvo nos casos de atividades considerada de alto risco.

§3º. Tratando-se de empreendedor que não atende aos requisitos para se qualificar como Microempreendedor Individual – MEI, a Sala do Empreendedor o informará do fato, adicionando outras informações de interesse da orientação do empresário, tais como:
I – procedimentos para abertura de uma empresa;
II – quais as legislações que terá de cumprir para a abertura e funcionamento do estabelecimento no âmbito municipal;
III – realização de consulta prévia para verificação da possibilidade de funcionamento no endereço escolhido e em relação à atividade a ser desenvolvida.

Art. 4º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço do Índio, 01 de setembro de 2017.

CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Sebastião Lopes
Código Identificador:65E8102C

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2017, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PNAE

O Município de Bituruna, através da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Av Dr° Oscar Geyer , 489- Centro, atendendo a Lei nº 11.947/2009 e a Resolução/FNDE/CD nº Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013, realiza chamada pública para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O 2° SEMESTRE DE 2017, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE BITURUNA/PR

1. OBJETO
1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de alimentos de agricultores familiares, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, conforme especificações e estimativas abaixo.

Quantidade kg	Produto	Valor UN/KG	Valor total
3000KG	LARANJA	1,66	4.980,00
200 KG	MELADO DE CANA COM FRUTAS - PT 1 KG	10,00	2.000,00
200 KG	AMORA - PCT 2 KG	5,00	1.000,00
200KG	ARROZ INTEGRAL - PCT DE 1 KG	2,70	540,00
TOTAL			8.520,00

2.FONTE DE RECURSO

2.1 Recursos provenientes do FNDE e recurso municipal.

2. DOCUMENTAÇÃO E PRAZO PARA HABILITAÇÃO

Para a habilitação das Propostas exigir-se-á para ser entregue, até o dia **26/09/2017**, à Secretaria Municipal de Educação de Bituruna/PR, os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados conforme Art. 27 da Resolução/FNDE/CD nº **Nº** FNDE/CD nº Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013.
2.1 Grupo formal associações e cooperativas formalizadas
- Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP jurídica) para associações e cooperativas, emitido nos últimos 30 dias;
- CNPJ;
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços –FGTS;
- Copia do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- Projeto de venda constatando o CPF , o n° da DAP física e assinatura de todos os agricultores participantes;
- Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados ao projeto de venda;
- Para produtos panificados deverá ser apresentado documento de Licença da Vigilância Sanitária atualizado.

2.2 Grupo Informal –ou não formalizadas

Os documentos de habilitação deverão ser entregues em um único envelope, que deverá conter sob pena de inabilitação:
- Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os agricultores familiares;
- Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) ou extrato da DAP de cada Agricultor Familiar participante;
- Proposta de Fornecimento de Alimentos para Grupo Informal, conforme modelo do Anexo I deste Edital. Sanitária
– Para produtos de origem animal e panificados (massas e pães) deverá ser apresentado documento de Licença da Vigilância.
- Negativas Estadual Federal e Municipal.

2.3 Fornecedores Individuais detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

- A prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- o extrato da DAP Física fazer agricultor Participante familiar, emitido nos últimos 30 dias;
- O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e / ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com Assinatura do agricultor Participante;
- Para produtos de origem animal e panificados (massas e pães) deverá ser apresentado documento de Licença da Vigilância Sanitária
- Negativas Estadual Federal e Municipal.

3. LOCAL, PERIDIOCIDADE DA ENTREGA, PREÇO E PAGAMENTO DOS PRODUTOS

3.1 Ponto de Entrega:
Escolas Municipais e Cmeis e Clubes Municipais com os seguintes endereços

Instituição	Local	ENDEREÇO
Escola Dr Oscar Geyer	Centro	Av Dr.Oscar Geyer, n°268
Escola Antonio Greselle	Bairro São Francisco	Rua Antnio Serafim Greselle, s/ n°
Escola Antonio Baby	Bairro Vila Mariana	Rua Comércio , n°22
Escola Bento Gonçalves	Bairro São João	Rua principal s/n°
Escola Frei Tiago Luchese	Centro	Rua Maria Rosa Ramos Nunes, n°35
Escola Santo Antonio	Distrito Santo Antonio	Rua Vereador Silvio Sebbem, s/n°
Escola Paulo Roberto Geyer	Bairro Ns Aparecida	Rua das Flores n°400
Escola São Miguel	Prefeitura Municipal Centro	Rua Dr Oscar geyer, n°489
Cmei Dona Pia	Bairro Vila Mariana	Rua do Comércio n°15
Cmei Lucindo Octacílo Sebbem	Centro	Avenida Bento Munhoz da Rocha nº 1191
Cmei Belmiro Levis	Bairro Ns Aparecida	Rua Hernesto Bet n°489
Clube Formiguinha	Bairro Vila Marina	Rua do Comércio
Clube Abelhinha	Bairro São João	Rua principal s/n°
Clube Amiguinhos	Distrito Santo Antonio	Rua Vereador Silvio Sebbem, s/n°
Escola São Francisco de Assis APAE	Bairro Ns Aparecida	Rua dos Cedros, 215
Escola do Campo	Bairro São Cristovão	Pr 446 Km 63

3.2 Período de Fornecimento:

2° Semestre do ano Letivo 2017.

3.3 Previsão de quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos:
A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios elaborados por nutricionista da Secretaria Municipal de Educação de Bituruna PR.

3.4 Preço:

Serão utilizados para composição do preço de referência:
a) os Preços de Referência praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
b) média dos preços pagos aos Agricultores Familiares por 3 (três) mercados varejistas.

3.5 Pagamento das faturas:

3.5.1 Os pagamentos do fornecimento feito ao fornecedor da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural habilitado, como conseqüência da comercialização de gêneros alimentícios, serão realizados pelo Município de Bituruna, denominada contratante.
3.5.2. O pagamento deverá ser feito em até 45 (quarenta e cinco) dias com deposito em conta perante a apresentação de documento (nota) fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, juntamente com a lista de produtores com a respectiva quantidade de produtos entregues na nota, sem o mesmo não será possível efetuar pagamento, pois se faz necessário para a prestação de contas.

4. CRITERIOS PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR

4.1 - Os fornecedores locais terão preferência aos demais.
4.1.1 - Entenda-se por fornecedores locais os sediados no território do município de Bituruna.
4.2 - Não havendo nenhum fornecedor local, terão preferência os fornecedores regionais aos estaduais.
4.3- Vencido o critério da localização do fornecedor, terão preferência os agricultores que, comprovadamente, pertencerem a assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas ou comunidades quilombolas aos demais agricultores ou empreendedores familiar rural.
4.4 - Os grupos formais terão prioridade aos fornecedores de grupos informais.
4.5- Para definição dos preços de referência deverá observar o artigo 23 da referida Resolução nº38/2009 do FNDE.
4.6 - Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. art. 23 § 6º, da mencionada Resolução do FNDE.
4.7- O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP porá no civil;

5. CONTRATAÇÃO

5.1 Uma vez declarado vencedor, o Vendedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios em até dois dias.
5.2 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de **R$ 20.000,00(vinte mil reais)** por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)/ano civil.

6. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

6.1 Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

6.2 O fornecedor compromete-se a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação de Bituruna /PR.

6.3 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública no 2° semestre do ano Letivo 2017.

6.4 O fornecedor compromete-se a fornecer os gêneros alimentícios para as Escolas e Cmeis e Clubes Municipais de Bituruna, conforme necessidade/cronograma de entrega definido pela Secretaria Municipal de Educação.

6.5. A entrega devera ser feita pelo fornecedor em carro apropriado e limpo de acordo com as normas da ANVISA, entrega no dia estabelecido ponto a ponto de acordo com o pedido do setor de alimentação escolar.

Bituruna/PR, 12 de setembro de 2017.

NIUCELENE MASIERO ISOTON
Secretária Municipal de Educação de Bituruna/PR

CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO
Prefeito Municipal de Bituruna/PR

Anexo I – Modelo de Proposta de Fornecimento de Alimentos para Agricultores Individuais

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE MUNICIPAL CHAMADA 001/2017					
Proposta nº _____(a ser preenchida pela Prefeitura)					
I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR					
1. Nome do Proponente					
2. Endereço		3. Município			4. CEP
5. Nº da DAP		6. CPF			7. DDD/Fone
8. Banco indicado para depósito de pagamentos			9. Nº da Agência		10. Nº da Conta Corrente
II – RELAÇÃO DE PRODUTOS					
1-Produto	**2 - Unidade**	**3-Qtd. Total p/ o periodo (Kg)[1]**	**4-Preço por Kg**	**5-Valor Total**	**6-Periodicidade de Entrega[2]**
VALOR TOTAL					

Anexo II – Modelo de Proposta de Fornecimento de Alimentos para Grupos Formais ou Informais

Proposta nº_____ (a ser preenchido pela Prefeitura)					
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES					
A – Grupo Formal ou Informal					
1. Nome da Organização					2. CNPJ (quando houver)
3. Endereço		4. Município			5. CEP
6. Nome do representante legal		7. CPF			8. DDD/Fone
II – FORNECEDORES PARTICIPANTES					
1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Banco	5. Nº da Agência	6. Nº da Conta Corrente
Agricultor 1					
Agricultor 2					
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS					
1. Nome do Agricultor Familiar.		2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade Total para o período (Kg)[1]	5.Periodicidade de entrega[2]
Agricultor 1					
Agricultor 2					
Total projeto					

ANEXO III

MODELO 1 – GRUPOS FORMAIS

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA CHAMADA PÚBLICA N° 007/2017

Eu _____, representante da Cooperativa/ Associação_____, inscrita no CNPJ sob n°_____,e DAP Jurídica n°_____,

declaro para devidos fins que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda no nome dos sócios são produzidos nas suas Unidades de Produção Familiar.

Local e data

(Representante legal)

ANEXO IV

FORNECEDOR INDIVIDUAL

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA CHAMADA PÚBLICA N° 007/2017

Eu _____portador do CPF n° _____ e DAP(s) Física n°_____, declaro para os devidos fins que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome são produzidos nas suas Unidades de Produção Familiar.

Local e data

(Representante legal)

Publicado por:
Enéias Santos Mello
Código Identificador:6E720DF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUCAO 015/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 015/2017 - CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Boa Ventura de São Roque no uso da sua competência que lhe conferem a Lei Municipal N°354/2007 de 07 de Dezembro de 2007. E a Lei Municipal N° 938/2017, de 25 de março de 2017. CAPÍTULO IV, Seção I, Artigos. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e seus parágrafos, incisos e alíneas.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a prestação de conta final do Município de Boa Ventura de São Roque. Referente a Deliberação de nº 005/2016 – CEAS **Incentivo a Família Paranaense III,** modalidade de cofinanciamento para ações de Assistência Social, Repassado aos municípios pelo Fundo Estadual de Assistência Social.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrario.

Boa Ventura de São Roque, 12 de setembro de 2017.

ADENILDA KORCHAK
Presidente do CMAS

Publicado por:
Julcimara Dallagnol dos Anjos
Código Identificador:36DEC69F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 152/2017.

PARTES:
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR**.
CONTRATADO: IVAI TRACTORS PEÇAS LTDA - ME , pessoa jurídica de direito privado, sita AV. MAL. CORDEIRO DE FARIAS , 3450 - CEP: 86870000 - BAIRRO: JD. EUROPA .– Ivaiporã/PR, inscrita no CNPJ n.º 17.044.990/0001-62

OBJETO (S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (EXCLUSIVO ME E EPP) PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS (MANGUEIRAS E TERMINAIS, FERRAMENTAS, MOLAS PINOS E SUPORTES, SERVIÇOS E PEÇAS DE BOMBA INJETORAS, SERVIÇOS DE SOLDA) E AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA ÔNIBUS ESCOLAR, em conformidade com o edital e anexo I, a pedido das secretarias deste Município.
VALOR CONTRATUAL: R$ 77.800,00 (Setenta e Sete Mil e Oitocentos Reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes do Orçamento Geral Vigente, conforme contrato.

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
1530	05.001.12.361.0501.2026	102	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	05.001.12.361.0509.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2030	05.001.12.361.0509.2044	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2040	05.001.12.361.0509.2044	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2050	05.001.12.361.0509.2044	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2060	05.001.12.361.0509.2044	121	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2140	05.001.12.361.0509.2044	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2150	05.001.12.361.0509.2044	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2160	05.001.12.361.0509.2044	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4740	08.001.26.782.0801.2093	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4750	08.001.26.782.0801.2093	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4800	08.002.04.782.0801.2094	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4810	08.002.04.782.0801.2094	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4900	08.002.26.782.0801.2095	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4920	08.002.26.782.0801.2095	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4950	08.002.26.782.0801.2096	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4970	08.002.26.782.0801.2217	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4990	08.003.15.452.0802.2098	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5040	08.003.15.452.0802.2133	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5060	08.003.15.452.0802.2133	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
5090	08.003.25.752.0803.2100	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5100	08.003.25.752.0803.2100	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
5240	09.001.20.606.0901.2104	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5260	09.001.20.606.0901.2104	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
5330	09.002.20.606.0908.2119	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5340	09.002.20.606.0908.2119	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

PERÍODO/VIGÊNCIA: Até trinta e um dias de dezembro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 24/08/2017.
FORO: Pitanga - Pr.

Boa Ventura de São Roque, 24/08/2017.

Contratante
EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Contratado
CLAUDIO ROBERTO DA SILVA
Representante

Publicado por:
Ana Maria Rodiak
Código Identificador:2A9AD956

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 161/2017.

PARTES:
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR**.
CONTRATADO: UNIPUBLICA- UNIAO PARA QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita AV. CANDIDO DE ABREU, - CEP: 80410220– Curitiba/PR, inscrita no CNPJ n.º 11.227.107/0001-93
OBJETO (S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSCRIÇÃO NO CURSO FROTAS E ALMOXARIFADO CONFORME REGRAS DO TCE/PR, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DESTE MUNICIPIO.
VALOR CONTRATUAL: R$ 790,00 (Setecentos e Noventa Reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes do Orçamento Geral Vigente, conforme contrato.

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
900	04.001.04.123.0401.2019	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

PERÍODO/VIGÊNCIA: Até trinta e um dias de dezembro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 06/09/2017.
FORO: Pitanga - Pr.

Boa Ventura de São Roque, 06/09/2017.

Contratante
EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Contratado
FRANK WILLIAN AVILA E SILVA
Representante

Publicado por:
Ana Maria Rodiak
Código Identificador:D91184E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 156/2017.

PARTES:
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR**.
CONTRATADO: FPM LOJA DE CONVENIENCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita ROD. PR 317, 5989 SAIDA P/CAMPO MOURÃO - CEP: 87065005 - BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL– Maringá/PR, inscrita no CNPJ n.º 10.814.503/0001-54
OBJETO (S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ÒLEOS LUBRIFICANTE, FILTROS E SERVIÇOS DE TROCA DE FILTROS DE VEÍCULOS LEVES a pedido das secretarias deste Município..
VALOR CONTRATUAL: R$ 122.204,20 (Cento e Vinte e Dois Mil, Duzentos e Quatro Reais e Vinte Centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes do Orçamento Geral Vigente, conforme contrato.

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
610	03.004.04.122.0301.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1380	05.001.12.361.0501.2025	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1390	05.001.12.361.0501.2025	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1400	05.001.12.361.0501.2025	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1420	05.001.12.361.0501.2025	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1430	05.001.12.361.0501.2025	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1500	05.001.12.361.0501.2026	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	05.001.12.361.0509.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2030	05.001.12.361.0509.2044	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2040	05.001.12.361.0509.2044	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2050	05.001.12.361.0509.2044	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2060	05.001.12.361.0509.2044	121	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2140	05.001.12.361.0509.2044	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2150	05.001.12.361.0509.2044	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2160	05.001.12.361.0509.2044	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2180	05.001.12.364.0509.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3300	06.001.10.301.0601.2059	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3330	06.001.10.301.0601.2059	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
3340	06.001.10.301.0601.2059	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
3450	06.001.10.301.0601.2063	495	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3460	06.001.10.301.0601.2063	495	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
3530	06.001.10.301.0601.2159	372	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
3730	06.002.10.304.0602.2066	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3740	06.002.10.304.0602.2066	497	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3750	06.002.10.304.0602.2066	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
3760	06.002.10.304.0602.2066	497	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
3820	06.002.10.304.0602.2167	497	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
3890	07.001.08.244.0701.2072	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3910	07.001.08.244.0701.2072	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4090	07.002.08.244.0702.2078	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4120	07.002.08.244.0702.2079	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4280	07.002.08.244.0702.2168	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4570	07.003.08.243.0703.2086	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4900	08.002.26.782.0801.2095	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5240	09.001.20.606.0901.2104	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5330	09.002.20.606.0908.2119	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5740	11.001.18.542.0910.2166	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5760	11.001.18.542.0910.2166	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

PERÍODO/VIGÊNCIA: Até trinta e um dias de dezembro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 05/09/2017.
FORO: Pitanga - Pr.

Boa Ventura de São Roque, 05/09/2017.

Contratante
EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Contratado
LUIZ FANHANI DOS SANTOS
Representante

Publicado por:
Ana Maria Rodiak
Código Identificador:5B3F16E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 235/2017

O SENHOR EDSON FLAVIO HOFFMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

RECONDUZIR: A Servidora Soila Aparecida Soares, nomeada através do Decreto n° 043/2005 portadora do CI/RG 7.146.187-4 e inscrita no CPF n°051.497.669-17 para exercer o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptada pela portaria nº 122/2017 de 04 de maio de 2017, a partir da data estabelecida abaixo passara a desempenhar as atividades normais de seu cargo efetivo, Conforme Lei 832/2016 art. 43. Com plena anuência da servidora.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo em 05 de setembro de 2017.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 13 de setembro de 2017.

EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julcimara Dallagnol dos Anjos
Código Identificador:AB81F88C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 170/2017

O SENHOR EDSON FLAVIO HOFFMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Considerando o inicio das festividades do 22º aniversário de Emancipação Politica Administrativa do Município de Boa Ventura de São Roque, Decreta PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, no dia 15 de setembro de 2017.
Parágrafo Único – Ficam excetuadas da jornada de trabalho, estabelecida no caput deste artigo, as atividades desenvolvidas pelo Município consideradas de caráter essencial tipo na saúde Urgência e Emergência, e nas demais Secretarias a critério dos Secretários Municipais.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 13 de setembro de 2017.

EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julcimara Dallagnol dos Anjos
Código Identificador:A8722411

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 047/2017 PSS 004/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2017
EDITAL N°047/2017
A Comissão organizadora do PSS 004/2017, nomeada pela portaria nº129/2017, no uso de suas atribuições legais vem:
TORNAR PÚBLICO: A divulgação da distribuição de 01(uma) vaga para o cargo de Engenheiro Civil.

LOCAL: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, RUA MOISES MIRANDA nº 422.
DIA: 19 DE SETEMBRO DE 2017- TERÇA-FEIRA
HORARIO: DAS 08:00HS ÀS 10:00HS

ENGENHEIRO CÍVIL

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Daniel Fuzetto Ferreira	6,0	2º lugar
Carlos Renato Passos Junior	5.5	3º lugar
Franciolli Peretti	5,0	4º lugar
Luiz Fabiano Alves Salgado	5,0	5º lugar

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 13 de setembro de 2017.

I.Julcimara Dallagnol dos Anjos- Presidente
CPF:786.042.909-82
Graduação: Pós em Gestão Publica e Responsabilidade Fiscal.

II. Agnaldo Vujanski de Jesus_ Membro
CPF:802.055.699-00
Graduação: Bacharel em Direito.

III. Joana Jack- Membro
CPF:819.574.839-20
Graduação: Professora com pós-graduação.

IV. Leonete Mariza Canei Barbosa
CPF: 039.489.319-09
Graduação: Professora com pós-graduação.

V. Itamara Krauchuk dos Anjos dos Santos
CPF:026.119.469-06
Graduação: Professora com pós-graduação.

VI. Regina Celia Barbosa Martins
CPF: 024.522.389-45
Graduação: Professora com pós- graduação.

VII. Elizabethe W. Jauer Ribeiro
CPF: 655.130.029-49
Graduação: Professora com pós - graduação.

Publicado por:
Julcimara Dallagnol dos Anjos
Código Identificador:4746F3A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 051/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVO PARA MEI, ME e EPP PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017

O Município de Boa Ventura de São Roque, ora denomina Licitador, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto assim se resume:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (EXCLUSIVA MEI, ME e EPP) PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS DA LINHA LEVE, BATERIAIS, SERVIÇOS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NOS VEÍCULOS DA FROTA LEVE, em conformidade com o edital e anexos, a pedido das secretarias deste Município.

TIPO DE LICITAÇÃO: O menor preço / Por Item.

Entrega das propostas e documentações: dia **28 de Setembro de 2017 às 09h00min** (horário de Brasília).

ENDEREÇO: Sala de reuniões do Setor de Licitações/Contratos na Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR.

INFORMAÇÕES: O Edital e elementos para licitação estarão disponíveis para consulta no site http://www.boaventura.pr.gov.br e aquisição. Taxa de aquisição do edital impresso R$ 21,09 (vinte um reais e nove centavos), a aquisição do edital mediante eletrônico: sem ônus, e a proposta mediante solicitação via e-mail e ou junto as sede do Município em horário normal de expediente na sala de Licitação/Compras ou pelo Telefone (42)3652-1020 – Ramal 34.

Boa Ventura de São Roque, 13 de Setembro de 2017.

MARLENE PEREIRA DOS SANTOS
Pregoeira Oficial do Município
Portaria 010/2017

Publicado por:
Marlene Pereira dos Santos
Código Identificador:2ED69BC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
PARECER COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PROCESSO 843/2017

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE

A **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E PARECER PARA EMISSÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA – PARANÁ,** nomeada pelo Decreto 067/2017 de 16/02/2017, considerando toda documentação juntada ao processo administrativo abaixo identificado, comunica aos interessados que emitiu parecer **FAVORÁVEL** para emissão do título de propriedade ao Requerente, conforme abaixo:

PROCESSO: 843/2017

REQUERENTES: ALBANO MAYER E ESPOSA.

LOTES: 25 QUADRA 43

MATRÍCULA: 18.665

Em cumprimento ao que determina a legislação municipal, fica aberto o prazo de 10 (dez) dias a partir desta publicação, para eventual recurso do Requerente e/ou Terceiros quanto ao teor do parecer do processo para emissão referido título definitivo de propriedade.

PUBLIQUE-SE.

Boa Vista da Aparecida, em 12 de setembro de 2017.

MARIO HENRICHS DAURI AMADEUS PERES

IVONES TEREZINHA BONATTO

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:C0230DD0

ADMINISTRAÇÃO
PARECER COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PROCESSO 845 2017

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE

A **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E PARECER PARA EMISSÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA – PARANÁ,** nomeada pelo Decreto 067/2017 de 16/02/2017, considerando toda documentação juntada ao processo administrativo abaixo identificado, comunica aos interessados que emitiu parecer **FAVORÁVEL** para emissão do título de propriedade ao Requerente, conforme abaixo:

PROCESSO: 845/2017

REQUERENTES: ALVINO MAYER E ESPOSA.

LOTES: 29 QUADRA 43

MATRÍCULA: 18.667

Em cumprimento ao que determina a legislação municipal, fica aberto o prazo de 10 (dez) dias a partir desta publicação, para eventual recurso do Requerente e/ou Terceiros quanto ao teor do parecer do processo para emissão referido título definitivo de propriedade.

PUBLIQUE - SE.

Boa Vista da Aparecida, em 12 de setembro de 2017.

MARIO HENRICHS DAURI AMADEUS PERES

IVONES TEREZINHA BONATTO

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:9D58A3DA

ADMINISTRAÇÃO
PARECER COMISSÃO AVALIAÇÃO PROCESSO 844 2017

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE

A **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E PARECER PARA EMISSÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA – PARANÁ,** nomeada pelo Decreto 067/2017 de 16/02/2017, considerando toda documentação juntada ao processo administrativo abaixo identificado, comunica aos interessados que emitiu parecer **FAVORÁVEL** para emissão do título de propriedade ao Requerente, conforme abaixo:

PROCESSO: 844/2017

REQUERENTES: ITRAUDI MAYER E ESPOSO.

LOTES: 27 QUADRA 43

MATRÍCULA: 18.666

Em cumprimento ao que determina a legislação municipal, fica aberto o prazo de 10 (dez) dias a partir desta publicação, para eventual recurso do Requerente e/ou Terceiros quanto ao teor do parecer do processo para emissão referido título definitivo de propriedade.

PUBLIQUE- SE.

Boa Vista da Aparecida, em de Março de 2017.

MARIO HENRICHS DAURI AMADEUS PERES

IVONES TEREZINHA BONATTO

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:A0BA5952

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 176 2017

Data: 13/09/2017

SÚMULA. Nomeia Comissão Especial para proceder a avaliação de bem móvel para alienação, e dá outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, EM ESPECIAL O ARTIGO 107, INCISO II DA LEI ÔRGÂNICA MUNICIPAL

R E S O L V E:

Art. 1º. Ficam nomeados os Srs **Alex Sandro Piovesan,** inscrito na Cédula de identidade RG nº 7.846.763-0 SSP PR e CPF nº 032.488.819-84, matrícula funcional 118060-6, **Valdecir da Silva Neiva**, inscrito na Cédula de Identidade RG nº 7.342.464-0 e CPF nº. 029.369.129-03, e **Celio Roberto Ferreira,** inscrito na Cédula de Identidade RG nº. 6.852.520-9 SSP/PR e no CPF nº. 028.886.249-07, matrícula funcional 11796-0, para sob a presidência do primeiro, procederem à avaliação do seguinte bem móvel:

Veículo WOLKSVAGEM JETTA 2.0, PAS/AUTOMOVEL, ALCOOL/GASOLINA, COR PRETA, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2013, 5P/120CV, CHASSI 3VWDJ2163DM086191, CÓD RENAVAM 00551101342.
Art. 2º. Os trabalhos mencionados acima serão gratuitos e considerados relevantes ao município.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, em 13 de setembro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:8DA443E8

LICITAÇÃO
RIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FORNECIMENTO Nº 199/2017

EXTRATO DE CONTRATO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FORNECIMENTO Nº 199/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

CONTRATADA: CHIAPETTI AUTOMOVEIS LTDA

OBJETO: fornecimento de um veículo oficial novo, para o Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida-PR.

FORMA DE EXECUÇÃO: O fornecimento do veículo será em no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato

FORMA DE EXECUÇÃO ADITADA: As partes de comum acordo, resolvem aditar o contrato de forma que o fornecimento do veículo será em no máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Pereira de Lima
Código Identificador:69709A4A

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2017

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "menor preço por Item", visando a aquisição de dois veículos novos, tipo minivan e sedã, para o uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Boa Vista da Aparecida.

- Data de abertura: 26/09/2017
- Horário: 09h00min
- Local: Sala de Reuniões – Paço Municipal

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17 horas de segunda a sexta-feira, ou pelo site:
www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-1331.

PUBLIQUE-SE

Boa Vista da Aparecida, 13 de setembro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Pereira de Lima
Código Identificador:3DD0EE4B

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017 EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "menor preço por item", visando a aquisição de equipamentos de Informática, eletrônicos, mobiliários e eletrodomésticos para as diversas Secretarias do Município de Boa Vista da Aparecida-PR.

- Data de abertura: 26/09/2017
- Horário: 14:00 horas
- Local: Sala de Reuniões – Paço Municipal.

A íntegra do instrumento acima, poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site:
www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-1331.

PUBLIQUE- SE

Boa Vista da Aparecida, 13 de setembro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Pereira de Lima
Código Identificador:58FB1D6B

RECURSOS HUMANOS
EDITAL 006 2017

EDITAL Nº 006/2017 – NÃO COMPARECIMENTO
Data: 13/09/2017
Teste Seletivo 01/2017 - Edital 01/2017

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Tornar público a lista da candidata eliminada do Teste Seletivo nº 01/2017, ante ao NÃO COMPARECIMENTO para apresentação da documentação exigida em atendimento ao Edital de Convocação, conforme segue:

Cargo: AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA

Nome	Inscrição	Classificação	Edital de Convocação
Dottsi Mari de Oliveira	000144	11º	005/2017

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 13 de setembro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Tatiane Bett
Código Identificador:8C95F7C2

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 268 2017

Data 13/09/2017

SÚMULA: Nomeia servidora municipal, por prazo determinado regime CLT, em virtude de Contrato de Teste Seletivo nº 01/17, e dá outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeada a servidora municipal, contratada por tempo determinado regime CLT, através do Teste Seletivo nº 01/17, abaixo descrita:

Servidor (a)	CPF	Cargo	Inicio	Término
Maria Ivones Veiga	044.882.259-85	Agente de Limpeza Pública	13/09/2017	15/08/2018

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, em 13 de setembro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Tatiane Bett
Código Identificador:23B82C1D

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **Maria Ivone Veiga,**
OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **Agente de Limpeza Pública**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.
VALOR:R$ 1.030,70 (um mil e trinta reais e setenta centavos),
LEGISLAÇÃO: Teste Seletivo Nº 01/2017.

Boa Vista da Aparecida, em 13 de setembro 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Tatiane Bett
Código Identificador:78619ED3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 9

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2017

RATIFICAÇÃO

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

RATIFICA, a inexigibilidade de licitação para a contratação direta, cujo objeto é a contratação da Sociedade Hospitalar Beltronense Ltda – Hospital São Francisco, para a prestação de serviços para atendimento hospitalar de urgência/emergência no período de 24/horas dias, com equipe multiprofissional, a todos os usuários do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, procedendo consulta/diagnóstico e internamentos caso necessário, pelo período de 105 (cento e cinco) dias, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos, com fundamento no parecer do Advogado Municipal e da Comissão de Licitação do Município de Bom Jesus do Sul e segundo o estatuído no artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 18.030,39 (dezoito mil, trinta reais e trinta e nove centavos)**, em favor da Sociedade Hospitalar Beltronense Ltda – Hospital São Francisco, cujo pagamento far-se-á mensalmente, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 13 de setembro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:F6AF79C5

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2610/2017

Autoriza a realização de concurso público.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a realização de concurso público para provimento de vagas existentes no Quadro Próprio do Poder Executivo Municipal e Quadro do Magistério do Município de Bom Jesus do Sul.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul-PR, 11 de Setembro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:32A4DBB4

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2611/2017

Autoriza a realização de concurso público de emprego público.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a realização de concurso público de emprego público para preenchimento de vagas no quadro para execução de programas descentralizados na área de saúde pública, para atender a Estratégia Saúde da Família - ESF, Programa de Combate à Dengue - PCD, Programa de Controle de Endemias – PCE, Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, Programa de Qualificação da Assistência Farmacêutica no SUS – QUALIFARSUS, Programa Academia da Saúde e Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul-PR, 11 de Setembro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:1BAA10A9

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2612/2017

Constitui a Comissão para acompanhamento e fiscalização de concurso público e concurso público de emprego público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Fiscalizadora do Concurso Público e Concurso Público de Emprego Público, composta pelos membros abaixo relacionados, para sob a Presidência do primeiro e Secretariado pelo segundo, acompanhar e fiscalizar a execução do Concurso Público de Provas e Títulos para fins de provimento de cargos do Executivo Municipal de Bom Jesus do Sul.

MARCIO MACHADO DE SOUZA	RG – 4.491.741-6-PR
DERLI ALCEU DEMARTINI	RG – 13/R 214.338-SC
JUNIOR DE GANZER	RG – 9.167.405-0-PR

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul, em 11 de setembro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:1D80F6CA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 167-2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 167/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
CONTRATADA: **BRUNO HENRIQUE LANZARINI - ME.**
OBJETO: Reforma da Unidade Básica de Saúde de Bom Jesus do Sul.
Valor: R$ 104.325,53 (cento e quatro mil trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos).
Vigência: 06/09/2017 a 05/09/2018.
Fundamento: Tomada de Preços nº 1/2017 - Lei Federal 8.666/93 e Alterações Posteriores.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:37094C16

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 168-2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 168/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
CONTRATADA: **PONTOCOM BRINDES LTDA - ME.**
OBJETO: Aquisição de bolsa porta pratos.
Valor: R$ 7.139,00 (sete mil cento e trinta e nove reais).
Vigência: 12/09/2017 a 11/12/2017.
Fundamento: Pregão Presencial nº 78/2017 - Lei Federal 8.666/93 e Alterações Posteriores.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:7C289342

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 169-2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 169/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
CONTRATADA: **LEOFER METALURGICA EIRELI - EPP.**
OBJETO: Aquisição de telhas trapezoidal em aluzinco 0,43mm.
Valor: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).
Vigência: 12/09/2017 a 11/09/2018.
Fundamento: Pregão Presencial nº 79/2017 - Lei Federal 8.666/93 e Alterações Posteriores.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:93DC0E2C

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO KREINER

EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 124/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul – Pr.
Contratado: **KREINER & PAZUCH LTDA - EPP.**
Do Objeto: Fica reajustado o valor do item 1 – Óleo diesel, de acordo com o reajuste efetuado pelo governo, passando o valor do litro para R$ 3,06 (três reais e seis centavos). O presente aditivo totaliza R$ 1.726,34 (um mil setecentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos).

Bom Jesus do Sul – PR, 13 de setembro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:3B6A72C2

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO JD

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 67/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul – Pr.
Contratado: **J.D. COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME.**
Do Objeto: Fica reajustado o valor unitário do item 4 – Óleo diesel S10 em R$ 0,06 (seis centavos), passando o valor do litro para R$ 3,03 (três reais e três centavos). O presente aditivo de reajuste totaliza R$ 714,57 (setecentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos).

Bom Jesus do Sul – PR, 06 de setembro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:7404E236

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
LEI COMPLEMENTAR Nº 29/2017, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

Institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado à microempresa e à empresa de pequeno porte no âmbito do Município, na conformidade das normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas posteriores atualizações.

A Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Capítulo I
Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei complementar estabelece o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado à microempresa – ME e à empresa de pequeno porte – EPP no âmbito do Município, em conformidade com as normas gerais previstas na Lei Complementar (federal) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, especialmente sobre:

I. Definição de microempresa e empresa de pequeno porte;

II. Simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas;

III. Benefícios fiscais municipais dispensados à microempresa e à empresa de pequeno porte;

IV. Preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;

V. Incentivo à geração de empregos;

VI. Incentivo à formalização de empreendimentos;

VII. Incentivos à inovação e ao associativismo.

§ 1º Todos os órgãos da administração pública municipal direta e indireta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município, deverão incorporar em sua política de atuação e em seus procedimentos, bem como nos instrumentos em que forem partes, tais como ajustes públicos, convênios e contratos, o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte nos termos desta lei.

§ 2º Ressalvado o disposto no Capítulo IV, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento, observando-se o seguinte (LC federal 123/2006, art. 1º, §§ 3º a 6º, na redação dada pela LC 147, de 2014, art. 1º):

I. Quando forem necessários procedimentos adicionais, deverá constar prazo máximo, para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação;

II. Caso o órgão fiscalizador descumpra os prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido, a nova obrigação será inexigível até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização;

III. A ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou da determinação de prazos máximos, tornará a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 3º Exceto no que se refere ao Capítulo IV, o disposto nesta lei aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município, que tenham auferido receita bruta anual até o limite previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte (LC federal 123/2006, art. 3-A, acrescentado pela LC 147/2014).

Art. 2º Aplicam-se subsidiariamente à microempresa – ME e à empresa de pequeno porte – EPP sediadas no Município, no que não conflitar com esta lei, as disposições da Lei Complementar (federal) nº 123, de 14/12/2006, e, desde que obedecida a competência outorgada pela referida lei complementar (LC federal nº 123/2006, art. 2º):

I. As regras de caráter tributário baixadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comitê Gestor) instituído pelo artigo 2º, I, da Lei Complementar (federal) nº 123/2006;

II. As disposições relativas a processo de inscrição, cadastro, abertura, alvará, arquivamento, licenças, permissão, autorização, registro e demais itens referentes à abertura, legalização e funcionamento de empresários e de pessoas jurídicas baixadas pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Comitê CGSIM) instituído pelo artigo 2º, III, da Lei Complementar (federal) nº 123/2006.

Art. 3º Para gerir no âmbito do município o tratamento diferenciado e favorecido dispensado à microempresa e à empresa de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, fica instituído o Comitê Gestor Municipal, com as seguintes competências:

I. Acompanhar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Município, inclusive promovendo medidas de integração e coordenação entre os órgãos públicos e privados interessados;

II. Orientar e assessorar a formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte;

III. Acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Fórum Estadual da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Comitê CGSIM);

IV. Sugerir e/ou promover ações de apoio ao desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte local ou regional.

§ 1º O Comitê Gestor Municipal atuará junto ao gabinete do Prefeito Municipal e será integrado por entidades da sociedade civil vinculadas ao setor e por representantes das Secretarias Municipais, conforme indicação do Sr. Prefeito Municipal, que também indicará seu coordenador.

§ 2º No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor desta lei os membros do Comitê Gestor Municipal deverão ser definidos e indicados em decreto do executivo e no prazo de mais 30 (trinta) dias o Comitê elaborará seu regimento interno.

§ 3º No regimento interno deverá ser definida a Secretaria Executiva.

§ 4º A função de membro do Comitê Gestor Municipal não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

§ 5º Caberá a decreto do executivo a indicação do Agente de Desenvolvimento, de que trata o artigo 85-A da Lei Complementar 123/2006, na redação da Lei Complementar 128/2008.

§ 6º O Agente de Desenvolvimento de que trata o parágrafo anterior:

I. Terá sua função especificada no decreto de nomeação, de conformidade com as ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional previstas nesta Lei e na Lei Complementar 123/2006;

II. Deverá preencher os seguintes requisitos:

a) Residir na área do município;

b) Haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;

c) Possuir formação ou experiência compatível com a função a ser exercida;

d) Ser preferencialmente servidor efetivo do Município.

CAPÍTULO II
DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 4º Para os efeitos desta Lei são adotadas as definições de microempresa; empresa de pequeno porte; pequeno empresário e microempreendedor individual – MEI previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar (federal) nº 123/2006, e suas atualizações, nos seguintes dispositivos:

I. Microempresa ou empresa de pequeno porte, artigo 3º da referida lei complementar;

II. Pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto no artigo 970 e no § 2º do artigo 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), artigo 68, da referida lei complementar;

III. Microempreendedor individual – MEI, § 1º do artigo 18-A da referida lei complementar.

§ 1º O destaque dado ao pequeno empresário e ao microempreendedor Individual- MEI nos incisos II e III deste artigo é feita para fins de aplicação de determinadas e específicas disposições desta lei, não se alterando o fato de que ambos os termos estão abrangidos pela definição de microempresa, e, portanto, não perdem nenhum direito ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado à microempresa – ME e à empresa de pequeno porte – EPP.

§ 2º O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária, sendo vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica (LC 123/2006, art. 18-E, na redação da LC 147/2014).

CAPÍTULO III
INSCRIÇÃO E BAIXA

Seção I
Alvará de Funcionamento Provisório

Art. 5º Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de outra natureza poderá se estabelecer ou funcionar sem o alvará de licença, que atestará as condições do estabelecimento concernentes à localização, à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão, permissão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, à garantia do cumprimento da legislação urbanística e demais normas de posturas, observado o seguinte:

I. Quando o grau de risco da atividade for baixo, conforme definido em regulamento, será emitido Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, fazendo-se as fiscalizações "a posteriori" (LC federal nº 123/2006, art. 7º);

II. Sendo o grau de risco da atividade considerado alto, a licença para localização será concedida após a vistoria inicial das instalações consubstanciadas no alvará, decorrente das atividades sujeitas à fiscalização municipal nas suas zonas urbana e rural, mediante o recolhimento da respectiva taxa (LC federal nº 123/2006, art. 6º, §§ 1º e 2º).

§ 1.º Na hipótese do inciso I do "caput" deste artigo:

I. Considera-se ato de registro aquele que corresponder ao protocolo do pedido com a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade por parte do responsável legal pela atividade, conforme dispuser o regulamento;

II. Deverão ser respeitadas as condições abaixo especificadas:

a. O Alvará de Funcionamento Provisório será acompanhado de informações concernentes aos requisitos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio, vigentes no Município;

b. A emissão do Alvará de Funcionamento Provisório dar-se-á mediante a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade por parte do responsável legal pela atividade, pelo qual este firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar, no prazo indicado, os requisitos de que trata o inciso anterior;

c. a classificação de baixo grau de risco permite ao empresário ou à pessoa jurídica a obtenção do licenciamento de atividade mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações do titular ou responsável e não é impeditivo da inscrição fiscal (LC 123/2006, art. 6º, §§ 4º e 5º, na redação da LC 147/2014);

d. A transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada à apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes, sendo que os órgãos públicos municipais deverão emitir tais laudos de vistoria ou de exigências no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Considerando a hipótese do inciso II do "caput" deste artigo, a transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será de ofício, não sendo emitida a licença de autorização de funcionamento ou laudo de exigências no prazo de 60 (sessenta) dias da solicitação do registro.

§ 3.º O Poder Executivo definirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia.

§ 4º Definidas as atividades de alto risco, todas as demais serão consideradas de baixo risco.

§ 5º Não sendo definidas as atividades de alto risco pelo Poder Executivo e enquanto permanecer a omissão, aplica-se ao município a relação de atividades de alto risco baixada em Resolução do Comitê da REDESIM.

§ 6º As atividades eventuais, tais como, feiras, festas, circos, bem como de comércio ambulante e de autônomos não estabelecidos, não estão abrangidas por este artigo, devendo ser aplicada a legislação específica.

§ 7º É obrigatória a fixação, em local visível e acessível à fiscalização, do alvará de licença para localização.

§ 8º Será exigida renovação de licença para localização sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

Art.6º O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente cassado quando:

I. No estabelecimento for exercida atividade diversa daquela autorizada;

II. Forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

III. Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

IV. For constatada irregularidade não passível de regularização;

V. For verificada a falta de recolhimento das taxas de licença de localização e funcionamento

Art. 7º O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente declarado nulo quando:

I – expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

II – ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado.

Art. 8º A interdição ou desinterdição do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do Alvará de Funcionamento Provisório

competem ao titular da Secretaria ou mediante solicitação de órgão ou entidade diretamente interessado.

Art. 9º O Poder Público Municipal poderá fundamentadamente impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art. 10 Após o ato de registro e seu respectivo acolhimento pela Prefeitura do Município, fica o requerente dispensado de formalização de qualquer outro procedimento administrativo para obtenção do Alvará de Funcionamento Definitivo, devendo as Secretarias interessadas processar o procedimento administrativo de forma única e integrada.

Seção II
Consulta Prévia

Art. 11 Fica assegurado, de forma gratuita, ao empresário ou à pessoa jurídica, pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa dos empreendimentos, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou inscrição do seu negócio, nos termos do regulamento (LC federal nº 123/2006, art. 5º, parágrafo único).

Parágrafo único. A consulta prévia informará ao interessado:

I. A descrição oficial do endereço de seu interesse com a possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;

II. Todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

Art. 12 O Órgão municipal competente dará resposta à consulta prévia num prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) para o endereço eletrônico fornecido ou, se for o caso, para o endereço do requerente, informando sobre a compatibilidade do local com a atividade solicitada.

Seção III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Subseção I
CNAE - FISCAL

Art. 13 Fica adotada, para utilização no cadastro e nos registros administrativos do Município, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE – Fiscal), oficializada mediante publicação da Resolução IBGE/CONCLA nº 1, de 25 de junho de 1998, e atualizações posteriores.

Parágrafo único. Compete ao Departamento Municipal de Tributação, através do seu Núcleo de Processamento de Dados, zelar pela uniformidade e consistência das informações da CNAE – Fiscal, no âmbito do Município.

Subseção II
ENTRADA ÚNICA DE DADOS/SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 14 Será assegurado ao contribuinte, entrada única de dados cadastrais e de documentos, observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades que compartilham das informações cadastrais (LC federal nº 123/2006, art. 8º).

Art. 15 Para atender o disposto no artigo anterior e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor com as seguintes competências (LC federal nº 123/2006, art. 5º):

I. Disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;

II. Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;

III. Orientação sobre os procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento bem como situação fiscal e tributária das empresas;

IV. Outras atribuições fixadas nesta própria lei e em regulamentos.

§ 1º Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal poderá firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas, para oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

§ 2º Em até cento e oitenta dias da entrada em vigor desta Lei Complementar, o Poder Executivo deverá implantar e regulamentar a Sala do Empreendedor.

Subseção III
Microempreendedor Individual – MEI

Art. 16 Em relação ao Microempreendedor Individual - MEI de que trata o inciso III do artigo 4º desta Lei Complementar (LC federal nº 123/2008, art.4º, §§ 1º a 3-A, e art. 7º, na redação da LC 128/2008 e LC 147/2014):

I. O processo de registro deverá ter trâmiteespecial, opcional para o empreendedor, obedecido o disposto nas normas baixadas pelo Comitê CGSIM;

II. Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos referentes a atos de abertura, inscrição, registro, alterações, baixa, concessão de alvará, de licença, arquivamento, permissões, autorizações e cadastro do MEI;

III. As vistorias necessárias à emissão de licenças e de autorizações de funcionamento deverão ser realizadas após o início de operação da atividade do Microempreendedor Individual, quando a sua atividade não for considerada de alto risco, inclusive as de interesse dos órgãos fazendários;

IV. Nenhum documento adicional aos requeridos por ato do Comitê CGSIM,no processo de registro, inscrição, alteração, anulação e baixa eletrônica do MEI será exigido para inscrição tributária e concessão de alvará e licença de funcionamento;

V. Fica isento de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária.

Parágrafo único: O Executivo instituirá, por meio do Comitê Gestor, programa de formalização do Microempreendedor Individual (MEI), envolvendo entidades de interesse da sociedade civil organizada, com o objetivo de incentivar a legalização de negócios informais de pequeno porte, inclusive prevendo ação que viabilize o acompanhamento técnico-contábil, planejamento e assessoramento empresarial de forma gratuita para o MEI, no mínimo, no primeiro ano de sua formalização.

Subseção IV
Outras Disposições

Art. 17 Os órgãos e entidades municipais envolvidos na abertura e fechamento de empresas devem:

I. Articular as competências próprias entre si e com os órgãos e entidades estaduais e federais com o objetivo de compatibilizar e integrar seus procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo (LC federal nº 123/2006, art. 4º);

II. Adotar os procedimentos que tratam do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas oriundos do Comitê

CGSIM (LC federal nº 123/2006, art. 2º, III, e § 7º, na redação da LC federal nº 128/2008).

§ 1º Para a garantia dos procedimentos simplificados previstos neste artigo, os órgãos e entidades municipais de que trata o "caput" terão como objetivo a priorização do desenvolvimento dos sistemas necessários à integração com módulo integrador estadual da REDESIM, bem como com os demais instrumentos elaborados pelo Estado, tal como com o Portal do Empreendedor Paranaense;

§ 2º Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios, dentre outros, para os fins de registro e legalização de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos entes e órgãos do Município, no âmbito de suas competências (LC federal 123/2006, art. 6º).

§ 3º - A Administração Municipal adotará documento único de arrecadação que irá abranger as taxas e as Secretarias envolvidas para abertura de microempresa ou empresa de pequeno porte, contemplando a junção das taxas relacionadas a Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde.

§ 4º Fica vedada, aos órgãos e entidades municipais envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento (LC federal 123/2006, art. 10):

I. Excetuados os casos de autorização prévia, a exigência de quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II. A exigência de documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo para comprovação do endereço indicado;

III. A comprovação de regularidade de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de inscrição, alteração ou baixa de empresa, bem como para autenticação de instrumento de escrituração.

IV. A instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa (LC federal nº 123/2006, art. 11).

Art. 18 Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, o Poder Executivo também regulamentará a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório para microempresa ou empresa de pequeno porte, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, nas seguintes situações (LC federal 123/2006, art. 7º, na redação da LC 147/2014):

I. Instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite-se; ou

II. Em residência do Microempreendedor Individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas, hipótese em que o tributo eventualmente cobrado não será superior ao residencial.

CAPÍTULO IV
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

Seção I
Da Recepção na Legislação Municipal do SIMPLES NACIONAL

Art. 19 Fica recepcionada na legislação tributária do Município o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional - instituído pela Lei Complementar (federal) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente as regras relativas (LC federal nº 123, art. 12 a 41, na redação das LC federais 128/2008, 133/2009, e 139/2011):

I. À definição de microempresa e empresa de pequeno porte, abrangência, vedações ao regime, forma de opção e hipóteses de exclusões;

II. Às alíquotas, base de cálculo, apuração, recolhimento dos impostos e contribuições e repasse ao erário do produto da arrecadação;

III. Às obrigações fiscais acessórias, fiscalização, processo administrativo-fiscal e processo judiciário pertinente;

IV. Às normas relativas aos acréscimos legais, juros e multa de mora e de ofício, previstos pela legislação federal do Imposto de Renda e imposição de penalidades;

V. Ao Microempreendedor Individual – MEI.

§ 1º Relativamente ao Simples Nacional recepcionado nos termos do "caput" deste artigo, para o recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) devido pelas microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas em seu território e efetivação do disposto nos incisos deste artigo, aplicam-se no Município as normas baixadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comitê Gestor), instituído pela Lei Complementar federal 123/3006, desde que obedecida a competência que lhe é outorgada pela referida lei complementar.

§ 2º – O recolhimento do tributo no regime de que trata este artigo, não se aplica às seguintes incidências do ISS, em relação às quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas (LC federal, art. 13,§ 1º, XIV):

I. Em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte;

II. Na importação de serviços.

Art. 20 - Poderá o Município, mediante deliberação exclusiva e unilateral e, inclusive de modo diferenciado para cada ramo de atividade, conceder redução do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese em que será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, relativo ao regime previsto neste artigo, na forma definida em resolução do Comitê Gestor (LC federal nº 123, art. 18, §§ 20, 20-A e 21).

Art. 21 As alíquotas do Imposto sobre Serviços das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional, serão correspondentes aos percentuais fixados para o ISS nos Anexos III, IV e V da Lei Complementar nº. 123/2006, salvo se tais percentuais forem superiores às alíquotas vigentes no município para as demais empresas, hipótese em que serão aplicáveis para as microempresas e empresas de pequeno porte estas alíquotas (Lei Complementar federal nº. 123, art. 18, em especial §§ 5º, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20 e 24, e Anexos III, IV e V).

§ 1º A exceção prevista na parte final do "caput" não se aplicará caso a alíquota incidente para microempresa ou empresa de pequeno porte seja inferior a 2% (dois por cento), hipótese em que será aplicada esta alíquota.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá, quando conveniente ao erário ou aos controles fiscais, e na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), valores fixos mensais para o recolhimento do Imposto sobre Serviços devido por microempresa que aufira receita bruta, no ano-calendário anterior, até o limite fixado no § 18 do artigo 13 da LC federal nº 123/2006, ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário (Lei Complementar federal nº 123, art. 18, §§ 18, 19, 20 e 21).

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior:

a. Os valores estabelecidos não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do maior recolhimento possível do tributo fixada para o contribuinte no Simples Nacional (LC federal nº 123, art. 18, §19);

b. A microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta previsto no § 18 fica impedida de recolher o ICMS ou o ISS pela sistemática de valor fixo, a partir do mês subsequente à ocorrência do excesso, sujeitando-se à apuração desses tributos na forma das demais empresas optantes pelo Simples Nacional (LC federal nº 123, art. 18, §18-A. na redação da LC 147/2014).

Art. 22 No caso de prestação de serviços de construção civil prestados por microempresas e empresas de pequeno porte, o tomador do serviço será o responsável pela retenção e arrecadação do Imposto Sobre Serviços devido ao município, segundo as regras comuns da legislação desse imposto, obedecido o seguinte (LC federal nº. 123, art. 18, § 6º, e 21,§ 4º):

I. O valor recolhido ao município pelo tomador do serviço será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional;

II. Será aplicado o disposto no artigo 24;

III. Tratando-se de serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, da base de cálculo do ISS será abatido o material fornecido pelo prestador dos serviços (LC federal nº. 123/2006, art. 18, § 23).

Art. 23 Na hipótese de os escritórios de serviços contábeis optarem por recolher os tributos devidos no regime de que trata o artigo 19, o Imposto sobre Serviços devido ao município será recolhido mediante valores fixos, devendo o Poder Executivo estabelecer forma e prazo desse recolhimento (LC federal nº. 123/06, art. 18, § 22, 22-B e 22-C, na redação da LC federal nº 128/2008).

§ 1º Na hipótese do "caput", os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I. Promover atendimento gratuito relativo à inscrição e à primeira declaração anual simplificada do microempreendedor individual - MEI, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

II. Fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas;

III. Promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas.

§ 2º Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o parágrafo anterior, o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao do descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

Art. 24 A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas (LC federal nº. 123/06, art. 18, § 6º, e 21, § 4º, na redação da LC federal nº 128/2008):

I. A alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II. Na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

III. Na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV. Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste parágrafo;

V. Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

VI. Não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII. O valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Parágrafo Único - Na hipótese de que tratam os incisos I e II do "caput", a falsidade na prestação dessas informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores da microempresa e da empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

Art. 25 O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão técnico competente, estabelecerá os controles necessários para acompanhamento da arrecadação feita por intermédio do Simples Nacional, bem como do repasse do produto da arrecadação e dos pedidos de restituição ou compensação dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido (LC federal nº 123/2006, art. 21 e 22).

Parágrafo Único No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor das normas tributárias relativas ao Simples Nacional, a Procuradoria Fiscal do Município deverá firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para manter sob seu controle os procedimentos de inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial do Imposto sobre Serviços devidos por microempresas e empresas de pequeno porte (LC federal nº 123/2006, art. 41, § 3º).

Art.26 Aplicam-se às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município, submetidas ao Imposto sobre Serviços, e optantes pelo Simples Nacional, no que couberem, as demais normas previstas na legislação municipal desse imposto (Sistema Tributário do Município), desde que não conflitem com as disposições do Simples Nacional.

§ 1º Aplica-se integralmente a legislação tributária municipal à microempresa ou à empresa de pequeno porte, submetida ao Imposto sobre Serviços, que, mesmo estando enquadrada no regime diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não seja optante do Simples Nacional.

§ 2º Igualmente, aplicam-se integralmente os incentivos fiscais municipais de qualquer natureza à microempresa ou à empresa de pequeno porte que, mesmo estando enquadrada no regime diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não optou pelo Simples Nacional,

desde que preenchidos os requisitos e condições legais estabelecidos para o benefício fiscal.

§ 3º As multas relativas à falta de prestação ou à incorreção no cumprimento de obrigações acessórias, quando em valor fixo ou mínimo, e na ausência de previsão legal de valores específicos e mais favoráveis para o MEI, a microempresa ou a empresa de pequeno porte, terão redução de (LC 123/2006, art. 38-B, acrescentado pela LC 147/2014):

I. 90% (noventa por cento) para os MEI;

II. 50% (cinquenta por cento) para as microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

§ 4º - As reduções previstas no parágrafo anterior não se aplicam na:

I. Hipótese de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização;

II. Ausência de pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação.

Seção II
Do Microempreendedor Individual – MEI

Art. 27 O Microempreendedor Individual – MEI de que trata o inciso III do artigo 4º recolherá os impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional de forma especial, pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor e obedecidas as normas específicas previstas nos artigos 18-A, 18-B e 18-C da Lei Complementar federal nº 123/2006 (LC federal nº123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso V, 18-B e 18-C, na redação da LC federal 128/2008 e da LC federal 139/2011).

§ 1º Do valor mensal fixo recolhido pelo MEI, a parcela relativa ao ISS, caso o Microempreendedor Individual – MEI seja contribuinte desse imposto, será correspondente ao valor fixado pela Lei Complementar federal nº 123/2006, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês (LC federal nº123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso V, "c").

§ 2º Na vigência da opção pelo SIMEI é vedado ao município, em relação ao MEI:

I. Estabelecer valores fixos (LC federal nº123/2006, art. 18-A, § 3º, inciso I);

II. Conceder redução na base de cálculo ou isenção (LC federal nº123/2006, art. 18-A, § 3º, inciso II);

III. Conceder isenção específica para as microempresas ou empresas de pequeno porte que abranja integralmente a faixa de receita bruta acumulada até o limite fixado para o MEI (LC federal nº123/2006, art. 18-A, § 3º, inciso III);

IV. Estabelecer retenção de ISS sobre os serviços prestados por ele (LC nº123/2006, art. 21, § 4º, inciso IV);

V. Atribuir a ele a qualidade de substituto tributário (LC nº123/2006, art. 18-A, § 14).

§ 3º - O Poder Executivo poderá estabelecer para o MEI cadastro fiscal simplificado, dispensar ou postergar sua exigência, sem prejuízo da possibilidade de emissão de documento fiscal de prestação de serviços, vedada, em qualquer hipótese, a imposição de custos pela autorização para emissão, inclusive na modalidade avulsa (LC federal nº123/2006, art. 4º, § 1º, II, incluído pela LC federal nº 139/2011).

§ 4º Para a efetivação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município o único documento que poderá ser exigido, acompanhando o pedido de inscrição, será o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI.

§ 5 Fica vedado às concessionárias de serviço público municipal o aumento das tarifas pagas pelo MEI por conta da modificação da sua condição de pessoa física para pessoa jurídica (LC 123/2006, art. 18-A, § 22, na redação da LC 147/2014).

§ 6º A tributação municipal do imposto sobre imóveis prediais urbanos deverá assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para realização de sua atividade no mesmo local em que residir, mediante aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade, seja residencial ou comercial, nos termos da lei, sem prejuízo de eventual isenção ou imunidade existente (LC 123/2006, art. 18-D, acrescentado pela LC 147/2014)".

Seção III
Dos Benefícios Fiscais

Subseção I
Do Benefício Fiscal Relativo ao ISS

Art. 28 O valor do Imposto Sobre Serviços devido pela microempresa, considerado o conjunto de seus estabelecimentos situados no Município, que, a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, venha a admitir e manter pelo menos mais um empregado regularmente registrado, fica reduzido dos percentuais a seguir, aplicados de forma proporcional à receita bruta anual auferida no exercício anterior:

I. 10% (dez por cento) até R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II. 5% (cinco por cento) de R$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

§ 1º Enquanto não ultrapassado o limite máximo de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), durante todo o exercício do incentivo, os contribuintes recolherão o Imposto com o desconto proporcional à receita bruta na forma prescrita no "caput".

§ 2º O benefício total de redução de base de cálculo concedido nos termos deste artigo, bem como do artigo 29 e do inciso I do artigo 33 não poderá resultar em alíquota inferior a 2% do ISS devido no período pelo contribuinte.

Subseção II
Incentivo Adicional para Geração de Empregos

Art. 29 Como incentivo adicional para a manutenção e geração de empregos, o contribuinte enquadrado neste regime como microempresa, com receita bruta anual de até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, fica autorizado a deduzir do imposto devido mensalmente, por empregado regularmente registrado (Lei Complementar nº. 123/06, art. 18, § 20):

I. 1% (um por cento) por empregado adicional, até o máximo de 5 (cinco);

II. 2% (dois por cento) por empregado adicional a partir do 6º (sexto) registrado.

Parágrafo único. O benefício a que se refere este artigo não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido em cada período de apuração.

Subseção III
Dos Demais Benefícios

Art. 30 O pequeno empreendedor referido no inciso II do art. 4º e a microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual igual ou inferior a R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, ficam:

I. Beneficiadas pela redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante, de Licença para Publicidade e de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

II. Beneficiadas pela redução de 80% (oitenta por cento) das multas formais.

Art. 31 A microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual superior a R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e inferior a R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, terá reduzida em 20% (vinte por cento) os valores das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante e de Licença para Publicidade.

Art. 32 A redução prevista no Inciso I do artigo 30 e no artigo anterior estende-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como microempresas para efeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso I do artigo 2º.

Subseção IV
Incentivo à Formalização

Art. 33 Até 180 (cento e oitenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei, qualquer estabelecimento, que se formalizar perante o cadastro municipal e que gere e mantenha pelo menos mais 1 (um) emprego devidamente registrado, terá direito aos seguintes benefícios:

I. Pelo prazo de 1 (um) ano a contar de sua inscrição no cadastro do Município, redução de 60% (sessenta) por cento do Imposto Sobre Serviços devido, caso seja contribuinte desse imposto, limitado à alíquota mínima de 2% (dois por cento);

II. Isenção das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante, de Licença para Publicidade e de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

III. Dispensa de qualquer taxa relativa ao seu cadastramento.

§ 1º Para os fins deste artigo, consideram-se informais as atividades econômicas já instaladas no Município, sem prévia licença para localização.

§ 2º Ficarão eximidas de quaisquer penalidades quanto ao período de informalidade as pessoas físicas ou jurídicas que desempenhem as atividades econômicas sujeitas a esta Lei e que espontaneamente, no prazo previsto no "caput", utilizarem os benefícios deste artigo.

§ 3º As atividades econômicas já instaladas que tenham incompatibilidade de uso, nos termos das leis municipais aplicáveis, poderão obter alvará provisório para fins de localização, desde que não sejam atividades consideradas de alto risco, nos termos dispostos em regulamento.

§ 4º O disposto nos incisos II e III deste artigo estendem-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como microempresas para efeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso I do artigo 2º.

§ 5º O disposto no inciso I desde artigo aplica-se concomitantemente com o previsto no artigo 29, desde que não resulte valor inferior à aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

CAPÍTULO V
ACESSO AOS MERCADOS

Seção I
Disposições Gerais

Art. 34 Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (LC federal nº. 123/06, art. 47).

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo a administração pública adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e nos artigos seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente (Lei Complementar nº. 123/06, art. 42 a 49, na redação da LC 147/2014):

I. Comprovação da regularidade fiscal somente para efeito de assinatura do contrato, mesmo tendo que apresentar toda a documentação exigida como condição de participação no certame;

II. Preferência de contratação em caso de empate, como disciplinado no artigo 44 da referida lei complementar;

III. Realização obrigatória de licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

IV. Em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, possibilidade de exigir no edital a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

V. Em certames para aquisição de bens de natureza divisível, reserva obrigatória de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Nas seguintes situações de dispensa de licitação previstas nos incisos I e II do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93, as compras deverão ser feitas exclusivamente de microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006, art. 49, IV, na redação da LC 147/2014):

I. Para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 15.000,00;
II. Para outros serviços e compras de valor até R$ 8.000,00.

§ 3º Os processos licitatórios exclusivos poderão ser destinados unicamente às microempresas e às empresas de pequeno porte locais, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e às empresas de pequeno porte regionais.

§ 4º Em relação aos benefícios referidos nos incisos III, IV e V do § 1º a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (LC 123/2006, art. 48. § 3º, acrescentado pela LC 147/2014).

Art.35 Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas (LC federal nº. 123/06, art. 47).

§ 1º Para os efeitos deste artigo:

I. Poderá ser utilizada a licitação por item;

II. Considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§ 2º Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo, essa circunstância deverá ser justificada no processo.

Art. 36 Exigir-se-á na habilitação às licitações nas aquisições de bens e serviços comuns, apenas o seguinte (LC federal nº. 123/06, art. 43 e 47).

I. Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II. Inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;

III. Certidão negativa de débito municipal, do INSS e do FGTS.

§ 1º A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

§ 2º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (LC 123/2006, art. 43, § 1º, na redação da LC 147/2014).

§ 3º A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 37 As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores locais ou regionais (LC federal nº. 123/06, art. 47).

§ 1º As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

§ 2º A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Art. 38 Sempre que possível, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 39 Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolva produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 40 Na especificação de bens ou serviços a serem licitados, salvo razões fundamentadas, a exigência de "selo de certificação" deverá ser substituída por atestados de qualidade ou equivalente passados por entidades de idoneidade reconhecida (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 41 Nos procedimentos de licitação, deverá ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, os órgãos responsáveis pela licitação poderão celebrar convênios com as entidades referidas no "caput" para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação.

Art. 42 Em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços em que houver exigência de subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte deve ser dada preferência às sediadas localmente, quando existentes, podendo, em caso contrário, serem ampliadas às regionais (LC federal nº. 123/06, art. 47 e 48, II, e § 2º, e 49).

§ 1º É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 2º O disposto no caput não é aplicável quando:

I. O proponente já for microempresa ou empresa de pequeno porte;

II. A subcontratação for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III. A proponente for consórcio ou sociedade de propósito específico, compostos em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 43 Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte (LC federal nº. 123/06, art. 47 e 48, II, e § 2º, e 49):

I. O edital de licitação estabelecerá que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas poderão ser estabelecidas no Município e Região;

II. Deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;

III. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

IV. Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso III, a Administração Pública poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

Art. 44 As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1996, poderão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte locais, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), podendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e às empresas de pequeno porte regionais (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Subseção II
Certificado Cadastral da MPE

Art. 45 Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Município deverá (LC federal nº. 123/06, art. 47):

I. Instituir e ou manter cadastro próprio para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região de

influência, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de também estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;

II. Divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

III. Padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, através da Sala do Empreendedor, as microempresas e empresas de pequeno porte a fim de tomar conhecimento das especificações técnico-administrativas;

IV. Definir, até 31 de dezembro do ano anterior, a meta anual de participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras do Município.

Art. 46 Fica criado no âmbito das licitações efetuadas pelo Município, o Certificado de Registro Cadastral emitido para as micro e pequenas empresas previamente registradas para efeito das licitações promovidas pelo Município (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Parágrafo Único. O certificado referido no "caput" comprovará a habilitação jurídica, a qualificação técnica e econômico-financeira da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Art. 47 O disposto nos artigos 45 e 46 poderá ser substituído por medidas equivalentes de caráter regional, nos termos de convênio firmado para esse fim (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Subseção III
Estímulo ao Mercado Local

Art. 48 A Administração Municipal:

I. Incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização;

II. Regulamentará o disposto neste capítulo, podendo, com fundamento no artigo 47 da Lei Complementar federal 123/2006, estabelecer outras normas de preferência e incentivo, tais como:

a. Dar preferência à aquisições de bens em leilões promovidos pelo Poder Público Municipal a microempresa e empresa de pequeno porte local;

b. Promover feiras livres volantes, destinadas à comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios, assim como de produtos e artigos de uso doméstico e pessoal, que atendam a demanda da população;

c. Promover feiras noturnas e feiras gastronômicas destinadas à comercialização, a varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios, assim como de comidas típicas e atípicas que atendam a demanda da população;

d. Promover programas do tipo Direto da Roça e Mar destinado a comercializar diretamente hortifrutigranjeiros e pescados produzidos por produtores rurais;

e. Promover feiras orgânicas, destinadas à comercialização, no varejo, de produtos orgânicos, sendo hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios e outros artigos de consumo produzidos pelo sistema orgânico de produção agropecuária;
f. Promover varejões municipais, destinados à venda a varejo de produtos hortifrutigranjeiros;

g. Apoiar instituições e entidades de classe em ações voltadas ao incremento do comércio da microempresa e empresa de pequeno porte locais;

III. Manterá, por meio da Sala do Empreendedor, programas de capacitação e orientação visando estimular a participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas.

CAPÍTULO VI
FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 49 A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança e de uso e ocupação do solo das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento (LC federal nº. 123/06, art. 55, na redação da LC 147/2014).

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada a ocorrência de resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

§ 3º Ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º, caso seja constatada alguma irregularidade na primeira visita do agente público, o mesmo formalizará Termo de Ajustamento de Conduta, conforme regulamentação, devendo sempre conter a respectiva orientação e plano negociado com o responsável pelo estabelecimento.

§ 4º O disposto no § 1º aplica-se à lavratura de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias relativas às matérias do caput, inclusive quando previsto seu cumprimento de forma unificada com matéria de outra natureza, exceto a trabalhista.

§ 5º A inobservância do critério de dupla visita implica nulidade do auto de infração lavrado sem cumprimento ao disposto neste artigo, independentemente da natureza principal ou acessória da obrigação.

§ 6º Os órgãos e entidades da administração municipal deverão observar o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido por ocasião da fixação de valores decorrentes de multas e demais sanções administrativas.

§ 7º O disposto no caput deste artigo não se aplica a infrações relativas à ocupação irregular da reserva de faixa não edificável, de área destinada a equipamentos urbanos, de áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutovias ou de vias e logradouros públicos.

CAPÍTULO VII
ASSOCIATIVISMO

Art. 50 A Administração Pública Municipal, por si ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas, estimulará a organização de empreendedores fomentando o associativismo, cooperativismo, consórcios e a constituição de Sociedade de Propósito Específico formada por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, em busca da competitividade e contribuindo para o desenvolvimento local integrado e sustentável (LC federal nº. 123/06, art. 56).

Art. 51 O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município entre os quais (LC federal nº. 123/06, art. 56):
I. Estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II. Estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III. Estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV. Criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V. Apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI. Cessão de bens e imóveis do município;

VII. Isenção do pagamento de Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana, sob a condição de que cumpram as exigências legais da legislação tributária do Município.

Art. 52 A Administração Pública Municipal poderá aportar recursos complementares em igual valor aos recursos financeiros do CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, disponibilizados através da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte, bem como suas empresas, na forma que regulamentar (LC federal nº. 123/06, art. 63).

Art. 53 Para os fins do disposto neste capítulo, o Poder Executivo poderá alocar recursos em seu orçamento.

CAPÍTULO VIII
ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Art. 54 O Poder Executivo encaminhará à Câmara mensagem de lei específica que definirá a política municipal de estímulo à inovação para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras, considerando o disposto nos artigos 65 a 67 da Lei Complementar federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º A política municipal de estímulo à inovação para as microempresas e para as empresas de pequeno porte mencionada no "caput" deverá atender as seguintes diretrizes, no mínimo:

I. Disseminar a cultura da inovação como instrumento de aprimoramento contínuo para incremento da competitividade frente aos mercados, nacional e internacional;

II. Assessorar a microempresa e a empresa de pequeno porte no acesso às agências de fomento, instituições cientificas e tecnológicas, núcleos de inovação e instituição de apoio, federal ou estadual, para a promoção do seu desenvolvimento tecnológico;

III. Promover a inclusão digital dessas empresas à rede de alta velocidade ou apoio para esse acesso;

IV. Instituir premiação municipal aos promotores de inovações tecnológicas como reconhecimento público do esforço à inovação;

V. Instituir programa de incentivo fiscal em relação a atividades de inovação executadas por microempresas e empresas de pequeno porte, individualmente ou de forma compartilhada.

§ 2º Os órgãos e entidades integrantes da administração pública municipal atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica terão por meta a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, transmitindo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim (LC 123/2006, art. 65, §§ 2º e 3º, na redação da LC 147, 2014).

§ 3º Para efeito da execução do orçamento previsto neste artigo, os órgãos e instituições poderão alocar os recursos destinados à criação e ao custeio de ambientes de inovação, incluindo incubadoras, parques e centros vocacionais tecnológicos, laboratórios metrológicos, de ensaio, de pesquisa ou apoio ao treinamento, bem como custeio de bolsas de extensão e remuneração de professores, pesquisadores e agentes envolvidos nas atividades de apoio tecnológico complementar (LC 123/2006, art. 65, § 6º, na redação da LC 147, 2014).

CAPÍTULO IX
Do Estímulo ao Crédito e Capitalização

Art. 55 Os órgãos e entidades competentes do Município estabelecerão política pública de acesso ao crédito que incorpore o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando as seguintes ações:

I. Atuação pública junto aos bancos e demais instituições financeiras no sentido de dar efetividade às diretrizes previstas no Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar federal nº 123/2006 (LC federal nº 123/2006, art. 58 a 63);

II. Apoio à criação e ao funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, sociedades de garantia de crédito, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou região de influência;

III. Apoio ao funcionamento do Comitê Municipal de Crédito, constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro e de capitais, com objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte, por meio da Sala do Empreendedor;

IV. Criar ou participar de fundos destinados à constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte, junto aos estabelecimentos bancários, para capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas;

V. Ampla informação, inclusive por meio da Sala do Empreendedor das linhas de crédito existentes, seu acesso e custos, linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício, etc.

§ 1º - Em relação ao inciso IV do "caput":

I. Fica o Poder Executivo autorizado a associar o Município em associações de garantia de créditos, na qualidade de associado colaborador, desde que a Associação de Garantia de Crédito esteja qualificada como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, na forma da Lei (federal) nº 9.790, de 23 de março de 1999, tenha em seu Estatuto a previsão de um Conselho de Administração e mostre condições de se autossustentar financeiramente, além de cumprir o disposto em Termo de Parceria que deverá ser firmado com o Poder Executivo, nos termos previstos na Lei (federal) nº 9.790, de 23 de março de 1999, onde se fixará a forma de execução e as condições de aplicação dos recursos;

II. O Fundo de Aval Garantidor ali referido:
a. Deverá ser criado por lei específica e terá natureza contábil;

b. Será fiscalizado pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Poder Executivo adotar;

c. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão ser beneficiadas pelo Fundo de Aval Garantidor de forma individual, organizadas em sociedade de propósito específico, associações ou cooperativas.

§ 2º Em relação ao inciso V do "caput" também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

Art. 56 Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com o Governo do Estado e União, destinados à concessão de créditos a microempreendimentos do setor formal instalados no Município, para capital de giro e investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.

CAPÍTULO X
Da Educação Empreendedora e do Acesso à Informação

Art. 57 Fica o Poder Público Municipal autorizado a firmar parcerias ou convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre gestão de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins.

§ 1º. Estão compreendidos no âmbito do "caput" deste artigo:

I. A implementação de capacitação com foco em empreendedorismo;

II. A divulgação de ferramentas para elaboração de planos de negócios;

III. A disponibilização de serviços de orientação empresarial;

IV. A implementação de capacitação em gestão empresarial;

V. A disponibilização de consultoria empresarial;

VI. Programa de redução da mortalidade dos microempreendedores individuais, das microempresas e das empresas de pequeno porte, objetivando assegurar maior sobrevida a estes empreendimentos;

VII. Programa de incentivo a formalização de empreendimentos;

VIII. Outras ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como a alunos de nível médio e superior de ensino.

§ 2º. Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudo; complementação de ensino básico público; ações de capacitação de professores, e outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

§ 3º Compreende-se no programa a que se refere o inciso VII do § 1º:

I. O estabelecimento de instrumentos de identificação e triagem das atividades informais;

II. A elaboração e distribuição de publicações que explicitem procedimentos para abertura e formalização de empreendimentos;

III. A realização de campanhas publicitárias incentivando a formalização de empreendimentos;

IV. A execução de projetos de capacitação gerencial, inovação tecnológica e de crédito orientado destinado a empreendimentos recém-formalizados.

Art. 58 Fica o Poder Público Municipal autorizado a celebrar parcerias ou convênios com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional, e capacitação no emprego de técnicas de produção.

Parágrafo único Compreende-se no âmbito do "caput" deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica; a oferta de cursos de qualificação profissional; a complementação de ensino básico público e ações de capacitação de professores.

Art. 59 Fica o Poder Público Municipal autorizado a instituir programa de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do Município às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial à Internet, e a implantar programa para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma, inclusive para órgãos governamentais do Município.

§ 1º. Caberá ao Poder Público Municipal regulamentar e estabelecer prioridades no que diz respeito ao fornecimento do sinal de Internet; valor e condições de contraprestação pecuniária; vedações à comercialização e cessão do sinal a terceiros; condições de fornecimento, assim como critérios e procedimentos para liberação e interrupção do sinal.

§ 2º. Compreendem-se no âmbito do programa referido no "caput" deste artigo:

I. A abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à Internet;

II. O fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação;

III. A produção de conteúdo digital e não digital para capacitação e informação das empresas atendidas;

IV. A divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet;

V. A promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias;

VI. O fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação e,

VII. A produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

Art. 60 Fica autorizado o Poder Público Municipal a firmar convênios ou parcerias com entidades civis públicas ou privadas e instituições de ensino superior, para o apoio ao desenvolvimento de associações civis sem fins lucrativos, que reúnam individualmente as condições seguintes:

I. Ser constituída e gerida por estudantes;

II. Ter como objetivo principal propiciar aos seus partícipes, condições de aplicar conhecimentos teóricos adquiridos durante seu curso;

III. Ter entre seus objetivos estatutários o de oferecer serviços a microempresas e a empresas de pequeno porte;

IV. Ter em seu estatuto discriminação das atribuições, responsabilidades e obrigações dos partícipes e,

V. Operar sob supervisão de professores e profissionais especializados.

CAPÍTULO XI
Das Relações do Trabalho
Seção I
Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 61 As microempresas serão estimuladas pelo Poder Público e pelos Serviços Sociais Autônomos da comunidade, a formar

consórcios para o acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho (LC federal nº. 123/06, art. 50).

Art. 62 O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com outros municípios; sindicatos; instituições de ensino superior; hospitais; centros de saúde privada; cooperativas médicas e centros de referência do trabalhador, para implantar Relatório de Atendimento Médico ao Trabalhador, com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região, e por meio da Secretaria de Vigilância Sanitária municipal e demais parceiros, promover a orientação das micro e pequenas empresas em saúde e segurança no trabalho, a fim de reduzir ou eliminar os acidentes.

Art. 63 O Município deverá disponibilizar na Sala do Empreendedor orientação em relação aos direitos e obrigações trabalhistas da microempresa e da empresa de pequeno porte, especialmente:

I. Quanto à obrigatoriedade de:

a. Efetuar as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

b. Arquivar documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

c. Apresentar Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP;

d. Apresentar Relações Anuais de Empregados e Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

II. Quanto à dispensa de:

a. Afixar o Quadro de Trabalho em suas dependências;

b. Anotar as férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;

c. Empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;

d. Ter o livro intitulado “Inspeção do Trabalho” e,

e. Comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 64 O Município deverá disponibilizar, na Sala do Empreendedor, orientações para o Microempreendedor Individual – MEI no que se refere às suas obrigações previdenciárias e trabalhistas.

Seção II
Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art.65 A Sala do Empreendedor orientará o empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte, de que lhe é facultado fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

CAPÍTULO XII
Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais

Art. 66 Em relação aos pequenos produtores rurais:

I. Aplica-se a isenção de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária ao agricultor familiar, definido conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, e ao empreendedor de economia solidária (LC 123/2006, art. 4º, § 3-A, na redação da LC 147/2014);

II. O Poder Público Municipal poderá firmar parcerias com órgãos governamentais; instituições de ensino superior; entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos rurais, mediante orientação, treinamento e aplicação prática de conhecimento técnico e científico, nas atividades produtoras de microempresas e de empresas de pequeno porte.

§ 1º. Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte ainda: sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implantação de projetos de fomento à agricultura, mediante geração e disseminação de conhecimento; fornecimento de insumos a pequenos e médios produtores rurais; contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento, e o desenvolvimento de outras atividades rurais de interesse comum.

§ 2º. Somente poderão receber os benefícios das ações referidas no “caput” deste artigo, pequenos e médios produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados por Comissão formada por três membros representantes de segmentos da área rural indicados pelo Poder Público Municipal, os quais não terão remuneração e cuja composição será rotativa, tudo em conformidade com regulamento próprio a ser baixado pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º. Estão compreendidas também, no âmbito deste artigo, as atividades de conversão do sistema de produção convencional para sistema de produção orgânica, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que aperfeiçoem o uso de recursos naturais e socioeconômicos corretos, com o objetivo de promover a autossustentação, a maximização dos benefícios sociais;

§ 4º a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como de organismos geneticamente modificados ou de radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.

§ 5º. Competirá à Secretaria que for indicada pelo Poder Público Municipal, disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo.

CAPÍTULO XIII
Do Acesso à Justiça

Art. 67 O Município fica autorizado celebrar convênio ou termo de parceria com Poder Judiciário, OAB, instituições de ensino superior, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como instrumento facilitador da conciliação prévia, mediação e arbitragem na solução de conflitos e litígios envolvendo as relações privadas, com atendimento especial às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores Individuais - MEI.

§ 1º Para efeitos deste artigo:

I. Será observada a Lei federal 9.307/96, que disciplina os processos jurídicos de mediação, conciliação prévia e arbitragem, fora do âmbito da justiça comum;

II. A empresa de pequeno porte, a microempresas e o MEI serão amplamente orientados quanto à exigência da cláusula compromissória arbitral como dispositivo jurídico previsto nos contratos que celebrarem para garantia do acesso à arbitragem;

III. Terá caráter de serviço gratuito.

§ 2º A utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas será estimulada mediante campanhas de divulgação e de esclarecimento.

CAPÍTULO XIV

DAS PENALIDADES

Art. 68 Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ISS (Lei Complementar federal nº 123/2006, art. 35 a 38, na redação da Lei Complementar 128/2008).

CAPÍTULO XV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69 As empresas ativas ou inativas que estiverem em situação irregular, na data da publicação desta lei, terão 90 dias para realizarem o recadastramento e nesse período poderão operar com alvará provisório, desde que a atividade não ofereça nenhum grau de risco, aferido pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 70 O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3 (três) âmbitos de governo ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção. (Lei Complementar federal nº 123/2008, art.9º, §§ 3º ao 9º, na redação da LC 147, 2014).

§ 1º Os órgãos referidos no caput deste artigo terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

§ 2º Ultrapassado o prazo previsto parágrafo anterior, sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e a das empresas de pequeno porte.

§ 3º A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§ 4º A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 71 As matérias tratadas nesta Lei Complementar que não sejam reservadas pela Lei Orgânica do Município à lei complementar poderão ser objeto de alteração por lei ordinária.

Art. 72 O Comitê Gestor Municipal elaborará relatório anual de avaliação da implantação efetiva das normas desta Lei Complementar, visando ao seu cumprimento e aperfeiçoamento.

§ 1º - O relatório a que se refere o "caput" deverá avaliar os seguintes aspectos:

a. Integração das ações entre os entes governamentais e instituições públicas ou privadas com relação às ações efetivadas e programadas de desburocratização e de desenvolvimento, contidas nesta lei;

b. Política de formalização do Microempreendedor Individual – MEI no Município;

c. Acesso às compras públicas;
d. Execução desta lei complementar e suas implicações no desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa no município – IDMPE;

e. Demais temas de interesse contidos nesta Lei Complementar.

§ 2º O relatório anual referido neste artigo será encaminhado pelo Poder Executivo para a Câmara de Vereadores no 1º trimestre de cada ano.

Art. 73 Fica designado o dia 27 de novembro como "o Dia da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", neste Município, que será comemorado em cada ano, cabendo aos órgãos municipais, dentro de sua área de competência, em consonância com órgãos e entidades de interesse, promover o referido evento.

Art. 74 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I. A partir do primeiro dia do exercício seguinte os dispositivos relativos à renúncia fiscal adiante enumerado: artigos 28 ao 32;

II. A partir da publicação, os demais artigos.

Art. 75 Revoga-se, integralmente, as disposições da Lei Complementar Municipal nº 06, de 27 de dezembro de 2007.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul-PR, 11 de setembro de 2017.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:F80A3E79

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 114/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017- Registro de Preços Nº 41/2017 (Processo Licitatório 79/2017)
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES – DE (11/09/2017 à 10/09/2018)
DETENTORA: ALTEMIR SARETTA - ME
CNPJ: 06.081.691/0001-81
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futuras aquisições de acessórios e componentes de material metalúrgico e de vidros, de prestação de serviços de fabricação de peças metalúrgicas, de peças de vidro, de serviços de solda e serviços de horas técnica de torno em geral, para serem adquiridos e prestados conforme a necessidade da Prefeitura Municipal, de acordo com as quantidades e especificações do Termo de Referência constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 58/2017, que faz parte do presente instrumento, independentemente de transcrição:

LOTE 04					
MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA VIDROS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UND.	VALOR UNIT. REG. R$	VALOR TOTAL REG. ITEM R$
1	Fabricação de peças em vidro temperado "Incolor", espessura 8 mm	200	M²	217,00	43.400,00
2	Fabricação de vidro temperado "Fume", espessura 8 mm	200	M²	244,00	48.800,00
3	Fabricação de vidro temperado "Incolor", espessura 10 mm	200	M²	261,00	52.200,00
4	Fabricação de vidro temperado "Fume", espessura 10 mm	200	M²	278,00	55.600,00

1. O valor total da Ata de Registro de Preços é de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais).
2. As quantidades descritas acima são estimadas, podendo haver variações para mais ou para menos, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Bom Sucesso do Sul, 13 de setembro de 2017.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Marcelo Dambros
Código Identificador:E1145463

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 115/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017- Registro de Preços Nº 41/2017 (Processo Licitatório 79/2017)
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES – DE (11/09/2017 à 10/09/2018)
DETENTORA: INDUSTRIA DE ESQUADRIAS MOSSINI EIRELI- ME
CNPJ: 21.226.760/0001-91
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futuras aquisições de acessórios e componentes de material metalúrgico e de vidros, de prestação de serviços de fabricação de peças metalúrgicas, de peças de vidro, de serviços de solda e serviços de horas técnica de torno em geral, para serem adquiridos e prestados conforme a necessidade da Prefeitura Municipal, de acordo com as quantidades e especificações do Termo de Referência constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 58/2017, que faz parte do presente instrumento, independentemente de transcrição:

LOTE 02					
MÃO DE OBRA PARA FABRICAÇÃO DE ARMAÇÃO EM FORMATO DE PINHEIROS PARA ORNAMENTAÇÃO DO MUNICIPIO.					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE.**	**UND.**	**VALOR UNIT. REG. R$**	**VALOR TOTAL REG. ITEM R$**
1	Fabricação de pinheiro – conforme modelo I em anexo	8	UN	378,00	3.024,00
2	Fabricação de pinheiro – conforme modelo II em anexo	10	UN	330,00	3.300,00
3	Fabricação de pinheiro – conforme modelo III em anexo	10	UN	278,00	2.780,00
4	Fabricação de pinheiro – conforme modelo IV em anexo	4	UN	636,00	2.544,00
5	Fabricação de pinheiro – conforme modelo V em anexo	6	UN	548,00	3.288,00
6	Fabricação de pinheiro – conforme modelo VI em anexo	4	UN	568,00	2.272,00
7	Fabricação de pinheiro – conforme modelo VII em anexo	6	UN	552,00	3.312,00
8	Fabricação de pinheiro – conforme modelo VIII em anexo	62	UN	330,00	20.460,00
9	Fabricação de ornamentação para poste Anjo – conforme modelo IX em anexo.	40	UN	413,00	16.520,00
LOTE 03					
MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA SOLDAS					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE.**	**UND.**	**VALOR UNIT. REG. R$**	**VALOR TOTAL REG. ITEM R$**
1	Mão de obra e fornecimento de solda MIG.	1.000	HR	87,00	87.000,00
2	Mão de obra e fornecimento de solda ELÉTRICA.	1.000	HR	67,00	67.000,00

1. O valor total da Ata de Registro de Preços é de R$ 211.500,00 (Duzentos e Onze Mil e quinhentos Reais).
2. As quantidades descritas acima são estimadas, podendo haver variações para mais ou para menos, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Bom Sucesso do Sul, 13 de setembro de 2017.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Marcelo Dambros
Código Identificador:510C899C

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL N°02

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 091/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016
COTRATADA: **EMYLLE SOLIGO PEDIATRIA SERVIÇOS MEDICOS S/S LTDA – ME**
CNPJ: **24.541.878/0001-00**
Cláusula Primeira: Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preços mais vantajosas ao Contratante, fica prorrogado o prazo de **vigência do Contrato até 11 de Setembro de 2018.** Este aditivo entre em vigor a partir de 11 de setembro de 2017.
Cláusula Segunda – Valor
Fica reajustado o valor contratual em 1,73% (um vírgula setenta e três por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurada no período compreendido entre setembro de 2016 a agosto de 2017, passando a ser R$ 8.859,12 (oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais.
Cláusula Terceira – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul, 13 de Setembro de 2017

JOSIANE FOLLE
RG: 6.008.824-1

Publicado por:
Leticia Comocena
Código Identificador:95E39B9B

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017 – Registro de Preços 45/2017
Em concordância com a ata datada em 12/09/2017 de abertura do processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 62/2017, que teve como objeto o Registro de Preços para futuras aquisições conforme a necessidade de combustíveis, do tipo gasolina comum, óleo diesel S 500 e etanol, para abastecimento das máquinas, caminhões e automóveis da frota municipal, conforme especificações descritas no termo de referência em anexo do edital, **HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor da empresa **AUTO POSTO CIDADE CAMPO LTDA,** com o CNPJ nº 95.407.714/0001-25, conforme especificações e valores abaixo relacionados:

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE.**	**UND.**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL DO ITEM R$**
1	Gasolina Comum	60.000	Litro	3,92	235.200,00
2	Etanol	10.000	Litro	2,76	27.600,00
VALOR HOMOLOGADO DO FORNECEDOR					**R$ 262.800,00**
ITEM FRACASSADO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE.**	**UND.**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL DO ITEM R$**
3	Diesel S500	300.000	Litro	SEM PROPOSTAS	SEM PROPOSTAS
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO					
R$ 262.800,00 (DUZENTOS E SESSENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS).					

Bom Sucesso do Sul, 13 de Setembro de 2017.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Dambros
Código Identificador:41C84E1F

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO N° 05

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 05
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016
COTRATADA: AUTO POSTO CIDADE CAMPO LTDA
CNPJ: 95.407.714/0001-25
Cláusula Primeira – Dos Preços
Em virtude do aumento dos preços, devidamente comprovados através de notas fiscais de compra, fica alterado o registro de preço do item abaixo citado:

Item	Descrição	Marca	Valor Unitário Licitado (R$)	Valor unitário com reajuste (R$)
3	Óleo Diesel S 500	IPIRANGA	2,84	2,98

Cláusula Segunda – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul 13 de Setembro de 2017

JOSIANE FOLLE
RG nº 6.008.824-1 SSP/PR

Publicado por:
Leticia Comocena
Código Identificador:46F45DEB

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL N°02

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017
COTRATADA: TOSCAN TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 06.077.688/0003-56
Cláusula Primeira – Dos Preços
Em virtude do aumento dos preços, devidamente comprovados através de notas fiscais de compra, fica alterado o registro de preço do item abaixo citado:

Item	Descrição	Marca	Valor Unitário Licitado (R$)	Valor unitário com reajuste (R$)
01	Combustível, tipo óleo diesel S10, em conformidade com os padrões exigidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP)	PETROBRAS	2,63	2,99

Cláusula Segunda – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul 13 de Setembro de 2017

JOSIANE FOLLE
RG nº 6.008.824-1 SSP/PR

Publicado por:
Leticia Comocena
Código Identificador:1981917A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA PORTARIA Nº 138/2017

ERRATA
PORTARIA Nº 138/2017 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

A Portaria nº 138 de 07 de agosto de 2017, publicado na edição nº 1313, de 09 de agosto de 2017, do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná- AMP, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção:
Onde se lê:
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 25/07/2017, revogada as disposições em contrário.
Leia-se:
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 27/07/2017, revogada as disposições em contrário.

Braganey, 13 de setembro de 2017

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Lilian Rigamonti
Código Identificador:DD756B8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/2017

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, torna-se publico o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Constitui o presente objeto a contratação de empresa para a aquisição de recarga de oxigênio medicinal para uso nas Unidades Básicas de Saúde e ambulâncias e equipamentos de oxigênio, conforme anexo observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº. 076/2017, conforme segue os vencedores:

Lotes	Proponente Vencedora	Valor (R$)
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7,8.	**DISTRIBUIDORA DE GASES OXIJUNIOR LTDA, CNPJ: 03.607.861/0001-20**	R$ 31.128,00
VALOR TOTAL	**R$ 31.128,00**	

Braganey, 13 de setembro de 2017.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Wronski
Código Identificador:E30489AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 073/2017

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, torna-se publico o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes para a manutenção da frota de veículos e máquinas do Município**.**
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº. 073/2017, conforme segue os vencedores:

Lotes	Proponente Vencedora	Valor (R$)
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17,19.	**D.J ZORNITTA E CIA LTDA, CNPJ: 18.299.329/0001-16**	R$ 177.980,00
VALOR TOTAL	**R$ 177.980,00**	

Braganey, 13 de setembro de 2017.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Wronski
Código Identificador:183C7D3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 075/2017

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, torna-se publico o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério

de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Aquisição de Filtros para a manutenção da frota de veículos e máquinas do Município.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº. 075/2017, conforme segue os vencedores:

ITENS	Proponente Vencedora	Valor (R$)
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.	**D.J.ZORNITTA E CIA LTDA, CNPJ: 18.299.328/0001-16**	R$ 37.296,00
VALOR TOTAL	**R$ 37.296,00**	

Braganey, 13 de setembro de 2017.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Wronski
Código Identificador:89D0959E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO QUINTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017. PREGÃO Nº 004/2017, REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

MUNICÍPIO DE BRAGANEY, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº. 78.121.902/0001-73, com sede à Rua Arthur Pereira, 860, CEP: 85430-000, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, denominado ÓRGÃO REGISTRADOR, e ADAIL HEMERICH & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 01.080.920/0001-20 com endereço na Rodovia – PR-Km 20 S/N, Cidade de Braganey, Estado do Paraná, denominado FORNECEDOR REGISTRADO, firmam o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº. 001/2017, nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais legislação atinente à matéria, e pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITIVO DE VALOR
Diante do aumento dos valores demandado pelo fornecedor em 11 de setembro de 2017, fica o valor do item 02 alterado, conforme demonstrativos abaixo:

Item	**Descrição**	Valor unitário	% de aumento	**Valor corrigido**
02	GASOLINA COMUM	R$ 3,99	1,91%	**R$ 4,07**

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORO
As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Corbélia - PR, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Termo de Rescisão.

Braganey, 13 de setembro de 2017.

Município de Braganey
Órgão Registrador
ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito

ADAIL HEMERICH & CIA LTDA,
CNPJ: 01.080.920/0001-20
Fornecedor Registrado

Testemunhas:

Maria Inêz Trindade Silvestro
CPF: 816.234.109-91.

Jean Marcelo Rocha
CPF: 021.319.169-57

Publicado por:
Flavia Wronski
Código Identificador:081E9A6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEXTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017. PREGÃO Nº 006/2017, REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

MUNICÍPIO DE BRAGANEY, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº. 78.121.902/0001-73, com sede à Rua Arthur Pereira, 860, CEP: 85430-000, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, denominado ÓRGÃO REGISTRADOR, e ADAIL HEMERICH & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 01.080.920/0001-20 com endereço na Rodovia – PR-Km 20 S/N, Cidade de Braganey, Estado do Paraná, denominado FORNECEDOR REGISTRADO, firmam o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº. 002/2017, nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais legislação atinente à matéria, e pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITIVO DE VALOR
Diante do aumento de valor demandado pelo fornecedor em 11 de setembro de 2017, ficam os valores dos itens 01 e 02 alterados, conforme demonstrativo abaixo:

Item	**Descrição**	Valor unitário	% de aumento	**Valor corrigido**
02	ÓLEO DIESEL S 500	**R$ 2,99**	3,34 %	**R$ 3,09**
02	ÓLEO DIESEL S 10	**R$ 3,07**	1,86 %	**R$ 3,13**

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORO
As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Corbélia - PR, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Termo de Rescisão.

Braganey, 13 de setembro de 2017.

Município de Braganey
Órgão Registrador
ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito

1

ADAIL HEMERICH & CIA LTDA,
CNPJ: 01.080.920/0001-20
Fornecedor Registrado

Testemunhas:

Maria Inêz Trindade Silvestro
CPF: 816.234.109-91.

Jean Marcelo Rocha
CPF: 021.319.169-57

Publicado por:
Flavia Wronski
Código Identificador:7B295FC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Cafeara-PR, nos termos da Lei Federal nº. 9452 de 20/03/97, notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais, a liberação de crédito na data de 08/09/2017 o valor de R$ 127.870,00 (Cento e vinte e sete mil, oitocentos e setenta reais), depositado na Agência 1148-7, Caixa Econômica Federal, Conta Corrente 647101-0, vinculada ao Contrato de Repasse OGU n.º 828987/2016/MCIDADES/CAIXA, PROGRAMA

PLANEJAMENTO URBANO, objetivando a Construção de Pavimentação Asfáltica.

Cafeara, 13 de Setembro de 2017.

OSCIMAR JOSÉ SPERANDIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo
Código Identificador:51B4F8D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL Nº 1.523/2017

SÚMULA: Altera a redação do § 2º do artigo 237 da Lei Municipal nº 827 de 12 de dezembro de 2007.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica alteradoo § 2º do artigo 237 da Lei Municipal nº 827 de 12 de dezembro de 2007, passando a vigorar a seguinte redação:
"Art. 237 - [...]

§ 2º - Quando do parcelamento e/ou reparcelamento da Dívida Ativa o valor referente à primeira parcela não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do montante da dívida, cujo recolhimento deverá ser efetuado no ato do parcelamento."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 13 DE SETEMBRO DE 2017.

ESTANISLAU MATEUS FRANUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida dos Santos Candido
Código Identificador:837B8F91

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL Nº 05.001/2017 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

EDITAL 05.001/2017

NOTA EXPLICATIVA

Tendo em vista o equívoco que acarretou a ausência do quadro do Anexo I, do edital 001/2017, o qual estabeleceria os critérios de avaliação de títulos e tempo de serviço referente aos inscritos ao cargo de professor de educação física, esclarecemos que o critério utilizado será idêntico aos aplicados aos demais cargos de professor, conforme Quadro I, II e III, do referido Anexo.

Cafelândia, 13 de Setembro de 2017.

SIMONE DE FÁTIMA MEDEIROS
Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Elisa Aparecida dos Santos Candido
Código Identificador:EAC785AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 449/2017 - DRH

SÚMULA: Exonera Servidor Ocupante de Cargo em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR a partir de 13/09/2017 o Servidor **VAGNER DA SILVA,** matricula 008221-1 ocupante do Cargo em Comissão de **CHEFE IV DA DIVISÃO DE CONTROLE FISCAL DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E OBRAS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 13 de setembro de 2017.

ESTANISLAU MATEUS FRANUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida dos Santos Candido
Código Identificador:850F71B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 174 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

Súmula: Concede licença para o servidor Roberto Elias Schecheleck, para tratar de assuntos particulares.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **Roberto Elias Schecheleck**, CPF nº 010.533.519-33, ocupante do cargo de Motorista, Licença para tratar de Assuntos Particulares, a partir de 13 de Setembro de 2017.

Art. 2º A licença será concedida, sem remuneração, sendo de 13/09/2017 a 13/09/2019, nos termos do caput do art.118 da Lei Complementar n° 07/2006, atendidos os requisitos legais, mediante ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Registre-se e publique-se em, 13 de setembro de 2017.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Rogerio Teixeira Aguiar
Código Identificador:9C5B3693

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO RESULTADO NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMOSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO DE 2017			
RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2016 (a)	Em 30/06/2017 (b)	Em 31/08/2017 (c)

DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.472.447,26	2.221.642,70	2.174.546,41
DEDUÇÕES (II)	1.556.265,54	1.992.036,38	1.069.276,03
Disponibilidade de Caixa	1.554.942,50	1.984.798,74	1.058.242,26
Disponibilidade de caixa bruta	1.729.992,45	2.588.201,97	2.196.383,87
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	175.049,95	603.403,23	1.138.141,61
Demais haveres financeiros	1.323,04	7.237,64	11.033,77
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	916.181,72	229.606,32	1.105.270,38
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	123.457,99	107.784,85	102.560,48
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	792.723,73	121.821,47	1.002.709,90

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No bimestre (c-b)	Jan a Ago (c-a)
RESULTADO NOMINAL	880.888,43	209.986,17

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

EDERALDO DIAS DOS SANTOS
Contador
CRC PR - 53884/O-1

JORGE LUIZ QUEGE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:E7E61FAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 548/2017

Republicado por incorreções: Decreto publicado no dia 22/08/2017 sob a numeração 458/2017 por falha de digitação.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O Prefeito do Município de Campo Magro- Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados, para exercerem mandato pelo período de dois anos aos representantes dos segmentos indicados para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a partir de 24 de agosto de 2017.

I - Representantes da SEMEC:
Titular: Dirlete Costa
RG: 4.231.703-9 CPF:766.573.709-97
Suplente: Marilda Gonçalves Biernaski
RG: 4.468.776-3 CPF: 724.868.489-91

II – Representantes do Poder Executivo:
Titular: Tadeu Luiz Manfron Junior
RG: 7.218.538-8 CPF: 033.581.029-20
Suplente: Jonathan Alexander Maestrelli Nunes
RG: 9.237.378-9 CPF: 058.691.169-37

III – Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Patricia Biernaski Faria
RG: 6.361.829-2 CPF: 025.879.499-20
Suplente: Angelita Duarte
RG: 4.276.944-4 CPF: 026.672.069-24

IV – Representantes dos Diretores das Escolas Municipais:
Titular: Elisangela da Costa Barbosa de Lima
RG: 7.926.976-0 CPF: 037.542.999-99
Suplente: Vania Maria Biernaski
RG: 9.582.035-2 CPF: 069.581.519-92

V – Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas
Titular: Silvane do Rocio Drula Dall' Agnoll
RG: 5.743.044-3 CPF: 027.202.499-63
Suplente: Jailson Luciano de Paula
RG: 8.538.330-2 CPF:048.887.819-58

VI – Representantes dos Pais de Alunos
Titular: Rita Nalepa Spacki
RG: 8.313.932-3 CPF:030.217.179-77
Suplente: Regiane Valle Ferreira
RG: 7.951.508-6 CPF: 047.219.069-51

Titular: Edenei Ribas Machado
RG: 5.599.271-1 CPF:030.111.399-89
Suplente: Jucineia Aparecida Amandio
RG: 9.899.576-5 CPF: 076.978.769-06

VII – Representante do Conselho Municipal de Educação;
Titular: Maria Ermelina de Andrade Carachesnki
RG: 5.819.206 -6 CPF: 904. 363.429-87
Suplente: Vanderlei Roxinski
RG: 0.006.926-27 CPF: 709.718.701-87

VIII – Representante do Conselho Tutelar:
Titular: Edilaine Paschoal de Oliveira
RG: 9.131.163-1 CPF:065.532.639-14
Suplente: Paula Fernanda de Cristo
RG: 12.885.764-8 CPF: 097.477.799-43

IX – Representantes dos Estudantes da Educação Básica:
Titular: Ingrid Aline de Lima
RG: 12.991.218-9 CPF: 116.048.429-54
Suplente: Herica Jaine de Jesus Andrade
RG: 13.890.419-9 CPF: 108.656.969-50

Titular: Andreza Casprek de Lima
RG: 9.545.012-1 CPF: 064.620.919-16
Suplente: Patricia Chimaski
RG: 9.581.971-0 CPF: 064.109.859-67

Art. 2° - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto n° 342/2015.

Paço Municipal de Campo Magro, em 18 de agosto de 2017.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:14F82EF4

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2017

Súmula: "Dispõe sobre a forma de escolha dos membros para a instituição da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho dos empregados públicos estáveis no âmbito da Câmara Municipal de Campo Magro e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, ESTADO DO PARANÀ aprovou, e eu Presidente Adeilson Gordo, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Esta Resolução disciplina a forma de escolha dos membros que comporão a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho dos

empregados públicos estáveis no âmbito da Câmara Municipal de Campo Magro e estabelece providências correlatas.

Art. 2º A composição da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho dos empregados estáveis, será efetivada por sorteio entre os Vereadores componentes da Câmara Municipal de Campo Magro, obedecendo aos seguintes parâmetros:

§ 1º A Comissão de Avaliação Especial de Desempenho será constituída de 03 (três) membros, com mandato de 2 anos, podendo haver a recondução ao cargo, mediante concordância do vereador, sem a necessidade de novo sorteio.

§ 2º O sorteio para escolha dos componentes da Comissão de Avaliação de Desempenho dos empregados estáveis, será realizado em ato público, dentre os vereadores que manifestarem interesse em compor a Comissão, caso o número seja superior a 3.

§ 3º Havendo a desistência, renúncia ou impedimento do Vereador para compor a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, far-se-á novo sorteio para escolha de novo membro na forma do disposto no § 2º deste artigo.

Art. 3º Ficam impedidos de participar do sorteio e/ou de comporem a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, os Vereadores em que fique configurado os casos de nepotismo, na forma do disposto na Súmula Vinculante nº 13, de 07 de novembro de 2008, do STF.

Art. 4º Compete à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, apresentar pareceres, devidamente fundamentados, visando a progressão na carreira dos empregados estáveis, no âmbito da Câmara Municipal de Campo Magro.
Art. 5º A Avaliação de desempenho será efetivada com base em Resolução própria que estabeleça os critérios e procedimentos para a avaliação especial de desempenho dos empregados estáveis no âmbito da Câmara Municipal de Campo Magro.

Art. 6º A Comissão de Avaliação de Desempenho será instituída por Ato do Presidente, obedecidas às formalidades legais.

Art. 7º Os membros componentes da Comissão de Avaliação de Desempenho, não serão remunerados pelas funções desempenhadas.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação das disposições de que trata a presente Resolução, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas vigentes e consignadas ao Poder Legislativo, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara Municipal de Campo Magro, em 13 de setembro de 2017.

VEREADOR ADEILSON GORDO
Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:6678908A

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2017

Súmula: "Estabelece critérios e procedimentos para a Avaliação de Desempenho dos empregados estáveis no âmbito da Câmara Municipal de Campo Magro".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, ESTADO DO PARANÀ aprovou, e eu Presidente Adeilson Gordo, promulgo a seguinte Resolução:
Art. 1º Esta Resolução estabelece critérios e procedimentos para avaliação de desempenho dos empregados estáveis, no âmbito da Câmara Municipal de Campo Magro, cujos resultados obtidos serão utilizados para fins de progressão na carreira.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A avaliação de desempenho dos empregados estáveis, no âmbito da Câmara Municipal de Campo Magro, consistirá no monitoramento sistemático e contínuo da sua atuação, para verificar se o empregado continua apto e capaz para o exercício do emprego público, com base nos seguintes parâmetros:
I – assiduidade: cumprimento regular da jornada de trabalho estabelecida para o emprego público;

II – disciplina: observância da hierarquia, acatamento de decisões, normas, regulamentos e ordens superiores, salvo se manifestamente ilegais;

III – capacidade de iniciativa: disposição para agir ou solucionar problemas, por si ou recorrendo a outros agentes competentes, e para sugerir melhorias nos processos de trabalho da unidade administrativa em que atua;

IV – produtividade: capacidade de produzir o trabalho na sua totalidade, mediante a utilização de métodos e técnicas apropriados, observando-se os prazos aplicáveis e a qualidade do serviço; e

V – responsabilidade: comportamento do empregado frente aos seus deveres, com a assunção dos resultados positivos e negativos de sua atuação.

§ 1º Será atribuída pontuação a cada um dos fatores descritos nos incisos do "***caput***", conforme a seguinte escala:

I – desempenho superior: 5 pontos;

II – desempenho médio superior: 4 pontos;

III – desempenho médio inferior: 3 pontos; e

IV – desempenho inferior: 2 pontos.

§ 2º Ao atribuir desempenho médio inferior ou desempenho inferior em qualquer dos itens, o avaliador deverá justificar a avaliação.

§ 3º As pontuações atribuídas a cada fator de avaliação serão somadas, cujo resultado será a nota final do ciclo avaliativo.

§ 4º A nota final de cada um dos membros da Comissão de Avaliação de Desempenho, serão somadas, sendo extraída a pontuação média em cada ciclo avaliativo.

Art. 3º O planejamento, a coordenação e o processamento da avaliação de desempenho do empregado público, com observância à aplicação de normas e de procedimentos estabelecidos nesta Resolução, compete à Mesa da Câmara Municipal de Campo Magro.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 4º A avaliação de desempenho do empregado público ocorrerá anualmente.

Art. 5º A cada avaliação, o desempenho do empregado estável será aferido por meio do formulário de avaliação, na forma do Anexo I, parte integrante desta Resolução, numa escala de quarenta a cem pontos.

§ 1º As avaliações terão como base a atuação profissional apresentada pelo empregado durante o período relacionado ao ciclo avaliativo.
§ 2º A avaliação de desempenho do empregado, considerará as características e especificidades da unidade de lotação e do cargo de provimento efetivo.

§ 3º É facultado à Comissão de Avaliação de Desempenho diligenciar para apurar informações coletadas nos processos avaliativos.

§ 4º Todas as decisões da Comissão de Avaliação de Desempenho serão devidamente motivadas.

Art. 6º Ao final da avaliação, a Comissão de Avaliação de Desempenho, disponibilizará o formulário de avaliação do empregado estável, na forma do Anexo I, contendo as avaliações.

§ 1º O empregado avaliado será pessoalmente notificado do resultado da avaliação, pela Comissão de Avaliação de Desempenho, e a avaliação deverá ser conferida e assinada pelo empregado avaliado, que deverá manifestar sua anuência ou discordância.

§ 2º Se o empregado avaliado se recusar a dar ciência da avaliação, o fato deverá ser registrado no próprio formulário de avaliação, com aposição das assinaturas do avaliador e de, pelo menos, um empregado público efetivo e estável que tenha testemunhado a recusa.

Art. 7º A avaliação de empregado público ficará suspensa durante as licenças e os afastamentos legais previstos na legislação, e na hipótese de participação em programa de formação, sendo retomada a partir do término do impedimento.

Art. 8º Concluído o processo relativo a Comissão de Avaliação de Desempenho, procederá à consolidação dos respectivos resultados, mediante o preenchimento do formulário de consolidação das avaliações do empregado, conforme Anexo II, parte integrante desta Resolução.

Art. 9º. Com base nos formulários de consolidação das avaliações especiais de desempenho, será elaborada planilha com os resultados obtidos e encaminhando-as à Mesa da Câmara Municipal de Campo Magro.

Art. 10º. Para fim de progressão na carreira, será considerado apto o empregado público que obtiver resultado final da avaliação igual ou superior a sessenta pontos.

§ 1º Fica delegada competência à Mesa da Câmara Municipal de Campo Magro para fins de homologação da relação de que trata o "***caput***" deste artigo.
§ 2º O empregado público avaliado será pessoalmente notificado da relação prevista no § 1º, deste artigo.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS
SEÇÃO I

DO RECURSO HIERÁRQUICO REFERENTE A CADA CICLO AVALIATIVO

Art. 11. Em cada ciclo avaliativo, o empregado avaliado poderá apresentar à Mesa da Câmara Municipal de Campo Magro, pedido de reconsideração, devidamente justificado, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de comunicação do resultado da avaliação, conforme disposto no Anexo III, parte integrante desta Resolução.

Art.12. A Mesa da Câmara Municipal de Campo Magro, decidirá o pedido de reconsideração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

SEÇÃO II
DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

Art. 13. Da homologação do resultado da avaliação pela Mesa da Câmara Municipal de Campo Magro, caberá pedido de reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 14. A Mesa da Câmara Municipal de Campo Magro decidirá o pedido de reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pela Mesa da Câmara Municipal de Campo Magro.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campo Magro, em 13 de setembro de 2017.

VEREADOR ADEILSON GORDO
Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:CC3F296C

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER
RESOLUÇÃO Nº 012/2017 - CMAS

Em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Magro realizada aos cinco dias do mês de setembro de 2017

RESOLVE,

I - RATIFICAR A DELIBERAÇÃO 054/2016 denominada "Liberdade Cidadã – Fundo a Fundo" APROVADA pelos Conselheiros do CMAS;

II - APROVAR O PLANO DE AÇÃO DA DELIBERAÇÃO 054/2016 COM REPASSE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CEDCA): **DELIBERAÇÃO 054/2016** – denominado "Liberdade Cidadã – Fundo a Fundo", no qual será desenvolvido um curso de Assistente Administrativo em parceria com o SESI, nas dependências do Projeto Piá Ambiental. O valor do repasse será de R$ 21.272,88 (Vinte e um mil, duzentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos);
Art. 1º - Em reunião extraordinária realizada no dia cinco de setembro de dois mil e dezessete, foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros presentes, o Plano de Ação da Deliberação 054/2016, e ainda foi ratificada a deliberação 054/2016 aprovada com as informações constantes na folha de rosto da referida deliberação encaminhada pela Prefeitura Municipal de Campo Magro;

III - RATIFICAR AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NA FOLHA DE ROSTO DA DELIBERAÇÃO 054/2016;

IV - APROVAR A AQUISIÇÃO DE DISPOSITIVOS DE RETENÇÃO INFANTIL PARA TRANSPORTE DE CRIANÇAS, SENDO: uma cadeira para automóvel para crianças até treze quilos; uma cadeira para automóvel reclinável para crianças até vinte e cinco quilos e um assento para automóvel para crianças de quinze à trinta e seis quilos, para uso do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS);

V - APROVAR o Demonstrativo Sintético de Prestação de Contas do Índice de Gestão Descentralizado do Programa Bolsa Família (IGD-PBF);

VI - APROVAR o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD – SUAS);

VII – APROVAR as receitas referentes aos Serviços de Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade;

VIII – APROVAR o remanejamento de recurso financeiro de R$ 12.000,00 (Doze mil reais) para a Conta de Material Permanente (4.4.90.52), sendo R$ 10.000,00 (Dez mil reais) oriundo da conta de Serviço de Pessoa Jurídica (3.3.90.39) e R$ 2.000,00 (Dois mil reais) da conta de Material de Consumo (3.3.90.30). Referente aquisição de três computadores para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);

IX – RATIFICAR A DELIBERAÇÃO 066/2017 denominada "Aprovação do Incentivo Família Paranaense IFP – AE" APROVADA pelos Conselheiros do CMAS;

X - APROVAR O PLANO DE AÇÃO DA DELIBERAÇÃO 066/2017 COM REPASSE DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEAS): DELIBERAÇÃO 066/2017 – denominado "Aprovação do Incentivo Família Paranaense IFP – AE". Refere-se ao recurso financeiro no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) do Sistema Fundo a Fundo (SIFF). O Incentivo Família Paranaense (IFP-AE) "compreende o cofinanciamento de ações para o desenvolvimento de Serviços de Proteção Social Básica e Especial", conforme determina a referida deliberação;

XI – Aprovar a Prestação de Contas da Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

XII – Aprovar o relatório do Registro Mensal de Atendimentos (RMA), entre os meses de maio a dezembro de dois mil e dezesseis (período relativo à prestação de contas);

XIII – APROVAR o relatório da Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do Cadastro Único para Programas Sociais, relativo ao mesmo período (maio a dezembro de dois mil e dezesseis);

XIV – APROVAR a declaração do Departamento de Contabilidade do Município de Campo Magro afirmando que o saldo da conta FEAS PAEFI 2014 encontra-se zerado, comprovado através do extrato bancário.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 11de setembro de 2017.

MARISA ALEX KLOSS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:B671C8D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER
RESOLUÇÃO Nº 015/2017 - CMDCA (REPUBLICAÇÃO)

Em reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Magro realizada aos cinco dias do mês de setembro de 2017

RESOLVE,

I - RATIFICAR A DELIBERAÇÃO 054/2016 denominada "Liberdade Cidadã – Fundo a Fundo" APROVADA pelos Conselheiros do CMDCA;
II - APROVAR O PLANO DE AÇÃO DA DELIBERAÇÃO 054/2016 COM REPASSE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CEDCA): **DELIBERAÇÃO 054/2016** – denominado "Liberdade Cidadã – Fundo a Fundo", no qual será desenvolvido um curso de Assistente Administrativo em parceria com o SESI, nas dependências do Projeto Piá Ambiental. O valor do repasse será de R$ 21.272,88 (Vinte e um mil, duzentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos);
Art. 1º - Em reunião extraordinária realizada no dia cinco de setembro de dois mil e dezessete, foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros presentes, o Plano de Ação da Deliberação 054/2016, e ainda foi ratificada a deliberação 054/2016 aprovada com as informações constantes na folha de rosto da referida deliberação encaminhada pela Prefeitura Municipal de Campo Magro.

III - RATIFICA AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NA FOLHA DE ROSTO DA DELIBERAÇÃO 054/2016.

IV - APROVA A AQUISIÇÃO DE DISPOSITIVOS DE RETENÇÃO INFANTIL PARA TRANSPORTE DE CRIANÇAS, SENDO: uma cadeira para automóvel para crianças até treze quilos; uma cadeira para automóvel reclinável para crianças até vinte e cinco quilos e um assento para automóvel para crianças de quinze à trinta e seis quilos, para uso do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 11de setembro de 2017.

ALTAIR DOS SANTOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:B2CDEB6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 12/2017

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dez horas, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Ação Social, Esporte e Lazer (SEAEL), situada à Rodovia Gumercindo Boza, nº 13.440, Jardim Bom Pastor, na cidade de Campo Magro/PR, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), juntamente com representantes do Conselho Tutelar, para realização da décima segunda reunião do CMDCA do ano corrente. Sr. Altair dos Santos, presidente deste Conselho, iniciou a reunião e passou a palavra para conselheira Fabiana Riskalla, que apresentou o projeto de trabalho desenvolvido no Instituto de Convivência Incluir (ICI) e relatou alguns casos atendidos no Instituto. Também discorreu sobre a importância da terapia para o tratamento dos pacientes. Srª Fabiana frisou a necessidade de ampliação de vagas e sugeriu ao CMDCA a aprovação de pelo menos mais cinco vagas, totalizando o número de nove vagas destinadas ao tratamento através da equoterapia. Os conselheiros decidiram estudar a proposta e deliberar na próxima reunião do conselho. Os conselheiros representantes de Organizações Não Governamentais reivindicaram que a logomarca das instituições que representam, seja disponibilizada no site da prefeitura, para que possam ser beneficiadas com doações do imposto de renda. Na sequência, Srª. Veneza Barbieri, secretária executiva deste Conselho, informou aos presentes que a Deliberação 054/2016 – denominada "Liberdade Cidadã – Fundo a Fundo" foi devolvida pela Comissão de Análise Documental devido ao fato de alguns documentos apresentados estarem em desacordo com o solicitado. Desta forma, buscou-se as regularizações solicitas. Assim sendo, foi reapresentada ao CMDCA: DELIBERAÇÃO 054/2016 – denominada "Liberdade Cidadã – Fundo a Fundo", com repasse oriundo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA_PR). Com o Repasse de R$ 21.272,88 (Vinte e um mil, duzentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Com o valor desse repasse será desenvolvido um curso de Assistente Administrativo em parceria com o SESI, nas dependências do Projeto Piá Ambiental. Diante do exposto, os conselheiros do CMDCA de Campo Magro-PR aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, o Plano de Ação da Deliberação 054/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PR) e ratificaram a deliberação aprovada (054/2016) com as informações constantes na folha de rosto, encaminhada pela Prefeitura Municipal de Campo Magro. Dando sequência à pauta foram lidas as atas da nona, décima e décima primeira reunião do CMDCA, realizadas nos dias oito, quinze e vinte e dois de agosto, respectivamente. Os membros deste conselho foram informados sobre o ofício enviado ao Núcleo Regional de Educação, solicitando um posicionamento ante as demandas apresentadas e intervenções que atendam as necessidades mencionadas, no que tange a Política de Educação Estadual no município de Campo Magro. Referente ao Programa de Aprendizagem Profissional o Conselho foi informado que já houve a primeira reunião da SEAEL com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e que em onze de setembro esta Secretaria será representada na reunião do Fórum de Aprendizagem do Paraná. Além disso, a SEAEL se reunirá com a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio visando à implantação do Programa de Aprendizagem no município, em data a ser definida. Considerando a natureza e as atribuições do CMDCA, conforme dispõe o Regimento Interno em seu capítulo VI, art. 18º o CMDCA "(...) tem por competência elementar deliberar sobre a política de

atendimento à criança e ao adolescente e controlar as ações do Poder Executivo no sentido da implementação desta mesma política, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente". Assim sendo, este CMDCA oficializará, trimestralmente, as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e outras que se fizerem necessário, a se posicionarem em relação ao andamento de cada demanda levantada pelos equipamentos, bem como serão requeridas novas demandas que venham a surgir. O Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) solicitou ao CMDCA aprovação para compra de dispositivos de retenção para transporte de crianças, sendo: um bebê conforto, uma cadeirinha e um assento de elevação. Todos os conselheiros se posicionaram favoráveis a esta solicitação. A conselheira Fabiana Riskalla tomou a iniciativa de angariar doações dos referidos dispositivos, sendo decidido que no caso de recebimento de doações acima do solicitado pelo CREAS os equipamentos excedentes serão disponibilizados ao Conselho Tutelar. Dando continuidade, Sr. Altair apresentou aos presentes parte do regimento interno da Câmara Municipal de Campo Magro-PR, especificamente sobre as sessões legislativas. A conselheira Simone Maria Nunes informou aos presentes que a Câmara Legislativa está solicitando a apresentação dos serviços ofertados pelas secretarias municipais. Assim, foi considerada oportuna a presença dos membros do CMDCA na apresentação da SEAEL. Quanto às informações referentes às possibilidades de aplicação do Fundo, que seriam apresentadas nesta reunião pela conselheira Karina da Silva, representante da Secretaria Municipal de Finanças, foi transferida para próxima reunião (extraordinária) em vinte e seis de setembro, tendo em vista o tempo excedido de duas horas e meia de reunião. O mesmo ocorreu com as explanações referentes ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e sobre o processo de votação da Lei Orçamentária Anual (LOA), que seriam apresentados pela conselheira Simone Maria Nunes, representante da Secretaria Municipal de Planejamento. Sem mais para o momento, eu, Veneza P. Barbieri, declaro que lavrei a presente ata. Declaro ainda que a lista de presença encontra-se em anexo.

VENEZA PEDRINA BARBIERI
Secretária Executiva
RG: 6.391.314-6
CPF: 024.826.969-09

ALTAIR DOS SANTOS
Presidente do CMDCA
RG: 7.860.489-1
CPF: 036.920.209-02

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:136C2BC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DECRETO Nº 564/2017

Nomeia MARISA ALEX KLOSS na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:
a) a solicitação protocolada nesta Prefeitura sob nº 4453/2017;
b) Memorando SEAEL nº 139/2017.

DECRETA

Art. 1º - **Fica nomeado(a) MARISA ALEX KLOSS,** matrícula n.º 1376, para o cargo de Diretor do Departamento de Gestão do Sistema Unico de Assistência Social – DGSUAS, Símbolo CC03, da SEAEL, conforme o constante no Anexo I, da Lei Municipal n.º 948/2017, a partir de 01/09/2017.

Paço Municipal de Campo Magro, em 12 de setembro de 2017.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:7D1D1C49

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DECRETO Nº 560/2017

Exonera a pedido ANDRESSA APARECIDA RIBAS MACHADO, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:
a) O contido no protocolo 4558/2017.

DECRETA

Art. 1º - **Exonera a pedido** do cargo de Auxiliar de Enfermagem, **ANDRESSA APARECIDA RIBAS MACHADO,** matrícula nº 1451, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 04 de setembro de 2017.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:F2E4BDDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 001/2017
(REPUBLICAÇÃO)

A Prefeitura Municipal de Campo Magro - PR torna público com base na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações fará realizar Licitação sob a modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MENOR PREÇO**.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da coleta e transporte, até o aterro sanitário localizado em Fazenda Rio Grande, de resíduos sólidos com características domiciliares (lixo) de moradias, comércio/indústrias, bem como de órgãos públicos e ainda a coleta e transportes de resíduos recicláveis das residências, comércio e prédios públicos até a usina de reciclagem localizada no município de Campo Magro/PR.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA: 19/10/2017 às 09h00min, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Campo Magro/PR, sito à Rodovia Gumercindo Boza, KM 20, Nº 20.823, Centro, Campo Magro/PR. O edital está disponível no endereço acima mencionado nos dias úteis da 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, através de solicitação via e-mail:
licitacao@campomagro.pr.gov.br, ou também através de download no site da Prefeitura, guia - licitações. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro, 13 de setembro de 2017.

ANDRÉ RIBAS JACHIMOWSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:2E3687C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2017

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE 25% PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP.

A Prefeitura Municipal de Campo Magro - PR torna público com base na Lei Federal nº. 10.520/2002 Lei Complementar nº. 123/2006, e

com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações fará realizar Licitação sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**.

OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS TIPO MARMITEX DE FORMA PARCELADA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL, INCLUSIVE SEUS ANEXOS, NOTADAMENTE O ANEXO I, QUE VEICULA O TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA: 28/09/2017 às 09h00min, no departamento de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Campo Magro/PR, sito à Rodovia Gumercindo Boza, KM 20, Nº 20.823, Centro, Campo Magro/PR. O edital está disponível no endereço acima mencionado nos dias úteis da 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, através de solicitação via e-mail:

licitacao@campomagro.pr.gov.br, ou também através de download no site da Prefeitura, aba - licitações. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro, 13 de Setembro de 2017.

VAGNER GONÇALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:57084425

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 52/2017 DATA: 13/09/2017

SÚMULA: Concede Elevação de Nível Vertical ao Servidor Público Municipal, no âmbito do Poder Legislativo de Capitão Leônidas Marques, que menciona e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei n° 1.703/2011,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido a partir de 01 de setembro de 2017, Elevação de Vertical para o Servidor Público Municipal Senhor **MAURICIO SCAPINI,** brasileiro, portador do RG. N. 5.756.964-6 e inscrito no CPF sob N. 017.583.009-65, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, no âmbito do Poder Legislativo de Capitão Leônidas Marques, observado o que lhe é assegurado no art. 18 da Lei Municipal n° 1.703/2011.

Art. 2º Eleva-se o nível do servidor na progressão vertical de nível "B" para nível "C", com remuneração fixada na tabela salarial da Lei Municipal n° 1.703/2011.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2017.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Capitão Leônidas marques, 13 de setembro de 2017.

MAXWELL SCAPINI
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:B3C3E91D

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2017. PREGÃO PRESENCIAL N. º 066/2017. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 211/2017.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *CLAUDIOMIRO QUADRI*, e de outro lado a empresa ***IRMÃOS DE MENECH & CIA LTDA***, com sede na Av. Iguaçu, 150, Bairro Centro, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP 85.790-000 inscrita no CNPJ sob n. º 09.282.010/0001-31, neste ato devidamente representada pelo Senhor *CLAUDIR VITORINO DE MENECH*, portadora do CPF sob n. º 211.718.079-53. Fundamentando-se no artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO: Constitui objetivo deste Termo Aditivo, ***o acréscimo*** de até 25% (vinte e cinco por cento), na quantidade e valor contratados a favor da referida empresa, conforme Termo firmado em 26 de maio de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: Modifica-se somente o valor contratado, conforme a quantidade de fornecimento de alimentação pronta (fornecer gêneros alimentícios prontos para o consumo, utilizar materiais de copa e cozinha próprios, servir, higienizar ambiente), no espaço público denominado ASSEMCAP (Associação dos Servidores Municipais de Cap. L. Marques-PR), durante a realização de palestras e cursos de empreendedorismo Rural, promovidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), no limite de até vinte e cinco por cento do total de R$ 8.289,20 (oito mil e duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

CLAUDIOMIRO QUADRI
Prefeito Municipal

IRMÃOS DE MENECH & CIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Adriana Thibes de Melo
Código Identificador:0E930309

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 200/2017 DATA: 12.09.2017

DECRETO Nº 200/2017
DATA: 12.09.2017

SÚMULA: Abre Crédito Suplementar no Orçamento de 2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 2.250/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2017, no valor de R$ 32.*252,13*(Trinta e Dois mil, Duzentos e Cinquenta e Dois reais e Treze centavos), destinados a Conclusão/Execução do Termo de Compromisso PAR nº 9163/2013 FNDE- Ministério da Educação, com a seguinte especificação:

80 – Encargos Gerais do Município

80.001 – Encargos Gerais do Município
Fonte: 129 - PAR 9163/2012 FNDE-MEC
28.846.0000.0904 – Indenizações e Restituições
3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições.....R$ 32.252,13

Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicado como Recurso o Superávit Financeiro Apurado no Exercício de 2016 no Valor de R$ 30.814,26 (Trinta mil, Oitocentos e Quatorze Reais e Vinte e Seis Centavos), e o Excesso de Arrecadação no Exercício de 2017 no valor de R$ *1.437,87* (Um Mil, Quatrocentos e Trinta e Sete Reais e Oitenta e Sete centavos), provenientes do Termo de Compromisso PAR nº 9163/2013 - FNDE- Ministério da Educação.
Art. 3º - Autoriza ainda a inclusão do Projeto especificado no artigo primeiro ao Anexo Único da Lei nº 1981/2013 – PPA - Plano Plurianual, Lei Diretrizes Orçamentária no Exercício – LDO nº 2.177/2016 para o Exercício de 2017.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 12 de Setembro de 2017.

CLAUDIOMIRO QUADRI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:56213DA5

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
AVISO TP 008 2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 008/2017
O Municipio de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, ás 09:00 horas do dia 05 de outubro do ano de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sita a Av. Tancredo Neves, 502, Centro, em Capitão Leônidas Marques, Paraná, Brasil, TOMADA DE PREÇÕES, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obras:
Local do Objeto: Av. Iguaçu - Centro.
Objeto: Recape em CBUQ.
Quantidade e unidade de medida: 7.977,42m².
Prazo de execução (dias): 60
A Pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacaoclm@hotmail.com. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados - Telefone 045-3286-8407.

Capitão Leônidas Marques, 13 de setembro de 2017.

CLAUDIOMIRO QUADRI
Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitações

Publicado por:
Adriana Thibes de Melo
Código Identificador:DB529A30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 002/2017. PREGÃO PRESENCIAL N. º 085/2017. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 295/2017.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *CLAUDIOMIRO QUADRI*, e de outro lado a empresa ***AUTO POSTO MISSIONEIRO DO OESTE LTDA***, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Rodovia PRT 163, KM 55, Linha Vista Alegre, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 77.865.434/0001-89, neste ato representada por sua Sócia, Sra. *SERLI TEREZINHA DE MELLO*, portadora do CPF sob n. º 766.182.009-97 e RG sob n. º 8.221.354-6 SSP-PR. Fundamentando-se no artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a alteração do preço dos combustíveis, **diesel S10, diesel S500, gasolina comum,** conforme reajuste ocorrido no período, objetivando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:
Ficam alterados os preços por litro conforme segue:
- ITEM 01
*** Diesel S 10 de R$ 2,603 (dois reais seiscentos e três centavos), para R$ 2,854 (dois reais oitocentos e cinquenta e quatro centavos)**

ITEM 02
*** Diesel S 500 de R$ 2,542 (dois reais quinhentos e quarenta e dois centavos), para R$ 2,787 (dois reais setecentos e oitenta e sete centavos)**

ITEM 04
*** Gasolina Comum de R$ 3,667 (três reais seiscentos e sessenta e sete centavos), para R$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos).**
CLÁUSULA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

CLAUDIOMIRO QUADRI
Prefeito Municipal

AUTO POSTO MISSIONEIRO DO OESTE LTDA
Contratada

Publicado por:
Adriana Thibes de Melo
Código Identificador:A441C743

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
BALANCETE FINANCEIRO - AGOSTO 2017

CNPJ 77.778.793/0001-07
Edifício Alfredo Mansur
Av.: Anésio Fernandes Machado nº. 345. Residencial Vista Bella
Fone: (043) 3566-1740 – Fone/Fax (043) 3566-1278
www.camaraclps.pr.gov.br /
camarasecretaria@yahoo.com

		RECEITAS	DESPESAS
	SALDO MÊS ANTERIOR	246.391,48	
	TRANSFERÊNCIA DO EXECUTIVO	130.416,66	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3.1.90.11.01.01.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL EFETIVO		21.559,05
3.1.90.11.01.05.00	SUBSÍDIOS VEREADORES E PRESIDENTE CÂMARA		34.840,30
3.1.90.11.31.01.00	VENCIMENTO COMISSIONADOS – NÃO OCUPANTES DE CARGO EFETIVO		4.715,42
3.1.90.11.33.00.00	GRATIFICAÇÃO POR EXERCICIO DE FUNÇÕES		2.357,71
3.1.90.11.37.00.00	GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO		5.957,78
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
3.1.90.13.02.00.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS		6.313,95
3.1.90.13.05.03.00	INSS - SUBSIDIOS DO PRESIDENTE DA CAMARA		954,32
3.1.90.13.05.04.00	INSS - SUBSIDIOS DOS VEREADORES		6.362,14
3.1.90.13.10.00.00	CONTRIB.AO INSS-COMISSIONADOS NÃO DETENTORES DE CARGO EFETIVO		990,24
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS- PESSOAL CIVIL		
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL		
3.3.90.14.14.01.00	SERVIDORES EFETIVOS		211,80
3.3.90.14.14.03.00	AGENTES POLITICOS		794,25

3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
3.3.90.30.07.12.00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA		428,69
3.3.90.30.22.00.00	MATERIAL LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO		46,45
3.3.90.30.26.00.00	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO		18,00
3.3.90.36.07.00.00	ESTAGIÁRIOS		928,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3.3.90.39.08.00.00	MANUTENÇÃO DE SOFTWARE		686,22
3.3.90.39.11.00.00	LOCAÇÃO DE SOFTWARE		2.416,85
3.3.90.39.43.99.00	SER. ENERGIA ELETRICA DEMAIS SETORES ADMIN		286,54
3.3.90.39.44.99.00	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DEMAIS SETORES ADMIN		120,28
3.3.90.39.47.01.00	SERVIÇOS POSTAIS		35,15
3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO		1.290,00
3.3.90.39.58.00.00	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES		426,53
3.3.90.39.79.00.00	SERVIÇO APOIO ADM.TECNICO E OPERACIONAL		380,00
3.3.90.39.81.00.00	SERVIÇOS BANCARIOS		82,60
3.3.90.39.95.00.00	MANUT. CONSERV. EQUIP. PROCESSAMENTO DADOS		1.315,00
3.3.90.39.97.00.00	DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO		189,90
	RENDIMENTO APLICAÇÃO FINANCEIRA	1.247,92	
	REPASSE AO EXECUTIVO REF. APLICAÇÃO FINANCEIRA		1.247,92
TOTAL		378.056,06	94.955,09
SALDO AGOSTO/2017		283.100,97	

JOSÉ MERHI MANSUR
Presidente

GERSON APARECIDO DOMICIANO
Vice Presidente

ELEZANA M. AMARAL DE OLIVEIRA
Contadora
CRC 043720/O-5

SILVANA BANIK ROCHA
1º Secretária

JORGE LUIS DAMIN
2º Secretário

EDSON CARLOS FAIZ
Controle Interno
Portaria 025/2016

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:A9F4A848

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO INTERNO Nº 148/2017

Hiroshi Kubo, Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento cuja sessão pública de julgamento foi realizada no dia 29 de agosto de 2017 (Lances e Habilitação), objetivando a contratação de empresa para aquisição de oxigênio medicinal acondicionados em cilindros, que serão destinados ao uso do pronto atendimento municipal, ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Presencial, em favor da empresa **ISAC DIEGO DA ROSA - ME , inscrita no CNPJ nº 14.513.950/0001-24**, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e por ser a única proponente neste certame:

Nº	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Carga para cilindro de oxigênio medicinal com capacidade de 10m3	750 M3	13,00	9.750,00
02	Carga para cilindro de oxigênio medicinal com capacidade de 7m3	500 M3	12,00	6.000,00
03	Carga para cilindro de oxigênio medicinal com capacidade de 3,5m3	100 M3	27,66	2.766,00
04	Carga para cilindro de oxigênio medicinal com capacidade de 1m3	50 Und	55,00	2.750,00
05	Carga para cilindro de oxigênio medicinal com capacidade de 0,63	50 Und	50,00	1.500,00
TOTAL GLOBAL				**22.766,00**

Carlópolis, 13 de setembo de 2017.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Aparecida Cezar
Código Identificador:14270216

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017
PROCESSO Nº 140/2017
TIPO: MENOR PREÇOPOR ITEM – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço por Item – Sistema de Registro de Preços, que tem por objeto à aquisição de medicamentos de uso hospitalar de acordo com as necessidade por um período de 12(doze) meses, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.
Data e Horário da Sessão Pública: **Dia 26/09/2017 às 09h00min**, no Departamento de Licitações do Município de Carlópolis, sito à Rua Benedito Salles – 1060 – Andar Superior. O edital completo e informações estão disponíveis aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Carlópolis, Rua Benedito Salles, nº1.060, nos horários das 09h00min às 11h00min e 14h00min às 16h00min e pelo telefone: (43) 3566.1291 – Ramais: 211 e 207 e no site – link: www.carlopolis.pr.gov.br - Processos Licitatórios.

Carlópolis, 13 de setembro de 2017.

Publique-se.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:09AF479E

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 093/2017 - DP

Súmula: Concede licença prêmio a funcionário efetivo.

O Prefeito Municipal de Carlópolis, Sr. Hiroshi Kubo, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio ao funcionário efetivo **HELIO BENEDITO BRANCO**, matrícula 032-1, RG nº 871.647-9 no período de 01/09/2017 a 29/11/2017. conforme requerido pelo mesmo.
Art. 2º. Que o Departamento de Pessoal tome as medidas necessárias ao cumprimento da presente Portaria.
Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.

Carlópolis, 12 de setembro de 2017.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:C7669A12

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 094/2017 - DP

SÚMULA: Dispõe sobre designação de funcionário efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARLOPOLIS, SR. HIROSHI KUBO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, por conveniência administrativa e a bem do serviço público, o funcionário efetivo **ADO SILVIO CASSIANO DE LIMA**, matricula nº 892-1, RG nº 9.099.724-8, motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, partir de 07/09/2017.
Art. 2º. Determinar ao Departamento de Pessoal as providências necessárias ao cumprimento integral do presente decreto.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.

Carlópolis-PR, 13 de setembro de 2017.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:B761362D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DOS CONTRATOS - PREGÃO PRESENCIAL 46/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139-2017
Contratante: **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR**
Detentora do direito de preferencia de fornecimento: **ELVIS FERNANDO MOREIRA 08530818911**
CNPJ: **19.836.958/0001-45**
Modalidade: **Pregão nº 46/2017**
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL.**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	APRES.	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Linha Nova Esperança, Procópio, Santa Cruz.	KM	12.600	4,50	56.700,00
2	Linha Ervalzinho, Fazenda 57 sentido Ibiracema, Catanduvas.	KM	10.000	4,50	45.000,00
TOTAL					**101.700,00**

Valor: **R$ 101.700,00** (cento e um mil e setecentos reais).
Prazo de execução: **12 meses**
Prazo de vigência: **30 dias além do prazo de execução.**
Data: **18/08/2017**
O inteiro teor da ata se encontra disponível para consulta junto ao processo licitatório
EXTRATO DO CONTRATO Nº 140-2017
Contratante: **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR**
Detentora do direito de preferencia de fornecimento: **ELBIO CLAUDEMIR KOCH - ME**
CNPJ: **08.612.493/0001-22**
Modalidade: **Pregão nº 46/2017**
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL.**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	APRES.	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3	Linha Fazenda Koch, Santana, Passo Liso I, Catanduvas.	KM	12.400	4,50	**55.800,00**

Valor: **R$ 55.800,00** (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais).
Prazo de execução: **12 meses**
Prazo de vigência: **30 dias além do prazo de execução**.
Data: **24/08/2017**
O inteiro teor da ata se encontra disponível para consulta junto ao processo licitatório

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:0B1293E3

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017

Modalidade: Pregão Presencial **Nº 54/2017**
Processo Administrativo nº: 88/2017
Tipo: Menor Preço SRP**.**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E ESCOLAR, PARA ATENDIMENTO DAS REPARTIÇOES PÚBLICAS E UNIDADES DE ENSINO MUNICIPAL.**

A sessão de recebimento dos envelopes e julgamento do certame será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal situada a Avenida dos Pioneiros, 500, Município de Catanduvas, no dia 28/09/2017.

A íntegra do instrumento para Licitação será entregue aos interessados pelo Departamento de Licitações, no horário de expediente, ou ainda poderá ser obtido através do site:
www.catanduvas.pr.gov.br.

Catanduvas, 13 de setembro de 2017.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:56F065EC

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2017

Modalidade: Pregão Presencial **Nº 55/2017**
Processo Administrativo nº: 89/2017
Tipo: Menor Preço SRP**.**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS.**

A sessão de recebimento dos envelopes e julgamento do certame será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal situada a Avenida dos Pioneiros, 500, Município de Catanduvas, no dia 03/10/2017.

A íntegra do instrumento para Licitação será entregue aos interessados pelo Departamento de Licitações, no horário de expediente, ou ainda poderá ser obtido através do site:
www.catanduvas.pr.gov.br.

Catanduvas, 13 de setembro de 2017.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:ECEAA03A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 150 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

ATO DO GESTOR

SÚMULA: DISPÕE DA PRORROGAÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS E CARGOS EM COMISSÃO VAGOS NA ADMINSTRAÇÃO PÚBLICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS.

O Presidente do CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde, Senhor Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções, Estatuto Social, Contrato de Consórcio Público e Plano de Empregos e Salários.
CONSIDERANDO a disposição sobre a reestruturação de empregos públicos e cargos em comissão vagos na Administração Pública, conforme Resolução nº073 de 08 de maio de 2017;
CONSIDERANDO que restou observada a prescindibilidade de uma série de empregos, cargos em comissão e funções previstos no Plano de Empregos deste CONIMS, instituído pela Resolu- ção nº 074/2016, os quais se encontram vagos desde o início da atual gestão, o que justifica a necessidade de reestruturação administrativa e do quadro de pessoal do Consórcio;
RESOLVE: Art. 1º. Instituir Comissão Especial para revisão do atual Plano de Empregos e Salários:
1- Cassiane Danielli Vendrusculo;
2- Climene Martinazzo Sutili;
3- Ivete Maria Lorenzi;
4- Maria Cecília Sanches Soares Vannucchi;
5- Marcos José Brandoli de Lima.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposi- ções em contrário.

ato Branco/PR, 13 de setembro de 2017.

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO
Presidente do CONIMS

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:CD81EA34

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 151 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

ATO DO GESTOR

Súmula: Concede diária ao empregado, pela prestação de serviço fora do domicílio.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, Senhor Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e pelo Contrato de Consórcio Público e...
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº. 031 de 25 de abril de 2011, alterada pela Resolução nº. 390, de 28 de julho de 2014, que regulamenta a concessão de diárias a empregado;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 12 da Instrução Normativa Nº. 89, de 28 de fevereiro de 2013, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Resolve:
Art. 1º. Conceder aos seguintes empregados, diária, na forma descriminada abaixo, pela prestação de serviços fora do domicílio:

Funcionário	CPF	Função
Rodrigo Naconeski	010.350(...)	Bioquímico

Data início: 14/09/2017
Número de Diárias: 01
Valor Total: R$ 35,00
Município de destino/UF: Palmas/PR
Código do IBGE do Município de destino: 4117602
Tipo padrão do Objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR. Inspeção anual de rotina aos hospitais / agências transfusionais. Hospital São Sebastião em Clevelândia e Hospital Santa Pelizzari em Palmas.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 13 de setembro de 2017.

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO
Presidente do CONIMS

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:D03C79EB

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 095/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 095/2017 Nos fundamentado art. 25, "caput" da Lei de Licitações, RATIFICO a PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, visando O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS, destinados a atender os usuários oriundos dos municípios consorciados ao CONIMS, conforme segue:
Valor Global: 92.160,00
Dotação: 02.01.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 -
Fontes 1076 e 1000.
Data: 12/09/2017.

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:495462DD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ESTADO DO PARANÁ CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE CNPJ: AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530 C.E.P.: TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 00.136.858/0001-88 85501-530 - Pato Branco - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: Data do Processo: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 95/2017 - IL 144/2017 144/2017 11/09/2017 Folha: 1/1 O(a) Presidente, Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos: a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade: d) Data Homologação: e) Data da Adjudicação: f) Objeto da Licitação g) Fornecedores e Itens Vencedores: 144/2017 95/2017-IL Inexigibilidade de Licitação 12/09/2017
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS (COMSUS)
Sequência: 0 Qtde de Itens (em Reais R$) Total dos Itens 02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).
Dotação(ões):
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (27) - 001835 -
TIAGO CHAVES WAINBERG 1 92.160,00 1 92.160,00

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:CA0E3592

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo Nº 011/2017
Pregão Presencial Nº 021/2017

À **ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.**
Rua Luiz Antonio Faedo, 1612, SL-01, Bairro Industrial
85.601-275 – Francisco Beltrão/PR

Assunto: **Despacho do Processo de Apuração de Responsabilidade**

Considerando que há indícios de descumprimento que rege o Edital do Pregão Presencial em epígrafe, por parte da Contratada, com fundamento na Res. 217/2013, art. 1º, e seus incisos, o Presidente da Comissão Processante, no uso das atribuições conferidas pela Res. 086/2017, decide por instaurar processo administrativo para apuração de culpabilidade.

Pato Branco/PR, 13 de setembro de 2017.

RAFAEL DAVI RODRIGUES DE QUEIROZ
Presidente Comissão Processante
Res. 086/2017

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:CBB733B7

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
COMUNICAÇÃO/CITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 011/2017
Pregão Presencial Nº 021/2017

À **ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.**

Assunto: Comunicação/Citação do Processo de Apuração de Responsabilidade

OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS, INSUMOS AMBULATORIAIS, LABORATORIAIS, HOSPITALARES E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS.

CITAÇÃO DO REQUERIDO: ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA. - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03 situada à Rua Luiz Antonio Faedo, 1612, SL-01, Bairro Industrial – Francisco Beltrão/PR, CEP 85.601-275. Conforme decisão prolatada pela autoridade, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, bem como os itens não entregues.

JUSTIFICATIVAS: As justificativas da REQUERENTE encontram-se nas peças anexas a presente comunicação/citação.

PRAZO: O prazo para responder o CONIMS, querendo, é de 03(três) dias úteis, contados da ciência da presente citação (art. 1º, IV, Res. 217/2013).
A resposta poderá ser enviada via e-mail (licitacao@conims.com.br), fax através do número (46) 3313-3550, ou correio desde que seja recebida no estabelecimento do órgão processante dentro dos prazos ora estabelecidos e no horário de expediente, sendo: 08h às 12hs e das 13h30min às 16hs45m, conforme, art. 1º, III e §1º, da Res. n. 217/2013.

RESSALTA-SE: A falta de manifestação da ora citada não obstaculizará o andamento do processo.

Pato Branco/PR, 13 de setembro de 2017.

RAFAEL DAVI RODRIGUES DE QUEIROZ
Presidente Comissão Processante
Res. 086/2017

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:CBC18583

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo Nº 012/2017
Pregão Presencial Nº 020/2016

À **ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.**
Rua Luiz Antonio Faedo, 1612, SL-01, Bairro Industrial
85.601-275 – Francisco Beltrão/PR

Assunto: **Despacho do Processo de Apuração de Responsabilidade**

Considerando que há indícios de descumprimento que rege o Edital do Pregão Presencial em epígrafe, por parte da Contratada, com fundamento na Res. 217/2013, art. 1º, e seus incisos, o Presidente da Comissão Processante, no uso das atribuições conferidas pela Res. 086/2017, decide por instaurar processo administrativo para apuração de culpabilidade.

Pato Branco/PR, 13 de setembro de 2017.

RAFAEL DAVI RODRIGUES DE QUEIROZ
Presidente Comissão Processante
Res. 086/2017

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:99A68B0A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
COMUNICAÇÃO/CITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 012/2017
Pregão Presencial Nº 020/2016

À
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.

Assunto: Comunicação/Citação do Processo de Apuração de Responsabilidade

OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS, INSUMOS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

CITAÇÃO DO REQUERIDO: ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA. - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03 situada à Rua Luiz Antonio Faedo, 1612, SL-01, Bairro Industrial – Francisco Beltrão/PR, CEP 85.601-275. Conforme decisão prolatada pela autoridade, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, bem como os itens não entregues.

JUSTIFICATIVAS: As justificativas da REQUERENTE encontram-se nas peças anexas a presente comunicação/citação.

PRAZO: O prazo para responder o CONIMS, querendo, é de 03(três) dias úteis, contados da ciência da presente citação (art. 1º, IV, Res. 217/2013).
A resposta poderá ser enviada via e-mail (licitacao@conims.com.br), fax através do número (46) 3313-3550, ou correio desde que seja recebida no estabelecimento do órgão processante dentro dos prazos ora estabelecidos e no horário de expediente, sendo: 08h às 12hs e das 13h30min às 16hs45m, conforme, art. 1º, III e §1º, da Res. n. 217/2013.

RESSALTA-SE: A falta de manifestação da ora citada não obstaculizará o andamento do processo.

Pato Branco/PR, 13 de setembro de 2017.

RAFAEL DAVI RODRIGUES DE QUEIROZ
Presidente
Comissão Processante
Res. 086/2017

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:6E139BCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 584-2017 - DIÁRIAS SUELEN POSSATO CAMBRUZZI

PORTARIA Nº 584/2017
O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei Municipais nº 3.571/2016, nº 3.586/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 471/2016, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a servidora Suelen Possato Cambruzzi, matrícula 13607-1, Psicóloga, CPF nº 049.610.209-58, 1 (uma) diária de viagem, no valor total de R$ 280,00, conforme Art. 7º Inciso III, com pernoite, com saída no dia 29 de setembro e retorno no dia 30 de setembro de 2017, para Cascavel PR, a participar de curso de Técnicas e Recursos na Psicoterapia, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Jakeline Aparecida da Silva Caldato
Código Identificador:340A70A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 582-2017 - DIÁRIAS DANIELE APARECIDA VERDI

PORTARIA Nº 582/2017
O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei Municipais nº 3.571/2016, nº 3.586/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 471/2016, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a servidora Daniele Aparecida Verdi, matrícula 13673-1, Enfermeira, CPF nº 066.160.719-44, 2 (duas) diárias de viagem, no valor total de R$ 560,00, conforme Art. 7º Inciso III, com pernoite, com saída no dia 21 de setembro e retorno no dia 23 de setembro de 2017, para Cascavel PR, a participar de especialização em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Jakeline Aparecida da Silva Caldato
Código Identificador:63B91044

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 581-2017 - DIÁRIAS SUELEN POSSATO CAMBRUZZI

PORTARIA Nº 581/2017
O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei Municipais nº 3.571/2016, nº 3.586/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 471/2016, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a servidora Suelen Possato Cambruzzi, matrícula nº 13607-1, Psicóloga, CPF nº 049.610.209-58, 2 (duas) diárias de viagem, no valor total de R$ 560,00, conforme Art. 7º Inciso III, com pernoite, com saída no dia 07 de setembro e retorno no dia 09 de setembro de 2017, para Cascavel PR, a participar de especialização em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Jakeline Aparecida da Silva Caldato
Código Identificador:FFF2ED3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 580-2017 - DIÁRIAS DANIELE APARECIDA VERDI

PORTARIA Nº 580/2017
O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei Municipais nº 3.571/2016, nº 3.586/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 471/2016, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a servidora Daniele Aparecida Verdi, matrícula nº 13673-1, Enfermeira, CPF nº 066.160.719-44, 2 (duas) diárias de viagem, no valor total de R$ 560,00, conforme Art. 7º Inciso III, com pernoite, com saída no dia 07 de setembro e retorno no dia 09 de setembro de 2017, para Cascavel PR, a participar de especialização em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Jakeline Aparecida da Silva Caldato
Código Identificador:5627B607

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 579-2017 - DIÁRIAS ANDRÉ LUÍS BUDINE

PORTARIA Nº 579/2017
O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei Municipais nº 3.571/2016, nº 3.586/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 471/2016, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor André Luís Budine, matrícula nº 1993-6, Diretor Presidente Prevchopim, CPF nº 536.485.959-20, 1 (uma) diária de viagem, no valor total de R$ 50,00, conforme Art. 9º Inciso I, sem pernoite, no dia 06 de setembro de 2017, para Guarapuava PR, a realizar exame de certificação para CGRPPS, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Jakeline Aparecida da Silva Caldato
Código Identificador:8591AD75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 574-2017 - DIÁRIAS RAFAEL GUARIENTI

PORTARIA Nº 574/2017
O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei Municipais nº 3.571/2016, nº 3.586/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 471/2016, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor Rafael Guarienti, matrícula nº 990-3, Motorista, CPF nº 989.943.019-68, 1 (uma) diária de viagem, no valor total de R$ 50,00, conforme Art. 9º Inciso I, sem pernoite, no dia 31 de agosto de 2017, para Pato Branco PR, para levar alunos do Colégio José Armim Matte no Encontro de Formação de docentes da FADEP, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 01 DE SETEMBRO DE 2017.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Jakeline Aparecida da Silva Caldato
Código Identificador:666EE732

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA - 583-2017 - DIÁRIAS SUELEN POSSATO CAMBRUZZI

PORTARIA Nº 583/2017
O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei Municipais nº 3.571/2016, nº 3.586/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 471/2016, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a servidora Suelen Possato Cambruzzi, matrícula 13607-1, Psicóloga, CPF nº 049.610.209-58, 2 (duas) diárias de viagem, no valor total de R$ 560,00, conforme Art. 7º Inciso III, com pernoite, com saída no dia 21 de setembro e retorno no dia 23 de setembro de 2017, para Cascavel PR, a participar de especialização em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Jakeline Aparecida da Silva Caldato
Código Identificador:84046C7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATAS PREGÃO 57/2017

Extrato da Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 57/2017. OBJETO: Registro de Preços para Contratação futura de Material para Sinalização Viária Horizontal. VIGÊNCIA: 06 meses. PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO: Os Produtos/Pneus solicitados deverão ser entregues em Chopinzinho-PR, no pátio do Parque de Máquinas, sito à Rua Santos Dumont, nº 3883, Bairro Frei Vito, no prazo máximo de 07 (sete) dias. Os produtos (pneus) deverão ter garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data do recebimento dos mesmos. A licitante vencedora deverá apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, Certificado de Garantia do Fabricante, ou documento similar (este documento deverá ser apresentado no ato da entrega do produto, junto com a nota fiscal). No caso de apresentarem defeitos e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega. O ônus de correção de defeitos apresentados pelos produtos (pneus) ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada. O recebimento dos pneus não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos, por servidor designado, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações contidas no Termo de Referência e no Edital para a Aceitação Definitiva. A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos. A qualidade de confecção e acabamento serão fatores preponderantes na avaliação final dos pneus. A licitante vencedora, por ocasião da entrega dos Produtos (pneus) e da respectiva Nota Fiscal, deverá comprovar que os Produtos (pneus) entregues possuem no máximo 12 (doze) meses de fabricação. A Comprovação a que alude o subitem anterior, deverá ser feita por meio de DECLARAÇÃO (ver modelo em anexo), que deverá acompanhar a Nota Fiscal dos Produtos (pneus) entregues, contendo os seguintes dados: Marca do pneu, Especificação das medidas de cada pneu, Apresentação do Código DOT de cada pneu, semana e ano de fabricação de cada pneu, Data da entrega, assinatura do representante legal e carimbo com CNPJ da licitante vencedora. Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou outros quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria prima de primeira linha e de primeiro uso. PAGAMENTO Os pagamentos serão efetuados em até 45 (quarenta e cinco) dias após a entrega dos Produtos e apresentação da respectiva Nota Fiscal; Os pagamentos decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias, Elementos de Despesa: 1254, 1437, 1441, 1022, 1442, 723, 1443, 1444, 1446, 510, 511, 1447, 1448, 1449, 512, 145,0 609, 611, 612, 1451, 614, 1452, 506, 507, 1453 por se tratar de Registro de Preços, a reserva orçamentária deverá ser efetuada no ato da contratação, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo. FISCAL/GESTOR: Senhor Alcir Comin. ARP nº 338/2017, Partes: Município de Chopinzinho e GL Comercial EIRELI – EPP, Valor Total estimado R$ 227.128,00. ARP nº 339/2017, Partes: Município de Chopinzinho e Oamis Pneus Importação e Exportação – ME, Valor Total estimado R$ 46.560,00. ARP nº 340/2017, Partes: Município de Chopinzinho e Pneus Comércio de Pneus - Ltda, Valor Total estimado R$ 9.838,00. ARP nº 341/2017, Partes: Município de Chopinzinho e R. K2 Pneus EIRELI – ME, Valor Total estimado R$ 47.120,00.

Chopinzinho-PR, 31 de julho de 2017.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:811E55F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 362/2017

Espécie: Extrato do Contrato 362/2017. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Cintia Mara Joner 04835844955. CNPJ: 19.243.728/0001-72. Objeto: Contratação de Palestra Show Campanha “Agosto Azul”. Valor: R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). Origem: Dispensa de Licitação 43/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elemento de despesa: 1532. Data da assinatura: 15/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município, Cintia Mara Joner pela Empresa e Fabiano Popia, Fiscal do Contrato.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:36D8B2C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 372/2017

Espécie: Extrato do Contrato 372/2017. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Tecsys Engenharia Ltda S/C. CNPJ:

02.657.718/0001-80. Objeto: Aquisição de Licença de Uso de Software para Avaliação Imobiliária. Valor: R$ 780,00 (setecentos e oitenta reais). Origem: Dispensa de Licitação 44/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elemento de despesa: 608. Data da assinatura: 22/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município, Sergio Alberto Pires da Silva, pela Empresa e Jovani Martins, Fiscal do Contrato.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:8EAB63B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 377/2017

Espécie: Extrato do Contrato 377/2017. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Motiva Treinamento Ltda Me. CNPJ: 13.578.407/0001-42. Objeto: Contratação de Palestra Show para Evento – Fórum Regional da Mulher Empresária em Chopinzinho - PR. Valor: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Origem: Dispensa de Licitação 45/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elemento de despesa: 1339. Data da assinatura: 25/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município, Roselei Luiz Angst, pela Empresa e Victor Mateus Salmoria, Fiscal do Contrato.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:E9FC5BA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 378/2017

Espécie: Extrato do Contrato 378/2017. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Brasilrad Consultoria em Radioproteção Ltda, CNPJ: 07.597.960/0001-20. Objeto: Contratação de Serviços Especializados em Elaboração de Cálculo/Projeto de Blindagem para Sala de Raio-X Convencional. Valor total: R$ 990,00 (novecentos e noventa reais). Origem: Dispensa de Licitação 46/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elemento de despesa: 1532. Data da assinatura: 29/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município, Walmoli Gerber Junior, pela Empresa e Ana Kelle Malaguti, fiscal do contrato.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:D435632E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 379/2017

Espécie: Extrato do Contrato 379/2017. Locatário: Município de Chopinzinho. Locador: Antonio Evangelista. CPF: 339.914.059-20 e RG: 1.717.841-5 SSP/PR. Objeto: Locação de Imóvel destinado a Aluguel Social – Antonio Smaniotto. Valor Mensal R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando para os 06 meses o valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Origem: Dispensa de Licitação 47/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elemento de despesa: 974. Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município, Antonio Evangelista e Luiz Sérgio Ferreira, Fiscal do Contrato.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:F3EC92C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 383/2017

Espécie: Extrato do Contrato 383/2017. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Despachante Mussum Eireli, CNPJ: 27.000.740/0001-84. Objeto: Contratação de Serviços de Despachante para Regularização de Veículos Oficiais. Valor: R$ 1.965,00 (mil novecentos e sessenta e cinco reais). Origem: Dispensa de Licitação 48/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elemento de despesa 494 . Data da assinatura: 01/09/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município, Guilherme Valerio pela empresa e Eduardo Pivatto, Fiscal do Contrato.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:02DCEABE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 1 ADITIVO CONTRATO 183/2017

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 183/2017, para Contratação de Serviços de Capacitação para a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente do Município de Chopinzinho - PR. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Tania Mara Minetto - Me. CNPJ: 22.711.153/0001-80. Objeto do TA: Prorrogação de Prazo de execução e vigência para 17/11/2017. Origem: Dispensa de Licitação 24/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 57. Data da assinatura: 14/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município, Tania Mara Minetto, pela Empresa e Luis Sérgio Ferreira, Fiscal do Contrato.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:0AC06328

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 1 ADITIVO CONTRATO 279/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 279/2016. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Clinica de Fisioterapia Bacarin Lopes Ltda. Objeto: Dilatação do Prazo de Execução e Vigência e Alteração do Fiscal do Contrato. Novo Prazo de Execução e Vigência 26/09/2017. Base legal, Artigo 57 da Lei 8.666/93 e Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal. Data de Assinatura 25/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município, Mauro Lopes, pela Empresa e Fabiano Popia, Fiscal do Contrato.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:A78A3D52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 1 ADITIVO CONTRATO 121/2017

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 121/2017, Referente à Aquisição de Equipamentos Agrícolas - Contrato de Repasse nº 833440/2016 – MAPA/CAIXA. Contratante: Município de Chopinzinho-PR. Contratada Indumapal Equipamentos Agricolas Ltda. Objeto: Dilatação do Prazo de Entrega 23/09/2017. Origem: Pregão Eletrônico 10/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Data da assinatura: 20/06/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Altair Fabro, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:E75E3135

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 8 ADITIVO CONTRATO 37/2013

Espécie: Extrato do 8º Termo de Aditamento ao Contrato 37/2013. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Viação Maniatur Ltda – Me. CNPJ: 02.255.414/0001-97. Objeto: Dilatação de Prazo de execução e vigência e Valor. Prazo: 30/09/2017. Origem: Pregão 5/2013. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 65. Elemento de despesa: (542), (543), (544), (545), (546), (1056), (1565), (549), (1057), (1595) e (1596). Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Juares de Assis, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:F8D3BE7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 10 ADITIVO CONTRATO 34/2013

Espécie: Extrato do 10º Termo de Aditamento ao Contrato 34/2013. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Izauro Eder Forlin e Cia Ltda . CNPJ: 07.194.078/0001-33. Objeto: Prorrogação

de Prazo de Execução. Nova data: 30/09/2017. Origem: Pregão 5/2013. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 65. Elemento de despesa: (542), (543), (544), (545), (546), (1056), (1565), (549), (1057), (1595) e (1596). Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Izauro Eder Forlin, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:69561A14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 7 ADITIVO CONTRATO 12/2014

Espécie: Extrato do 7º Termo de Aditamento ao Contrato 12/2014. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Viação Maniatur Ltda – Me. CNPJ: 02.255.414/0001-97. Objeto: Dilatação do Prazo de Execução e vigência e Valor. Prazo 30/09/2017. Origem: Pregão 3/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 65. Elemento de despesa: (542), (543), (544), (545), (546), (1056), (1565), (549), (1057), (1595) e (1596). Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Juares de Assis, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:424B8064

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3 ADITIVO CONTRATO 100/2016

Espécie: Extrato do 3º Termo de Aditamento ao Contrato 100/2016. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Nauber P. Scopel, CNPJ nº 10.585.080/0001-48. Objeto: Prorrogação de Execução e Vigência. Nova Data: 30/09/2017 Origem: Pregão 40/2016. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 65. Elemento de despesa: (542), (543), (544), (545), (546), (1056), (1565), (549), (1057), (1595) e (1596). Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Nauber Pedro Scopel, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:C7C6F06D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3 ADITIVO CONTRATO 101/2016

Espécie: Extrato do 3º Termo de Aditamento ao Contrato 101/2016. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Ivo Bernardo da Silva, CNPJ nº 06.083.401/0001-39. Objeto: Prorrogação de Prazo e Vigência. Nova data: 30/09/2017 Origem: Pregão 40/2016. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 65. Elemento de despesa: (542), (543), (544), (545), (546), (1056), (1565), (549), (1057), (1595) e (1596). Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Ivo Bernardo da Silva, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:6D29CEE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3 ADITIVO CONTRATO 102/2016

Espécie: Extrato do 3º Termo de Aditamento ao Contrato 102/2016. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Viação Maniatur Ltda - Me, CNPJ nº 02.255.414/0001-97. Objeto: Prorrogação de Prazo e Vigência. Nova data: 30/09/2017 Origem: Pregão 40/2016. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 65. Elemento de despesa: (542), (543), (544), (545), (546), (1056), (1565), (549), (1057), (1595) e (1596). Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Juares de Assis, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:C653F03C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3 ADITIVO CONTRATO 18/2016

Espécie: Extrato do 3º Termo de Aditamento ao Contrato 18/2016. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Viação Maniatur Ltda – Me, CNPJ nº 02.255.414/0001-97. Objeto: Prorrogação de Prazo de Execução e Vigência. Nova data: 30/09/2017. Origem: Pregão 5/2016. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 57. Elemento de despesa: (542), (543), (544), (545), (546), (1056), (1565), (549), (1057), (1595) e (1596). Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Juares de Assis, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:CD7FCCCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 2 ADITIVO CONTRATO 52/2017

Espécie: Extrato do 2º Termo de Aditamento ao Contrato 52/2017. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: VIAÇÃO MANIATUR LTDA – ME, CNPJ nº 02.255.414/0001-97. Objeto: Prorrogação de Prazo de Execução e Vigência. Nova data: 30/09/2017. Origem: Pregão 3/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 57 e 65. Elemento de despesa: 542-543-544-545-546-1056-1565-549-1057-1595-1596. Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Juares de Assis, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:4E6B9395

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 376/2017

CONTRATANTE: Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, com sede à Rua Miguel Procópio Kurpel, 3.811, inscrito no CNPJ/MF nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.124.995-4/PR e do CPF/MF nº 009.378.889-40, e
CONTRATADO(A): Empresa Prado & Prado Ltda – Epp, com sede na Rua Joaquim Távora, 442, Parque São Paulo, em Cascavel – PR, CNPJ nº 23.153.183/0001-80, telefone (45) 3097 7665, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Senhora Jandira Rodrigues do Prado, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.252.937-0 e do CPF/MF sob nº 589.055.299-68
OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de recape asfáltico com CBUQ em vias urbanas do Bairro Cristo Rei, quadro urbano de Chopinzinho-PR, sendo as Ruas: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Sergipe e Das Palmeiras, de acordo com o Contrato de Repasse nº 829802/2016, do Ministério das Cidades, decorrente da CONCORRÊNCIA n° 2/2017, homologada pelo CONTRATANTE.
VALOR: R$ 458.471,85 (quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos). As despesas com a execução da(s) obra(s) correrão a conta dos recursos advindos do MCIDADES/CEF e Recursos do Município, na seguinte Dotação Orçamentária: 05.01.26782008.1.008.4.4.90.51 (854/F623).
APLICAÇÃO DE MULTA: compete à Divisão de Tesouraria do CONTRATANTE a aplicação de multas.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias contados a partir da data da Ordem de Serviço e de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias a partir da data Ordem de Serviço.
FORO: Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho , 23 de agosto de 2017.

Município de Chopinzinho Prado & Prado LTDA – EPP
ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito
Contratante

JANDIRA RODRIGUES DO PRADO
Contratada

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:E30F4314

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 375/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 375/2017
CONTRATANTE: Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, com sede à Rua Miguel Procópio Kurpel, 3.811, inscrito no CNPJ/MF nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.124.995-4/PR e do CPF/MF nº 009.378.889-40, e
CONTRATADO(A): Brava Construções Ltda – ME, com sede na Rua Lírio Salvador Martarello, nº 350, Bairro Industrial, em Vitorino – PR, CNPJ nº 07.830.558/000143, Inscrição Estadual: 90586246-48 doravante denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo Senhor Guilherme Sobieray Szymanski, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.098.361-0 e do CPF/MF sob nº 055.504.889-65
OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de Reforma do Antigo Paço Municipal, decorrente da Tomada de Preços n° 3/2017, homologada pelo CONTRATANTE.
VALOR: R$ 109.809,58 (cento e nove mil oitocentos e nove reais e cinquenta e oito centavos). As despesas com a execução da(s) obra(s) correrão a conta dos recursos advindos do MUNICÍPIO, na seguinte Dotação Orçamentária:
03.01.041220003.2.006.3.3.90.39 (904/F504 – 1420/F000).
APLICAÇÃO DE MULTA: Compete à Divisão de Tesouraria do CONTRATANTE a aplicação de multas.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias contados a partir da data da Ordem de Serviço e de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias a partir da data Ordem de Serviço.
FORO: Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho – PR, 23 de agosto de 2017.

Município de Chopinzinho
ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito
Contratante

Brava Construções LTDA – ME
GUILHERME SOBIERAY SZYMANSKI
Contratada

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:423883DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 2 ADITIVO CONTRATO 46/2017

Espécie: Extrato do 2º Termo de Aditamento ao Contrato 46/2017. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Luiz Henrique Dalle Tese – ME, Objeto: Prorrogação de Prazo de Execução e Vigência. Nova data: 30/09/2017. Origem: Pregão 3/2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigo 65. Elemento de despesa: 542-1056. Data da assinatura: 31/08/2017. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Luiz Henrique Dalle Tese, pela Empresa.

Publicado por:
Roberto Alencar Przendziuk
Código Identificador:9666A951

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE 38/2017

Processo:	23474/2017 - Inexigibilidade 38/2017.
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **SUBSTRATO CÊNICO PRODIÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.** **CPF: 10.174.549/0001-56.**
Objeto:	Referente Contratação de serviços para apresentação de peça teatral nas escolas da rede Pública Municipais relativas ao projeto "Fazendo arte nas escolas" e duas apresentações posteriores abertas á Comunidade.
Valor:	O valor máximo da Inexigibilidade será de R$ 34.250,00(trinta e quatro mil duzentos e cinquenta reais)
Embasamento Legal:	Artigo 25 - Lei nº. 8.666/93
Data	13/09/2017.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:303B5E1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 008/2017 AO CONTRATO 249/2016 (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 138/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 018/2015) PROCESSO: 25779/2017

Contratante: Município de Colombo – Secretaria Municipal da Administração; e, Secretaria Municipal da Educação.
Contratada: Intersept Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 03.360.551/0001-54.
Objeto: Contratação de empresa especializada, através do sistema de Registro de Preços, para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos, para atendimento aos prédios públicos em geral e das Unidades de Ensino do Município de Colombo.
Valor: O valor total do presente termo de aditamento é de R$ 1.978.632,00 (Hum milhão, novecentos e setenta e oito mil e seiscentos e trinta e dois reais).
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação deste instrumento correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1421/2016.
Prazo: O presente termo aditivo prorroga o prazo de execução e vigência do referido contrato por mais 60 (sessenta) dias, compreendendo o período de 08 de setembro de 2017 a 06 de novembro de 2017.
Local e data da assinatura: Colombo, 06 de setembro de 2017.
Assinaturas: José Mauri Henemann; e, Aziolê Maria Cavallari Pavin.

Publicado por:
Leandro Maschio
Código Identificador:FDE26EAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 256/2017 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2017 PROCESSO: 10387/2017

Contratante: Secretaria Municipal de Educação
Contratada MOVEIS ANDRIEI LTDA ME, CNPJ n.º 14.282.205/0001-11
Objeto: Contratação de empresa especializada através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de aparelhos de ar condicionado e demais mobiliários para as Unidades de Ensino do município, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo II), que integra o Edital.
Valor total: R$ 47.260,00 (Quarenta e sete mil, duzentos e sessenta reais).
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1421/16:
Prazo: O prazo de vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 – Centro – Colombo – Paraná ou pelo site
www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 05 de setembro de 2017.
Assinatura: Secretaria Municipal de Educação, Sra. Aziolê Maria Cavallari Pavin

Publicado por:
Leandro Maschio
Código Identificador:967D9252

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação Nº 052/2017

Processo Seletivo Público Simplificado 002/2016
A Secretaria Municipal da Administração vem por meio deste:
I – Em decorrência da exoneração do servidor Maicon Vicente da Cruz, convocar o aprovado no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo-PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação deste. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

Candidato	Classificação	Cargo	PSPS
Deleon da Silva Castro	29º	Motorista	002/2016

Colombo, 13 de setembro de 2017.

JOSÉ MAURI HENEMANN
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:E3891C20

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - SEDUH
NOTIFICAÇÃO Nº 2227

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais **COMUNICA** o(a) Sr(a). **EDITE DA ROSA ASSUNÇÃO**, portador do RG: * e inscrito no CPF/MF: 829.187.409-34 que V.Sª foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto à: CONSTRUÇÃO IRREGULAR, em estágio de levantamento da obra, na Rua Do Sabiá Nº 505, Bairro Arruda, devendo o responsável: Paralisar a obra até a sua regularização junto a esta municipalidade. Notificação formalizada por esta fiscalização, em data de 13/09/17. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais e judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 13 de setembro de 2017.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

PAULO LUIZ KOPRIK
Coordenação de Fiscalização de Obras
Matrícula 12.251

Publicado por:
Gilmar dos Santos Mergarefo Junior
Código Identificador:3B9E05A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 048/2017

> "Autoriza o Executivo Municipal a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.440.000,00(hum milhão, quatrocentos e quarenta mil reais). "

Izabete Cristina Pavin, Prefeita Municipal de Colombo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Municipal nº 1421/16, decreta,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.440.000,00(hum milhão, quatrocentos e quarenta mil reais), como segue:

SUPLEMENTAÇÃO		
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**	
01	**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**	
06.182.0008.2.176	ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO	
33.90.30	Material de Consumo	
0.3.515	FUNREBOM-Exercício Anterior	100.000,00
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**	
01	**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**	
28.846.0012.2.026	PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL	
33.90.91	Sentenças Judiciais	
0.1.000	Recursos Ordinários(Livres)- Exercício Corrente	40.000,00
17	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
02	**DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE**	
10.305.0037.2.067	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	
44.90.52	Equipamento e Material Permanente	
0.3.497	SUS/VIGILANCIA EM SAUDE-Exercício Anterior	300.000,00
19	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO**	
01	**DEPARTAMENTO DE OBRAS CIVIS E VIAÇÃO**	
26.782.0049.2.090	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, OBRAS E VIAS PÚBLICAS	
33.90.30	Material de Consumo	
0.3.000	Recursos Ordinários(Livres)- Exercício Anterior	500.000,00
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
0.3.000	Recursos Ordinários(Livres)- Exercício Anterior	500.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO		**1.440.000,00**

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, serão utilizados recursos de conformidade com as disposições da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 43, § 1º item I – o superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior no valor de R$ 1.400.000,00 (hum milhão e quatrocentos mil reais) e, item III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) como segue:

REDUÇÃO		
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**	
01	**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**	
28.846.0012.2.026	PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL	
32.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	
0.1.000	Recursos Ordinários(Livres)- Exercício Corrente	40.000,00
TOTAL REDUÇÃO		**40.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo Em, 13 de setembro de 2017.

IZABETE CRISTINA PAVIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:C4F426AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE DISPENSA Nº 035/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 182/2017
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos do Município, incluindo o fornecimento das peças necessárias.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.003.10.302.0019.2044 3.3.90.39.00.00 Fonte 000/303;
07.003.10.301.0019.2039 3.3.90.39.00.00 Fonte 000/303/495.
VALOR TOTAL: R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).
FORNECEDOR: PAULO HELLMANN - ME, CNPJ: 82.505.915/0001-60.
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 13/09/2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Roberto de Oliveira Bonin
Código Identificador:ECFBE717

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI Nº 1708/2017

Data: 12 de setembro de 2017.

Súmula: Dispõe sobre a ampliação de vagas de Psicopedagogo no quadro de provimento efetivo constante na Lei Municipal nº 1342/2012, conforme especifica.

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,
LEI

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Exercício o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 20.126,00 (Vinte mil, cento e vinte e seis reais) para Perfuração de Poços Tubulares, dentro da seguinte classificação orçamentária:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID/USO/FONTE	VALOR
05.00	SECRETARIA DE INDUSTRIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
17.511.0009.1016	Perfuração de Poços Tubulares		
44.90.30.00.00	Material de Consumo	3.00.000	20.126,00
TOTAL ..... R$			20.126,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior será utilizado o Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Livres 3.00.000 no valor de R$ 20.126,00 (Vinte mil, cento e vinte e seis reais).
Art 3º Fica também o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017 e no Plano Plurianual 2014-2017 a ação abaixo discriminada:

FUNÇÃO DE GOVERNO: 17 – SANEAMENTO
PROGRAMA: 09 – MEIO AMBIENTE

METAS E PRIORIDADES	UNIDADE	MEDIDA	RECURSOS	2017
Perfuração de dois Poços Tubulares	Unidade	2	Livres	20.126,00

Art. 1º. Fica ampliada a vaga para o cargo de provimento efetivo, constante no Anexo II da Lei Municipal nº 1342, de 04 de abril de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Poder Executivo Municipal de Contenda-PR, nos seguintes termos:

CARGO	Nº DE VAGAS AMPLIADAS	Nº DE VAGAS TOTAL
PSICOPEDAGOGO	01	02

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 07 de agosto de 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:9C45E97B

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI Nº 1709/2017

Data: 12 de setembro de 2017.

Súmula: "Dispõe sobre a autorização para efetuar a Abertura de Crédito Adicional Especial, para Perfuração de Poços Tubulares, no valor de R$ 20.126,00 (Vinte mil cento e vinte e seis reais)".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,
LEI

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Exercício o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 20.126,00 (Vinte mil, cento e vinte e seis reais) para Perfuração de Poços Tubulares, dentro da seguinte classificação orçamentária:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID/USO/FONTE	VALOR
05.00	SECRETARIA DE INDUSTRIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
17.511.0009.1016	Perfuração de Poços Tubulares		
44.90.30.00.00	Material de Consumo	3.00.000	20.126,00
TOTAL ..... R$			20.126,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior será utilizado o Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Livres 3.00.000 no valor de R$ 20.126,00 (Vinte mil, cento e vinte e seis reais).
Art 3º Fica também o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017 e no Plano Plurianual 2014-2017 a ação abaixo discriminada:

FUNÇÃO DE GOVERNO: 17 – SANEAMENTO
PROGRAMA: 09 – MEIO AMBIENTE

METAS E PRIORIDADES	UNIDADE	MEDIDA	RECURSOS	2017
Perfuração de dois Poços Tubulares	Unidade	2	Livres	20.126,00

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:DDC1786C

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI Nº 1710/2017

Data: 12 de setembro de 2017.

Súmula: Dispõe sobre a ampliação de vagas de Psicopedagogo no quadro de provimento efetivo constante na Lei Municipal nº 1342/2012, conforme especifica.

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,
LEI

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Exercício o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 20.126,00 (Vinte mil, cento e vinte e seis reais) para Perfuração de Poços Tubulares, dentro da seguinte classificação orçamentária:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID/USO/FONTE	VALOR
05.00	SECRETARIA DE INDUSTRIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
17.511.0009.1016	Perfuração de Poços Tubulares		
44.90.30.00.00	Material de Consumo	3.00.000	20.126,00
TOTAL ..... R$			20.126,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior será utilizado o Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Livres 3.00.000 no valor de R$ 20.126,00 (Vinte mil, cento e vinte e seis reais).
Art 3º Fica também o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017 e no Plano Plurianual 2014-2017 a ação abaixo discriminada:

FUNÇÃO DE GOVERNO: 17 – SANEAMENTO
PROGRAMA: 09 – MEIO AMBIENTE

METAS E PRIORIDADES	UNIDADE	MEDIDA	RECURSOS	2017
Perfuração de dois Poços Tubulares	Unidade	2	Livres	20.126,00

Art. 1º. Fica ampliada a vaga para o cargo de provimento efetivo, constante no Anexo II da Lei Municipal nº 1342, de 04 de abril de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Poder Executivo Municipal de Contenda-PR, nos seguintes termos:

CARGO	Nº DE VAGAS AMPLIADAS	Nº DE VAGAS TOTAL
PSICOPEDAGOGO	01	02

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 07 de agosto de 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:3212FA3C

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 274/2017

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando as normas contidas na Lei Municipal nº. 974/05 de 24/08/2005, que dispõe sobre o funcionamento do Regime de Previdência Social, bem como sobre as condições necessárias para a concessão de benefícios previdenciários, considerando, ainda, o que foi requerido através do processo devidamente analisado e aprovado pelos Órgãos competentes,

R E S O L V E

Art. 1º: Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos proporcionais ao Tempo de Contribuição (R$ 937,00), o(a) servidor(a) público(a) municipal, Srª GENI CELESTINO DE ALMEIDA FAGUNDES, portador da Cédula de Identidade nº. 5.838.598-0/ PR, inscrita no CPF nº. 680.587.059-34, titular de Cargo de Assistente Operacional, matrícula 1056-1, lotado na Escola Municipal de Campo Rui Barbosa - FUNDEB , nesta Municipalidade, com fundamento no art.42 da Lei Municipal nº 974/2005 e art. 40, § 1º, Inciso III, "B" da CF; a partir de 04/09/2017.

Art. 2º: O presente decreto entrará em vigor nesta data, ficando revogadas às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 DE SETEMBRO DE 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:E2EB5CB8

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 272/2017

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º: Nomear – O (A) Sr.(a) NILSON CARLOS DE CARVALHO NIZA , portador (a) do RG nº 8.047.408-3 PR para o Cargo em Comissão Diretor Departamento , CC-3 a partir de 05/09/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ressalvando o disposto no art.1º.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 DE SETEMBRO DE 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:F562584B

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº. 259/2017

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

R E S O L V E

Art. 1º: Exonerar a pedido – O(a) Sr(a) RUTE DOS SANTOS, portador(a) do RG nº 8.372.786-1, do Cargo que ocupa nessa municipalidade de Agente de Saúde , a partir de 15/08/2017.

Art. 2º: Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ressalvando o disposto no art. 1º.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 DE AGOSTO DE 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:E9C6E63E

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 262/2017

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

R E S O L V E

Art. 1º: Exonerar por falecimento – O(a) Sr(a) SIMONE SZCERBOWSKI portador(a) do RG nº 9.077.896-0, do Cargo que ocupa nesta Prefeitura de Assistente Operacional, a partir de 22/08/2017.

Art. 2º: O presente decreto entrará em vigor a partir desta data, ressalvando o disposto no art. 1º.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 DE AGOSTO DE 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:F86B7989

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 260/2017

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de serviços e considerando a existência de candidatos aprovados do Processo Seletivo;

RESOLVE

Art. 1º: Nomear – O (a) Sr (a) IVANIR ARAUJO DE OLIVEIRA portador (a) do RG nº. 5.878.518-0 - PR, por ter sido habilitado em Processo Seletivo para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde – 04 – Jardim Planalto, a partir de 21/08/2017.

Art. 2º: As despesas do presente correrão pela seguinte Dotação Orçamentária 31 90 11.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ressalvando o disposto no art. 1º.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 DE AGOSTO DE 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:D646BC81

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 261/2017

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de serviços e considerando a existência de candidatos aprovados do Processo Seletivo;

RESOLVE

Art. 1º: Nomear – O (a) Sr (a) LETÍCIA CUNHA DA SILVA portador (a) do RG nº. 7.805.722-0 - PR, por ter sido habilitado em Processo Seletivo para exercer o cargo de Enfermeiro - PSF, a partir de 21/08/2017.

Art. 2º: As despesas do presente correrão pela seguinte Dotação Orçamentária 31 90 11.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ressalvando o disposto no art. 1º.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 DE AGOSTO DE 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:42F5B173

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 778/2017

SUMULA: Dispõe sobre Abertura de Credito ADICIONAL SUPLEMENTAR, e dá outras Providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no Art. 9° da Lei Municipal 097/2016 (LOA 2017) combinado com o Inciso I do Art. 40 da Lei Municipal nº 091/2016 (LDO 2017):
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R$ 2.000,00 (Dois mil reais),** incorporando ao Orçamento Geral do Município do Exercício Financeiro de 2017, as seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DE SAÚDE
– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0013.2016 – Atividades da Atenção Primária
3.3.90.14.00.00 – DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL
00551 – 00497 – Vigilância em Saúde..... R$ 2.000,00.
TOTAL..... R$ 2.000,00.

Art. 2º - Como recursos para cobertura do crédito aberto de que trata o artigo anterior, será utilizado o Superávit Financeiro do Exercício Financeiro de 2016, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4320/64, da fonte de recurso que segue:

Superávit Financeiro da Fonte 00497 – Vigilância em Saúde..... R$ 2.000,00.
TOTAL..... R$ 2.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO OESTE Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete

GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:72555782

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ADJUDICAÇÃO DE OBJETO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 106/2017

O PREGOEIRO OFICIAL, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA os participantes abaixo indicados, com respectivo valor global, como vencedores da Licitação/Pregão, na forma presencial n° 106/2017, que tem por objeto **Aquisição de lubrificantes automotivos, graxas, fluidos para veículos e máquinas da frota Municipal**, pelo critério de menor preço unitário.

Vencedor: ANGAI COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - EPP
CNPJ: 81.896.789/0001-02
Valor total: R$ 31.870,00 (trinta e um mil oitocentos e setenta reais).

Vencedor: LUPARCO DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA
CNPJ: 23.926.167/0001-83
Valor total: R$ 75.352,95 (setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco reais).

Vencedor: VCAPE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
CNPJ: 79.636.817/0001-00
Valor total: R$ 21.540,00 (vinte e um mil quinhentos e quarenta reais).

Gabinete da Prefeita Municipal, em 13 de setembro de 2017..

SILVANO ZANEDIN
Pregoeiro

Publicado por:
Elias Chagas Andrade
Código Identificador:9CAF7973

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
HOMOLOGAÇÃO FINAL DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 106/2017.

ADJUDICAÇÃO DE OBJETO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 106/2017

O PREGOEIRO OFICIAL, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA os participantes abaixo indicados, com respectivo valor global, como vencedores da Licitação/Pregão, na forma presencial n° 106/2017, que tem por objeto **Aquisição de lubrificantes automotivos, graxas, fluidos para veículos e máquinas da frota Municipal**, pelo critério de menor preço unitário.

Vencedor: ANGAI COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - EPP
CNPJ: 81.896.789/0001-02
Valor total: R$ 31.870,00 (trinta e um mil oitocentos e setenta reais).

Vencedor: LUPARCO DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA
CNPJ: 23.926.167/0001-83
Valor total: R$ 75.352,95 (setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco reais).

Vencedor: VCAPE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
CNPJ: 79.636.817/0001-00
Valor total: R$ 21.540,00 (vinte e um mil quinhentos e quarenta reais).

Gabinete da Prefeita Municipal, em 13 de setembro de 2017..

SILVANO ZANEDIN
Pregoeiro

Publicado por:
Elias Chagas Andrade
Código Identificador:488CD435

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE N.º 019/2017

EXTRATO DE CONTRATO
REFERENTE AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 019/2017
CONTRATO Nº 121/2017
Contratante: Município de Fernandes Pinheiro. CNPJ nº 01.619.323/0001-20.
Contratado: Jurema Rain Falarz CPF/MF: 075.281.129-09
Objeto: Credenciamento de Produtores da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária do município de Fernandes Pinheiro, para fornecimento de gêneros alimentícios com recursos do PNAE conforme as especificações constantes no Aviso de Credenciamento n.º 019/2017 e proposta do **CONTRATADO**.

Produto	Unidade	Preço Proposto
Abobrinha	Kilograma	R$ 2,32
Brocolis	Kilograma	R$ 4,04
Milho verde	Kilograma	R$ 3,41
Pepino	kilograma	R$ 2,41
Batata Inglesa	kilograma	R$ 2,47
Berinjela	Kilograma	R$ 2,62
Alface	kilograma	R$ 3,09
Cheiro verde	Kilograma	R$ 5,75
Batata doce	Kilograma	R$ 2,31
Beterraba	kilograma	R$ 2,65
cenoura	Kilograma	R$ 2,41
Couve Flor	Kilograma	R$ 4,03
Chuchu	Kilograma	R$ 3,32
Melancia	Kilograma	R$ 1,16
Repolho	Kilograma	R$ 1,46
Rúcula	Kilograma	R$ 4,10
Tomate	Kilograma	R$ 2,91
Vagem	Kilograma	R$ 3,46

Prazo de Execução: 12 Meses.
Data de assinatura: 27/07/2017
Dispositivos legais: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002 e legislações complementares.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
Contratante

JUREMA RAIN FALARZ
Contratada

Publicado por:
Elias Chagas Andrade
Código Identificador:E7B85466

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 121/2017- CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE

A Prefeita Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando a Lei Municipal nº 430/2010 de 21/07/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida **Aposentadoria Voluntária RP – REGRA PERMANENTE – POR IDADE,** com fundamento no art. 124 da Lei Municipal 430/2010 e no art. 40, §1º, inciso III, "b" da CF, a **DERZA DA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS,** matrícula nº 523-1, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, a partir de 06 de setembro de 2017.
Art. 2º - Os Proventos de Inatividade serão no valor de R$ 576,70 (quinhentos e setenta e seis reais e setenta centavos), correspondentes à proporcionalidade ao tempo de contribuição, conforme art. 40, §1º, inciso III, "b" da CF e de acordo com o Processo de Aposentadoria da referida servidora, ficando assegurados os proventos mensais no valor do salário mínimo nacional, cujo valor atual é de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).
Art. 3º - Os proventos de inatividade referidos no art. 2º serão SEM PARIDADE com os servidores da ativa.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 06/09/2017.

Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, Em 05 de setembro de 2017.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:92F37047

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 122/2017- CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que são conferidas por Lei, e considerando a Lei Municipal n° 430/2010 de 21/07/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida **Aposentadoria Voluntária**, **RT- Transição- Art. 6° da EC 41/2003**, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal n° 430/2010 e no art. 6° da E.C. 41/2003, a servidora **ERONI DA APARECIDA PAIVA FERREIRA**, matrícula 04-1, ocupante do cargo de Auxiliar de enfermagem, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, a partir de 12 de setembro de 2017.
Art. 2°- Os proventos de Inatividade serão no valor de R$ 2.048,10 (dois mil, quarenta e oito reais e dez centavos), correspondentes ao **Último salário de contribuição integral da ativa**.
Art. 3°- Os proventos de inatividade referidos no art. 2° serão COM PARIDADE com os servidores da ativa, devendo ser reajustados na mesma data e proporção em que se der reajuste aos servidores ativos.

Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2017.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:66F40B87

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 130/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o protocolado 699/2017 de 11/09/2017,

R E S O L V E:

CONCEDER a BERNADETE STANSKI, servidora ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula nº 156-1, licença sem vencimentos para trato de assuntos particulares, em conformidade com os artigos 116 e 117 da Lei Municipal 292/2006, a partir de 11/09/2017.
.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, em 11 de setembro de 2017.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:8C7CDC9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

ASSESSORIA LEGISLATIVA
4508-17 - CONCEDE APOIO A EVENTOS DE ESPORTE E CULTURA

LEI MUNICIPAL N.º 4.508, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio a eventos, atividades e projetos ligados à cultura, ao esporte e que promovam o fomento e incentivo ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da indústria, do comércio e do turismo.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder apoio a eventos, atividades e projetos realizados por pessoas físicas, jurídicas e entidades privadas, ligados à cultura, ao esporte e que promovam o fomento e incentivo ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da indústria, do comércio e do turismo, voltados à finalidade de interesse público municipal, sob o regime de mútua cooperação, por meio de transferência de recursos financeiros ou de outras formas de ajuda de custo previstas em lei, inclusive benefícios fiscais, obedecidas as disposições desta lei.

§ 1º O referido apoio deverá se pautar nos princípios constitucionais da democratização, igualdade de oportunidades e transparência na adoção de critérios e métodos de seleção dos eventos, atividades, projetos ou em forma de patrocínio.

§ 2º Para efeito desta lei, poderão ser consideradas de interesse público municipal as ações que contribuam para atingir as finalidades previstas na Lei Orgânica Municipal, bem como na Constituição Federal e demais ditames legais atinentes à espécie concernentes ao esporte, à cultura e ao incentivo ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da indústria, do comércio e do turismo.

§ 3º Para efeito desta lei, considera-se:

I - EVENTO é qualquer ação, limitada no tempo, tais como um espetáculo, exposição, competição, campeonato, congresso, feiras, entre outros;

II - ATIVIDADE é a ação contínua, sem prazo determinado, destinada a realizar os fins estatutários de uma entidade;

III - PROJETO é um desígnio temporário específico empreendido para criar um evento, serviço ou produzir um resultado exclusivo, possuindo começo e fim definidos;

IV - PATROCÍNIO é o repasse ou benefício em troca da divulgação ou propaganda.

§ 4º O referido apoio, também englobará os custos referentes a viagens para que as pessoas físicas e jurídicas especificados nesta lei representem o Município nas atividades culturais e esportivas realizadas fora do Município.

§ 5º Os benefícios fiscais de que trata o artigo 1º poderão se dar por meio de compensação, permuta ou dação em pagamento, a serem regulamentadas por decreto.

Art. 2º Somente poderão ser beneficiadas com o apoio a que se refere essa Lei, as pessoas físicas, jurídicas e entidades que tiverem legalmente constituídas e habilitadas, bem como que estejam adimplentes com as suas obrigações para com a União, o Estado e o Município.

Parágrafo único. Deverão ainda não estar inadimplente em relação à prestação de contas de apoio anterior, e não ter a prestação de contas apresentado vício insanável.

Art. 3º São condições indispensáveis à concessão de qualquer apoio pelo Município o atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a existência de rubrica própria no Orçamento Anual para cobertura das despesas decorrentes.

Parágrafo único. A soma dos valores referentes a apoio financeiro não poderá ultrapassar, durante o exercício fiscal, o valor de 1% (um por cento) do orçamento anual do município.

Art. 4º Quando o apoio envolver transferência de recursos financeiros terão que ser atendidas as seguintes condições:

I - No caso de eventos, prévia inscrição no Calendário Oficial do Município, a ser fixado, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo;

II - No caso de atividades e projetos, autorização justificada pelo representante do segmento da Administração Municipal envolvido.

Parágrafo único. Em casos especiais, que deverá ser devidamente justificado e fundamentado no processo específico, poderá ser concedido apoio a eventos, que por condição de prazo, não puderam ser previamente incluídos no Calendário Oficial do Município.

Art. 5º O responsável pelo recebimento deste benefício deverá prestar contas, da seguinte forma:

I - Quando se tratar de evento, no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do evento;

II - Quando se tratar de atividade ou projeto, de forma periódica, de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias.

Art. 6º As cláusulas, obrigações e condições para mútua cooperação serão fixadas em instrumento jurídico, cuja publicação do resumo será

obrigatória, a ser formalizado conforme regulamento do Poder Executivo.

Art. 7º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei por meio de Decreto no prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias, contados da data de publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:D6902047

ASSESSORIA LEGISLATIVA
4509-17 - AUTORIZA CONCESSÃO DIREITO REAL DE USO FABIANO SANTIN

LEI MUNICIPAL N.º 4.509, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio a eventos, atividades e projetos ligados à cultura, ao esporte e que promovam o fomento e incentivo ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da indústria, do comércio e do turismo.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso à empresa FABIANO SANTIN, inscrita no CNPJ/MF n.º 24.139.618/0001-03, do imóvel urbano denominado lote n.º 07 (sete) da quadra n.º 1.126 (mil e cento e vinte e seis), do Distrito Industrial Romano Zanchet, para desenvolvimento da atividade de fabricação de esquadrias de metal.

Parágrafo único. A concessão de direito real de uso de que trata a presente Lei fica condicionada à utilização do bem concedido exclusivamente para os fins e objetivos previstos no artigo anterior.

Art. 2º A concessão objeto desta Lei dar-se-á de forma não onerosa, com encargos, aplicando-se ao caso o disposto na Lei Municipal n.º 4.149, de 13 de fevereiro de 2014, e no Decreto-Lei n.º 271 de 1967, além das demais disposições legais aplicáveis à espécie.

Art. 3º Nas dependências do imóvel ora cedido a concessionária manterá, às suas expensas, todos os equipamentos e maquinários necessários para o desenvolvimento/execução da atividade especificada no artigo primeiro, obrigando-se a manter sua capacidade produtiva durante o prazo de vigência da concessão.

Art. 4º Fica a concessionária obrigada a incluir até o final do primeiro ano de vigência do contrato, e manter em seus quadros durante a vigência deste, o mínimo de 04 (quatro) colaboradores, devidamente registrados e com os encargos sociais processados e recolhidos regularmente.

Parágrafo único. A empresa ora beneficiada deverá ainda zelar pela conservação e preservação do patrimônio, bem como adimplir pontualmente as tarifas de energia elétrica e água do imóvel e cumprir todas as determinações legais que lhe sejam pertinentes, de sobremaneira, as de natureza fiscal, tributária, administrativa, civil e ambiental.

Art. 5º A concessão de direito real de uso, objeto desta Lei é estabelecida a título não oneroso e com prazo de vigência de 05 (cinco) anos, contados da publicação da presente Lei, podendo ser objeto de renovação respeitando-se os limites estabelecidos no § 9º, do Art. 5º, da Lei Municipal n.º 4.149 de 2014, em juízo de oportunidade e conveniência do Executivo Municipal, e desde que efetivamente cumprida a integralidade dos encargos definidos nesta Lei.

Art. 6º A concessão de direito real de uso será revogada e o bem será reintegrado à posse da Municipalidade, com os acréscimos constantes do bem, sem qualquer direito a retenção ou indenização, na hipótese de a concessionária deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, em caso de inadimplemento total ou parcial das suas obrigações legais ou contratuais, e nas demais hipóteses previstas no instrumento de concessão ou na legislação pertinente, inclusive em razão do simples decurso dos prazos consignados no Art. 5º, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior.

Parágrafo único. A rescisão, e consequente reintegração da posse do imóvel a Municipalidade, nas hipóteses de que trata este artigo será imediata e se dará mediante simples notificação extrajudicial, sendo que nos casos em que o Município tenha que se valer de medida judicial, para promover a rescisão da concessão e/ou retomada do bem fica a concessionária obrigada a ressarcir-lhe custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, respectivos, sem prejuízo do ressarcimento dos demais danos verificados.

Art. 7º A concessionária restará obrigada ao fiel cumprimento dos encargos e obrigações gerais relativos à concessão de uso, estipuladas na Lei Municipal n.º 4.149 de 2014 e no Decreto Lei n.º 271 de 1967.

Art. 8º Os encargos e obrigações relativos à concessão de direito real de uso serão objeto de contrato, na forma estabelecida pela Lei Municipal n.º 4.149 de 2014, observadas as condições aqui estabelecidas e o contido na Lei Complementar n.º 101 de 2000, devendo obrigatoriamente constar no termo de concessão as condições definidas nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:0EFD54ED

ASSESSORIA LEGISLATIVA
4510-17 - EXPOBEL 2018

LEI MUNICIPAL N.º 4.510, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação Técnica com a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE FRANCISCO BELTRÃO - ACEFB, SOCIEDADE RURAL DE FRANCISCO BELTRÃO - SRFB e ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS CRIADORES DAS RAÇAS LEITEIRAS DO SUDOESTE DO PARANA - RURAL LEITE, para realização da 28.ª EXPOBEL e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cooperação Técnica, para realização da 28.ª EXPOBEL, com:

I - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE FRANCISCO BELTRÃO - ACEFB, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 78.123.619/0001-80;

II - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS CRIADORES DAS RAÇAS LEITEIRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ - RURAL LEITE, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.656.977/0001-48; e

III - SOCIEDADE RURAL DE FRANCISCO BELTRÃO - SRFB, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 81.271.777/0001-92.

Art. 2º Caberá às Conveniadas, em gestão compartilhada, o planejamento, a execução e administração da 28.ª EXPOBEL, a se realizar no período de 09 a 18 de março de 2018.

Parágrafo único. Apurado resultado financeiro positivo após a realização da 28.ª EXPOBEL, ficam as Conveniadas obrigadas a repassar 15% (quinze por cento) do montante ao Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, os quais deverão ser aplicados em reformas, ampliações, melhorias e investimentos no Parque de Exposição Jaime Canet Junior, a serem depositados em conta bancária aberta para essa finalidade.

Art. 3º O apoio do Município se dará através da disponibilidade e manutenção de toda a infraestrutura física compreendida pelo Parque de Exposições Jaime Canet Junior para as Conveniadas, e, ainda:

I - Subsidiar a tarifa de energia elétrica consumida durante o evento, inclusive às providências necessárias para o aumento da capacidade de energia, exceto quanto àquela necessária para a instalação e funcionamento do parque de diversões;

II - Subsidiar a tarifa de água consumida e o esgoto utilizado na realização do evento;

III - Disponibilizar linhas telefônicas necessárias para o funcionamento da Comissão Central Organizadora do evento, bem como subsidiar as respectivas despesas;

IV - Disponibilizar tendas em número suficiente ao atendimento da demanda da feira, referente aos portais de acesso ao público, instituições públicas ou de fins não lucrativos e órgãos ou entidades que recebam subvenção do Poder Público ou sejam declaradas de utilidade pública;

V - Executar as medidas necessárias, dentro do limite de suas atribuições e dos termos desta Lei, para adequado funcionamento das instalações do Parque de Exposições Jaime Canet Junior.

Art. 4º As despesas previstas nesta Lei correrão as expensas de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:86C62D87

ASSESSORIA LEGISLATIVA
508_17 - EXONERAÇÃO - ILSON MOREIRA FERRERA

DECRETO MUNICIPAL N.º 508 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Exonera ILSON MOREIRA FERRERA do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.039 de 2013 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor ILSON MOREIRA FERRERA do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 5 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:1AD686AD

ASSESSORIA LEGISLATIVA
509_17 - EXONERAÇÃO - JOÃO PAULO DARIO

DECRETO MUNICIPAL N.º 509 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Exonera JOÃO PAULO DARIO do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE AGENDAMENTO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.039 de 2013 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor JOÃO PAULO DARIO do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE AGENDAMENTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 5 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:4059362B

ASSESSORIA LEGISLATIVA
510_17 - NOMEAÇÃO - ROVILHO JOSE BIZOTTO

DECRETO MUNICIPAL N.º 510 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia ROVILHO JOSE BIZOTTO do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.039 de 2013 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ROVILHO JOSE BIZOTTO, portador do RG n.º 1.239.088-6 e CPF n.º 092.482.429-87 para o cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, símbolo 6-C, a partir de 2 de setembro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 5 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:6A5F630F

ASSESSORIA LEGISLATIVA
511_17 - NOMEAÇÃO - ARNALDO RAFAEL DONATTI

DECRETO MUNICIPAL N.º 511 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia ARNALDO RAFAEL DONATTI do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE AGENDAMENTO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.039 de 2013 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ARNALDO RAFAEL DONATTI, portador do RG n.º 92.110.338-2 e CPF n.º 057.957.139-45 para o cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE AGENDAMENTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, símbolo 8-C, a partir de 2 de setembro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 5 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:4CF6D4AC

ASSESSORIA LEGISLATIVA
512_17 - NOMEAÇÃO - ILSON MOREIRA FERRERA

DECRETO MUNICIPAL N.º 512 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia ILSON MOREIRA FERRERA do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.039 de 2013 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ILSON MOREIRA FERRERA, portador do RG n.º 6.200.439-8 e CPF n.º 026.559.369-73 para o cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, símbolo 6-C, a partir de 2 de setembro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 5 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:CCAC31E0

ASSESSORIA LEGISLATIVA
513_17 - NOMEAÇÃO - JOÃO PAULO DARIO

DECRETO MUNICIPAL N.º 513 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia JOÃO PAULO DARIO do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DO BANCO DO EMPREENDEDOR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.039 de 2013 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado JOÃO PAULO DARIO, portador do RG n.º 10.668.090-6 e CPF n.º 101.264.519-31 para o cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DO BANCO DO EMPREENDEDOR da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO, símbolo 8-C, a partir de 2 de setembro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 5 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:4D56C3C0

ASSESSORIA LEGISLATIVA
514_17 - EXONERAÇÃO - ANDRESSA ZUCCHI

DECRETO MUNICIPAL N.º 514 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Exonera ANDRESSA ZUCCHI do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.039 de 2013 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora ANDRESSA ZUCCHI do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 5 de setembro de 2017, de acordo com o processo n.º 341/17-DRH.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 5 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:414109AD

ASSESSORIA LEGISLATIVA
515_17 - EXONERAÇÃO - EVA CADORE MARTINS DOS SANTOS

DECRETO MUNICIPAL N.º 515 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Exonera EVA CADORE MARTINS DOS SANTOS do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE RESSOCIALIZAÇÃO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.039 de 2013 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora EVA CADORE MARTINS DOS SANTOS do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE RESSOCIALIZAÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL, a partir de 5 de setembro de 2017, de acordo com o processo n.º 345/17-DRH.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 5 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:26C44AD4

ASSESSORIA LEGISLATIVA
516_17 - EXONERAÇÃO - PATRÍCIA LAZZAROTO NODARI

DECRETO MUNICIPAL N.º 516 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Exonera PATRÍCIA LAZZAROTO NODARI do cargo de PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.039 de 2013 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora PATRÍCIA LAZZAROTO NODARI do cargo de PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL, a partir de 11 de setembro de 2017, de acordo com o processo n.º 346/17-DRH.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:EB6AC03E

ASSESSORIA LEGISLATIVA
517_17 - NOMEAÇÃO EFETIVO - ANDRÉIA PAVANELLO

DECRETO MUNICIPAL N.º 517 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia ANDRÉIA PAVANELLO, para o cargo efetivo de PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL - NÍVEL C2 - CLASSE AV-01.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições do Estatuto dos Funcionários Municipais e considerando a aprovação no Concurso Público objeto do Edital n.º 057 de 2016, bem como a convocação feita através do Edital n.º 135 de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada ANDRÉIA PAVANELLO, RG n.º 9.234.032-9, para o cargo efetivo de PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL - NÍVEL C2 - CLASSE AV-01, em caráter probatório, a partir de 11 de setembro de 2017.

Art. 2º O candidato ora nomeado tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto para tomar posse e assumir o exercício de suas funções, sob pena de ser considerado tacitamente desistente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:3C18494C

ASSESSORIA LEGISLATIVA
518_17 - NOMEAÇÃO EFETIVO - CLEIDE SILVANIA MENEGATTI MOCELLIN

DECRETO MUNICIPAL N.º 518 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia CLEIDE SILVANIA MENEGATTI MOCELLIN, para o cargo efetivo de PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL - NÍVEL C2 - CLASSE AV-01.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições do Estatuto dos Funcionários Municipais e considerando a aprovação no Concurso Público objeto do Edital n.º 057 de 2016, bem como a convocação feita através do Edital n.º 135 de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada CLEIDE SILVANIA MENEGATTI MOCELLIN, RG n.º 6.193.731-5, para o cargo efetivo de PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL - NÍVEL C2 - CLASSE AV-01, em caráter probatório, a partir de 11 de setembro de 2017.

Art. 2º O candidato ora nomeado tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto para tomar posse e assumir o exercício de suas funções, sob pena de ser considerado tacitamente desistente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:8F1D12AC

ASSESSORIA LEGISLATIVA
519_17 - NOMEAÇÃO EFETIVO - ANA PAULA MAGAGNIN

DECRETO MUNICIPAL N.º 519 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia ANA PAULA MAGAGNIN, para o cargo efetivo de PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL - NÍVEL C2 - CLASSE AV-01.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições do Estatuto dos Funcionários Municipais e considerando a aprovação no Concurso Público objeto do Edital n.º 057 de 2016, bem como a convocação feita através do Edital n.º 135 de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada ANA PAULA MAGAGNIN, RG n.º 9.568.965-5, para o cargo efetivo de PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL - NÍVEL C2 - CLASSE AV-01, em caráter probatório, a partir de 11 de setembro de 2017.

Art. 2º O candidato ora nomeado tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto para tomar posse e assumir o exercício de suas funções, sob pena de ser considerado tacitamente desistente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:5239FE8D

ASSESSORIA LEGISLATIVA
524_17 - NOMEAÇÃO EFETIVO - CASSIANO ELISSON PEREIRA PINTO

DECRETO MUNICIPAL N.º 524 DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia CASSIANO ELISSON PEREIRA PINTO, para o cargo efetivo de ODONTÓLOGO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições do Estatuto dos Funcionários Municipais e considerando a aprovação no Concurso Público objeto do Edital n.º 151 de 2014, bem como a convocação feita através do Edital n.º 118 de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada CASSIANO ELISSON PEREIRA PINTO, RG n.º 8.558.522-3, para o cargo efetivo de ODONTÓLOGO, em caráter probatório, a partir de 12 de setembro de 2017.

Art. 2º O candidato ora nomeado tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto para tomar posse e assumir o exercício de suas funções, sob pena de ser considerado tacitamente desistente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 12 de setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:2E43116B

ASSESSORIA LEGISLATIVA
146-17 AGENTE DE SERV. GERAIS 098-17

EDITAL Nº 146/2017
O Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições do Edital 098/2017

R E S O L V E

CONVOCAR a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital nº 098/2017, para provimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, devendo comparecer na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão para comprovação das informações apresentadas na inscrição, no prazo de 72 horas a contar da publicação deste edital, a fim de habilitarem-se às respectivas contratações:

CARGO – PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL

C	NOME	RG	DATA NASC	PF
5º	Janete Dalbosco	50167356	26/08/1971	250

Art. 2º - O não comparecimento da candidata ora convocada no prazo estabelecido no artigo 1º deste Edital implicará na perda do direito à contratação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, 11 de Setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:D3262486

ASSESSORIA LEGISLATIVA
147-17 AGENTE ADMINISTRATIVO

EDITAL Nº 147/2017

CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e disposições do Edital nº 150/2014;

R E S O L V E
Art. 1º - CONVOCAR as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no concurso público aberto através do Edital nº 150/2014, para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, no período de 14 de Setembro a 14 de Outubro de 2017, a fim de habilitarem-se às respectivas nomeações:

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

C	CANDIDATO	DATA NASC	NF
56º	Sirlei Negri Preuss	26/10/1973	26,5
57º	Janete Hilha Castanho	10/09/1976	26,5

Art. 2º - O não comparecimento da s candidatas ora convocadas no prazo estabelecido no artigo 1º deste Edital implicará na perda do direito à nomeação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, 13 de Setembro de 2017.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:70CC812E

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO
PORTARIA 013/17

Autoriza o pagamento de diárias ao servidor e vereadores municipais abaixo especificados e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FRANCISCO BELTRÃO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º Autoriza o pagamento de diárias ao servidor e vereadores abaixo especificados e dá outras providências.

Nome	CPF	Nº Autorização	Quantidade Diárias	Destino
Ademir Kowalski	025.599.579-22	040/2017	03	Curitiba-PR

Rodrigo Inhoatto	047.130.149-31	039/2017	03	Curitiba-PR
Valmir A. Tonello	089.088.468-40	038/2017	03	Curitiba-PR

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, 13 de setembro de 2017.

ELENIR DE SOUZA MACIEL
Presidente

Publicado por:
Felipe Mello
Código Identificador:335A9BA3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DISPENSA nº 70/2017

OBJETO: Aquisição de refletores com luzes coloridas para iluminação dos pontos turísticos do Município.
Em cumprimento ao disposto no art.109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se publico o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Item	Fornecedor	Unidade	Quantidade	Preço Unitário R$	Preço Total R$
1	MATERIAIS ELETRICOS ESTRELA GUIA LTDA - ME	UN	2,00	895,00	1.790,00
Valor total dos gastos com o Processo de dispensa: nº 70/2017 - R$ 1.790,00 (um mil, setecentos e noventa reais).					

Homologo a presente licitação,

Francisco Beltrão, 13 de setembro de 2017

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:7C35ABB6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DISPENSA nº 72/2017

OBJETO: Contratação de serviços para realização de apresentações e divulgação pelas ruas de nossa cidade, do evento municipal lançamento do natal 2017, no mês de setembro de 2017.
Em cumprimento ao disposto no art.109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se publico o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Item	Fornecedor	Unidade	Preço Total R$
1	BRILHARTE PRODUÇÕES LTDA - ME	APRESENTAÇÃO	6.000,00
Valor total dos gastos com o Processo de dispensa nº 72/2017 - R$ 6.000,00 (seis mil reais).			

Homologo a presente licitação,

Francisco Beltrão, 13 de setembro de 2017

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:D3535478

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/2017 – Processo nº 625/2017.
OBJETO: Aquisição de produtos alimentícios restritos de proteína, para atendimento social de criança pertencente a família em situação de vulnerabilidade social do Município, diagnosticada com fenilcetonúria.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: menor preço por GLOBAL POR ITEM.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002; Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei complementar nº 147/2014 e legislação complementar.

EMPRESA VENCEDORA – preço por ITEM
1 – SENDESKI & SCHUERMAN LTDA - ME – CNPJ nº 04.999.525/0001-33. Item 001 R$ 3,00; 002 R$ 3,75; 003 R$ 13,93; 004 R$ 17,90; 007 R$ 2,25; 013 R$ 4,95; 014 R$ 11,30; 017 R$ 5,95; 018 R$ 11,50; 020 R$ 8,95; 024 R$ 1,00; 026 R$ 26,31; 029 R$ 17,90; 031 R$ 2,50; 032 R$ 12,25; 033 R$ 13,90; 038 R$ 12,90; 039 R$ 9,95; 040 R$ 6,60; 042 R$ 5,50; 043 R$ 10,90. Totalizando R$ 7.610,30 (Sete mil seiscentos e dez reais e trinta centavos).
ITENS DESERTOS: 005; 006; 008; 009; 010; 011; 012; 015; 016; 019; 021; 022; 023; 025; 027; 028; 030; 034; 035; 036; 037; 041.
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO R$ 7.610,30 (Sete mil seiscentos e dez reais e trinta centavos).

Francisco Beltrão, 13 de setembro de 2017

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:0769B472

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Pregoeira designada através da Portaria nº 244/2017 de 10 de maio de 2017, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público o resultado da Licitação:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 145/2017 – Processo nº 555/2017.
OBJETO: Contratação de serviços na área de genética molecular humana para realização de exames de D.N.A., para atendimento a demandas judiciais do Município de Francisco Beltrão.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: menor preço por GLOBAL POR LOTE.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002; Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei complementar nº 147/2014 e legislação complementar.

EMPRESA VENCEDORA – preço por ITEM
1 – RENATA BAU ANALISES CLINICAS – ME – CNPJ nº 5.320.116/0002-66. LOTE/GRUPO 01 – itens: 001 R$ 159,99; 002 R$ 159,66; 003 R$ 249,98.
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO R$ 52.448,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais).

Francisco Beltrão, 13 de setembro de 2017.

NADIA DALL AGNOL
Pregoeira

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:2A0388DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

A Comissão de Licitação, nomeado através da Portaria nº 245/2017, de 10 de maio de 2017, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público resultado de Licitação:
MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO 008/2017.

OBJETO: Chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas e pessoas físicas para prestação de serviços médicos através de consulta médica na especialidade pneumologia, que deverão ser realizadas no SAE – Serviço de Atenção Especializada, pelo período de 12 (doze) meses.
LICITANTE CREDENCIADA:
GOYA & GOYA LTDA. – item 01 – Valor unitário R$ 55,00(cinqüenta e cinco reais).

NILEIDE T. PERSZEL
Presidente

OLGA DUARTE TIEZERIN
Membro

JOÃO THIAGO DUARTE
Membro

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:C1B1C966

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2017 - SRP EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E AMPLA CONCORRÊNCIA.

A Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia **02 de outubro às 09:00 horas**, a abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial, menor preço por **LOTE**, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS de aparelhos de ar condicionado, serviço de limpeza, retirada, conserto, peças e mão de obra para instalação nos prédios públicos da Municipalidade.**

Data para entrega documentos e dos envelopes proposta e habilitação: **02 de outubro às 09:00 horas.**

Local da realização da sessão pública do pregão: sala de licitações, no paço da Prefeitura Municipal - térreo, situada na Rua Octaviano Teixeira dos Santos nº 1000 - centro, na cidade de Francisco Beltrão - PR.

Edital na íntegra: à disposição dos interessados no Departamento de Compras, licitações e Contratos, no mesmo endereço e no site www.franciscobeltrao.pr.gov.br - licitações. Informações complementares telefones (46)3520-2103 e (46)3520-2107.

Francisco Beltrão, 12 de setembro de 2017.

NÁDIA DALL AGNOL
Pregoeira

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:C7A6C980

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 127/2017

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de General Carneiro/PR, **LUIS OTAVIO GELLER SARAIVA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, bem como nos termos do art. 142 e seguintes da Lei Complementar n.º 002/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e,

CONSIDERANDO que, conforme relatos da população aos senhores Vereadores pelo mau atendimento ao publico pelo Servidor o Sr. "**THIAGO RODRIGO SILVA CARNEIRO**";

CONSIDERANDO que, o Legislativo Municipal solicitou junto a Secretaria Municipal de Saúde a apuração dos fatos do mau atendimento ao público pelo servidor;

CONSIDERANDO que, conforme denúncias efetuadas por Munícipes junto a Secretaria Municipal de Saúde e ao Executivo Municipal, quanto ao mau atendimento, faltas sucessivas e a não entregue de medicamentos controlados e já destinados pela 6º Regional de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração das faltas funcionais relatadas e de outras eventualmente existentes;

CONSIDERANDO que sua permanência no exercício de suas atividades no setor de saúde Município poderá causar prejuízo na instrução do Processo Administrativo, causar transtornos, favorecer a repetição das irregularidades em averiguação, e até mesmo, representar perigo ou mesmo constrangimento à sua pessoa, dificultar o acesso da população aos medicamentos da farmácia básica e medicamentos controlados, onde somente o servidor possui acesso;

RESOLVE

Art. 1.º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar possíveis irregularidades referentes a atos praticados pelo Sr. **THIAGO RODRIGO SILVA CARNEIRO**, servidor do Município de General Carneiro, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, consistente na negativa de executar as atividades que lhe são atribuídas por lei, acarretando a falta de entrega de medicamentos a população, bem como as infrações decorrentes e, ainda, sejam indicadas as respectivas infrações puníveis em caso de conclusão pela existência de faltas graves.

Art. 2.º - Determinar o afastamento do servidor **THIAGO RODRIGO SILVA CARNEIRO**, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, do exercício do respectivo cargo público, pelo prazo de 60 (sessenta dias), prorrogável por igual período se necessário, sem prejuízo da remuneração, a fim de que, como processado, não venha a influir na apuração dos fatos objeto do processo em referência, ou oferecer constrangimento à sua pessoa.

Art. 3.º - O servidor afastado deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, no período acima consignado, e deverá indicar endereço, telefone e outros meios de contato suficientes para que possa ser encontrado.

Art. 4.º - Para instauração do Processo Administrativo Disciplinar e apuração dos fatos noticiados, fica designada a Comissão Processante, composta pelos seguintes servidores:

- PRESIDENTE: Sr. Anderson Rodrigo Correa
- MEMBRO: Sr. Leopoldo Jekel
- MEMBRO: Sr. Adair Pimentel.

Parágrafo único. Fica a Comissão ora designada autorizada a proceder o levantamento da documentação na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Recursos Humanos e outros que se fizerem necessários.

Art. 5.º - No Processo Administrativo Disciplinar observar-se-á os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 6.º - O prazo para conclusão do presente processo não excederá 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Portaria, admitida sua prorrogação por igual prazo, se as circunstâncias assim exigirem.

Art. 7.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro – Estado do Paraná, aos 13 de Setembro de 2017.

LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:FA7775F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 65/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2017
A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Decreto nº. 063/2017, de 21/07/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 27/09/2017, às 14:00 horas, no endereço, Av Presidente Getúlio Vargas, 601, General Carneiro-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 49/2017-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, no site **www.generalcarneiro.pr.gov.br** e solicitações através do email: **licitacao@generalcarneiro.pr.gov.br**

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, TECIDOS PARA OFICINAS DE COSTURA E BORDADO E MATERIAIS PARA OFICINAS DE ARTESANATO, COSTURA, BORDADO, TRICÔ E CROCHÊ PARA SEREM UTILIZADOS EM OFICINAS MINISTRADAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

General Carneiro, 13 de setembro de 2017

LUCIANA BARBOSA PINTO
Pregoeira

Publicado por:
Luciana Barbosa Pinto
Código Identificador:48FA5883

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 68/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2017
A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Decreto nº. 063/2017, de 21/07/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 27/09/2017, às 09:30 horas, no endereço, Av Presidente Getulio Vargas, 601, General Carneiro-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 50/2017-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, no site **www.generalcarneiro.pr.gov.br** e solicitações através do email: **licitacao@generalcarneiro.pr.gov.br**
Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital e em seu Anexo I.

General Carneiro, 13 de setembro de 2017

LUCIANA BARBOSA PINTO
Pregoeira

Publicado por:
Luciana Barbosa Pinto
Código Identificador:4FF1DD39

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

GABINETE
PORTARIA Nº. 959/2.017

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

RESOLVE:

Art. 1. – INSTAURAR, em atendimento a solicitação da Unidade de Controle Interno, Processo de Tomada de Contas Especial, com a finalidade de apurar, irregularidades constantes na movimentação e aplicação financeira de recursos repassados pelo Município de Goioerê-Pr, através do Termo de Colaboração n. 001/2017 a Santa Casa da Misericórdia Maria Antonieta, com data de assinatura em 07/04/2017 e vigência 10/04/2017 a 31/12/2017.
Art. 2. – CONSTITUIR Comissão formada pelos servidores conforme nomeação abaixo para, sob a presidência do primeiro realizar a partir da publicação desta portaria no prazo de 30 dias prorrogável por igual período, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação dos danos do ato decorrente.

Titulares:
Fabíula Alessandra Fachin Packer Faleiros – Presidente
Patrícia Zamprone
Letícia Chiozini Gervásio

Cumpra-se

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 13 DE SETEMBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ellen Karine Gomes de Oliveira
Código Identificador:94E17A30

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 060/2.017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 216/2.017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

HOMOLOGAÇÃO: 13/09/17
CONTRATADO: FUND DE APOIO AO DESEN DA UNIV EST DE LONDRINA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
OBJETO: Contratação de instituição de ensino sem fins lucrativos para realização de análise e reformulação do Plano Diretor do Município de Goioerê.
VALOR DA DESPESA: R$ 130.000,00 (cento e trinta mil e reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.
DATA: 13/09/17

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Lopes Saran
Código Identificador:88334A94

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 5.663/2.017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
DECRETA

ARTIGO 1º. – Fica reintegrado em 14 de Setembro de 2017 através de determinação judicial, o senhor RODRIGO DE LIMA DA GRAÇA, portador do Rg.nº.9.258.980-3 SSP/PR candidato aprovado em concurso público aberto através do Edital nº. 001/2010, para o cargo efetivo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Educação.

ARTIGO 2º. - Este decreto entrará em vigor em 14 de Setembro de 2017, ficando revogado o Decreto nº. 4.526/2013.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 13 DE SETEMBRO DE 2017.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:84E3F035

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 156/2017

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.607.627/0001-78, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, e de outro lado a empresa:

FORNECEDORA: PATRICIA NOLA SANTANA 06135948946, sediada a RUA SÃO SEBASTIÃO, 513 - CEP: 85162000 - BAIRRO: CENTRO, Goioxim/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 26.650.712/0001-40, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por PATRICA NOLA SANTANA, portador do RG nº 100433214 e do CPF nº 061.359.489-46.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: Aquisição de produtos de malharia, confecções, uniformes, coletes, camisas e vestuários esportivos para atendimento das secretarias municipais, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

1.2. Descrição:

Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
5	Macacão PROFISSIONAL, CONFECCIONADO EM 100% DE ALGODÃO COM BOLSOS FRONTAIS E TRASEIROS, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS. LOGOTIPO NAS COSTAS GRANDE (30 cm de altura e largura, centralizado nas costas), NA FRENTE (10 cm altura e largura, do lado esquerdo no torax) E NA MANGA (10cm de altura e largura, no braço esquerdo), logotipo bandeira do Brasil braço direito. BOLSO NA FRENTE COM FECHAMENTO EM VELCRO BOLSO NAS DUAS PERNAS COM FECHAMENTO EM VELCRO REFORÇO NOS JOELHOS	UN	20,00	85,00	1.700,00
8	Bones Boné em brim branco, tamanho único, com serigrafia na frente e laterais, 4x0 cores, com fechamento em velcro.	UN	30,00	14,50	435,00
9	Camisetas Escolares	UN	100,00	15,00	1.500,00
10	Calça Uniforme CALCA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA 100% POLIESTER, GRAMATURA MEDIA DE 248G/M², (TOLERANCIA DE 3% PARA + OU -) NA COR Variada, COM 01 VIES CHATO EM TECIDO POLIESTER, NA COR BRANCA, COM 1CM DE LARGURA, APLICADO NO SENTIDO LONGITUDINAL NAS LATERAIS DAS PERNAS. LOGOMARCA DA ESCOLA NA PARTE DA FRENTE NA PERNA ESQUERDA. TAMANHOS VARIADOS.	UN	50,00	29,90	1.495,00
					5.130,00

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 5.130,00 (Cinco Mil, Cento e Trinta Reais).
1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1. A presente Ata terá validade por 365 dias Trezentos e Sessenta e Cinco dias, a partir de sua assinatura da Ata. sendo que as quantidades informadas no objeto desta licitação são estimativas, podendo a Prefeitura Municipal de Goioxim, adquirir mais ou menos do que o estimado no objeto desta licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1. Os produtos deverão ser entregue em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

3.2. A entrega deverá ser efetuada junto à Prefeitura Municipal de Goioxim,/PR, localizada na Rua laurindo Cordeiro de Souza, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 11:30 hrs. e das 13:00 às 17:00 hrs.

3.3. Caso os produtos não sejam entregues no prazo/forma estabelecido acima, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.4. Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

3.5. Caso os produtos sejam recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.

3.6. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeita às sanções previstas no Edital, na ata de registro de preços e no contrato que advir da ata.

3.7. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata e/ou do contrato que advir da ata.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA
4.1. Quando da entrega dos serviços prestados junto à Prefeitura Municipal de Goioxim/PR, estes deverão ter o minimo de garantia conforme estipulado, para que não seja necessário realização de novo conserto logo após rodagem com pneu a poucos km.

4.2. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento definitivo dos produtos, mediante atestado de recebimento e aprovação emitido pela comissão de

recebimento de bens/serviços, através de depósito bancário em conta corrente da contratada. O recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. A Contratada deverá emitir nota fiscal, na forma da lei em vigência, no valor pactuado e condições da Ata de Registro de Preços, apresentando-a à Administração Municipal de Goioxim/PR para ateste e pagamento. Deverá, ainda, indicar os dados bancários para liquidação da despesa.

4.4. Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.5. À Administração Municipal de Goioxim/PR reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias, contados a partir da entrega do bem objeto do fornecimento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração, e acompanhado da respectiva Nota Fiscal e CND's FGTS e INSS.

5.1.1. O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. As notas fiscais deverão ser entregues no Setor administrativo do Departamento de Compras do Município, situado a Rua Laurindo Cordeiro de Souza – 184 – centro de Goioxim/PR.

5.3. As notas fiscais, após aceitas pelo Departamento de Compras, serão encaminhadas ao Setor empenho para providências quanto ao pagamento, que se dará através de depósito por transferência eletrônica bancária.

5.5. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal da empresa que participou da licitação e deverá conter:

5.5.1 A modalidade e o número da Licitação;
5.5.2 O número da Ata e do Pedido de Fornecimento;
5.5.3 O Banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

5.6. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

5.7. Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

5.8. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
600	05.001.12.361.0008.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
880	05.001.12.361.0008.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1070	05.003.12.366.0010.2032	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1390	06.001.10.301.0012.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1400	06.001.10.301.0012.2042	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1490	06.001.10.301.0012.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1500	06.001.10.301.0012.2043	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

5.8.1. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do contrato, a despesa com a execução dos serviços correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.2. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela ADMINISTRAÇÃO para alteração, por aditamento, do preço da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela
Administração, sem justificativa aceitável;

7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens **7.6.1**, **7.6.2** e **7.6.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.8.1. por razão de interesse público; ou

7.8.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME

8.1. O Fornecedor ficará obrigado a entregar todos os materiais objeto desta ATA conforme a necessidade no prazo máximo de até 2(DOIS) dias úteis, impreterivelmente, a contar da data da entrega da Nota de Empenho, onde será dada a ciência por recibo de entrega, via fax, e-

mail ou outro instrumento de recebimento indicado pela empresa contratada.

8.2. O prazo de entrega dos materiais não poderá ultrapassar os prazos pré- estabelecidos, a contar da data de entrega da nota de empenho;

8.3. O material deverá ser de reconhecida qualidade, atestada por órgão ou agente de certificação ou inspeção (INMETRO) ou outra entidade que venha substituir no período da realização do certame, inclusive contendo informações quanto as suas características na embalagem, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e outros.

8.4. Arcar com todas as despesas diretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a ADMINISTRAÇÃO;

8.5. Os materiais devem atender as especificações, o que, na diligencia e ou inspeção for constatado irregularidades, fora das especificações técnicas, será registrado ocorrência no sistema e aplicadas às penalidades pertinentes no que couber e dado a impertinência, será convocada a empresa subsequente na classificação para fornecimento dos produtos.

8.6. Manter durante a vigência da ATA as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando mensalmente, a cada pagamento comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente para com a Justiça do Trabalho (CNDT), Seguridade Social (INSS e contribuições Sociais administrativas pela Secretaria da Receita Federal), para com o FGTS (CEF) e para com a Fazenda Federal (SRF e PGFN) em observância à Constituição Federal (art. 195, parágrafo 3º), à Lei 8.666/93 (art. 29, inciso III e IV, e 55, inciso XIII), à Lei 8.036/90 (art. 27, "a"), Lei 9.012/95 (art. 2º), Lei 8.212/91 (art. 47), ao Decreto 612/92 (art. 16, par. Único, art. 84, inciso I, alínea "a" e parágrafo 10º, alíneas "a" e "b") e ao Decreto Lei 147/67".

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 3.555/2000, Decreto nº 7892/2013 e da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1 As partes elegem o foro da Comarca de Cantagalo -PR, com renúncia de qualquer outro, como único e competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

Goioxim/PR, 13 de setembro de 2017.

Contratante
Município de Goioxim
MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Contratado
PATRICIA NOLA SANTANA
06135948946
CNPJ 26.650.712/0001-40
Patrica Nola Santana

Testemunhas:

NOME:_____
RG:_____
ASSINATURA:_____

NOME:_____
RG:_____
ASSINATURA:_____

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:50648C59

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO 0158/2017

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78, neste ato representado pela Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR , e a parte CONTRATADA: AUTO POSTO CECCHIN LTDA, inscrita CNPJ sob nº 03.339.593/0001-03, situada na ROD PR 364 KM 48 , SN - CEP: 85162000 - BAIRRO: ALTO DOS MILAGRES Goioxim/PR; neste ato representada por VOLMIR JOÃO CECCHIN, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 725.429.349-91, residente e domiciliado à RUA SEIS, SN - CEP: 85162000 - BAIRRO: ALTO DOS MILAGRES Goioxim/PR, Objeto: Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Pregão 060/2017 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: Aquisição de combustível diesel S10 para os maquinários e veículos automotivos das secretarias municipais de Goioxim/PR. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação. VALOR DO CONTRATO: R$ 294.000,00 (Duzentos e Noventa e Quatro Mil Reais).
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13/09/2017.
VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)
FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:1C11BAA0

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ERRATA REFERENTE AO TERCEIRO TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 012/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE GOIOXIM ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA AUTO POSTO CECCHIN LTDA

O MUNICÍPIO DE GOIOXIM – Estado do Paraná, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob número 01.607.627/0001-78, estabelecida no a Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, nesta cidade, neste ato representado prefeita Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2, ora denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa , ora denominado CONTRATANTE; e de outro lado a empresa. AUTO POSTO CECCHIN LTDA., inscrita no CNPJ n.º 03.339.593/0001-03, estabelecida a PR 364 km 48, s/n - CEP: 85162000 - BAIRRO: ALTO DOS MILAGRES, Goioxim/PR, neste ato representado(a) por: Sr(a). VOLMIR JOÃO CECCHIN, portador(a) da Cédula de Identidade nº 45514439 e CPF n° 725.429.349-91, residente a ROD PR 364 KM 48, ENG LUIZ DOUGLAS DE AR, SN - CEP: 85162000 - BAIRRO: ALTO DOS MILAGRES, Goioxim/PR, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e acordam o presente Termo Aditivo, com fulcro na lei 8.666/93 e alterações e do Contrato 012/2017, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto o aumento do valor do litro do litro de Diesel Comum e Gasolina Comum. O valor que vinha sendo praticado em relação ao Diesel era de R$ 2,831, passando para R$ 2,94, e a Gasolina valor sendo R$ 3,658 passando ao valor de R$ 3,85 o litro.

ITEM	PREÇO ANTERIOR/LT	PREÇO ATUAL/LT
DIESEL	2,831	2,94
GASOLINA	3,658	3,84

CLÁUSULA TERCEIRA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada art. 65, § 1, alínea "b" da Lei nº. 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Continuam em vigor as cláusulas do Contrato inicial ora aditado, não alteradas pelo presente ajuste.

E, por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor e forma, juntamente com as suas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Goioxim, 10 de setembro de 2017.

Contratante
Município de Goioxim
MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

AUTO POSTO CECCHIN LTDA.
CNPJ n.º 03.339.593/0001-03
Contratado

TESTEMUNHAS:

1) Nome completo: _____
RG ou CPF: _____
Ass.:_____

2) Nome completo:_____
RG ou CPF: _____
Ass.:_____

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:3007ED42

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 102/2017 PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 064/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM/PR, inscrita no CNPJ sob nº 01.607.627/0001-78, TORNA PÚBLICO, a realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo por objeto: Aquisição de material de consumo e Permanente, sendo estes equipamentos e suplementos de informática e Ares condicionados. DATA DE ABERTURA, análise e julgamento da(s) proposta(s) prevista para o dia 02 de outubro de 2017, às 10h00min. Os interessados, em participar do presente certame licitatório, deverão retirar o EDITAL, seus respectivos modelos, adendos e anexos, no endereço eletrônico
www.goioxim.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, sito a Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, Município de Goioxim, Estado do Paraná, ou pelo e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br, e/ou ainda pelo telefone/fax (42) 3656-1002.

Goioxim/PR, em 13 de setembro de 2017.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:1D2E2560

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Presidente da Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência, usando das atribuições regimentais,

R E S O L V E

CONVOCAR a população para Audiência Pública a ser realizada no dia **21 de setembro de 2017**, com início às **18 horas e 30 minutos,** no Plenário da Câmara Municipal de Guaíra, localizado na Praça João XXIII, n° 200, quando será feita a **PRESTAÇÃO DE CONTAS E SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao 2° Quadrimestre de 2017.**

Registre-se e
publique-se,

Edifício da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

MARLENE ROSA DE OLIVEIRA DALLACOSTA
Presidente da Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência

Publicado por:
Alexia Stefani Bacovicz
Código Identificador:82AB7666

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização, usando das atribuições regimentais,

R E S O L V E

CONVOCAR a população para Audiência Pública a ser realizada no dia **21 de setembro de 2017 (quinta-feira)**, a partir das **19 horas e 30 minutos,** no Plenário da Câmara Municipal de Guaíra, localizado na Praça João XXIII, 200 - centro, quando será feita a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Poder Executivo Municipal, concernente ao 2° quadrimestre do exercício de 2017, em atendimento às disposições da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como apresentação das despesas do Poder Legislativo durante o 2° quadrimestre.

Registre-se e
publique-se,

Edifício da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

CARLOS MAGNO PAREDES CZERWONKA
Presidente da Comissão Permanente de Finança, Orçamento e Fiscalização

Publicado por:
Alexia Stefani Bacovicz
Código Identificador:C4167261

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 093/2017 EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 029/2014, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2013.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **TECNOLIMP SERVIÇOS LTDA**

Objeto da Ata de Registro de Preços - contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, abrangendo as categorias de Encarregado e Servente de Limpeza a serem executados em próprios público Municipais.

Objetivo do Aditivo – o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 029/2014**.**

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do Contrato de Prestação de Serviços por mais **90 (noventa) dias,** ou seja, de 09 de setembro de 2017 até **09 de dezembro de 2017**.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços inicial.

Guaíra, Paraná, 04 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria José Rodrigues Souza
Código Identificador:448AE496

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 094/2017 EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 139/2013, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2013

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **JOSE ALVES DE MIRANDA, CNPJ Nº 86.724.945/0001-71**

Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal do Cemitério Central de Guaíra, Cemitério do Distrito de Dr. Oliveira Castro e Cemitérios das Comunidades Rurais de Bela Vista do Oeste e Maracaju dos Gaúchos.

Objetivo do Aditivo – o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste do valor do Contrato de Prestação de Serviços.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica prorrogado o Prazo de Vigência do presente contrato por mais 06 (seis) meses, ou seja, de **12 de setembro de 2017** à **12 de março de 2018**.

Do Valor Contratual: a contratante pagará à contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado de **R$ 94.957,74 (noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços inicial.

Guaíra, Paraná, 05 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria José Rodrigues Souza
Código Identificador:D40A7948

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 096/2017 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 134/2016, DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2016

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **MAT SERVIÇOS DE RADIOLOGIA LTDA - ME, CNPJ Nº 14.636.727/0001-74**

Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos de diagnósticos por imagem radiológica - raios-X, para os pacientes da rede de atenção básica em regime ambulatorial e eletivo e da rede de urgência e emergência da Contratante, com o fornecimento de equipamentos, materiais, insumos, laudos e mão de obra de profissionais especializados e necessários para a operação do conjunto de equipamentos e softwares da solução radiológica digital de propriedade da Contratante, em jornada de trabalho ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia, instalados nas dependências da Unidade de Pronto Atendimento Alberto de Jesus Fernandes – UPA.

Objetivo do Aditivo – o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste do valor do Contrato de Prestação de Serviços.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, de **14 de setembro de 2017** até **13 de setembro de 2018**.

Do Valor Contratual: a Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INPC (IBGE) de **R$ 294.601,32 (duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e um reais e trinta e dois centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços inicial.

Guaíra, Paraná, 05 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria José Rodrigues Souza
Código Identificador:73268100

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA & PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 123/2017, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 049/2017

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 75.953.521/0003-24.**

Objeto do Contrato: Contratação da empresa ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, que será responsável pelo fornecimento de materiais e prestação de serviços, os quais serão utilizados na revisão de 30.000 km do veículo VW GOL TRENDLINE 1.6, placa BBD-1531, frota 390, do Departamento Médico deste município de Guaíra, Paraná.

Valor Total: R$ 595,08 (quinhentos e noventa e cinco reais e oito centavos).

Prazo de Vigência: início em 04 de setembro de 2017 e término em 03 de março de 2018.

Data de Assinatura: 04 de setembro de 2017.
Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 04 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria José Rodrigues Souza
Código Identificador:6D604E7E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA & PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2017, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 050/2017

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**
Contratada: **ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 75.953.521/0003-24.**
Objeto do Contrato: Contratação da empresa ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, que será responsável pelo fornecimento de óleo, filtros, peças e serviços para a revisão de 30.000 km do veículo VW GOL TRENDLINE 1.6, placa BBD-1526, frota 391, do Departamento Médico, da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Guaíra, Paraná.
Valor Total: R$ 424,05 (quatrocentos e vinte e quatro reais e cinco centavos).

Prazo de Vigência: início em 04 de setembro de 2017 e término em 03 de março de 2018.
Data de Assinatura: 04 de setembro de 2017.
Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 04 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria José Rodrigues Souza
Código Identificador:4E7281B9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 125/2017, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 051/2017

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**
Contratada: **S B N LTDA - ME, CNPJ Nº 04.544.513/0001-14.**
Objeto do Contrato: Contratação da empresa S B N LTDA - ME, que será responsável pela apresentação musical da banda JAM SESSION, que deverá se realizar no dia 10 de setembro de 2017, durante o evento 7º Trilhão Katetus da Lama, nesta cidade de Guaíra, Paraná.
Valor Total: R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).
Prazo de Vigência: início em 05 de setembro de 2017 e término em 04 de março de 2018.
Data de Assinatura: 05 de setembro de 2017.
Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 05 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria José Rodrigues Souza
Código Identificador:A4E1A4DA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 126/2017, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 052/2017

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**
Contratada: **CAROLINE CARVALHO SOUZA 09628136992, CNPJ Nº 27.609.191/0001-40.**
Objeto do Contrato: Contratação da empresa CAROLINE CARVALHO SOUZA 09628136992, que será responsável pela apresentação da banda GOLD N'SOUL, que deverá se realizar no dia 10 de setembro de 2017, durante o evento 7º Trilhão Katetus da Lama, nesta cidade de Guaíra, Paraná.
Valor Total: R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).
Prazo de Vigência: início em 05 de setembro de 2017 e término em 04 de março de 2018.
Data de Assinatura: 05 de setembro de 2017.
Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 05 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria José Rodrigues Souza
Código Identificador:DE8EC842

COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA AO ANEXO IX DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS 006/2017

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados e em especial às empresas que adquiriram o edital em epígrafe o teor da presente ERRATA, referente à TOMADA DE PREÇOS 006/2017, tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento de Material Didático para alunos, professores, diretores e coordenadores da Educação Infantil, abrangendo as turmas com crianças de 06 meses a 02 anos da educação infantil, Assessoria Pedagógica e elaboração de projeto de Formação Continuada para coordenadores, diretores e equipe pedagógica da secretaria de educação, professores da educação infantil da rede pública do Município de Guaíra-PR, por meio de serviços de capacitação presencial e na modalidade à distância, a seguir:
Onde se lê:SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral(LG)		
LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)		
Liquidez corrente (LC)		
LC =AC / PC		
Endividamento (E)		
E =(PC + ELP)/(AC+RLP+AP)		

AC-ativo circulante;RLP - realizável a longo prazo.;
AP-ativo permanente;ELP - exigível a longo prazo.
PC-passivo circulante;

LEIA-SE: SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral(LG)		
LG = (AC + ARLP) / (PC + PNC)		
Solvência geral(SG)		
SG= AT/ (PC + PNC)		
Liquidez corrente (LC)		
LC =AC / PC		
Grau de Endividamento (GE)		
GE ={(PC + PNC) / AT} * 100		

AC-ativo circulante;ARLP - realizável a longo prazo.;
AP-ativo permanente;ELP - exigível a longo prazo.
PC-passivo circulante;AT – ativo total
PNC – passivo não circulante
Justificativa: considerando a necessidade de realizar errata para suprir o equívoco.
Permanecem inalteradas as demais clausulas e anexos do edital.

Publique-se,

Dê ciência às empresas participantes.

Guaíra (PR), em 13 de setembro de 2017.

ANILDO MORAIS PERAÇOLI
Diretor do Departamento de Compras

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:1532FCB8

PROJUR
EDITAL DE CONVITE Nº 006/2017 REF. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – MEMORANDO Nº 2017000677

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, Sr. HERALDO TRENTO, vem por intermédio deste expediente, convidar a Comunidade Guairense para participar de **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS,** o que faz em atendimento às disposições da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e a LOM – Lei Orgânica Municipal, conforme a programação:

1. prestação de contas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 2º quadrimestre de 2017
Dia: 21 de setembro de 2017 (quinta-feira);
Horário: 18h30min - pontualmente;
Local: Câmara Municipal de Vereadores, sito a Praça João XXIII, nº 200 – Centro – Guaíra – Paraná.

2. apresentação e avaliação das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2017 do Poder Executivo Municipal

Dia: 21 de setembro de 2017 (quinta-feira);
Horário: 19h30min - pontualmente;
Local: Câmara Municipal de Vereadores, sito a Praça João XXIII, nº 200 – Centro – Guaíra – Paraná.

3. apresentação e avaliação da Lei Orçamentária Anual – LOA 2018
Dia: 26 de setembro de 2017 (terça-feira);
Horário: 19h30min - pontualmente;
Local: Câmara Municipal de Vereadores, sito a Praça João XXIII, nº 200 – Centro – Guaíra – Paraná.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:07A8692E

PROJUR
DECRETO Nº 275/2017 DATA: 13.09.2017

Ementa: perde direito à vaga para o cargo de Professor para contratação temporária do Processo Seletivo Público Simplificado as candidatas, por desistência, conforme especifica.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM - Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos dispositivos das Leis Municipais nºs. 1.246 e 1.247, de 03.12.2004, e, considerando o memorando sob o nº 2017002282,

DECRETA:

Art. 1º Perde o direito à vaga do cargo de Professor de contratação temporária, por desistência, as candidatas a seguir mencionadas, aprovadas no Processo Seletivo Público Simplificado aberto pelo edital nº 001/2016 de 24.05.2016 e alterações subsequentes e convocadas pelo Edital de Convocação nº 014/2017, devidamente publicado no Jornal Umuarama Ilustrado e no Diário Oficial do Estado do Paraná e igualmente divulgado no sitio oficial desta Municipalidade no endereço www.guaira.pr.gov.br/concurso público.

Nome	Cargo	Classificação	Nº inscrição
Adriana Jasper José	**Professor**	52º lugar	22
Iranilde de Oliveira Afonseca	**Professor**	53º lugar	51

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:50788AFA

PROJUR
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL REFERENTE AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 01/2016 DE 24/05/2016 – PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA REDE ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E MÉDI

Contrato nº 006/2017
Contratante: MUNICIPIO DE GUAIRA
Contratado: MARA DHULLE DOS SANTOS SILVA
CARGO: PROFESSOR
Salário Inicial: R$ 1.149,40
Admissão: 12.09.2017

Registrado no memorando on-line sob o nº 2017002282

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:A2A7928B

PROJUR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2017 REF. PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO – EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2016

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do Processo Seletivo Público Simplificado, conforme Decreto nº 213/2016, e considerando os memorandos sob os nºs **2017002282 e 2017003257**,

RESOLVE:

1. CONVOCAR as candidatas descritas a seguir, aprovadas e classificadas no Processo Seletivo Público Simplificado, aberto pelo edital nº 01/2016 e alterações subsequentes, Homologado pelo Decreto nº 213/2016, e prorrogado pelo Decreto n° 220/2017, a comparecerem no Departamento de Pessoal desta Municipalidade, à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **14.09.2017** a **20.09.2017** no horário de expediente, das 07:30h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h, munidas de documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo conforme segue:

Professor			
Classificação	Inscrição nº	Candidato	Data de nascimento
55º lugar	92	Jaqueline da Silva Hellmann	21.04.1992
56º lugar	32	Dadila Queiroz de Oliveira	17.05.1981
57º lugar	58	Divanete de Moraes da Silva	25.10.1973
58º lugar	14	Rosana Pereira Duarte	21.02.1980
59º lugar	43	Juliane de Andrade Cavilia	23.10.1991
60º lugar	44	Neuza Maria Rezende	12.08.1966
61º lugar	81	Katiuscia de Souza Oliveira Lins	22.07.1978
62º lugar	25	Cibeli Rissardi Afonso	27.02.1980

2. As candidatas convocadas deverão comparecer no Departamento de Pessoal munidas dos seguintes documentos mediante a apresentação em fotocópia autenticada ou **simples, desde que, neste caso, as candidatas apresentem o original para conferência no local da entrega**:

I - Cédula de Identidade (R.G.) ou protocolo da identidade;
II - Certificado de reservista ou documento correspondente, quando couber.
III - Título de eleitor;
IV - Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência;
V - Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.);
VI – Registro no órgão da classe (quando for o caso);
VII – Certidão de registro de nascimento ou casamento;
VIII – Certidão de registro de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando couber;
IX – Carteira de vacinação dos filhos até 06 (seis) anos;
X – Comprovante de matrícula escolar dos filhos até 14 (quatorze) anos de idade;
XI – Uma fotografia 3x4 recente, tirada de frente;
XII – Certidão negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos; devendo ser a via original;
XIII – Comprovante de escolaridade exigida;
XIV – Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública, inclusive declaração de não ter sido demitido do

serviço público municipal, estadual ou federal e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, declaração de proventos de inatividade e/ou aposentadoria;
XV – Carteira de Trabalho – CTPS e o Número do PIS/PASEP/NIT/NIS;
XVI – Comprovante de endereço atualizado.

2.1 – As Certidões deverão ser apresentadas, necessariamente, no original.

3. As candidatas convocadas, antes da sua contratação, serão submetidas a Perícia Médica Oficial para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo. Sendo que as despesas com a sua realização correrão por conta das candidatas convocadas.

3.1 - A falta de apresentação da Perícia Médica Oficial mencionados no item anterior caracterizará desistência das candidatas.

3.2 - O resultado da Perícia Médica Oficial, que consiste no exame admissional será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.3 – A candidata considerada inapta no exame admissional ou que não se sujeitar à realização do mesmo será eliminada.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará a candidata, anulando todos os atos decorrentes da respectiva contratação.

5. A candidata que não apresentar a documentação necessária a comprovar os requisitos estabelecidos para a sua contratação, nos prazos previstos no Edital de Convocação, será excluída do Processo Seletivo Público Simplificado.

PUBLIQUE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:83747D25

PROJUR
PORTARIA Nº 340/2017 DATA: 13.09.2017

Ementa: prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão de processo disciplinar para apurar fatos de interesses da Administração Municipal, instituída pela Portaria nº 152/2017.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o Memorando nº 2016001947,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos objetivando ressalvar os interesses da Administração Municipal, instituída pela Portaria nº 152/2017, por mais 30 (trinta) dias.
Art. 2º O desempenho das atribuições dos membros da Comissão é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE,
PUBLIQUE-SE E
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:F0E2E9BF

PROJUR
INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2017 – SEMEC REGISTRADO NO MEMORANDO ON-LINE SOB O Nº 2017003272

Estabelece procedimentos e normas para a utilização da Carteira de Transporte Escolar

A **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, no uso de suas atribuições, considerando:

- o Ofício n. 304/2017 do Ministério Público;

- a necessidade de estabelecer procedimentos e normas para a utilização da Carteira de Transporte Escolar, emite a seguinte:

INSTRUÇÃO

1 – A Carteirinha de Transporte Escolar torna-se documento obrigatório para alunos que utilizam transporte escolar a partir de 20 de setembro do corrente ano.

2 - Caberá a Direção do Estabelecimento de Ensino o controle e entrega das carteirinhas do transporte escolar, bem como orientar aos alunos e responsáveis sobre a necessidade e importância da utilização no momento de utilizar o transporte escolar.
3 – Caberá a Direção informar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura quanto à atualização do Cadastro Escolar e a inclusão de novos alunos que utilizam o transporte escolar municipal, por meio de memorando ao Diretor do Departamento de Transporte Escolar, para os estabelecimentos municipais, e ofício para os estabelecimentos estaduais, para que seja desta forma confeccionada a carteirinha.

4 – Na ausência do diretor do estabelecimento, caberá à secretária do estabelecimento repassar tais informações à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

5 – No caso dos Estabelecimento da Rede Privada, incluindo Universidades, caberá a Direção do Estabelecimento orientar e informar aos alunos da obrigatoriedade de utilizar a carteira de transporte escolar que já possuem, emitindo sempre que necessário carteirinhas para os alunos novos, evitando assim maiores transtornos.

6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Guaíra - Parana, em 13 de setembro de 2017.

FRANCIELE DE LIMA DANELON JESUS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:ADCBDDC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, JOSÉ CARLOS TOLOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	
b) Licitação Nrº :	41/2017
c) Modalidade :	Pregão
d) Data Homologação :	11/09/2017
e) Objeto Homologado :	contratação de empresa para fornecimento de equipamentos, suprimentos e insumos de informática.

05.002.04.122.0003.2.006.3.3.90.30.00.00. - MATERIAL DE CONSUMO
05.002.04.122.0003.2.006.3.3.90.30.00.00. - MATERIAL DE CONSUMO
05.002.04.122.0003.2.006.3.3.90.30.00.00. - MATERIAL DE CONSUMO
25.001.10.301.0012.2.045.3.3.90.30.00.00. - MATERIAL DE

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: WP DO BRASIL
CNPJ/CPF: 04.483.808/0001-28

WP DO BRASIL - CNPJ 04.483.808/0001-28

Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartucho de Toner 505A Remanufaturado 180g	UNI	50,00	125,3700	6.268,50
Cartucho de Tinta 901 Preto Remanufaturado c/ 25 ml	UNI	10,00	54,8500	548,50
Cartucho de Tinta 901 Color Remanufaturado c/ 18ml	UNI	5,00	61,1200	305,60
Cartucho de Tinta 21 Preto Remanufaturado c/ 25ml	UNI	10,00	47,0200	470,20
Cartucho de Tinta 22 Color Remanufaturado c/ 15ml	UNI	5,00	61,1200	305,60
Cartucho de Tinta 92 Preto Remanufaturado c/ 25ml	UNI	10,00	47,0200	470,20
Cartucho de Tinta 93 Color Remanufaturado c/15ml	UNI	2,00	56,2800	112,56
Cartucho de Tinta 60 Preto Remanufaturado c/25ml	UNI	10,00	54,8500	548,50
Cartucho de Tinta 60 Color Remanufaturado c/15ml	UNI	5,00	57,9800	289,90
cartucho de tinta 662 preto remanufaturado c/15ml	UNI	20,00	57,9800	1.159,60
cartucho de tinta 662 color remanufaturado c/12ml	UNI	15,00	59,5500	893,25
Cartucho de Tinta 122 Preto Remanufaturado c/25ml	UNI	10,00	56,4200	564,20
Cartucho de Tinta 122 Colorido Remanufaturado c/15ml	UNI	5,00	59,5500	297,75
Cartucho de Tinta 74 Preto Remanufaturado c/25ml	UNI	10,00	54,8500	548,50
Cartucho de Tinta 75 Colorido Remanufaturado c/15ml	UNI	6,00	57,9800	347,88
Cartucho de Toner MLT-D104S Remanufaturado c/85g	UNI	4,00	115,9700	463,88
cartucho de toner samsung scx4200 remanufaturado c/130g	UNI	30,00	123,1800	3.695,40
fita p/ impressora EPSON fx890 preta, com 13 mts-cx c/01 similar	UNI	10,00	39,4500	394,50
refil de tinta EPSON t6641 bk- original-L200/L355	UNI	10,00	91,1600	911,60
refil de tinta EPSON t6642 cyan- original-L200/L355	UNI	5,00	89,2600	446,30
refil de tinta EPSON t6643 magenta-original-L200/L355	UNI	5,00	89,2600	446,30
refil de tinta EPSON t6644 yellow- original-L200/L355	UNI	5,00	89,2600	446,30
cartucho de tinta hp 934xl- bk- original do fabricante da impressora C2P23AL	UNI	10,00	219,8700	2.198,70
cartucho de tinta hp 935xl ciano- original do fabricante da impressora C2P24AL	UNI	5,00	141,2600	706,30
cartucho de tinta hp 935xl yellow- original do fabricante da impressora C2P26AL	UNI	5,00	141,2600	706,30
cartucho de tinta hp 935xl- magenta- original do fabricante da impressora C2P25AL	UNI	5,00	141,2600	706,30
Cartucho de Toner HP CF217A Remanufaturado c/120g	UNI	50,00	233,5000	11.675,00
Cartucho de tinta HP 662xl color original do fabricante da impressora	UNI	15,00	139,1600	2.087,40
Cartucho de tinta HP 662xl BK original do fabricante da impressora	UNI	20,00	116,9400	2.338,80
Cartucho de Toner 35A Remanufaturado c/ 130 g	UNI	50,00	90,8900	4.544,50
Cartucho de Toner 36A Remanufaturado c/130g	UNI	50,00	90,8900	4.544,50
Cartucho de Toner 2612A Remanufaturado c/ 150 g	UNI	50,00	101,8600	5.093,00
Cartucho de Toner CC 530A Remanufaturado c/100 g	UNI	10,00	152,0100	1.520,10
Cartucho de Toner CC 531A Remanufaturado c/ 90g	UNI	6,00	152,0100	912,06
Cartucho de Toner CC 532A Remanufaturado c/ 90g	UNI	6,00	152,0100	912,06
Cartucho de Toner CC 533A Remanufaturado c/ 90g	UNI	6,00	152,0100	912,06
cartucho de toner samsung mlt-d101s remanufaturado c/100g	UNI	40,00	152,0100	6.080,40
Cartucho de Toner Brother TN2340/2370 Remanufaturado c/180g	UNI	50,00	131,6400	6.582,00
cartucho de tinta EPSON 1401 bk-p/ impr. officetx620- original	UNI	10,00	131,8500	1.318,50
cartucho de tinta EPSON 1402 ciano-p/ impr. officetx620- original	UNI	5,00	104,4200	522,10
cartucho de tinta EPSON 1403 magenta-p/ impr. officetx620- original	UNI	5,00	104,4200	522,10
cartucho de tinta EPSON 1404 yellow-p/ impr. officetx620- original	UNI	5,00	104,4200	522,10
Kit Cilindro HP CF219A Compativel Novo	UNI	10,00	227,2300	2.272,30
Kit Cilindro Brother TN 2340/2370 compativel novo	UNI	10,00	148,8800	1.488,80
Cartucho de Toner 285A Remanufaturado c/ 130g	UNI	150,00	90,8900	13.633,50
cartucho de toner hp 283A remanufaturado c/130g	UNI	50,00	108,1300	5.406,50
Total:				97.140,40

Valor Total Homologado - R$ R$ 97.140,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, 11 de setembro de 2017.

JOSÉ CARLOS TOLOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:8FB8165A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.36/2017, objetivando a O presente processo licitatório tem por objeto a contratação de empresas para fornecimento de lanches dos encontros dos grupos de convivência e projetos da Assistência Social de Guaraci.. decorrente de Pregão n° 28/2017, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI e a EUCLIDES FRANCISCO DE MENDONCA inscrita no CNPJ sob nº. 73.331.845/0001-33. aditivam o contrato com término 11/09/2017 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

GUARACI 11 de setembro de 2017.

JOSE CARLOS TOLOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:03AE175E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIAÇU

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA N.º 2957/2017

SÚMULA: Nomeia servidor(a) aprovado(a) em Concurso Público e estabelece outras providências.

Osmário de Lima Portela, Prefeito Municipal de Guaraniaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 62, inciso II, alínea “a” e “b”, da Lei Orgânica do Município e de acordo com os artigos 11, 12 e 25, da Lei Municipal n.º - 051 de 28 de

dezembro de 1992 e posteriores alterações; Considerando em especial a Lei Municipal 610/2011 e posteriores alterações;

R E S O L V E

Art. 1º Nomear MARCIELI ADAMI, portador(a) da Cédula de Identidade Civil RG n.º 9.226.889-6 SSP/PR e CPF n. 081.061.649-18, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, homologado pelo Edital n.º 023/2016, para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em caráter de Estagio Probatório do quadro desta Prefeitura, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de setembro de 2017.

Parágrafo Único. O enquadramento dos(as) candidatos(as) nomeados(as) a partir desta Portaria se dará após comprovação do nível de escolaridade junto ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de setembro de 2017.

OSMÁRIO DE LIMA PORTELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia de Andrade da Luz
Código Identificador:720ED85D

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N.º 3593/2017

SÚMULA: Dispõe sobre *Abertura de Crédito Adicional Suplementar* e estabelece outras providências.

Osmário de Lima Portela, Prefeito Municipal de Guaraniaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no **art. 62, Inciso I, da Lei Orgânica do Município e Inciso I do Art. 6º da Lei n.º 1008 de 09 de novembro de 2016 – LOA, Publicado 10/11/2016;**

R E S O L V E

Art. 1º Abrir no orçamento programado no Município para o exercício de 2017 um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais),** para cobertura das seguintes dotações orçamentárias:

06 – Secretaria de Educação e Cultura
06.04 – Departamento de Cultura
1339213012.034000 – Manutenção dos Departamento de Cultura
3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiro-P. Jurídica – 000.....120.000,00
06.05 – Departamento de Transporte Escolar
1236112012.035000 – Manutenção do Transporte Escolar
12364 – Ensino Superior
3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiro-P. Jurídica – 000.....10.000,00
Total.....130.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados anulações parciais ou totais das seguintes dotações orçamentárias, em conformidade com o parágrafo 1.º, inciso III, do artigo 43, da **Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964:**

06 – Secretaria de Educação e Cultura
06.02 – Departamento de Apoio ao Estudante e Merenda Escolar
1236512012.030000 – Manutenção da Merenda Escolar
4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações – 000.....74.800,00
1236212012.104000 – Casa Familiar Rural
3.1.90.11.00.0000 – Venc. e Vantangens Fixas-Pessoal Civil – 000.....45.200,00
06.05 – Departamento de Transporte Escolar
1236112012.035000 – Manutenção do Transporte Escolar
12364 – Ensino Superior
3.3.90.48.00.0000 – Outros Auxílios Financeiros a PF – 000.....10.000,00
Total.....130.000,00

Art. 3º Fica alterado simultaneamente Programação Financeira, Cronograma de Desembolso, LDO e PPA no que for necessário para a implementação da suplementação desta Lei.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de setembro de 2017.

OSMÁRIO DE LIMA PORTELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia de Andrade da Luz
Código Identificador:E144DE0E

EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL N° 069/2017

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

A Administração Municipal, através do **Prefeito Municipal Sr. Osmário de Lima Portela,** que, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 13 da Instrução Normativa n.º 032/2009-TC/PR e § 4.º do art. 9.º da Lei Complementar n.º 101/2000**, *CONVOCA*** a População em Geral, para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** referente **METAS FISCAIS RELATIVAS AO 2.º QUADRIMESTRE DE 2017** e **RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA**, que trata dos dados relativos a Prefeitura Municipal de Guaraniaçu e Fundo de Previdência Municipal – FUPREMGUAÇU, conforme a seguir:

ORDEM DO DIA:

- **DATA: 25/09/2017**
- **LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**
- **HORÁRIO: 18:00 HORAS.**

Guaraniaçu, 13 de setembro de 2017.

OSMÁRIO DE LIMA PORTELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia de Andrade da Luz
Código Identificador:FA32622B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

O **MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU**, Estado do Paraná, Comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, visando Contratação de serviços de mão de obra mecânica e fornecimento de peças para moto serras, roçadeiras, lavadoras, pulverizador, soprador, aparador de cerca e moto podas para os setores da Administração Municipal. O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/02; subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/93, suas alterações, Lei complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 3276/2016 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido neste Edital e seus anexos, integrantes do processo acima indicado

- Data de abertura: 26.09.2017
- Horário: 09:00 h
- Local: Setor de Licitações.

A íntegra do instrumento acima, poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações desta Prefeitura à Av. Abilon de Souza Naves 394, no horário das 9:00 às 16:00h, de segunda a sexta-feira fone (45) 3232-1162, endereço:
www.guaraniacu.pr.gov.br ou no e-mail
compras@guaraniacu.pr.gov.br.

PUBLIQUE- SE

Guaraniaçu, 13 de setembro de 2017.

JOSÉ HAMILTON C. DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Jose Hamilton Cordeiro
Código Identificador:B23B18D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO ERRATA DE PUBLICAÇÃO REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 054/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 033/2017

Retifica-se o extrato de compromisso de fornecimento nº 054/2017 do Pregão Presencial 033/2017, publicado no Diário Oficial da Associação dos Municípios do Paraná - AMP no dia 22 de Agosto de 2017.
Onde se Lê: "**VALOR CONTRATUAL:** R$ 26.877,00 (vinte e seis mil oitocentos e setenta e sete reais)."
Lê se: "**VALOR CONTRATUAL**: R$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais)."

Iguaraçu, 24 de Agosto de 2017.

EVA PAULA CHARALO AGLIO
Departamento de Licitação

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:056373CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO ERRATA DE PUBLICAÇÃO REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 056/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 034/2017

Retifica-se o extrato de compromisso de fornecimento nº 056/2017 do Pregão Presencial 034/2017, publicado no Diário Oficial da Associação dos Municípios do Paraná - AMP no dia 22 de Agosto de 2017.
Onde se Lê: "**VALOR CONTRATUAL**: R$ 16.320,00 (dezesseis mil e trezentos e vinte reais)."
Lê se: "**VALOR CONTRATUAL**: R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)."
Iguaraçu, 24 de Agosto de 2017.

EVA PAULA CHARALO AGLIO
Departamento de Licitação

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:649384DD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 098/2017

Dispõe sobre concessão de progressão por conhecimento ou aperfeiçoamento na forma que específica.

MANOEL ABRANTES NETO, Prefeito do município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no artigo 56 Parágrafo I Alínea B da Lei nº 002/2014 – Plano de Cargos, Carreira e Vencimento.

RESOLVE

ART. 1º. Concede ao servidor ALAN CESAR FRAGA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efeito de AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, Progressão por conhecimento em virtude de haver concluído curso de Bacharel em Administração, conforme Declaração de Conclusão apresentada no Departamento de Recursos Humanos, ficando o servidor a partir do dia 01/09/2017, reenquadrado no Plano de Carreira dos Servidores Municipais conforme a seguir especificado:

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO GOA/A
REFERENCIA: B	

ART. 2º, Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Iguaraçu, 12 de setembro de 2017

MANOEL ABRANTES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:5B3D4831

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 099/2017

Dispõe sobre concessão de progressão por conhecimento ou aperfeiçoamento na forma que específica.

MANOEL ABRANTES NETO, Prefeito do município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no artigo 56 Parágrafo I Alínea B da Lei nº 002/2014 – Plano de Cargos, Carreira e Vencimento.

RESOLVE

ART. 1º. Concede a servidora GISLENE ALECIA DA SILVA GOULART, ocupante do cargo de provimento efeito de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, Progressão por conhecimento em virtude de haver concluído curso de Licenciatura em Pedagogia, conforme Declaração de Conclusão apresentada no Departamento de Recursos Humanos, ficando o servidor a partir do dia 01/09/2017, reenquadrado no Plano de Carreira dos Servidores Municipais conforme a seguir especificado:

CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO GOA/A
REFERENCIA: B	

ART. 2º, Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Iguaraçu, 12 de setembro de 2017

MANOEL ABRANTES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:E5A4CE82

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 100/2017

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

MANOEL ABRANTES NETO, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

R E S O L V E
Art. 1°. Conceder a servidora MARIA RIBEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de saúde, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente o período aquisitivo 2007/2012, para serem gozadas no período de 19/09/2017 a 18/10/2017.

Art. 2˚. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Iguaraçu, 12 de setembro de 2017.

MANOEL ABRANTES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:4DD32E8B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 025/2017

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei nº 07/2005, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Iguaraçu no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município aprovou, e eu, MANOEL ABRANTES NETO, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:
Art. 1º - O Caput do Artigo 1º da Lei nº 07/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:
“ Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, pela Polícia Militar do Paraná, a fim de efetuar a cessão de uma funcionária, destinada a prestar serviços, destinada a execução de serviços de limpeza interna e outros, junto à sede do Posto Policial Rodoviário de Iguaraçu da 4ª Cia PRv do BPRv e outra funcionária destinada ao preparo de alimentação e serviços de limpeza junto à sede do Destacamento da Polícia Militar de Iguaraçu - PR. ”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iguaraçu - PR, 21 de agosto de 2017.

MANOEL ABRANTES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:239E289D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 132/2017

SÚMULA – Dispõe sobre recomposição monetária do valor da UVC- Unidade de Valor para Custeio, em decorrência de ajustes autorizados pela ANEEL, até a data de 31/08/2017, na forma que especifica.

Manoel Abrantes Neto, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e as constantes no artigo 51, Inciso II da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 5º, Inciso II c/c o artigo 4º da LCM nº 43, de 27/12/2002, e

Considerando as Resoluções expedidas pela ANEEL sob os números 284/2003, 146/2004, 130/2005, 345/2006, 479/2007, 663/2008, 839/2009, 1015/2010, 1158/2011, 1296/2012, 1431/2013, 1565/2013, 1763/2014, 1858/2015, 1897/2015, 2096/2016 e 2255/2017,

DECRETA

Art. 1º. Fica majorado para R$136,77 (Cento e trinta e seis reais e setenta e sete centavos) o valor correspondente à UVC- Unidade de Valor para Custeio, pra os fins previstos na LCM nº 43, de 27/12/2002, que dispõe sobre a contribuição para o custeio do serviço de Iluminação Pública no Município.
Parágrafo Único. A majoração constante deste artigo respeita os acréscimos autorizados pelas Resoluções expedidas pela ANEEL, bem como ajusta o valor da UVC aos ditames das resoluções editadas até a data de 31/08/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU, 11/09/2017.

Iguaraçu, 12 de setembro de 2017.

MANOEL ABRANTES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:295A38B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº8/2017

SÚMULA 07/2017: Aprova o Termo de Adesão ao incentivo de Adesão Espontânea IFP-AE e o Plano de Ação da deliberação 66/2017 Família Paranaense .

O conselho municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições que lhe confere a lei Federal nº8742 de 07 de dezembro de 1993, a lei municipal nº 051, de 14 de junho de 2014 e

Considerando a deliberação da plenária sobre a Pauta apresentada e discutida em reunião extraordinária, realizada no dia treze de setembro de 2017.

Art 1- Aprova o Termo de Adesão ao Incentivo Adesão Espontânea **IFP-AE**, aos serviços socioassistenciais tipificados no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, do Aprimoramento da Gestão do SUAS e dos Benefícios Eventuais, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social e,

Art 2- Aprova o Plano de Ação o plano de Ação da deliberação 66/2017 Família Paranaense.

Art 3 º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Iguaraçu, 13 setembro de 2017.

GISLAINE LOPES DOS SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:179CD823

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DECRETO N.º 193/2017, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

Súmula: Nomeia membros do Comitê Municipal e Local do Programa Família Paranaense e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Iguatu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia membros do Comitê Local do Programa Família Paranaense, criado através do Decreto n° 123, de 14 de abril de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte composição:

I – Representante do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS
Daiane Lima Brandão Sardinha e Andressa Marcondes Pires Ferreira
II – Representante do Departamento de Agricultura
Daniel Martins Furis e Anderson Griss
III – Representante do Centro de Saúde
Maria Inês dos Santos e Rosangela Aparecida Pereira Colla Ferreti
V – Representante do Departamento de Educação
Laurinda de Fátima Helker e Roseli Lourenço dos Santos
VI – Representante do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes
Guilherme de Toni
VIII – Representante do Departamento de Esportes
Tiago Fabrício Machado

Art. 2º Nomeia membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Família Paranaense, criado através do Decreto n° 123, de 14 de abril de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte composição:

I – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
Alcione Cássia dos Santos
II – Representante da Secretaria Municipal de Educação
William Rodrigues
III – Representante do Departamento de Indústria e Comércio
Paulo Cézar Dias
V – Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Dicléia Aparecida dos Santos
VI – Representante da Secretaria de Agricultura
Amarildo Dias Ferreira

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iguatu, aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2017.

VLADEMIR ANTÔNIO BARELLA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lucia de Souza
Código Identificador:4B49FC08

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 04/2017

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IGUATU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente em cumprimento da Lei Complementar n.º101/2000, bem como outras legislações correlatas, CONVOCA a população e entidades civis e de classe do Município, para participar de Audiência Pública, em que o Poder Executivo, Secretaria Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Assistência Social apresentaram a Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais referente ao Segundo Quadrimestre de 2017. A audiência será realizada na Câmara de Vereadores Joceli Berton, Sede do Poder Legislativo, sito a Avenida Sete de setembro, 354, no dia 21 de Setembro de 2017, às 19:00 horas.

VLADEMIR ANTÔNIO BARELLA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lucia de Souza
Código Identificador:202ACF53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 662/2017

AUTORIZA O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SENHOR VICTOR ADRIANO MARTINS, A VIAJAR A CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 275/1995 de 1º de março de 1995.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**, Sr. **VICTOR ADRIANO MARTINS**, a viajar a Capital do Estado do Paraná, nos dias 14 e 15 de setembro de 2017, para tratar de assuntos desta Municipalidade, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 02 (dois) diárias.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 13 de setembro de 2017.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:B73B71A5

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
2º TERMO DE MANUTENÇÃO DO EQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2016-PMI

Que entre si fazem de um lado como **ÓRGÃO GERENCIADOR**o **MUNICÍPIO DE IPORÃ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, 2.677, inscrito no CNPJ/MF nº. 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **Roberto da Silva**, residente e domiciliado nesta cidade de Iporã, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG nº 5.313.053-4 SSP/PR e CPF: 916.753.089-34, e de outro lado como **DETENTOR DA ATA** a Empresa **POLIS & TORINO LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº. 01.618.324/0001-50, denominada **DETENTOR**, com sede na Avenida Marginal, lote 07-A, nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, representada pelo Sr. **Gedivaldo Torino**, residente e domiciliado no Lote n 27, da quadra n 04, Parque Industrial, nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, portadora da cédula de identidade RG nº 6.665.891-0 SSP-PR e CPF 016.169.189-77. Celebram o presente Termo de Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro da Ata de Registro de Preços nº. 102/2016, decorrente do Pregão Presencial 061/2016-PMI, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica alteradoovalor unitário do item 02 – Gasolina Comum, o qual passará para R$ 3,64 (três reais e sessenta e quatro centavos), com base no que dispõe o art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no instrumento original.

CLÁUSULA TERCEIRA
E por assim acharem justos e contratados, determinaram à lavratura do presente termo, que passará a integrar a ata primitiva e vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

Iporã / PR, 13 de setembro de 2017.

Municípiode Iporã
Órgão Gerenciador
ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Polis & Torino LTDA-EPP
Detentora
GEDIVALDO TORINO
Representante

Testemunhas:

_____
Nome:
RG N°:

_____
Nome:
RG N°:

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:B3DE59E7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
2º TERMO DE MANUTENÇÃO DO EQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016-PMI

Que entre si fazem de um lado como **ÓRGÃO GERENCIADOR**o **MUNICÍPIO DE IPORÃ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, 2.677, inscrito no CNPJ/MF nº. 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **Roberto da Silva**, residente e domiciliado nesta cidade de Iporã, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG nº 5.313.053-4 SSP/PR e CPF: 916.753.089-34, e de outro lado como **DETENTOR DA ATA**a Empresa **LINGNAU & LINGNAU LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 78.395.936/0001-56, denominada **CONTRATADA**, com sede na Avenida Presidente Castelo Branco, 1656, nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, representada pela Srª. **Simoni Lingnau Terciotti Dias**, residente e domiciliada na Rua Roberto Fumioaoki, 369, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da cédula de identidade RG nº 8.387.321-3 SSP-PR e CPF 044.015.889-32. Celebram o presente Termo de Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro da Ata de Registro de Preços nº. 103/2016, decorrente do Pregão Presencial 061/2016-PMI, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica alteradoovalor unitário do item 03– Óleo Diesel Comum, o qual passará para R$. 2,88 (dois reais e oitenta e oito centavos), com base no que dispõe o art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no instrumento original.

CLÁUSULA TERCEIRA
E por assim acharem justos e contratados, determinaram à lavratura do presente termo, que passará a integrar a ata primitiva e vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.
Iporã / PR,13 de setembro de 2017.

Municípiode Iporã
Órgão Gerenciador
ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Lingnau & Lingnau LTDA
Detentora
SIMONI LINGNAUTERCIOTTI DIAS
Representante

Testemunhas:

_____
Nome:
Rg n°:

_____
Nome:
Rg n°:

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:F8075D3E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 125/2017

HOMOLOGA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO PROCESSO Nº. 073/2017 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 041/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º -Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação, nomeado pela Portaria nº. 603/2017 de 22/08/2017, do Certame Licitatório, Processo nº. 073/2017, na modalidade Pregão Presencial-SRP nº 041/2017, que trata de registro de preços para aquisições futuras e parceladas de cobertura de ponto de ônibus.

Art. 2º - Fica declarado o certame como FRACASSADO.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 13 de setembro de 2017.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:8460085E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº. 087/2017 - PMI
DISPENSA: 009/2017
PROCESSO: 093/2017
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de setembro de 2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná.
CONTRATADA: SORI – SOCIEDADE RURAL DE IPORÃ.
DOMICILIO LEGAL: Rua senador Souza Naves, s/n, Iporã Paraná CEP 87.560-000.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DENOMINADO Z-I-R, COM ÁREA DE 17.800,00 METROS QUADRADOS, COM METRAGENS DIVISAS E CONFRONTAÇÕES CONSTANTES DA MATRÍCULA 11.310 DO CRI LOCAL, A SER UTILIZADO NA REALIZAÇÃO DA FESTA EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DESTE MUNICÍPIO**.**
VALOR: R$- Pela execução dos serviços objeto deste contrato o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 31/12/2017.
FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.

Iporã (PR), 12 de setembro de 2017.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

SORI – SOCIEDADE RURAL DE IPORÃ
Representante Legal da Contratada.

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:B408377E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 75.738.484/0001-70, com sede administrativa à Rua Pedro Álvares Cabral, nº. 2677, representado pela Srª. **MAIRA GONÇALVES SANCHES DE ALMEIDA**, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Iporã, portadora da cédula de identidade RG nº. 3.859.017-0, inscrita sob o CPF nº. 555.310.919-15**, CONVOCA** a servidora Srª. **FABIANI BELTRAMIN GOULART,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 9.717.123-8 SSPPR e inscrita no CPF nº. 051.047.529-92, ocupante do cargo de Farmacêutico, para o retorno ao trabalho no Hospital Municipal Cyro Silveira, localizado a Rua Katsuo Nakata 1779, Iporã – Pr. considerando que Vossa Senhoria não comparece ao trabalho desde 09/08/2017, data da interrupção de sua licença de 02 anos para tratar de assuntos particulares.
As faltas injustificadas acarretarão em prejuízos salariais e poderá configurar em abandono de cargo depois de transcorrido o prazo legal de 30 dias.

Paço Municipal 11 de setembro de 2017

MAIRA G. SANCHES DE ALMEIDA
Diretora do Depto. de Recursos Humanos

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:584F2D5B

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 660/2017

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA RENATA DE LIMA VILVERT GOUVEIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

a) *o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;*

b) *o atestado Médico;*

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 11 de setembro de 2017, por um período de 01 (um) dia, **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **RENATA DE LIMA VILVERT GOUVEIA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.418.690-0 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 070.171.339-94, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE DE DEFESA CIVIL**, nomeada através da Portaria nº. 757/2012 de 11 de dezembro de 2012, lotada na Secretaria de Administração, Segurança Pública e Desenvolvimento.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 11 de setembro de 2017.

Registre-se
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 13 de setembro de 2017.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:0A31AE7A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 661/2017

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA EDNA APARECIDA DE SOUZA ZANIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

a) *o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;*

b) *o atestado Médico;*

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 11 de setembro de 2017, por um período de 01 (um) dia, **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **EDNA APARECIDA DE SOUZA ZANIN,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.261.237-1 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 050.187.089-05, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, nomeada através da Portaria nº. 096/2012 de 27 de fevereiro de 2012, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde e à Área Social.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 11 de setembro de 2017.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 13 de setembro de 2017.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:B767576A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 663/2017

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ELESSANDRA APARECIDA VACARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

a) *o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;*

b) *o atestado Médico;*

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 05 de setembro de 2017, por um período de 03 (três) dias, **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ELESSANDRA APARECIDA VACARI,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.696.929-0- SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 006.325.539-10, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, nomeada através da Portaria nº. 193/2001 de 09 de abril de 2001, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 05 de setembro de 2017.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 13 de setembro de 2017.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:35257161

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 664/2017

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA CACILDA FERREIRA VACARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

a) *o disposto no Art. 160 da Lei nº. 233/1993;*

b) *o atestado Médico;*

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 12 de setembro de 2017, por um período de 04 (quatro) dias, **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA,** a Servidora **CACILDA FERREIRA VACARI,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.352.319 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 370.726.099-20, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, nomeada através da Portaria nº. 192/2004 de 11 de junho de 2004, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 12 de setembro de 2017.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 13 de setembro de 2017.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:11D15971

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 665/2017

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA O SERVIDOR JOSÉ VALDINEI CRIVELARO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

a) *o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;*

b) *o atestado Médico;*

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 11 de setembro de 2017, por um período de 01 (um) dia, **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** ao Servidor **JOSÉ VALDINEI CRIVELARO DOS SANTOS,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.776.161-0 - SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 762.098.069-53, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE DE ENDEMIAS**, nomeado através da Portaria nº. 112/2012 de 27 de fevereiro de 2012, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde e à Área Social.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 11 de setembro de 2017.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 13 de setembro de 2017.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:B4BE4252

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
12.09.2017	MIN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	313.218,75
12.09.2017	FNS BLMAC	63.727,93
12.09.2017	FUNDEB	9.877,99
13.09.2017	FUNDEB	31.956,05
13.09.2017	GSUAS FNAS	2.193,92

Iporã-(PR), 13 de setembro de 2017.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:61F17738

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1519/2017

SÚMULA: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ALTERA A LEI Nº 1.293/2013, DE 06/12/2013 – PLANO PLURIANUAL DE 2014 a 2017; LEI Nº 1.487/2016, DE 24/06/2016 – DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI Nº 1.498/2016, DE 24/11/2016 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, NO VALOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º - Fica pela presente Lei, o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Corrente Exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 820.000,00 (Oitocentos e vinte mil reais), destinado a atender as seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IPORÃ
08. FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IPORÃ
08.12. ENCARGOS PREVIDÊNCIÁRIOS
092720032.2.091000 PAGAMENTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

3.1.90.01.00.0000 APOSENTADORIA DO RPPS, RESERVA REM. E REFORMA DOS MILITARES.....R$ 800.000,00
5 FONTE: 040 Regime Próprio de Previdência Social
3.1.90.03.00.0000 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR.....R$ 20.000,00
7 FONTE: 040 Regime Próprio de Previdência Social
SOMA.....R$ 820.000,00
TOTAL.....R$ 820.000,00

Art. 2º - O(s) recurso(s) para fazer(em) face ao(s) encargo(s) gerado(s) pelo que determina o Artigo 1º desta Lei decorrerá(ão), por provável Excesso de Arrecadação pelo ingresso de recursos na receita do atual exercício, conforme demonstrado abaixo:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IPORÃ
FONTE: 040 Regime Próprio de Previdência Social.....R$ 820.000,00
SOMA.....R$ 820.000,00
TOTAL.....R$ 820.000,00
Art. 3º - Fica pela presente Lei, autorizado a inserção e/ou adequação dos valores de anexos e tabelas do Plano Plurianual de 2014 a 2017 - Lei nº 1293/2013, de 06/12/2013, das Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1487/16, de 24/06/2016, bem como do Cronograma de Desembolso Mensal e da Programação Financeira da Receita.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:F7D622AA

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1520/2017

SÚMULA: ALTERA A LEI N.º 1246/2013, DE 08/05/2013, QUE INSTITUIU A CÂMARA MIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica Alterado os artigos 3.º, criando o § 5.º, 4.º, parágrafo único; 6.º e 10, criando o inciso I, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 3º -A "Câmara Mirim" será composta por até 15 (quinze) Vereadores Mirins, sendo que as vagas serão definidas em Regimento Próprio, a alunos matriculados em estabelecimentos públicos ou particulares do ensino do Município de Iporã, respeitada a idade mínima de 10 anos, mediante processos seletivos de escolha, vedada reeleição, devendo conter, no mínimo, um representante de cada Colégio Municipal da qual os alunos se enquadrem nos requisitos necessários.

§ 2º - A candidatura a Vereador Mirim é individual, podendo candidatar-se alunos com idade mínima de 10 anos e máxima de 16 anos na data da realização da eleição e que estejam devidamente matriculados na rede municipal e estadual de ensino, nos estabelecimentos de Ensino de Iporã.

Art. 4º -A eleição para Câmara Mirim ocorrerá no mês de março, ou em outra data definida por Comissão Temporária, sendo permitido o aproveitamento de projeto do TRE-PR, através de convênio.

Parágrafo único.O vereador-mirim exercerá mandato de um ano.

Art. 6º -Serão considerados eleitos até 15 (quinze) alunos titulares e até 15 (quinze) alunos suplentes.

Art. 10 -...

I – As datas expostas do *caput*, poderão ser alteradas pela Comissão Temporária para que se firme convênio com o TER-PR ou outro órgão de ensino estadual ou municipal."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celso Andrey Abreu
Código Identificador:E8724A6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 003/2017
CONTRATANTE: Município de Itambaracá, CNPJ nº. 76.235.738/0001-08.
CONTRATADA: Modelo Pneus Ltda, CNPJ sob o nº 94.510.682/0001-26.
OBJETO: Contratação de empresa para Aquisição de Pneus, Câmaras, Protetores e Bicos novos e Prestação de Serviços de Ressolagem a Quente e a Frio de Pneus, dos Veículos da Frota Municipal.
OBJETIVO: Alteração da Meta Financeira de R$ 136.562,00 (cento e trinta e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais) para R$ 139.262,00 (cento e trinta e nove mil duzentos e sessenta e dois reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016; Contrato nº. 003/2017.
FORO: Comarca de Andirá – Pr.

Itambaracá PR, 30 de agosto de 2017.

CARLOS CESAR DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:81F3FE7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO PP 021 2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: nº 051/2017
MODALIDADE/NÚMERO: Pregão Presencial nº 021/2017
FORMA DE AVALIAÇÃO: MAIOR LANCE OU OFERTA
OBJETO: Contratação de Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de pagamento da folha salarial dos servidores públicos municipais ativos (efetivos e comissionados), pensionistas e aposentados, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.
PREÇO MÁXIMO: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: nº 19.90.99.99.07.00, (Receitas Diversas) fonte 01000 (Livre).
PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09h00m do dia 03 de outubro de 2017.
ABERTURA: dia 03 de outubro de 2017, as 09h:01m, no Departamento de Licitações, sita a Avenida Interventor Manoel Ribas, 06.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital, Anexos, poderão ser obtidos, sem custos de aquisição, junto à Comissão Permanente de Licitação, que fornecerá cópia por meio magnético, devendo o interessado possuir *pen drive* ou outro meio de armazenamento eletrônico para obtenção dos arquivos; ou via e-mail, *licitacao@itambaraca.pr.gov.br*, obrigatório o envio, pelo mesmo meio, do aviso de recebimento. Os interessados em adquirir cópia impressa, poderão fazê-lo mediante o recolhimento da importância de R$ 0,30 (trinta) centavos de real por cada folha impressa, mediante guia específica, no horário compreendido entre 08h30min até as 11h30min e das 13h00min até 15h30min de 2ª a 6ª feira.

Itambaracá, 13 de setembro de 2017.

CARLOS CESAR DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:4EB6DEBD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2017

Licitação Modalidade: Concorrência - SRP nº 004/2017; **Proc. Administrativo**: nº 033/2017. **Objeto**: Contratação de Empresa para aquisição de Material de Construção, Pintura e Alvenaria, Ferragens, Hidráulicos, Ferramentas, Material de Segurança e Proteção e Material Elétrico, destinados à manutenção dos Prédios Municipais. O órgão gerenciador comunica que a publicação dos preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 009/2017 está disponível no site www.itambaraca.pr.gov.br - Licitações, conforme previsto no Edital e no Art. 15, § 2º da Lei nº 8.666/93.

Itambaracá, 22 de agosto de 2017.

CARLOS CESAR DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:3BB61157

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
1° TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE QUANTITATIVO AO CONTRATO 102/2017

CONTRATO Nº 102/2017
MODALIDADE PREGÃO Eletronico Nº 30/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: EUGENIO WOLLE NETTO TRANSPORTES E TURISMO-ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE DE ENSINO ESTADUAL, MUNICIPAL, (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) E UNIVERSITARIOS.
DO VALOR: R$ 1499,40 (hum mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos)
DATA DA ASSINATURA: 28 de agosto de 2017.

Publicado por:
Aline Guerra
Código Identificador:8CF89E78

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 228/2017 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

SÚMULA: Altera membros da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis da Prefeitura Municipal de Itaperuçu, designados pela Portaria nº 009/2017 de 06 de janeiro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE

Artigo 1º - Designar os servidores PAULO FELIPE MURARO e LUIS ALBERTO DOS SANTOS em substituição aos servidores CLÓVIS EDUARDO PEREIRA e LENIR TEREZINHA LAPOLA para compor a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Itaperuçu, para diversos fins, incluindo-se **Desapropriações, Calculo de ITBI Urbano e Rural, Calculo do Valor Venal, VTN (Valor da Terra Nua), casos de Dação em Pagamento e Locação de Imóveis,** ficando assim constituída:

JOSIL DE JESUS ALVES DE PAULA RG nº 8.590.044-7
PAULO FELIPE MURARO RG nº 12.621.836-2
LUIS ALBERTO DOS SANTOS RG nº 6.692.260-2

Artigo 2º - A Comissão atuará e manifestará em protocolos específicos com emissão de laudos e ou pareceres de avaliação conforme necessidade da gestão municipal.

Parágrafo Primeiro: A Comissão deverá consultar o Departamento de Tributação e Cadastro para embasar suas avaliações o qual fará suas manifestações por escrito em expediente específico e, ainda, se necessário fará levantamento através de pesquisas mercadológicas sobre preços praticados na municipalidade com consultas em jornais locais, laudos de imobiliárias e etc.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaperuçu, Estado do Paraná, em 04 de setembro de 2017.

NOTIFIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

HELIO VIEIRA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

CEZAR ANTONIO BITTENCOURT JUNIOR
Secretário de Governo e Administração

Publicado por:
Janete Baido dos Santos Paes
Código Identificador:B021C5D8

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº066/2017

Data Para Entrega das Propostas: 28/09/2017 às 13h30min.
Data Para Abertura: 28/09/2017 às 14h00min.

OBJETO: "Contratação de empresa para aquisição de 09 conjuntos de refeitório de 08 lugares cada, 06 estantes metálicas, com 10 prateleiras casa e 05 arquivos de aço com 4 gavetas, para atender as necessidades da Pré Escola Municipal Profª Dalzira Brandt Santana". TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, seguindo as condições, quantidades e especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I) do presente Edital.
VALOR MÁXIMO: R$ 24.602,32 (vinte e quatro mil seiscentos e dois reais e trinta e dois centavos). Local de Abertura: Por meio do endereço eletronico
www.licitacoes-e.com.br.

Informações Complementares: O(s) Edital(s), poderá (ao) ser retirados **somente** pelo endereço eletrônico
www.licitacoes-e.com.br. Dúvidas pelo telefone número (41) 3603-1381.

Itaperuçu 13 de setembro de 2017.

ALINE GUERRA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Aline Guerra
Código Identificador:DEC896A2

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº065/2017

Data Para Protocolar documentos: até 28/09/2017 às 09h30min.
Data Para Abertura do Certame: 28/09/2017 às 10h00min.

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MÉDIA COMPLEXIDADE (EXAMES LABORATORIAIS) conforme recurso do ministério da Saúde destinado para este fim,** pelo período de 12 (doze) meses**".** Pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL** seguindo as condições, quantidades e especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I) do presente Edital.

VALOR MÁXIMO: O preço máximo global da presente licitação será de **R$ 176.786,76 (cento e setenta e seis mil setecentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos).**

Local de Abertura: Sala de Reuniões, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Itaperuçu, sito a Avenida Crispin Furquim de Siqueira, 1800, no Município de Itaperuçu/PR.

Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados através do endereço Av. Crispin Furquim de Siqueria, 1800 | Centro | Itaperuçu – Paraná, pelo telefone (41) 3603-1381 ou e-mail: licitaitaperucu@gmail.com.

Itaperuçu, 13 de setembro de 2017.

ALINE GUERRA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Aline Guerra
Código Identificador:F524894F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 012/2017

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2017.
OBJETO: Peças e serviços para manutenção preventiva e corretiva da Motoniveladora XCMG GR180BR.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ivaí.
CONTRATADO: Rodo Service Ltda.
Valor global: R$ 4.860,00
FUNDAMENTO LEGAL: inciso I do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93.
Dotação orçamentária
10011545115011064339030005112980
RATIFICADO EM 13/09/2017.

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco Antonio Jensen
Código Identificador:84B39803

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 013/2017

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2017.
OBJETO: Peças e insumos para manutenção preventiva e corretiva da maquina escavadeira hidráulica Komatsu PC160LC-7 da frota municipal.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ivaí.
CONTRATADO: Vianmaq Equipamentos Ltda.
Valor global: R$ 2.548,86.
FUNDAMENTO LEGAL: inciso I do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93.
Dotação orçamentária
10011545115011064339030005112980
RATIFICADO EM 13/09/2017.

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco Antonio Jensen
Código Identificador:EEFA06EB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO 128/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 112/2017

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO N° 128/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017
(Leis Federais n° 8.666/93 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: 200 poltronas plásticas com braço para apoio nas atividades desenvolvidas com as famílias atendidas pelo Cras - Centro de Referência da Assistência Social.
PARTICIPANTES HABILITADOS: SZ Byte Informática Ltda., Cristiane Sloboda Me, Vinicius Guilherme dos Santos Informática Me, Multicenter & Digicolor Atacado Ltda. Me. e Caperpass Indústria e Comércio de Artigos Plásticos Ltda..
ADJUDICADO: Multicenter & Digicolor Atacado Ltda. Me.
Valor unitário:R$ 31,995
Valor global: R$ 6.399,00
Dotação Orçamentária:
09020824308012053449052009362582
HOMOLOGAÇÃO: 13.09.2017.

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco Antonio Jensen
Código Identificador:704AB5DD

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO 142/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 125/2017

AVISO DE LICITAÇÃO N° 142/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2017
(Leis Federais n° 8.666/93 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: 80 metros de arquibancada com 06 degraus e 150 metros de grades de isolamento para a realização em Ivaí de Etapa do Campeonato Brasileiro de Jeep e Gaiola Cross nos dias 13,14 e 15/10/2017.
Sessão de julgamento: 26/09/2017 às 09:30 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) - 3247-1222 - ramal 216 – site: www.ivai.pr.gov.br

Ivaí, 13 de setembro de 2017.

SAMOEL KOSS
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Marco Antonio Jensen
Código Identificador:8E016810

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 164/2017.

Dispõe sobre a Declaração de Inservibilidade dos bens que compõem o acervo patrimonial do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74 da Lei Orgânica do Município e, considerando a necessidade de padronizar procedimentos e rotinas e disciplinar as atividades de gestão de bens do acervo patrimonial do Poder Executivo Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a padronização de procedimentos, rotinas e regulamentação das atividades de gestão de bens do acervo patrimonial do Poder Executivo Municipal, visando a inservibilidade dos bens que não tem mais utilidade para o serviço público municipal em decorrência de ociosidade, obsoletismo, antieconomicidade ou irrecuperabilidade.

Art. 2º - Estará sujeito à Declaração de Inservibilidade o bem considerado obsoleto, ocioso, antieconômico ou inservível para a Administração Municipal, mediante abertura de processo de desfazimento.

§ 1º O bem considerado como em condições de desfazimento será classificado em virtude de:

I - ociosidade, quando, embora em condições perfeitas de uso, não estiver sendo aproveitado;
II - obsolescência, quando, embora em condições de uso, o bem não satisfaça mais as exigências técnicas da Administração, por estar tecnologicamente ultrapassado;
III - antieconomicidade, quando sua manutenção ou recuperação for onerosa ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado ou desgaste prematuro;
IV - irrecuperabilidade, quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina, em razão de inviabilidade de recuperação ou risco de perecimento.

§ 2º - Excepcionalmente, o bem não reaproveitável poderá ser doado ou cedido a entidade filantrópica sem fins lucrativos, regularmente estabelecida no território do Município e declarada de utilidade pública, quando caracterizados a finalidade e o uso de interesse social, com base na Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 3º - O levantamento da existência de material em condições de desfazimento é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração.
Parágrafo único. A declaração da inservibilidade do bem para o desfazimento é de iniciativa da unidade responsável por sua guarda e manutenção, que será formalizada por meio de processo regular, devidamente justificado.

Art. 4º - A constatação da inservibilidade do bem para o desfazimento será feita por Comissão Especial de Apoio designada pelo Chefe do Poder Executivo, no mínimo, por três servidores tecnicamente capacitados, que procederá ao exame pericial minucioso do bem relacionado e registrará suas conclusões em Documento de Vistoria e Reavaliação, que esclarecerá quando se tratar de material inservível, os critérios de avaliação adotados, e recomendará a adoção das medidas pertinentes, de acordo com o estado do bem e os interesses da administração pública municipal.

Art. 5º - Antes do desfazimento, devem ser aproveitadas as peças componentes passíveis de utilização, cessão ou alienação.

Art. 6º - Para a venda de bens móveis avaliados, o Chefe do Poder Executivo baixará ato declarando a Inservibilidade dos bens, os quais serão relacionados em forma de Anexo.
Parágrafo único. Os bens poderão ser objetos de Leilão, isolada ou globalmente, observados os requisitos da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 7º - Cabe ao leiloeiro oficial, indicado dentre os servidores públicos designados pela Secretaria Municipal de Administração e, nomeado pelo Prefeito Municipal, em conjunto com a Comissão Especial de Apoio receber os bens, conferi-los com o Memorando de Movimentação de Bens, distribuí-los em lotes e avaliá-los, bem como determinar a execução de todos os atos preparatórios do certame.

Art. 8º - Os valores arrecadados com a alienação de bens arrematados deverão ser recolhidos ao Tesouro Municipal, por documento de arrecadação, em prazo estabelecido no edital de leilão.
Art. 9º - O resultado do leilão dos bens deverá ser homologado em até trinta dias da sua realização.

Art. 10 - Após a realização do leilão, o registro das baixas patrimonial e contábil deve ser providenciada pelas Secretarias Municipais de Administração e Fazenda, dentro do mesmo mês da homologação do seu resultado.

Art. 11 - À Comissão Especial do Leilão incumbe a devolução dos bens que não forem arrematados em leilão à Secretaria Municipal de Administração, para completar novo lote.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ivatuba (PR), 12 de setembro de 2017.

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:8CBB4D35

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 162/2017

Concede Pensão por Morte em virtude de falecimento do servidor Inativo João Ferreira de Souza e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, constantes do inciso IV, do artigo 74 da Lei Orgânica do Município de Ivatuba c/c 40, § da Constituição Federal, e artigo 8c/c 48 e seguintes da Lei Municipal nº. 538/2011,

DECRETA:-

Art. 1º - Fica concedido á senhora NILSA DE QUADROS DOS SANTOS, brasileira, viúva, do lar, portadora da CI/RG nº. 5.384.781-1 da SSP/PR e CPF/MF sob nº. 029.251.959-11, PENSÃO POR MORTE, na condição de dependente cônjuge, em virtude do falecimento do senhor Joao Ferreira dos Santos, lotado no quadro de Pessoal Inativo, portador da CIC/RG nº. 3.214.977-4 da SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 325.644.909-30 falecido no dia 15/07/2017, nos termos do artigo 8º, inciso II c/c 48 e seguintes da Lei 538/2011, bem como parecer jurídico nº. 019/2017.

Art. 2º - A presente Pensão por Morte é concedida pela regra do artigo 40, paragrafo 7º e 8º, da Constituição Federal, e serão pagos pelo Fundo de Previdência Municipal de Ivatuba, conforme legislação em vigor, sendo que o valor do provento de Pensão por Morte será fixado em R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) mensais, referente a competência de 07/2017.

Art. 3º - Os proventos ora concedidos, nos termos do artigo 2º, não tem direito a paridade e serão revistos na mesma data e índice em que

se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, art. 68 da Lei Municipal nº. 538/2011.

Art. 4º - A presente aposentadoria está fundamentada art. 40, §7º e 8º, da CF, e artigo 8 c/c 48 e seguintes da Lei Municipal nº. 538/2011.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ivatuba (PR), 11 de setembro de 2017.

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:7E25073D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0163/2017

Designa funcionário público para exercer atribuições na Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Administração, e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais constantes do inciso IV, do artigo 74 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:-

Art. 1º - Fica designado o senhor LOAN ANIS FOGAÇA, brasileiro, solteiro, administrador, portador da CI. RG nº 10.443.482-7 da SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 081.252.479-98, para desempenhar a função de Gerente de Compras, junto à Secretaria Municipal de Administração, concomitante com as atribuições estabelecidas pelo Decreto 67/2017, de 16 de março de 2017, nos termos da Lei Complementar nº 026/2016, a partir do dia 11 de setembro de 2017.

Art. 2º - Fica a Gerência de Recursos Humanos autorizada a determinar as medidas administrativas necessárias, para que se efetivem os devidos registros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com revogação expressa do Decreto nº 118/2017 de 06/07/2017.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ivatuba (PR), 11 de setembro de 2017.

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:33FD4E43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÂO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 064/2017-PMI
O Município de Ivatuba, torna público aos interessados a suspensão do edital de licitação na modalidade Pregão Presencial, de acordo com as seguintes especificações:
MODALIDADE: Pregão Presencial - nº. 064/2017-PMI.
TIPO: Menor preço.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços de conserto de pneus e lavagem de veículos que já fazem parte da frota oficial ou que venham a ser incorporados à frota do Município de Ivatuba.
OBS: Fica suspensa a abertura até a publicação de uma nova data..

Ivatuba/PR, 13 de setembro de 2017.

ROSANA FRANCISQUETTI
Pregoeira

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:DBBED116

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 063/2017-PMI

O Pregoeiro do Município de Ivatuba torna público, para conhecimento dos interessados, conforme consta em Ata, que o procedimento licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 063/2017-PMI, cujo Objeto Contratação de pessoa jurídica para instalação e manutenção de poços artesianos, recuperação de motobombas e painéis elétricos para o Município de Ivatuba, não houve o comparecimento de nenhum proponente, sendo declarado DESERTO o certame.

Ivatuba/PR, 13 de setembro de 2017.

ROSANA FRANCISQUETTI
Pregoeira

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C203CDF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 194/2017

Súmula: Concede restante de férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder restante de férias ao servidor Alexandre Ferreira dos Santos – matricula nº. 150**,** detentor do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 20/05/2014 a 19/05/2015, a partir de 15/09/2017 retornando em 30/09/2017, conforme Processo nº 1456/2017 – PMI de 01/09/2017.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 12 (doze) dias do mês de setembro de 2017 (dois mil e dezessete).

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:1BB7495E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 195/2017

Súmula: Concede restante de férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder restante de férias a servidora Tauana Presa Requena – matrícula nº 372, detentora do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 à 30/09/2016, a partir de

21/09/2017 retornando em 06/10/2017, conforme Processo nº 1467/2017 – PMI de 04/09/2017.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 12 (doze) dias do mês de setembro de 2017 (dois mil e dezessete).

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:A2F6C25E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 196/2017

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder férias a servidora Jovita Emanuelly Barboza – matricula nº. 395**,** detentora do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/2016, a partir de 19/09/2017 retornando em 04/10/2017, conforme Processo nº 1503/2017 – PMI de 11/09/2017.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 13 (treze) dias do mês de setembro de 2017 (dois mil e dezessete).

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:74A997C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 063/2017-PMI EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O Município de Ivatuba torna público aos interessados a convocação para a participação de licitação na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços, de acordo com as seguintes especificações:
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 063/2017-PMI.
TIPO: Menor preço.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para instalação e manutenção de poços artesianos, recuperação de motobombas e painéis elétricos para o Município de Ivatuba, conforme especificações e quantitativos em planilha descritiva anexa ao edital.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até às 09h, do dia 28 de setembro de 2017.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h15min, do dia 28 de setembro de 2017.
EDITAL DISPONÍVEL: A partir de 13 de setembro de 2017, das 08h às 11h30min e 13h às 17h. A cópia do Edital poderá ser retirada junto ao Portal da Transparência no site oficial do Município de Ivatuba.
ENDEREÇO: Secretaria de Administração, Gerência de Compras, na Rua Marechal Floriano, 797, Centro, Cidade de Ivatuba - Pr.

Ivatuba/PR, 13 de setembro de 2017.

ROSANA FRANCISQUETTI
Pregoeira

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:9BADDC60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 070/2017-PMI EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O Município de Ivatuba torna público aos interessados a convocação para a participação de licitação na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços, de acordo com as seguintes especificações:
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 070/2017-PMI.
TIPO: Menor preço.
OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos pesados para a Secretaria de Agricultura de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até às 14hs, do dia 28 de setembro de 2017.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 14h15min, do dia 28 de setembro de 2017.
EDITAL DISPONÍVEL: A partir de 13 de setembro de 2017. A cópia do Edital poderá ser retirada junto ao Portal da Transparência no site oficial do Município de Ivatuba.
ENDEREÇO: Secretária de Administração, Gerência de Compras, na Rua Marechal Floriano, 797, Centro, Cidade de Ivatuba - Pr.

Ivatuba/PR, 13 de setembro de 2017.

ROSANA FRANCISQUETTI
Pregoeira

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:AD5D2DEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 713/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

EXONERAR à pedido do cargo de motorista, o Sr. **JOSÉ ALBERTO DAMIÃO LARA**, portador do RG. nº. 5.200.049-1-SSP-SP.,a partir de 01/09/2017, face a aposentadoria junto ao INSS sob nº. 1796392763, conforme protocolo nº. 1830/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 13 de setembro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:4315DB42

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 711/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento a Decisão Judicial nº. 0000017-92.2012.8.16.0099,

RESOLVE

CONCEDER o benefício da PENSÃO com inclusão na folha de pagamento de pensionistas, à Sra. **NADIR SEGA DE ALMEIDA**, portadora do RG. nº. 5.604.337-3-SSP-PR., a partir do mês de setembro de 2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 12 de setembro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:5708BAEA

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 712/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR à Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 87,08 (oitenta e sete reais e oito centavos) a favor do Sr. LAÉRCIO SOARES JÚNIOR, referente ao pagamento de 02 (duas) diárias, para atender as despesas com alimentação nos dias 26 e 27/09/2017 em virtude do deslocamento que fará para participar do Curso III FÓRUM – LICITAÇÕES SEGUNDO O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ – que será ministrado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na cidade de Londrina-Paraná, saída às 06:30min do dia 26/09 e retorno previsto às 19:00 horas do dia 26/09 e saída às 06:30min do dia 27/09 e retorno com horário previsto de chegada às 19:00 horas do dia 27/09, conforme o protocolo n°. 1828/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 13 de setembro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:69B1582A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 54/2017

Súmula: Concede 15 (quinze) dias restantes de férias regulamentares a servidora MARILDA BONCZKOWSKI.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 110 a 124, da Lei Municipal nº 2280/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a funcionária **MARILDA BONCZKOWSKI**, ocupante do cargo Efetivo de Auxiliar de Secretaria, Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, 15 (quinze) dias de férias regulamentares restantes, de 18/09/2017 a 02/10/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal da Lapa, em 12 de setembro de 2017.

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente

ACYR HOFFMANN
1º Secretário

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E84E1949

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 063/2017

Fica autorizada a concessão de diárias ao Sr. MARIO JORGE PADILHA SANTOS, conforme solicitação do agente politico, em conformidade com a Lei Municipal nº 3172/2016.

Poder Legislativo da Lapa, em 12 de Setembro de 2017.

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8BF17675

GABINETE
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 845.661/2017

CNPJ 76.020.452/0001-05/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANA
REPASSE: R$ 493.100,00
CONTRAPARTIDA: R$ 20.251,57
TOTAL: R$ 513.351,57
VIGÊNCIA: 30/08/2019.
DATA E ASSINATURAS: 07/08/2017.

PAULO CESAR FIATES FURIATI E

RENATO SCALABRIN

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:594D8E09

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
CONTRATO DE HONORÁRIOS

Pelo presente instrumento particular de contrato de honorários advocatícios, os infra-assinados de um lado, instituto de previdência dos servidores públicos do município de lapa, pessoa jurídica de

direito público, autarquia municipal, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.809.888/0001-69, estabelecido na Rua Tenente Henrique dos Santos, nº 408, Loteamento Magalhães, Lapa – PR, neste ato representado por seu Diretor-Presidente MAURICIO TON RAMOS, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, portador do RG 3.867.730-6/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 558.951.159-34, residente no Município da Lapa – PR, adiante chamado simplesmente CONTRATANTE, e de outro LUIZ CARLOS GEMIN, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob nº 537.144.409-25, OAB/PR nº 18320, com escritório na Avenida Manoel Pedro n.º 2121, Centro - Lapa - PR , CEP.: 83.750-000, Fone.: (41) 3622-5162, adiante chamado simplesmente CONTRATADO, cujo contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Contratante contrata os serviços profissionais de advogado do Contratado, para o fim especial de defesa de seus interesses nos autos de Mandado de Segurança nº 0003549-86.2017.8.16.0103 em que figura como impetrado e como impetrante Zélia do Rocio Martins Moro e como impetrado, perante a vara da fazenda Pública da Comarca da Lapa – PR, para acompanhamento em todos os atos processuais, até os Tribunais superiores.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Contratante pagará ao Contratado a título de honorários, a quantia de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em uma única parcela, até o dia 15/09/2017, mediante depósito em conta poupança de titularidade do Contratado, sob o nº 8062-4, Op. 013, Agência 0393 – Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA - Não se compreendem nas quantias acima convencionadas quaisquer despesas judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA QUARTA - O Contratante fica obrigado a fornecer o numerário respectivo para a satisfação das despesas da ação acima referida, com antecedência necessária, de modo a não prejudicar ou interromper, por tal motivo, a marcha do processo e, caso não o faça, o Contratado ficará isento de qualquer responsabilidade pela morosidade, prejuízo ou interrupção, que daí resulte à causa a que se refere o mandato outorgado. Considerar-se-á, ainda, rescindido de pleno direito o presente contrato de honorários, ficando o Contratante obrigado a indenizar ao Contratado do saldo dos honorários contratados, caso o Contratante não satisfaça o pagamento de qualquer despesa, custas, taxas ou impostos, relativos à causa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da intimação.

CLÁUSULA QUINTA - Considerar-se-á devido e vencido, em favor do Contratado o total da quantia dos honorários estipulados e obriga o Contratante ao seu pagamento, se revogar, tácita ou expressamente, o mandato antes de terminado a causa, ou transigir, de qualquer forma, com a parte contrária; obstando o seguimento da questão ou dando-lhe fim.

CLÁUSULA SEXTA - O Foro para qualquer ação oriunda deste contrato é o desta cidade e Comarca da Lapa – Paraná.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente em duas vias, de um só teor e forma para um só efeito, na presença de duas testemunhas abaixo.

Lapa – PR, 06 de setembro de 2017.

MAURÍCIO TON RAMOS
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa
Contratante

LUIZ CARLOS GEMIN
OAB/PR nº 18320
Contratado

TESTEMUNHAS:
.....
RG.:
.....
RG.:

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B073F1A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº 07.002/2015 de 05/10/2015, que homologou o **Processo Seletivo Simplificado** 02/2015, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer neste departamento, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
De acordo com o preconizado nos itens 12.2, 12.2.1 e 12.3 do Edital 01.02/2015, "Após assinar a convocação o candidato terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para efetuar a entrega dos documentos solicitados naquele momento, caso não o faça perderá automaticamente o direito à contratação", "O candidato aprovado, que no momento da convocação para a nomeação ou contratação, não apresentar ou não dispuser da documentação necessária exigida no Edital para o exercício do cargo ou emprego pleiteado, poderá, neste caso, optar pelo final de lista, uma única vez, mediante assinatura de termo próprio, caso não o faça no prazo estabelecido no item 12.2. será automaticamente eliminado, sendo chamado o próximo candidato aprovado e "O candidato que, comparecendo, não tenha interesse em assumir a vaga assinará Termo de Desistência".

NOME	CARGO
SILMARE DO ROCIO AGOSTINHO DE LARA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I
DAMARIS NERY BARBOSA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I
JAQUELINA APARECIDA DA LUZ DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I
SANDRA DE AVILA GUILHERME	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I
CRISTIANE LIMA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

Lapa, 12 de Setembro de 2017.

VALERIA MARIA MISSAU
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E932CECB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº07.001/2014 de 16/12/2014, que homologou o **Concurso Público** 001/2014, **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado a comparecer neste departamento, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
De acordo com o preconizado no item 10.1 do Edital 01.01/2014, "Se aprovado e convocado, o candidato deverá, por ocasião da posse, apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital, bem como outros que lhe forem solicitados na Convocação no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação".

NOME	CARGO
Silvia Dranka Ton	Auxiliar de Enfermagem

Lapa, 12 de setembro de 2017

VALÉRIA MARIA MISSAU
Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B02C7314

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº07.001/2014 de 16/12/2014, que homologou o **Concurso Público** 001/2014, **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado a comparecer neste departamento, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
De acordo com o preconizado no item 10.1 do Edital 01.01/2014, "Se aprovado e convocado, o candidato deverá, por ocasião da posse, apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital, bem como outros que lhe forem solicitados na Convocação no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação".

NOME	CARGO
Leonel José Chemim	Agente de Controle de Zoonoses

Lapa, 12 de setembro de 2017

VALÉRIA MARIA MISSAU
Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:20524553

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 103/2017

ORIGEM: LICITAÇÃO DISPENSÁVEL Nº 024/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, SR. MAURICIO TON RAMOS, (DELEGADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 22460, DE 26.01.2017).
CONTRATADA: CONSULTOR MUNICIPAL – ASSESSORIA EM GESTÃO TRIBUTÁRIA LTDA, CNPJ SOB Nº 08.616456/0001-92, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. ROBERTO ADOLFO TAUIL.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TRIBUTÁRIA ONLINE, ENVOLVENDO ASSUNTOS REFERENTES À GESTÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES
VALOR GLOBAL: R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 115
6 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
1 - GABINETE DO SECRETÁRIO
2018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA
0 - RECURSOS LIVRES
3339035010200000000 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA OU JURÍDICA - PESSOA JURÍDICA.
DATA: 21/08/2017

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E5F8CE84

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 091/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, SR. JULIO BASTOS, (DELEGADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 22460, DE 26.01.2017).
CONTRATADA: STZ METALÚRICA IND E COM LTDA ME, CNPJ SOB Nº 02.218.629/0001-38, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. SEBASTIÃO CARDOSO.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONTAINERS PARA DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS, ITEM 01.
VALOR GLOBAL: R$ 13.200,00 (TREZE MIL E DUZENTOS REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 612
13 – SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
6 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
2088 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL E MEIO AMBIENTAL
1000 – RECURSOS ORDINÁRIOS – EXERCÍCIO CORRENTE
3449052340000000000 – MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS.
DATA: 14/07/2017

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0702E100

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO 15° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2012

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 002/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, SR. JULIO BASTOS, (DELEGADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 22460, DE 26.01.2017).
CONTRATADA: TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ SOB Nº 77.371.789/0001-11, AQUI REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR, SR. ANGELO BRESEGHELLO FILHO.
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/12, POR 02 (DOIS) MESES, ESTENDENDO-SE DE 02.09.2017 A 01.11.2017.
O VALOR CONTRATUAL IMPORTA EM R$ 65.756,68 (SESSENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS).
DATA: 31/08/2017
FORO: COMARCA DA LAPA/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D9C9F4CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 233/2014

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE, SR. FABIO JOSÉ FIATES FURIATI, (DELEGADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 22460, DE 26.01.2017).
CONTRATADA: CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ SOB Nº 82.419.896/0001-02, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. EZIO LUIZ CALLIARI.
OBJETO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 233/2014 FICA ESTENDIDO ATÉ 30.11.2017.
DATA: 30/08/2017
FORO: COMARCA DA LAPA/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C0DD9BFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 138/2014

ORIGEM: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE, SR. FABIO JOSÉ FIATES FURIATI,

(DELEGADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 22460, DE 26.01.2017).
CONTRATADA: CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ SOB Nº 82.419.896/0001-02, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. EZIO LUIZ CALLIARI.
OBJETO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 138/2014 FICA ESTENDIDO ATÉ 30.11.2017.
DATA: 30/08/2017
FORO: COMARCA DA LAPA/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:CC565610

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 8° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 087/2014

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE, SR. FABIO JOSÉ FIATES FURIATI, (DELEGADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 22460, DE 26.01.2017).
CONTRATADA: CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ SOB Nº 82.419.896/0001-02, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. EZIO LUIZ CALLIARI.
OBJETO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 087/2014 FICA ESTENDIDO ATÉ 30.11.2017.
DATA: 30/08/2017
FORO: COMARCA DA LAPA/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1EBF1686

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 9° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 089/2014

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE, SR. FABIO JOSÉ FIATES FURIATI, (DELEGADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 22460, DE 26.01.2017).
CONTRATADA: CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ SOB Nº 82.419.896/0001-02, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. EZIO LUIZ CALLIARI.
OBJETO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 089/2014 FICA ESTENDIDO ATÉ 30.11.2017.
DATA: 30/08/2017
FORO: COMARCA DA LAPA/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DA134629

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 116/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SR. RUY SUPLICY WIEDMER, (DELEGADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 22460, DE 26.01.2017).
CONTRATADA: MORGADO E MARTINEZ LTDA ME, CNPJ SOB Nº 04.481.985/0001-75, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. CARLOS DE ALMEIDA MORGADO JUNIOR.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA O CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONVÊNIO 827016/MIN. DESENV. SOCIAL E AGRÁRIO), ITEM 01.
VALOR GLOBAL: R$ 3.343,47 (TRÊS MIL, TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), SENDO O VALOR UNITÁRIO R$ 1.114,49 (HUM MIL, CENTO E QUATORZE REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 724
10 – SECRETARIA DE INCLUSÃO E AÇÃO SOCIAL
5 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2346 – ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CONVÊNIO N° 827016/2016 – PROCESSO N° 71001.001553/2016-93
501 – RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE ATIVOS - EXERC
3449052350000000000 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
CÓDIGO REDUZIDO: 723
10 – SECRETARIA DE INCLUSÃO E AÇÃO SOCIAL
5 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2346 – ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CONVÊNIO N° 827016/2016 – PROCESSO N° 71001.001553/2016-93
947 – CONVÊNIO MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMBATE FOME
3449052350000000000 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DATA: 28/08/2017

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5C1DC51D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ADITIVO

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 075/2017
1º TERMO ADITIVO
De um lado, **MUNICÍPIO DE LARANJAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, 501, CEP 85.275-000, Laranjal, Paraná, neste ato representado por **JOSMAR MOREIRA PEREIRA**, brasileiro, solteiro, Prefeito Municipal, portador do RG n. 3604690-2, do CPF/MF n.: 480.325.909.78, domiciliado na Rua Pernambuco, 501, CEP 85.275-000, Laranjal, Paraná, daqui por diante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado, CDEM - *CENTRO DE DIAGNOSTICO ECOGRAFICO E MAMOGRAFICO LTDA - EPP, inscrito no CNPJ: 04.730.224/0001-00 situada a Rua Vicente Machado nº 1214 Centro Guarapuava - Paraná CEP 85.010-260 neste ato representado por Abdul Rahman Daruich medico CRM nº 13.641,inscrita no CPF sob o nº 494.559.900-91* doravante denominado **CONTRATADO**, nos termos do procedimento licitatório n. 060/2017, Dispensa de Licitação n. 018/2017, bem como lei 8.666/93.
Art. 1º - Fica Aditivado o presente contrato administrativo de 11 de Setembro ate 31 de Dezembro de 2017, Conforme autorização do Gestor de Contrato nas mesmas condições da contratação original.
Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não coincidirem com as disposições do presente instrumento, bem como do Contrato.

Lavrado em três vias de igual teor e forma.

Município de Laranjal, 11 de Setembro de 2017.

JOSMAR MOREIRA PEREIRA
Prefeito Municipal

CDEM - CENTRO DE DIAGNOSTICO ECOGRAFICO E MAMOGRAFICO LTDA – EPP.
Contratada

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:
CPF/MF:

Autorização de Aditivo
Contrato Administrativo n. 075/2017

Pelo Presente, autorizo a realização do Termo Aditivo do Contrato Administrativo n. 075/2017, Procedimento Licitatório n. 060/2017, Dispensa de Licitação 018/2017, ao teor do que consta do Parecer Jurídico.
Outrossim, deverá o termo preencher o estabelecido no artigo 57,II, da Lei 8.666/93.

Laranjal, 11 de Setembro de 2017.

JOSMAR MOREIRA PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal **Josmar Moreira Pereira**, brasileiro, casado, portador do RG n., 3604690-2 inscrito no CPF n. 480.325.909.78, residente e domiciliado neste Município.
CONTRATADA: *CENTRO DE DAGNOSTICO ECOGRAFICO E MAMOGRAFICO LTDA - EPP, inscrito no CNPJ: 04.730.224/0001-00 situada a Rua Vicente Machado nº 1214 Centro Guarapuava - Paraná CEP 85.010-260 neste ato representado por Marianne Losso Kluber Daruich Medica inscrita no CPF sob o nº 021.478.069-43 portadora do RG:6.520.434-7,SSP/Pr empresaria residente na rua são Paulo 345 bairro dos estado em Guarapuava Paraná CEP 85.035-0000*
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO DAS GESTANTES DE ALTO RISCO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PARANÁ
NÚMERO: 1º ADITIVO CONTRATUAL – Prazo
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO: Procedimento Licitatório nº 060/2017, Dispensa de Licitação nº 018/2017.
DATA DO CONTRATO: 11 de Setembro de 2017.
VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2017.
VALOR TOTAL: Permanece Inalterado
FORO: Comarca de Palmital - Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:B2007629

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/2017
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 0110/2017
PARTICIPAÇÃO: EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NO. ART. 3º E ART. 18 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006 E EM ATENDIMENTO AO ART. 48, I DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014.

O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e conforme disposto no Decreto Municipal nº. 188/2007 de 24 de outubro de 2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO BIOQUIMICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES.

DATA DE ABERTURA: 26 de Setembro de 2017 às 13h30min
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote
VALOR TOTAL: R$ 38.136,20 (Trinta e Oito Mil Cento e Trinta e Seis Reais e Vinte Centavos)
INFORMAÇÕES: Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149 no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – PR e no sítio do Município www.laranjal.pr.gov.br. (A empresa que eventualmente retirar Edital através do site deverá encaminhar recibo de retirada para o e-mail: licitacaolaranjal@hotmail.com).

Laranjal, 13 de Setembro de 2017.

JOSMAR MOREIRA PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:80163900

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 070/2017 Procedimento Licitatório nº. 0111/2017 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NO. ART. 3º E ART. 18 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006 EM ATENDIMENTO AO ART. 48, I DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014.

O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e conforme disposto no Decreto Municipal nº 188/2007 de 24 de outubro de 2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA.
DATA DE ABERTURA: 26 de Setembro de 2017 às 09h00min
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor Global por Lote
VALOR GLOBAL R$ 47.499,00 (Quarenta e Sete Mil Quatrocentos e Noventa e Nove Reais)
INFORMAÇÕES: Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149, no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – PR e no sítio do Município www.laranjal.pr.gov.br. (A empresa que eventualmente retirar Edital através do site deverá encaminhar recibo de retirada para o e-mail: licitacaolaranjal@hotmail.com.

Laranjal, 13 de Setembro de 2017.

JOSMAR MOREIRA PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:9BB5A4EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2017-PML

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de madeiras em geral, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Saúde, Educação e Cultura, Industria, Comércio e Agricultura do Município de Loanda, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

João Nicolau dos Santos, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor dasempresas vencedoras a seguir:

TANIA MARA FERRO PRIGOL,devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº.85.477.149/0001-19**,** vencedora do item 05,perfazendo um valor global de R$ 34.000,00(trinta e quatro mil reais).

mineração porto taquara ltda,devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº.05.657.725/0001-19**,** vencedora dos itens 01, 02, 03, 04, 11 e 12, perfazendo um valor global de R$ 25.520,00(vinte e cinco mil quinhentos e vinte reais).

edd de almeida & cia ltda – me,devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº.13.353.759/0002-80**,** vencedora dos itens 07, 09, 10 e 14, perfazendo um valor global de R$ 23.869,00(vinte e três mil oitocentos e sessenta e nove reais).

Itens desertos: 06, 08 e 13.

Loanda, 05de Setembrode 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:36738B87

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2017 - PML

RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LOANDA E PERÇONA & PERÇONA LTDA

O **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, 354, inscrita no CNPJ nº. 76.972.074/0001-51 doravante denominada CONTRATANTE neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor João Nicolau dos Santos, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº. 052073834-5 SIE e do CPF/MF sob nº 689.621.699-91, e **PERÇONA & PERÇONA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida Paraná, 1156, Centro, Telefone: (44) 3425-4316, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.346.850/0001-08, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Matheus Perçona, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 024.153.469-00, RG nº 6.985.774-4 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Cristovão Colombo, 312, Centro, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, ajustam e firmam a presente rescisão.

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes em comum acordo, resolvem pela realização de rescisão amigável da Ata de Registro de Preço nº 024/2017 – PML, considerando que a empresa vencedora do certame, protocolou requerimento sob nº 4311/2017, datado de 29 de agosto de 2017, e devidamente deferido pelo Prefeito desta municipalidade.

Referido requerimento solicita a rescisão amigável, tendo em vista a ocorrência das inúmeras oscilações de preço e tributo referente aos combustíveis, tornando-se inviável para a empresa detentora a entrega do produto, sendo que a continuidade do fornecimento trará prejuízos financeiros a empresa vencedora do certame, razão pela qual esta municipalidade acolheu o pedido de cancelamento da referida Ata de Registro de Preço, rescindindo para tanto Ata de Registro de preço acima descrita.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica estabelecido que, a partir da assinatura do presente, por consenso e transigência entre o contratante e o contratado, está rescindido a Ata de Registro de Preço nº 024/2017-PML, firmado em 18/04/2017, de forma amigável, com fundamento no art. 79, II, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes dão entre si quitações mútuas, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do contrato original, tampouco ter ocorrido o descumprimento das cláusulas que o compõe.

CLÁUSULA QUARTA

As partes em comum acordo renunciam expressamente o direito a qualquer indenização que porventura existir.

CLÁUSULA QUINTA

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Loanda-PR, 11 de setembro de 2017.

Contratante
JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

Empresa Detentora
MATHEUS PERÇONA
Perçona & Perçona LTDA

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:1B5688C5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO 85/2017-PML
PROCESSO 118/2017-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de reparos em pavimentos com bloquetes sextavados e reparos em meio-fios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: 28 de setembro de 2017, às 09:00 ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de licitações.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 527.200,00 (quinhentos e vinte e sete mil e duzentos reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda ou pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda, 13 de setembro de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:CCEECF7B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO 86/2017-PML
PROCESSO 119/2017-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de construção de carneiras simples e dupla, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: 02 de outubro de 2017, às 14:00 ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de licitações.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais)

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda ou pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda, 13 de setembro de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:CC961CDD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO 87/2017-PML
PROCESSO 120/2017-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de cesta básica, conforme a Lei nº 016/2015 de benefícios eventuais (art. 15 de auxílio-alimentação), para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: 05 de outubro de 2017, às 09:00 ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de licitações.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 90.330,00 (noventa mil, trezentos e trinta reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda ou pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda, 13 de setembro de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D2E483CE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO 88/2017-PML
PROCESSO 121/2017-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de uniformes para funcionários (calças, camisetas e bonés), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: 05 de outubro de 2017, às 14:00 ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de licitações.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda ou pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda, 13 de setembro de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:B4B0D7B9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO 89/2017-PML
PROCESSO 123/2017-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Educação e Cultura, Saúde e Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: 09 de outubro de 2017, às 09:00 ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de licitações.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 544.663,60 (quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda ou pelo e-mail

licitacao_loanda@hotmail.com, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda, 13 de setembro de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:32627F70

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO 90/2017-PML
PROCESSO 124/2017-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de filmes radiológicos e nobreak para utilização da impressora AGFA DRYSTAR 5302, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: 10 de outubro de 2017, às 09:00 ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de licitações.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 49.084,00 (quarenta e nove mil e oitenta e quatro reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda ou pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda, 13 de setembro de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:5E63B107

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO A53

EDITAL DE CONVOCAÇÃO "A53" REFERENTE AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Concurso Público Aberto pelo **Edital nº 001/2014**, de 23 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0653, de 24 de dezembro de 2014, republicado por erro de digitação no Diário Oficial do Município, edição nº 0656, de 30 de Dezembro de 2014, retificado parcialmente pelo Edital de Concurso Público nº 001/2014-B, de 19 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0671, de 21 de janeiro de 2015.

CONSIDERANDO os Resultados Finais do Concurso Público, constantes nas publicações realizadas no Diário Oficial do Município, nos termos do Edital nº 001/2014-F, de 04 de fevereiro de 2015, edição nº 0683, em 06 de fevereiro de 2015, retificado pelo Edital nº 001/2014-G, de 09 de fevereiro de 2015, edição nº 0686, de 11 de fevereiro de 2015, retificado pelo Edital nº 001/2014-H, de 13 de fevereiro de 2015, edição nº 0690, em 18 de fevereiro de 2015.

CONSIDERANDO A HOMOLOGAÇÃO REALIZADA PELO DECRETO Nº. 19/2015, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0694, de 24 de fevereiro de 2015, retificado e ratificado pelo Decreto nº 23/2015, de 02 de março de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0699, em 03 de março de 2015.

CONSIDERANDO o Decreto n° 016/2017, de 17 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, edição n° 1197, de 21 de fevereiro de 2017, que **PRORROGOU** o prazo de validade do Concurso Público Aberto pelo **Edital nº 001/2014,** por mais 02 (dois) anos, a partir de 02 de março de 2017.

CONSIDERANDO a desclassificação do **5º Colocado, ROSEMIR RODRIGUES DE BRITO**, aprovado no cargo de **VIGIA**, nos termos do Edital de Desclassificação "A50", de 31 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1330, de 01 de Setembro de 2017 e da convocação realizada através do Edital de Convocação "A47", de 17 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1319, de 17 de Agosto de 2017.

R E S O L V E:

1º. CONVOCAR o candidato abaixo relacionado para comparecer perante a Divisão de Recursos Humanos, localizado na Rua Mato Grosso, nº 354 (Paço Municipal), munida de cópias da documentação exigida nos itens **2.3** a **2.3.10**, do Edital de Abertura nº 001/2014, sendo facultada sua autenticação em Cartório, que poderá ser substituída pela autenticação do responsável pelo Departamento recebedor, mediante a apresentação do documento original e encaminhamento ao **Posto de Saúde da "Vila Vitória"**, situado na Avenida Desembargador Munhoz de Melo, nº 430, **até o dia 28 de Setembro de 2017**, a fim de ser submetida aos exames médicos (físico e mental), de que trata o artigo 17 da Lei Municipal nº 003/92 – (Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais) e em cumprimento ao disposto no item 15.10, do Edital de Abertura nº 001/2014, que dispõe sobre a habilitação para o cargo.

CARGO DE VIGIA - CARGA HORÁRIA DE 44 (QUARENTA E QUATRO) HORAS SEMANAIS

Nr.	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1.	LUCAS RAMOS TASSONI	6° COLOCADO

2º. O candidato considerado apto para o exercício do cargo, será admitido, devendo comparecer junto à Divisão de Recursos Humanos, localizado na Rua Mato Grosso, nº 354 (Paço Municipal), **até o dia 28 de Setembro de 2017.**

3º. A posse poderá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado, nos termos do artigo 16, **§** 1º da Lei Municipal nº 003/92 – (Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais).

4º. A não apresentação dos documentos acima solicitados, acarretará na perda automática da vaga e do direito à admissão.
Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:C36F2C5E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO A51

EDITAL DE CONVOCAÇÃO "A51" REFERENTE AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Concurso Público Aberto pelo **Edital nº 001/2014**, de 23 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0653, de 24 de dezembro de 2014, republicado por erro de digitação no Diário Oficial do Município, edição nº 0656, de 30 de Dezembro de 2014, retificado parcialmente pelo Edital de Concurso Público nº 001/2014-B, de 19 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0671, de 21 de janeiro de 2015.

CONSIDERANDO os Resultados Finais do Concurso Público, constantes nas publicações realizadas no Diário Oficial do Município, nos termos do Edital nº 001/2014-F, de 04 de fevereiro de 2015, edição nº 0683, em 06 de fevereiro de 2015, retificado pelo Edital nº 001/2014-G, de 09 de fevereiro de 2015, edição nº 0686, de 11 de fevereiro de 2015, retificado pelo Edital nº 001/2014-H, de 13 de fevereiro de 2015, edição nº 0690, em 18 de fevereiro de 2015.

CONSIDERANDO A HOMOLOGAÇÃO REALIZADA PELO DECRETO Nº. 19/2015, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0694, de 24 de fevereiro de 2015, retificado e ratificado pelo Decreto nº 23/2015, de 02 de março de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0699, em 03 de março de 2015.

CONSIDERANDO o Decreto n° 016/2017, de 17 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, edição n° 1197, de 21 de fevereiro de 2017, que **PRORROGOU** o prazo de validade do Concurso Público Aberto pelo **Edital nº 001/2014,** por mais 02 (dois) anos, a partir de 02 de março de 2017.

CONSIDERANDO a desclassificação da **17ª Colocada, TATYANNE ROIEK LAZIER**, aprovada no cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**, nos termos do Edital de Desclassificação "A48", de 31 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1330, de 01 de Setembro de 2017 e da convocação realizada através do Edital de Convocação "A45", de 16 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1319, de 17 de Agosto de 2017.

R E S O L V E:

1º. CONVOCAR o candidato abaixo relacionado para comparecer perante a Divisão de Recursos Humanos, localizado na Rua Mato Grosso, nº 354 (Paço Municipal), munida de cópias da documentação exigida nos itens **2.3** a **2.3.10**, do Edital de Abertura nº 001/2014, sendo facultada sua autenticação em Cartório, que poderá ser substituída pela autenticação do responsável pelo Departamento recebedor, mediante a apresentação do documento original e encaminhamento ao **Posto de Saúde da "Vila Vitória"**, situado na Avenida Desembargador Munhoz de Melo, nº 430, **até o dia 28 de Setembro de 2017**, a fim de ser submetida aos exames médicos (físico e mental), de que trata o artigo 17 da Lei Municipal nº 003/92 – (Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais) e em cumprimento ao disposto no item 15.10, do Edital de Abertura nº 001/2014, que dispõe sobre a habilitação para o cargo.

CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CARGA HORÁRIA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS

Nr.	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1.	FÁBIO BALANI	18° COLOCADO

2º. O candidato considerado apto para o exercício do cargo, será admitido, devendo comparecer junto à Divisão de Recursos Humanos, localizado na Rua Mato Grosso, nº 354 (Paço Municipal), **até o dia 28 de Setembro de 2017.**

3º. A posse poderá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado, nos termos do artigo 16, **§** 1º da Lei Municipal nº 003/92 – (Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais).

4º. A não apresentação dos documentos acima solicitados, acarretará na perda automática da vaga e do direito à admissão.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:309CCBE3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO A52

EDITAL DE CONVOCAÇÃO "A52" REFERENTE AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Concurso Público Aberto pelo **Edital nº 001/2014**, de 23 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0653, de 24 de dezembro de 2014, republicado por erro de digitação no Diário Oficial do Município, edição nº 0656, de 30 de Dezembro de 2014, retificado parcialmente pelo Edital de Concurso Público nº 001/2014-B, de 19 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0671, de 21 de janeiro de 2015.

CONSIDERANDO os Resultados Finais do Concurso Público, constantes nas publicações realizadas no Diário Oficial do Município, nos termos do Edital nº 001/2014-F, de 04 de fevereiro de 2015, edição nº 0683, em 06 de fevereiro de 2015, retificado pelo Edital nº 001/2014-G, de 09 de fevereiro de 2015, edição nº 0686, de 11 de fevereiro de 2015, retificado pelo Edital nº 001/2014-H, de 13 de fevereiro de 2015, edição nº 0690, em 18 de fevereiro de 2015.

CONSIDERANDO A HOMOLOGAÇÃO REALIZADA PELO DECRETO Nº. 19/2015, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0694, de 24 de fevereiro de 2015, retificado e ratificado pelo Decreto nº 23/2015, de 02 de março de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 0699, em 03 de março de 2015.

CONSIDERANDO o Decreto n° 016/2017, de 17 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, edição n° 1197, de 21 de fevereiro de 2017, que **PRORROGOU** o prazo de validade do Concurso Público Aberto pelo **Edital nº 001/2014,** por mais 02 (dois) anos, a partir de 02 de março de 2017.

CONSIDERANDO a desclassificação da **46ª Colocada, MARLI MOREIRA RODRIGUES JERONIMO**, aprovada no cargo de **SERVENTE**, nos termos do Edital de Desclassificação "A49", de 31 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1330, de 01 de Setembro de 2017 e da convocação realizada através do Edital de Convocação "A46", de 16 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1319, de 17 de Agosto de 2017.

CONSIDERANDO a desistência do 49º Colocada no cargo de SERVENTE requerida pela senhora **LUANA MARIA DA CRUZ**, nos termos do requerimento protocolado sob nº 4122/2017, em 18/08/2017.

CONSIDERANDO a desistência do 50º Colocada no cargo de SERVENTE requerida pela senhora **SUELY APARECIDA RIBEIRO**, nos termos do requerimento protocolado sob nº 3998/2017, em 11/08/2017.

CONSIDERANDO a desistência do 51º Colocada no cargo de SERVENTE requerida pela senhora **LUCINETE LUCIO DA**

SILVA, nos termos do requerimento protocolado sob nº 4373/2017, em 04/09/2017.

CONSIDERANDO a desistência do 52º Colocada no cargo de SERVENTE requerida pela senhora **ROSEMAR APARECIA MARQUES DO NASCIMENTO**, nos termos do requerimento protocolado sob nº 4375/2017, em 04/09/2017.

R E S O L V E:
1º. CONVOCAR as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem perante à Divisão de Recursos Humanos, localizado na Rua Mato Grosso, nº 354 (Paço Municipal), munida de cópias da documentação exigida nos itens **2.3** a **2.3.10**, do Edital de Abertura nº 001/2014, sendo facultada sua autenticação em Cartório, que poderá ser substituída pela autenticação do responsável pelo Departamento recebedor, mediante a apresentação do documento original e encaminhamento ao **Posto de Saúde da " Vila Vitória"**, situado na Avenida Desembargador Munhoz de Melo, nº 430, **até o dia 28 de Setembro de 2017**, a fim de serem submetidas aos exames médicos (físico e mental), de que trata o artigo 17 da Lei Municipal nº 003/92 – (Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais) e em cumprimento ao disposto no item 15.10, do Edital de Abertura nº 001/2014, que dispõe sobre a habilitação para o cargo.

CARGO DE SERVENTE - CARGA HORÁRIA DE 44 (QUARENTA E QUATRO) HORAS SEMANAIS

Nr.	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1.	MARLI CARONI DA SILVA	53ª COLOCADA
2.	ROSELI DA SILVA LOPES	54ª COLOCADA

2º. As candidatas consideradas aptas para o exercício do cargo, serão admitidas, devendo comparecer junto à Divisão de Recursos Humanos, localizado na Rua Mato Grosso, nº 354 (Paço Municipal), **até o dia 28 de Setembro de 2017.**

3º. A posse poderá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado, nos termos do artigo 16, **§** 1º da Lei Municipal nº 003/92 – (Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais).

4º. A não apresentação dos documentos acima solicitados, acarretará na perda automática da vaga e do direito à admissão.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:EDFBA4AA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 694/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 05/09/2017;

Resolve:

Conceder a servidora **GREZIELE ZAVATIN LOLI,** ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM DIURNO, matrícula nº. 966174, férias pelo período de trabalho prestado entre 11/01/2016 a 10/01/2017 nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

• 20 (vinte) dias de descanso, a partir de 16/102017 a 04/11/2017;
• 10 (dez) dias convertidos em remuneração, do período de 06/10/2017 a 15/10/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:1C9DA977

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 695/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº.4405/2017 de 05/09/2017;

Resolve:

Conceder a servidora **MADALENA BATILANI DA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, matrícula nº. 117541, férias pelo período de trabalho prestado entre 25/07/2016 a 24/07/2017 nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

• 20 (vinte) dias de descanso, a partir de 16/102017 a 04/11/2017;
• 10 (dez) dias convertidos em remuneração, do período de 06/10/2017 a 15/10/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:7AF1DD58

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 696/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº.4388/2017 de 04/09/2017;

Resolve:

Conceder a servidora **DEBORA CRISTINA PEIXOTO,** ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLANTONISTA nº. 98222, férias pelo período de trabalho prestado entre 01/01/2016 a 31/12/2016 nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

• 20 (vinte) dias de descanso, a partir de 26/102017 a 14/11/2017;
• 10 (dez) dias convertidos em remuneração, do período de 16/10/2017 a 25/10/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:735F2133

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 697/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4453/2017 de 06/09/2017.

RESOLVE:

Conceder ao servidor **GIAN RAFAEL BATILANA TEIXEIRA,** matrícula nº. 966171, ocupante do cargo de provimento efetivo de BOMBEIRO CIVIL, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de trabalho prestado entre 06/01/2016 a 05/01/2017, nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir de 16/10/2017, devendo retornar em atividade em 15/11/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:52950526

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 698/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Munícipio de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4444/2017 de 06/09/2017.

RESOLVE:

Conceder a servidora **ELAINE MARCELINO DA SILVA YAMATO,** matrícula nº. 965907, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR INFANTIL, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como local de trabalho Centro Municipal de Educação Infantil Menino Jesus, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 03/04/2009 a 04/04/2014, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 15/09/2017, devendo retornar em atividade em 14/12/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:71F7EA08

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 699/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Munícipio de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4474/2017 de 11/09/2017.

RESOLVE:

Conceder a servidora **CREUZA MARIA RODRIGUES SARAIVA,** matrícula nº. 26661, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como local de trabalho a Escola Municipal Maria da Glória D'Aviz, no período vespertino, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 01/04/1992 a 01/04/1997, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 18/09/2017, devendo retornar em atividade em 17/12/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:2FE4403D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 700/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Munícipio de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4478/2017 de 11/09/2017.

RESOLVE:
Conceder ao servidor **OSIASTE TERTULIANO DE BRITO,** matrícula nº. 81841, ocupante do cargo de provimento efetivo de SECRETÁRIO ESCOLAR, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como local de trabalho a Escola Municipal Alvehy Alves de Assis, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 16/02/2010 a 15/02/2015, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 18/09/2017, devendo retornar em atividade em 17/12/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:6C460216

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 701/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Munícipio de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4479/2017 de 11/09/2017.

RESOLVE:

Conceder a servidora **MARIA ROSA PEREIRA TEIXEIRA,** matrícula nº. 10910, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como local de trabalho a Escola Municipal Alvehy Alves de Assis, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 12/07/2006 a 12/07/2011, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 18/09/2017, devendo retornar em atividade em 17/12/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:EB437D24

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 702/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Munícipio de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4482/2017 de 11/09/2017.

RESOLVE:

Conceder a servidora **VERA LUCIA THEIS GERALDI,** matrícula nº. 107741, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como local de trabalho a Escola Municipal Alvehy Alves de Assis, período matutino, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 02/05/2006 a 01/05/2011, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 18/09/2017, devendo retornar em atividade em 17/12/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:52438E2A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 703/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Munícipio de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4485/2017 de 11/09/2017.

RESOLVE:

Conceder a servidora **NEUSA GONÇALVES BORGES,** matrícula nº. 59401, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como local de trabalho a Escola Municipal Dr. Carlos Alberto Alcântara Diniz, período matutino, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 20/07/2009 a 20/07/2014, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 18/09/2017, devendo retornar em atividade em 17/12/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:E60B28CD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 704/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Munícipio de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4501/2017 de 12/09/2017.

RESOLVE:

Conceder a servidora **OFÉLIA RAIMUNDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS,** matrícula nº. 34681, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como local de trabalho a Escola Municipal Professora Odila Inácio Vieira, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 01/04/1997 a 01/04/2002, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 18/09/2017, devendo retornar em atividade em 17/12/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:B366609B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 705/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Munícipio de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4502/2017 de 12/09/2017.

RESOLVE:

Conceder a servidora **ROSA MARIA COLA DOS SANTOS,** matrícula nº. 108121, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como local de trabalho a Escola Municipal Professora Odila Inácio Vieira, período vespertino, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 01/06/2006 a 01/06/2011, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 18/09/2017, devendo retornar em atividade em 17/12/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:E7157223

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 706/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Munícipio de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4505/2017 de 12/09/2017.

RESOLVE:

Conceder a servidora **ELIANE APARECIDA DA SILVA,** matrícula nº. 116301, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como local de trabalho a Escola Municipal Professora Odila Inácio Vieira, período matutino, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 17/10/2005 a 17/10/2010, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 18/09/2017, devendo retornar em atividade em 17/12/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:D0112BE4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 707/2017

Sumula- Retificar e ratificar a Portaria nº.651/2017 de 18 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial Eletrônico exemplar 1322 do dia 22/08/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

João Nicolau dos Santos, Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o requerimento protocolado sob o nº. 4108/2017, de 18/08/2017;

RESOLVE:

Conceder a servidora **ADRIANA FABIO ALVES DOS SANTOS BORGES**, CPF/MF nº. 983.159.949-72, matricula nº. 965841, ocupante do cargo efetivo de EDUCADOR INFANTIL, licença pelo período de 30 (trinta) dias, por motivo de doença em pessoa da família, constante nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 92, da Lei Municipal nº. 003/92, de 11 de março de 1992, a partir de 01/08/2017 devendo retornar as atividades em 31/08/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:E6A01854

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 170/2017, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017 - CONCEDER, 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DE LICENÇA À GESTANTE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GISLAINE LEIBANTE MARION LOPES

PORTARIA Nº. 170/2017, de 12 de setembro de 2017

TANIA MARTINS COSTA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA À GESTANTE,** a servidora pública municipal **Gislaine Leibante Marion Lopes,** portadora do RG nº. 7.671.119-4-SESP/PR e CPF nº. 042.791.999-14, ocupante dos cargos de provimento efetivo de Professora, referente ao Padrão I, Matrícula 201535 e referente ao Padrão II, Matrícula 201599, a contar de **04/09/2017 à 02/03/2018**, nos termos do contido no Artigo 117 da Lei Municipal nº. 622/94-E do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Civis do Município de Lobato, alterado pela Lei nº. 1.098/2009-E de 06 de outubro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à **04/09/2017**, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, aos doze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete.

TANIA MARTINS COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Roger Garcia
Código Identificador:3515EE91

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 118/2017 DE 13 SETEMBRO DE 2017 - : ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 118/2017 de 13 Setembro de 2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

TANIA MARTINS COSTA, PREFEITA MUNICIPAL DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.331/2016 de 16/12/2016.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 126.933,64 (cento e vinte e seis mil e novecentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos), destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SUPLEMENTAÇÕES			
02		**Governo Municipal**	
02.001		**Gabinete da Prefeita**	
02.001.04.122.0020.2.002		**Manutenção do Gabinete da Prefeita**	
4.4.90.52.00.00 - 10	000	Equipamentos e Material Permanente	85.000,00
03		**Departamento de Administração**	
03.001		**Gabinete do Diretor**	
03.001.04.122.0020.2.007		**Gabinete do Diretor do Departamento de Administração**	
3.3.90.39.00.00 - 35	000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	20.000,00
10		**Encargos Gerais do Município**	
10.001		**Recursos Sob a Sup. Do Depto de Administração**	
10.001.04.122.0019.2.061		**Encargos Gerais do Município**	
3.3.20.93.00.00	791	Indenizações e Restituições	7.213,32
3.3.20.93.00.00	791	Indenizações e Restituições	14.720,31
Total das Suplementações			**126.933,64**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recursos os provenientes da Anulação de Dotação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

CANCELAMENTOS			
05		**Departamento de Obras e Serv. Urbanos**	
05.003		**Divisão de Serviços Urbanos**	
08.003.14.452.0015.2.022		**Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública**	
3.3.90.39.00.00 - 133	000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	20.000,00
09		**Departamento de Desenvolvimento Econômico**	
09.002		**Divisão de Agropecuária**	
09.002.04.122.0019.2.053		**Manutenção da Divisão de Agropecuária**	
3.1.90.11.00.00 - 436	000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Cívil	65.000,00
12		**Departamento Municipal de Controle Interno**	
12.001		**Gabinete do Diretor Controle Interno**	
12.001.04.124.0020.2.082		**Manutenção do Departamento de Controle Interno**	
3.1.90.16.00.00 - 600	000	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Cívil	20.000,00
Total dos Cancelamentos			**105.000,00**

Artigo 3º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recursos os provenientes do Superávit Financeiro e o Excesso de Arrecadação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso I, II da Lei nº 4.320/64, das seguinte fonte de recurso.

793 – Convênio Construção CRAS	R$ 21.933,63

Artigo 4º - Fica, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2015, inscritos em Restos a Pagar - não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE LOBATO, a saber:
01 – Nota de Empenho n.º 3887/2015, emitido em 04º de setembro de 2015, em favor de ITAFÉ CONTRUÇÕES CÍVIS – EIRELI – EPP, no valor de R$ 9.189,34(nove mil cento e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), motivo redução de meta física da referida obra.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Lobato, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

TANIA MARTINS COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Roger Garcia
Código Identificador:8EC222AA

GOVERNO MUNICIPAL
LEI Nº 1.341/2017-E DE 13 DE SETEMBRO DE 2017 - AUTORIZA O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO A PROCEDER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PARA 2017.

LEI Nº 1.341/2017-E de 13 de setembro de 2017.

Súmula: Autoriza o SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO a proceder a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no orçamento para 2017.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lobato, Estado do Paraná, **aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1.º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO para o exercício financeiro de 2017, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 68.800,00 (Sessenta e oito mil e oitocentos reais) para suplementação das seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES			
14.00		**Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE**	
14.001		**Samae**	
17.122.0021.2070		**Manutenção dos Serviços Administrativos**	
3.3.91.97.00.00	10076	Aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS	9.800,00
17.512.0021.2072		**Operação e Manutenção Sistema de Água**	
3.3.90.30.00.00	10076	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.36.00.00	10076	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	5.000,00
4.4.90.52.00.00	10076	Equipamentos e Material Permanente	40.000,00
17.512.0021.2073		**Operação e Manutenção Sistema de Esgoto**	
3.3.90.30.00.00	10076	Material de Consumo	4.000,00
3.3.90.36.00.00	10076	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	5.000,00
Total das Suplementações			**68.800,00**

Artigo 2º- Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recursos os provenientes da Anulação de Dotação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

CANCELAMENTOS			
14.00		**Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE**	
14.001		**Samae**	
17.512.0021.1029		**Ampl., Reforma e Reaparelhamento Sistema de Água**	
4.4.90.51.00.00	10076	Obras e Instalações	68.800,00
Total dos Cancelamentos			**68.800,00**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Lobato, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

TANIA MARTINS COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Roger Garcia
Código Identificador:6BF0BCAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
DECRETO Nº 82/2017

Fixa os valores das tarifas para utilização de ônibus, por Entidades/Escolas/Igrejas e/ou particulares.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS**, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Os valores das tarifas para utilização de Ônibus desta Prefeitura, para a realização de viagens, são os da tabela abaixo:

Trajeto/KM do ÔNIBUS	**VALOR**
Até 50 Km rodados	R$ 100,00 + diária do Motorista
De 50 a 100 Km rodados	R$150,00 + diária do Motorista
Acima de 100 Km rodados	R$ 1,20/Km + diária do Motorista
Ônibus Grande (*46 lugares)*	R$ 1,50 o Km + diária do Motorista

è O usuário requerente será responsável por eventuais danos causados no veículo requisitado.
è O Município ficará isento de qualquer responsabilidade por danos físicos, morais, materiais, etc.., ocasionado em terceiros, decorrente da utilização do veículo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lupionópolis, 12 de setembro de 2017.

JOSÉ ANTONIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimeire Turozi
Código Identificador:4118E54E

SETOR DE CONTABILIDADE
DECRETO N.83/2017

SÚMULA – Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal nº 25/2016, de 07 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar no valor de R$7.000,00 (Sete mil reais) como se segue:

10	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
002	**SETOR DE EDUCAÇÃO**	
12.365.0009.2.057	**Manutenção da Educação Infantil - MDE**	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
00000	(Recursos Ordinários (Livres))	7.000,00
TOTAL		**7.000,00**
TOTAL SUPLEMENTADO		**7.000,00**

Artigo 2º- Para cobertura do crédito aberto no exercício anterior são indicados como recurso o excesso de arrecadação como se seguem:

FONTE	**RECEITA**	**VALOR**
00000	(1.9.3.1.11.00.00.00 – Receita da Dívida Ativa do IPTU)	800,00
00000	(1.9.3.1.99.02.00.00 – Parcelamentos –Receita da Dívida Ativa e Outros Tributos)	6.200,00
TOTAL		**7.000,00**

Artigo 3º- Este decreto vigora a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lupionópolis, 12 de setembro de 2017

JOSÉ ANTONIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Maria da Silva
Código Identificador:264CDA00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE MALLET
LEI Nº 1164/2013 CONSOLIDADA

LEI MUNICIPAL Nº 1164/2013
CONSOLIDADA

Súmula: Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mallet APROVOU e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1 0 - Esta Lei estabelece a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Mallet, dispõe sobre as atribuições de suas unidades, cria o respectivo organograma e dá outras providências.

CAPÍTULO II
I - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
Art. 20 - A Câmara Municipal se organiza por órgãos de direção, assessoramento, e secretaria segundo a disposição prevista nos artigos seguintes, e constantes do organograma geral da Câmara Municipal conforme Anexo I desta Lei.
~~Art. 30 – Os órgãos de diretoria e assessoramento da Câmara Municipal se organizam da seguinte forma:~~
~~I - Diretoria, designadas por siglas de duas letras;~~
~~II - Assessoramento, designados por siglas de três letras;~~
Art. 30 - Os órgãos de diretoria e assessoramento da Câmara Municipal se organizam da seguinte forma:
I - ORGÃO DE DIREÇÃO:
a) Mesa Diretora;
II - ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORAMENTO:
A) Diretoria Administrativa - DA;
~~B) Assessoramento Técnico Profissional ATP I Cargo em extinção. (Redação dada pela Lei nº 1226, de 2015)~~
B) Assessoramento Técnico Profissional – ATP - I. (Redação dada pela Lei nº 1308, de 2017)
C) Assessor Parlamentar – AP - 1. (Redação dada pela Lei nº 1308, de 2017)
~~Art. 40 - São os seguintes os órgãos de diretoria e assessoramento da Câmara Municipal:~~
~~I - Diretoria Geral – DG;~~
~~II - Diretoria Administrativa – DA;~~
~~III - Assessoramento Técnico Profissional – ATP – 1;~~
Art. 40 - Os órgãos de administração e assessoramento da Câmara Municipal são os seguintes:
I - Diretoria Administrativa – DA;
II - Assessoramento Técnico Profissional — ATP — Cargo em extinção. (Redação dada pela Lei nº 1226, de 2015)
Art. 50 - São os seguintes órgãos e cargos efetivos da Câmara Municipal:
I - Advogado;
II - Contador;
III - Serviços Gerais;
IV - Controlador interno; (Incluído pela Lei nº 1126, de 2015)
V - Secretário. (Incluído pela Lei nº 1126, de 2015)

CAPITULO III
Da Administração
I - ORGÃOS SUPERIORES: Nessa categoria incluem-se a Diretoria, e a Assessoria do Presidente que detêm poder de direção, controle, decisão e comando dos assuntos de sua competência específica, mas sempre sujeitos a subordinação e ao controle hierárquico do Presidente da Câmara. Não gozam de autonomia administrativa ou financeira. Sua liberdade funcional restringe-se à administração, planejamento e busca de soluções dentro de sua área de

competência, sendo a execução das atividades geralmente a cargo de órgãos subalternos.

~~**II - ORGÃOS ASSISTENTES:** São órgãos de gerência, supervisão e coordenação em atividades específicas do serviço público, porém com reduzida autonomia, pois obedecem ordens diretas dos Diretores, e do Presidente da Câmara. Incluindo-se nessa categoria Contador, Advogado, e Serviços Gerais. Destinam-se a realização de serviços de rotina, tarefas de formalização de atos administrativos e cumprimentos de decisões superiores.~~

II - ÓRGÃOS ASSISTENTES: São órgãos de gerência, supervisão e coordenação em atividades específicas do serviço público, porém com reduzida autonomia, pois obedecem ordens diretas dos Diretores, e do Presidente da Câmara. Incluindo-se nessa categoria Contador, Advogado, Serviços Gerais, Controlador Interno e Secretário. Destinam-se a realização de serviços de rotina, tarefas de formalização de atos administrativos e cumprimentos de decisões superiores. (Redação dada pela Lei nº 1226, de 2015)

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 60 - Os assuntos que constituem áreas de competência de cada um dos órgãos relacionados no artigo 40, são os a seguir especificados:

I - **Assessoramento Técnico Profissional Jurídico:** vinculado ao Presidente do Poder Legislativo, responsável por atividades jurídicas de consultoria e assessoria de natureza jurídica ao Presidente competindo auxiliar o Presidente nos assuntos de natureza jurídica submetidos a sua apreciação, bem como dos demais Vereadores quando pelo Presidente for determinado; interpretação de atos normativos a serem cumpridos pelo presidente ou por servidores a ele vinculados; examinar previamente e emitir parecer e estudos técnicos sobre os projetos de lei, demais proposições e atos de gestão a serem apreciadas pelo Presidente; por determinação do presidente prestar assistência elou assessoramento técnico ao Advogado perante às comissões permanentes ou provisórias; prestar assistência na elaboração de minutas de contratos; elaboração de estudos e preparação de informações por solicitação do presidente; atender consultas de ordem jurídica que lhe forem encaminhadas pelo Presidente relativas ao Poder Legislativo, emitindo parecer a respeito, quando for o caso; prestar assessoramento técnico de ordem verbal ou escrita à prática de atos administrativos do Presidente da Câmara Municipal e auxiliá-lo diretamente nas sessões legislativas quanto a questões legais e regimentais; assessoramento ao presidente no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados; realizar exame prévio de edital de licitação, convênio, contrato ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados; opinar sobre assuntos relativos a reconhecimento de inexigibilidade ou pela dispensa de processo de licitação; assistir o Advogado do Legislativo em Juízo ou fora dele, quando este for autor, réu ou parte interessada, e executar tarefas afins, prestando subsídios e elementos que possibilitem a defesa da Câmara em juízo ou for dele, bem como na defesa dos atos do Presidente; ficando vedada a representação judicial da Câmara, exceto no caso auxílio do Advogado através de fornecimento de estudos técnicos.

II - **Da Diretoria Geral:** Responsável por dirigir, coordenar e supervisionar os serviços da Câmara Municipal zelando pelo seu eficiente funcionamento, promover a realização das atividades referentes aos serviços de recrutamento, treinamento, controles funcionais e demais atividades da administração de pessoal; promover a execução das atividades referentes aos serviços de padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle de todo material utilizado pela Câmara; promover a execução das atividades relativas aos serviços de registro, inventário, proteção e conservação dos bens de uso da Câmara, determinar a manutenção do equipamento de uso geral da Câmara, bem como sua guarda e conservação; promover a execução de todas as atividades necessárias aos serviços parlamentares do Legislativo Municipal; Responsável pelas atividades políticas e sociais do Presidente da Câmara Municipal; representar oficialmente o Presidente, sempre que para isso for necessário; compete assistir ao Presidente nas funções político-administrativas, cabendo-lhe especialmente o assessoramento para os contatos com os demais Vereadores, com os munícipes, entidades e associações de classe; atender e fazer encaminhar os interessados aos órgãos competentes do legislativo, para atendimento ou solução de consultas e reivindicações; organizar audiências e atender ou fazer atender as pessoas que procurarem o Presidente; recepcionar visitantes oficiais da Câmara Municipal; registrar e controlar audiências públicas do Presidente; manter o Presidente informado sobre o noticiário de interesse do Legislativo e assessorá-lo em suas relações públicas, desempenhar as demais tarefas que lhe forem cometidas pelo Chefe do Legislativo. Responsável pela correspondência oficial da Câmara Municipal, compete a elaboração e destinação de toda correspondência emitida oficialmente pela Câmara e as recebidas, dar-lhes o encaminhamento correto; controlar a elaboração e emissão de todos os Projetos de Lei; de Decreto, de Resolução, Portarias baixadas pelo Legislativo, editais e demais proposições, dar-lhes a numeração sequencial e correta; controlar os projetos pautados, constando prazo para apreciação, adiamentos, aprovação ou rejeição e outros motivos de encerramento, para tramitação da matéria; controlar as matérias constantes da pautas das sessões; publicação dos atos oficiais; cuidar do arquivo e guarda de toda documentação sob sua responsabilidade, informando ao Presidente e demais Vereadores de todas as leis e decretos, seja do Governo Federal ou Estadual, de interesse do Legislativo. A este órgão compete ainda executar as atividades relacionadas à documentação, protocolo, arquivo, zeladoria e serviços plenários.

III - **Da Diretoria Administrativa:** coordenar a administração de pessoal, material, comunicações internas e do patrimônio da Câmara, de acordo com a política administrativa adotada, dar execução às decisões de caráter administrativo, propor planos e programas relativos às matérias de sua competência, especialmente quanto a controle, manutenção, segurança e conservação dos bens móveis da Câmara, instituir as comissões de licitação, permanente e especiais, nos termos da legislação vigente, Coordenar e Executar os serviços administrativos; organizar e participar das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes; confeccionar atas, organizar e instruir expediente; administrar o patrimônio os bens de consumo e material permanente; prevenir falta de material adotando as medidas necessárias; organizar e manter atualizado o fichário funcional dos Vereadores e dos Servidores, averbando todas as alterações e ocorrências referentes a direitos e deveres; prestar serviços de apoio aos Vereadores, executar procedimentos licitatórios, cadastro de licitantes, enfim zelar pelo regular funcionamento de todos os serviços e demais atribuições administrativas. Assim como a Diretoria Geral, também é Responsável pela correspondência oficial da Câmara Municipal, compete a elaboração e destinação de toda correspondência emitida oficialmente pela Câmara e as recebidas, dar-lhes o encaminhamento correto; controlar a elaboração e emissão de todos os Projetos de Lei; de Decreto, de Resolução, Portarias baixadas pelo Legislativo, editais e demais proposições, dar-lhes a numeração sequencial e correta; controlar os projetos pautados, constando prazo para apreciação, adiamentos, aprovação ou rejeição e outros motivos de encerramento, para tramitação da matéria; controlar as matérias constantes da pautas das sessões; publicação dos atos oficiais; cuidar do arquivo e guarda de toda documentação sob sua responsabilidade, informando ao Presidente e demais Vereadores de todas as leis e decretos, seja do Governo Federal ou Estadual, de interesse do Legislativo. A este órgão compete ainda executar as atividades relacionadas à documentação, protocolo, arquivo, zeladoria e serviços plenários.

IV - **Assessor Parlamentar:** Compreende as funções de nível médio de assessoria técnica aos Vereadores, ao Diretor Administrativo da Câmara Municipal, ao Setor Jurídico e a Contabilidade da Câmara Municipal de Mallet - Paraná.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Realizar, a pedido do Vereador, estudos e pesquisas, bem como assessorá-lo no exame de proposições de origem legislativa ou executiva; assessorar a elaboração de expedientes, correspondências e proposições em geral, mantendo informado, a respeito, o respectivo Vereador; realizar, a pedido do Vereador, estudos e pesquisas sobre assuntos abrangidos pela área de competência legislativa do Município; operacionalizar esboços de Indicações, Requerimentos, Pedidos de Informações, bem como outras proposições, elaborando a justificativa das mesmas; assessorar o Vereador na apreciação de proposições, tanto de origem legislativa como executiva; redigir, a pedido do Vereador, pronunciamentos a serem feitos pelo mesmo no plenário da Casa; assessorar o Vereador no exame de proposições que tramitarem em Comissão Permanente

elou temporária da qual o mesmo faça parte; executar outras tarefas correlatas. (Redação dada pela Lei nº 1308 de 2017)

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PROVIMENTO EFETIVO

~~I - Do cargo de Advogado: Compete coordenar as atividades do setor contencioso, do setor jurídico da Câmara Municipal, emitir pareceres jurídicos nos Projetos de Lei; executar os trabalhos de contencioso judicial e administrativo; executar determinações estabelecidas pelo Presidente da Câmara, órgãos de direção e tudo o mais inerente aos encargos legais e atribuições pelo mesmo delegadas, entre outras atividades correlatas. Elaborar Projetos de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos; emitir parecer jurídico sobre as matérias quando solicitado pelo Presidente e demais membros da Mesa Diretora, Relatores das Comissões e Vereadores; representar a Câmara Municipal no foro em geral, judicial ou extrajudicial, em que for parte como ré, autora, assistente ou oponente; realizar estudos e pesquisas jurídicas no atendimento aos Vereadores; elaborar minutas de contratos de serviços e compras; fazer acompanhamento judicial ou extrajudicial nos processos em que a Câmara Municipal for parte interessada.~~

I - **Do cargo de Advogado:** Compete coordenar as atividades do setor contencioso, do setor jurídico da Câmara Municipal, emitir pareceres jurídicos nos Projetos de Lei; executar os trabalhos de contencioso judicial e administrativo; executar determinações estabelecidas pelo Presidente da Câmara, órgãos de direção e tudo o mais inerente aos encargos legais e atribuições pelo mesmo delegadas, entre outras atividades correlatas. Elaborar Projetos de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos; emitir parecer jurídico sobre as matérias quando solicitado pelo Presidente e demais membros da Mesa Diretora, Relatores das Comissões e Vereadores; representar a Câmara Municipal no foro em geral, judicial ou extrajudicial, em que for parte como ré, autora, assistente ou oponente; realizar estudos e pesquisas jurídicas no atendimento aos Vereadores; elaborar minutas de contratos de serviços e compras; fazer acompanhamento judicial ou extrajudicial nos processos em que a Câmara Municipal for parte interessada. Orientar, organizar e participar das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes. (Redação dada pela Lei nº 1226, de 2015)

~~II - Do cargo de Contador: Organizar e executar trabalhos inerentes a contabilidade pública da Câmara Municipal; manter controle e guarda de valores e documentação contábil; apurar os elementos necessários ao controle financeiro e patrimonial da Câmara. Realizar auditorias; elaborar as prestações de contas, fazer balancetes mensais e o balanço geral. Executar outras tarefas inerentes, elaborar processos e registros contábeis da receita e despesa; acompanhar e controlar os resultados da gestão financeira; contabilizar analiticamente a receita e a despesa, de acordo com os documentos comprobatórios, organizar balancetes, balanços e outros demonstrativos contábeis; emitir empenhos; controlar e registrar todos os demais documentos de natureza financeira e contábil; promover, atualizar e fiscalizar a execução orçamentária; providenciar a proposta orçamentária; solicitar créditos; coordenar e controlar as prestações de contas, atender as instruções e exigências dos órgãos de fiscalização; realizar pagamentos devidamente autorizados; emitir, registrar e controlar os demais documentos de natureza financeira. Gerenciar juntamente com o Presidente os atos inerentes a movimentações bancárias seja pessoalmente ou através de sistema informatizado.~~

II - **Do cargo de Contador:** Organizar e executar trabalhos inerentes a contabilidade pública da Câmara Municipal; manter controle e guarda de valores e documentação contábil; apurar os elementos necessários ao controle financeiro e patrimonial da Câmara. Realizar auditorias; elaborar as prestações de contas, fazer balancetes mensais e o balanço geral. Executar outras tarefas inerentes, elaborar processos e registros contábeis da receita e despesa; acompanhar e controlar os resultados da gestão financeira; contabilizar analiticamente a receita e a despesa, de acordo com os documentos comprobatórios, organizar balancetes, balanços e outros demonstrativos contábeis; emitir empenhos; controlar e registrar todos os demais documentos de natureza financeira e contábil; promover, atualizar e fiscalizar a execução orçamentária; providenciar a proposta orçamentária; solicitar créditos; coordenar e controlar as prestações de contas, atender as instruções e exigências dos órgãos de fiscalização; executar as tarefas inerentes ao Departamento de Pessoal da Câmara Municipal, tais como: elaboração das folhas de pagamento tanto dos Vereadores, bem como dos Servidores do Legislativo Municipal, emitir guias de recolhimento de tributos e contribuições, além de apresentar as informações previdenciárias e trabalhistas referentes à Câmara Municipal e cumprir as Obrigações Fiscais e Acessórias exigidas por Lei. (Redação dada pela Lei nº 1226, de 2015)

III - **Dos Serviços Gerais:** Serviços gerais pertinentes à área de limpeza e conservação do prédio da Câmara Municipal, inclusive do jardim e demais serviços pertinentes.

IV - **Do cargo de Controlador Interno:** fiscalizar e avaliar, quanto à legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e economicidade os controles da gestão orçamentária, financeira, contábil, administrativa, operacional e patrimonial dos órgãos da Câmara Municipal, bem como, a aplicação dos recursos públicos; realizar inspeções e auditorias internas para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos avaliando os resultados; informar aos titulares dos órgãos da estrutura da Câmara Municipal o resultado de auditorias, inspeções, análises e levantamentos procedidos pelo Controle Interno, atinente às respectivas unidades, para a promoção de medidas; analisar os relatórios e informações que sistematicamente sejam encaminhadas pelos órgãos e sujeitos ao Controle Interno; controlar a obediência aos limites impostos pela legislação ao Poder Legislativo, nas questões orçamentárias, financeiras, administrativas e patrimoniais; cientificar o Presidente da Câmara Municipal, em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada; elaborar os relatórios de controle interno; propor e coordenar a criação, atualização e utilização de manuais procedimentais e operacionais de Controle Interno; informar e apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional. (Redação dada pela Lei nº 1226, de 2015)

V - **Do cargo de Secretário:** realizar serviços administrativos e burocráticos; receber, registrar, distribuir e controlar a movimentação de papéis e documentos nos órgãos e unidades da Câmara Municipal; registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar todas as publicações da Câmara Municipal; responsabilizar-se, quando solicitado, pela transcrição das atas das reuniões legislativas; realizar o serviço de arquivamento; realizar o serviço de recepção aos visitantes; expedir correspondências da Câmara Municipal, nos termos sugeridos pela Diretoria Administrativa; responsabilizar-se pela destinação de correspondências e informações aos Parlamentares, e setores administrativos em geral; executar outras tarefas correlatas ao cargo. Executar as atividades relativas à Tesouraria da Câmara Municipal, quais sejam realizar pagamentos devidamente autorizados; emitir, registrar e controlar os demais documentos de natureza financeira. Gerenciar juntamente com o Presidente os atos inerentes a movimentações bancárias seja pessoalmente ou através de sistema informatizado; executar serviços de natureza econômica, financeira e contábil; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; efetuar lançamentos contábeis e financeiros. (Redação dada pela Lei nº 1226, de 2015)

CAPITULO VI
Da Delegação de Competência

Art. 80 - A Delegação de Competência é utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as nas proximidades dos fatos, pessoas ou problemas a atender ou resolver.

CAPITULO VII
Do Controle

Art. 90 - O controle, como meio e instrumento de acompanhamento e avaliação dos resultados, compreende:

I - o controle, pelas Diretorias e Assessoramento competentes, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;

II - o controle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas que regulam o exercício das atividades auxiliares;

III - o controle da aplicação do dinheiro público e da guarda dos bens da Câmara Municipal pelo órgão próprio do sistema de contabilidade.

CAPITULO VIII
Da Racionalização e Produtividade

Art. 10 - A Racionalização e Produtividade, como princípios fundamentais, visam assegurar a prevalência dos objetivos sociais,

políticos e econômicos da ação do Legislativo municipal sobre as conveniências necessárias de natureza burocrática e legal mediante:
I - organização das atividades-meio sob a forma de sistemas;
II - livre e direta comunicação horizontal entre os órgãos da administração municipal, para troca de informações, esclarecimento e comunicações;
III - supressão de controles meramente formais e daqueles cujo custo administrativo ou social sejam, evidentemente, superiores aos benefícios;
IV- eliminação de tramitações desnecessárias de processos;
V - descentralização executiva e delegação de competência em todos os níveis da Administração Municipal.

CAPÍTULO IX
Das Disposições Gerais
Art. 11 - Os órgãos de coordenação e assessoramento da Câmara Municipal exercerão suas atribuições, cada um na sua área de competência, harmoniosamente, buscando a cooperação entre si, no sentido de promover o bom desempenho do serviço público.
Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, revogando-se todas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal, em 23 de dezembro de 2013.

ROGERIO DA SILVA ALMEIDA
Prefeito Municipal

*** Esta Lei é de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara.**

Publicado por:
Fernando Roberto Arkaten
Código Identificador:ABE50822

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 197/2017

DATA DE ASSINATURA: 13 de setembro de 2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI.**
CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, CNPJ 83.073.536/0001-64.
DOMICILIO: Rua Ottokar Doerffel, nº 841, Bairro Atiradores, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar coleta, transporte, transbordo e destinação final de resíduos sólidos orgânicos e não recicláveis e a coleta e transporte de resíduos sólidos recicláveis gerados dentro dos limites geográficos do município de Mallet/PR.
VALOR: Pelo serviço, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 1.026.000,00 (hum milhão, vinte e seis mil reais),** a ser pago pela totalidade dos serviços.
PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término **12 (doze) meses** após.
O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos pela Administração Municipal até o limite de **60 (sessenta) meses** por se tratar de serviço de caráter continuado e apenas na hipótese da manutenção desse contrato representar economia aos cofres municipais.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Paulo Sergio Kurzydlowski
Código Identificador:3B81D21B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE CONCESSÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Através do presente, fica estabelecido o reequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato Administrativo nº 096/2017 cujo objeto contempla "aquisição de materiais gráficos para atender a demanda das Secretarias que compõem a Administração Municipal de Mallet/PR" realizado com a empresa VINÍCIUS RONCAGLIO – ME, CNPJ: 22.654.822/0001-29, conforme solicitação encaminhada à CONTRATADA e Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria deste Município, bem como, justificativas anexas ao processo.

Itens e valores reajustados:

Item	Descrição	R$ atual	R$ reajustado
01	CARTILHAS PROERD - Capa: 280 X 564 mm, 4x1 cores, Couche Fosco 250g. Miolo: 52 Pág, 215 X 280 mm, 4 cor, papel sulfite 90g. Intercalação e grampo. Ou conforme especificações definidas pela Polícia Militar.	R$45,00	R$ 10,00
03	CERTIFICADOS PARA PROERD - 210X290mm, 4x0 cores, sulfite 180g. Refilado. Ou conforme especificações definidas pela Polícia Militar.	R$ 4,81	R$ 1,00

Prefeitura Municipal de Mallet, 12 de setembro de 2017.

MOACIR ALFREDO SZINVELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Kurzydlowski
Código Identificador:0DE9ABBC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

DATA DE ASSINATURA: 12 de setembro de 2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor MOACIR ALFREDO SZINVELSKI.

CONTRATADA: CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB – ME, CNPJ 11.565.492/0001-89.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O Presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração na Cláusula III do contrato 024/2017, conforme determinações contidas na cláusula VI, 6.1 do mesmo contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES:

As quantidades contratadas ficam aditadas na seguinte proporção:

ITEM: Leite integral UHT. Ausência de qualquer tipo de impurezas ou elementos estranhos. Aspecto líquido, cor, odor e sabor característicos. Sem cor, odor e sabor estranhos. Teor mínimo de gordura de 3g/100ml do produto (3%). Embalagem Tetra Pak intacta original, contendo 1 litro. Deverão conter na embalagem a data de fabricação e validade. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega.
R$ ESTIMADO: R$2.800,00
R$ ADITADO: R$700,00
R$ TOTAL: R$ 3.500,00
% A SER ADITADA: 25,00%
ITEM: Ovos de galinha in natura, embalagem em dúzia, em caixas de papelão. Casca limpa, íntegra, sem manchas e deformações. As caixas deverão ter selo de procedência com data de validade e demais especificações exigidas pela lei de rotulagem da ANVISA.
R$ ESTIMADO: R$ 1.335,00
R$ ADITADO: R$ 333,75
R$ TOTAL: R$ 1.668,75
% A SER ADITADA: 25,00%

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, especialmente em relação aos valores unitários inicialmente pactuados, aos direitos e obrigações das partes e à legislação que o disciplina.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Paulo Sergio Kurzydlowski
Código Identificador:2755237C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

DATA DE ASSINATURA: 12 de setembro de 2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor MOACIR ALFREDO SZINVELSKI.

CONTRATADA: P2 INDÚSTRIA E COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS EIRELI – ME, CNPJ 23.040.430/0001-32.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O Presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração na Cláusula III do contrato 027/2017, conforme determinações contidas na cláusula VI, 6.1 do mesmo contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES:

As quantidades contratadas ficam aditadas na seguinte proporção:

ITEM: Aveia em flocos. Produto obtido de aveia, em flocos finos. Embalagem primária em polietileno. Embalagem de 500g. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.
R$ ESTIMADO: R$278,00
R$ ADITADO: R$69,50
R$ TOTAL: R$347,50
% A SER ADITADA: 25,00%

ITEM: Farinha de milho: tipo biju amarelo. Enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina b9). Embalagem de 1kg de polietileno transparente atóxico e resistente. Prazo de validade: Mínimo 6 meses a partir da entrega.
R$ ESTIMADO: R$534,00
R$ ADITADO: R$133,50
R$ TOTAL: R$667,50
% A SER ADITADA: 25,00%

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, especialmente em relação aos valores unitários inicialmente pactuados, aos direitos e obrigações das partes e à legislação que o disciplina.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Paulo Sergio Kurzydlowski
Código Identificador:F3AC33BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RH
DECRETO 341.2017

DECRETO N.º 341 de 12 de setembro de 2017.

Súmula: Fica declarada estabilidade de profissional para provimento efetivo, tendo em vista o cumprimento do estágio probatório por um período ininterrupto de 03 (três) anos e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a estabilidade ao servidor público abaixo relacionado, de acordo com a avaliação realizada e com fundamento no artigo 21 da Lei Municipal nº 632/99 e art. 24, §2º, da Lei Municipal nº 1.252/2015,

Matricula	Nome	Admissão	Cargo
1210	LUIZ HENRIQUE SZPUNAR OTTO	01/08/2013	ENGENHEIRO CIVIL

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mallet, 12 de setembro de 2017.

MOACIR ALFREDO SZINVELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Alice Grenteski Arkaten
Código Identificador:C9009F62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 42-2017 PUBLICAÇÃO

TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Pregão N° 42/2017
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 2475/2017 resolve:
HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação na modalidade de Pregão n° 42/2017 referente à **Contratação de empresa para prestação de serviços de funilaria e vidraçaria, com fornecimento de materiais, em atendimento as necessidades das Secretarias Administrativas deste município de Manfrinópolis**, em favor das empresas conforme abaixo;

ESQUADRIAS E VIDRAÇARIA CHALITA LTDA - ME					
Lote	Item	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	HORA	80,00	130,00	10.400,00
1	2	M	200,00	28,00	5.600,00
1	3	M2	80,00	76,00	6.080,00
1	4	M2	60,00	160,00	9.600,00
1	5	UN	100,00	11,00	1.100,00
1	6	M2	60,00	85,60	5.136,00
1	7	M	250,00	15,50	3.875,00
1	8	M2	55,00	130,30	7.166,50
1	9	M2	50,00	240,00	12.000,00
1	10	M2	30,00	265,00	7.950,00
1	11	M	50,00	3,60	180,00
1	12	M	50,00	3,30	165,00
1	13	M2	200,00	12,70	2.540,00
TOTAL					71.792,50

Do objeto da licitação, estando em conformidade com a ata de seção de Pregão 42/2017 datada de 11/09/2017. A entrega dos materiais objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 12/09/2017.

CAETANO ILAIR ALIEVI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei dos Santos
Código Identificador:B960EFF7

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 83-2017 PUBLICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 83 de 2017.

OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Contratação de empresa para prestação de serviços de funilaria e vidraçaria, com fornecimento de materiais, em atendimento as necessidades das Secretarias Administrativas deste município de Manfrinópolis, conforme processo de Pregão nº 42/2017.
CONTRATADO: ESQUADRIAS E VIDRAÇARIA CHALITA LTDA - ME.
VALOR CONTRATADO: 71.792,50 (Setenta e Um Mil, Setecentos e Noventa e Dois Reais e Cinqüenta Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 12/09/2017.
RECURSOS: próprios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **ATÉ 30 DIAS APÓS EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses após a assinatura do contrato**.**

Manfrinópolis, 13/09/2017.

CAETANO ILAIR ALIEVI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei dos Santos
Código Identificador:70AFDDA5

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO 46-2017 PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Nº 46/2017
Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93
Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº147/2014 e Lei Complementar Municipal nº01/2015

EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE ME e EPP DE ÂMBITO REGIONAL

RECURSOS: próprios e ou oriundos de convênios.
O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 01.614.343/0001-09, torna público que fará realizar dia **29/09/2017, às 09:00 horas.**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, abertura da sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017 do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº147/2014 e Lei Complementar Municipal nº01/2015, para:
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de um profissional especializado na área Odontológica, para atender 40 (quarenta) horas semanais, no Programa Saúde da Família (PSF) do Governo Federal no município de Manfrinópolis/Pr, mediante licitação.
PROTOCOLO: 29/09/2017, às 09:00 horas
DATA DA ABERTURA: 29/09/2017, às 09:00 horas.
LOCAL DA ABERTURA: Rua Encantilado, nº 11, centro, Manfrinópolis, Estado do Paraná**.**
EDITAL: outras informações complementares poderão obtidas na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, no endereço supracitado, de 2ª a 6ª feira, no horário normal de expediente ou pelo telefone/fax: **(0xx46) 3562-1001** e também através do e-mail: **licitacao@manfrinopolis.pr.gov.br**.

Manfrinópolis, em 11/09/2017.

JOZINEI DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jozinei dos Santos
Código Identificador:5DEFAB5E

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO 47-2017 PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Nº 47/2017
Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93
Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº147/2014 e Lei Complementar Municipal nº01/2015

EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE ME e EPP DE ÂMBITO REGIONAL.

RECURSOS: próprios e ou oriundos de convênios.
O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 01.614.343/0001-09, torna público que fará realizar dia **29/09/2017, às 14:00 horas.**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, abertura da sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº147/2014 e Lei Complementar Municipal nº01/2015, para:
OBJETO: Contratação de empresa de advocacia com registro na ordem dos advogados do Brasil, para fornecimento de profissional que atue na área jurídica, para exercer todas as atribuições da procuradoria jurídica do Município com representatividade mandatorial do ente publico para atendimento das demandas típicas das áreas, bem como do setor administrativo com ênfase aos aspectos legais, mediante licitação.
PROTOCOLO: 29/09/2017, às 14:00 horas
DATA DA ABERTURA: 29/09/2017, às 14:00 horas.
LOCAL DA ABERTURA: Rua Encantilado, nº 11, centro, Manfrinópolis, Estado do Paraná**.**
EDITAL: outras informações complementares poderão obtidas na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, no endereço supracitado, de 2ª a 6ª feira, no horário normal de expediente ou pelo telefone/fax: **(0xx46) 3562-1001** e também através do e-mail: **licitacao@manfrinopolis.pr.gov.br**.

Manfrinópolis, em 12/09/2017.

JOZINEI DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jozinei dos Santos
Código Identificador:23DF243F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO MUNICIPAL Nº 239/2017

SÚMULA – DECRETA LUTO OFICIAL.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI RESOLVE:
CONSIDERANDO O FALECIMENTO DO CIDADÃO SENHOR DIRCEU MAZZOTTI.

CONSIDERANDO QUE O MESMO FOI PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR NO PERÍODO DE MARÇO DE 1983 A MARÇO DE 1989.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial os dias 12, 13 e 14 de setembro de 2017, em virtude do falecimento do Senhor DIRCEU MAZZOTTI.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Marilena-PR, em 13 de setembro de 2017.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:4F46C7A7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 005 /2017

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação da Deliberação nº 066/2017 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR que estabelece Incentivo Financeiro Paranaense Adesão Espontânea – IFP-AE para o município de Marilena-PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1153/2013 de 20 de agosto de 2013,

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezessete;

RESOLVE:
Art.1° - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação nº 066/2017 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR que estabelece Incentivo Financeiro Paranaense Adesão Espontânea – IFP-AE para o município de Marilena-PR.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marilena, 13 de Setembro de 2017.

NATÁLIA REGINA PEREIRA DOS SANTOS FRANCISCO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Marilena-PR

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:CF8E25E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 150/2017

SÚMULA – Nomeia Servidores Públicos Municipais para comporem o Comitê de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

NOMEAR

Artigo 1º. Os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionadas, representantes das áreas de Saúde, Vigilância Sanitária, Epidemiologia e Assistência Social, para comporem o COMITÊ DE MORTALIDADE MATERNA, INFANTIL E FETAL, com a composição a seguir:

Servidor:	**Cargo:**
VIVIANE DA CRUZ RIBEIRO	PRESIDENTE
ALYNE IDAZEMA RIBEIRO BOSELO	VICE – PRESIDENTE
TAÍLA PAZZETTO	SECRETÁRIA
RAFAELA CARLA CARDOSO	MEMBRO
FRANCIELY SEVULSKI	MEMBRO
MARCOS GOULART DOS SANTOS	MEMBRO
NILSON FERREIRA BUENO	MEMBRO
DOROTEIO JALA	MEMBRO

Artigo 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e
Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 13 de setembro de 2017.

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:3720C88C

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO N° 48/2017 - DC

CNPJ 95.684.510/0001-31
Exercício: 2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Senhor MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS, Prefeito do Município de MATO RICO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e de conformidade com a Lei Municipal nº 520/2016 de 07/12/2016.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 37.115,00 (trinta e sete mil cento e quinze reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
05	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
05.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS		
05.002.15.451.1501.2.010.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	
99 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
06.001.12.361.1201.2.012.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
145 - 3.3.90.30.00.00	01107	MATERIAL DE CONSUMO	910,00
06.001.12.361.1201.2.038.		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
218 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	6.195,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE		
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
08.002.10.301.1001.2.019.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
293 - 4.4.90.52.00.00	01303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10,00
Total Suplementação:			17.115,00
Suplementação			
08	SECRETARIA DE SAÚDE		
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
08.002.10.301.1001.1.018.		AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SAÚDE	
398 - 4.4.90.52.00.00	31337	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
Total Suplementação:			10.000,00

Artigo 2º - Para cobertura das Despesas, na forma do Artigo 1º, fica indicado como recurso, o Excesso de Arrecadação, conoforme Demonstrativo do provável Excesso de Arrecadação nas receitas:

Artigo 3º - Para cobertura das Despesas, na forma do Artigo 1º, fica indicado como recurso, a redução, em igual valor, de verbas do orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

Redução			
05	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
05.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS		
05.002.15.451.1501.2.010.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	

100 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.010,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
06.001.12.361.1201.1.019.		AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A EDUCAÇÃO	
136 - 4.4.90.52.00.00	01103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.195,00
06.001.12.361.1201.2.037.		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
201 - 3.3.90.30.00.00	01107	MATERIAL DE CONSUMO	910,00
Total Redução:			17.115,00
Suplementação			
08	SECRETARIA DE SAÚDE		
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
08.002.10.301.1001.2.019.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
374 - 3.3.90.30.00.00	33328	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
Total Suplementação:			10.000,00

Artigo 3º - Para cobertura das Despesas, na forma do Artigo 1º, fica indicado como recurso, o Superavit Financeiro do exercício anterior, verificado nas fontes:

Fonte(s):
33328 VIGIA SUS

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MATO RICO , em 11 de setembro de 2017.

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi do Lago Costa
Código Identificador:921DA0E6

MUNICÍPIO DE MATO RICO
LEI 528/2017

SÚMULA: Altera artigos da Lei Municipal nº 497/2015 que Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder bens por comodato e da outras providencias.

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS, **PREFEITO MUNICIPAL DE MATO RICO,** Estado do Paraná, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º Altera o caput do artigo 1º.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar instrumento de contrato de comodato e Cessão de bens de poder desta municipalidade, com a Cooperativa Agropecuária Matorriquense – COAMAR, por tempo determinado, até 31 de dezembro de 2020, dos seguintes bens.

Item	Descrição	Ano de Fabricação	Valor R$
1	Caminhão AGRALE 8700, Chassi 9BYC76A2AFC000279, cor Branca, Ano 2015/2015, Combustível Diesel, Placa AZN - 7532.	2015	126.800,00

Artigo 2°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mato Rico, 06 de Setembro de 2017.

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi do Lago Costa
Código Identificador:84A8D0CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
PROTOCOLO DE INTENÇÕES N° 011/2017

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASELVA, NA MELHOR FORMA DO DIREITO, TENDO EM VISTA O INTERESSE COMUM NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA, QUE ABRANGE OS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E REGIÃO.

CONSIDERANDO a necessidade de se **INCLUIR O MUNICÍPIOS DE MIRASELVA** no Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania, o qual visa reduzir os índices de criminalidade e de violência existentes nos Municípios de Londrina e região;
CONSIDERANDO a necessidade de modernizar o sistema de segurança pública e prisional, bem como valorizar os seus profissionais;
CONSIDERANDO a necessidade de promover os direitos humanos;
RESOLVEM celebrar o presente Protocolo de Intenções, que será publicado na Imprensa Oficial e que servirá, após ratificação mediante lei de cada Casa Legislativa Municipal, para a formalização da **INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE MIRASELVA** no **Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região - CISMEL**, em conformidade com a Lei Federal no 11.107 de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto no 6.017 de 2007 e demais legislações pertinentes, nos seguintes termos:

I - DOS ENTES FEDERADOS

CLÁUSULA PRIMEIRA – Integra o presente Protocolo de Intenções o seguinte ente federativo:

Município de Miraselva, com CNPJ n° 75.845.529/0001-05, cuja sede administrativa encontra-se localizada na Rua São Paulo, n° 10, Centro, CEP 86615-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **CELSO RUBENS VICENTE ANTIVERI**.

II - DA PARTICIPAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – Poderão participar do **CISMEL** todos os municípios paranaenses, localizados na região do entorno de Londrina, através de aprovação pela Assembleia Geral, com ratificação pelas Câmaras Municipais de todos os entes federativos envolvidos.
§1° A área de atuação do **CISMEL** corresponderá a área de abrangência dos municípios consorciados.
§2° Os municípios que subscrevem este Protocolo terão até 02 (dois) anos para ratificá-lo, contados da data de assinatura deste instrumento.
§3° Para converter-se em Contrato de Consórcio Público o Protocolo de Intenções deverá ser ratificado por pelo menos 05 (cinco) municípios já consorciados em Assembleia.
§4° Enquanto não ocorrer a ratificação do presente o município não integrará o Consórcio, sendo tal ato imperativo para participação no CISMEL.

III - DO CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA TERCEIRA – Os novos Municípios consorciados submeter-se-ão aos critérios do rateio nos termos dos já consorciados, a fim de divisão dos recursos auferidos com os programas aprovados.
§1° Para efeito de rateio dos recursos auferidos sem projetos específicos, será utilizado como critério de divisão a representação populacional dos Municípios consorciados, segundo o IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
§2° Nos casos de projetos enviados para programas específicos, se estes forem recebidos em sua integralidade, haverá rateio de recursos conforme valor constante no projeto.
§3° Caso os recursos auferidos para os projetos previstos no parágrafo segundo, não correspondam ao valor total, os mesmos deverão ser

divididos de acordo com o percentual inicialmente previsto, quando do envio do projeto.
§4° A contrapartida será proporcional, conforme critério especificado no parágrafo primeiro, a cada Município beneficiado com o respectivo recurso.

IV - DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – O Protocolo de Intenções deverá ser publicado na imprensa oficial da forma usual do município e na imprensa oficial do Estado do Paraná.
Parágrafo Único – A publicação do Protocolo de Intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que indique o local e o sítio da rede mundial de computadores-internet em que se poderá obter seu texto integral.

V - DO ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO

CLÁUSULA QUINTA – Todos os entes consorciados e os novos municípios ingressantes se submetem às normas dispostas no Estatuto Social e Regimento Interno do CISMEL.

Assina o presente Protocolo de Intenção o Sr. Presidente do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região – CISMEL e o chefe do Poder Executivo do município interessado no ingresso ao Consórcio.

Londrina, 28 de julho de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região – CISMEL
SÉRGIO ONOFRE DA SILVA
Presidente

Município de Miraselva
CELSO RUBENS VICENTE ANTIVERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:3691CDFA

GABINETE
EDITAL Nº 004/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 9º, PARAGRAFO 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), PELO PRESENTE,

CONVOCA

A COMUNIDADE EM GERAL, PARA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO ANO DE 2017, A SER REALIZADA NO PRÓXIMO DIA 28 (VINTE E OITO), ÀS 19:30 HORAS, NO RECINTO DA CAMARA MUNICIPAL.

PÚBLIQUE-SE
AFIXE-SE

Miraselva, 13 de setembro de 2017.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:074D88CB

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 005/2017

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2013

O Prefeito Municipal de Miraselva, Celso Rubens Vicente Antiveri, brasileiro, viúvo, residente e domiciliado na Avenida Papa João XXIII nº. 320, na cidade de Miraselva, estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº. **1.451.106** SSP-PR e do CPF nº **239.028.179-68** no uso de suas atribuições legais:
CONVOCA, os candidatos aprovados no Concurso Público 001/2013, e prorrogado através do Decreto nº 28/2015 de 25 de Agosto de 2015, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer no prazo de 3 (três) dias, na Prefeitura Municipal de Miraselva, para apresentar os documentos exigidos e realizar exames médico admissional, a posse ocorrerá em 01 de Outubro de 2017, conforme relação abaixo:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Clas.	Nome	Nº. RG	Nota Final
11	VALERIA CRISTINA DE ALMEIDA E AUGUSTO	89936969	45,0
12	LUCIMARA PEREIRA ROMÃO	76486328	42,5
13	SIRLEY MORENO	100714124	42,5
14	CLAUDIA GOIS OLIVEIRA	88998227	42,5

O não comparecimento no prazo legal o (a) candidato (a) classificado (a) será remanejado (a) para o final da lista de classificação, podendo a Prefeitura Municipal convocar os imediatamente posteriores, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Miraselva, 12 de Setembro de 2017.

CELSO RUBENS VICENTE ANTIVERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:F25570DC

LICITAÇÃO
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispenso a licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, a favor da empresa **RAQUEL DELGADO SIQUEIRA MANTOVANI 02182345973**, para a Prestação de Serviços de Consultoria e assessoria em gestão pública para os serviços de reforma administrativa, compreendendo a elaboração de novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Quadro do Magistério, da prefeitura do município de Miraselva.
Face ao disposto no art.26, da Lei 8.666/93, submeto a ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Miraselva, 13 de Setembro de 2017.

PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:5D0211D4

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA

Ratifico o Ato do senhor Paulo Cesar Vieira de Melo, Presidente da Comissão de Licitação que dispensou a Licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, a favor da empresa **RAQUEL DELGADO SIQUEIRA MANTOVANI 02182345973**, para a Prestação de Serviços de Consultoria e assessoria em gestão pública para os serviços de reforma administrativa, compreendendo a elaboração de novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Quadro do Magistério, da prefeitura do município de Miraselva, no valor de R$ 5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais), face ao disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Miraselva, 13 de Setembro de 2017.

CELSO RUBENS VICENTE ANTIVERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:1C957F39

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE DISPENSA

Processo nº 38/2017 Dispensando, nos termos do inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/93, a licitação a favor da empresa **RAQUEL DELGADO SIQUEIRA MANTOVANI 02182345973**, para Prestação de Serviços de Consultoria e assessoria em gestão pública para os serviços de reforma administrativa, compreendendo a elaboração de novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Quadro do Magistério, da prefeitura do município de Miraselva, no valor de R$ 5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais).

Miraselva, 13 de Setembro de 2017.

CELSO RUBENS VICENTE ANTIVERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:CE6B83C4

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 32/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2017

Homologo o procedimento licitatório nº. 32/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob o Nº. 14/2017, que tem como finalidade a Contratação de Empresa para a Aquisição de peças automotivas de reposição para a manutenção da frota de veículos leves, vans, ônibus, micro-ônibus e caminhões deste município, realizado em data 01 de Setembro de 2017, Adjudicando via de consequência, o objeto do mesmo às empresas: ADÃO LOPES DE ANDRADE - ME no valor de R$ 73.000,00 (setenta três mil reais), a empresa J. C. MUNGO & CIA LTDA - EPP no valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), a empresa MECBRAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a empresa UNIÃO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA - EPP no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e a empresa XARA COMERCIO DE PEÇAS PARA CAMIN. LTDA - EPP no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), como vencedoras do certame, uma vez que cumprido todas as exigências contidas no edital próprio.

Miraselva, 13 de Setembro de 2017.

CELSO RUBENS VICENTE ANTIVERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:82F12098

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 18/2017

Encontra-se aberto no Município de Miraselva, Edital de Pregão Presencial nº 18/2017, do tipo: MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a Contratação de empresa para Aquisição de Medicamentos para serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Miraselva. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 28 de Setembro de 2017, às 09:30 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, na Rua São Paulo, 10, centro, na cidade de Miraselva-Pr CEP: 86.615-000. Outras informações poderão ser obtidas no endereço acima, ou pelo fone (43) 3273-1177.

Miraselva, 13 de Setembro de 2017.

PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:86D353FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 192/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, férias aos funcionários municipais efetivos, mês de fruição Agosto 2017, conforme quadro abaixo discriminado:

NOME	CTPS	FUNÇÃO	PERÍODO	PERÍODO DE FRUIÇÃO
CRISTINA SOKOLOSKI	2667087	NUTRICIONISTA	01/10/15/16	01 à 30/08/2017
ELENIS MOREIRA	023692	TELEFONISTA	17/09/15/16	01 à 30/08/2017
FABIANO RIBEIRO DE DEUS	1187252	MOTORISTA	08/03/16/17	11 à 30/08/2017
FRANCISCO ALVES TEIXEIRA	034147	MOTORISTA	01/08/16/17	11 à 30/08/2017
GILMAR GUEDES DE OLIVEIRA	62040	GARI	24/05/16/17	11 à 30/08/2017
HELIO DA SILVA	2297049	GUARDIÃO	07/06/16/17	11 à 30/08/2017
JOÃO CARLOS DA SILVA	023661	GUARDIÃO	01/08/15/16	01 à 30/08/2017
JOEL ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	23689	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	02/07/16/17	11 à 30/08/2017
JUVENAL MACHADO	08821	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/06/16/17	01 à 20/08/2017
MIRIAN TEREZINHA DE BONA	13786	ASSISTENTE ADMINISTRATIVA	11/06/16/17	01 à 30/08/2017
NELCI MIYAZASKI	47344	AGENTE DE TURISMO	02/07/16/17	11 à 30/08/2017
RAFAELA LOMBARDO	134802046	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	01/10/15/16	21/08 A 19/09/2017
HELTON JONH ESTEVÃO	4647161	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	04/11/15/16	11 à 30/08/2017
ZELINDA DA SILVA CRUZ	094994	ZELADORA	19/02/16/17	01 à 30/08/2017
IVANILDA CARVALHO	30545	DIGITADORA	01/06/16/17	01 à 20/08/2017
GILSON LUIS PEREIRA ARAUJO	016041	FISCAL DE TRIBUTOS	01/04/16/17	01 à 20/08/2017

Dê-se-lhe ciência e
cumpra-se.

Morretes, 13 de setembro de 2017.

OSMAIR COSTA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:838F8792

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 14/2017

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas do PAEFI

O Conselho Municipal de Assistência Social, reunido ordinariamente no dia 13 de setembro de 2017, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei 8.742/93 e Lei Municipal 108/2010, e com base na decisão da plenária.
RESOLVE:

Art.1º – O Conselho Municipal de Assistência Social, aprova a prestação de contas do PAEFI referente ao período de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Morretes, 13 de setembro de 2017

DILCENEI CONSENTINO PERES
Presidenta do CMAS

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:D2A0D968

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 15/2017

Súmula: Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação referente ao Programa Incentivo Família Paranaense IV.

O Conselho Municipal de Assistência Social, reunido ordinariamente no dia 13 de setembro de 2017, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei 8.742/93 e Lei Municipal 108/2010, e com base na decisão da plenária.

RESOLVE:

Art.1º – O Conselho Municipal de Assistência Social, aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente ao Programa Incentivo Paranaense IV**.**

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Morretes, 13 de setembro de 2017

DILCENEI CONSENTINO PERES
Presidenta do CMAS

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:AC588114

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 498/2017

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Contratar Operações de Crédito com A Agência de Fomento do Paraná S.A."

(Origem Projeto de Lei n.º 417/2017 – iniciativa do Poder Executivo Municipal – Prefeito Osmair Costa Coelho)

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com a Agência de Fomento do Paraná S.A operações de crédito, até o limite de R$ **1.000.000,00** (**um milhão de reais**).
Parágrafo Único - O valor das operações de crédito estão condicionados à obtenção pela municipalidade, de autorização para a sua realização, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao endividamento público através de Resoluções emanadas pelo Senado Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Art. 2º - Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como as normas específicas da Agência de Fomento do Paraná S.A.
Art. 3º - Os recursos oriundos das operações de crédito autorizadas por esta Lei, serão aplicados na execução dos seguintes projetos:
I – Pavimentação de Vias Urbanas no valor de **R$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais);
II – Ginásio de Esportes no valor de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais) e;
III - Aquisição de Equipamentos Rodoviários no valor de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais).
Art. 4º - Em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à Agência de Fomento do Paraná S.A., as parcelas que se fizerem necessárias da quota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.
Art. 5º - Para garantir o pagamento do principal atualizado monetariamente, juros, multas e demais encargos financeiros decorrentes das operações referidas nesta Lei, o Poder Executivo Municipal, poderá outorgar à Agência de Fomento do Paraná S.A. mandato pleno para receber e dar quitação das referidas obrigações financeiras, com poderes para substabelecer.
Art. 6º - O prazo e a forma definitiva de pagamento do principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre as operações financeiras, obedecidos os limites desta Lei, serão estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal com a entidade financiadora, conforme elencado no contrato de operação de crédito.
Art. 7º - Anualmente, a partir do exercício financeiro subsequente ao da contratação das operações de crédito, o orçamento do Município consignará dotações próprias para a amortização do principal e dos acessórios das dívidas contratadas.
Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Nhundiaquara, Morretes, 12 de setembro de 2017

OSMAIR COSTA COELHO
Prefeito Municipal de Morretes

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:AAA7ED0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2017
O MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - Estado do Paraná, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 02/10/2017, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Vereador Valmor Gomes, Município de Nova Prata do Iguaçu - Pr realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS sob nº 012/2017, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto a implantação de sistema de abastecimento de água na Comunidade de Vila Salete, Município de Nova Prata do Iguaçu, conforme convênio nº 0110/2016 – Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site
www.npi.pr.gov.br, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas.

Nova Prata do Iguaçu – PR, 12 de setembro de 2017.

DENIVAL DA SILVA OLIBONI
Presidente
C.P.L.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:028C0118

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017

O MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, através de sua Comissão de Pregão, designada pela PORTARIA Nº 3597/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 27/09/2017, às 09:00 horas, na sala de licitação da Prefeitura Municipal, sito a Rua Vereador Valmor Gomes, Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr, realizará *LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 147/2014,* na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob nº 069/2017, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atendimento do Programa Municipal de Melhoramento Genético, através de inseminação artificial, instituído pela Lei Municipal nº 1450/2017.

Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site
www.npi.pr.gov.br, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

Nova Prata do Iguaçu – PR, 13 de setembro de 2017.

DENIVAL DA SILVA OLIBONI
Pregoeiro

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:D5D9672E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA RESUMIDA SESSÃO ORDINÁRIA 05 09 17

Ata Resumida da Sessão Ordinária do dia 05/09/17. Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, no horário regimental, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede a rua Cel. Vida, 211, Centro, realizou-se a 31ª (trigésima primeira) Sessão Ordinária da 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura, sob a Presidência do Vereador Anselmo Heimbecher Osório e secretariada pelos Vereadores: Arildo Santos Zaleski e Denis Sanson e presentes os Vereadores: Domingos Everaldo Kuhn, Gilmar Costa, João Savi, João Alberto Ferreira da Costa e Rogério Czelusniak. Havendo número legal de Vereadores, o Sr. Presidente em nome de Deus e pelo povo declarou aberta a Sessão e convidou o Vereador Denis Sanson para ocupar a 2ª Secretaria em razão da ausência do Vereador 1º Secretário. Composta a Mesa, determinou a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Na Ordem do Dia foram apreciadas as seguintes matérias. Em discussão única em bloco foram aprovados por unanimidade os Requerimentos protocolados sob nº 846 e 847/17. Em 1ª discussão em separado foram aprovados por unanimidade os Projetos de Lei nº 4791, 4793, 4794, 4795, 4796, 4797, 4799, 4800, 4801, 4802, 4804 e Projetos de Resoluções 123 e 124/17, sendo que os Projetos de Lei nº 4794, 4804 e Projetos de Resoluções 123 e 124/17, foram aprovados em votação nominal. Em 1ª discussão em separado foram aprovados por unanimidade os Projetos de Lei nº 4806, 4807, 4810 e 4812. O Sr. Presidente em razão da apresentação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei 4813 e protocolada sob nº 862/17, retirou da Pauta o Projeto de Lei 4813, Emenda esta que será encaminhada às Comissões de Constituição Justiça e Redação e Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, para análise e pareceres, para que após isso seja convocada a votação da Emenda e Projeto de Lei. Nada mais havendo a ser tratado na presente Sessão, o Sr. Presidente lembrou que a próxima Sessão Ordinária acontecerá no próximo dia 12 (doze), no horário regimental, constando da Ordem do Dia a discussão única das Indicações 125 a 128/17, 2ª discussão dos Projetos de Lei nº 4806, 4807, 4810 e 4812. Agradeceu a presença de todos e em nome de Deus e pelo povo, declarou encerrada a presente Sessão. E, para tudo constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente e 1º Secretário.Ata Resumida da Sessão Ordinária do dia 05/09/17. Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, no horário regimental, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede a rua Cel. Vida, 211, Centro, realizou-se a 31ª (trigésima primeira) Sessão Ordinária da 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura, sob a Presidência do Vereador Anselmo Heimbecher Osório e secretariada pelos Vereadores: Arildo Santos Zaleski e Denis Sanson e presentes os Vereadores: Domingos Everaldo Kuhn, Gilmar Costa, João Savi, João Alberto Ferreira da Costa e Rogério Czelusniak. Havendo número legal de Vereadores, o Sr. Presidente em nome de Deus e pelo povo declarou aberta a Sessão e convidou o Vereador Denis Sanson para ocupar a 2ª Secretaria em razão da ausência do Vereador 1º Secretário. Composta a Mesa, determinou a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Na Ordem do Dia foram apreciadas as seguintes matérias. Em discussão única em bloco foram aprovados por unanimidade os Requerimentos protocolados sob nº 846 e 847/17. Em 1ª discussão em separado foram aprovados por unanimidade os Projetos de Lei nº 4791, 4793, 4794, 4795, 4796, 4797, 4799, 4800, 4801, 4802, 4804 e Projetos de Resoluções 123 e 124/17, sendo que os Projetos de Lei nº 4794, 4804 e Projetos de Resoluções 123 e 124/17, foram aprovados em votação nominal. Em 1ª discussão em separado foram aprovados por unanimidade os Projetos de Lei nº 4806, 4807, 4810 e 4812. O Sr. Presidente em razão da apresentação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei 4813 e protocolada sob nº 862/17, retirou da Pauta o Projeto de Lei 4813, Emenda esta que será encaminhada às Comissões de Constituição Justiça e Redação e Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, para análise e pareceres, para que após isso seja convocada a votação da Emenda e Projeto de Lei. Nada mais havendo a ser tratado na presente Sessão, o Sr. Presidente lembrou que a próxima Sessão Ordinária acontecerá no próximo dia 12 (doze), no horário regimental, constando da Ordem do Dia a discussão única das Indicações 125 a 128/17, 2ª discussão dos Projetos de Lei nº 4806, 4807, 4810 e 4812. Agradeceu a presença de todos e em nome de Deus e pelo povo, declarou encerrada a presente Sessão. E, para tudo constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente e 1º Secretário.

Publicado por:
Ernesto Xavier de Oliveira Neto
Código Identificador:62F2DAD0

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, tipo Menor Preço, dia **27 de setembro de 2017**, às 8:30 horas.
OBJETO: contratação de empresa especializada para locação de sistemas para gestão pública.
Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do endereço eletrônico
http://palmeira.pr.leg.br ou através de solicitação enviada para o e-mail
licitacaocamarapalmeira@outlook.com. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do telefone: (42) 3252-1648.

Palmeira, 13 de setembro de 2017.

ANSELMO HEIMBECHER OSÓRIO
Presidente

Publicado por:
Ederson Amauri Seixas da Silva
Código Identificador:31EFFF06

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº.66/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.7448/2017

A Pregoeira do Município de Palmeira torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, tipo Menor Preço, dia 26/09/2017, às 08h30min.
OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação sob demanda de empresa especializada para publicação de extratos dos processos licitatórios, avisos e demais atos oficiais relacionados às licitações de interesse do município em jornal de grande circulação no estado do Paraná. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do endereço eletrônico
www.palmeira.pr.gov.br/transparencia/ ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail:
licitacao.prefpalmeira@gmail.com.

13 de setembro de 2017

LEILIANE COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:3582EDD7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI N° 4.481 DE 13/09/2017 - ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 3.176 DE 12 DE MAIO DE 2011, QUE AUTORIZA AO PODER EXECUTIVO A DOAR ÁREA DO MUNICÍPIO PARA A CONSTRUÇÃO DO FÓRUM ELEITORAL.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,
Lei:
Art. 1º O *caput* do artigo 1º da Lei nº3.176, de 12 de maio de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação de terreno urbano com área de 1.132,70m² (hum mil cento e trinta e dois metros e setenta centímetros quadrados), situado na Rua Barão do Rio Branco nº 100, identificada como Lote H desmembrado do LOTE E, do Centro Empresarial, objeto da matrícula nº 12.166 do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira/PR, à UNIÃO FEDERAL." (NR)*

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei nº 3.176, de 12 de maio de 2011, permanecem inalterados.

Art. 3° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito do Município de Palmeira

FERNANDO ANTONIO MACIEL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:48D2A138

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N° 13.477 DE 13/09/2017 - ADIANTAMENTO À SERVIDORA ELIANE DE PAULA.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 7420/2017 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, alterada pela Lei n° 4.271 de 15/12/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art.1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 05 (cinco) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Procuradoria Geral do Município ocupante do cargo de Procuradora, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art.2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação:
04.001.03.092.0004.2.061.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Eliane de Paula	*014.979.339-19*	*R$ 50,00*

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Palácio da Viscondessa, Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:3D1912AE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI N° 4.480 DE 13/09/2017 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 623.161,52.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,
Lei:
Artigo 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 623.161,52 (seiscentos e vinte e três mil cento e sessenta e um reais e cinquenta e dois centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias, integrando e alterando a Lei nº 4.286/2016 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.

Suplementação
11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação - SMED
11.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Educação
11.001.12.122.0018.6.154. Manutenção das atividades do Departamento de Educação
698 - 3.3.90.14.00.00 103DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL R$ 10.000,00
695 - 3.3.90.30.00.00 103MATERIAL DE CONSUMO R$ 90.000,00
699 - 3.3.90.30.00.00 104MATERIAL DE CONSUMO R$ 74.364,75
696 - 3.3.90.39.00.00 103OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA R$ 200.796,77
700 - 3.3.90.39.00.00 104OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA R$ 100.000,00
697 - 4.4.90.52.00.00 103EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 70.000,00
701 - 4.4.90.52.00.00 104EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 78.000,00
Total Suplementação: R$ 623.161,52

Artigo 2º - Para atender o disposto no artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, conforme discriminado abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
103	R$ 370.796,77
104	R$ 252.364,75

Artigo 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:3CA5E40C

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA N° 13.476 DE 13/09/2017 - REVOGA PORTARIA N° 13.435 DE 25/08/2017, QUE CONCEDE ADIANTAMENTO À SERVIDORA RAQUEL HAIDE SANTOS ALDRIGUE.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere e considerando o P.A 7002/2017,

Resolve:

Art.1º - Revogar a Portaria nº 13.435 de 25/08/2017, a qual autoriza à concessão de adiantamento à servidora pública, Raquel Haide Santos Aldrigue, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, Sede do Município, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:8036E280

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA N° 13.475 DE 13/09/2017 - ADIANTAMENTO AO SERVIDOR ANTONIO EDUARDO KOGA.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 7381/2017 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, alterada pela Lei n° 4.271 de 15/12/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art.1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde ocupante do cargo de Motorista I, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art.2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação:
14.001.10.301.0022.6.167.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1039

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Antônio Eduardo Koga	*714.065.819-68*	*R$ 800,00*

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Palácio da Viscondessa, Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:3A15EEE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO N° 11.544 DE 13/09/2017 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 700,00.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 4.151/2016 – LDO e nº 4.286/2016 – LOA,

Decreta:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 700,00 (setecentos reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação

03.000.00.000.0000.0.000. Controladoria Geral do Município - CGM
03.001.00.000.0000.0.000. Controladoria Geral
03.001.04.124.0003.2.060. Manutenção das atividades da Controladoria Geral
19 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 700,00
Total Suplementação: R$ 700,00

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o cancelamento de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
03.000.00.000.0000.0.000. Controladoria Geral do Município - CGM
03.001.00.000.0000.0.000. Controladoria Geral
03.001.04.124.0003.2.058. Pagamento de salários e encargos sociais
15 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 700,00
Total Redução: R$ 700,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:C40A92E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA ° 13.478 DE 13/09/2017 - RETIFICA A PORTARIA N° 13.464 DE 05/09/2017, QUE CONCEDE DIÁRIA AO SERVIDOR ALDEMAR VIANTE.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere e considerando o disposto no P.A n° 7274/2017,

Resolve:

Art.1º - Retificar a Portaria n° 13.464 de 05/09/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 06/09/2017, Edição 1333, conforme abaixo,

Onde se lê:
Valor total de **R$ 477,26 (quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos)**

Leia-se:
Valor total de **R$ 954,52 (novecentos e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta e dois centavos)**

Art. 2° - As demais informações permanecem inalteradas.

Publique-se.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, Sede do Município, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:A8E92E24

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 68/2017 - POR PRAZO DETERMINADO AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – PSS – LAISE LECHINHOSKI DE OLIVEIRA LUGARINI

EXTRATO Nº. 68/2017
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Saúde.
Contratada: LAISE LECHINHOSKI DE OLIVEIRA LUGARINI
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSS
Regime: PSS
Vencimento R$ 1.303,32 (Um Mil, Trezentos e Três Reais, Trinta e Dois Centavos)
Vigência: 13/09/2017 à 12/09/2018.
Data: 13/09/2017.

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:C74C1947

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 13.479 DE 13/09/2017 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL INSALUBRIDADE A SERVIDORA LAISE LECHINOSKI DE OLIVEIRA LUGARINI, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

ART 1º: Conceder adicional insalubridade, a partir de 13/09/2017, no percentual de 20% (vinte por cento) a servidora pública municipal LAISE LECHINOSKI DE OLIVEIRA LUGARINI, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde - PSS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

ART 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito do Municipio de Palmeira

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:32DF44B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 13.482 DE 13/09/2017 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PRA TRATAMENTO DE SAÚDE A PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA, DIRLENE DO ROCIO VIDA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o no protocolado sob nº. 927/2017, e com fundamento no artigo 111, inciso I, da Lei Municipal nº. 1.700 de 28/03/1994, e

RESOLVE:

Art 1º: Prorrogar licença para tratamento de saúde a pessoa da família, a servidora pública municipal, Dirlene do Rocio Vida, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de 03/09/2017 a 30/09/2017, licença esta concedida através da Portaria nº. 12.811 de 14/02/2017

Art 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:D6920BFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 13.483 DE 13/09/2017 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA ISABEL CRISTINA EMILIANO ROIKA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 7482/2017, e com fundamento no artigo 111, inciso II, da Lei Municipal nº. 1.700 de 28/03/1994,

RESOLVE:

Art. 1º: Concede licença para tratamento de saúde à pessoa da família, a servidora pública municipal ISABEL CRISTINA EMILIANO ROIKA, matrícula 200926, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria de Saúde, pelo período de 28/08/2017 á 28/09/2017.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:71989BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO 13/2017 - POR PRAZO DETERMINADO PROFESSOR PSS – INELI SCHON.

ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO 13/2017 - POR PRAZO DETERMINADO PROFESSOR PSS – INELI SCHON.
ADITIVO Nº. 13/2017
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Saúde.
Contratada: INELI SCHON
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSS

Regime: PSS
Vencimento: R$ 1.303,32 (Um Mil trezentos e Três Reais e Trinta e dois Centavos)
Vigência: 21/03/2017 à 20/09/2017.
Prorrogação: 21/09/2017 á 20/09/2018
Data: 13/09/2017

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:63AA524D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA CONCURSO PUBLICO
MOTORISTA II

Palmeira, 13 de setembro de 2017.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo relacionado, no dia 14 de setembro do corrente ano, às 09:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para assumir o cargo de Motorista II, conforme Concurso Público Nº.1/2015, homologado através do Decreto nº 10.153 de 12/02/2016. O não comparecimento no prazo de 48h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, e considerando o processo nº. 5989/2017.

MOTORISTA II
- LOACIR AMULINARI CARDOSO JUNIOR

Atenciosamente,

FABIANI RAMOS BACH CZLUSNIAK
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:9BBC5720

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA CONCURSO PUBLICO
AUXILIAR ODONTOLÓGICO

Palmeira, 13 de setembro de 2017.

COMUNICADO – CHAMADA CONCURSO PUBLICO AUXILIAR ODONTOLÓGICO

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo relacionado, no dia 14 de setembro do corrente ano, às 09:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para assumir o cargo de Auxiliar Odontológico, conforme Concurso Público Nº.1/2015, homologado através do Decreto nº 10.153 de 12/02/2016. O não comparecimento no prazo de 48h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, e considerando o processo nº. 6848/2017.
AUXILIAR ODONTOLÓGICO

- ANA LUIZA CALAÇA

Atenciosamente,

FABIANI RAMOS BACH CZLUSNIAK
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:053C93CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 3870

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Conceder a **ZINÁ LOPES ALVES**, servente do Quadro Efetivo em Extinção da Câmara Municipal de Paranaguá, o acréscimo de 5% (cinco por cento) de Adicional por Tempo de Serviço sobre seu vencimento perfazendo o total de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, a partir de 04/07/2017 quando completou seu 6.º quinquênio de serviço público municipal, conforme parecer jurídico favorável, exarado no protocolo sob n.° 3199/17, amparado no Art.166 da Lei Municipal 886/72, assegurado pelo Art. 242 da Lei Complementar 046/06.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 31 de agosto de 2017.

MARCUS ANTONIO ELIAS ROQUE
Presidente

Publicado por:
Rômulo Reinaldo Gomes Pereira
Código Identificador:E5DBB4B4

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 447/2017

"CONCEDE TITULO DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR VINICIUS AUGUSTO CABRAL."

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido o Título de HONRA AO MÉRITO AO SENHOR VINICIUS AUGUSTO CABRAL.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, "Palácio Carijó", em 12 de setembro de 2017.

MARCUS ANTONIO ELIAS ROQUE
Presidente

BENEDITO NAGEL
1º Secretário

ALEKESANDRO ALVES
2º Secretário

Publicado por:
Maickon Santana Cordeiro
Código Identificador:DB4961F7

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 448/2017

"Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de Paranaguá ao Senhor Paulo Yoshio Kato."

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Município de Paranaguá ao Sr.Paulo Yoshio Kato, conforme estabelece o Art. 219 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Paranaguá.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, “Palácio Carijó”, em 12 de setembro de 2017.

MARCUS ANTONIO ELIAS ROQUE
Presidente

BENEDITO NAGEL
1º Secretário

ALEKESANDRO ALVES
2º Secretário

Publicado por:
Maickon Santana Cordeiro
Código Identificador:F5FC6337

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
ATO Nº 41/2017

Súmula:Autorizo ao funcionário Jefferson Reinaldo Schneider a 01 diária para participar de reunião referente ao ACT 2017/2018 (Acordo Coletivo de Trabalho) na sede do Simepar na cidade de Curitiba/PR na data de 14/09/ 2017.

A Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com a Resolução nº 04/13,

Resolve:
Art. 1º - Autorizo, ao funcionário Jefferson Reinaldo Schneider - Advogado – 01 (uma) diária, para participar de reunião referente ao ACT 2017/2018 (Acordo Coletivo de Trabalho) na sede do SIMEPAR Sindicato dos Médicos do estado do Paraná, na cidade de Curitiba/PR na data de 14/09/ 2017.

Art. 2º - Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a proceder ao pagamento da respectiva diária ao servidor em conformidade com a Resolução 04/2013.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Paranaguá, 13 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Presidente

Publicado por:
Ademar Gonçalves da Silva
Código Identificador:27DB01CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO E ALMOXARIFADO CENTRAL
AVISO DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 061/2017

OBJETO: Aquisição de Mobiliário, Acervo de Livros e Equipamentos para o Centro de Artes e Esportes Unificados – CEUS, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social
TIPO: Menor Preço Total do Lote
DATA DA ABERTURA: 28/09/2017 HORÁRIO: 09:00H
VALOR ESTIMADO: R$ 430.334,00 (quatrocentos e trinta mil e trezentos e trinta e quatro reais)
ENDEREÇO:
www.paranagua.pr.gov.br e
www.licitacoes-e.com.br.
Legislação Aplicável: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e o Decreto Municipal nº 445/2017. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro, no horário das 11:30 às 17:30 h ou pelo telefone nº (41) 3420-6003.

PARANAGUÁ, 13 DE SETEMBRO DE 2017.

NEUMA BEATRIZ BARCELLOS VALERA DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:45EFFB37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 469

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.970.000,00 (três milhões novecentos e setenta mil reais)."

O PREFEITO DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 3.633, de 22 de dezembro de 2.016, art. 7º, incisos, I, IV e V, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, Art. 43, § 1º, incisos, I, III:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Geral, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para atender despesa(s) diversa(s) no(s) Órgão(s), por Anulação Total ou Parcial de Dotação, conforme demonstrativo a seguir:

Rubrica Orçamentária	Despesa	Fonte	Especificação	Em R$	
				Acréscimo	Anulação
ANULAÇÃO					
13.01.04.122.0011.2931	4.4.90.52	000	Equipamentos e Material Permanente	60.000,00	-
13.09.04.122.0011.2998	3.3.90.39	000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	25.000,00
13.09.04.122.0011.2998	4.4.90.52	000	Equipamentos e Material Permanente	-	10.000,00
13.11.04.122.0011.2500	3.3.90.39	000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	15.000,00
13.11.04.122.0011.2500	4.4.90.52	000	Equipamentos e Material Permanente	-	10.000,00
42.01.04.122.0011.2698	3.3.90.39	000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	20.000,00
42.03.04.392.0211.2631	3.3.90.39	000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00	-
SUBTOTAL				**80.000,00**	**80.000,00**

Art. 2º Fica aberto ao Orçamento Geral, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.890.000,00 (três milhões oitocentos e noventa mil reais) para atender despesa(s) diversa(s) no(s) Órgão(s), por Superávit Financeiro, conforme demonstrativo a seguir:

Rubrica Orçamentária	Despesa	Fonte	Especificação	Em R$	
				Acréscimo	Anulação
SUPERÁVIT FINANCEIRO					
11.04.12.361.4006.2849	4.4.90.52	107	Equipamentos e Material Permanente	590.000,00	-
20.07.06.181.0210.2621	3.3.90.33	509	Passagens e Despesas com Locomoção	200.000,00	-
32.03.09.272.0011.2257	3.1.90.03	040	Pensões do RPPS e do Militar	100.000,00	-
32.03.09.272.0011.2255	3.1.90.01	040	Aposentadorias do RPPS Reserva Remunerada e Reformas do Militar	500.000,00	-
32.03.09.272.0011.2255	3.1.90.03	040	Pensões do RPPS e do Militar	100.000,00	-
32.02.09.272.0011.2254	3.1.90.01	040	Aposentadorias do RPPS Reserva Remunerada e Reformas do Militar	1.400.000,00	-
32.03.09.272.0011.2256	3.1.90.91	040	Sentenças Judiciais	1.000.000,00	-
SUBTOTAL				**3.890.000,00**	**-**

RESUMO DOS ÓRGÃOS	
11	Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral
13	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
20	Secretaria Municipal de Segurança
42	Paranaguá Previdência

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 06 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração,Recursos Humanos e Abastecimento

MAURÍCIO DOS PRAZERES COUTINHO
Secretário Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:8361E00C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 271

"Dispensa servidoras das funções gratificadas que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nas Leis Municipais Complementares n.ºs 192 e 197/2016,

RESOLVE:

I - Dispensar as servidoras abaixo relacionadas, das respectivas funções gratificadas, da Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal Educação e Ensino Integral, na forma que especifica:

FUNÇÃO:	SIMBOLOGIA:	NOME:	DATA DISPENSA
DIRETOR DO CMEI "PROFESSORA SATHIE MIDORIKAWA	FG-D	ELISETE SILVA DOS REIS	31.08.2017
CHEFE DE EQUIPE PEDAGÓGICA I DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL	FG-E	ISOLETE SPECART ALVES	31.08.2017
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	FG-2	GISLAINE FERREIRA GARCIA	15.08.2017
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	FG-2	TATIANA COSTA PINTO PASSOS	31.08.2017

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 12 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração,Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:1F99148C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 471

"Renova a Declaração de Utilidade Pública à Associação Pró Obras Sociais do Santuário Estadual Nossa Senhora do Rocio."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos da Lei Municipal nº 2.711, de 15 de agosto de 2006, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.599, de 26 de outubro de 2.005, e no protocolado sob nº 7.202/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a declaração de utilidade pública municipal, concedida à entidade denominada "Associação Pró Obras Sociais do Santuário Estadual Nossa Senhora do Rocio", CNPJ nº 06.293.465/0001-64, com sede neste Município.

Art. 2º A presente renovação terá validade por 12 (doze) meses a contar da data da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 11 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:835DD815

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 472

"Declara fracassados os lotes 01, 02, 03, 04, 06 e 08 e deserto o lote 07 do Pregão Eletrônico nº 035/2017 - Registro de Preços nº 027/2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 13.559/2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam considerados FRACASSADOS os lotes 01, 02, 03, 04, 06 e 08 do Pregão Eletrônico nº 035/2017 - Registro de Preços nº 027/2017, do objeto Aquisição de ração (cães, gatos, equinos, peixes, sal mineral e feno), em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por desclassificação dos proponentes por não atendimento ao previsto no edital do certame.

Art. 2º Fica considerado DESERTO o lote 07 do Pregão Eletrônico nº 035/2017 - Registro de Preços nº 027/2017, Aquisição de ração (cães, gatos, equinos, peixes, sal mineral e feno), em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em razão de não haver proposta apresentada para o item.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:CD824B6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 272

"Designa servidoras para as funções gratificadas que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nas Leis Municipais Complementares n.ºs 192 e 197/2016,

RESOLVE:

I - Designar as servidoras abaixo relacionadas, para as respectivas funções gratificadas, da Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal Educação e Ensino Integral, na forma que especifica:

FUNÇÃO:	SIMBOLOGIA:	NOME:	DATA DESIGNAÇÃO
DIRETOR DO CMEI "PROF.ª SATHIE MIDORIKAWA	FG-D	ISOLETE SPECART ALVES	31.08.2017

CHEFE EQUIPE PEDAGÓGICA I DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL	FG-E	TATIANA COSTA PINTO PASSOS	31.08.2017
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	FG-2	ALESSANDRA DO ROCIO MARTINS	31.08.2017

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 12 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração,Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:BD4494F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 474

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido nas Leis Municipais Complementares nºs, 192 e 197/2016, resolve,

EXONERAR,

CRISTIANO CORDEIRO ITICE, do cargo de provimento em comissão de Superintendente de Fiscalização e Controle de Serviços Públicos, Símbolo DAS-1, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 12 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSÉ PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:8216F97F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 475

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido nas Leis Municipais Complementares nºs, 192 e 197/2016, resolve,
EXONERAR,

GASITO SALES DAS NEVES JUNIOR, do cargo de provimento em comissão de Superintendente de Gestão de Frota e Combustível, Símbolo DAS-1, da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 12 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSÉ PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:39BA92E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 476

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta das Leis Municipais Complementares nºs, 192 e 197/2016, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Paranaguá), **CRISTIANO CORDEIRO ITICE**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Superintendente de Assuntos Parlamentares, Símbolo DAS-1, da Secretaria de Governo Municipal.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 12 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:FD3CDE13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 477

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta das Leis Municipais Complementares nºs, 192 e 197/2016, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Paranaguá), **GASITO SALES DAS NEVES JUNIOR**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Superintendente de Fiscalização e Controle de Serviços Públicos, Símbolo DAS-1, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 12 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:1C23777E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 478

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta das Leis Municipais Complementares nºs, 192 e 197/2016, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Paranaguá), **LEONI LOVO**, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Superintendente de Gestão de Frota e Combustível, Símbolo DAS-1, da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 12 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:6C11660B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 479

"Renova a Declaração de Utilidade Pública à Associação da Paz".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos da Lei Municipal nº 2.711, de 15 de agosto de 2006, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.025, de 15 de dezembro de 1.997, e no protocolado sob nº 18.348/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida declaração de utilidade pública municipal à entidade denominada "Associação da Paz", CNPJ nº 78.589.330/0001-51, com sede neste Município.

Art. 2º A presente renovação terá validade por 12 (doze) meses a contar da data da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 13 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:F10FF9DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 480

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta das Leis Municipais Complementares n.ºs, 192 e 197/2016, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Paranaguá), **GILDETE MARIA CORREIA NETO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Transporte Escolar, Símbolo DAS-4, da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 13 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:9C223601

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 481

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta nas Leis Municipais Complementares nºs, 192 e 197/2016, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Paranaguá), **LUAN CASSÃO MANNES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor da Divisão de Usina Asfáltica, Símbolo DAS-4, da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 13 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:9B3D498B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 273

"Designa Adriano Pedroso Veiga para responder, interinamente, como Presidente das Comissões Especiais de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - Designar **ADRIANO PEDROSO VEIGA**, matrícula: 94.384, para responder, interinamente, como Presidente das Comissões Especiais de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais - CEFECAM, regulamentado pelo Decreto nº 173, de 17 de janeiro de 2.017, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 11/09/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranaguá, "Palácio São José", em 12 de setembro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:91FA9C56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 274

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 7.015/2017, considerando o que estabelece o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e o art. 3º do Decreto Municipal n.º 173/2017,

RESOLVE:

I - Designar a servidora **LÍGIA REGINA DE CAMPOS CORDEIRO**, matrícula: 5.777, como fiscal de contrato, para acompanhar e fiscalizar os serviços referentes ao Contrato n.º

068/2016, firmado entre esta Administração Pública Municipal e a Empresa REFRIGERAÇÃO ASTECA LTDA - ME.

II - A fiscal designada por esta Portaria, substitui o servidor David Ramos, matrícula: 94.110.

III - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranaguá, "Palácio São José", em 13 de setembro de 2.017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:D03C8933

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2017-EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2017 CONTRATAÇÃO

Edital de Convocação 03/2017 Contratação

O Município de Paranaguá – PR, através da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, em conformidade com o item 5 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público 02/2017, resolve:

TORNAR PÚBLICA a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Público 02/2017, de acordo com o cargo e nomes relacionados no quadro abaixo, para apresentação dos documentos exigidos no item 5.4 do edital de abertura, para fins de CONTRATAÇÃO, respeitado o número de vagas disponíveis no quadro de cargos do Município, no local, data e horários indicados:

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME
369	RICARDO DA FONSECA FILHO
968	ADEMIR DA SILVA JUNIOR
827	DANIELA VIEIRA DE CASTRO
621	LUIZ YASUHIRO MINAMIHARA
500	PATRICIA MATES
1085	ANDREA LACERDA PENTEADO
659	MÁRCIO ANDRÉ RABELLO MENDES
685	JHONATAN WILIAN DE SA AREDES
691	DANIEL AUGUSTO GARCIA ESCHER
592	RODRIGO VETTORI GOULART DE OLIVEIRA
532	JOSAFA DINIZ DE ARAUJO FILHO
704	CARLOS JAVIER RINOJO SANCHEZ
783	OSCAR GIROLDO FILHO

CARGO: ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	NOME
667	JONAS SOUZA DA SILVA
936	FRANCINE DADONA NEVES
509	MARILENE DE OLIVEIRA
896	CRISTYAN MEIRA DE ARAÚJO VASCONCELOS
359	ADRIANA CRISTINA DOS SANTOS
180	MICHAEL JACKSON NEVES
686	MARIA DE LOURDES DOMINGOS DA SILVA

Data: **14/09/2017 à 20/09/2017**
Local: **Sede da Secretaria Municipal de Recursos Humanos**
Endereço: **Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro CEP 83203-060 Paranaguá – Paraná**
Horário: **Das 14h às 17h.**

Paranaguá, 13 de setembro de 2017.

ODAIR JOSÉ PEREIRA
Secretário Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucia Voi
Código Identificador:12DAE912

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 530/2017

"Prorroga Sindicância, para apurar denúncia do Ministério Público do Estado do PR, de suposto envolvimento de Servidor Público Municipal".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 207 de 13 de fevereiro de 2017 e Decreto nº 2.027 de 14 de julho de 2011, e com fulcro no Decreto nº 254 de 21 de março de 2017 e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 20393/2017.

RESOLVE:

I – Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias o tempo de apuração, constate no Processo Administrativo – Sindicância Administrativa nº 10/2017, Portaria nº 446 de 10 de agosto de 2017 - afim de apurar denúncia do Ministério Público do Estado do Paraná (Ofício nº 4º PJ 355/2017) diante de representação da TVCI- Comunicações Interativas e utilização de bem público, fato nº MPPR-0103.17.000399-2, que envolve supostamente servidor público municipal, conforme processo administrativo nº 20393/2017, em virtude da infração em tese ao artigo 151, inciso III,IV, V, VIII e X, artigo 152, inciso IX, XV,XVIII,da Lei Complementar nº 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá).

II - Nomear para compor a Comissão de Processo Administrativo os servidores: NAOEF AHMAD EL LADEN, matrícula 6564-1, como Presidente; CYNTHIA MARY DE SOUZA THOMAZ, matrícula 5198-1, como Secretária e JOSÉ MARCELO COELHO, matrícula 6310-1 como membro.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, Palácio "São José" em 13 de setembro de 2017.

ODAIR JOSÉ PEREIRA
Secretário Municipal de Administração Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
Sirlei de Assis
Código Identificador:B618DA4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO REFERENTE AO CONVITE Nº 001/2017 -TIPO TÉCNICA E PREÇO.

Neste dia 13 setembro de 2.017, às 14:00 horas, no recinto da Câmara Municipal de Paranavaí, estiveram reunidos os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeada pelo Decreto nº 010/2017, sob a presidência do Srª. Dheymezangela Inacio Belizário mais os membros: Amarildo Geraldo Costa e Fabiana Melo de Siqueira, para a reabertura e julgamento do CONVITE nº 001/2017 objetivando a Contratação de Empresa ou Instituição especializada para prestação dos serviços de planejamento, formulação, realização, processamento de resultados e elaboração de todos os atos e atividades necessárias para realização de concurso público, destinado ao provimento de cargo de Procurador do Legislativo, desta Câmara Municipal de Paranavaí. Foram convidadas para este certame as empresas: AOCP-Assessoria em Organização de Concursos Públicos, Fundação de Apoio à UNESPA, FAUEL - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UEL, Instituto de Educação e Desenvolvimento Social - Nosso Rumo, UEM - Universidade Estadual de Maringá - PR, COPS - Coordenadoria de Processos Seletivos, Consultoria EGP - Empresa de Gestão Publica, CPS- Centro Paulo Souza, CMM - Assessoria e

consultoria em Gestão Pública. No horário previsto para abertura dos trabalhos nenhuma empresa compareceu, ressaltando-se que em ultima sessão realizada no dia 01 setembro de 2.017, compareceu a empresa CONSESP Concursos, Residências Medicas e Avaliações de Pesquisas LTDA que entregou os envelopes com documentos que se encontram lacrados e arquivados neste processo. Diante do fato, do certame ser deserto a Comissão Permanente de Licitações decidiu por encerrar a sessão publica e encaminhar o processo a presidência deste Legislativo para que seja tomada as devidas providencias. Nada mais tendo a tratar, eu, Dheymezangela Inácio Belizário, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, lavrei esta ata que será assinada por mim e pelos demais presentes. A reunião deu-se por encerrada às14h:10m.

DHEYMEZANGELA I. BELIZÁRIO
Presidente
Comissão Permanente de Licitações

AMARILDO GERALDO COSTA
Membro
Comissão Permanente de Licitações

FABIANA MELO DE SIQUEIRA
Membro
Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:9424D889

PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 261/2017

A DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E ATUÁRIA DA PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.561 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004 E DA LEI MUNICIPAL 3.891 DE 03 DE JANEIRO DE 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora, **ANGELA MÁRCIA DANIEL DA SILVA**, Agente de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12/09/2017 até 26/09/2017, conforme perícia médica.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Paranavaí, 12 de setembro de 2017.

CLÁUDIA REGINA FERREIRA
Diretora de Previdência e
Atuária da Paranavaí Previdência

Publicado por:
Elisabete Maria Andreo de Oliveira
Código Identificador:F9CD1DAE

PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 262/2017

A DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E ATUÁRIA DA PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.561 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004 E DA LEI MUNICIPAL 3.891 DE 03 DE JANEIRO DE 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora, **FERNANDA SAKUNO PEZZOTI**, Auxiliar Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05/09/2017 até 09/09/2017, conforme perícia médica.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Paranavaí, 12 de setembro de 2017.

CLÁUDIA REGINA FERREIRA
Diretora de Previdência e
Atuária da Paranavaí Previdência

Publicado por:
Elisabete Maria Andreo de Oliveira
Código Identificador:FCC9B9AF

PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 263/2017

A DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E ATUÁRIA DA PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.561 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004 E DA LEI MUNICIPAL 3.891 DE 03 DE JANEIRO DE 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora, **LUCIMEIRE MERLIN COSTA CARDOSO**, Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação, 120 (cento e vinte) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12/09/2017 até 09/01/2018, conforme perícia médica.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Paranavaí, 12 de setembro de 2017.

CLÁUDIA REGINA FERREIRA
Diretora de Previdência e
Atuária da Paranavaí Previdência

Publicado por:
Elisabete Maria Andreo de Oliveira
Código Identificador:7724F575

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 18.264/2017

Dispõe sobre a convocação dos aprovados no Concurso Público, para o cargo de PSICÓLOGO, conforme Edital nº 02/2016.

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

Art. 1º – Convocar a senhora **MARIANA FREDIANI SANTANA, C. P. F Nº 400.155.708-86,** aprovada em Concurso Público, no Cargo de **PSICÓLOGO,** a comparecer junto a Diretoria de Recursos Humanos, nos dias **13, 14 e 15 de setembro de 2017**, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min horas, munidos dos seguintes **Xerox autenticada** dos documentos abaixo relacionados:

2 fotos 3x4;
Carteira de Trabalho;
Identidade;
CPF;
Título de Eleitor;
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Comprovante de Escolaridade (Conforme Edital de Concurso);
Registro no Conselho de Classe;
Certidão dos Filhos menores de 14 anos;
CPF dos dependentes;
Antecedentes Criminais – (Civil e Criminal);
Comprovante de Residência;
Atestado de Saúde Física e Mental;
Eletrocardiograma, Exame de Glicemia;
Raios X da Coluna Lombar, Cervical e do Pulmão;

Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2017.

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES
Prefeito

Publicado por:
Rosiani Aparecida da Silva
Código Identificador:F8620B05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 518/2017

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 3.891/12,

RESOLVE:

Art. 1º. – Fica concedida à servidora **MARIA APARECIDA DA SILVA V**, Agente de Conservação - Matrícula nº 6808, **40 (quarenta) dias de LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período de 02/01/2012 á 01/01/2017, conforme **Protocolo nº 0077.0003732**, a partir de 13 de setembro de 2017.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 13 DE SETEMBRO DE 2017.

HUGO MORGADO BRAGA
Secretário Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Rosiani Aparecida da Silva
Código Identificador:4AC09628

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 18.272/2017

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. lº. - **Exonerar** a pedido, conforme protocolo nº 0077.0004770**, JOSEANE VALERIA DE ABREU LUGLI COSTA, C.P.F. Nº 059.920.009-09,** do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, nomeada através Decreto nº 12.981/2011, junto a Secretaria Municipal de Fazenda, a partir de 12 de setembro de 2017.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 13 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2017.

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES
Prefeito

Publicado por:
Rosiani Aparecida da Silva
Código Identificador:F5711E0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 520/2017

Concede Licença Maternidade à servidora pública municipal ROSELI APARECIDA BOIS PONTES.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 3.891/12, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

Considerando o Requerimento nº 0077.0004797, solicitando Licença Maternidade e o Atestado Médico anexado ao referido Requerimento,

RESOLVE:

Art.1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, com início em 12/09/2017 e término em 10//03/2018, à servidora **ROSELI APARECIDA BOIS PONTES,** no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Municipal nº 3.891, de 03 de janeiro de 2012.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 13 DE SETEMBRO DE 2017.

HUGO MORGADO BRAGA
Secretário Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Solange Nagib Nassar
Código Identificador:827735E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 074/2015

10º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL

(PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA)

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2015
CONTRATO Nº 074/2015

10º Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº 074/2015, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** e a empresa **ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no C.N.P.J. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pelo Exmº Senhor Prefeito Municipal, **CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES,** em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – Pr., portador da Cédula de Identidade R.G. nº 7.272.634-0, e inscrito no C.P.F. sob nº 047.428.849-81, neste ato representado por delegação pelo Ilmo. Diretor de Compras **Srº ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 6.812.249-0 PR, e inscrito no CPF sob nº 003.526.179.00, conforme artigo 1º do Decreto nº 17.437/2017.

CONTRATADA: ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, com sede à Rua Marechal Candido Rondon, nº 1.705 – 1º andar, sala 101, Centro, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, CNPJ nº 78.736.659/0001-06, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo sócio Administrador **JAMIL ABOU NOUH**, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.384.458 SSP - PR e do CPF nº 307.046.189-15.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento a Contratação de Empresa de Engenharia Civil para **REFORMA E ADEQUAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES: EMÍLIO GARRASTAZU MEDICI - NOROESTÃO**, com recursos provenientes do CONTRATO DE REPASSE Nº 782435/2013/MINIST. DO ESPORTE/CAIXA,

Processo nº 2613.1003733-33/2013, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme planilha de serviços; conforme carta proposta e demais documentos integrantes da Tomada de Preços nº 010/2015, que fazem parte integrante do presente contrato, no valor global de **R$ 823.049,89 (oitocentos e vinte e três mil, quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos)**, R$ 139.036,95 (cento e trinta e nove mil, trinta e seis reais e noventa e cinco centavos), referente ao 2º Termo Aditivo e R$ 143.556,39 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), referente ao 6º Termo Aditivo, totalizando um valor global do contrato e seus termos aditivos de **R$ 1.105.643,23 (um milhão, cento e cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos).**

Parágrafo Único: Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatórios, edital de licitação, especificações e/ou memoriais, proposta da proponente vencedora, planilha de serviços, cronograma físico-financeiro, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

As partes resolvem, com anuência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SEDUR, prorrogar o prazo de vigência por mais 02 meses, passando o prazo final de vigência para **10 de Novembro de 2017** nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Empreitada Global nº 074/2015, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SEDUR, através do Memorando n° 496/2017 e Parecer nº 744/2017 emitido pela Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo único: A contratada deverá providenciar a prorrogação do respectivo Seguro Garantia no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 074/2015), datado de 22 de Julho de 2015.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 06/09/2017.

ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR
Diretor de Compras
Contratante

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador-Geral do Município

RAFAEL OCTAVIANO
Secretário de Esportes e Lazer
DARLAN ALVES PEREIRA
Secretário de Desenvolvimento Urbano

JAMIL ABOU NOUH
Arenito Engenharia e Construções LTDA
Contratada

Publicado por:
Everton Alves Corcino
Código Identificador:3DE4704B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA DE COMPRAS - DISPENSA DE LICITAÇÃO 042-09/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 042-09/2017
O(a) Secretário(a) e Diretor de compras, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 18.093/2017, especialmente sob Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, decidem e ratificam, nos termos do Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, a Dispensa de Licitação sob nº **042-09/2017,** referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TABELA AUDATEX, DESTINADA A MANUTENÇÃO E REPARO DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR,** através da Secretaria Municipal de Educação, constante da Dotação Orçamentária:
06.002.12.361.0005.2.450.3.3.90.39 (542); pela seguinte pessoa jurídica: **AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA.,** inscrita no C.N.P.J. sob nº **02.144.891/0001-85**, no valor total de **R$ 7.998,00 (sete mil novecentos e noventa e oito reais),** diante do exposto no Ofício nº 187/2.017, expedido pelo Secretário Municipal de Fazenda Pública.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

ADÉLIA PAIXÃO
Secretária Municipal de Educação

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador Geral do Município

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda Pública

ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR
Diretor de Compras

Publicado por:
Roberto Delmande Silva
Código Identificador:09BC6A7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
LEI 4.641/2017

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR no orçamento do município de Paranavaí, para o exercício de 2017.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no orçamento-programa do Município de Paranavaí, para o exercício de 2017, um crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R$12.000.000,00(doze milhões de reais), mediante as seguintes providências:

1 - inclusão de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

05	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
002 (1479)	Fundo Municipal de Asfalto
15.451.0014.1.100	Obras de Pavimentação, Recapeamento, Saneamento
05.99.03.1678	OP. de Crédito Ag. de Fomento - Pavimentação de Vias Urbanas
4490.51.00	Obras e Instalações

Art. 3º - Como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata a presente Lei, serão utilizadas as receitas provenientes de operações de crédito autorizadas pela Lei nº 4.640/2017.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 13 de setembro de 2017.

Autor: Poder Executivo Municipal
Ref: Projeto de Lei nº 038/2017

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:DBAEE541

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
PUBLICIDADES - 4º BIMESTRE

Em atendimento ao artigo 97-C da Lei Orgânica do Município de Paranavaí
Divulgamos às despesas com publicidade e propaganda pagas no Execício de 2017
4º BIMESTRE DE 2017 - JULHO E AGOSTO

Empresa		**Publicação Legal**	**Valor**
Editora Noroeste Ltda		Aviso de Licitação	141,12
Departamento de Imprensa Oficial do Estado		Aviso de Licitação	288,00
Editora Central Ltda – Editora o Diário do Norte do Paraná		Aviso de Licitação	159,60
Atitude Distribuição de Boletins jurídicos Ltdfa		Atos do Município	1.800,00
SUB-TOTAL			**2.388,72**
Agência Contratada	**Veículos de Comunicação**	**Publicidade Institucional**	**Valor**
		CAMPANHAS	
TRADE - Comunicação e Marketing SS Ltda	Miragem Foto e Vídeo Ltda	Impulsionamento nas redes sociais	20.114,00
	Livraria e Tipografia Eclética Ltda	Serviços Fotográficos	
	Abdallah Filmagens	Paraná Cidadão	
	M.A.P.de Albuquerque & Cia Ltda	Audiência Pública	
	Marcelo Zavan Fotografias	Pesquisa de Mídia	
	Ingá Pública Soluções em Informática Ltda	Manutenção e Suporte do Site	
	Edirota Gráfica Paraná Press S/A	Jornal Tabloide	
	Kalebe Henrique Tinotin	Panfleto Institucional	
		Captação e Edição de Imagens de Paranavaí	
		Cartões de visita da Ouvidoria	
SUB-TOTAL			**20.114,00**
TOTAL - 4º BIMESTRE			**22.502,72**

Publicado por:
Regiane Maria Scarpelli Araújo
Código Identificador:9C646682

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 18.275/2017

Carlos Henrique Rossato Gomes, Prefeito do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Federal n° 4.320/64 e Lei Municipal n° 4.592/2016,

DECRETA:

Art. 1º –Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Paranavaí, do exercício de 2017, o Crédito Adicional Suplementar no montante de **R$5.415,00 (Cinco Mil quatrocentos e quinze reais)**, destinado à cobertura de despesas, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
04.01(378)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.305.0006.2.266	PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
100497.09.02.06.1497	Vigilância em Saúde	
3190.16	Outras despesas variáveis - Pessoal Civil	5.415,00
TOTAL		**5.415,00**

Art. 2º – Os recursos necessários à execução desta lei, decorrerá do provável excesso de Arrecadação da fonte abaixo descriminada:

100497.09.02.06.1497	Vigilância em Saúde - Ex. Ant.	5.415,00
TOTAL		**5.415,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí-PR, 13 de setembro de 2017.

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES
Prefeito

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:6B37EB00

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 18.276/2017

Carlos Henrique Rossato Gomes, Prefeito do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Federal n° 4.320/64 e Lei Municipal n° 4.592/2016,

DECRETA:

Art. 1º –Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Paranavaí, do exercício de 2017, o Crédito Adicional Suplementar no montante de **R$2.775,00 (Dois mil setecentos e setenta e cinco reais)**, destinado à cobertura de despesas, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
04.01 (1482)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.303.0006.2.320	INCENTIVO AÕES DST / AIDS E HEPATITES VIRAIS	
09.02.06.3497	Vigilância em Saúde - Ex. Ant.	
3390.36	Outros Serviços de terceiros - Pessoa Física	2.775,00
TOTAL		**2.775,00**

Art. 2º – como recurso para a abertura do crédito mencionado no artigo 1°, será o utilizado o Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior:

09.02.06.3497	Vigilância em Saúde - Ex. Ant.	2.775,00
TOTAL		**2.775,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí-PR, 13 de setembro de 2017.

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES
Prefeito

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:FE0B6B6F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2017
PROCESSO Nº 183/2017

O Município de Pato Branco, através da pregoeira Loreci Dolores Bim, torna público aos interessados, devidamente inscritos no seu cadastro de fornecedores ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento e devidamente cadastrada no Portal COMPRASNET, através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, não exclusiva para participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, objetivando a aquisição de 02(dois) veículos zero quilômetro, primeiro emplacamento em nome do Município, com capacidade para 07 (sete) passageiros, ano/ modelo fabricação mínimo 2017/2017, em atendimento as necessidades da Secretaria de Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações, estimativas de consumo e exigências descritas no edital, sendo a licitação do tipo “menor preço”, com critério de julgamento “menor preço por item” em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 5.170/2007, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes a matéria. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço:

www.comprasgovernamentais.gov.br, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue: A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09 HORAS DO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites:
www.patobranco.pr.gov.br/
www.comprasgovernamentais.gov.br. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1534, e-mail:
loreci@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 13 de setembro de 2017.

LORECI DOLORES BIM
Pregoeira.

Publicado por:
Loreci Dolores Bim
Código Identificador:22CF0396

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 436

O Prefeito de Pato Branco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "b", da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1.º Remover servidores dentro do quadro da Administração Municipal, em decorrência de realocação, conforme abaixo:

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	DA	PARA	A PARTIR DE
Marcos Edgar Hirt	Agente de Apoio – Agente de Trânsito	Sec. De Administração e Finanças – MAPA	Sec. De Desenvolvimento Econômico	12/09/2017
Neusair Aparecida Medeiros Damacena	Assistente em Gestão – Assistente Administrativo	Sec. De Engenharia e Obras	Sec. De Administração e Finanças – MAPA	12/09/2017

Cumpra-se,

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 05 de setembro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

Publicado por:
Adriano Giovani Pagnoncelli
Código Identificador:0A091DC2

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 26/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAK6198	277510A000112916	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AAP6712	277510A000112035	12/6/2017	55412	R$ 195.23
ABB8100	277510A000113973	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AFH3456	277510A000129729	30/6/2017	54524	R$ 195.23
AFS5259	277510A000129511	30/6/2017	55500	R$ 130.16
AHB9546	277510A000113975	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AHC3249	277510A000114207	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AIE1926	277510A000112917	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AJQ2986	277510A000129777	28/6/2017	76252	R$ 293.47
AJT7481	277510A000128334	1/7/2017	76252	R$ 293.47
AKY3708	277510A000114113	12/6/2017	55412	R$ 195.23
ALT5882	277510A000114110	12/6/2017	55412	R$ 195.23
ALT5882	277510A000114156	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AMN0780	277510A000113748	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AMT9782	277510A000129509	30/6/2017	60501	R$ 293.47
ANT4247	277510A000128046	30/6/2017	60412	R$ 195.23
AQI4466	277510A000112036	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AQM2689	277510A000128699	27/6/2017	55417	R$ 195.23
AQS7353	277510A000114013	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AQS8237	277510A000129781	1/7/2017	60412	R$ 195.23
ARF9019	277510A000113544	12/6/2017	55412	R$ 195.23
ASD2476	277510A000129779	30/6/2017	76331	R$ 293.47
ASF3626	277510A000114114	12/6/2017	55412	R$ 195.23
ASP5837	277510A000114112	12/6/2017	55412	R$ 195.23
ATK0878	277510A000113077	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AUF5479	277510A000113875	12/6/2017	55412	R$ 195.23
AXH8713	277510A000129510	30/6/2017	55500	R$ 130.16
AYC5369	277510A000129732	30/6/2017	55411	R$ 195.23
AZA5261	277510A000129872	30/6/2017	55411	R$ 195.23
AZW4406	277510A000129485	1/7/2017	55411	R$ 195.23
BAF9036	277510A000129780	1/7/2017	60412	R$ 195.23
BAO3103	277510A000114109	12/6/2017	55412	R$ 195.23
BAW7087	277510A000111779	12/6/2017	55412	R$ 195.23
BCC2374	277510A000129778	30/6/2017	55417	R$ 195.23
BTU6607	277510A000128047	1/7/2017	55500	R$ 130.16
CLX7799	277510A000113976	12/6/2017	55412	R$ 195.23
CMY2636	277510A000114111	12/6/2017	55412	R$ 195.23
DLR4783	277510A000113977	12/6/2017	55412	R$ 195.23
DMY5537	277510A000129512	30/6/2017	55500	R$ 130.16
HDQ9106	277510A000113924	12/6/2017	55412	R$ 195.23
JBH0007	277510A000113925	12/6/2017	55412	R$ 195.23
JZG0508	277510A000114205	12/6/2017	55412	R$ 195.23
LXN2207	277510A000113974	12/6/2017	55412	R$ 195.23
LXU6317	277510A000112914	12/6/2017	55412	R$ 195.23
LZE0377	277510A000113633	12/6/2017	55412	R$ 195.23
MCO0617	277510A000114012	12/6/2017	55412	R$ 195.23
MET3939	277510A000128700	27/6/2017	76331	R$ 293.47
MGZ8041	277510A000114206	12/6/2017	55412	R$ 195.23
MZJ0812	277510A000129871	30/6/2017	76331	R$ 293.47
QHQ5832	277510A000112915	12/6/2017	55412	R$ 195.23

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:5151FEF1

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 27/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AHX8725	277510A000128492	3/7/2017	60412	R$ 195.23
AIV8370	277510A000114158	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AJC4143	277510A000114208	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AKU3160	277510A000114115	13/6/2017	55412	R$ 195.23
ALT5882	277510A000113749	13/6/2017	55412	R$ 195.23
ALY7092	277510A000112037	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AMF5149	277510A000129782	3/7/2017	60412	R$ 195.23
ANY5244	277510A000112039	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AOY0794	277510A000111781	13/6/2017	55412	R$ 195.23
APD5920	277510A000111780	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AQS0040	277510A000112040	13/6/2017	55412	R$ 195.23
ARE8877	277510A000113750	13/6/2017	55412	R$ 195.23
ARO7523	277510A000112038	13/6/2017	55412	R$ 195.23
ASI9736	277510A000113878	13/6/2017	55412	R$ 195.23
ASK2602	116100E007818866	16/6/2017	60412	R$ 195.23
AUF5479	277510A000113815	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AUQ5389	277510A000128827	27/6/2017	60412	R$ 195.23
AUS6568	277510A000128825	27/6/2017	76332	R$ 293.47
AVT5554	277510A000114015	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AVV9715	277510A000114116	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AWB1734	277510A000114157	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AWQ9495	277510A000129805	3/7/2017	57380	R$ 293.47
AWZ4737	277510A000113978	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AXB0755	277510A000129574	15/6/2017	76331	R$ 293.47
AXF8982	277510A000129806	3/7/2017	60501	R$ 293.47
AXI1867	277510A000111782	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AXP0035	277510A000113876	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AYS2022	277510A000114209	13/6/2017	55412	R$ 195.23
AYT9432	277510A000113545	13/6/2017	55412	R$ 195.23
BAK4065	277510A000129875	3/7/2017	55500	R$ 130.16
BAY7294	277510A000129877	3/7/2017	55411	R$ 195.23
CJR4032	277510A000129731	30/6/2017	60412	R$ 195.23
CJR4032	277510A000129730	30/6/2017	56300	R$ 130.16
EVU7818	277510A000129876	3/7/2017	55411	R$ 195.23
FEA5646	277510NIC0008898	2/9/2017	50020	R$ 293.47
FMD7070	277510A000129573	15/6/2017	58195	R$ 880.41
FMD7070	277510A000129572	15/6/2017	58433	R$ 195.23
FMD7070	277510A000129571	15/6/2017	56300	R$ 130.16
GQZ6415	277510A000129658	1/7/2017	54521	R$ 195.23

HHH6791	277510A000111992	13/6/2017	55412	R$ 195.23
IJZ8695	277510A000113546	13/6/2017	55412	R$ 195.23
IMC8173	277510A000128734	3/7/2017	55411	R$ 195.23
IOO7169	277510A000113877	13/6/2017	55412	R$ 195.23
LPM8117	277510A000111991	13/6/2017	55412	R$ 195.23
MED8644	277510A000113979	13/6/2017	55412	R$ 195.23
MEV4785	277510A000129873	3/7/2017	55500	R$ 130.16
MFM1151	277510A000114014	13/6/2017	55412	R$ 195.23
MFQ7475	277510A000128826	27/6/2017	51851	R$ 195.23
MLQ6395	277510A000129874	3/7/2017	55411	R$ 195.23
MPP6916	277510A000114060	13/6/2017	55412	R$ 195.23

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:9AB7341C

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN até 25/10/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAQ1556	277510A000114727	17/8/2017	55412
ADD5998	277510A000115255	17/8/2017	55412
AFA0211	277510A000115209	17/8/2017	55412
AHN9902	277510A000114946	17/8/2017	55412
AJX2071	277510A000115168	17/8/2017	55412
ALE7165	277510A000115029	17/8/2017	55412
ALY8390	277510A000114688	17/8/2017	55412
ALY8390	277510A000115167	17/8/2017	55412
AMR0537	277510A000130737	4/9/2017	55411
AQE7332	277510A000128998	4/9/2017	60175
AQU6532	277510A000130546	4/9/2017	54521
ART1414	277510A000114647	17/8/2017	55412
ART7303	277510A000115352	17/8/2017	55412
ASH5676	277510A000115030	17/8/2017	55412
ASQ1198	277510A000130349	4/9/2017	51852
ASV8454	277510A000130545	4/9/2017	55500
ATL4635	277510A000114689	17/8/2017	55412
ATN4925	277510A000115141	17/8/2017	55412
ATU3336	277510A000115208	17/8/2017	55412
AVM7171	277510A000114868	17/8/2017	55412
AWB1841	277510A000115253	17/8/2017	55412
AXN7970	277510A000115169	17/8/2017	55412
AZO3385	277510A000130963	4/9/2017	60412
BAC3240	277510A000130350	4/9/2017	51851
BBM5380	277510A000128993	4/9/2017	60412
BBS0423	277510A000128994	4/9/2017	76331
BDG2307	277510A000114649	17/8/2017	55412
BQC5996	277510A000115351	17/8/2017	55412
BZW2575	277510A000115254	17/8/2017	55412
FJS5662	277510A000130467	4/9/2017	54870
GYA9623	277510A000115210	17/8/2017	55412
ISI3052	277510A000128991	30/8/2017	60412
IWV4959	277510A000115166	17/8/2017	55412
LXK9939	277510A000114648	17/8/2017	55412
MCC6578	277510A000128997	4/9/2017	60412
MGA9423	277510A000130466	4/9/2017	60412
MGA9423	277510A000128996	4/9/2017	60412
MHF7302	277510A000114945	17/8/2017	55412

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:4A2884DE

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 30/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ACH5444	277510A000129735	4/7/2017	76331	R$ 293.47
AEQ4870	116100E007819927	3/7/2017	54281	R$ 293.47
AIK9341	277510A000129575	4/7/2017	76331	R$ 293.47
AJR8771	277510A000129578	4/7/2017	76331	R$ 293.47
AKY7612	277510A000129880	4/7/2017	60412	R$ 195.23
AOM7438	277510A000128299	4/7/2017	55411	R$ 195.23
APR9588	277510A000129879	4/7/2017	60412	R$ 195.23
AQU9661	116100E007815052	28/6/2017	60501	R$ 293.47
ARO8581	116100E007806738	28/6/2017	55090	R$ 130.16
ATI5910	277510A000129809	4/7/2017	55411	R$ 195.23
ATW2963	116100E007805768	28/6/2017	54522	R$ 195.23
ATY9737	277510A000129883	4/7/2017	54870	R$ 195.23
AUT1220	116100E007815493	24/6/2017	54284	R$ 293.47
AWL8953	116100E007819274	27/6/2017	60412	R$ 195.23
AWV1995	277510A000129579	4/7/2017	76332	R$ 293.47
AXC4702	277510A000129733	3/7/2017	76331	R$ 293.47
AXN3751	277510A000129882	4/7/2017	60412	R$ 195.23
AZH8107	116100E007807904	30/6/2017	70991	R$ 195.23
BAM0270	116100E007807779	29/6/2017	56222	R$ 88.38
BAT3484	277510A000129881	4/7/2017	60412	R$ 195.23
BBD9566	277510A000129734	4/7/2017	76331	R$ 293.47
BBI2251	116100E007807453	1/7/2017	54600	R$ 130.16
CWQ9281	116100E007815356	28/6/2017	57380	R$ 293.47
DIF0743	116100E007806736	28/6/2017	65300	R$ 195.23
EUH2787	277510A000129736	4/7/2017	76332	R$ 293.47
HLJ4444	116100E007818789	20/6/2017	56060	R$ 88.38
JAM1910	277510A000129878	4/7/2017	55500	R$ 130.16
LXE6585	277510A000128189	4/7/2017	51851	R$ 195.23
LXE6585	277510A000129576	4/7/2017	65300	R$ 195.23
LXE6585	277510A000129577	4/7/2017	51851	R$ 195.23
LXN6441	116100E007804353	2/7/2017	67770	R$ 293.47
MCN7893	277510A000129783	4/7/2017	55414	R$ 195.23
MET1276	277510A000129807	4/7/2017	55411	R$ 195.23
MFO0184	116100E007818896	28/6/2017	70481	R$ 293.47

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:DEDA2884

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 30/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
MBR8406	277510A000129888	5/7/2017	55500	4760228591
MMH9949	277510A000129885	5/7/2017	55500	883042694

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:596CD977

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN até 26/10/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAQ1556	277510A000115260	18/8/2017	55412
AFB9204	277510A000115149	19/8/2017	55412
AFT8889	277510A000114492	18/8/2017	55412
AFZ8700	277510A000115148	18/8/2017	55412
AGS6076	277510A000115082	19/8/2017	55412
AGW9898	277510A000114728	18/8/2017	55412
AIE9062	277510A000114691	18/8/2017	55412
AIK8747	277510A000130740	5/9/2017	55500
AKF0660	277510A000115261	19/8/2017	55412
AKO2938	277510A000130779	5/9/2017	60412
ALP0255	277510A000115214	18/8/2017	55412
ALY6619	277510A000115213	18/8/2017	55412
AOB6007	277510A000131152	5/9/2017	60412
AOV9324	277510A000115259	18/8/2017	55412
APW8565	277510A000130738	5/9/2017	76252
AQR3640	277510A000129940	5/9/2017	51851
AQV5220	277510A000114344	18/8/2017	55412
ASG9669	277510A000114947	18/8/2017	55412
ASI9736	277510A000115215	18/8/2017	55412
ATA4777	277510A000130825	5/9/2017	55417

ATK0878	277510A000115143	18/8/2017	55412
ATT3049	277510A000114948	18/8/2017	55412
ATX0586	277510A000131064	5/9/2017	68580
AUH5396	277510A000114493	18/8/2017	55412
AVA3536	277510A000114949	18/8/2017	55412
AVA9043	277510A000130830	5/9/2017	55411
AVH6310	277510A000130827	5/9/2017	55411
AVJ4305	277510A000114690	18/8/2017	55412
AWR5497	277510A000130909	5/9/2017	76251
AXB5951	277510A000115032	19/8/2017	55412
AXU2875	277510A000115031	19/8/2017	55412
AXX4494	277510A000115258	18/8/2017	55412
AZK1681	277510A000131201	5/9/2017	51851
BAA4826	277510A000115171	19/8/2017	55412
BBD2886	277510A000131063	5/9/2017	76331
BZW2575	277510A000111797	18/8/2017	55412
DKG6336	277510A000128999	5/9/2017	60412
EIQ2106	277510A000115081	18/8/2017	55412
GXI2512	277510A000114345	19/8/2017	55412
HEI2235	277510A000130829	5/9/2017	55411
HMD9113	277510A000115170	18/8/2017	55412
HMJ7339	277510A000130563	5/9/2017	55411
IJO0198	277510A000115080	18/8/2017	55412
ILA9260	277510A000114839	18/8/2017	55412
INE5560	277510A000115256	18/8/2017	55412
IPO9428	277510A000115079	18/8/2017	55412
MAG1880	277510A000115303	19/8/2017	55412
MBM6239	277510A000114838	18/8/2017	55412
MCD1068	277510A000115174	19/8/2017	55412
MDF0209	277510A000115257	18/8/2017	55412
MFV2631	277510A000130826	5/9/2017	55411
MHF7302	277510A000115211	18/8/2017	55412
MHO8924	277510A000115147	18/8/2017	55412
MLQ4554	277510A000115144	18/8/2017	55412
MLR7572	277510A000115078	18/8/2017	55412
MWC1645	277510A000115145	18/8/2017	55412
NLI8424	277510A000131062	5/9/2017	76331
PWC3614	277510A000131151	5/9/2017	60412
QBD5919	277510A000115212	18/8/2017	55412

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:F642B935

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 30/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAA1804	277510A000129586	7/7/2017	55090	R$ 130.16
ABI2401	277510A000129786	6/7/2017	76331	R$ 293.47
ABV8688	277510A000129906	7/7/2017	51851	R$ 195.23
ADG5064	277510A000130054	8/7/2017	55500	R$ 130.16
ADX0056	277510A000129788	7/7/2017	55417	R$ 195.23
AFO0995	277510A000111998	21/6/2017	55412	R$ 195.23
AFP4561	277510A000129593	10/7/2017	60501	R$ 293.47
AFW0071	277510A000114127	22/6/2017	55412	R$ 195.23
AHB8828	277510A000128191	10/7/2017	55417	R$ 195.23
AHM0821	277510A000113985	21/6/2017	55412	R$ 195.23
AHN7065	277510A000129967	7/7/2017	55411	R$ 195.23
AHV2491	277510A000129968	7/7/2017	55411	R$ 195.23
AIH7443	277510A000129581	6/7/2017	55411	R$ 195.23
AIX0314	277510A000128493	10/7/2017	76331	R$ 293.47
AIY1515	277510A000129897	7/7/2017	60412	R$ 195.23
AKP9825	277510A000129665	10/7/2017	55500	R$ 130.16
AMN9160	277510A000129265	6/7/2017	58191	R$ 880.41
AMO4832	277510A000129966	7/7/2017	55411	R$ 195.23
AMX9105	277510A000113078	21/6/2017	55412	R$ 195.23
ANO3490	277510A000129899	7/7/2017	54521	R$ 195.23
AOF7327	277510A000129955	6/7/2017	60412	R$ 195.23
AOL4542	277510A000113928	21/6/2017	55412	R$ 195.23
AOL9425	277510A000129812	6/7/2017	55411	R$ 195.23
APJ8375	277510A000130051	7/7/2017	55414	R$ 195.23
APT4732	277510A000128940	7/7/2017	58191	R$ 880.41
AQI7237	277510A000129491	7/7/2017	51851	R$ 195.23
AQJ0538	277510A000128336	6/7/2017	55411	R$ 195.23
AQL3061	277510A000129814	10/7/2017	55411	R$ 195.23
AQZ8342	277510A000128939	6/7/2017	54526	R$ 195.23
ART1845	277510A000130061	10/7/2017	60412	R$ 195.23
ASB9307	277510A000128835	6/7/2017	55414	R$ 195.23
ASE7341	277510A000130058	10/7/2017	60412	R$ 195.23
ASF9997	277510A000111999	22/6/2017	55412	R$ 195.23
ASN6585	277510A000129957	6/7/2017	60412	R$ 195.23
ASQ1499	277510A000130101	10/7/2017	55417	R$ 195.23
ATA5223	277510A000129490	7/7/2017	51851	R$ 195.23
ATB0638	277510A000129953	6/7/2017	76252	R$ 293.47
ATC4683	277510A000114126	22/6/2017	55412	R$ 195.23
ATJ3578	277510A000129744	7/7/2017	60412	R$ 195.23
ATR1706	277510A000129794	10/7/2017	76331	R$ 293.47
ATS8973	277510A000128190	6/7/2017	55411	R$ 195.23
AUE4397	277510A000129582	6/7/2017	51930	R$ 293.47
AUF1140	277510A000114217	22/6/2017	55412	R$ 195.23
AUG4245	277510A000129898	7/7/2017	60412	R$ 195.23
AUQ8449	277510A000128337	10/7/2017	51851	R$ 195.23
AUY3471	277510A000129793	10/7/2017	51851	R$ 195.23
AUY6657	277510A000129791	8/7/2017	55417	R$ 195.23
AVC0762	277510A000129790	8/7/2017	76331	R$ 293.47
AVC8359	277510A000129895	6/7/2017	60412	R$ 195.23
AVG2469	277510A000129908	10/7/2017	51851	R$ 195.23
AVH4941	277510A000130060	10/7/2017	60412	R$ 195.23
AVU3802	277510A000129660	6/7/2017	60412	R$ 195.23
AVV1036	277510A000128834	6/7/2017	54600	R$ 130.16
AWF6664	277510A000113989	22/6/2017	55412	R$ 195.23
AWN5479	277510A000111785	21/6/2017	55412	R$ 195.23
AWU7670	277510A000129587	7/7/2017	51851	R$ 195.23
AYC3791	277510A000113888	21/6/2017	55412	R$ 195.23
AYF4808	277510A000129747	10/7/2017	76331	R$ 293.47
AYO5867	277510A000129659	5/7/2017	55500	R$ 130.16
AYU3087	277510A000130052	7/7/2017	55414	R$ 195.23
AZK2407	277510A000129956	6/7/2017	60412	R$ 195.23
AZL5179	277510A000113930	21/6/2017	55412	R$ 195.23
AZT8834	277510A000129960	6/7/2017	60412	R$ 195.23
BAB8064	277510A000111997	21/6/2017	55412	R$ 195.23
BAI0336	277510A000128737	6/7/2017	55500	R$ 130.16
BAJ1191	277510A000129515	7/7/2017	55417	R$ 195.23
BAO9276	277510A000129669	10/7/2017	55500	R$ 130.16
BAU5866	277510A000129610	3/7/2017	56144	R$ 195.23
BAV1373	277510A000129813	7/7/2017	61300	R$ 293.47
BAV1655	277510A000129489	7/7/2017	51851	R$ 195.23
BAX5825	277510A000113929	21/6/2017	55412	R$ 195.23
BAZ1691	277510A000113080	21/6/2017	55412	R$ 195.23
BBB7574	277510A000112047	21/6/2017	55412	R$ 195.23
BBJ5920	277510A000128630	8/7/2017	76252	R$ 293.47
BBK1292	277510A000128335	6/7/2017	60412	R$ 195.23
BBL2517	277510A000129958	6/7/2017	60412	R$ 195.23
BBM1807	277510A000128600	7/7/2017	60501	R$ 293.47
BBV0086	277510A000113548	21/6/2017	55412	R$ 195.23
BCA0284	277510A000113642	21/6/2017	55412	R$ 195.23
BCL1026	277510A000130057	10/7/2017	55500	R$ 130.16
BDB2559	277510A000129743	6/7/2017	58433	R$ 195.23
BDQ0130	277510A000114165	22/6/2017	55412	R$ 195.23
BED2202	277510A000113931	22/6/2017	55412	R$ 195.23
BUM5353	277510A000128592	22/6/2017	55680	R$ 195.23
BWE7025	277510A000129589	7/7/2017	60501	R$ 293.47
CIW6632	277510A000130062	10/7/2017	76331	R$ 293.47
CMC7805	277510A000129969	7/7/2017	55411	R$ 195.23
CSM0915	277510A000129961	6/7/2017	60412	R$ 195.23
CYP9980	277510A000114253	21/6/2017	55412	R$ 195.23
DAI1052	277510A000129815	10/7/2017	55411	R$ 195.23
DCW3739	277510A000129666	10/7/2017	55500	R$ 130.16
DEE2085	277510A000112046	21/6/2017	55412	R$ 195.23
DRU0216	277510A000114164	21/6/2017	55412	R$ 195.23
DWC2031	277510A000114124	21/6/2017	55412	R$ 195.23
DWC2031	277510A000129964	7/7/2017	55411	R$ 195.23
ECN1203	277510A000129746	10/7/2017	55411	R$ 195.23
EEI2983	277510A000113641	21/6/2017	55412	R$ 195.23
EPR9761	277510A000129894	6/7/2017	55411	R$ 195.23
FGP4664	277510A000130056	10/7/2017	55500	R$ 130.16
HIX6822	277510A000129965	7/7/2017	55411	R$ 195.23
IKG2151	277510A000112926	21/6/2017	55412	R$ 195.23
IOT7640	277510A000129963	7/7/2017	55411	R$ 195.23
IQT0627	277510A000113988	21/6/2017	55412	R$ 195.23
JLO0208	277510A000129591	8/7/2017	54522	R$ 195.23
LBT3283	277510A000130059	10/7/2017	60412	R$ 195.23
LYW6444	277510A000113987	21/6/2017	55412	R$ 195.23
LZE0377	277510A000114123	21/6/2017	55412	R$ 195.23
LZP1713	277510A000129662	8/7/2017	55500	R$ 130.16
MAQ9600	277510A000129667	10/7/2017	55500	R$ 130.16
MBB5417	277510A000129585	7/7/2017	76331	R$ 293.47
MBB7787	277510A000129954	6/7/2017	60412	R$ 195.23
MBM6239	277510A000113079	21/6/2017	55412	R$ 195.23
MCB7282	277510A000129664	10/7/2017	57380	R$ 293.47
MDC7271	277510A000129896	7/7/2017	60501	R$ 293.47
MDF0209	277510A000113984	21/6/2017	55412	R$ 195.23
MDK7741	277510A000129514	7/7/2017	55417	R$ 195.23
MDN4433	277510A000114166	22/6/2017	55412	R$ 195.23
MES7938	277510A000129661	8/7/2017	60412	R$ 195.23
MFN6111	277510A000129907	7/7/2017	55411	R$ 195.23
MGP5281	277510A000129962	6/7/2017	60412	R$ 195.23
MGS7584	277510A000129663	10/7/2017	57380	R$ 293.47

MJN6443	277510A000129893	6/7/2017	55500	R$ 130.16
MKZ1385	277510A000129590	7/7/2017	76331	R$ 293.47
MLQ5714	277510A000114216	21/6/2017	55412	R$ 195.23
MMA9539	277510A000113890	22/6/2017	55412	R$ 195.23
MMF9887	277510A000128833	6/7/2017	55411	R$ 195.23
NSO0283	277510A000114254	22/6/2017	55412	R$ 195.23
OOU7499	277510A000113889	21/6/2017	55412	R$ 195.23
OWJ4502	277510A000129742	6/7/2017	76332	R$ 293.47
QBN8588	277510A000129789	7/7/2017	51851	R$ 195.23
QHT9777	277510A000114128	22/6/2017	55412	R$ 195.23
QHX0722	277510A000129741	6/7/2017	58433	R$ 195.23
QHX0722	277510A000129740	6/7/2017	61810	R$ 195.23

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:0A0FD136

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 30/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
AZZ5281	277510A000129584	7/7/2017	52311	562610535

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:8CAAAA0B

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN até 30/10/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAQ1556	277510A000115036	22/8/2017	55412
AAZ3547	277510A000130549	11/9/2017	55500
ABF5448	277510A000130784	7/9/2017	51930
ABW9858	277510A000115180	22/8/2017	55412
ACW8149	277510A000130782	7/9/2017	76331
AFR6305	277510A000130832	11/9/2017	60412
AIC4709	277510A000115602	22/8/2017	55412
AIW2347	277510A000115179	22/8/2017	55412
AJG7606	277510A000131303	11/9/2017	76252
AJR3039	277510A000115084	22/8/2017	55412
AKJ2911	277510A000130835	11/9/2017	60412
AKJ2911	277510A000115083	22/8/2017	55412
AKU3160	277510A000114844	22/8/2017	55412
ALT4250	277510A000131302	11/9/2017	55500
ANE7348	277510A000130785	7/9/2017	51930
ANL3237	277510A000115604	22/8/2017	55412
AOI4762	277510A000130842	11/9/2017	55411
AOR6648	277510A000115038	22/8/2017	55412
APE4521	277510A000114695	22/8/2017	55412
APL8566	277510A000130836	11/9/2017	60412
APS1496	277510A000130837	11/9/2017	60412
AQE0966	277510A000130838	11/9/2017	60412
AQS0040	277510A000130841	11/9/2017	55411
ARO1227	277510A000115605	22/8/2017	55412
ARP6935	277510A000130550	11/9/2017	60501
ARX0605	277510A000130833	11/9/2017	60412
ASI4409	277510A000115177	22/8/2017	55412
ASI9736	277510A000115040	22/8/2017	55412
ASX2570	277510A000115221	22/8/2017	55412
ASX3841	277510A000115503	22/8/2017	55412
ATK0878	277510A000114845	22/8/2017	55412
ATQ0900	277510A000131153	11/9/2017	55411
ATR2833	277510A000114498	22/8/2017	55412
ATU7150	277510A000131155	11/9/2017	54526
AVD0360	277510A000130839	11/9/2017	60412
AVQ8309	277510A000131154	11/9/2017	55411
AVR0952	277510A000130131	11/9/2017	61300
AVU0196	277510A000130840	11/9/2017	55411
AYF2859	277510A000130548	11/9/2017	55411
AZF1640	277510A000130900	11/9/2017	76331
BAB9449	277510A000114731	22/8/2017	55412
BBA8130	277510A000115603	22/8/2017	55412
BBC0402	277510A000130783	7/9/2017	76331
BBE0849	277510A000115178	22/8/2017	55412
BBK6634	277510A000131304	11/9/2017	76331
BEB1131	277510A000114843	22/8/2017	55412
BED2202	277510A000115037	22/8/2017	55412
EWL1784	277510A000130472	11/9/2017	60412
FQC3247	277510A000130547	11/9/2017	76331
GHC2250	277510A000115176	22/8/2017	55412
IBB4125	277510A000115606	22/8/2017	55412
IBM3992	277510A000115039	22/8/2017	55412
IEC5625	277510A000130781	7/9/2017	51852
IIO4695	277510A000130786	7/9/2017	51930
IOH9403	277510A000131106	11/9/2017	60412
JEJ2763	277510A000130899	11/9/2017	60412
JPB4379	277510A000131352	11/9/2017	76252
JUF0041	277510A000131351	11/9/2017	55411
LYS7896	277510A000130787	7/9/2017	51851
MAL3480	277510A000131301	11/9/2017	55500
MGX7586	277510A000115220	22/8/2017	55412
MHZ5752	277510A000130780	7/9/2017	76332

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:82C074E6

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN até 30/10/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAQ1556	277510A000115036	22/8/2017	55412
AAZ3547	277510A000130549	11/9/2017	55500
ABF5448	277510A000130784	7/9/2017	51930
ABW9858	277510A000115180	22/8/2017	55412
ACW8149	277510A000130782	7/9/2017	76331
AFR6305	277510A000130832	11/9/2017	60412
AIC4709	277510A000115602	22/8/2017	55412
AIW2347	277510A000115179	22/8/2017	55412
AJG7606	277510A000131303	11/9/2017	76252
AJR3039	277510A000115084	22/8/2017	55412
AKJ2911	277510A000130835	11/9/2017	60412
AKJ2911	277510A000115083	22/8/2017	55412
AKU3160	277510A000114844	22/8/2017	55412
ALT4250	277510A000131302	11/9/2017	55500
ANE7348	277510A000130785	7/9/2017	51930
ANL3237	277510A000115604	22/8/2017	55412
AOI4762	277510A000130842	11/9/2017	55411
AOR6648	277510A000115038	22/8/2017	55412
APE4521	277510A000114695	22/8/2017	55412
APL8566	277510A000130836	11/9/2017	60412
APS1496	277510A000130837	11/9/2017	60412
AQE0966	277510A000130838	11/9/2017	60412
AQS0040	277510A000130841	11/9/2017	55411
ARO1227	277510A000115605	22/8/2017	55412
ARP6935	277510A000130550	11/9/2017	60501
ARX0605	277510A000130833	11/9/2017	60412
ASI4409	277510A000115177	22/8/2017	55412
ASI9736	277510A000115040	22/8/2017	55412
ASX2570	277510A000115221	22/8/2017	55412
ASX3841	277510A000115503	22/8/2017	55412
ATK0878	277510A000114845	22/8/2017	55412
ATQ0900	277510A000131153	11/9/2017	55411
ATR2833	277510A000114498	22/8/2017	55412
ATU7150	277510A000131155	11/9/2017	54526
AVD0360	277510A000130839	11/9/2017	60412
AVQ8309	277510A000131154	11/9/2017	55411
AVR0952	277510A000130131	11/9/2017	61300
AVU0196	277510A000130840	11/9/2017	55411
AYF2859	277510A000130548	11/9/2017	55411
AZF1640	277510A000130900	11/9/2017	76331
BAB9449	277510A000114731	22/8/2017	55412
BBA8130	277510A000115603	22/8/2017	55412
BBC0402	277510A000130783	7/9/2017	76331
BBE0849	277510A000115178	22/8/2017	55412
BBK6634	277510A000131304	11/9/2017	76331
BEB1131	277510A000114843	22/8/2017	55412
BED2202	277510A000115037	22/8/2017	55412
EWL1784	277510A000130472	11/9/2017	60412

FQC3247	277510A000130547	11/9/2017	76331
GHC2250	277510A000115176	22/8/2017	55412
IBB4125	277510A000115606	22/8/2017	55412
IBM3992	277510A000115039	22/8/2017	55412
IEC5625	277510A000130781	7/9/2017	51852
IIO4695	277510A000130786	7/9/2017	51930
IOH9403	277510A000131106	11/9/2017	60412
JEJ2763	277510A000130899	11/9/2017	60412
JPB4379	277510A000131352	11/9/2017	76252
JUF0041	277510A000131351	11/9/2017	55411
LYS7896	277510A000130787	7/9/2017	51851
MAL3480	277510A000131301	11/9/2017	55500
MGX7586	277510A000115220	22/8/2017	55412
MHZ5752	277510A000130780	7/9/2017	76332

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:1C4CC8C1

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Conforme determina o Artigo 2º da Lei 9.452/97, NOTIFICAMOS aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, que o município de Pato Branco recebeu nos dias 01/09/2017 a 11/09/2017, os Recursos Federais, abaixo descritos:

TETO MUNICIPAL DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	**01/09/2017**	**45.349,04**
INC.AS ACOES DE VIG.PREV E CONT DAS DST/AIDS E HEPATITE VIRAIS (PVVS)	**04/09/2017**	**9.583,33**
FUNDEB	**05/09/2017**	**37.328,94**
FUNDEB	**06/09/2017**	**134.439,71**
PAB FIXO	**06/09/2017**	**160.118,83**
PNAT – PROG NACIONAL DE APOIO AO TRANSP ESCOLAR	**06/09/2017**	**7.432,65**
FUNDEB	**08/09/2017**	**208.889,10**
MERENDA, PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	**08/09/2017**	**61.332,40**
FPM – FUNDO PARTICIPAÇÃO MUNICÍPIOS	**08/09/2017**	**1.050.832,11**
ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	**08/09/2017**	**2.526,99**
IPM – IPI EXPORTAÇÃO	**08/09/2017**	**29.612,78**
PARC CONV PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO BAIRRO SÃO JOÃO	**08/09/2017**	**954.148,13**
FAEC AIH - CIRURGIAS ELETIVAS - COMPONENTE UNICO	**08/09/2017**	**16.145,79**
CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS - MUNICIPAL	**11/09/2017**	**24.200,00**
REDE VIVER SEM LIMITES - REDEF - CEO MUNICIPAL	**11/09/2017**	**2.200,00**
SERVICOS DE ATENDIMENTO MOVEL AS URGENC SAMU 192 (RAU-SAMU)- MUNICIPAL	**11/09/2017**	**177.980,50**

Pato Branco, 12 de setembro de 2017.

Atenciosamente,

VANDERLEI JOSÉ CRESTANI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Indiane Ferreira de Souza
Código Identificador:A8AFA11D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 90

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diária.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor: Edson Gilberto Alves
Quant. de diárias: 03 diárias sem pernoite de R$ 80,00
Valor Total: R$ 240,00
Destino: Curitiba – PR
Motivo: Transporte de pacientes para realização de consultas e exames nos dias 18, 20 e 22/09/17

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 13 de setembro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

SILVIA RAQUEL IMIANOSKI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:DFF6E36D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 91

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diária.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor: Cleverson Marques da Cruz
Quant. de diárias: 01 diária sem pernoite de R$ 80,00
Valor Total: R$ 80,00
Destino: Guarapuava – PR
Motivo: Transporte de pacientes para realização de consultas e exames no dia 12/09/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 13 de setembro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

SILVIA RAQUEL IMIANOSKI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:B4BFD0DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 92

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diária.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor: José Carlos Kadanus
Quant. de diárias: 01 diária sem pernoite de R$ 80,00
Valor Total: R$ 80,00
Destino: Curitiba – PR
Motivo: Transporte de pacientes para realização de consultas e exames no dia 08/09/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 13 de setembro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

SILVIA RAQUEL IMIANOSKI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:9974CD42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 93

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diária.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor: Josinei Gonçalves de Freitas
Quant. de diárias: 02 diárias sem pernoite de R$ 80,00
Valor Total: R$ 160,00
Destino: Curitiba – PR
Motivo: Transporte de pacientes para realização de consultas e exames nos dias 19 e 21/09/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 13 de setembro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

SILVIA RAQUEL IMIANOSKI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:CD6074B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 94

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diária.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor: José Carlos Machado
Quant. de diárias: 03 diárias sem pernoite de R$ 80,00
Valor Total: R$ 240,00
Destino: Curitiba – PR
Motivo: Transporte de pacientes para realização de consultas e exames nos dias 04, 11 e 14/09/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 13 de setembro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

SILVIA RAQUEL IMIANOSKI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:BD068F31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2017
HOMOLOGAÇÃO: 13/09/2017
CONTRATADO: ANGELICA ANTONINHA ZAMBONI LINZMEYER
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
OBJETO: Contratação, através de Dispensa de Licitação nos termos do art. 24 da Lei 8.666/93, para contratação de empresa especializada em locação de equipamentos e instrumentos musicais para a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Paula Freitas/PR.
VALOR DA DESPESA: R$ 680,00 (Seiscentos e oitenta reais).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 12/09/2017

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:A17127B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº 129/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
Contratada: ANGELICA ANTONINHA ZAMBONI LINZMEYER
Valor.....: R$ 680,00 (Seiscentos e oitenta reais).
Vigência.....: Início: 13/09/2017 - Término: 13/09/2017
Licitação....: Dispensa de Licitação nº 21/2017
Recursos....: Dotação:
0703 13.392.0007.2.021 3.3.90.39.00.00.00.00 1000 – Manutenção das Atividades Culturais (165)
Objeto.....: Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos e instrumentos musicais para a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Paula Freitas/PR.

Paula Freitas, 13 de setembro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:D38C76B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAR PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2017

O Prefeito Municipal, Srº VALDEMAR ANTONIO CAPELETI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado da Dispensa de Licitação nº 21/2017, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2017
OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos e instrumentos musicais para a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Paula Freitas/PR.

_____
FORNECEDORES E ITENS VENCEDORES:
FORNECEDOR: 10356 – ANGELICA ANTONINHA ZAMBONI
ITEM: 01
Valor Total: R$ 680,00

_____
TOTAL GERAL: R$ 680,00

Paula Freitas, 13 de setembro de 2017.

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:11ADEE6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 1.934/2017 – DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.
REPUBLICAÇÃO

Dispõe sobre a nomeação de Servidor.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **VALDEMAR ANTONIO CAPELETI**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.418/2017 de 06/07/2017.

DECRETA:

Art. 1º - NOMEIA **VAGNER PALAMAR**, portador da carteira de identidade RG nº 10.692.732-4 SSP/PR e inscrito no CPF nº 073.920.519-62, para ocupar o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador de Cultura e Desporto - Símbolo CC-4.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 11 de setembro de 2017.

VALDEMAR ANTÔNIO CAPELETI
Prefeito

ALEXANDRA WIESE
Secretária de Administração

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:D9A81F88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 063/2017

Data: 11/09/2017

SÚMULA: Altera os membros do Conselho Municipal de Educação – CME, do Município de Paulo Frontin e da outras providências.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO, Prefeito do Município de Paulo Frontin, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando no disposto na Lei Municipal nº 846/2011 de setembro de 2011, DECRETA
Art. 1 Fica alterado nos termos do disposto no artigo 4º da Lei Municipal nº 846/2011 os membros do Conselho Municipal de Educação de Paulo Frontin – PR, a seguir mencionados:

I – Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais:
a) Titular: Fernanda Hudziak Maschen CPF 085.704.729-94
b) Suplente: Sandra Terezinha Vieira Nizer CPF 072.956.829-61
a) Titular: Cristiane Regina Jung CPF 032.833.739-06
b) Suplente: Dileta de Fátima Kogut Kutchma CPF 038.441.019-77
II- Representante da Secretaria Municipal de Educação:
a) Titular: Mary Leoni Tratch CPF 626.308.909-10
b) Suplente: Claudete Ana Romko Kohut CPF 810.011.859-00
III – Representante da Secretaria Municipal de Ação Social:
a) Titular: Priscila Franczak CPF 066.232.409-93
b) Suplente: Ângela Andréia Rolinski CPF 030.389.329-06
IV – Representante dos Diretores das Escolas Municipais:
a) Titular: Sabrina Konkel CPF 066.583.669-42
b) Suplente: Sandra Cristina dos Anjos Zapotoszek CPF 719.550.629-00
V – Representante do Conselho Tutelar:
a) Titular: Amanda Micheli Hoinacki CPF 063.537.999-69
b) Suplente: Rogéria Daniele Huk CPF 062.688.369-52
VI – Representantes da APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários)
a)Titular: Regina Jaremko CPF 088.856.979-33
b) Suplente: Marli Matiuchenko CPF 021.960.059-75
a) Titular: Janaiane Ketile Santin CPF 073.297.239-67
b) Suplente: Flavia Schorh dos Anjos CPF 050.395.869-73
a) Titular: Vilmar Braz CPF 971.232.269-68
b) Suplente: Maricleia Costa CPF 052.979.189-79
VII – Representante do CODEFRON:
a) Titular: João Potuk CPF 359.268.139-72
b) Suplente: Laís Leilane Buratti CPF 053.207.259-65

Art: 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será até o final deste corrente mandato, permitida a recondução por uma única vez desde que escolhidos em conferência.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto nº 060/2015.

Paulo Frontin, 11 de setembro de 2017.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO
Prefeito de Paulo Frontin

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:C061A0B4

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 36/2017 - Sistema Registro de Preços
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Governo, em conformidade com as especificações, quantidades e valores máximos admitidos constantes no Termo de Referência, **Anexo V,** composto pelo arquivo digital "ES Proposta", o qual é parte integrante deste Edital.
Os envelopes de nº 01 – Proposta de Preços e nº 02 – Habilitação, deverão ser entregues até as **14h00min do dia 25/09/2017** e a Sessão Pública da licitação, com a consequente abertura dos envelopes de Preço e Habilitação, **terá início às 14h30min do mesmo dia** (horário local).
Edital disponível: Rua Rui Barbosa, 204 – Paulo Frontin – PR, dias úteis das 08h00min às 17h00min. Informações: Fone (42)3543-1210. E-mail licitacao@paulofrontin.pr.gov.br. Site: www.paulofrontin.pr.gov.br no link: licitações.

Paulo Frontin – PR – 13/09/2017.

EDER RENATO STELMACH
Pregoeiro.

Publicado por:
Amanda Prisci Trento
Código Identificador:686997FF

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2017 - Sistema Registro de Preços
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura, em conformidade com as especificações, quantidades e valores máximos admitidos constantes no Termo de Referência, **Anexo V,** composto pelo arquivo digital "ES Proposta", o qual é parte integrante deste Edital.
Os envelopes de nº 01 – Proposta de Preços e nº 02 – Habilitação, deverão ser entregues até as **09h00min do dia 28/09/2017** e a Sessão Pública da licitação, com a consequente abertura dos envelopes de Preço e Habilitação, **terá início às 09h30min do mesmo dia** (horário local).
Edital disponível: Rua Rui Barbosa, 204 – Paulo Frontin – PR, dias úteis das 08h00min às 17h00min. Informações: Fone (42)3543-1210. E-mail

licitacao@paulofrontin.pr.gov.br. Site:
www.paulofrontin.pr.gov.br no link: licitações.

Paulo Frontin – PR – 13/09/2017.

EDER RENATO STELMACH
Pregoeiro.

Publicado por:
Amanda Prisci Trento
Código Identificador:B88FDE29

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 34/2017 - Sistema Registro de Preços
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, em conformidade com as especificações, quantidades e valores máximos admitidos constantes no Termo de Referência, **Anexo V,** composto pelo arquivo digital "ES Proposta", o qual é parte integrante deste Edital.
Os envelopes de nº 01 – Proposta de Preços e nº 02 – Habilitação, deverão ser entregues até as **10h30min do dia 28/09/2017** e a Sessão Pública da licitação, com a consequente abertura dos envelopes de Preço e Habilitação, **terá início às 10h00min do mesmo dia** (horário local).
Edital disponível: Rua Rui Barbosa, 204 – Paulo Frontin – PR, dias úteis das 08h00min às 17h00min. Informações: Fone (42)3543-1210. E-mail
licitacao@paulofrontin.pr.gov.br. Site:
www.paulofrontin.pr.gov.br no link: licitações.

Paulo Frontin – PR – 13/09/2017.

EDER RENATO STELMACH
Pregoeiro.

Publicado por:
Amanda Prisci Trento
Código Identificador:082B8785

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2017 - Sistema Registro de Preços
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais esportivos para Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Paulo Frontin-PR, de conformidade com as especificações, quantidades e valores máximos admitidos constantes do Termo de Referência, Anexo V, composto pelo arquivo digital "ES PROPOSTA", o qual é parte integrante deste Edital.
Os envelopes de nº 01 – Proposta de Preços e nº 02 – Habilitação, deverão ser entregues até as **14h00min do dia 26/09/2017** e a Sessão Pública da licitação, com a consequente abertura dos envelopes de Preço e Habilitação, **terá início às 14h30min do mesmo dia** (horário local).
Edital disponível: Rua Rui Barbosa, 204 – Paulo Frontin – PR, dias úteis das 08h00min às 17h00min. Informações: Fone (42)3543-1210. E-mail
licitacao@paulofrontin.pr.gov.br. Site:
www.paulofrontin.pr.gov.br no link: licitações.

Paulo Frontin – PR – 13/09/2017.

EDER RENATO STELMACH
Pregoeiro.

Publicado por:
Amanda Prisci Trento
Código Identificador:8ED8054D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 144/2017

SÚMULA: Substitui representantes de entidades no Conselho de Alimentação Escolar - CAE, e dá outras providências.

NILSON ENGELS, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º. Ficam substituídos, nesta data, os seguintes representantes de entidades no Conselho de Alimentação Escolar:

Representantes de Pais de Alunos:
Titular - Leila de Fátima Blasi Arent pela Sra.
Mirian Carla Osinski Beal

Suplente - Juliana Rodrigues Pereira pela Sra.
Silmara Gindri

Art 2°. Ficam ratificadas as demais partes constantes no Decreto nº 92/2014, de 17 de setembro de 2014.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete. (12/09/2017)

NILSON ENGELS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nara Alessandra Bladt
Código Identificador:E977B688

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 58-2017.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A PREFEITURA DE PEROLA D'OESTE, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 58/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO: 94/2017 - TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de 1 (um), veículo novo zero km, ano 2017/2018, e os equipamentos necessário para transformação do veiculo em uma ambulância em UTI móvel, para atender a demanda do departamento de saúde da prefeitura municipal de município de Pérola D'Oeste/PR, conforme descrito de anexo I no termo de referencia do edital de Pregão Eletrônico.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 03 de outubro de 2017, às 08h:30min.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 03 de outubro de 2017, às 08h:45min.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: **O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Perola D'Oeste, a partir do dia 14 de agosto de 2017, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacaopdo@bol.com.br ou diretamente no site do Banco Do Brasil.**
SISTEMA ELETRÔNICO: e-licitações do Banco do Brasil.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília – DF

Perola D'Oeste, 14 de setembro de 2017.

DELESIO DEFANTE
Pregoeiro

Publicado por:
Delesio Defante
Código Identificador:11AAC91E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE PIÊN/PR – PIÊN PREV
PORTARIA Nº 592, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

O Prefeito do Município de Piên – Estado do Paraná, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1110, de 12 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo nº 2017.07.00053P,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder, a partir de 14 de agosto de 2017, pensão a que faz jus BRAULIO TABORDA, viúvo, com a cota de 100% (cem por cento), pelos direitos adquiridos, respectivamente, da servidora aposentada LUCIA MARIA ROHRBACHER TABORDA, falecida em 14 de agosto de 2017, nos termos dos artigos 64, I da Lei n° 1110/2011 c/c art. 40, § 7°, inciso I, e § 8°, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 41/2003.

Art. 2° A Revisão da Pensão dar-se-á na forma do art. 75 da Lei n° 1110/2011.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 11 de setembro de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Lietz
Código Identificador:8C964F5B

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL
RESOLUÇÃO N° 08, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O TERMO DE ADESÃO AO INCENTIVO FAMÍLIA PARANAENSE – ADESÃO ESPONTÂNEA E RESPECTIVO PLANO DE AÇÃO.

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 689, de 04 de setembro de 1998, com alterações dadas pela Lei n° 1066, 11 de agosto de 2010, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 13 de setembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão ao Incentivo Família Paranaense – Adesão Espontânea.

Art. 2° Aprovar o Plano de Ação – Incentivo Família Paranaense – Adesão Espontânea.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 13 de setembro de 2017.

LUZ MARINA V. C. NADER
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Douglas Lietz
Código Identificador:ABEA2C5B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO APURATÓRIO N° 001/2017.

Fornecedor: Bruna Carla Fuck.
APLICADA A PENALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: a) multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato (R$ 21.504,00), o que corresponde ao montante de R$ 215,04 (duzentos e quinze reais e quatro centavos), com lastro na Cláusula Décima Primeira, II, "b.2" do Contrato nº 45/2017 e, b) Rescisão contratual, com lastro no Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Primeira do Contrato n° 45/2017.
VALOR DA MULTA: R$ 215,04 (duzentos e quinze reais e quatro centavos).
PRAZO PARA PAGAMENTO: 30 dias

Piên/PR, 12 de setembro de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Lietz
Código Identificador:06752F8A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PROGRAMA Nº 001/2017
CONTRATADO: CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SAÚDE DO PARANÁ – COMESP.
CNPJ sob nº 08.061.295/0001-18
O objeto: **Este contrato de programa tem por objeto a transferência, pelos CONTRATANTES ao CONTRATADO, da gestão, operacionalização e implementação da assistência a saúde de média e alta complexidade em conjunto com os municípios integrantes do consórcio CONTRATADO.**
O serviço será prestado pelo CONTRATADO mediante regime de gestão associada ou de serviços públicos, com vigência de 11/09/2017 a 31/12/2017, podendo ser prorrogado automaticamente, com anuência das partes, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 4 (quatro) anos.
Data de assinatura: 01 de setembro de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador:2A35404E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2017
CONTRATADO: CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SAÚDE DO PARANÁ – COMESP.
CNPJ sob nº 08.061.295/0001-18
O objeto: **Constitui-se como Objeto do presente, a definição das regras e critérios de participação do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras, de modo a assegurar o custeio de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo consórcio em consonância com o definido no Contrato de Programa formalizado entre as partes ora contratantes.**
Valor: R$ 0,14 (quatorze centavos de real) per capita (conforme dados do IBGE).
Despesas orçamentárias elencadas nas rubricas 3.1.90.11.00 a 3.3.90.99.00 e 4.4.90.52.00.
O contrato de rateio terá vigência de 11/09/2017 a 31/12/2017, podendo ser prorrogado automaticamente, com anuência das partes, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 4 (quatro) anos.
Data de assinatura: 01 de setembro de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

_____

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador:49F5FCEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI

Lei Municipal nº 558/2017.

Suprime os incisos II e III do art. 22 da Lei Municipal nº 287 de 17 de dezembro de 2007 que instituiu o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos para os professores Municipais do Município de Pinhal de São Bento e da outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei Municipal suprime os incisos II e III do Art. 22 da Lei Municipal nº 287 de 17 de dezembro de 2007 que instituiu o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos para os professores Municipais do Município de Pinhal de São Bento e da outras providências.
Art. 2º Fica suprimido os incisos II e III do Art. 22 da Lei Municipal nº 287 de 17 de dezembro de 2007.
Art. 3º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 287 de 17 de dezembro de 2007 permanecem inalterados.
Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE SETEMBRO DE 2017.

Publique-se

JAIME ERNESTO CARNIEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:D628A3B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI

LEI MUNICIPAL Nº. 559/2017

Dispõe sobre a proibição da concessão de alvará e/ou licença para o uso do solo e para o tráfego de veículos em vias públicas, a outorga e o uso de águas, a queima de gases na atmosfera, a vedação da concessão de anuência prévia em licenciamentos e outorgas de água com a finalidade de exploração e/ou explotação dos gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fratura hidráulica - e refraturamento hidráulico - na esfera da competência municipal, bem como proíbe a instalação, reforma ou operação de atividades, serviços, empreendimentos e obras de produção,comercialização, transporte, armazenamento, utilização, importação, exportação, destinação final ou temporária de resíduos, ou quaisquer outros produtos usados para o fraturamento ou refraturamento hidráulico, componentes e afins, gás metano carbonífero e similares, metais pesados e radioativos, em todo o território do Município de Pinhal de São Bento, no Estado do Paraná, estabelece penalidades e dá outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. Fica proibida a concessão de alvará, outorga autorização e/ou licença de competência municipal a quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que pretendam utilizar o solo com a finalidade da exploração e/ou explotação de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico – e de refraturamento hidráulico.

§ 1º - Além do método previsto no deste artigo, a proibição se estende às demais modalidades de exploração do solo que possam ocasionar contaminações das águas de superfície e subterrâneas, causar acidentes ambientais, causar danos à saúde da população e/ou perda de biodiversidade, provocar prejuízos sociais e econômicos ou degradar o meio ambiente, em especial através de metais pesados e radioativos.

§ 2º - Estão isentas da proibição a que se refere o parágrafo primeiro os produtos necessários para as práticas agrosilvopastoris, desde que devidamente autorizados pelos órgãos competentes, na forma da lei.

Art. 2º. Fica proibido o tráfego de veículos automotores transportando equipamentos e produtos químicos e radioativos, em especial aqueles destinados à exploração e/ou explotação de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico - e de refraturamento hidráulico - nas vias públicas municipais, urbanas, rurais e vicinais e respectivas faixas de domínio.

Art. 3º. Fica proibida a outorga e o uso de águas de superfície com a finalidade da exploração e/ou explotação de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico – e de refraturamento hidráulico – , bem como atividades que envolvam metais pesados e radioativos que apresentem riscos de comprometimento dos recursos hídricos.

Art. 4º. Fica vedada a concessão da anuência do Município em licenciamentos, alvarás e outorgas de uso de águas de superfície ou subterrâneas e em autorizações ou licenciamentos de atividades, empreendimentos, obras e serviços de exploração e/ou explotação de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico - e de refraturamento hidráulico -, bem como atividades que envolvam metais pesados e radioativos que apresentem riscos de comprometimento dos recursos hídricos.

Art. 5º. Fica proibida a queima de gases derivados da exploração e/ou explotação de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico - e de refraturamento hidráulico.

Art. 6º. Fica proibida a realização de aquisições sísmicas, em suas diversas formas, em especial aquelas que utilizam caminhões e estruturas de vibradores do solo e/ou explosivos, bem como quaisquer atividades correlatas que possam, potencial ou efetivamente, oferecer risco à vida, à integridade física e a prédios e construções, públicos ou privados, a estruturas naturais e a monumentos históricos e ainda às atividades agrosilvopastoris e de piscicultura, à fauna silvestre ou de qualquer forma afetar a biodiversidade.

Art. 7º. Fica proibida a instalação, a reforma ou a operação de atividades, serviços, empreendimentos e obras de produção, comercialização, transporte, armazenamento, utilização, importação, exportação, destinação final ou temporária de resíduos ou quaisquer outros produtos usados para o fraturamento ou refraturamento hidráulico, componentes e afins, gás metano carbonífero e similares, metais pesados e radioativos.

Art. 8º. O Poder Legislativo e o Poder Executivo do Município de **Pinhal de São Bento**, no Estado do Paraná, intentarão acordos com os Municípios limítrofes e com os demais Municípios que integram as mesmas Bacias Hidrográficas, buscando a cooperação no sentido da proteção dos recursos naturais, dos ecossistemas e dos processos

ecológicos essenciais, bem como do desenvolvimento sustentável que garanta sadia qualidade de vida, ampliando o território livre do fraturamento e refraturamento hidráulico, com vistas à substituição gradativa dos combustíveis fósseis por formas de energia limpas e renováveis.

Art. 9º. O descumprimento das disposições da presente Lei sujeitará os infratores às sanções administrativas, civis e penais, na forma da legislação vigente, em especial as previstas na Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo para apuração dessas infrações e dá outras providências, ambos com alterações posteriores, sem prejuízo da aplicação de outras normas legais.

Art. 10. O descumprimento da proibição prevista no Artigo 6º da presente Lei importará na aplicação de multa diária no valor mínimo de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), além da apreensão dos caminhões vibradores sísmicos e demais equipamentos e instrumentos utilizados na prática da infração, sem prejuízo da aplicação das demais cominações administrativas, civis e penais pertinentes.

§ 1º – As despesas decorrentes da apreensão e permanência dos caminhões apreendidos, em valor diário mínimo por caminhão de R$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta de seus proprietários, contratantes ou quaisquer outros detentores da responsabilidade pelo seu uso na área do Município.

§ 2º - Os valores das multas serão corrigidos pelo maior índice oficial em vigor.

Art. 11. A aplicação e a fiscalização desta Lei são de competência originária dos órgãos municipais do meio ambiente, da agricultura e abastecimento, da saúde e de estradas e de trânsito, que atuarão em conjunto com a Defesa Civil, sem prejuízo dos deveres e obrigações legais dos demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, tanto da Administração direta quanto das Autarquias e demais Instituições da Administração indireta.

Parágrafo único - Os recursos das multas aplicadas pelo descumprimento desta Lei serão destinados preferencialmente aos Fundos Municipais de Saúde, de Educação, de Agricultura, de Meio Ambiente e à Defesa Civil.

Art. 12. Os programas de educação e conscientização agrícola, de saúde, de defesa civil, e de mudanças climáticas, formais ou informais, incluirão no seu conteúdo informações sobre os riscos sociais e econômicos do fraturamento hidráulico e suas ameaças à água, ao solo, ao ar e à biodiversidade.

Art. 13. As disposições da presente Lei se aplicam à totalidade do território do Município de **Pinhal de São Bento**, Estado do Paraná e devem ser integradas ao Plano Diretor Municipal, para todos os efeitos.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE SETEMBRO DE 2017.

Publique-se

JAIME ERNESTO CARNIEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:100DA7BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 69/2017

Objeto: Aquisição de Materiais, Ferramentas e Equipamentos para manutenção/reparos nos prédios públicos de Piraquara, conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Abertura:** 27 de setembro de 2017, às 9h00, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Piraquara, na Av. Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara - PR. **Critério de Julgamento**: MENOR PREÇO UNITÁRIO**. Valor Máximo estimado:** R$ 422.510,97 (quatrocentos e vinte e dois mil, quinhentos e dez reais e noventa e sete centavos). **Edital:** Estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, ao preço de R$ 5,00 (cinco) reais, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h ou gratuitamente no site:
www.piraquara.pr.gov.br.

Piraquara, 13 de setembro de 2017.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:8DFA22F2

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 6170/2017

DESIGNA MEMBROS QUE IRÃO COMPOR O COMITÊ MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 40, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1615/2016, **DECRETA**:

Art. 1º - Ficam designados os representantes que irão compor o Comitê Municipal de Transporte Escolar, conforme segue:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
a) Titular: Erick Flavio Porteiro Rossi, CPF: 038.408.079-05
b) Suplente: Ezequiel Trocati, CPF: 038.613.909-14
II – Representantes dos Pais de Alunos:
a) Titular: Claudia dos Santos Krainski, CPF: 028.580.019-35
b) Suplente: Juarez Francisco Prestes de Camargo, CPF: 650.381.189-08

III – Representantes dos Colégios Estaduais:
a) Titular: Rejane Cristina Macário, CPF: 028.212.409-88
b) Suplente: Valter José Ribeiro, CPF: 765.719.719-68

IV – Representantes das Escolas Municipais:
a) Titular: Enilda Lima Claro, CPF: 826.000.909-91
b) Suplente: Marli Aparecida Martins Jacobouski, CPF: 985.139.669-91

Art. 2º. Os representantes do Comitê terão mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto 5166/2016.

Piraquara, Palácio 29 de Janeiro, Edifício Antônio Alceu Zielonka, em 11 de setembro de 2017.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:C5D19184

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 9730/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º- **INSTITUIR,**conforme previsto na Lei 1192/2012, gratificação de 50% calculada sobre o vencimento de Professor Nível II, Classe A, para cada jornada de 20 (vinte) horas para a servidora**DANIELE PEREIRA MEIRA CORDEIRO**, matrículas 619131 e 758091, que fica nomeada para atuar como Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a partir de 18/08/2017.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Antonio Alceu Zielonka, em 12 de setembro de 2017.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:B155BC0F

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 9731/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º- **DESTITUIR**gratificação de 32% (trinta e dois por cento) sobre o vencimento do Professor Nível II, Classe A, para cada jornada de 20 horas, de acordo com a Lei Municipal nº 1192/2012, concedida para a professora **ELIANE MAZEPA PIRES FABRO**, matrícula 374781, a qual atuava com Coordenadora Pedagógica.
Art. 2º - **INSTITUIR,**conforme previsto na Lei 1192/2012, gratificação de 50% (cinqüenta por cento) calculada sobre o vencimento do Professor Nível II, Classe A, para cada jornada de 20 horas para a servidora**ELIANE MAZEPA PIRES FABRO**, matrícula 374781, que fica nomeada para atuar como Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a partir de 01/08/2017.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Antonio Alceu Zielonka, em 12 de setembro de 2017.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:4090B0C5

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL N° 228/2017

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

A Secretária Municipal de Educação de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:

CONVOCAR CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA SESSÃO PÚBLICA DE ESCOLHA DE VAGAS

I – Ficam convocados para sessão pública de escolha de vagas, a ocorrer na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Armando Romani, 82, Centro, nesse município, no dia **15/09/2017, às 8h30 horas, os candidatos abaixo relacionados.**
II – A escolha da vaga pode ser feita por outra pessoa legalmente nomeada por procuração, portando justificativa plausível por escrito, caso o candidato esteja impossibilitado de comparecer à sessão pública citada.
III – O não comparecimento ou chegada com atraso (do candidato ou seu procurador) à sessão pública de escolha de vagas culminará em declaração de desistência da vaga no processo em questão.
IV - Os candidatos convocados por esse Edital, para os quais não reste vaga a ser escolhida, permanecerão em cadastro reserva.

205	Débora de Oliveira de Souza	MEDIO	13/07/1999
206	Brenda Mariana de Oliveira Ribeiro	MEDIO	16/09/1999
207	Juan Pereira Hinkel	MEDIO	06/12/1999
208	Fernanda de Paula Moreira	MEDIO	31/12/1999
209	Mileni Seibert dos Santos	MEDIO	05/01/2000

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 13 de setembro de 2017.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:3FBF2F36

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 6171/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
CONCEDER licença maternidade no período de **11/09/2017** até **09/03/2018** à servidora **GEOVANNA DOS SANTOS NUNES,** ocupante do cargo de **ASSISTENTE OPERACIONAL ESCOLAR –** matrícula 99212-8, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do artigo 86 do Estatuto dos Servidores Públicos (Redação dada pela Lei nº 927/2007).
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 11 de Setembro de 2017.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 12 de Setembro de 2017.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Bueno Staben Alves
Código Identificador:E46C6C26

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 6172/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR o servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Ronaldo Antonio do Nascimento Faria	99237-4	Professor I Magistério	06/09/2017	A pedido

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais à respectiva data.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 12 de Setembro de 2017.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Bueno Staben Alves
Código Identificador:6BC42F7E

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 9733/2017

O Prefeito Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando a realização de Concurso Público de Provas e Provas de Títulos, no regime estatutário.
RESOLVE
Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo nominados para comporem, sob Presidência da primeira (Inciso I), Comissão Especial do Concurso de que trata o inciso I do artigo 57 da Lei Orgânica do Município e o artigo 4º da Lei 863/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos de Piraquara, ficando indicado o segundo membro como eventual substituto (Inciso II) e os demais suplentes (Inciso III e IV).

Andréa Brasil Kaviski, matrícula nº 614251;
Mariana Koeke Tramujas, matrícula nº 818841;
Marcella Leticia Krainski, matrícula nº 81205-1;
Josiane Gonçalves Barbosa, matrículas nº 574441 e 622271.
Art. 2º Compete a Comissão Especial de Concurso Público ora designada, a coordenação e fiscalização do Concurso Público e demais atos mediante autorização do Chefe do executivo Municipal.
Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de janeiro, Edifício Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 13 de Setembro de 2017.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Bueno Staben Alves
Código Identificador:CB211F4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO 48/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 8.666/93
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 23/2017.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS - **CNPJ/MF:** 95.543.427/0001-42
LOCADOR: DANIEL HENRIQUE BERTI ZIROLDO - **CPF: 032.834.739-60**
OBJETO: Aluguel de sala com 30m², localizado na rua Brasil, 159, apropriado para instalação da Secretaria Municipal de Assistência Social.
VALOR: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), sendo R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO:
08.002.0824400082.032 – 3.3.90.36.15.0000 - (1925) - Fonte: 739
VIGENCIA: 12/09/2017 à 11/09/2018.
SIGNATÁRIOS: Antônio Edson Kolachinski e Daniel Henrique Berti Ziroldo
DATA DA ASSINATURA: 12/09/2017.

Publicado por:
Andréia Cristina Araújo
Código Identificador:181F88C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 4651 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO Nº.4651
Data: **04 de Setembro de 2017.**

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

INÁCIO JOSÉ WERLE, Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 2216 de 14 de Dezembro de 2016.

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a proceder à abertura ao Orçamento Geral do Município de Planalto, Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de 2017, Um Credito Adicional Suplementar até o Limite de R$ 240.000,00 (Duzentos e Quarenta mil reais), conforme se especifica a seguir:

02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
02.103 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.0402.2004 – Atividades do Departamento de Administração
000180– 3.3.90.14.00.00 – Diárias – Pessoal Civil
000 – Recursos Ordinários (livres) R$ 30.000,00 (Exc)
07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07.121 – DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.1201-2034 – Manutenção do Ensino Fundamental
000950– 3.3.90.14.00.00 – Diárias – Pessoal Civil
103 – 5% sobre Transferências Constitucionais - FUNDEB R$ 10.000,00 (canc)
09 – SECRETARIA DE SAÚDE
09.126 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001-2061 – Gerenciamento da Secretaria Municipal de Saúde
002000– 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
000 – Recursos Ordinário (Livre).....R$ 100.000,00 (Exc)
002010– 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
303 – Sáude – Receitas Vinculadas (E.C.29/00 – 15%).....R$ 100.000,00 (canc)

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar a ser aberto em decorrência da autorização constante da Lei acima, *serão utilizados os recursos oriundos do Cancelamento e Excesso de Arrecadação, conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64 de 17/03/64 a seguir especificado.*

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07.121 – DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.1201-1032 – Ampliação e Construção da Rede Física do Ensino
000840– 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações
103 – 5% sobre Transferências Constitucionais - FUNDEB R$ 10.000,00
09 – SECRETARIA DE SAÚDE
09.126 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001-2061 – Gerenciamento da Secretaria Municipal de Saúde
001530– 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
303 – Sáude – Receitas Vinculadas (E.C.29/00 – 15%).....R$ 100.000,00
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

1.1.1.2.08.00.00.00	R$ 100.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00	R$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto, aos Quatro dias do mês de Setembro de 2017.

INÁCIO JOSÉ WERLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marisa Kruger
Código Identificador:541917D9

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 87/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 87/2017

INÁCIO JOSÉ WERLE, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA de acordo com a ordem de classificação o candidato

aprovado no Concurso Público abaixo relacionado a comparecer junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da publicação do presente, munido da documentação exigida pelo Edital 01/2014, afim de tomar posse do seu respectivo cargo.

Nome	Cargo	Inscrição	Classificação
FERNANDO MARQUES SALLES	Médico Veterinário	452101	4º

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

INÁCIO JOSÉ WERLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:36E48F59

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL N° 03 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

CONVOCAÇÃO para audiência pública

INÁCIO JOSÉ WERLE, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento a Lei Complementar n" 141/2012.

CONVOCA

A população em geral para audiência pública a realizar-se no dia 25 de setembro, do corrente ano, com início as 17:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Planalto, com a fmalidade de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do fundo municipal de saúde e do plano municipal de saúde do quadrimestre relativo aos meses maio, junho, julho e agosto de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

INACIO JOSE WERLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:C28609CB

LICITAÇÃO
PREGÃO 076/2017 CONTRATOS

Praça São Francisco de Assis, 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 236/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017
DATA DA ASSINATURA: 13 de setembro de 2017
CONTRATANTE: Município de Planalto
CONTRATADA: Recapadora Marrecas Ltda.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus, destinado a manutenção regular da frota de máquinas e veículos deste Município de Planalto.
ITENS:01,02,03,04.
VALOR TOTAL: R$ 38.352,00 (trinta e oito mil e trezentos e cinquenta e dois reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/09/2018

INÁCIO JOSÉ WERLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:283FCEA1

LICITAÇÃO
PREGÃO 076/2017 CONTRATOS

Praça São Francisco de Assis, 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 235/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017
DATA DA ASSINATURA: 13 de setembro de 2017
CONTRATANTE: Município de Planalto
CONTRATADA: Recapadora Pardal Ltda.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus, destinado a manutenção regular da frota de máquinas e veículos deste Município de Planalto.
ITENS:01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19
VALOR TOTAL: R$ 271.810, 00 (duzentos e setenta e um mil e oitocentos e dez reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/09/2018

INÁCIO JOSÉ WERLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:9E7D4041

LICITAÇÃO
PREGÃO 076/2017 CONTRATOS

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017 DE 17 DE AGOSTO DE 2017

CARLA FATIMA MOMBACH STURM, na qualidade de Pregoeira do Município de Planalto, Estado do Paraná, nomeada pela Portaria nº. 002/2017, de 02 de janeiro de 2017, em cumprimento à Lei Federal de nº 10.520 de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 727/2007 de 26/06/2007 e subsidiariamente pela Lei nº. 8666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e legislação correlata, **TORNA PÚBLICO,** o resultado Público de Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, referente:

EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017

1 . Objeto da Licitação
Contratação de empresa visando a prestação de serviço de recapagem de pneus, destinado a manutenção regular da frota de máquinas e veículos deste Município de Planalto.

2. Empresa Participante:
2.1 RECAPADORA PARDAL LTDA.
Situação: Classificada
2.2 RECAPADORA MARRECAS LTDA.
Situação: Classificada

3. Empresas Vencedoras:
3.1 RECAPADORA PARDAL LTDA., pessoa jurídica, com inscrição no CNPJ Nº 01.620.769/0001-75, com sua sede social à Rod. Pr. 180, Km 04, s/nº, Município de Francisco Beltrão, Estado de Paraná, classificada em 1º lugar nos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, totalizando o importe de R$ 271.810, 00 (duzentos e setenta e um mil e oitocentos e dez reais).
3.2 RECAPADORA MARRECAS LTDA., pessoa jurídica, com inscrição no CNPJ Nº 05.689.415/0001-38, com sua sede social à Rod. Contorno Norte nº 610, Bairro Padre Ulrico, Município de Francisco Beltrão, Estado de Paraná, classificada em 1º lugar nos itens: 10, 11, 22, 23, totalizando o importe de R$ 38.352, 00 (trinta e oito mil e trezentos e cinquenta e dois reais).

4. Data da Abertura:
4.1 A Licitação Pregão Presencial nº 076/2017 de 17 de agosto de 2017, teve sua abertura em reunião realizada pela Pregoeira no dia 04 de setembro de 2017 às 10:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro.

Planalto, Estado do Paraná, em 04 de setembro de 2017

CARLA FATIMA MOMBACH STURM
Pregoeira

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:FFA299EC

LICITAÇÃO
PREGÃO 076/2017 CONTRATOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017
O Município de Planalto, através do Prefeito Municipal, e considerando o parecer da Pregoeira e equipe de apoio, de conformidade com a ATA de Sessão Pública de Pregão Presencial nº 076/2017, lavrada em 04 de setembro de 2017, **HOMOLOGO** o resultado final do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item de acordo com o abaixo descrito:
OBJETO: Contratação de empresa visando a prestação de serviço de recapagem de pneus, destinado a manutenção regular da frota de máquinas e veículos deste Município de Planalto.
EMPRESA: Recapadora Pardal Ltda.
ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21.
VALOR TOTAL: R$ 271.810,00 (duzentos e setenta e um mil e oitocentos e dez reais).
EMPRESA: Recapadora Marrecas Ltda.
ITENS: 10,11,22,23.
VALOR TOTAL: R$ 38.352,00 (trinta e oito mil e trezentos e cinquenta e dois reais).
DATA: 13 de setembro de 2017

INÁCIO JOSÉ WERLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:7C7B2951

LICITAÇÃO
PREGÃO 086/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO PRESENCIAL" Nº 086/2017
O MUNICIPIO DE PLANALTO, faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123 e complementares, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob nº 086/2017, conforme descrito abaixo:
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica visando a prestação de serviço de arbitragem no campeonato municipal de futsal, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Esportes deste Município de Planalto.
DATA DA ABERTURA: 27 de setembro de 2017– às 09:00 horas.
Maiores informações junto ao Departamento de Licitações em horário de expediente.

INÁCIO JOSÉ WERLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:AD3A12FC

LICITAÇÃO
PREGÃO 087/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO PRESENCIAL" Nº 087/2017
O MUNICIPIO DE PLANALTO, faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123 e complementares, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob nº 087/2017, conforme descrito abaixo:
OBJETO: Contratação de empresa visando a aquisição de material de consumo (alimentação), destinados as necessidades de consumo deste Município de Planalto.
DATA DA ABERTURA: 27 de setembro de 2017– às 14:00 horas.
Maiores informações junto ao Departamento de Licitações em horário de expediente.

INÁCIO JOSÉ WERLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:AA5F6780

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 099, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

APROVA SUBDIVISÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Subdivisão do lote de terra nº 03 da quadra 04, com frente para a Rua Professor Paulo de Oliveira Carvalho, Vila Alto da Boa Vista Pereira, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 02 lotes que doravante passarão a denominarem-se lotes n.º 03 e 03-A, com as seguintes medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

Lote 03 - Quadra 04 – Vila Alto da Boa Vista Pereira
Área: 130,0 m².
Cadastro Imobiliário: 2182-0.
Endereço: Rua Professor Paulo de Oliveira Carvalho, n.º 62.

FRENTE: Para a Rua Professor Paulo de Oliveira Carvalho**,** medindo 5,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote 03-A, medindo 26,00 metros;
FUNDO: Para o Lote 06, medindo 5,00 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote 04, medindo 26 metros.

Lote 03-A - Quadra 04 – Vila Alto da Boa Vista Pereira
Área: 130,0 m².
Cadastro Imobiliário: 6790-0.
Endereço: Rua Professor Paulo de Oliveira Carvalho, n.º 56.
FRENTE: Para a Rua Professor Paulo de Oliveira Carvalho**,** medindo 5,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote 02, medindo 26,00 metros;
FUNDO: Para o Lote 06, medindo 5,00 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote 03, medindo 26,00 metros..

Artigo 2º - Ficam declaradas edificáveis as áreas de terras ora subdivididas, referidas no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (13.09.2017).

FABIO LUIZ ANDRADE
Prefeito

Publicado por:
Roberson Andrade Ribeiro
Código Identificador:12CB7C52

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 100/17

REVOGA DECRETOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Porecatu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam revogados, partir desta data, os Decretos nºs 067/17 e 093/17, sobre a aposentaria da servidora **ANA MARIA CAMARGO COSTA VANZELLA**, matrícula nº 615-07, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, cujo procedimento não foi aceito pelo SIAP do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Artigo 2º - Determina que o setor de Recursos Humanos notifique-a e proceda ao retorno imediato da servidora ao seu posto de serviço.

Artigo 3º - Este Decreto entrara em vigor da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU**,** Estado do Paraná, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (13.09.2017).

FABIO LUIZ ANDRADE
Prefeito

Publicado por:
Roberson Andrade Ribeiro
Código Identificador:571619BE

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 57/2017

OSMAR DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suas atribuições legais e regimentais

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder férias a servidora Elaine Andréia Alcantara Dias Silva, ocupante de cargo de Assessor Administrativo, do quadro de provimento em comissão da Câmara Municipal de Porecatu.

Parágrafo Único - As férias referem-se ao período de aquisição de novembro de 2015 a novembro de 2016, que será gozada de 01 de outubro de 2017 a 20 de outubro de 2017, voltando dia 21 de outubro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 13 de setembro de 2017.

OSMAR DE OLIVEIRA
Presidente

CARLOS HENRIQUE ANDRADE
1º Secretário

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:CD4E66B3

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO NO 01/2017

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU

A Câmara Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, por seu Presidente, Vereador Osmar de Oliveira, usando de suas atribuições legais, resolve divulgar a abertura das inscrições e estabelecer normas para a realização de Concurso Público para provimento de 03 (três) vagas, distribuídas entre os empregos de Assistente Administrativo e Zelador; e formação de Cadastro de Reserva do quadro de pessoal efetivo da Câmara Municipal de Porecatu.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido pelas regras estabelecidas no presente Edital, executado pela Coordenadoria de Processos Seletivos da Universidade Estadual de Londrina – COPS/UEL e destinado a selecionar candidatos para o suprimento de vagas, conforme **subitem 2.3**.

1.2. A seleção de que trata este Edital consistirá de avaliação de conhecimentos por meio de aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, em conformidade com o estabelecido neste Edital, realizada pela COPS/UEL e de Avaliação Médica, de caráter eliminatório, nos termos do **item 14**
do presente Edital, sob responsabilidade da Câmara Municipal de Porecatu.

1.3. As Provas serão aplicadas na cidade de Porecatu-PR, no dia **22 de outubro de 2017**, em local e horário a serem divulgados por meio do **Cartão Informativo** do candidato, disponibilizado no endereço eletrônico
www.cops.uel.br, conforme **subitem 6.13.**

1.4. É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes ao Concurso Público, divulgados na Internet, no endereço eletrônico
www.cops.uel.br, obrigando-se a atender aos prazos e às condições estipulados neste Edital e nos que forem publicados durante o período de validade do Concurso Público.

1.5. O prazo de validade do Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final, no Jornal Oficial do Município de Porecatu, prorrogável por 1 (uma) única vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal de Porecatu.

1.6. Poderá ser atribuído atendimento especial para a realização das provas ao candidato que o solicitar, durante o período de inscrição, desde que justificada a necessidade desse tratamento especial. A solicitação deverá ser efetuada por escrito, na forma e no prazo determinados neste Edital, conforme orientam os **subitens 9.19 e 9.20,** e poderá ser atendida, de acordo com critérios de viabilidade e de razoabilidade, mediante apreciação da COPS/UEL.

1.7. Os candidatos classificados e não convocados às vagas ofertadas por meio deste Edital integrarão Cadastro de Reserva, pelo período de validade do Concurso Público. Entende-se por Cadastro de Reserva o contingente de candidatos habilitados passíveis de convocação pela Câmara Municipal de Porecatu, de acordo com critérios de necessidade, conveniência e oportunidade.

1.8. A inscrição no Concurso Público implicará a aceitação tácita das normas estabelecidas neste Edital e em outros que forem publicados durante a validade do Concurso Público, cujas regras, normas e critérios, obrigam-se os candidatos a cumprir.

1.9. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em 2 (duas) listas, por ordem decrescente de pontos, sendo a primeira uma lista geral, contendo a pontuação de todos os candidatos, inclusive os com deficiência e a segunda lista com a pontuação dos candidatos com deficiência.

1.10. Será admitida a impugnação deste Edital, por meio de requerimento devidamente justificado, dirigido à Câmara Municipal de Porecatu no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da sua publicação.

2. DOS EMPREGOS

2.1. DO REGIME JURÍDICO

O Regime Jurídico para contratação de candidatos aprovados e convocados será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

2.2. DA JORNADA DE TRABALHO

A carga horária de trabalho será de 8 (oito) horas diárias, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas de trabalho, por semana, para todos os empregos.

2.3. REQUISITOS, REMUNERAÇÃO, VAGAS, TAXA DE INSCRIÇÃO E TIPO DE PROVA

Assistente Administrativo	
Requisito/escolaridade	Ensino Médio completo (*)
Remuneração mensal	Vencimento: R$ 1.200,00
Vagas	2 (duas)
Taxa de inscrição	R$ 50,00
Tipo de prova	**Prova Objetiva**

Zelador	
Requisito/escolaridade	Ensino Fundamental completo (*)
Remuneração mensal	Vencimento: R$ 950,00
Vagas	1 (uma)
Taxa de inscrição	R$ 30,00
Tipo de prova	**Prova Objetiva**

(*) Os requisitos de escolaridade quanto ao Ensino Médio e Ensino Fundamental deverão estar devidamente legalizados junto aos órgãos educacionais competentes.

2.4. A descrição sumária das atribuições dos empregos consta no **Anexo I** deste Edital.

3. DO CADASTRO DE RESERVA

3.1. O Cadastro de Reserva será integrado por todos os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público, que poderão ser convocados futuramente para realizar Avaliação Médica e posterior admissão, conforme quantitativo de vagas autorizado.

3.2. A convocação dos integrantes do Cadastro de Reserva obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final dos candidatos aprovados e classificados, de acordo com o disposto no **item 11**.

3.3. A admissão dos candidatos integrantes do Cadastro de Reserva observará todos os procedimentos e critérios estabelecidos neste Edital, inclusive os referentes à Avaliação Médica.

3.4. Quando o número de vagas autorizadas para a convocação de candidatos do Cadastro de Reserva permitir a aplicação do percentual de reserva de vagas previsto neste Edital, serão convocados os candidatos com deficiência classificados.

3.5. A inclusão no Cadastro de Reserva gera, para o candidato, apenas a expectativa de direito à convocação e admissão, ficando reservado à Câmara Municipal de Porecatu o direito de proceder às admissões, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, dentro do prazo de validade do Concurso Público.

4. DAS CONDIÇÕES, DOS REQUISITOS E DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO

4.1. É condição para a admissão:

4.1.1. Aprovação e classificação do candidato no Concurso Público de que trata o presente Edital;

4.1.2. Comparecimento do candidato aprovado e classificado à Câmara Municipal de Porecatu, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de Convocação no Jornal Oficial do Município de Porecatu.

4.2. São requisitos para a admissão no cargo, no ato da convocação:

4.2.1. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

4.2.2. Ser brasileiro e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no Art. 13 do Decreto no 70.436, de 18 de abril de 1972;

4.2.3. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do emprego;

4.2.4. Ter concluído a escolaridade mínima exigida para o emprego, conforme **subitem 2.3** deste Edital.

4.3. Os candidatos aprovados e classificados serão convocados, pela Câmara Municipal de Porecatu, via publicação no Jornal Oficial do Município de Porecatu, obedecida rigorosamente à ordem de classificação final e dentro do prazo de validade do Concurso Público, para apresentarem a documentação necessária à admissão.

4.3.1. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público deverão comunicar à Câmara Municipal de Porecatu eventuais alterações do endereço indicado na inscrição. A não atualização do endereço resulta em prejuízo ao candidato, sem nenhuma responsabilidade para a Câmara Municipal de Porecatu;

4.3.2. O não comparecimento do candidato convocado dentro do prazo indicado no **subitem 4.1.2** pressupõe a desistência de seu direito à admissão, ficando a Câmara Municipal de Porecatu liberada para chamar o candidato aprovado e classificado imediatamente a seguir, para admissão;

4.3.3. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga, ou não atender qualquer requisito ou não apresentar documentação, conforme as condições deste Edital, será considerado desclassificado do Concurso Público.

4.4. São documentos necessários para a apresentação, quando da nomeação:

4.4.1. Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

4.4.2. Carteira de Identidade (RG);

4.4.3. Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP, se possuir;

4.4.4. Cadastro de Pessoa Física (CPF);

4.4.5. Diploma ou Certificado de conclusão de Ensino Médio exigido para o emprego de Assistente Administrativo;

4.4.6. Comprovação de conclusão de Ensino Fundamental exigido para o emprego de Zelador;

4.4.7. Prova de quitação com o Serviço Militar para os candidatos do sexo masculino (Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação);

4.4.8. Título Eleitoral e comprovante de voto da última eleição ou certidão de quitação com as obrigações eleitorais;

4.4.9. Comprovação, no caso de nacionalidade portuguesa, de estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no Art. 13 do Decreto no 70.436, de 18 de abril de 1972;

4.4.10. Declaração de bens atualizada até a data de admissão, na forma da Lei no 8.429/1992;

4.4.11. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos de idade ou incapazes, se for o caso;

4.4.12. 1 (uma) fotografia 3x4 recente;;

4.4.13. Comprovante de residência;

4.4.14. Declaração do órgão público onde esteja ou tenha sido vinculado, informando a situação jurídica, inclusive cargo em comissão, e que não tenha sofrido penalidades por prática de atos desabonadores no exercício da função pública;

4.4.15. Declaração de que não exerce nenhum cargo, emprego ou função pública, em Administração Pública Direta ou Indireta ou em Órgão Público Municipal, Estadual ou Federal, conforme Art. 37, inciso XVI da Constituição Federal de 1988;

4.4.16. Declaração de que não recebe benefício proveniente do regime próprio de previdência social ou de regime geral de previdência social relativo a cargo ou emprego público, excetuados as hipóteses previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal de 1988;

4.4.17. Declaração que não foi demitido por justa causa, por ato de improbidade, ou exonerado a bem do serviço público, devido a processo administrativo ou judicial, nos últimos 8 (oito) anos;

4.4.18. Declaração de que está ciente de que deve comunicar à Câmara Municipal de Porecatu qualquer alteração de situação funcional, que não atenda às determinações legais vigentes, inclusive quanto à acumulação de cargos.

4.5. Os documentos citados nos **subitens 4.4.1 a 4.4.11** deverão ser apresentados por fotocópia acompanhados do original. Os documentos citados nos **subitens 4.4.12 a 4.4.18**, deverão ser apresentados no original, dentro do prazo de validade.

4.6. Os candidatos convocados realizarão Avaliação Médica, nos termos do **item 14**, sob responsabilidade da Câmara Municipal de Porecatu, que comprove a aptidão física e mental para o exercício do cargo.

4.7. Os candidatos convocados considerados inaptos, quando da realização da Avaliação Médica, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.

4.8. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundação mantida pelo Poder Público, deverá – previamente à sua admissão – adequar-se ao disposto nos incisos XVI e XVII do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, informando à Câmara Municipal de Porecatu essa condição, dentro dos prazos estabelecidos.

4.9. A não apresentação dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos para a admissão, ou ainda daqueles documentos que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente ou que forem considerados necessários, impedirá a admissão do candidato e exercício do emprego e implicará a sua eliminação do Concurso Público e a nulidade da aprovação e da classificação.

4.10. Verificada a qualquer tempo a falsidade nos documentos apresentados, o candidato será eliminado do Concurso Público, com nulidade da aprovação e da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais, cíveis e administrativas aplicáveis.

4.11. Para maiores esclarecimentos sobre a documentação exigida para a admissão, acesse o endereço eletrônico www.cmporecatu.pr.gov.br.

5. DA RESERVA DE VAGAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas com deficiência, amparadas pelo Art. 37, inciso VIII da Constituição Federal de 1988, pela Lei Federal no 7.853/1989 e pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal no 5.296, de 2 de dezembro de 2007, e pela Súmula no 377 do STJ e da Lei Municipal no 987/98 , fica reservado o percentual de 2% (dois por cento) das vagas ofertadas por emprego.

5.2. Às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do Art. 37 da Constituição Federal de 1988 e na Lei no 7.853/1989 é assegurado o direito de inscrição para os empregos em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

5.3. Conforme disposto no parágrafo primeiro, do Art. 37 do Decreto Federal no 3.298/1999, fica reservado às pessoas com deficiência o percentual de 2% (dois por cento) das vagas oferecidas por emprego neste Concurso Público e das vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso.

5.4. Nos casos em que os 2% (cinco por cento) corresponderem a menos de 1 (uma) vaga, fica estipulado que haverá arredondamento para 1 (uma) vaga, desde que não supere 20% das vagas por emprego.

5.5. A contagem para aplicação da reserva de vagas ocorre pelas vagas efetivamente ofertadas.

5.6. Para inscrição como pessoa com deficiência, o candidato deverá observar, no momento da inscrição, os procedimentos específicos previstos no **item 8** deste Edital, assecuratórios de tratamento especial a esse grupo, caso contrário não concorrerá às vagas reservadas, mas automaticamente às vagas de ampla concorrência, e não terá direito às prerrogativas asseguradas neste Edital à pessoa com deficiência.

5.7. O candidato inscrito como pessoa com deficiência que não comprovar essa condição perderá o direito às vagas reservadas aos candidatos desse grupo, passando a integrar apenas o grupo de candidatos que pleiteiam as vagas destinadas à ampla concorrência.

5.8. O candidato inscrito como pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, aos critérios de aprovação, à data, ao horário, ao local de aplicação das provas e à pontuação mínima para aprovação exigida para todos os demais candidatos.

5.9. O candidato que for admitido na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de função, remoção, reopção de vaga, redução de carga horária ou alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições e assistência de terceiros no ambiente de trabalho e para o desempenho das atribuições da função.

5.10. O candidato que se inscrever como pessoa com deficiência concorrerá, além das vagas reservadas por força de lei, também à totalidade das vagas de ampla concorrência. 5.11. Inexistindo candidatos inscritos à vaga reservada à pessoa com deficiência, ou no caso de não haver candidatos aprovados, essa vaga será preenchida pelos demais candidatos de ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

5.11. Inexistindo candidatos inscritos à vaga reservada à pessoa com deficiência, ou no caso de não haver candidatos aprovados, essa vaga será preenchida pelos demais candidatos de ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

5.12. O candidato com deficiência quando convocado para a contratação, ao ser encaminhado para os exames admissionais, deverá apresentar-se portando o laudo médico que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência, para verificação da compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do emprego.

5.13. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Concurso Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

5.14. Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5.15. O candidato aprovado nos Exames Médicos Pré-Admissionais, porém não enquadrado como pessoa com deficiência, caso seja aprovado no Concurso Público, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

5.16. Aplicam-se às pessoas com deficiência as demais regras que regem este Concurso Público.

6. DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO, HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS

6.1. A inscrição no Concurso Público implicará a aceitação tácita das normas estabelecidas neste Edital e em outros editais que forem publicados durante a realização do Concurso Público, cujas regras, normas, critérios e condições obrigam-se os candidatos a cumprir.

6.2. A inscrição poderá ser efetuada a partir das 17h do dia **13 de setembro de 2017** até as 23h do dia **2 outubro de 2017**, somente via Internet, no endereço eletrônico da COPS/UEL
www.cops.uel.br, em cujo sítio existirá um *link* com o formulário destinado à inscrição, que deverá ser devidamente preenchido pelo candidato. Ao final da inscrição, o candidato deverá imprimir o boleto bancário para o pagamento da taxa de inscrição.

6.3. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pelo emprego, observada a oferta de vagas constante no subitem 2.3 deste Edital.

6.4. Não serão aceitas solicitações de mudança de opção de emprego após efetivada a inscrição, sendo a opção de exclusiva responsabilidade do candidato, no ato da inscrição.

6.5. No caso de múltiplas inscrições, será considerada a última inscrição paga pelo candidato. Para as inscrições pagas no mesmo dia, será considerada a última efetivada no sistema.

6.6. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **3 de outubro de 2017**, em qualquer uma das agências bancárias da Caixa Econômica Federal, Lotéricas ou Correspondentes Caixa Aqui.

6.7. Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deve inteirar-se das regras deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá, até a data da admissão, todos os requisitos exigidos para o emprego. Não haverá a devolução do valor da taxa de inscrição após a sua efetivação, quaisquer que sejam os motivos e mesmo que o candidato não compareça às provas.

6.8. A inscrição somente será aceita após a confirmação do pagamento do valor inerente à taxa de inscrição, não se responsabilizando a Câmara Municipal de Porecatu nem a COPS/UEL pelo não recebimento da confirmação bancária do recolhimento do valor da taxa de inscrição.

6.9. Após 5 (cinco) dias úteis do efetivo pagamento do boleto bancário, o candidato poderá acompanhar, no endereço eletrônico
www.cops.uel.br, a situação de sua inscrição, devendo, se houver alguma divergência, entrar em contato com a COPS/UEL, Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, Km 380, Caixa Postal 10.011, CEP 86.057-970, Londrina-PR, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 14h às 17h, ou pelo telefone (43) 3371-4740.

6.10. A homologação das inscrições, com a publicação da relação geral de inscritos será divulgada no dia **9 de outubro de 2017**, às **17h**, no endereço eletrônico
www.cops.uel.br, contendo informações sobre as inscrições.

6.11. Na hipótese de dados cadastrais digitados incorretamente no ato da inscrição (no de documentos de identificação e/ou endereço), o candidato deverá informar quais alterações devem ser procedidas, mencionando também os dados que identificam a sua inscrição, por meio do *e-mail*
cops@uel.br, aos cuidados da COPS/UEL, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação da relação geral de candidatos inscritos.

6.12. O candidato cujo nome não constar na relação geral de candidatos inscritos deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação da relação, enviar cópia escaneada do boleto bancário juntamente com o comprovante de pagamento, para o *e-mail* cops@uel.br.

6.13. A COPS/UEL disponibilizará, a partir das **17h** do dia **16 de outubro de 2017**, no endereço eletrônico
www.cops.uel.br, o Cartão Informativo do candidato para consulta e impressão, no qual estarão indicados o local e o horário de realização das provas. É de exclusiva responsabilidade do candidato a obtenção do Cartão Informativo por meio de impressão.

7. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1. Haverá isenção do valor total da taxa de inscrição para o candidato que, cumulativamente:

a) Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto Federal no 6.135, de 26 de junho de 2007;
b) For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal no 6.135, de 2007.
7.2. Para estar inscrito no Cadastro Único, é necessário que o candidato tenha efetuado o cadastramento junto ao órgão gestor do Cadastro Único do Município em que reside.
7.3. O cadastro e o respectivo Número de Inclusão Social – NIS do candidato deverão estar devidamente identificados e confirmados na base de dados do CadÚnico até a data da sua inscrição no Concurso.
7.4. Não será concedida a isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que não atenda ao disposto no **subitem 7.1**.
7.5. É da inteira responsabilidade do candidato procurar o órgão gestor do CadÚnico do seu Município para a atualização do seu cadastro na base de dados.
7.6. Para a realização do pedido de isenção do pagamento da respectiva taxa de inscrição, o candidato deverá preencher o Requerimento de Isenção, apresentado no endereço eletrônico www.cops.uel.br e salvá-lo de acordo com as orientações constantes do formulário. No Requerimento, deverá indicar, além do NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal, os seguintes dados: nome completo sem abreviações; data de nascimento; sexo; número do documento de identidade; data de emissão do documento de identidade; sigla do órgão emissor do documento de identidade; número do CPF; nome completo da mãe.
7.7. O candidato solicitante da isenção da taxa de inscrição deverá firmar declaração, no Requerimento de Isenção, de que atende à condição estabelecida na letra "b" do subitem 7.1.
7.8. Os dados informados pelo candidato, no ato da inscrição, deverão ser exatamente iguais aos que foram declarados ao órgão gestor do CadÚnico.
7.9. Não serão analisados os pedidos de isenção sem a indicação do número correto do NIS e, ainda, aqueles que não contenham as informações suficientes e corretas para a identificação do candidato na base de dados do órgão gestor do CadÚnico ou que não atendam ao estabelecido no presente item.
7.10. O pedido de isenção poderá ser efetuado no período compreendido entre as 17h do dia **13 de setembro de 2017** e as 23h do dia **14 de setembro de 2017**.
7.11. As informações prestadas no Requerimento de Isenção serão de inteira responsabilidade do candidato.
7.12. A COPS/UEL consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
7.13. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do Art. 10 do Decreto Federal no 83.936, de 6 de setembro de 1979.
7.14. Serão desconsiderados os pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição do candidato que omitir informações relevantes/necessárias/essenciais ou prestar informações inverídicas.
7.15. Será desconsiderado o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que já tenha efetuado o pagamento da taxa de inscrição.
7.16. Não serão analisados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não preencham as condições para sua concessão, seja qual for o motivo alegado.
7.17. A relação dos candidatos com pedidos de isenção deferidos ou indeferidos será disponibilizada na internet, no endereço eletrônico www.cops.uel.br até as 17h do dia **15 de setembro de 2017**.
7.18. A relação dos candidatos com pedidos de isenção indeferidos, contendo os respectivos motivos do indeferimento, quando for o caso, será divulgada, na Internet, no endereço eletrônico www.cops.uel.br, simultaneamente à divulgação dos pedidos de isenção deferidos.
7.19. O candidato cujo pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição tenha sido indeferido poderá apresentar recurso contra o indeferimento no primeiro dia útil posterior à divulgação de que trata o **subitem 7.17**, pela Internet, no endereço eletrônico www.cops.uel.br.
7.20. O resultado da análise de eventuais recursos apresentados será dado a conhecer, via Internet, no endereço eletrônico www.cops.uel.br até as **17h** do dia **20 de setembro de 2017**.
7.21. Os candidatos cujos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição forem deferidos deverão preencher o Formulário de Inscrição no endereço eletrônico www.cops.uel.br e imprimir o comprovante de inscrição até as 23 horas do dia **2 de outubro de 2017**.
7.22. Os candidatos cujos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição forem indeferidos deverão, para efetivar sua inscrição no Concurso, acessar o endereço eletrônico www.cops.uel.br, preencher o Formulário de Inscrição e imprimir o respectivo boleto bancário até as 23h do dia **2 de outubro de 2017** para efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia **3 de outubro de 2017**.
7.23. Os candidatos a que se refere o **subitem 7.22** que não efetuarem o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo estipulado serão automaticamente excluídos do Concurso Público.

8. DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO APLICÁVEIS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

8.1. Além de atender às condições dos **itens 5 e 6**, deste Edital, o candidato que se inscrever como pessoa com deficiência deve, ainda, atender aos procedimentos previstos **neste item**, assecuratórios do tratamento especial previsto neste Edital.
8.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato com deficiência deverá avaliar se a sua deficiência permite o exercício da atividade profissional, conforme as atribuições do emprego, constantes no **Anexo I** deste Edital.
8.3. Ao efetuar a inscrição no Concurso Público como pessoa com deficiência, o candidato adere às regras deste Edital e automaticamente fica ciente, para todos os efeitos e fins de Direito, que, se aprovado e classificado, será submetido, previamente à nomeação, a procedimento de avaliação da sua condição de pessoa com deficiência.
8.4. O candidato com deficiência, conforme estabelecido no **item 5**, deverá declarar essa condição ao efetivar sua inscrição até as **23h** do **2 de outubro de 2017**, e deverá enviar, obrigatoriamente, até o dia **3 de outubro de 2017**, à COPS/UEL, Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, Caixa Postal 10.011, CEP 86.057-970, Londrina - PR, por meio do correio, via SEDEX, o laudo médico atestando a espécie e o grau ou o nível de deficiência, sendo de caráter obrigatório o código correspondente conforme a Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência **ou** entregá-lo, pessoalmente, na Divisão de Protocolo e Comunicação da UEL, observando o mesmo prazo.
8.5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição de acordo com o disposto no **subitem 8.4** terá sua inscrição processada como candidato não deficiente, não cabendo a interposição de recurso nesta hipótese.
8.6. A COPS/UEL não se responsabiliza pelo não recebimento do laudo médico, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o encaminhamento da correspondência junto às Agências de Correio.
8.7. A solicitação de condições especiais para a realização das provas será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, mediante apreciação da COPS/UEL.

9. DA PROVA OBJETIVA

9.1. As provas serão aplicadas no dia **22 de outubro de 2017**, com início às **14h**, nos locais a serem divulgados no **Cartão Informativo** dos candidatos, conforme **subitem 6.13.**
9.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova, com antecedência necessária, munido de lápis, borracha e caneta esferográfica transparente com tinta preta ou azulescura e, **obrigatoriamente**, de **DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO EM VIA ORIGINAL**, conforme **subitem 9.3**. Os portões de acesso serão abertos às 13h20min e fechados, impreterivelmente, às 14h, ficando impedido de ingressar o candidato que chegar ao local de prova após o horário estipulado, independentemente do motivo, ainda que por força maior ou caso fortuito.
9.3. O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato munido de 1 (um) dos documentos abaixo discriminados, apresentando forma legível, em via original e dentro do prazo de validade, se for o caso:
a) Carteira de Identidade Civil (RG);
b) Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei no 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro;

c) Carteira de identidade fornecida por órgão ou conselho de representação de classe;
d) Passaporte brasileiro;
e) Carteira Profissional;
f) Certificado de Reservista;
g) Carteiras de Identificação das Forças Armadas (Aeronáutica, Exército ou Marinha);
h) Carteira de Identidade de Estrangeiros emitida no Brasil.
9.4. Não serão aceitos como documentos de identidade para o ingresso na sala de prova: CPF, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação sem foto, carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.
9.5. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento de identidade.
9.6. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documentos de identidade original, por motivo de roubo, furto ou extravio, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência expedido em órgão policial, no máximo, há 90 (noventa) dias, sob pena de ficar impedido de realizar a prova.
9.7. Não haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no **Cartão Informativo** do candidato.
9.8. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, uso de calculadoras ou similares, uso de aparelhos eletrônicos (telefone celular, *bip*, *walkman*, *notebook*, receptor, *palmtop*, *tablet*, gravador e outros similares) que possam comprometer a segurança do Concurso Público, bem como livros, réguas de cálculo, cadernos, apostilas, dicionários, rascunhos ou outros materiais de consulta.
9.9. Caso o candidato porte quaisquer aparelhos eletrônicos mencionados no **subitem 9.8**, deverá desligálos e colocá-los sob a carteira. O descumprimento da presente prescrição implicará a eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.
9.10. Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização de gorros, bonés, óculos escuros e relógios, bem como o porte de chaves, carteiras e armas, que deverão ser guardados pelos candidatos em local que impeça a sua visibilidade.
9.11. O não comparecimento do candidato à prova implicará sua eliminação do Concurso Público.
9.12. O candidato que usar de atitudes de desacato ou desrespeito com qualquer dos fiscais ou responsáveis pela aplicação das provas, bem como aquele que descumprir o disposto nos **subitens 9.8 a 9.10** deste Edital, será excluído do Concurso Público.
9.13. A duração das provas será de 3 **(três) horas**, incluído aí o tempo para o preenchimento do Cartão- -Resposta. O controle do tempo de aplicação da prova e as informações a respeito do tempo transcorrido, durante a realização das prova, serão de responsabilidade dos fiscais de sala.
9.14. O tempo de duração das prova poderá ser acrescido em, no máximo, 1 (uma) hora para os candidatos que tenham requerido tempo adicional para a realização das provas, desde que o pedido tenha sido deferido, na forma do disposto no **subitem 9.19.**
9.15. É de responsabilidade do candidato comparecer ao local de provas, no horário estipulado no **subitem**
9.2, para o início da realização das provas, observados os **subitens 9.2 a 9.6** bem como observar o tempo destinado à realização das provas, conforme **subitens 9.13 e 9.14**.
9.16. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas após 1 (uma) hora do início das provas, devendo, antes de se retirar do recinto da sala, entregar aos aplicadores, o Caderno de Prova e o Cartão-Resposta.
9.17. Ao final do tempo destinado à realização das provas, em cada sala, é obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, os quais deverão assinar a ata de encerramento da aplicação das provas, naquela sala.
9.18. Durante a aplicação das provas, não será permitido ao candidato ausentar-se do recinto da sala, a não ser em caso especial e desde que acompanhado por 1 (um) componente da equipe de aplicação das provas.
9.19. O candidato com deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial durante a realização da prova (tempo adicional de, no máximo, 1 (uma) hora para a realização da prova, prova ampliada ou a presença de ledor, ou outro tratamento diferenciado), deverá preencher o formulário "Requerimento de atendimento especial para o dia da prova", no período de **13 de setembro de 2017** a **2 de outubro de 2017**, disponível nos passos da inscrição via Internet, e, até o dia **3 de outubro de 2017**, enviá-lo pelo correio, via SEDEX, à COPS/UEL, Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, Caixa Postal 10.011, CEP 86.057-970, Londrina-PR, **ou** entregá-lo, pessoalmente, na Divisão de Protocolo e Comunicação da UEL. O candidato deverá apresentar justificativa acompanhada, obrigatoriamente, de parecer favorável emitido por especialista na área de sua deficiência/necessidade.
9.20. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá preencher o formulário "Requerimento de atendimento especial para o dia da prova", no período de **13 de setembro de 2017** a **2 de outubro de 2017**, disponível nos passos da inscrição via Internet, e, até o dia **3 de outubro de 2017**, enviá-lo pelo correio, via SEDEX, à COPS/UEL, Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, Caixa Postal 10.011, CEP 86.057-970, Londrina-PR, **ou** entregá-lo, pessoalmente, na Divisão de Protocolo e Comunicação da UEL. A candidata deverá levar um acompanhante, que ficará em local reservado para essa finalidade e que será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.
9.21. O candidato que não fizer a solicitação, de acordo com o disposto nos **subitens 9.19 e 9.20**, não receberá atendimento especial.
9.22. As solicitações descritas nos **subitens 9.19 e 9.20** serão atendidas dentro do princípio da razoabilidade.
9.23. Visando preservar a segurança e a credibilidade do Concurso Público, por ocasião da aplicação das provas, todos os candidatos inscritos serão identificados por coleta da impressão digital.
9.24. Será aplicada prova com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do **Anexo II** deste Edital, sendo as questões de múltipla escolha (a, b, c, d) distribuídas de acordo com os quadros a seguir:

Para o Emprego de Assistente Administrativo

Área de Conhecimento	**Questões**
Língua Portuguesa	10
Matemática	**5**
Informática	**5**
Conhecimentos Específicos	**10**
Total de Questões	**30**

Para o Emprego de Zelador

Área de Conhecimento	**Questões**
Língua Portuguesa	10
Matemática	10
Conhecimentos Específicos	10
Total de Questões	**30**

9.25. Cada questão objetiva valerá 1 (um) acerto.
9.26. As respostas às questões objetivas deverão ser transcritas para o Cartão-Resposta com caneta esferográfica com tinta preta ou azul-escura, devendo o candidato assinalar 1 (uma) única resposta para cada questão.
9.27. As respostas às questões objetivas da prova, lançadas no Cartão-Resposta, serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.
9.28. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
9.29. O candidato é responsável pelo correto preenchimento do Cartão-Resposta e por sua conservação e integridade, pois em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão, salvo em caso de defeito de impressão.
9.30. Para a obtenção do resultado da Prova Objetiva, serão observados os seguintes critérios:
1o CRITÉRIO: Serão considerados aprovados todos os candidatos que apresentarem, no conjunto das questões, total de acertos igual ou superior a 15 (quinze). Serão automaticamente excluídos do Concurso Público os candidatos que não obtiverem o número mínimo de acertos previsto neste item.
2o CRITÉRIO: Os candidatos aprovados na prova, conforme o **1o critério**, serão classificados de acordo com o resultado do somatório de pontos obtidos após a aplicação das seguintes fórmulas:

Para o Emprego de Assistente Administrativo

ÁREA DE CONHECIMENTO	FÓRMULA	PONTOS MÁXIMOS
Língua Portuguesa	no de acertos x peso 3	30
Matemática	no de acertos x peso 3	15
Informática	no de acertos x peso 3	15
Conhecimentos Específicos	no de acertos x peso 4	40
Total de Pontos da Prova		**100**

Para o Emprego de Zelador

ÁREA DE CONHECIMENTO	FÓRMULA	PONTOS MÁXIMOS
Língua Portuguesa	no de acertos x peso 3	30
Matemática	no de acertos x peso 3	30
Conhecimentos Específicos	no de acertos x peso 4	40
Total de Pontos da Prova		**100**

9.31. Os candidatos aprovados, por emprego, identificados por número de inscrição e nome, serão classificados em ordem decrescente de acordo com o número de pontos obtidos na prova, após a aplicação do **2o critério** previsto no **subitem 9.30**, com observância do disposto no **subitem 1.9**.

10. DOS RECURSOS

10.1. No dia **23 de outubro de 2017**, **às 17h**, serão divulgados a prova e o gabarito oficial provisório das questões objetivas, no endereço eletrônico
www.cops.uel.br.

10.2. A partir da divulgação do gabarito provisório da Prova Objetiva, terá o candidato o prazo de 2 (dois) dias úteis para interpor recurso, na forma descrita no subitem 10.5, utilizando-se de formulário específico que estará disponível no endereço eletrônico www.cops.uel.br.

10.3. Serão admitidos recursos relativos ao gabarito provisório, à formulação e ao conteúdo das questões da Prova Objetiva, desde que devidamente fundamentados.

10.4. Na hipótese de não coincidirem as datas de publicação dos Editais na Internet, no endereço eletrônico www.cops.uel.br, e no Jornal Oficial do Município de Porecatu, será considerada, para fins de aferição da tempestividade do recurso, a data de publicação do Edital no endereço eletrônico da COPS/UEL.

10.5. Para interpor os recursos previstos no **subitem 10.3**, via Internet o candidato deverá utilizar-se de formulário específico que estará disponível no endereço
www.cops.uel.br, por meio do qual deverá expor com precisão a matéria ou o ponto de insurgência, mediante razões claras, objetivas, consistentes e fundamentadas, devendo o candidato utilizar 1 (um) formulário para cada questão.
Formulários contendo mais de 1 (uma) questão não serão aceitos. Para finalizar o procedimento, o candidato deverá clicar em salvar e, caso queira, imprimir cópia do recurso a título de comprovação.

10.6. Os recursos interpostos fora de prazo não serão admitidos nem analisados no mérito.

10.7. Os recursos que não estiverem redigidos no formulário específico, conforme **subitem 10.5**, bem como os que forem encaminhados por via postal, Sedex, fax ou correio eletrônico, não serão admitidos nem analisados.

10.8. Os recursos referentes às Provas Objetivas serão apreciados pela COPS/UEL. O resultado será dado a conhecer mediante a publicação dos gabaritos oficiais definitivos a serem publicados no endereço eletrônico
www.cops.uel.br, às **17h** do dia **7 de novembro de 2017**. As respostas dos recursos estarão à disposição do recorrente no endereço eletrônico www.cops.uel.br, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do gabarito oficial definitivo.

10.9. Se da análise dos recursos contra as questões objetivas resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos presentes, independentemente da formulação de recurso.

10.10. Se houver retificação de alternativa (a, b, c, d) divulgada pelo gabarito provisório como sendo a correta, os efeitos decorrentes serão aplicados a todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido, não se admitindo recurso dessa modificação.

10.11. Não serão admitidos recursos relativos ao preenchimento incompleto, equivocado, em duplicidade ou incorreto do cartão-resposta, nem pelo motivo de resposta que apresenta rasura.

10.12. Apreciados e decididos os recursos, não será concedida revisão, segunda chamada, vistas ou recontagem de pontos.

11. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO PÚBLICO

11.1. A classificação final dos candidatos será publicada, até as **17h,** no dia **9 de novembro de 2017**, após decididos os recursos, mediante edital específico, conforme previsto no **subitem 1.9** deste Edital e publicado no Jornal Oficial do Município de Porecatu, e endereço eletrônico da COPS/UEL,
www.cops.uel.br, servindo como atestado de aprovação, sendo ordenada de acordo com os valores decrescentes das pontuações finais por cargo, número de inscrição e nome.

11.2. A classificação final no Concurso Público será baseada na Pontuação Final (PF) obtida:

EMPREGOS	PONTUAÇÃO FINAL
Assistente Administrativo e Zelador	PF = PO

em que: PO: Pontuação obtida na Prova Objetiva

12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Ocorrendo empate na pontuação final obtida pelos candidatos, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:
a) maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Concurso Público, conforme Art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
b) maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos;
c) maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;
d) maior pontuação nas questões de Matemática;
e) maior pontuação nas questões de Informática, quando couber;
f) maior idade, excetuando-se o critério definido na alínea “a”.

13. DO APROVEITAMENTO

13.1. Os candidatos classificados e não convocados de imediato, integrarão **Cadastro de Reserva**, pelo período de validade do Concurso Público. Entende-se por Cadastro de Reserva o contingente de candidatos habilitados, passíveis de convocação pela Câmara Municipal de Porecatu, de acordo com critérios de necessidade, conveniência e oportunidade.

14. DA AVALIAÇÃO MÉDICA

14.1. Os candidatos aprovados e classificados, quando convocados para admissão, realizarão Exame Médico Pré-Admissional sob responsabilidade da Câmara Municipal de Porecatu, que comprove a aptidão física e mental para o exercício do emprego.

14.2. Os candidatos convocados considerados inaptos, quando da realização do Exame Médico Pré-Admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.

14.3. Os custos para realização do Exame Médico serão por conta da Câmara Municipal de Porecatu.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Caberá à Câmara Municipal de Porecatu homologar o resultado final do Concurso Público, dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação da classificação final.

15.2. A não apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para a admissão e exercício no emprego e o não atendimento das demais condições constitucionais, legais e regulamentares previstas neste Edital, implicará nulidade da aprovação, classificação e perda dos direitos decorrentes.

15.3. Não haverá segunda chamada para realização da prova, implicando, a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, a sua eliminação automática do Concurso Público.

15.4. Todos os atos oficiais referentes ao Concurso Público, normatizados por este Edital, serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico
www.cops.uel.br.

15.5. A aprovação no Concurso Público para formação de Cadastro de Reserva assegura apenas a expectativa de direito à admissão, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, ao exclusivo interesse e conveniência da Câmara Municipal de Porecatu, à rigorosa ordem de classificação e ao prazo de validade do Concurso Público.

15.6. O candidato aprovado e convocado poderá desistir, definitiva ou temporariamente, da admissão, sendo que essa desistência temporária, implicará a renúncia à classificação, passando a posicionar-se em último lugar na lista dos aprovados.

15.7. Os candidatos admitidos estarão sujeitos ao período de 3 (três) anos de estágio probatório para efeitos de estabilidade, nos termos do Art. 6o da Emenda Constitucional no 19/1998.
15.8. Será excluído do Concurso Público, por ato da Câmara Municipal de Porecatu, candidato que prestar declaração falsa ou inexata, em qualquer documento, ou usar de meios ilícitos durante o Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
15.9. Todos os prazos fixados neste Edital correrão a partir da data de suas publicações, excluindo-se o dia da publicação e incluindo-se o dia do vencimento.
15.10. O descumprimento de quaisquer das instruções deste Edital implicará a eliminação do candidato do Concurso Público.
15.11. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à classificação ou às pontuações de candidatos, valendo para tal fim os resultados constantes dos editais publicados no Jornal Oficial do Município de Porecatu, e no endereço eletrônico www.cops.uel.br.
15.12. Não serão dadas, por telefone, informações que constam neste Edital e nos Editais que forem publicados. É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes ao Concurso Público, divulgados na Internet no endereço eletrônico www.cops.uel.br, obrigando-se a atender aos prazos e às condições estipulados neste Edital e nos que forem publicados durante o período de validade do Concurso.
15.13. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração da Câmara Municipal de Porecatu e pela COPS/UEL.

Porecatu, 13 de setembro de 2017.

OSMAR DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Porecatu

ANEXO I – EDITAL No 01/2017
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
NÍVEL MÉDIO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: Receber e protocolar papéis destinados à Câmara Municipal, internos e externos, encaminhando-os à Secretaria Administrativa, para conhecimento imediato do Presidente e demais autoridades do Legislativo. Elaborar e digitar textos que tenham ligação direta aos trabalhos de interesse geral do Legislativo, bem como fazer a revisão e conferência dos mesmos, sob a supervisão e orientação do Presidente da Câmara Municipal, dos Vereadores, do Procurador Jurídico e/ou do Assessor de Orçamento e Contabilidade da Câmara Municipal. Encaminhar para publicação no órgão de publicação dos atos oficiais do Município, assim definido em lei, bem como em jornal local, quando necessário assim for, os atos da Câmara Municipal, mediante orientação do Presidente da Câmara Municipal, do Procurador Jurídico e/ou do Assessor de Orçamento e Contabilidade da Câmara Municipal. Acompanhar as publicações referentes à Câmara Municipal de Porecatu, levando ao conhecimento dos órgãos administrativos interessados, e, quando for o caso, arquivá-los em local próprio e adequado. Fazer redações simples de ofícios, cartas, memorandos, e demais documentos oficiais internos e externos. Colher a assinatura dos Vereadores em proposições, livros, folhas de presenças, atas, e outros documentos análogos. Transcrever atas em livros próprios, registrar as proposições em livros ou fichas, guardar e conservar todas as publicações e documentos da Câmara, manter atualizado em local próprio os arquivos da Câmara já existentes, livros de registros fichários e revistas.
Executar mandados pessoais, prestar informações simples, pessoalmente ou por telefone, quando assim possível, encaminhar e acompanhar visitantes. Receber e transmitir recados, atender vereadores, dirigentes do Poder Executivo (diretores, chefes, secretários), e demais autoridades municipais. Executar os serviços de telefonia e recepção. Cuidar das correspondências e executar outras tarefas correlatas. Exercer outras funções e tarefas afins determinadas pelos superiores imediatos.

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO
ZELADOR
ZELADOR (A): Efetuar o serviço de limpeza e manutenção das dependências internas e externas da Câmara.
Prestar atendimento e serviço de copa, durante o expediente da Câmara, nas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, bem como em reuniões realizadas no recinto do Legislativo, inclusive procedendo a abertura e o fechamento do prédio do Poder Legislativo, as quais podem ser inclusive fora do horário de expediente. Promover à abertura e fechamento diário do prédio da Edilidade. Promover o controle e abastecimento dos materiais indispensáveis ao desenvolvimento dos serviços de copa, limpeza e manutenção, bem como à requisição para aquisição destes. Prestar atendimento receptivo ao público quando requisitado. Executar demais tarefas ligadas à sua área de atuação.

ANEXO II – EDITAL No 01/2017
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
NÍVEL MÉDIO COMPLETO
**Para a legislação constante do Conteúdo Programático, deverão ser consideradas as versões atualizadas até a publicação do presente Edital de abertura do Concurso Público.*
CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

LÍNGUA PORTUGUESA
Compreensão e interpretação de textos, com moderado grau de complexidade. Reconhecimento da finalidade de textos de diferentes gêneros. Localização de informações explícitas no texto. Inferência de sentido de palavras e/ou expressões. Inferência de informações implícitas no texto e das relações de causa e consequência entre as partes de um texto. Distinção entre fato e opinião sobre esse fato. Interpretação de linguagem não verbal (tabelas, fotografias, charges, cartuns, tiras, gráficos, infográficos etc.). Reconhecimento das relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, preposições argumentativas, locuções etc. Reconhecimento das relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuam para sua continuidade. Identificação de efeitos de ironia ou humor em textos variados. Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de pontuação, da exploração de recursos ortográficos e/ou morfossintáticos, de campos semânticos e de outras notações. Identificação de diferentes estratégias que contribuem para a continuidade do texto (anáforas, pronomes relativos, demonstrativos etc.). Compreensão de estruturas temática e lexical complexas. Ambiguidade e paráfrase.
Relação de sinonímia entre uma expressão vocabular complexa e uma palavra.
MATEMÁTICA
Resolução de problemas que envolvam: operações com números inteiros, fracionários, decimais e reais; regra de três simples e composta; porcentagem, juros simples e desconto simples; equações de 1º e 2º graus; inequações do 1º grau; sistemas de equações lineares; sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal (comprimento, massa e temperatura), sistema monetário brasileiro; conjuntos e funções (lineares, quadráticas, exponenciais e logarítmicas); progressões aritméticas e geométricas; relações trigonométricas e o Teorema de Pitágoras; geometria plana e espacial: perímetro, área e volume de figuras geométricas; análise combinatória (princípio fundamental da contagem, permutações simples, arranjos simples e combinações simples) e probabilidade; noções básicas de estatística; gráficos e tabelas.
INFORMÁTICA
Word 2007: formatar, salvar e visualizar arquivos e documentos; alinhar, configurar página e abrir arquivos; copiar, mover e localizar texto; destacar listas, personalizar documentos, inserir símbolos e imagens, trabalhar com tabelas, trabalhar com colunas. **Excel 2007:** formatar planilha, números e fórmulas, funções básicas, impressão e gráficos. **Sistema Operacional Windows:** Trabalhar com arquivos e pastas, trabalhar com programas, gerenciar janelas, procurar informações. **Internet:** Ferramentas de busca, navegar com guias, imprimir e salvar informações.Correio eletrônico.
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:
Legislação Específica do Município de Porecatu (Disponível em www.cmporecatu.pr.gov.br).
Legislação Específica do Município de Porecatu: Lei Orgânica do Município de Porecatu (**Título III, Capítulo II, Seção I a IX)**;

Regimento Interno da Câmara Municipal (**Títulos II, IV, V e VI**). **Gestão e Organização de Documentos:** Noções de arquivologia. Gestão de documentos: protocolos, recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos; classificação, arquivamento e ordenação de documentos. **Redação Oficial:** Linguagem na Comunicação Oficial, estrutura do texto legal, redação e organização do texto legal; Documentos Administrativos (memorando, ofício, despacho, e-mail corporativo); Formas de Tratamento, abreviações, expressões e vocábulos latinos de uso frequente nas comunicações administrativas. **Atendimento ao Público e Ética no Serviço Público:** Atendimento, qualidade no atendimento, relações Interpessoais, reclamações e técnicas de atendimento, características de um bom atendimento, atendimento por telefone, atendimento via Internet; A ética e as morais.

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO
CARGO: ZELADOR
LÍNGUA PORTUGUESA
Compreensão e interpretação de textos informativos, narrativos e de ordem prática (ordens de serviço, memoranos, ofícios etc). Reconhecimento da finalidade de textos de diferentes gêneros. Localização de informações explícitas no texto. Inferência de sentido de palavras e/ou expressões. Inferência de informações implícitas no texto. Interpretação de linguagem não verbal (tabelas, fotografias, charges, cartuns, tiras, gráficos, infográficos etc.). Noções fundamentais de estruturação da frase e do parágrafo como elemento de compreensão de texto. Reconhecimento das relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para sua continuidade. Identificação de efeitos de ironia ou humor em textos variados. Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de pontuação, da exploração de recursos ortográficos, dentre outros. Identificação de diferentes estratégias que contribuem para a continuidade do texto.
MATEMÁTICA
Resolução de problemas que envolvam: operações com números inteiros, fracionários e decimais; múltiplos e divisores; potenciação e radiciação; razão e proporção; regra de três simples e composta; porcentagem; equações de 1º e 2º graus; sistemas de equações lineares; sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal (comprimento, massa e temperatura), sistema monetário brasileiro; formas geométricas básicas: ângulos, perímetro, área e volume de figuras geométricas; relações trigonométricas no triângulo retângulo e o Teorema de Pitágoras; conjuntos; tratamento da informação; gráficos e tabelas.
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Noções de limpeza e higiene. Destinação do lixo. Produtos e utensílios apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Varrição de superfícies diversas. Noções de Higienização (dependências, equipamentos, materiais e utensílios). Equipamentos de Segurança (E.P.I. e E.P.C.). Ética no Serviço Público: comportamento profissional, atitudes no serviço, organização do trabalho, prioridade em serviço. Trabalho em Equipe. Qualidade no Atendimento ao Público: comunicabilidade, apresentação, atenção, cortesia, interesse, presteza, eficiência, tolerância, discrição, conduta, objetividade. Noções de Prevenção de Acidentes e Incidentes. Relações humanas no trabalho.

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:EFFB054F

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 096/2017, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.732, de 13 de dezembro de 2016.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

1100	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
1101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.050	Manutenção dos Postos de Saúde / Atenção Básica	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	200.000,00

Fonte de Recursos - 495 – Saúde – Atenção Básica

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação por Fonte de Recursos.

ARTIGO 3. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (11.09.2017).

FÁBIO LUIZ ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Paulo Pereira
Código Identificador:06C13E5D

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 097/2017, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.732, de 13 de dezembro de 2016.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

0800	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
0802	Divisão de Educação	
2.031	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30	Material de Consumo	30.000,00

Fonte de Recursos - 107 – Educação – Salário Educação

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação por Fonte de Recursos.

ARTIGO 3. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (11.09.2017).

FÁBIO LUIZ ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Paulo Pereira
Código Identificador:9F9AEE0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 06-2017

Súmula: Aprova o Plano de Ação do Sistema Estadual Fundo a Fundo - SIFF 2017 e aprova o Termo de Adesão ao Incentivo Adesão Espontânea.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal de nº 616/1997 e 818/2007 e;
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária realizada em **13/09/2017**.
CONSIDERANDO o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93,

RESOLVE:
Art. 1.º - Aprovar o Plano de Ação do Sistema Estadual Fundo a Fundo - SIFF 2017;
Art. 2.º - Aprovar o Termo de Adesão ao Incentivo Adesão Espontânea – Incentivo Família Paranaense Adesão Espontânea – IFP – AE.

Sala de sessões, em 13 de setembro de 2017.

ELIZETE APARECIDA RODRIGUES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:7B041B4F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004-2017

RESOLUÇÃO N.º004, de 13 de setembro de 2017, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Porto Amazonas

O Conselho Municipal de Saúde, em reunião extraordinária que ocorreu no dia 11 de setembro do corrente ano;

RESOLVE:
Art. 1.º Aprovar o Descritivo do VIGIASUS conforme Resolução SESA 403/2017.

Porto Amazonas, 13 de setembro de 2017.

ANA PAULA LEVANDOSVISKI HAVRECHAKI
Presidente do C.M.S

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:F5CCD9E7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA SEM VENCIMENTOS MICHELE DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 046 de 13 de setembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Requerimento protocolado sob o n° 460/2017.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença sem Vencimentos a Servidora Pública Municipal **MICHELE DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, portadora da CIRG Nº 9.229.721-7 e CPF 052.835.189-30 ocupante do cargo de "Telefonista", matrícula 393, no período de 15 de setembro de 2017 a 15 de setembro de 2018.
Art. 2º Determinar que a Servidora se apresente a Divisão de Recursos Humanos do Município até 30 (trinta) dias após o término do período acima, sob pena de se considerar abandono de emprego.
Art. 3º Garantir à Servidora retorno ao emprego no mesmo nível que ocupa no Quadro de Cargos e Salários.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

ANTONIO ALTAIR POLATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:F07F8FE0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI

TIPO: MENOR VALOR POR ITEM
OBJETO: Registro de preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento, de forma fracionada, de produtos e materiais de limpeza e higiene, embalagens e utensílios domésticos, com entrega no Município de Porto Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência anexo I do instrumento convocatório.
DATA E LOCAL DE ABERTURA: dia 27 de setembro de 2017, às 08 horas e 30 minutos, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná.
VALOR GLOBAL MÁXIMO: ***R$ 155.149,23 (cento e cinquenta e cinco mil cento e quarenta e nove reais e vinte e três centavos).***
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site
www.portoamazonas.pr.gov.br. Informações através do telefone (42) 3256-1122 ou *e-mail*
compras.porto@hotmail.com

Porto Amazonas, 13 de setembro de 2017.

ANTONIO ALTAIR POLATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:8CE73D91

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DE DISPENSA Nº 35/2017

***EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO* 35/2017**

Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA HOSPEDAGEM, SUPORTE E MANUTENÇÃO TÉCNICA DO WEB SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA*

Contratada: **INGÁ PÚBLICA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, inscrito no CNPJ nº 10.540.117/0001-11.

Valor*: R$ 7.980,00 (Sete Mil, Novecentos e Oitenta Reais).*

Fundamento Legal: *Artigo 24, inciso II, da Lei federal 8.666/93.*

Recursos:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2017	50	01.001.01.031.0001.2001	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2017	190	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2017	195	03.002.04.122.0002.2009	510	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2017	200	03.002.04.122.0002.2009	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Prado Ferreira, 12/09/2017.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Cristina Neto
Código Identificador:E68DBAF0

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2017

LICITAÇÃO Nº 111/2017 - DISPENSA Nº 32/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **CISMEPAR-CONS. INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA – CNPJ 00.445.188/0001-81**
OBJETO: **CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE EXAMES - CISMEPAR, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA.**
VALOR GLOBAL: R$ 76.000,00 (Setenta e Seis Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (Doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 13/09/2017

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Cristina Neto
Código Identificador:33524115

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017

PROCESSO Nº 120/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017
O município de Prado Ferreira, torna público, que fica ANULADO o procedimento licitatório nº120/2017, com fulcro no Art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM BANDA, SEGURANÇA DESARMADA, LOCAÇÃO DE TENDA COM FECHAMENTO DE RECINTO E BANHEIROS QUIMICOS DESTINADOS A ATENDER AS FESTIVIDADES DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 28, 29, E 30 DE SETEMBRO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA,** e o faz devido às Previsões na Queda de Arrecadação dos Recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Prado Ferreira, 13 de Setembro de 2017.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Cristina Neto
Código Identificador:503FD706

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO DO LEGISLATIVO N° 028/2017

Súmula: Dispõe sobre nomeação de pessoal do cargo em Comissão da Câmara Municipal e dá outras providências.

O Senhor **CARLOS EDMILSON DE MOURA- Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, que são conferidas pelo Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia, **CARLOS EUGENIO FETZER**, portador do CPF n.º 524.830.459-87, RG n.º 3.636.725-3/PR, do cargo em Comissão de Assessor Parlamentar II, símbolo CCV.

Art. 2° - Este **Decreto** entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA ,em 12 de setembro de 2017 .

CARLOS EDMILSON DE MOURA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Tatiane Cristina Ribas Pepes
Código Identificador:B84C095B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI

LEI N° 1.049, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a parcelar o pagamento de débito tributário resultante de auditoria realizada na Prefeitura Municipal pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente a diferenças não recolhidas ao PASEP.

A Prefeita do Município de Quitandinha, Estado do Paraná.
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte **Lei**:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar o pagamento do débito tributário resultante do Termo de Ciência de Lançamentos e Encerramento Total do Procedimento Fiscal nº 0910100.2017.00219, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente a diferenças a menor constatadas nos recolhimentos mensais ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor – PASEP, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014, no valor global de R$ 407.857,41 (quatrocentos e sete mil e oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos), atualizado até 31 de julho de 2017, em sessenta (60) parcelas mensais.

Art. 2º Os valores das parcelas mensais serão corrigidos por índice oficial adotado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para casos de parcelamentos de que trata esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, em 06 de setembro de 2017.

MARIA JULIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:F5DE7491

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI

LEI N° 1.050, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir mensalmente com a Associação dos Municípios do Paraná – AMP.

A Prefeita do Município de Quitandinha, Estado do Paraná.

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte **Lei**:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir mensalmente com a Associação dos Municípios do Paraná – AMP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 76.694.132/0001/22, entidade estadual de representação dos Municípios do Estado do Paraná.

Art. 2º A contribuição visa assegurar a representação institucional do Município nas esferas administrativas do Estado do Paraná e da União, junto ao Governo Federal e seus Ministérios, Congresso Nacional, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e demais órgãos normativos.
Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput está prevista no Estatuto Social da AMP, aprovado em Assembléia Geral na forma estatutária vigente.

Art. 3º A contribuição a que se refere o art. 2° será na importância de R$ 400,00 (quatrocentos reais), mensais, a partir de janeiro de 2017, sendo atualizado por meio de Assembleia Geral, nos moldes estatutários.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, e se necessário, devidamente suplementadas.

Art. 5º Tanto o Poder Executivo Municipal, quanto o Legislativo, poderão exigir prestação de contas da entidade Associação dos Municípios do Paraná, para fins de repasse de informações aos órgãos competentes.

Art. 6º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data da publicação da presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 9° Esta Lei deverá ser regulamentada em trinta dias após sua vigência.

Gabinete da Prefeita do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, em 06 de setembro de 2017.

MARIA JULIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:F487DFAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 26/2017-PMQ PROCESSO N. 101/2017

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE FORMULA INFANTIL
Com base nas informações constantes do Processo nº. **101/2017**, referente à Dispensa de Licitação nº.**26/2017-PMQ**, bem como no Parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, e em cumprimento aos termos do artigo 24, IV, da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO e RATIFICO a Dispensa nº. **26/2017-PMQ**, referente à contratação da empresa FARINAFARMA LTDA, inscrita sob o CNPJ nº. 12.183.700/0001-48, com o valor global de **R$ 1.317,00 (mil trezentos e dezessete reais),** para AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE FORMULA INFANTIL, fundamentada no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e
Cumpra-se.

Quitandinha, 13/09/2017.

MARIA JULIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adaiane Caroline Knapik
Código Identificador:09FF56EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO

Extrato do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 070/2015-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e **REGINA KAIS**
Objeto: Término de vigência do Contrato.
Data da assinatura: 08/09/2017

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:1D1633CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA

PORTARIA N° 369/2017

A Prefeita do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 515/2001, e Lei Municipal 687/2007, Protocolo nº. 21664/2017,

RESOLVE

Art. 1º Ceder o servidor municipal ANTONIO CARLOS LEMOS, RG. nº. 6.261.979-1/PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para prestação de serviços no referido órgão, de 06/09/2017 até 01/09/2018, sem ônus para o Município.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 06 de setembro de 2017.

Gabinete da Prefeita

MARIA JÚLIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal

EVA DAS NEVES ZEPECHOUKA SOCEK
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:D8529356

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA POR FONTE DE RECURSO

Período: 01/01/2017 até 31/08/2017

Orgão/Unidade/Projeto Atividade/Natureza despesa/Fonte recurso		Orçado	Atualizado	Executado
08	SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL	96.641,00	96.641,00	3.604,15
802	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E	96.641,00	96.641,00	3.604,15

	ADOLESCENTE			
6021	MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E	82.000,00	82.000,00	3.604,15
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	25.000,00	2.262,59
02960 00000	Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00	25.000,00	2.262,59
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00	5.000,00	0,00
02970 00000	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00	30.000,00	1.341,56
02980 00000	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00	30.000,00	1.341,56
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	0,00
02990 00000	Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	2.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	10.000,00	0,00
03000 00000	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	10.000,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	10.000,00	0,00
03010 00000	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	10.000,00	0,00
6022	CONSELHO MUNICIPAL - FMDCA	14.641,00	14.641,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.641,00	6.641,00	0,00
03020 00000	Recursos Ordinários (Livres)	6.641,00	6.641,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00	8.000,00	0,00
03030 00000	Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00	8.000,00	0,00

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:1CC18062

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE PREGÃO N° 53/2017-PMQ – SISTEMA ELETRÔNICO

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE CANTO E INSTRUMENTOS
Local: BLL
Data limite de credenciamento: 28 de setembro de 2017, às 09:30 horas. **Data limite do cadastramento das propostas:** 28 de setembro de 2017, às 10:00 horas. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes **Informações e integra do edital**: Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua Jose de Sá Ribas, 238, Fone 41-36231231, Fax 41-36232118,
licitação2@quitandinha.pr.gov.br.

Quitandinha, 13 de setembro de 2017.

MARIA JULIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Adaiane Caroline Knapik
Código Identificador:E61C613B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO EDITAL CONCORRENCIA PUBLICA N° 01/2017-PMQ

A Prefeita Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, através do presente Edital de Concorrência tipo Melhor Técnica, torna público a todos os interessados, que no dia 07 de novembro de 2017 ás 10:00 horas**,** estará recebendo propostas para outorga de permissão para exploração o serviço de taxi no Municipio de Quitandinha Pr.. Informações e Integra do Edital poderá ser obtido junto à Comissão Municipal de Licitação, no horário de expediente, ou através do telefone 41-3623-1231, ou ainda pelo email
licitação@quitandinha.pr.gov.br, durante o horário de expediente.

Quitandinha, 13 de setembro de 2017.

MARIA JULIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adaiane Caroline Knapik
Código Identificador:83F95E67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 367/07/2017

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal VALDINEI BATISTA, no período de 02/10/2017 á 31/10/2017.

A prefeita Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sra. **SUELY ALVES PEREIRA SILVA** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 08/02/2016 á 07/02/2017 ao Servidor público Municipal **VALDINEI BATISTA**, portador da CI/RG n°5.965.721-6 /PR, inscrito no CPF nº. 835.602.899-04 de conformidade com a Lei Municipal nº. 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº. 303 de 12/09/2017, a serem retiradas no período compreendido entre 02/10/2017 à 31/10/2017.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 12 DE SETEMBRO DE 2017.

SUELY ALVES PEREIRA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marina Tozzo Barbosa
Código Identificador:7BDF0ABF

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 368/07/2017

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal VILSON PEREIRA DA COSTA, no período de 02/10/2017 á 31/10/2017.

A prefeita Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sra. **SUELY ALVES PEREIRA SILVA** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 15/08/2016 á 14/08/2017 ao Servidor público Municipal **VILSON PEREIRA DA COSTA**, portador da CI/RG n°6.263.920-2/PR, inscrito no CPF nº. 195.714.748-27de conformidade com a Lei Municipal nº. 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº.304 de 12/09/2017, a serem retiradas no período compreendido entre 02/10/2017 à 31/10/2017.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 12 DE SETEMBRO DE 2017.

SUELY ALVES PEREIRA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marina Tozzo Barbosa
Código Identificador:44B5592E

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2.017

O Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR comunica aos interessados que fará realizar ás 09h00min do dia 27 de Setembro de 2.017, Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - Tipo Menor preço por Lote**, referente à Aquisição de Materiais de Artesanato (armarinhos, aviamentos, tecidos tintas) e Materiais para

Kits Gestantes, para a Secretaria de Assistência Social, do Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR, conforme especificações no Termo de Referência do Edital.
DATA DA ABERTURA: 27 de Setembro de 2.017 às 09h00min.
LOCAL: Setor de Licitações Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Avenida Paraná nº 530 – Centro CEP: 87.395-000.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus respectivos modelos, anexos, poderão ser solicitados no e-mail licita.rancho@hotmail.com em horário comercial das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, maiores informações deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações no endereço acima mencionado ou pelo telefone (44 - 35561186).

Rancho Alegre D'Oeste - PR, 13 de Setembro de 2.017

SUELI BATISTA ALVES
Pregoeira

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:72CBAD2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVITE

MILTON ANDREOLLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem por meio do presente **CONVIDAR:**

As autoridades, Líderes Comunitários, Representantes de Entidades, bem como o Povo em Geral, para participarem da **II AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR** a realizar-se no dia 03 de outubro de 2017, com início às 19h00min, nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Realeza, sito a Rua Barão do Rio Branco, 3.507, com a finalidade de apresentar à população a **Avaliação Temática Integrada, para avaliação, conhecimento e sugestões.**

Realeza-PR, 13 de setembro de 2017.

MILTON ANDREOLLI
Prefeito

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:FB82AFF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 3.502/17 12/09/2017

MILTON ANDREOLLI, **Prefeito do Município de Realeza**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 1.685/2016, de 01 de novembro de 2016, **DECRETA**:

ART. 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir ao **Orçamento Geral do Município** para o **Exercício de 2017,** um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil),** conforme segue:

07 Secretaria de Saúde Pública	
07.001 Fundo Municipal de Saúde	
10.302.1001.2067 Média/Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
191000303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	
Valor	375.000,00

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar será utilizado o provável excesso de arrecadação do exercício de 2017, conforme ANEXO I (Demonstrativo do Cálculo de Tendência do Excesso de Arrecadação).

Art. 3º- Fica adequado o cronograma de desembolso para o exercício, das fontes que sofreram alterações adicionais através de suplementações orçamentárias utilizando como recurso de crédito o provável excesso de arrecadação.

ART. 4º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

MILTON ANDREOLLI
Prefeito

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:9657DE55

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 205/2017 (VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Promoção de Eventos Maraba Ltda.
OBJETO: Contratação de empresa para locação de talheres, taças, toalhas e capas para cadeira, por ocasião das comemorações de aniversário do município (jantar italiano).
VALOR TOTAL: 8.000,40 (oito mil reais e quarenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 30 de dezembro de 2017.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de setembro de 2017.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Renascença, 13 de setembro de 2017.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Krug
Código Identificador:0877FED5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 206/2017 (VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Marco A Dias Teixeira Eventos.
OBJETO: Contratação de empresa para locação de banheiros químicos.
VALOR TOTAL: 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de setembro de 2017.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Renascença, 13 de setembro de 2017.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Krug
Código Identificador:2E449DF5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2017 – PMR

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 123/2006.

MODALIDADE: Pregão Presencial do tipo menor preço unitário.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais elétricos para manutenção dos prédios públicos e da iluminação pública e material para decoração natalina do Município de Renascença.
CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: das 08:30 às 09:00 do dia 02 de outubro de 2017, no Departamento de Compras e Licitações, da Prefeitura Municipal de Renascença, à Rua Getúlio Vargas, nº 901.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 09:01 do dia 02 de outubro de 2017, junto a sala de reuniões da Administração na Prefeitura Municipal de Renascença - PR.
AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal, no endereço Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro, Fone (46) 3550-8300 (Prefeitura) / 3550-8316 (Departamento de Licitações), Renascença, Estado do Paraná, de 2ª a 6ª feira, nos horários das 08:00 as 11:30, e das 13:30 as 17:30 horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente, e pelo site www.renascenca.pr.gov.br.
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais, no endereço e telefone acima citado.

Renascença, 13 de setembro de 2017.

LUANA KRUG
Pregoeira

Publicado por:
Luana Krug
Código Identificador:EC0C1C8F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N º 276 DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora Sirlene Terezinha Coninck Valandro.

LESSIR CANAN BORTOLI, Prefeito de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 68, item I, da Lei Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015,

R E S O L V E:

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora **Sirlene Terezinha Coninck Valandro,** portadora do R.G. nº 6.268.234-5, inscrita no CPF nº 036.263.049-65**, Professora do Ensino Regular de 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 11 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 11 de setembro de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, 56º ano de Emancipação.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito

Publicado por:
Maria Noemi Loro
Código Identificador:CFB7C03B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N º 277 DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Concede Licença para tratamento de saúde à Conselheira Tutelar Micheli Torres de Mello.

LESSIR CANAN BORTOLI, Prefeito de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 476 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho,

R E S O L V E:

Conceder licença para tratamento de saúde à Conselheira Tutelar **Micheli Torres de Mello,** portadora do R.G. nº10.669.555-5, inscrita no CPF nº 074.952.439-10, **Conselheira Tutelar**, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 21 de agosto a 08 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 21 de agosto de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, 56º ano de Emancipação.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito

Publicado por:
Maria Noemi Loro
Código Identificador:E4C89392

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 087/2017

SÚMULA: "ALTERA O ARTIGO 2º, DO DECRETO Nº 172/2015, QUE INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL DE TRASNPORTE ESCOLAR DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRASNPORTE ESCOLAR - PETE".

Milton José Paizani, Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º, do Decreto nº 172/2015, que institui o Comitê Municipal de Transporte Escolar do Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE, no Município de Rio Negro, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 2º - ...
I - ...
...
Suplente: Luciana Kaiss – RG nº 2.244.574/SC
II - ...
...
Suplente: Jacqueline Souza da Cunha – RG nº 5.647.547-8/PR
III - ...
...
Suplente: Mariles Eles Pszybyla – RG nº 4.225.064-3/PR
IV - ...
Titular: Célia de Jesus do Rocio Heide – RG nº 6.248.758-5/PR
Suplente: Patrícia Baumgartner – RG nº 7.055.464-9/PR
..."

Art. 2º – Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 172/2015.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 12 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:7E2AE863

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 529/2017

Milton José Paizani, Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, a recomendação da Comissão Processante Especial do Processo Administrativo Disciplinar n.º 002/2015,

R E S O L V E:

Art. 1º - Demitir, a partir de 20 de agosto de 2015, a servidora municipal ***Juceli de Fátima Reichardt***, matrícula n.º 1394-3/1, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais B, por infração às disposições dos §1º e §2º, do art. 89 e inciso II, art. 195, da Lei Municipal nº 1.318/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 20/08/2015, nos termos da Decisão exarada no Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2015.

Rio Negro, 11 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C88B536E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 089/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL".

Milton José Paizani, Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 2.792, de 13 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 65.641,32 (sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos) destinados a atender as despesas abaixo relacionadas:

11	**Secretaria M. de Saúde – SMS/Fundo M. de Saúde – FMS**	
003	**Departamento Tecni. Apoio as Ações Saúde – DATS**	
1030400071.079	**Adquirir Veículo para o Fundo Municipal de Saúde**	
4.4.90.52.00	**Equipamentos e Material Permanente**	
Fonte 497	**Vigilância em Saúde**	40.000,00
004	**Departamento de Assistência à Saúde – DAS**	
1030300072.089	**Assistência Farmacêutica**	
4.4.90.52.00	**Equipamentos e Material Permanente**	
Fonte 500	**Bloco de Invest. Rede Serv.Saúde- Port.Nº204/07-GM**	25.641,32

Art. 2º - Os recursos para atender o presente crédito, no valor de R$ 65.641,32 (sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior, apurado de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 3º - Em decorrência do Crédito Adicional previsto neste Decreto, ficam alterados os anexos a ele relacionados da Lei Municipal nº 2.645, de 22 de junho de 2016 e suas alterações, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017, bem como da Lei Municipal nº 2.378, de 04 de dezembro de 2013, e suas alterações, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, para compatibilizá-los com a Lei Municipal nº 2.681, de 07 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa geral do Município de Rio Negro para o exercício financeiro de 2017, e ainda o Decreto 181/2016 de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a Compatibilização da Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício de 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 13 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

WILSON SCHEUER
Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6FD01179

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 532/2017

Milton José Paizani, Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a recomendação da Comissão Processante Especial, do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Demitir, a partir de 13 de setembro de 2017**,** a empregada pública municipal ***Solange de Fátima Alves,*** com matrícula nº 1722-1/1, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 13/09/2017.

Rio Negro, 13 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C9A4B250

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 531/2017

Milton José Paizani, Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 004/2015, do Concurso Público Municipal, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final, pelo Edital nº 014/2015,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a partir da presente data, ***Camila Fidelis Gonçalves Bandeira***, matrícula nº 2580-1/1, para o cargo de Professor PB20, por 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 11/09/2017.

Rio Negro, 11 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:199BF9C4

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI N.º 2790/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO ANEXO DE QUE TRATAM OS ARTIGOS 1º E 2º DA LEI Nº 2378, DE 04/12/2013 - PPA, ALTERADA PELAS LEIS Nº 2399/2014, Nº 2415/2014, Nº 2440/2014, Nº 2446/2014, Nº 2455/2014, Nº 2463/2014, Nº 2474/2014, Nº 2479/2014, Nº 2488/2014, Nº 2505/2015, Nº 2509/2015, Nº 2529/2015, Nº 2535/2015, Nº 2552/2015, Nº 2565/2015, Nº 2579/2015, Nº 2593/2015, Nº 2611/2016, Nº 2620/2016, Nº 2628/2016, Nº 2637/2016, Nº 2642/2016, Nº 2650/2016, Nº 2654/2016, Nº 2664/2016, Nº 2685/2016, Nº 2725/2017, Nº 2729/2017, Nº 2761/2017, Nº 2766/2017 E 2773/2017".

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, **Milton José Paizani**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Altera o Anexo de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei n.º 2378, de 04 de dezembro de 2013, que instituiu o Plano Plurianual - PPA de Governo do Município de Rio Negro, para o período de 2014 a 2017, alterada pelas Leis nº 2399, de 27 de fevereiro de 2014, nº 2415, de 17 de abril de 2014, nº 2440, de 03 de julho de 2014, nº 2446, de 11 de julho de 2014, nº 2455, de 14 de agosto de 2014, nº 2463, de 18 de setembro de 2014, nº 2474, de 09 de outubro de 2014, nº 2479, de 14 de novembro de 2014, nº 2488, de 04 de dezembro de 2014, nº 2505, de 26 de fevereiro de 2015, nº 2509, de 26 de fevereiro de 2015, nº 2529, de 09 de abril de 2015, nº 2535, de 30 de abril de 2015, nº 2552, de 09 de julho de 2015, nº 2565, de 17 de setembro de 2015, nº 2579, de 22 de outubro de 2015, nº 2593, de 10 de dezembro de 2015, nº 2611, de 04 de fevereiro de 2016, nº 2620, de 17 de março de 2016, nº 2628, de 14 de abril de 2016, nº 2637, de 31 de maio de 2016, nº 2642, de 09 de junho de 2016, nº 2650, de 07 de julho de 2016, nº 2654, de 28 de julho de 2016, nº 2664, de 06 de outubro de 2016, nº 2685, de 08 de dezembro de 2016, nº 2725, de 26 de janeiro de 2017, nº 2729, de 23 de fevereiro de 2017, nº 2761, de 07 de junho de 2017, nº 2766, de 28 de junho de 2017 e nº 2773, de 24 de julho de 2017, dando nova redação ao anexo, que passa a fazer parte integrante da referida Lei, referente a:
VI – Resumo metas das ações.
Parágrafo único – Com a alteração do Anexo citado no *caput* deste artigo fica o Executivo autorizado a alterar e compatibilizar todos os outros anexos.
Art. 2º - Ficam inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 2378/2013 e suas alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 13 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

WILSON SCHEUER
Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:73C2857E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI N.º 2791/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES E INCLUSÕES DE ITENS NAS SEÇÕES DOS ANEXOS I E II, DE QUE TRATA O ARTIGO 11 DA LEI Nº 2645-LDO, DE 22/06/2016, ALTERADA PELAS LEIS Nº 2666/2016, Nº 2726/2017, Nº 2730/2017, Nº 2762/2017, Nº 2767/2017 E Nº 2774/2017".

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, **Milton José Paizani**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera as Seções do Anexo I, das Metas e Prioridades da Administração Municipal, previstas no artigo 11 da Lei nº 2645, de 22 de junho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano 2017 - LDO e dá outras providências, alterada pelas Leis nº 2666, de 06 de outubro de 2016, nº 2726, de 26 de janeiro de 2017, nº 2730, de 23 de fevereiro de 2017, nº 2762, de 07 de junho de 2017, nº 2767, de 28 de junho de 2017, e nº 2774, de 24 de julho de 2017, que passam a ter nova redação.
Parágrafo único – Com a alteração do Anexo citado no caput deste artigo, fica o Executivo autorizado a alterar todos os outros anexos e compatibilizá-los.

Art. 2º - Altera ainda o Resumo das Metas das Ações previstas no Anexo II, de que trata o Artigo 11 da Lei nº 2645/2016 e suas alterações.

Parágrafo único – Com a alteração do Anexo citado no caput deste artigo, fica o Executivo autorizado a alterar todos os outros anexos e compatibilizá-los.

Art. 3º - Ficam inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 2645/2016 e suas alterações.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 13 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

WILSON SCHEUER
Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B8BD4BB7

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI Nº 2792/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL".

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu **Milton José Paizani**, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 65.641,32 (sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um

reais e trinta e dois centavos) destinados a atender as despesas abaixo relacionadas:

11	**Secretaria M. de Saúde – SMS/Fundo M. de Saúde – FMS**	
003	**Departamento Tecni. Apoio as Ações Saúde – DATS**	
1030400071.079	**Adquirir Veículo para o Fundo Municipal de Saúde**	
4.4.90.52.00	**Equipamentos e Material Permanente**	
Fonte 497	**Vigilância em Saúde**	40.000,00
004	**Departamento de Assistência à Saúde – DAS**	
1030300072.089	**Assistência Farmacêutica**	
4.4.90.52.00	**Equipamentos e Material Permanente**	
Fonte 500	**Bloco de Invest. Rede Serv.Saúde- Port.Nº204/07-GM**	25.641,32

Art. 2º - Os recursos para atender o presente crédito, no valor de R$ 65.641,32 (sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior, apurado de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 13 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

WILSON SCHEUER
Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:BF4197FF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI Nº 2793/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu **Milton José Paizani**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 301.822,55 (trezentos e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos) destinados a atender as despesas abaixo relacionadas:

03	**Procuradoria Geral do Município – PGM**	
002	**Assessoria Jurídica – AJ**	
0309100022.005	**Manutenção da Assessoria Jurídica**	
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	17.000,00
10	**Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA**	
002	**Departamento de Agropecuária – DAG**	
2060800062.094	**Infra-estrutura Agropecuária**	
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	13.000,00
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	5.000,00
11	**Secretaria M. de Saúde – SMS/Fundo M. de Saúde – FMS**	
001	**Gabinete do Gestor do Fundo – GG**	
1012200072.086	**Controle Social**	
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 334	**FMS/Qualificação Conselhos Saúde**	1.144,52
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 334	**FMS/Qualificação Conselhos Saúde**	2.020,00
13	**Secretaria Mun. Obras, Serviços Urbanos e Habitação - SOSUH**	
002	**Departamento de Urbanismo e Serviços Públicos – DUSP**	
1545200022.053	**Núcleo de Serviços Urbanos**	
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	13.000,00
2575200022.055	**Iluminação Pública**	
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 507	**COSIP – Contribuição de Iluminação Pública**	180.025,56
003	**Departamento de Obras Públicas – DOP**	
1545100022.056	**Execução e Manutenção de Obras Públicas**	
3.1.90.16.00	**Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	18.000,00
004	**Departamento Rodoviário Municipal – DRM**	
2678200022.057	**Manutenção e Controle da Frota Municipal**	
3.1.90.16.00	**Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	3.000,00
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	23.000,00
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	5.000,00
005	**Fundo Municipal de Trânsito – FMT**	
1545100022.058	**Fundo Municipal de Trânsito**	
4.4.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 512	**CIDE (Lei 10866/04, Art. 1º B)**	21.632,47

Art. 2º – Os recursos para atender o presente crédito, no valor de R$ 164.020,00 (cento e sessenta e quatro mil e vinte reais), apurados de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320/64 decorrerão do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações:

11	**Secretaria M. de Saúde – SMS/Fundo M. de Saúde – FMS**	
001	**Gabinete do Gestor do Fundo – GG**	
1012200072.086	**Controle Social**	
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 334	**FMS/Qualificação Conselhos Saúde**	2.020,00
13	**Secretaria Mun. Obras, Serviços Urbanos e Habitação - SOSUH**	
001	**Gabinete de Assessoramento – GA**	
1545200021.095	**Revisar e Atualizar o Plano Diretor**	
4.4.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	20.000,00
4.4.90.52.00	**Equipamentos e Material Permanente**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	10.000,00
1545200022.051	**Serviço de Administração Geral – Obras e Serviços Urbanos**	
3.1.90.05.00	**Outros Benefícios Previdenciários do Servidor e do Militar**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	4.000,00
3.1.90.11.00	**Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	1.000,00
3.1.90.16.00	**Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	11.000,00
2678200022.052	**Terminal Rodoviário**	
3.1.90.05.00	**Outros Benefícios Previdenciários do Servidor e do Militar**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	2.000,00
3.1.90.11.00	**Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	7.000,00
002	**Departamento de Urbanismo e Serviços Públicos – DUSP**	
1545200022.053	**Núcleo de Serviços Urbanos**	
3.1.90.11.00	**Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	7.000,00
2575200022.055	**Iluminação Pública**	
3.3.90.47.00	**Obrigações Tributárias e Contributivas**	
Fonte 507	**COSIP – Contribuição de Iluminação Pública**	50.000,00
4.4.90.52.00	**Equipamentos e Material Permanente**	
Fonte 507	**COSIP – Contribuição de Iluminação Pública**	50.000,00

Art. 3º - Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 35.732,54 (trinta e cinco mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior, apurado de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 4º - Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 102.070,01 (cento e dois mil, setenta reais e um centavo), decorrerão de Excesso de Arrecadação, apurado de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 13 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

WILSON SCHEUER
Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:02DF7A64

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - 25/09/2017

A Prefeitura Municipal de Rio Negro convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, a ser realizada, no dia 25 (vinte e cinco) de setembro de 2017, às 19 horas, tendo como local o Plenário da Câmara de Vereadores de Rio Negro, sito a Av. Saturnino Olinto, nº 1851, Edifício Azaléia, para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre do Exercício de 2017, previsto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D8431D08

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - 27/09/2017

A Prefeitura Municipal de Rio Negro convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para demonstração e avaliação da Lei Orçamentária Anual – LOA para o Exercício 2018 e do Plano Plurianual – PPA para os exercícios de 2018-2021.

A referida audiência será realizada, no Cine Teatro Antônio Cândido do Amaral, na Sede da Prefeitura, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Bairro Seminário, no dia 27 de setembro de 2017, às 16:00 horas.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8419CACE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 3.820, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

SÚMULA: Proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água e energia elétrica façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam as empresas de concessão de serviços públicos de água e energia elétrica, proibidas de cortar o fornecimento residencial de seus serviços, por falta de pagamento de suas respectivas contas, às sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e no último dia útil anterior a feriado.

Art. 2º. As empresas tratadas no art. 1º, deverão afixar placa informativa sobre as proibições estabelecidas pela presente lei, contendo os seguintes dizeres: "Ficam as empresas de concessão de serviços públicos de água e energia elétrica, proibidas de cortar o fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de suas respectivas contas, às sextas-feiras, sábados, domingos e feriados e no último dia útil anterior ao feriado".

Parágrafo único. A referida placa não poderá ter tamanho inferior a 30 cm de comprimento por 30 cm de largura, devendo constar a numeração da respectiva lei.

Art. 3º. Ficará a cargo do PROCON a responsabilidade de fiscalização e cumprimento desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor em 30 (trinta) dias de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 de Setembro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO
Prefeito Municipal

CARLOS FREDERICO VIANA REIS
Procurador Geral do Município

Autógrafo Nº 033/2016
Ref.: Projeto de Lei Ordinária nº 036/2017
Autor: Poder Legislativo

Publicado por:
Sibele Viana de Almeida Senda
Código Identificador:C78BC895

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 8.644, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

SÚMULA: Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas por lei, em especial o Art. 135 da Lei Orgânica do Município e a Lei nº 3.258, de 29 de Outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS**, com a finalidade de proceder ao levantamento e avaliação de bens de propriedade desta Municipalidade para fins de alienação.

§ 1º. A Comissão será integrada pelos seguintes membros:

I – **RODIRLEI AZEREDO CAMPI**, T.G.M., matrícula nº 32.199-7;
II – **SIBELE VIANA DE ALMEIDA SENDA**, T.G.M., matrícula nº. 2.003-6;
III – **LUCIANO ANTONIO DE OLIVEIRA,** T.G.M., matrícula nº. 32.012-5;

§ 2º. A Presidência dos trabalhos competirá ao servidor indicado no inciso I do parágrafo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

§ 3º. Integram a Comissão, na condição de suplentes os servidores:

I- 1ª Suplente: **Avahy Noronha Filho**, T.G.M., matrícula nº. 30.099-0;
II- 2ª Suplente: **JOSÉ GALBERO JUNIOR**, Analista de Suporte de Informática, matrícula nº 33.306-9;
III- 3ª Suplente: **PAULO HENRIQUE RODRIGUES DE PAULA**, T.S.P. - B, matrícula nº 32.664-0;

Art. 2º. A comissão apresentará relatório de avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o à Secretaria de Administração para as demais providências necessárias.

Art. 3º. As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 de Agosto de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO
Prefeito Municipal

FÁBIO APARECIDO TEIXEIRA PINTO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:815102F7

SECRETARIA GERAL
DECRETO N° 8.643, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

SÚMULA: Declara de utilidade pública para execução de emissário 3 da rede de drenagem de águas pluviais e dissipador de energia de parte Avenida Hungria, no parque industrial barra grande e adjacências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1°. Fica declarada como área de utilidade pública e interesse social para fim específico de implantação de emissário da rede de drenagem de águas pluviais de parte da Avenida Hungria, no Parque Industrial Barra Grande e adjacências, a área de terras a ser considerada como Servidão Perpétua de Passagem e denominada SERVIDÃO 3, com área de 3.635,10 m², constante do memorial descritivo elaborado pelo Engenheiro Civil Claudio Alberto Metzger, CREA nº 21991/D-Pr., a localizar-se no interior do Lote nº 24-25-REM da Gleba Colônia Roland, em Rolândia, área esta possuindo os seguintes limites e confrontações:

Inicia esta descrição num ponto localizado na divisa entre a faixa de domínio da estrada de ferro (Km 231+603,50m. - R.F.F.S.A.) e o Lote nº 24-25-REM. Partindo deste ponto, segue pelo interior do Lote nº 24-25-REM, no rumo SE 25°22’45” NW, na distância de 471,30 metros. Deste ponto, deflete à direita e segue pelo interior do Lote nº 24-25-REM, no rumo SE 22°15’41” NW, na distância de 53,30 metros, até encontrar um ponto localizado na margem esquerda de um curso d´água afluente do Córrego Pirapora (afluente do Ribeirão Barra Grande). Deste ponto, deflete para a direita e segue pela margem esquerda do referido curso d’água, na distância aproximada de 8,60 metros. Deste ponto, deflete à direita e segue pelo interior do Lote nº 24-25-REM, no rumo NW 22°15’41” SE, na distância de 45,30 metros. Deste ponto, deflete para a esquerda e segue pelo interior do Lote nº 24-25-REM, no rumo NW 25°22’45” SE, na distância de 468,70 metros, até encontrar um ponto localizado na divisa entre a faixa de domínio da estrada de ferro (km 231+596,50m. – R.F.F.S.A.) e o Lote nº 24-25-REM. Deste ponto deflete à direita e segue por esta divisa, representada por um trecho em curvatura de raio 1505,00 metros, na distância de 7,00 metros, até encontrar o ponto inicial desta descrição.

Obs.: Descrição de quem está no interior da Servidão de passagem.

Art. 2°. Revogadas as disposições contrárias, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 de Agosto de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO
Prefeito Municipal

CATARINA MARIA SCHAUFF ZANETTI
Secretária Municipal de Planejamento

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:7819A1C1

SECRETARIA GERAL
DECRETO N° 8.654, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de Dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte **abaixo:**

Requerimento nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
18204/2015	ANTÔNIO VICENTE DE LIMA	R. Petúnias, 443 Jd. Bandeirantes	100% de 2015

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, **ESTADO DO PARANÁ,** aos 11 de setembro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO
Prefeito Municipal

FRANCISCO RAMOS VASQUES FILHO
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:95FB400B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
CONTRATO Nº 024/2017

Referente à Dispensa nº 046/2017

Contrato que entre si fazem a Prefeitura do Município de Rolândia e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – CISMEPAR, visando a realização de procedimentos e exames de apoio diagnóstico para o ano de 2017.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, 809, na cidade de Rolândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Luiz Francisconi Neto**, residente e domiciliado na Rua Estilac Leal, nº 893, Centro, na cidade de Rolândia – PR, portador da Cédula de Identidade nº 3.504.473-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 673.786.849-53, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 00.445.188/0001-81, com sede na Travessa Goiânia, nº 152, centro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor **SILVIO ANTÔNIO DAMASCENO**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 7.039.900-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 971.552.929-15, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 20, na cidade de Prado Ferreira – PR, doravante denominado **CONTRATADO**, ajustam e outorgam o presente **CONTRATO**, em conformidade com a **Dispensa nº 046/2017**, ratificada em 06 de junho de 2017, sob a regência da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto estabelecer as condições de obrigações entre as partes signatárias, cuja finalidade é o repasse de Recursos Financeiros destinados à **realização de exames de apoio diagnóstico, constante na Tabela SUS e CISMEPAR**.
Parágrafo Único: as prestações de serviços descritas neste termo serão desempenhadas pelo consórcio, mediante o prévio agendamento dos pacientes pelo município **CONTRATANTE** no sistema SOLUS WEB disponibilizado pelo consórcio **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL
O presente contrato decorre do Processo de Dispensa de Licitação nº 046/2017, consoante o disposto no artigo 24, XXVI, da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
Manter durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
Prover os serviços ora contratados com pessoal adequado, capacitado e devidamente habilitado de modo a fornecer os serviços com a qualidade técnica que estes exigem e em estrito atendimento da normatização a eles pertinente;
Prestar os serviços, sem interrupções, durante a vigência do Termo de Credenciamento;
Prestar atendimento a todos os pacientes encaminhados pelo **CONTRATANTE**, inclusive aqueles que não deambulam e/ou em cadeira de rodas;
Executar nos termos da legislação pertinente o necessário para consecução do objeto de que trata este **CONTRATO**, observando sempre os critérios de qualidade e de custo;
Não realizar atendimentos sem exibição das guias de autorização e/ou pedido médico, autorizados conforme;
Prestar os esclarecimentos que forem solicitados;
Aplicar os recursos recebidos do município exclusivamente na consecução do objeto pactuado;
Arcar com quaisquer ônus de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou social, caso decorrente da execução deste **CONTRATO**;
Possuir registro nos órgãos competentes, federais, estaduais ou municipais, incumbidos do cadastro destas instituições;
Não realizar cobranças dos usuários.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste CONTRATO na forma do Plano de Aplicação, observando o teto financeiro estabelecido na Cláusula do Valor do Contrato;
Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas do objeto;
Controlar, agendar, e/ou enviar a solicitação dos procedimentos autorizados de acordo com o pactuado;
A fiscalização das atividades deste contrato é de responsabilidade do **CONTRATADO** e será executada em conformidade com o contrato e com a Lei 8666/93;
Aplicar ao **CONTRATADO** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO
O preço total anual estimado para o presente contrato é no valor de R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais), a ser pago em 12 (doze) parcelas.
Parágrafo Primeiro: as despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
09 – Secretaria Municipal de Saúde,
11 – Fundo Municipal de Saúde,
103020009.2.049.3341.41.00.00.00 – Contribuições.
Parágrafo Segundo: os valores pagos ao **CONTRATADO** por procedimentos serão os constantes da Tabela do CISMEPAR e os procedimentos não constantes da Tabela do CISMEPAR serão remunerados pela Tabela Unificada do SUS, ambas disponíveis no site
www. cismepar.org.br/serviços/tabela.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O pagamento pelos procedimentos realizados será efetuado pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, devendo o **CONTRATADO** disponibilizar mensalmente através do sistema Solus Web, relatórios constando o nome do paciente atendido, o procedimento realizado e o valor a ser pago.
Parágrafo Primeiro: o pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro do **CONTRATANTE**, por processo legal, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente à realização dos serviços.
Parágrafo Segundo: para execução do pagamento, o **CONTRATADO** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, como condição de recebimento, os seguintes documentos, dentro de seus prazos de validade:
Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS;
Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal.
Parágrafo Terceiro: nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de ratificação, podendo ser prorrogado por igual período, se não ocorrerem alterações, mediante termo aditivo, celebrado de comum acordo entre as partes, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO
O presente contrato poderá ser reincidido nos termos do artigo 77 e seguintes da Lei Federal nº 8666/93 e alterações e pelos seguintes motivos:
a) Inadimplência de Cláusula Contratual;
b) Interrupção dos serviços por exclusiva responsabilidade do **CONTRATADO**, sem justificativa apresentada e aceita pelo CONTRATANTE.
Parágrafo Primeiro: a rescisão será precedida de comunicação do **CONTRATADO** ao **CONTRATANTE**, fixando-lhe o prazo de 10 (dez) dias para defesa ou para regularização.
Parágrafo Segundo: decorrido o prazo referido no item anterior sem comprovação da adoção da providência pertinente, estará o ajuste rescindido de pleno direito independente de notificação ou de qualquer outra medida, cessando de imediato a prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS
Este contrato está vinculado de forma total e plena ao processo de que lhe deu causa e os casos omissos serão dirimidos nos termos da Lei Federal nº 8666/93, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Rolândia – PR, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Edital ou execução do ajuste, não resolvidas na esfera administrativa.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 05 (cinco) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA
Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
GIZELA CRISTINE DORETO MARTINEZ
Secretária Municipal de Compras, Licitação e Patrimônio

ROSANA ALVES DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:85EE611A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017 – PMR - PROCESSO Nº 16468.178/2017.

Objeto: Aquisição de três veículos de carga para as Secretarias de Saúde e Meio Ambiente.

Tipo: Menor Preço por Item.

Prazo de Entrega: 60 (sessenta) dias.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00 horas do dia 29/setembro/2017.

Data da Abertura dos envelopes e Sessão de Lances: 29/setembro/2017, às 13:30 horas.

Dotação orçamentária:
09 – Secretaria Municipal de Saúde;
11 – Fundo Municipal de Saúde;
103050009.2.051.4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.
13 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
185410013.2.111.4490.52.00.00 00 – Equipamentos e Material Permanente.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia/PR., no horário 12:00 às 18:00 horas, através do site:
www.rolandia.pr.gov.br, e-mail:
licitacao@rolandia.pr.gov.br ou telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616.
Rolândia, 13 de setembro de 2017.

FRANCISCO RAMOS VASQUES FILHO
Secretário Interino de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
José Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:B975C4B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2017 - PMR. - PROCESSO Nº 15783.179/2017.

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de óculos, incluindo lentes e armações de metal ou acrílica.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Vigência: 12 (doze) meses.

Entrega dos envelopes: Até às 15:00 horas do dia 29/SETEMBRO/2016.

Data da Abertura dos envelopes e Sessão de Lances: 29/SETEMBRO/2016, às 15:30 horas.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia/PR., no horário 12:00 às 18:00 horas, através do site:
www.rolandia.pr.gov.br ou e-mail:
licitacao@rolandia.pr.gov.br e telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616.

Rolândia, 13 de setembro de 2017.

FRANCISCO RAMOS VASQUES FILHO
Secretário Interino de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
José Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:87F9C386

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº018 /2017 - PMR - PROCESSO Nº174 /2017

O Município de Rolândia torna público que procederá a Inexigibilidade nº 018/2017, de acordo com as seguintes condições:

Interessado: CHEFIA DE GABINETE - CORPO DE BOMBEIROS

Favorecido: EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S/A
CNPJ : 77.338.424/0001-95

Objeto: Assinatura mensal do jornal Folha de Londrina

Valor : R$ 450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais).

Pagamento: Parcela única

Vigência : 19/03/2017 a 16/03/2018

Dotação Orçamentária / Recursos:
02-Chefia de Gabinete –
02 – Fundo Mun. Reeq. de Bombeiros – FUNREBOM –
061820019.2.007.3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fundamento: Artigo 25, inciso I da Lei nº 8666/93, bem como suas alterações posteriores.

Rolândia, 06 de Setembro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:8E9782E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 12/2017
PROCESSO N° 63/2017

RATIFICO, nos termos do Artigo 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/1.993, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº 209 de 01 de setembro de 2017 contendo parecer jurídico da Procuradoria Jurídica do Município, que declarou dispensável a licitação, referente à Contratação de empresa para fornecimento de prateleiras pré-projetadas para armazenar medicamentos, a serem instaladas na Farmácia básica junto a Secretária de Saúde de Salgado Filho/PR.

EMPRESA: FRANCISCO SMANIOTTO - EPP

CNPJ/MF: 00.108.169/0001-60

VALOR TOTAL: R$ 1.853,00 (Um mil oitocentos e cinquenta três reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência da presente Dispensa de Licitação será de 60 (sessenta) dias.

PRAZO DE ENTREGA: 10 (dez) dias.

Determino que seja dada a devida publicidade legal e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Salgado Filho, 12 de setembro de 2017.

Município de Salgado Filho
HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:30191062

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº..: 137/2017

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº..: 137/2017
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO
Contratada...: FRANCISCO SMANIOTTO - EPP
Valor.....: 1.853,00 (um mil oitocentos e cinqüenta e três reais)
Vigência.....: Início: 12/09/2017 Término: 10/11/2017
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2017
Recursos.....: Dotação:
2.010.4.4.90.52.00.00.00.00 (399)
Objeto.....: Contratação de empresa para fornecimento de prateleiras pré-projetadas para armazenar medicamentos, a serem instaladas na Farmácia básica junto a Secretária de Saúde de Salgado Filho/PR.

Salgado Filho, 12 de Setembro de 2017

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:6AC76ABE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO.: 138/2017

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO
Ata de Registro de Preço.: 138/2017
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO
Contratada...: INDIANARA POSSATO & CIA LTDA - EPP
Valor.....: 80.000,00 (oitenta mil reais)
Vigência.....: Início: 13/09/2017 Término: 13/09/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017
Recursos.....: Dotação:
2.010.3.3.90.32.00.00.00.00 (197),
2.010.3.3.90.32.00.00.00.00 (198)
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A A Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMULARES, PARA A DISTRIBUIÇÃO À POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO, CONFORME RECEITA MÉDICA, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE O PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR DA TABELA OFICIAL DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, REVISTA ABC FARMA, ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO.

Salgado Filho, 13 de Setembro de 2017

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:8C0E7184

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DL 12/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 12/2017 - DL
CNPJ:76.205.699/0001-98
Processo Administrativo:63/2017 RUA FLORIANO FRANCISCO ANATER, 50
Processo de Licitação:63/2017
C.E.P.: 85620-000 - Salgado Filho - PR
Data do Processo:11/09/2017

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, HELTON PEDRO PFEIFER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:	63/2017
b) Licitação Nr.:	12/2017 - DL
c) Modalidade:	Dispensa de Licitação p/Compras e Serviços
d) Data Homologação:	12/09/2017
e) Data da Adjudicação:	
f) Objeto da Licitação:	Contratação de empresa para fornecimento de prateleiras pré-projetadas para armazenar medicamentos, a serem instaladas na Farmácia básica junto a Secretária de Saúde de Salgado Filho/PR.

) Fornecedores e Itens Vencedores:

(em Reais R$)			
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 1 - 000102 - FRANCISCO SMANIOTTO - EPP	8	0,0000	1.853,00
Total por Fornecedor:	**8**		**1.853,00**
Total:	**8**		**1.853,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões):
2.010.4.4.90.52.00.00.00.00 (399)

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:04774BD7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO PR 34/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, HELTON PEDRO PFEIFER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:	49/2017		
b) Licitação Nr.:	34/2017/PR		
c) Modalidade:	PREGÃO PRESENCIAL		
d) Data Homologação:	13/09/2017		
e) Data da Adjudicação:		Sequência:	0
f) Objeto da Licitação:	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A A Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMULARES, PARA A DISTRIBUIÇÃO À POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO, CONFORME RECEITA MÉDICA, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE O PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR DA TABELA OFICIAL DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, REVISTA ABC FARMA, ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO.		

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

(em Reais R$)			
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 003921 - INDIANARA POSSATO & CIA LTDA - EPP	1	15,0000	0,00
	1		0,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões):
2.010.3.3.90.32.00.00.00.00 (197),
2.010.3.3.90.32.00.00.00.00 (198)

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:4D12A2FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LEILÃO ADMINISTRATIVO N° 01/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO ADMINISTRATIVO Nº 01/2017

A Prefeitura Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, torna público a realização no Bosque Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, situado à Rua Agusto Cechini, s/nº, no Município de Salgado Filho, às 09:00 horas do dia 05 de outubro de 2017, LICITAÇÃO na modalidade LEILÃO, tipo maior lance ou oferta n° 001/2017.
OBJETO: Alienação dos bens móveis declarados como inservíveis, irrecuperáveis ou economicamente inviáveis para a administração, pertencentes ao patrimônio público municipal de Salgado Filho, conforme anexo I do edital, o qual se encontra disponível na Prefeitura municipal, cito a Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, no Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, durante o horário normal de expediente, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, a partir do dia 14 de setembro de 2017, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal.

Edital Autorizado em: 13/09/2017.

Salgado Filho, 13 de setembro do ano de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:5F898159

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2017 - SRP EXCLUSIVA PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO-PR

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais expediente para uso das secretarias municipais.

DATA PARA ENTREGA DOCUMENTOS E DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO: 28 de setembro de 2017 às 09h00min (horário de Brasília).
LOCAL E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PUBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Salgado Filho, localizada à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, centro, na cidade de Salgado Filho Estado do Paraná, sala de licitações e contratos no dia 28 de setembro de 2017 com inicio as 09h00min.

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal, no endereço à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, Fone (46) 35641202 Salgado Filho, Estado do Paraná, de 2ª a 6ª feira, nos horários das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente, pelo site
www.salgadofilho.pr.gov.br.

Salgado Filho, 13 de setembro de 2017.

ALUANA PASTRE
Pregoeira
Portaria 210/2017, 01 de setembro de 2017

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:A3B4FBFC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL N° 44/2017 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 44/2017 - SRP EXCLUSIVA PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO-PR

OBJETO: Registro de Preços Contratação de empresa (s) para confecção de uniformes para atender as oficinas do CRAS, através da Secretaria de Assistência Social do município de Salgado Filho/PR.

DATA PARA ENTREGA DOCUMENTOS E DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO: 29 de setembro de 2017 às 09h00min (horário de Brasília).
LOCAL E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PUBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Salgado Filho, localizada à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, centro, na cidade de Salgado Filho Estado do Paraná, sala de licitações e contratos no dia 29 de setembro de 2017 com inicio as 09h00min.

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal, no endereço à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, Fone (46) 35641202 Salgado Filho, Estado do Paraná, de 2ª a 6ª feira, nos horários das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente, pelo site
www.salgadofilho.pr.gov.br.

Salgado Filho, 13 de setembro de 2017.

ALUANA PASTRE
Pregoeira
Portaria 210/2017, 01 de setembro de 2017

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:2D7807F6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO 99/2017

DECRETO Nº 99, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia membros da Comissão de Farmácia Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Salgado Filho-Pr.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados as pessoas abaixo, para comporem a Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Município de Salgado Filho, Estado do Paraná.

NOME	CARGO/FUNÇÃO
Eliete Venske Cenci	Farmacêutica Atenção Básica
Moises Dutra de Carvalho	Médico
Luan Lucas Bernardi	Médico
Francieli Rebonatto Machado	Enfermeira
Ketlen Dalalba Nunes	Coordenadora Atenção Básica
Karina Baldo	Nutricionista

Art. 2º - Fica nomeada como Presidente da Comissão de Farmácia e Terapêutica a Farmacêutica Eliete Venske Cenci.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, aos 12 dias do mês de setembro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:6C24C4E3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA 217/2017

PORTARIA Nº 217, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia leiloeiro para a alienação dos bens móveis declarados como inservíveis, irrecuperáveis ou economicamente inviáveis para a administração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal n.º 56/2017,

RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **VOLDENEI MATANA**, matrícula n.º 1218, para exercer a função de Leiloeiro, no Processo Licitatório nº 65/2017, Leilão nº 01/2017, com objeto de alienação de bens móveis inservíveis à Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 12 de setembro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:B870F896

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA 214/2017

SÚMULA- Designa servidora Pública Municipal e da outras providências.

HELTON PEDRO PFEIFER, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Artigo 1º- **DESIGNAR**, a Servidora Pública Municipal**, IVONE DE OLIVEIRA** portadora da Cédula de Identidade sob nº 4.610.207-0 S.S.P/PR e CPF nº 984.521.269-72, lotada no cargo efetivo de Professora, Nível/Referência C-15, para a partir desta data exercer 10 (dez) horas semanais de serviços na AGC Tiradentes, fazendo a entrega das correspondências.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2017.

Publique-se

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:310EE674

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA 215/2017

SÚMULA - Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal.

HELTON PEDRO PFEIFER, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando Atestado Médico apresentado nesta data,
RESOLVE:
Artigo 1º- CONCEDER, **Licença para Tratamento de Saúde de 15 (quinze)** dias à partir do dia 11 de setembro de 2017, ao servidor Público Municipal **LUIZ CARLOS RITTER**, lotado no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais A, Nível Referência CD-08.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 12 de setembro de 2017.

Publique-se

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:D88DDA4F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA 216/2017

12.09.2017

SÚMULA– Exonera Diretora do Departamento de Assessoramento de Programas de Saúde do município de Salgado Filho-PR, e da outras providências.

HELTON PEDRO PFEIFER, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei resolve,

RESOLVE,

Artigo 1º- Exonerar à partir de 15 de setembro de 2017, do cargo de Provimento em Comissão de Diretora do Departamento de Assessoramento de Programas de Saúde **PATRICIA DA SILVA** , portadora da Cédula de Identidade sob n. 9.430.717 1 S.S.P/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 011.082.249-89, do Quadro de Pessoal deste Executivo Municipal.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 12 de setembro de 2017.

Publique-se.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:6079CEFB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2017 - PROCESSO SELETIVO ESTAGIÁRIO 01/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017 PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIO Nº 01/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e tendo em vista o contido no Processo Seletivo de Estagiário, do Edital 01/2017 de 16 de agosto de 2017.

TORNA PÚBLICO

Artigo 1º- A convocação dos candidatos abaixo relacionados, em virtude de classificação no Processo Seletivo, realizado em data de 02 de setembro de 2017 (prova objetiva), para atuar como estagiário na Educação Infantil mediante o resultado final do Processo Seletivo de estagiários, Edital nº01/2017 de 16 de agosto de 2017.

Artigo 2º- O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Salgado Filho, situada na Rua Floriano Francisco Anater, 50, no prazo de 02 dias úteis, a partir da publicação deste Edital.

ATUAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Nome	Classificação
22	Taciane de Conto Araujo	1º
05	Magna Gracieli Pires Heimann	2º
25	Aline Kowalski	3º

Artigo 3º - O candidato deverá apresentar-se portando os documentos abaixo relacionados para sua contratação, conforme estabelece o subitem 15.1 do Edital 01/2017 de 16 de agosto de 2017.

a) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa de acordo com o que dispõe o artigo 12 da Constituição Federal de1988;
d) Ter idade mínima de 16 anos completos, na data da contratação;
e) Apresentar cédula de identidade (RG), cadastro de pessoa física – CPF, e outros documentos que se fizerem necessários à época da contratação.
f) Comprovar a sua residência, por meio de original e cópia do comprovante de residência atualizada (conta de água, luz, etc.);
g) Submeter-se a exame de aptidão física e mental compatíveis às suas funções, por meio de verificação pelo serviço médico do Município de Salgado Filho ;
h) Ter sido classificado no Processo Seletivo, obedecendo a ordem de classificação;
i) Comprovar por meio de Declaração atualizada, que está regularmente matriculado(a) e frequentando com regularidade o Ensino Médio ou Superior.

Artigo 4ª – O candidato que por qualquer motivo não apresentar, em tempo hábil, a documentação completa exigida no presente Edital de Convocação, perderá automaticamente o direito a vaga e irá automaticamente para o final da lista de classificação.

Salgado Filho – PR, 13 de setembro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:D7A5AC29

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
LEI 65/2017

LEI Nº 65, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o uso da frota de veículos oficiais da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º O uso de veículos oficiais automotores vinculados ao Poder Executivo Municipal reger-se-á pelas disposições desta Lei.
Art. 2º Os veículos oficiais são classificados em:
I – de representação; e
II – de prestação de serviço.
§1º Consideram-se veículos de representação aqueles destinados ao uso pessoal do Prefeito e do Vice-Prefeito.
§2º Consideram-se veículos de prestação de serviço todos os que não se enquadrarem no parágrafo anterior deste artigo.
Art. 3º Os veículos oficiais serão preferencialmente conduzidos por servidor que tenha por atribuição específica o desempenho desta função.
§1º Excepcionalmente, havendo insuficiência de servidores ocupantes do cargo de motorista, os veículos poderão ser conduzidos pelos demais servidores ou empregados públicos do Município, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, desde que autorizados pelo Secretário da pasta a que o veículo estiver patrimoniado.
§2º É vedada a condução de veículos oficiais por estagiário, jovem aprendiz ou qualquer pessoa que não pertença ao quadro de servidores.
§3º A condução dos veículos oficiais de emergência e urgência somente será realizada por servidores de carreira ocupantes do cargo de motorista, devidamente habilitado ou credenciado, que detenha a obrigação respectiva em virtude do cargo ou da função que exerça.
§4º O condutor dos veículos de emergência e urgência, além dos requisitos constantes do *caput* deste artigo, deverá ainda, para conduzir tais veículos, ter se submetido a curso específico.
Art. 4º O condutor de veículo oficial deve portar, quando em serviço, os seguintes documentos:
I – Cédula de Identidade Civil;
II – Carteira Nacional de Habilitação; e
III – Certificado de Registro, licença e seguro obrigatório do veículo.
Art. 5º A Carteira Nacional de Habilitação deverá ser compatível ao tipo de veículo que o condutor utilizar.
Art. 6º Além dos capitulados nas normas de trânsito, são deveres dos servidores motoristas de veículos oficiais do Município de Salgado Filho:
I – manter limpo e bem conservado o veículo sob sua responsabilidade;
II – levar ao conhecimento do responsável pela frota quaisquer defeitos ou anormalidades constatadas no veículo;
III – fazer vistoria externa do veículo;
IV – verificar diariamente, o nível dos lubrificantes, água e demais fluídos, a pressão dos pneus, o funcionamento dos sistemas elétrico e de freios;
V – manter vigilância do veículo quando estacionado;
VI – em caso de acidente, comunicar a Polícia Militar ou Rodoviária para imediata lavratura do Boletim de Ocorrência, bem como ao Secretário da pasta para a efetivação das medidas pertinentes;
VII – preencher corretamente o diário de bordo.
Art. 7º Além das proibições previstas nas normas de trânsito, aos condutores de veículos oficiais é vedado:
I – utilizar o veículo sem autorização do chefe imediato, durante o horário de trabalho;
II – deixar de recolher o veículo em local e horário determinado;
III – abandonar o veículo ou recebê-lo sem o consentimento da autoridade competente;
IV – ceder à direção do veículo a terceiros quer sejam habilitados ou não;
V – deixar de apresentar documento ou prestar quaisquer informações solicitadas pela fiscalização de trânsito;

VI – utilizar acessórios do veículo em trabalhos estranhos à sua finalidade;
VII – utilizar o veículo, sob qualquer pretexto, para fins diversos dos previstos; e
VIII – utilizar os veículos para transporte de pessoas estranhas ao seu serviço.
Art. 8º É proibida a utilização de veículos oficiais classificados como de prestação de serviço:
I – antes das 07h30min e após as 18h30min, de segunda a sexta-feira;
II – aos sábados, domingos e feriados;
III – para transporte de familiar do servidor;
IV – para transporte de objetos do servidor;
V – para transporte de pessoa estranha ao serviço público;
VI – para excursão ou passeio;
VII – para qualquer outro uso diverso do devido, ou seja, em atividades estranhas ao serviço público.
§1º Em caso de realização de serviço especial, inerente ao exercício do serviço público, poderão ser, mediante autorização específica, desconsideradas as disposições contidas nos incisos I e II, deste artigo.
§2º São dispensados de autorização especial para circulação fora do horário de expediente: os veículos de representação, as ambulâncias, os veículos de fiscalização e do Conselho Tutelar.
Art. 9º O condutor deve se limitar a executar o percurso preestabelecido, sendo proibido o desvio para qualquer outro, a não ser que haja a devida autorização ante uma real necessidade.
Art. 10. Os veículos oficiais serão mantidos, fora do horário de sua utilização, em garagem sob jurisdição do órgão ou entidade a que pertencem ou outros locais apropriados previamente determinados e que ofereçam proteção suficiente à sua conservação e guarda.
Art. 11. É proibido o pernoite de veículos em residência de servidor, seja motorista ou usuário por ele responsável salvo:
I – ato expresso do Secretário da pasta do veículo, justificando a medida, com comunicação prévia ao responsável pela frota; e
II – situação de emergência, a ser justificada por escrito ao Secretário da pasta, no primeiro dia útil subsequente.
Art. 12. O controle de saída de veículos oficiais para serviços far-se-á mediante requisição, ao responsável pela frota, sendo que, para cada veículo, será preenchido o Diário de Bordo, onde constará: motivo da viagem, local, data, quilometragem e horário de saída e chegada, bem como a assinatura do usuário.
Art. 13. A responsabilidade pelo pagamento das multas advindas de infrações às normas de trânsito, aplicadas aos veículos oficiais, caberá ao condutor, exceto se este comprovar sua inocência ou que a infração é improcedente.
Art. 14. O pagamento da multa poderá ser efetuado diretamente ao órgão de trânsito que aplicou a infração com posterior comprovação junto ao Departamento responsável pela frota.
Art. 15. Fica a critério do condutor infrator a apresentação da Defesa Prévia e dos respectivos Recursos junto ao competente órgão de trânsito, não o eximindo, entretanto, ao final, dependendo do resultado, do pagamento da multa.
Art. 16. Não podendo ser prontamente identificado o infrator, o Poder Executivo fica autorizado a pagar multas de trânsito decorrentes de infração à legislação de trânsito, cometidas por seus servidores municipais no uso de veículos oficiais, contudo, obrigatoriamente, sob pena de responsabilidade, o responsável pela frota deverá instituir processo para apurar o infrator, onde será oportunizada a ampla defesa e o contraditório.
§1º O valor correspondente à multa de trânsito paga pelo Município deverá ser restituído aos cofres públicos, após o término do processo, podendo, sem a necessidade de autorização pelo servidor, ser descontado em folha de pagamento.
§2º Caso o responsável pela infração de trânsito cuja multa tenha sido paga pelo Município não pertencer mais aos quadros funcionais da administração pública, inscrever-se-á o devedor em dívida ativa não tributária.
Art. 17. Os condutores de veículos de propriedade do Município deverão comunicar por escrito ao seu chefe imediato de qualquer irregularidade ou defeito constatado nos mesmos que demande a necessidade de manutenção preventiva, com o objetivo de evitar o cometimento de algum tipo de infração de trânsito.
Parágrafo único. Caso venham a ocorrer infrações de trânsito por alguma irregularidade ou defeito no veículo, e seu condutor comprove que havia comunicado previamente da mesma, a responsabilidade pela infração e pelo seu pagamento passa a ser do seu chefe imediato.
Art. 18. Em caso de acidente ou danos constatados no veículo oficial ou de terceiro envolvido, a responsabilidade pelo pagamento da franquia do seguro ou do custo dos reparos caberá ao condutor, exceto se este comprovada sua inocência ou a culpa de terceiro.
§1º A cobrança e responsabilização do condutor observarão os princípios do contraditório e ampla defesa.
§2º O responsável pelos danos poderá optar entre o pagamento da franquia do seguro ou dos danos, conforme lhe for mais vantajoso.
Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Salgado Filho, 13 de setembro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:0D4AD787

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
LEI 66/2017

LEI Nº 66, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Institui o "Programa de Desenvolvimento Rural - PDR" para o incentivo das atividades agropecuárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído no Município de Salgado Filho o programa de incentivo a atividades agropecuárias rurais denominado de "Programa de Desenvolvimento Rural - PDR".
§1º O programa previsto no *caput* deste artigo tem a finalidade de fomentar a atividade agropecuária rural nas unidades produtivas, através da implantação de ações visando à melhoria da infraestrutura e dos acessos viários das propriedades rurais no Município.
§2º O Programa de que trata esta Lei será executado desde que os serviços públicos de interesse da coletividade não sofram paralisação ou prejuízos.
Art. 2º A execução e coordenação do programa previsto nesta Lei serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente e da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo.
Parágrafo único. Fica o Município autorizado a celebrar parcerias com órgãos públicos federais ou estaduais para fins de execução do referido programa.
Art. 3º O Programa de Desenvolvimento Rural - PDR será implementado por localidade da zona rural do município, competindo a Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo estabelecer a ordem cronológica das localidades que serão atendidas, conforme a demanda de inscritos e disponibilidade das máquinas.
§1º Os interessados em aderir ao Programa deverão se cadastrar junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, que verificará o atendimento dos requisitos do art. 4º e, após análise da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, comunicará o interessado para recolhimento da guia de custas do serviço.
§2º Os serviços urgentes ou necessários para possibilitar o escoamento da produção agropecuária poderão ser realizados sem a observância do cronograma de localidades.

CAPÍTULO II
DOS BENEFÍCIÁRIOS

Art. 4º Para usufruir dos serviços propostos por esta Lei, o agricultor deverá atender os seguintes requisitos:
I – não possui débito com a Fazenda Municipal;

II – ser proprietário, arrendatário, posseiro, parceiro ou meeiro de área rural localizada no Município de Salgado Filho;
III – possuir bloco de notas de produtor rural do município de Salgado Filho, rigorosamente em dia, compatível com as atividades desenvolvidas na propriedade.
IV – apresentar comprovante de pagamento do valor fixado para a realização dos serviços que serão prestados;
V – apresentar as licenças ambientais ou autorizações dos órgãos competentes para os serviços em que estas sejam necessárias;
VI – possuir o cadastro ambiental rural.
§1º O comprovante de pagamento do valor fixado para a realização dos serviços deverá ser realizado somente após a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, quando autorizada a execução do serviço.
§2º O período máximo disposto no inciso III do *caput* não se aplica aos novos produtores cadastrados.
VII – os produtores que mantiverem limpas as margens das estradas que faz limite com a sua propriedade, serão beneficiados com o crédito de 1,0 UFM para cada 150mt (cento e cinquenta metros) de manutenção, destinado única e exclusivamente ao pagamento de horas máquinas na forma desta Lei.

CAPÍTULO III
DOS SERVIÇOS, VALORES, PRAZOS E PAGAMENTO

Art. 5º Os agricultores que se enquadrarem nos requisitos do programa terão direito a execução dos seguintes serviços:
I – abertura, manutenção e conservação das vias de acesso à propriedade rural;
II – terraplanagens visando à implantação de benfeitorias, unidades residenciais e instalações produtivas nas respectivas propriedades rurais;
III – escavação para reservatórios e bebedouros, desde que não configurem açudes;
IV – escavação para silagem, instalação de fossas sépticas e esterqueiras;
V – outros serviços relacionados com a atividade produtiva do beneficiário e que possam ser executados com a patrulha mecanizada administrada pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo com apoio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.
Art. 6º Ficam estabelecidos os seguintes valores de serviço a serem recolhidos pelo agricultor interessado:
I – O valor para os serviços a serem realizados com trator de pneu será de 1,25 UFM a hora;
II - O valor para os serviços a serem realizados com caminhão distribuição de adubo orgânico será de 1,25 UFM a hora;
III - O valor para os serviços a serem realizados com a semeadeira será de 1,71 UFM a hora;
IV - O valor para os serviços a serem realizados com a retroescavadeira será de 1,5 UFM a hora;
V - O valor para os serviços a serem realizados com a pá-carregadeira será de 1,75 UFM a hora;
VI - O valor para os serviços a serem realizados com a escavadeira hidráulica será de 5 UFM a hora;
VII - O valor para os serviços a serem realizados com o caminhão basculante será de 1,25 UFM a hora;
VIII - O valor para os serviços a serem realizados com a motoniveladora será de 2,5 UFM a hora;
IX - O valor para os serviços a serem realizados com o rolo compactador será de 1,5 UFM a hora;
§1º Os valores ora definidos serão reajustados anualmente conforme a variação da UFM;
§2º O recolhimento dos valores será realizado através de guia a ser retirada no Departamento de Tributação, que serão emitidas após solicitação formal das Secretarias Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, de Viação, Obras e Urbanismo ou por solicitação do produtor.
§3º Os valores arrecadados com a execução do Programa de Desenvolvimento Rural – PDR, serão vinculados a Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo e aplicados na forma da legislação pertinente.
Art. 7º Ficam estabelecidos os seguintes limites anuais para solicitação dos serviços previstos nesta Lei, por agricultor interessado:
I – 08 (oito) horas-máquina para os serviços de enleiramentos de pedras, valas para irrigação, valas para drenagens, bebedouros, estradas de roça, cascalho e terra.
II – As terraplanagens ou terraplenagens de grande porte serão planejadas junto com a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo.
CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Competem aos proprietários rurais, arrendatários e demais possuidores, usuários do sistema viário rural municipal, beneficiários desta Lei:
I – permitir o desbarrancamento, a qualquer época, para os serviços de adequação das estradas na largura equivalente ao necessário para manutenção das respectivas estradas, sem qualquer ônus ao Município de Salgado Filho;
II – implantar os sistemas de conservação de solos nas suas propriedades, de forma integrada com a estrada e as propriedades vizinhas;
III – contribuir com os serviços de adequação e manutenção das estradas rurais municipais, sendo de suas responsabilidades removerem cercas sempre que necessário, sem qualquer ônus ao Município de Salgado Filho;
IV – efetivar limpeza e roçadas as margens das estradas favorecidas;
V – efetuar a manutenção e limpeza dos silos, evitando a realização de novos serviços;
VI – adotar medidas para evitar o escoamento das águas provenientes do interior de propriedades para o leito das estradas.
Art. 9º As despesas oriundas da presente Lei serão suportadas com recursos próprios da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente e da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo.
Art. 10. Os benefícios previstos nesta Lei são intransferíveis e não cumulativos.
Art. 11. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente publicará, semestralmente, edital contendo a relação dos agricultores beneficiados, serviços realizados e valores recolhidos no período.
Art. 12. Ficam revogadas a Lei Municipal nº 030, de 18 de agosto de 2011; Lei Municipal nº 013, de 02 de março de 2012; Lei Municipal nº 14, de 27 de março de 2013 e Lei Municipal nº 03, de 06 de janeiro de 2017.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Salgado Filho, 13 de setembro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:0DBB53D8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
LEI 67/2017

LEI Nº 67, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Institui no Município de Salgado Filho o "Dia Municipal do Direito à Vida" a ser comemorado no dia 08 de outubro.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituído no Município de Salgado Filho, o "Dia Municipal do Direito à Vida", a ser comemorado, anualmente, no dia 08 de outubro.
Art. 2º No dia 08 de outubro de cada ano, Dia Municipal do Direito à vida, as Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esporte e de Saúde, deverão promover palestras, seminários e demais eventos alusivos à data.
Parágrafo único: As escolas da rede municipal serão incentivadas a abordarem, junto aos alunos, o tema "Direito à Vida" em palestras, trabalhos escolares e atividades similares.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo poderá buscar a colaboração de entidades que tenham por propósito lutar pelo direito à vida.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:F944D09B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA-PR - ATO ADMINISTRATIVO Nº089/2017

A Mesa da Câmara Municipal de Santa Amélia – PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

I – Referendar e aprovar o Ato Administrativo nº089/2017 do Presidente da Câmara Municipal de Santa Amélia que trata de concessão de diárias para o vereador –EVALMIR APARECIDO SIVIERO

Registre-se e
cumpra-se

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Santa Amélia-Pr, aos 12 de setembro de 2016.

JOSÉ APº MENEGHIN
Presidente

EVALMIR APARECIDO SIVEIRO
Vice-Presidente

VALÁRIA C.P.HELBEL
1º Secretario

GELSON DEVEQUE
2º Secretario

Publicado por:
Marlene Martins
Código Identificador:F2C236F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 15/2017

TERMO ADITIVO Nº 15/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 001/2017 REFERENTE À MODALIDADE LICITATÓTIATOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA E SANTOS & FERRARI LTDA, QUE TEM POR FINALIDADE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATO POR 06(SEIS) MESES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 76.235.746/0001-46, representado pelo Sr. Prefeito Municipal Jarbas Carnelossi, brasileiro, casado, portador do CPF nº 329.758.309-63, sito na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, nesta cidade.

CONTRATADA: SANTOS & FERRARI LTDA - EPP, CNPJ nº 84.808.187/0001-44, com sede as margens da Rodovia BR 369, Km 37,5 s/n área industrial na cidade de Andirá PR.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Termo Aditivo ao contrato de fornecimento, observando as disposições da lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e as seguintes cláusulas, para que surtam efeitos "*ex tunc*":

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente termo aditivo tem como objeto a *PRORROGAÇÃO* da execução da obra e da vigência do Contrato firmado entre as partes.

CLAÚSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO - Pelo presente termo aditivo fica prorrogada a vigência da execução da obra até 18/01/2018 e do Contrato, até 18/04/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal e encontra amparo legal nos artigos 55, § 1º, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

Santa Amélia/PR, 11 de setembro de 2017.

JARBAS CARNELOSSI
Prefeito Municipal

SANTOS & FERRARI LTDA – EPP
Representante

TESTEMUNHAS:
_____
_____

Publicado por:
Rogerio Antonio Dorini
Código Identificador:F78E686D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 170/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. **BIBIANE CORREIA NICOLETTI,** portadora da Cédula de Identidade sob nº RG 8..322.488-6 - PR, e do CPF sob nº 314.398.698-04, para o Cargo em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DA ATENÇÃO BASICA** do Município de Santa Cecília do Pavão - Pr; percebendo seus vencimentos símbolo CC 04, de conformidade com a Lei 876/2017 a partir do dia 01 de Setembro de 2.017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, em 01 de Setembro 2.017.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudinéia Aparecida Vicente
Código Identificador:DEE713BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO N.º 105/2017

REF: Inexigibilidade de Licitação n.º 022/2017
BASE LEGAL: Art. 25 e ss. da Lei Federal n.º 8.666/93
CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/Pr.
CNPJ/MF N.º :75.462.820/0001-02
CONTRATADO: **PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A**, inscrita sob o CNPJ n.º 76.527.951/0004-28, situada à Rod. PR 317, n.º7073, Lote 01/02-DT.001-QD.056 Zona 47, Parque Ind. Mario Bulhões da Fonseca, CEP 87.065-000, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná
OBJETO: Aquisição de peças para manutenção na motoniveladora da marca Caterpilla, as referidas peças deverá ser entregues em no máximo 05 dias a partir na entrega da NAD, na sede do Município.
VALOR CONTRATUAL: R$ 2.025,46 (dois mil e vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato.
CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente
DEMAIS CONDIÇÕES: Constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação sob o n.º 022/2017, Processo Administrativo n.º116/2017.
Santa Cruz de Monte Castelo, Edifício da Prefeitura, 12 de setembro de 2017.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:79DF4356

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO N.º 106/2017

REF: Inexigibilidade de Licitação n.º 023/2017
BASE LEGAL: Art. 25 e ss. da Lei Federal n.º 8.666/93
CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/Pr.
CNPJ/MF N.º :75.462.820/0001-02
CONTRATADO: **VIANMAQ EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita sob o CNPJ n.º 01.631.022/0002-01, situada na Estrada Araca, n.º1979, Parque Industrial Bandeirantes, CEP: 87.070-125, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná;
OBJETO: Aquisição de peças e serviço para manutenção corretiva da máquina PÁ CARREGADEIRA WA 200, ANO DE 2014, locada na Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo desta Municipalidade, com problemas no rolamento da articulação inferior.
VALOR CONTRATUAL: R$2.595,76 (dois mil quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato.
CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente
DEMAIS CONDIÇÕES: Constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação sob o n.º 023/2017, Processo Administrativo n.º117/2017.

Santa Cruz de Monte Castelo, Edifício da Prefeitura, 13 de setembro de 2017.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:0649E2CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

EXECUTIVO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial para Registro de Preços nº **78/2017**

O Município de Santa Lúcia, inscrito no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93, comunica que realizará licitação, na modalidade **Pregão Presencial para Registro de Preços** do tipo **Menor Preço por item**, objetivando a Aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática para as Secretarias Municipais, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, no **valor máximo de R$ 181.750,62 (Cento e Oitenta e Um Mil, Setecentos e Cinqüenta Reais e Sessenta e Dois Centavos),** por um período de **365 Dias,** conforme especificações constantes do presente edital.

A sessão de processamento do presente Processo Licitatório **Pregão** será realizada na Sede da Prefeitura do Município de Santa Lúcia, localizada na Avenida do Rosário, nº 228, centro, Município de Santa Lúcia - Pr, CEP 85.795-000, Sala de Reuniões, no **dia 27 de setembro de 2017, às 09:00 horas,** e será processada/regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar (Federal) 123/2006 , de 14/12/2006 e alterações posteriores, Lei Complementar (federal) nº 147, de 07 de agosto de 2014, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital e seus Anexos podem ser obtidos no Departamento de Licitações e Contratos, localizado na Avenida do Rosário, 228, Paço Municipal - CEP: 85795000 - Bairro: Centro, Cidade/UF: Santa Lúcia/PR, das 07:45h00 às 12h00 horas e das 13h15 às 17h00, nos dias úteis, e no *site* do Município -
www.santalucia.pr.gov.br, no *link* - Licitações, bem como solicitado pelo e-mail:
compras@santalucia.pr.gov.br. Em caso de dúvidas, fone (45) 3288-1144.
Santa Lúcia-PR, 13 de setembro de 2017.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito

LUIZ RODRIGO BOCCA
Pregoeiro

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:AAC27566

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 162/2017

De 13 de setembro de 2017

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar no orçamento vigente no valor R$ 100.002,73. (Cem mil e dois reais e setenta e três centavos) e dá outras providências.

RENATO TONIDANDEL, Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 720/2016 de 09.12.2016, publicada em 12.12.2016.
DECRETA
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$

100.002,73 (Cem mil e dois reais e setenta e três centavos) na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
06.001 SECR DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Classificação Funcional 12.365.000062-121 Construção da Creche
Conta/Natureza de Despesa 1517 – 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações
Destin de Recursos 104 – 25% sobre impostos R$ 94.502,73
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
08.001 SECRETARIA DE SAÚDE
Classificação Funcional 10.301.000072-081 Ativ de Assistência Médica e Sanitária
Conta/Natureza de Despesa 2350 – 44.90.52.00.00 – Equip e Material Permanente
Destin de Recursos 303 – Saúde receitas vin R$ 5.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos proveniente do Cancelamento das Seguintes dotações orçamentárias a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
06.001 SECR DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Classificação Funcional 12.365.000062-121 Construção da Creche
Conta/Natureza de Despesa 1515 – 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações
Destin de Recursos 127 – Recursos Federais R$ 94.502,73
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
08.001 SECRETARIA DE SAÚDE
Classificação Funcional 10.301.000072-081 Ativ de Assistência Médica e Sanitária
Conta/Natureza de Despesa 2300 – 33.90.34.00.00 – Outras des de pessoa decorrente
Destin de Recursos 303 – Saúde receitas vin R$ 5.500,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roseclea Margarete Forcellini Scherer
Código Identificador:9F11B885

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
RECIBO DE DECLARAÇÃO HOMOLOGADA - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Ministério da Fazenda – MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (PR)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (PR)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal
Periodicidade:	Quadrimestral
Período:	2º quadrimestre
Exercício:	2017
Assinatura(s):	

Nome:	FABRICIO ANTONIO ORTEGA
	Titular do Poder Legislativo
CPF:	990.314.189-00
Data:	12/09/2017 16:14:51

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **12/09/2017, às 16:33:32** , é:

Observações:

A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio
https://siconfi.tesouro.gov.br, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".

Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 12/09/2017 16:33:32 Página 1 de 1

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:580F39B2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

A pregoeira MARILIS CRISTINA TONINI, designada pela Portaria nº 19809/2017, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, torna público o resultado e adjudicação da Licitação:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017 - Processo nº 572/2017
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE AMBULATÓRIO PARA O CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA MUNICIPAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº. 2.317/2006 de 26 de maio de 2006, aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA

AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA – VENCEDOR DOS ITENS 4, 7, 12, 23, 24, 36, 47, 52, 55, 58, 61, 72, 74, 75, 76, 83, 86, 90, 98, 99, 101 DO LOTE 002 – NO VALOR DE R$ 21.455, 80 (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – VENCEDOR DOS ITENS 3, 5 DO LOTE 001 E DOS ITENS 1, 9, 11, 14, 18, 21, 27, 28, 31, 35, 39, 40, 49, 54, 62, 65, 67, 73, 81, 82, 93, 96, 100, 102 DO LOTE 002 NO VALOR DE R$ 24.926, 40 (vinte e quatro mil novecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)
Dental Oeste Eireli – EPP – VENCEDOR DO ITEM 92 DO LOTE 002 NO VALOR DE R$ 949, 50 (novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)
EFETIVE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES – VENCEDOR DOS ITENS 34, 63, 78, 97 DO LOTE 002 NO VALOR DE R$ 5.190, 00 (cinco mil cento e noventa reais)
HS MED COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES LTDA – VENCEDOR DOS ITENS 2, 20, 44, 85 DO LOTE 002 NO VALOR DE R$ 11.471, 76 (onze mil quatrocentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos)
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI – VENCEDOR DOS ITENS 1, 4, 6, 9 DO LOTE 001 E ITENS 22, 25, 26, 32, 41, 43, 45, 50, 53, 68, 69, 70, 79, 80, 91, 105 DO LOTE 002 – NO VALOR DE R$ 27.210, 06 (vinte e sete mil duzentos e dez reais e seis centavos)
ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA – VENCEDOR DOS ITENS 5, 8, 10, 17, 29, 33, 37, 38, 46, 51, 56, 57, 59, 84, 88, 89, 94, 95, 103, 104 – NO VALOR DE R$ 19.431, 76 (dezenove mil quatrocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos)
POSSATTO E POSSATTO LTDA EPP – VENCEDOR DO ITEM 7 DO LOTE 001 E DOS ITENS 2, 3, 13, 19, 30, 48, 66, 71, 77, 87 DO LOTE 002 NO VALOR TOTAL DE R$ 3.252, 79 (três mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos)
TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRE – VENCEDOR DOS ITENS 6, 15, 16, 60, 64 DO

LOTE 002 NO VALOR DE R$ 5.755, 20 (cinco mil setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos)

O item 8 do lote 001 – foi frustrado e o item 42 do lote 002 ficou deserto.

Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, em 13/09/2017.

MARILIS CRISTINA TONINI
Pregoeira

Publicado por:
Marilis Cristina Tonini
Código Identificador:36D9D35E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

A pregoeira MARILIS CRISTINA TONINI, designada pela Portaria nº 19809/2017, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, torna público a rerratificação do resultado e adjudicação da Licitação:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017 - Processo nº 525/2017
Objeto: Aquisição de material e reagentes para o Laboratório do Centro Municipal de Saude
onde se lê:
EMPRESA VENCEDORA
ACL ASSIST E COM PROD P/ LABORATÓRIOS LTDA – EPP –VENCEDOR DOS ITENS 3, 7, 11, 12, 16, 18, 21, 28, 30, 34, 35, 36, 38, 45, 46, 47, 48 e 50 DO LOTE 001 NO VALOR TOTAL DE R$ 12.909, 14 (DOZE MIL NOVECENTOS E NOVE REAIS E QUATORZE CENTAVOS)
QUIMIOLAB COM. E IMP. DE PROD. DE LABORATORIO LTDA EPP – VENCEDOR DOS ITENS 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 53 e 54 do LOTE 001 e todos os itens do LOTE 002 NO VALOR TOTAL DE R$ 47.415, 67 (QUARENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)
Leia-se:
EMPRESA VENCEDORA
ACL ASSIST E COM PROD P/ LABORATÓRIOS LTDA – EPP – VENCEDOR DOS ITENS 3, 7, 11, 12, 16, 18, 21, 28, 30, 34, 35, 36, 38, 40, 45, 46, 47, 48 e 50 DO LOTE 001 NO VALOR TOTAL DE R$ 13.734, 14 (TREZE MIL SETECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E QUATORZE CENTAVOS)
QUIMIOLAB COM. E IMP. DE PROD. DE LABORATORIO LTDA EPP – VENCEDOR DOS ITENS 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 53 e 54 do LOTE 001 e todos os itens do LOTE 002 NO VALOR TOTAL DE R$ 47.415, 67 (QUARENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)

Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, em 13/09/2017.

MARILIS CRISTINA TONINI
Pregoeira

Publicado por:
Marilis Cristina Tonini
Código Identificador:9F249051

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RERRATIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO 192/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017

Na publicação do dia 05/09/2017 no site da AMP e 06/09/2017 Jornal Tribuna Regional, **onde se lê:**
VALOR TOTAL: R$ 12.909,14 (doze mil novecentos e nove reais e quatorze centavos)
Leia-se:
VALOR TOTAL: R$ 13.734,14 (treze mil, setecentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos)

Os demais itens permanecem inalterados.

Santo Antonio do Sudoeste, em 13/09/2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilis Cristina Tonini
Código Identificador:E732166A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RERRATIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017 - Processo nº 525/2017
OBJETO: Aquisição de material e reagentes para o Laboratório do Centro Municipal de Saude

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº. 2.317/2006 de 26 de maio de 2006, aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
Onde se lê:
EMPRESA VENCEDORA
ACL ASSIST E COM PROD P/ LABORATÓRIOS LTDA – EPP – VENCEDOR DOS ITENS 3, 7, 11, 12, 16, 18, 21, 28, 30, 34, 35, 36, 38, 45, 46, 47, 48 e 50 DO LOTE 001 NO VALOR TOTAL DE R$ 12.909, 14 (DOZE MIL NOVECENTOS E NOVE REAIS E QUATORZE CENTAVOS)
QUIMIOLAB COM. E IMP. DE PROD. DE LABORATORIO LTDA EPP – VENCEDOR DOS ITENS 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 53 e 54 do LOTE 001 e todos os itens do LOTE 002 NO VALOR TOTAL DE R$ 47.415, 67 (QUARENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)
Leia-se:

ACL ASSIST E COM PROD P/ LABORATÓRIOS LTDA – EPP – VENCEDOR DOS ITENS 3, 7, 11, 12, 16, 18, 21, 28, 30, 34, 35, 36, 38, 40, 45, 46, 47, 48 e 50 DO LOTE 001 NO VALOR TOTAL DE R$ 13.734, 14 (TREZE MIL SETECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E QUATORZE CENTAVOS)
QUIMIOLAB COM. E IMP. DE PROD. DE LABORATORIO LTDA EPP – VENCEDOR DOS ITENS 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 53 e 54 do LOTE 001 e todos os itens do LOTE 002 NO VALOR TOTAL DE R$ 47.415, 67 (QUARENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 13/09/2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilis Cristina Tonini
Código Identificador:A977995B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017 - Processo nº 572/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE AMBULATÓRIO PARA O CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA MUNICIPAL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº. 2.317/2006 de 26 de maio de 2006, aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESAS VENCEDORAS
AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA – VENCEDOR DOS ITENS 4, 7, 12, 23, 24, 36, 47, 52, 55, 58, 61, 72, 74, 75, 76, 83, 86, 90, 98, 99, 101 DO LOTE 002 – NO VALOR DE R$ 21.455, 80 (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – VENCEDOR DOS ITENS 3, 5 DO LOTE 001 E DOS ITENS 1, 9, 11, 14, 18, 21, 27, 28, 31, 35, 39, 40, 49, 54, 62, 65, 67, 73, 81, 82, 93, 96, 100, 102 DO LOTE 002 NO VALOR DE R$ 24.926, 40 (vinte e quatro mil novecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)
Dental Oeste Eireli – EPP – VENCEDOR DO ITEM 92 DO LOTE 002 NO VALOR DE R$ 949, 50 (novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)
EFETIVE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES – VENCEDOR DOS ITENS 34, 63, 78, 97 DO LOTE 002 NO VALOR DE R$ 5.190, 00 (cinco mil cento e noventa reais)
HS MED COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES LTDA – VENCEDOR DOS ITENS 2, 20, 44, 85 DO LOTE 002 NO VALOR DE R$ 11.471, 76 (onze mil quatrocentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos)
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI – VENCEDOR DOS ITENS 1, 4, 6, 9 DO LOTE 001 E ITENS 22, 25, 26, 32, 41, 43, 45, 50, 53, 68, 69, 70, 79, 80, 91, 105 DO LOTE 002 – NO VALOR DE R$ 27.210, 06 (vinte e sete mil duzentos e dez reais e seis centavos)
ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA – VENCEDOR DOS ITENS 5, 8, 10, 17, 29, 33, 37, 38, 46, 51, 56, 57, 59, 84, 88, 89, 94, 95, 103, 104 – NO VALOR DE R$ 19.431, 76 (dezenove mil quatrocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos)
POSSATTO E POSSATTO LTDA EPP – VENCEDOR DO ITEM 7 DO LOTE 001 E DOS ITENS 2, 3, 13, 19, 30, 48, 66, 71, 77, 87 DO LOTE 002 NO VALOR TOTAL DE R$ 3.252, 79 (três mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos)
TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRE – VENCEDOR DOS ITENS 6, 15, 16, 60, 64 DO LOTE 002 NO VALOR DE R$ 5.755, 20 (cinco mil setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos)
Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 13/09/2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilis Cristina Tonini
Código Identificador:9F6F5784

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017/PMSAS - PROCESSO Nº 422/2017
O Município de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, registrado no CNPJ/MF sob o nº 75.927.582/0001-55, através do seu prefeito municipal Sr. ZELIRIO PERON FERRARI, torna público que a quinta sessão da Tomada de Preços nº 002/2017, será realizada as 08:30 horas do dia 15 de setembro de 2017, na sala do Departamento de Licitações e compras, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Brasil, 621, anexo ao Banco do Brasil, 1º piso, quando serão abertos os envelopes n° 05, HABILITAÇÃO, bem como demais procedimentos previstos no item 7, subitem 7.2 do Edital.

Santo Antonio do Sudoeste, em 13 de setembro de 2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilis Cristina Tonini
Código Identificador:46992E25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 189/2017 - CONCEDE PAGAMENTO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 189/2017

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 532/2013.

RESOLVE

CONCEDER pagamento de diárias ao Servidor abaixo relacionado.
Nome: Rosilene Bonifacio de Souza RG: 7.188.706-5
Destino: Curitiba – PR.
Motivo: Acompanhar Paciente: Michely Vitória de Souza Ribas no Hospital Pequeno Príncipe – Curitiba – PR.
Data: 13 e 14 de setembro de 2017
Quantidade de Diárias: 02
Meio de Transporte: Veiculo Ambulância Renault – Placa AZP - 4029
Valor Unitário da Diária: R$ 240,00
Valor Total da Diária: R$ 480,00

São José das Palmeiras, 13 de setembro de 2017.

ERONISES FERNANDES DA SILVA
Secretário de Saúde

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:6A23FC60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 190/2017 - DIÁRIAS CONCEDE PAGAMENTO DE

PORTARIA Nº 190/2017

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 532/2013.

RESOLVE

CONCEDER pagamento de diárias ao Servidor abaixo relacionado.

Nome: Edson Correia Lira RG: 9.718.030-0
Destino: Curitiba – PR.
Motivo: Levar Paciente: Michely Vitória de Souza Ribas no Hospital Pequeno Príncipe – Curitiba – PR.
Data: 13 e 14 de setembro de 2017
Quantidade de Diárias: 02
Meio de Transporte: Veiculo Ambulância Renault – Placa AZP - 4029
Valor Unitário da Diária: R$ 240,00
Valor Total da Diária: R$ 480,00

São José das Palmeiras, 13 de setembro de 2017.

ERONISES FERNANDES DA SILVA
Secretário de Saúde

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:5B117A45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DO IGUAÇU
PORTARIA N. º 08, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017.

Concede o afastamento da atividade por motivo de doença ao Servidor ocupante do cargo em Comissão de Diretor da Diretoria Geral da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas legais , e regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER, a partir de 05 de Setembro de 2017 a 05 de março de 2018, o afastamento da atividade por motivo de doença ao servidor Senhor **CARIOLANDO DE CARVALHO**, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 4.242.570-2-SSP-PR, e CPF/MF. Nº 524.981.079-91, nomeado pela Portaria nº05, de 22 de fevereiro de 2017, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor da Diretoria Geral da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, com o Símbolo CC-01, constante e originário dos Anexos IV, e V, da Lei Municipal Nº 658, de 04 de novembro de 2011, e alterações.

Art. 2º - o afastamento da atividade por motivo de doença de que trata o artigo **1º** desta Portaria e motivado pelo Atestado Medico protocolado sob n º 115/2017, em 12 de setembro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 12 de Setembro de 2017.

RENATO BRAVO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Bruna dos Santos Faria
Código Identificador:1BD50EE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 292/2016

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 76.167.733/0001-87, com sede na Av. Manoel Ribas, 818, Centro, CEP 84290-000, no Município de Sapopema – PR, neste ato representado pela Sr Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, ***SRº. GIMERSON DE JESUS SUBTIL,*** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. 5.016.668-6 o CPF sob o nº. 689.440.129-20 residente e domiciliado nesta cidade, Rua Santana, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666 de 21/03/93, atualizada pela Lei n.º 8.886, de 08/06/1994, e processo Licitatório decorrente do processo de Licitação sob a modalidade **Pregão n.º 88/2016**, neste ato denominado CONTRATANTE.

CONTRATADO: AGENOR DE LIMA NETO - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade Sapopema/PR. Avenida Manoel Ribas, 818 - sede - CEP: 84290000 - BAIRRO: Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 76.167.733/0001-87 neste ato representada pelo **AGENOR DE LIMA NETO** , maior, casado, comerciante, portador do C.P.F. nº 713.603.368-34, residente e domiciliado na cidade DE Cornélio Procópio/PR. PRAÇA MANOEL RIBAS , 40 - CEP: 86300000 - BAIRRO: CENTRO

CLÁUSULA 1ª: Na forma do art. 65 §1º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, fica acrescido em R$: 1.612,00 (um mil seiscentos e doze reais) totalizando o valor de R$: 8.112,00 (oito mil cento e doze reais).

CLÁUSULA 2ª - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Sapopema PR,13 de setembro de 2017

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:1057FE67

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº. 1077/2017

Súmula: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER EM REGIME DE COMODATO BENS MÓVEIS EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO CASA FAMILIAR PADRE SASAKI DO MUNICIPIO DE SAPOPEMA , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em regime de comodato, bens relacionados na presente Lei para a **ASSOCIAÇÃO CASA FAMILIAR PADRE SASAKI DO MUNICIPIO DE SAPOPEMA**, com registro no CNPJ sob nº 00.770.796/0001-61.

Art. 2°. Os bens cedidos consistem em 133 (cento e trinta e três) jogos escolares de mobiliário, sendo Conjunto Aluno / CJA-06 (para alunos com altura entre 1,59 m e 1,88m).

Art. 3º. A cessão dos bens acima descrito, fica condicionada à assinatura de contrato de comodato, mediante as seguintes condições e cláusulas mínimas:
I - Utilização dos bens pela Comodatária na sede as comodatária;
II - Responsabilidade da Comodatária pela conservação dos bens;
III - Vedação à sua locação, sublocação ou cessão, a qualquer título;
IV - Possibilidade de rescisão do contrato, por ato unilateral da Administração Municipal, mediante razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou por descumprimento da presente Lei.
V - Permanecer o Município de Sapopema com direito final de guarda, e o dever de fiscalizar a correta operação e manutenção, dos bens cedidos em comodato.

Art. 4º. O prazo de cessão em comodato será de 05 (cinco) anos, contados da assinatura e publicação do contrato fixado no mural oficial do Município, podendo ser prorrogado por iguais períodos a critério da administração.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal poderá baixar outras medidas reguladoras para a execução da presente Lei.

Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAPOPEMA, em 12 de setembro de 2017.

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:1DBB8D65

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI N.º 1079/2017

Súmula: "Dispõe sobre a alteração da Lei nº 541/2005 e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte :

LEI

Art 1º) Altera a carga horária de 40 (quarenta horas) para 20 (vinte horas) semanais dos cargos de Fonoaudióloga, Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo.
Art. 2º) Altera os níveis salariais do cargo de Fonoaudióloga, para nível 16, Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo, para nível 18, conforme tabela de níveis salariais.
Art. 3º) As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.
Art. 4º) Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema, 12 de setembro de 2017

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:6BBA1DAA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI N.º 1080/2017.

Súmula: "Dispõe sobre a criação de vaga em cargo existente, altera a Lei Municipal nº 657/2008, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei :

LEI

Art 1º) Cria-se 01 (uma) vaga para o cargo de Advogado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimento nível salarial inicial 21.
Art 2º Cria-se 01 (uma) vaga para o cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 (vinte) horas semanais, com vencimento nível salarial inicial 21.
Art 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.
Art. 4º) Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema, 12 de setembro de 2017

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:C9CE7484

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº. 1081/2017

SÚMULA: *DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE NOME DE RUA LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE SAPOPEMA, ANTERIORMENTE SEM DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **Gimerson de Jesus Subtil**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica denominada **Rua das Clinicas**, a Rua anteriormente denominada de lote, sendo esta objeto de transmissão por Zineu Sutil Guerreiro no ano de 2004, convertido referido lote em rua, e constante da matricula 5.119 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva/PR.

Art. 2º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar as placas relativas á denominação de que tratam os artigos desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sapopema, 12 de setembro de 2017.

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:A80D1E37

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº. 1082/2017

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O POVO DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - PR, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR no orçamento do município de Sapopema, para o exercício de 2017 **(Lei nº 1037/2016)**.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no orçamento-programa do Município de Sapopema, para o exercício de 2017 (Lei nº 1037/2016), um crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), mediante as seguintes providências:

1 - inclusão de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

04.001		TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIARIOS		
26.782.0004-2006		MANUTENÇÃO DO TRANSP. URBANO E TRANSP. RURAL		
525	4490.52.00.00	01605	Equipamentos e Material Permanente	400.000,00
Total da Unidade				**400.000,00**

Art. 3º - Como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata a presente Lei, serão utilizadas:
- As receitas provenientes de operações de crédito autorizadas pela Lei nº 1063/2017.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sapopema – PR, 13 setembro de 2017.

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:C6B36AAD

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 13/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 13/2017
O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, de conformidade com as Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, torna público que encontra-se a disposição dos interessados, a partir da data da publicação deste o Edital de Tomada de Preços para **Contratação de Profissional na Área da Saúde - (Médicos) Para Prestar Atendimento de Sobreaviso, Direção Clinica, Plantões aos Domingos e Feriados no Hospital Municipal Santana Do Município de Sapopema – Pr.** Os envelopes deverão ser entregues impreterivelmente até as 09:00h do

dia 29/09/2017, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. O início de abertura dos envelopes será às 09:30 horas do dia 29/09/2017 na Sala de Reuniões da Prefeitura. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados através do site: www.sapopema.pr.gov.br.

Sapopema, 14 de setembro de 2017.

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

DIRCE DE FÁTIMA V. DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:D60C23AE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA A ESCOLA ESPECIAL PROFª ANADIR MAINARDES DA COSTA, EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL - APAE, CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL Nº 1073/2017.** Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas **AG ROSSATO - DISTRIBUIDORA - ME,** no valor de R$ 3.522,64(três mil quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos), **Campos e Gava Ltda,** no valor de R$ 2.315,00(dois mil trezentos e quinze reais), **JAIR SILVA DE ANDRADE - ME,** no valor de R$ 5.948,57(cinco mil novecentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e sete centavos), **OFICIO 2 PAPELARIA LTDA EPP**,no valor de R$ 1.850,90(um mil oitocentos e cinqüenta reais e noventa centavos).Sendo valor total R$ 13.637,11(treze mil seiscentos e trinta e sete reais e onze centavos).

Contratos nº 256 a 259/2017
Vigência de ate 30/12/2018

Sapopema PR, 13 de setembro 2017

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:E5079264

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/201

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2017
O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, Estado do Paraná, através da Pregoeira, de conformidade com a Lei Federal Nº 10.520/2002, Decreto Federal Nº 5.450/2005, Decreto Federal nº 5.504/2005 e subsidiariamente, as Leis Federais Nº 8.666/93 e 8.883/94, e Lei Municipal Nº 600/2006 torna público que encontra-se a disposição dos interessados, à partir da data da publicação deste, o Edital de Pregão Presencial para **Aquisição de Bombons Para os Alunos da Rede Publica em Comemoração ao dia das Crianças no Município de Sapopema-Pr**. A abertura dos envelopes será às 09:30 horas do dia 28/09/2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Sapopema, na Av. Manoel Ribas, 818 – Centro – Sapopema – PR. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.sapopema.pr.gov.br .

Sapopema, 14 de setembro de 2017 .

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

DIRCE DE FÁTIMA V. DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:9137CE2C

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO NORDESTE
PORTARIA N.º 21/2017

Súmula: Nomeia Comissão Permanente de Licitação do CODENOP, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CODENOP, Estado do Paraná, GIMERSON DE JESUS SUBTIL, usando das atribuições que lhe são conferidas por Estatuto, no interesse dos Consorciados e de conformidade com a Lei 8.666/93, art. 51 e seus parágrafos.

RESOLVE

Art. 1º. Resolve revogar a Portaria nº 10/2017 e **NOMEAR A NOV COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, que será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:
1. **CLAUDIO EDISON DA COSTA,** portador do RG n.º 3.719.540-5, servidor público de carreira do município de Sapopema – PR;
2. **MARCILEIA GUERREIRO DA COSTA**, portadora do RG n.º 5.113.797-3, servidor público em Comissão do município de Sapopema – PR;
3. **FRANCIELE FLOR DELFINO**, portador do RG n.º 10.353.432-1, servidor público de carreira do município de Sapopema - PR.

Art. 2º. O prazo de mandato da Comissão será de 01 (um) ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema, 08 de Setembro de 2017

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Presidente do Consórcio

Publicado por:
Ana Paula Gomes Alexandre Sartori
Código Identificador:6CB89DE8

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO NORDESTE
PORTARIA N.º 22/2017

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE – CODENOP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,CONSIDERANDO O DISPOSTO NA LEI 10.520/2002.

RESOLVE

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 17/2017, e **NOMEAR como PREGOEIRA e como Membros da Equipe de Apoio**, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão, os servidores do município de Sapopema, abaixo relacionados:

Pregoeira
FRANCIELE FLOR DELFINO – RG Nº 10.353.432-1

Membros da Equipe de Apoio
MARCILEIA GUERREIRO DA COSTA RG n.º 5.113.797-3
CLAUDIO EDISON DA COSTA RG n.º 3.719.540-5

Art. 2º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, entrando em vigor na data de sua publicação, com validade até 31/12/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

Sapopema, 08 de Setembro de 2017.

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Presidente do Consórcio

Publicado por:
Ana Paula Gomes Alexandre Sartori
Código Identificador:46784E54

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO NORDESTE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 - CODENOP

FICA RETIFICADO OS ITENS 4.3 E 4.4 DO ANEXO I:

4.3. Ser responsável por todas as despesasdiretase/ou indiretas relacionadas com o fornecimento do objeto contratual;

4.4. Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Consórcio ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento por parte do Consórcio;

DIRCE DE F. VIEIRA DE OLIVEIRA
Pregoeira

GOMERSON DE JESUS SUBTIL
Presidente do Consórcio

Publicado por:
Ana Paula Gomes Alexandre Sartori
Código Identificador:29324141

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 157/2017 – PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 102/2017 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ASSIM DEFINIDAS PELO ART. 3º DA L.C. Nº 123/06)

OBJETO: Aquisição de persianas (instaladas) para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO GLOBAL :– R$ 10.946,46 (dez mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Informações Gerais: O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Sengés, Departamento de Compras e Licitações, sito à Travessa Souza Naves nº 95. Mais informações poderão ser obtidas através do telefone 43 - 3567-1400 e no endereço eletrônico:
licitacoes.senges@hotmail.com.

DATA DA REALIZAÇÃO (início dos lances): 27/09/2017 às 13h30min.

Sengés, 13 de setembro de 2017

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

JAQUELINE NUNES DA SILVA
SMS

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:00B8DF21

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 156/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 015/2017

O Município de Sengés/PR comunica que será contratada a empresa **SERVOPA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 75.564.624/0005-27, para a prestação de serviços consistentes na revisão dos veículos VW/NOVO GOL TL MCV 1.0 ANO/MOD 2017/2017 - PLACAS : BBI - 2132 , BBI 4615, BBI 4616 e BBI 2134 incluindo o fornecimento de peças e materiais necessários, conforme justificativa constante nos autos, no valor total de R$ 3.707,31 (três mil, setecentos e sete reais e trinta e um centavos), por Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o disposto no *caput* do Artigo n.º 25, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Ratifico a Inexigibilidade supracitada, nos termos do artigo 26, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Sengés, 13 de Setembro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:7663EA07

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DEMONSTRATIVO RESULTADO NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMOSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO DE 2017			
RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2016 (a)	Em 30/06/2017 (b)	Em 31/08/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.434.725,00	1.205.860,69	1.130.855,78
DEDUÇÕES (II)	3.365.242,08	5.767.871,84	12.136.649,13
Disponibilidade de Caixa	3.339.049,44	5.737.153,75	12.093.089,07
Disponibilidade de caixa bruta	3.702.054,66	6.595.273,58	13.059.020,37
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	363.005,22	858.119,83	965.931,30
Demais haveres financeiros	26.192,64	30.718,09	43.560,06
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(1.930.517,08)	(4.562.011,15)	(11.005.793,35)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	677.262,33	645.148,17	635.790,67
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(2.607.779,41)	(5.207.159,32)	(11.641.584,02)
RESULTADO NOMINAL		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No bimestre (c-b)	Jan a Ago (c-a)
RESULTADO NOMINAL		(6.434.424,70)	(9.033.804,61)
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:E723B08B

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.587.808,24	4.685,32
Pessoal Ativo	22.420.505,63	4.685,32
Pessoal Inativo e Pensionistas	800.907,70	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	366.394,91	0,00

Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.022.840,87	4.511,31
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	877.791,65	4.511,31
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	145.049,22	0,00
Pensionistas	43.201,29	0,00
IRRF	101.847,93	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) - IN 56 TCE/PR	22.564.967,37	174,01
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		22.565.141,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	50.526.953,61	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	50.526.953,61	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	22.565.141,38	44,66%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.284.554,95	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	25.920.327,20	51,3%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.556.099,45	48,6%

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:0A755656

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DIVIDA CONSOLIDADA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2017				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.434.725,00	1.282.074,47	1.130.855,78	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.434.725,00	1.282.074,47	1.130.855,78	0,00
Empréstimos	1.434.725,00	1.282.074,47	1.130.855,78	0,00
Internos	1.434.725,00	1.282.074,47	1.130.855,78	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	757.462,67	626.221,58	495.065,11	0,00
Internos	757.462,67	626.221,58	495.065,11	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	677.262,33	655.852,89	635.790,67	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	677.262,33	655.852,89	635.790,67	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.365.242,08	6.595.946,97	12.136.649,14	0,00
Disponibilidade de Caixa	3.339.049,44	6.551.808,53	12.093.089,08	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.702.054,66	7.387.609,40	13.059.020,37	0,00
(-) Restos a pagar processados	363.005,22	835.800,87	965.931,29	0,00
Demais Haveres Financeiros	26.192,64	44.138,44	43.560,06	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(1.930.517,08)	(5.313.872,50)	(11.005.793,36)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - (RCL)	41.537.340,51	43.494.851,86	50.526.953,61	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	3,45	2,95	2,24	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(4,65)	(12,22)	(21,78)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	120,00	120,00	120,00	120,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	108,00	108,00	108,00	108,00
OUTROS VALORES INTEGRANTES DA DC	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	201.414,63	183.562,53	182.381,02	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	8.353,84	3.669.860,07	4.154.644,64	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:50097318

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
GARANTIAS VALORES

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2017				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	41.537.340,51	43.494.851,86	50.526.953,61	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	9.138.214,91	9.568.867,41	11.115.929,79	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – 90%	8.224.393,42	8.611.980,67	10.004.336,81	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operação de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operação de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS				

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:2093FF8D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO OPERAÇÕES DE CREDITO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2017		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00

Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.526.953,61	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III)= (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.084.312,58	16,0 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	7.275.881,32	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	3.536.886,75	7,0 %
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:D434EB09

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RECEITA OPERAÇÃO DE CREDITO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2017				
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.679.129,35	2.335.241,52	1.061.456,87	2.343.887,83
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.679.129,35	2.335.241,52	1.061.456,87	2.343.887,83
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I – II)	(4.679.129,35)	(2.335.241,52)	-	(2.343.887,83)

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:D8E6FD5F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMOSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2017	
RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	43.602.000,00
Previsão Atualizada da Receita	46.175.316,44
Receitas Realizadas	36.088.206,98
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00
Dotação Inicial	43.602.000,00
Créditos Adicionais	3.497.611,31
Dotação Atualizada	47.099.611,31
Despesas Empenhadas	29.272.005,83
Despesas Liquidadas	25.117.361,19
Despesas Pagas	24.153.384,69
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	29.272.005,83
Despesas Liquidadas	25.117.361,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	50.526.953,61
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	
Receitas Previdenciárias (IV)	
Despesas Previdenciárias (V)	
Resultado Previdenciário (IV - V)	

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	(9.033.804,62)	0,00 %
Resultado Primário	0,00	6.879.123,71	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	526.828,70	0,01	361.050,41	165.778,28
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.022.171,95	966.040,97	1.047.777,14	8.353,84
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.549.000,65	966.040,98	1.408.827,55	174.132,12

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	%Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	5.398.930,99	25% / 18%	18,19 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino	3.349.523,14	60%	63,55 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	2.335.241,52	2.343.887,83

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (IV - V)				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	2.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	50.967,47	10.412,53

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	%Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.852.941,99	15%	16,76 %

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:6395E255

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2017		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Liquida		50.526.953,61
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa total com pessoal - DTP	22.565.141,38	44,65
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.284.554,95	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	25.920.327,20	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida consolidada líquida	-11.005.793,36	-21,78
Limite definido por resolução do senado federal	60.632.344,33	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das garantias de valores	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	11.115.929,79	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para	8.084.312,58	16,00

operações de crédito internas e externas		
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	3.536.886,75	7,00
RESTO A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.076.345,74	11.852.663,19

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:DC029CC3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1282/2017

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 86 da Lei nº. 10/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

CONCEDE
A servidora ROSI MARLEI DA SILVA, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, matrícula funcional de nº. 1773-1, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Departamento de Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a partir da data de 11/09/2017, relativas ao período aquisitivo de 22/09/2016 a 21/09/2017.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:A9052C1C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1281/2017

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 86 da Lei nº. 10/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),*

CONCEDE
À servidora ZULIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Dentista II, nível 21, matrícula funcional de nº. 1577-1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Departamento de Odontologia, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a partir da data de 01/09/2017, relativas ao período aquisitivo de 05/07/2015 a 04/07/2016.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:4056F39A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1587/2017

SÚMULA:- NOMEIA PROFESSOR

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Nelson Ferreira Ramos,** no uso das atribuições de seu cargo,

DECRETA :-

Art.1º:- Fica a Sra., TANIA MARA DOS SANTOS DE MELO, portadora da CI/RG nº. 7.357.434-0 SESP/PR, NOMEADA em virtude de habilitação em concurso público, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10/92, de 20 de novembro de 1992 e Lei 637/90, de 15 de março de 1990, para exercer cargo de **Professor** do Quadro Próprio desta Municipalidade, na Secretaria Municipal de Educação, nas diversar unidades que a compõe.
Art. 2º:- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a data de 12/09/2017.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:A08C996A

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTÓGRAFO DE LEI Nº 246/2017

Súmula: Abre Credito Adicional Suplementar e Especial no valor de R$ 333.538,45 (TREZENTOS E TRINTA E TRÊS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E OITO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS), e dá outras providências.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de R$ 333.538,45 (TREZENTOS E TRINTA E TRÊS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E OITO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
002- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0012.2024 – MANUT DO DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
002120.104.4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....**R$ 43.538,45**
08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
002- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
12.365.0012.2026 – MANUT DA EDUCACAO INFANTIL CRECHES
002190.104.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.....**R$ 25.000,00**
002216.104.4.4.90.51.00.00 – Obras e instalações.....**R$ 278.000,00 (E)**

Art. 2º. **- Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior, utilizar-se-á as formas constantes do artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, excesso de arrecadação da fonte 104.**

Art. 3º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

(Esta Lei foi Decretada pela Câmara Municipal de Sengés, em Sessão Extraordinária realizada em data de 13-09-2017, conferindo com o original que consta no Livro de Registro de Leis deste Legislativo).

Sala das Sessões, em 13 de Setembro de 2017.

MARIANE LUPINACCI
Presidente

ANÁRIO ALVES FILHO
1º Secretário

Publicado por:
Luciane Aparecida Vieira
Código Identificador:F6D5BEFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 002/2017 DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova o Orçamento para 2018.

O Conselho Municipal de Educação do Município de Sengés, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 018/2001 de 13/12/2001.
Tendo em vista a análise da minuta da elaboração do Orçamento para o exercício de 2018. Somos de parecer favorável aos indicadores de Desempenho e das ações a serem realizadas.

Sengés, 12 de setembro de 2017.

ARISTIDES CARLOS GOMES NETTO
Presidente do Conselho Municipal de Educação.

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:3444B5A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2017

Súmula: Aprovar Termo de Adesão ao Incentivo Família Paranaense – Adesão Espontânea – Deliberação n° 66/2017 – CEAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.032/95 de 28/11/1995, e o disposto no inciso, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93.

E, considerando a deliberação da plenária realizada em 06 de Setembro de 2017, ata nº 134.

Resolve:

Art. 1º - Aprova o Termo de Adesão ao Incentivo Família Paranaense – Adesão Espontânea – Deliberação n° 66/2017 – CEAS;

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data desta publicação.

Sertanópolis, 12 Setembro de 2017.

CARLOS ALBERTO APARECIDO TORRES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:064A7D5D

ASSESSORIA GERAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2017 TEMO DE COLABORAÇÃO N°002/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE CELEBRA Município de Sertanópolis, Pr., através do Departamento de Assistência Social, com o objetivo de reunir entidades representativas de trabalhos especializados no atendimento à criança e ao adolescente para o desenvolvimento do projeto “Acordes pela Vida”.

1. DAS PARTES
O **MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF 76.245.034/0001-08, com sede na Av. Dr. Vacyr Gonçalves Pereira n.º 342, centro, Sertanópolis/PR, doravante denominado de “MUNICÍPIO”, aqui representado pelo Sr. Prefeito Municipal, ALEOCÍDIO BALZANELO, inscrito no CPF/MF sob o n.º 044.731.679-68; e o **Departamento de Assistência Social** do Município de Sertanópolis, na qualidade de anuente, doravante denominado de “Departamento”, neste ato representado pelo seu Diretor, o(a) Senhor(a) DANIELA CRISTINA SPOLADOR, CPF n° 045.136.209-86; e a instituição **MISSÃO FILADELFIA**, pessoa jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.122.131/0001-28, com sede na Rua Minas Gerais 607, centro, Sertanópolis/PR, doravante denominada de “INSTITUIÇÃO”, neste ato representado (a) por seu Presidente CLAIR SORIANI RODOLFO, CPF: 966.881.229-87, celebram o presente **Instrumento de Colaboração**, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, e aos demais atos normativos do Poder Público, efetivando-se segundo as cláusulas a seguir discorridas, mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas, a saber:

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS
CONSIDERANDO o princípio da economicidade que analisa os atos administrativos sob o ponto de vista econômico e tem por objetivo verificar se, por ocasião de sua realização, o administrador observou a relação custo-benefício, para que os recursos tenham sido empregados da forma mais econômica, eficiente e vantajosa para o Poder Público;
CONSIDERANDO que a Constituição de 1988 consagrou uma nova acepção do dever de bem agir do administrador público, ao lado do dever de eficiência. Este princípio não deve ser apenas financeiro, mas, também, precisa conter uma análise da relação de custos e benefícios sociais que, certamente, precederão toda e qualquer alocação de recursos;
CONSIDERANDO que o presente Termo de Colaboração observa os princípios da economicidade e eficiência, assim como os da legalidade, moralidade, publicidade e demais princípios norteadores dos atos públicos;
CONSIDERANDO que o objeto, as ações, metas, duração, metodologias e os prazos de execução estão detalhados no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, aprovado pelas cooperantes.
CONSIDERANDO que os bens a serem adquiridos estão detalhados no Plano de Aplicação, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, aprovado pelas cooperantes.

3. DOS OBJETOS
Os objetos do presente Termo de Colaboração são os seguintes:
Oportunizar o acesso ao ensino musical para crianças e adolescentes do Município de Sertanópolis; Promover o ensino das artes como item curricular e contribuir para a descoberta das aptidões e afinidades nas crianças e adolescentes; Incentivar o crescimento do repertorio cultural através da arte, na medida em que a criança e o adolescente de forma criativa, tenham maior proximidade com o universo cultural, através dos instrumentos musicais; Executar um programa de educação musical com equipamentos e instrumentos adequados a metodologia adotada; Promover a formação de pessoa humana, a construção da cidadania, o desenvolvimento de habilidades socioeducativas, o resgate de valores culturais, descoberta de talentos e a profissionalização; Desenvolver habilidades especificas nas crianças e adolescentes, através do manuseio com disciplina, de diversos tipos de instrumentos musicais, servindo como atividade de educação e lazer, integrando-os através da música, cujo estimulo já comprovado melhora o desempenho na escola de ensino regular; Afinar e desenvolver as habilidades de coordenação senso-motora, através da audição e sensibilidade emocional.

4. DAS METAS A SEREM ATINGIDAS
Integrar a música ao processo interdisciplinar, possibilitando a redução das diferenças de classe econômica e contribuindo para a inclusão social de crianças e adolescentes da comunidade local;

5. DOS VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS
5.1. Para a realização do objeto da presente parceria haverá repasse do valor de **R$ 38.347,00** (trinta e oito mil, trezentos e quarenta e sete reais).
5.2. A não apresentação de relatórios de execução parciais e prestação de contas pela INSTITUIÇÃO no prazo e forma estabelecidos nos correspondentes planos de trabalho e cronogramas implicará no rompimento da cessão, com devolução dos bens, sem prejuízo da responsabilização do cessionário.
5.3. A quantidade/diversidade de bens poderá ser aumentada, se houver ampliação do objeto capaz de justificá-la, formalizado mediante aditivo e condicionado à apresentação e prévia aprovação de projeto adicional detalhado pelas entidades convenentes e à comprovação da execução das etapas anteriores.

5.2. DA MEMÓRIA DO CÁLCULO

5.2.1. Consoante o projeto da municipalidade, foram consideradas as necessidades da entidade, capazes de atender as atividades que o Município intenta que desenvolva.

6. DA VIGÊNCIA E DA CELEBRAÇÃO DO TERMO

6.1. Este Termo de Colaboração é celebrado aos 05 dias do mês de Setembro de 2017 e terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até 60 meses.

7. DA RESPONSABILIDADE PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO

7.1. Fica indicado como pessoa responsável técnico pelo acompanhamento e fiscalização do presente Termo de Colaboração o servidor efetivo Sr.(a) LEILA CRISTINA KUREK MORCELLI, inscrito(a) no CPF sob o n° 059.842.849-60 ou outro que o substitua mediante indicação do concedente.

7.2. Adicionalmente ao presente termo, será editado decreto pelo poder executivo do município ratificando a presente indicação.

7.3. A INSTITUIÇÃO garante o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado o **MUNICÍPIO**, além dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

7.4. DA EXECUÇÃO DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.4.1. O responsável técnico responsável pelo acompanhamento e fiscalização da transferência e da execução dos objetos do presente Termo, é responsável pela emissão dos seguintes documentos destinados a atestar a adequada utilização dos recursos:

Termo de Acompanhamento e Fiscalização, emitido sempre que houver alguma verificação ou intervenção do fiscal responsável, onde deverá documentar a atividade ocorrida, bem como a condição em que se encontra a execução do objeto naquele momento, destacando inclusive, a omissão do tomador dos recursos quando não houver a execução do objeto ou divergências deste em relação ao pactuado;

Certificado de Conclusão ou de Recebimento Definitivo da Obra: documento circunstanciado emitido ao final do acompanhamento da aplicação dos recursos destinados à execução de obras por intermédio do qual se certifica a adequação do objeto aos termos do termo de transferência;

Certificado de Instalação e de Funcionamento de Equipamentos: documento por intermédio do qual se certifica que os equipamentos: (a) foram adquiridos conforme previsto pelo termo de transferência; (b) estão adequadamente instalados; (c) estão em pleno funcionamento nas dependências do tomador dos recursos ou em outro local designado pelo termo de transferência; e (d) em uso na atividade proposta;

Certificado de Compatibilidade Físico-Financeira: documento emitido nos casos em que o objeto ainda não tenha sido concluído, mas a proporção já executada possibilita a colocação do objeto em uso, certificando se o percentual físico executado é compatível ou não com o percentual dos recursos até então repassados;

Certificado de Cumprimento dos Objetivos: documento que certifica o cumprimento integral do objeto do termo de transferência.

7.4.1.1. Os incisos II e III somente serão exigidos em caso de construção e aquisição de equipamentos.

8. DA RESCISÃO

8.1. Aos partícipes é facultado a qualquer tempo denunciar ou rescindir a presente avença, mediante expresso comunicado dado a conhecer com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo às responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, creditados, igualmente, os benefícios adquiridos nesse período.

8.2. DO DESCUMPRIMENTO

8.2.1. Sem prejuízo de outras medidas previstas na legislação, o descumprimento ou o inadimplemento das cláusulas ajustadas constitui motivo de rescisão e importará:

Para o **MUNICÍPIO**, a devolução dos bens avençados na Cláusula "5.1" e a revisão das metas fixadas nos Planos de Ação;

Para a **INSTITUIÇÃO**, a revisão de suas atividades no município, facultada adequação de seus recursos operacionais, sem prejuízo de haver as parcelas não transferidas até a data do descumprimento.

8.2.2. As metas e os valores referentes aos Planos de Trabalho revistos serão consignados em Termo de Aditamento próprio.

9. DAS VEDAÇÕES

9.1. **É VEDADA**, sob pena de nulidade, de sustação do ato e de imputação de responsabilidade pessoal ao gestor e ao representante legal do órgão concedente:

Aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;

Utilização dos bens cedidos com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do termo de transferência e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

Repasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do ato de transferência;

A INSTITUIÇÃO ter como dirigentes ou controladores:

Membros do Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

Servidor público vinculado ao Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.

10. DA EXECUÇÃO

10.1. Salvo motivo de caso fortuito ou de força maior devidamente justificado e comprovado ou, ainda, se expressamente estabelecido de forma diversa pelo plano de trabalho, o gestor deverá iniciar a execução do objeto do termo de transferência dentro de 30 (trinta) dias a partir do recebimento dos valores.

10.2. Além das exigências constantes nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e nas normas do Município, cabe ao tomador dos recursos:

Empregar os bens exclusivamente para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo presente Termo;

Garantir o livre acesso, a qualquer tempo, dos servidores dos sistemas de controle interno e externo a todos os atos, fatos e documentos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado;

Atender as recomendações, exigências e determinações do concedente dos recursos e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo.

11. DOS COMPROMISSOS E ATRIBUIÇÕES

11.1. **Para cumprir o estabelecido neste Termo são atribuições:**

I – Da **INSTITUIÇÃO**:

Delimitar as diretrizes respeitantes à realização do objeto, ordenando-as por prioridade, ajustando com o **MUNICÍPIO** as ações formalizadas nos Planos de Trabalho;

Promover a execução do objeto do presente Termo de Colaboração na forma e prazos estabelecidos nos Planos de Trabalho;

Aplicar os bens especificados na consecução do objeto;

Informar o **MUNICÍPIO** dos eventos que dificultem ou interrompam a realização do objeto;

Apresentar relatórios anuais de execução do Planos de Ação nos prazos estabelecidos em comum acordo com o **MUNICÍPIO**;

Permitir e facilitar que os órgãos públicos fiscalizadores acessem a documentação e conheçam os atos e fatos relacionados ao presente Termo de Colaboração;

Atender as solicitações do **MUNICÍPIO** quanto a execução do plano de ação e cumprir as recomendações, exigências e determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

Dispor e administrar os recursos na área de abrangência do município;

Responder, exclusivamente, aos encargos e às obrigações contraídas durante e em razão do presente ajuste;

Não substabelecer as atribuições assumidas sem anuência do **MUNICÍPIO**.

II – Do **MUNICÍPIO**:

Delimitar as diretrizes municipais respeitantes à realização do objeto, ordenando-as por prioridade, ajustando com a **INSTITUIÇÃO** as ações formalizadas nos Planos de Ação;
Disponibilizar a **INSTITUIÇÃO** as informações que aproveitem a otimização dos trabalhos;
Transferir os valores informados no cronograma de repasses a que se refere a Cláusula "5.1.1.";
Orientar, supervisionar e cooperar a implantação das ações objeto deste instrumento de Colaboração, ajustando em termo próprio adequações que os maximizem;
Designar para a gestão e operação do Plano de Ação servidores municipais investidos de emprego ou cargo público para atuarem em conjunto com os servidores da **INSTITUIÇÃO**, quando necessário;
Acompanhar as atividades de execução, avaliação, controle e fiscalização dos resultados.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Em conformidade aos fins institucionais das entidades signatárias, outros planos ou projetos especiais de interesse público no município poderão ser convencionados, desde que não embaracem a realização do objeto do presente instrumento de Colaboração.

12.2. A execução pelas entidades convenentes das atividades decorrentes desta Colaboração, inclusive mediante emprego, a qualquer título e regime, de mão-de-obra autônoma, não transfere de um a outro partícipe as obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, tampouco constitui forma de associação, temporária ou permanente, independentemente do local de execução das atividades, entre elas não havendo solidariedade.

12.3. Ao termino do prazo de vigência da parceria ou não havendo continuidade do projeto, o proponente deverá devolver os recursos materiais utilizados, especificamente os instrumentos e acessórios musicais que passarão a ser geridos pelo CMDCA, que destinará tais materiais para projetos da mesma natureza ou semelhante, através de nova chamada pública.

.

13. DO FORO

13.1. Para solução de pendências atinentes ao presente instrumento os cooperantes elegem o foro da Comarca de Sertanópolis, renunciando a outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. E para a firmeza e validade do acordado, lavraram este Termo de Colaboração, o qual após lido e concluído conforme é firmado pelos representantes legais em duas vias de igual teor e forma, presentes duas testemunhas identificadas e qualificadas.

Sertanópolis, 05 de Setembro de 2017.

ALEOCÍDIO BALZANELO
Prefeito Municipal
Sertanópolis - Paraná

DANIELA CRISTINA
Diretora Depto de Assistência Social
Sertanópolis - Paraná

CLAIR SORIANI RODOLFO
Presidente
Missão Filadélfia
Sertanópolis - Paraná

LEILA C. KUREK MORCELLI
CPF nº 059.842.849-60
Servidora Municipal
Sertanópolis - Paraná

LÚCIA AMÉLIA ZANFRILLI MARQUES DE SOUZA
CPF: 509.873.219-00
Presidente
CMDCA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:165B2BBB

ASSESSORIA GERAL
DESPACHO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n.º 013/2017 – Revisão em Período de Garantia

Assunto: Dispensa de Licitação. Despacho: Procedo à Dispensa de Licitação para contratação da empresa **METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA,** CNPJ nº 05.035.532/0001-88, situada na Av. Brasília, nº 1701, Sala 03, Shangri-lá, Londrina, Paraná, neste ato representado pelo senhor **Assaad Fares Abou Nabhan**, cédula de identidade nº 1.311.724/SSP-PR, CPF nº 108.994.489-68, visando a revisão dos **10.000 km do veículo Chevrolet Onix, Placas BAZ 1792 (orçamento em anexo), no valor de R$ 499,43 (quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos)**, tendo em vista que a realização da revisão em concessionária não autorizada implica em quebra da garantia, conforme os termos do artigo 24, XVII, da Lei nº. 8.666/93, e o que consta do processo em epígrafe.

Sertanópolis, 13 de Setembro de 2017.

ALEOCÍDIO BALZANELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:D92E4A23

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 53/2017

O Prefeito Municipal Aleocídio Balzanelo através de seu Pregoeiro Municipal André Solano Souto e sua equipe de apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto nº 241/2017, de 01/09/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 27 de setembro de 2017, às 09:00 horas** no endereço, DR. VACYR GONÇALVES PEREIRA, 342, SERTANÓPOLIS-PR, a reunião de recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 53/2017 na modalidade Pregão Presencial. Participação exclusiva para MEI/ME/EPP.
Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado.
Objeto da Licitação: Contratação de empresa para confecção de lousa em mdf para as Escolas Municipais

SERTANÓPOLIS, 13 de setembro de 2017

ALEOCIDIO BALZANELO
Prefeito Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:A72307FE

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 54/2017

O Prefeito Municipal Aleocídio Balzanelo através de seu Pregoeiro Municipal André Solano Souto e sua equipe de apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto nº 241/2017, de 01/09/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 28 de setembro de 2017, às 09:00 horas** no endereço, DR. VACYR GONÇALVES PEREIRA, 342, SERTANÓPOLIS-PR, a reunião de recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 54/2017 na modalidade Pregão Presencial. Participação exclusiva para MEI/ME/EPP.
Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado.
Objeto da Licitação: Compra de Persianas Verticais para o Prédio da Prefeitura Municipal

SERTANÓPOLIS, 13 de setembro de 2017

ALEOCIDIO BALZANELO
Prefeito Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:F607E867

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 09/2017 PREGÃO PRESENCIAL SOB Nº 05/2017

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO PARA **AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO E DE CONSTRUÇÃO PARA EXPANSÃO DA REDE DE ESGOTO NOS JARDINS AMÂNCIO SECCO E CASAGRANDE**, **CONTRATO Nº 09/2017**, ASSINADO EM 13 DE MARÇO DE 2017, OBJETO DO **PREGÃO PRESENCIAL 05/2017**, FIRMADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS E A EMPRESA **CAMILO & VALARINI LTDA - ME**, CNPJ Nº 17.307.974/0001-15, SITUADA NA RUA IGUAÇÚ Nº 281, VILA NOVA, LONDRINA/PR, CEP 86025-430 NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR **JOSÉ GERALDO OLIVEIRA CAMILO**, COM CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 2.134.632-2 SESP/PR, INSCRITO NO CPF Nº 457.964.249-04, RESIDENTE E DOMICILIADO NA CIDADE DE LONDRINA/PR.

Cláusula Primeira.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Primeira e Cláusula Segunda do Contrato n.º 08/2017, que passa a viger com o seguinte texto: Pelo fornecimento do objeto do contrato, fica aditivada a contratada a importância de **R$ 14.471,51 (Quatorze mil, quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos).** O referido acréscimo encontra-se amparado legalmente pela Lei 8.666/93, especificamente no art. 65, Inciso II, § 1º.

Cláusula Segunda
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos certos e acordados com o presente **TERMO ADITIVO**, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que serão anexadas ao Contrato Inicial, feito na época e aditado nesta oportunidade na presença das testemunhas constantes.
Sertanópolis, 12 de Setembro de 2017.

LUIZ CARLOS ALMEIDA
Contratante

JOSÉ GERALDO OLIVEIRA CAMILO
Contratada

Testemunhas:

Débora Maria Meassi Bavati
CPF 036.991.189-08

Ellen Cristina de Souza Piotto
CPF 032.944.429-80

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:3EBBEABC

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
DESPACHO DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2017

Conforme Lei 8.666/93 – Art. 24 XVII
É dispensável a licitação: XVII-para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

Assunto: Dispensa de Licitação. Despacho: Procedo à Dispensa de Licitação para contratação da Empresa *Ciavena Comercial Arapongas de Veículos Nacional Ltda*, com sede na Avenida Maracanã, Nº 4110, Parque Industrial, Arapongas/PR, CEP 86703-000, inscrita no CNPJ N.º 75.398.875/0001-92, representado neste ato pelo Sr. Pedro Alberto Pugliese, portador do RG n.º 1.309.856 SSP/PR, e CPF/MF N.º 542.118.599-00, residente na Rua Mucho, Nº 55, Jardim Morumbi, Arapongas/PR, CEP 86.015-560, no valor global de R$ 580,00 (Quinhentos e oitenta reais) pelo período de 30 (trinta) dias, com base no artigo 24 da Lei nº. 8.666/93 § XVII, conforme o que consta no processo em epígrafe.

Sertanópolis, 13 de Setembro de 2017.

ZENAIDE APARECIDA ARRUDA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:79AB4050

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA– Nº 096, 14 DE SETEMBRO DE 2.017

SÚMULA: Dispõe sobre a progressão salarial de servidores para fins de cumprimento do Artigo 56, Parágrafos de I a II da Lei Municipal n.º 2.032/2012I.

ZENAIDE APARECIDA ARRUDA, Diretora Superintendente do **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE** e o Sr. **ILTO DE SOUZA**, Diretor do Departamento de Administração e Assessoramento do **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE** no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei: **- RESOLVEM:**
Art. 1º) -: Conceder a **PROGRESSÃO POR TÍTULO,** aos servidores que obedeceram aos critérios estabelecidos pelos parágrafos I a III do ***Artigo n.º 56 da Lei Municipal n.º 2.032.***
Art. 2º) -: A PROGRESSÃO POR TÍTULO, concedida através desta portaria, conforme descrito em seu anexo I, terão os seus efeitos financeiros a partir da sua publicação, em observação ao dispositivo contido nos parágrafos do ***Artigo n.º 56 da Lei Municipal nº 2.032 de 04 de abril de 2012***,
Art. 3º) -: As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.
Art. 4º) -: Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas, as disposições em contrário.

ZENAIDE APARECIDA ARRUDA
Diretor Superintendente
Decreto Municipal n.º 014/2.017
Administração 2.017/2.020

ILTO DE SOUZA
Diretor Adm. e Assessoramento
Decreto Municipal n.º 083/2.017
Administração 2.017/2.020

ANEXO – I / Portaria n.º 096 de 13 de Setembro de 2017 – ELEVAÇÃO POR TÍTULO – 2.017 –
Artigo n.º 56, Parágrafos de I a III da Lei Municipal n.º 2.032

Cargo: Agente de Serviços Gerais:

			Mês: Maio	Progressão Por:	Mês: Junho
Qt	CPF/MF n.º:	Nome do Servidor	Nível:	Título:	Nível:
01	009.289.129.22	Cleuza Refundini	A12	04	A16

Cargo: Motorista

			Mês: Maio	Progressão Por:	Mês: Junho
Qt	CPF/MF n.º:	Nome do Servidor	Nível:	Título:	Nível:
01	475.339.949.49	Devanir Diorio	C07	04	C11

Cargo: Auxiliar de Enfermagem

			Mês: Maio	Progressão Por:	Mês: Junho
Qt	CPF/MF n.º:	Nome do Servidor	Nível:	Título:	Nível:
01	052.605.819.62	Maria Luzia Pereira dos Santos	B03	02	B05

Cargo: Fisioterapeuta

			Mês: Maio	Progressão Por:	Mês: Junho
Qt	CPF/MF n.º:	Nome do Servidor	Nível:	Título:	Nível:
01	033.184.049.33	Fernando Yoshio Hayashi	G15	05	G20

DURVAL ROBERTO GONÇALVES
Presidente Comissão de Gestão

DAIANY MARTINS KOZAN
Servidora Indicada Pela Diretora

ELIEZER DE JESUS ANDRADE
Nível Superior

FLÁVIA REGINA GOUVEA
Nível Médio

CLEUZA REFUNDINI
Nível Fundamental

Publicado por:
Durval Roberto Gonçalves
Código Identificador:86388CB4

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA DA PORTARIA N.º 092 2.017

Na **Portaria n.º 092,** de 01 de Setembro de 2.017, publicada no dia 06/09/2.017, na Página 190 da Edição de n.º 1333, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP. Que dispõe sobre a exoneração, A PEDIDO, do servidor, no Artigo 1º) **onde lê-se "**Exonerar, a pedido, a partir de 28 de Setembro de 2.017**", leia-se "**Exonerar, a pedido, a partir de 28 de Agosto de 2.017**",** permanecendo inalteradas as demais informações.

Sertanópolis, 12 de Setembro de 2017

ZENAIDE APARECIDA ARRUDA
Diretora Superintendente
Decreto Municipal n.º 014/2.017
Administração 2.017/2.020

ILTO DE SOUZA
Diretor Adm. e Assessoramento
Decreto Municipal n.º 083/2.017
Administração 2.017/2.020

Publicado por:
Durval Roberto Gonçalves
Código Identificador:4F6F76F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 014/2017

SÚMULA: Alteração nos Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA, para o exercício de 2017.

O CMAS de Sulina, no uso de suas atribuições legais, conforme deliberação em reunião extraordinária realizada na data de 13 setembro de 2017,
RESOLVE
Alterar os Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA, para o Exercício de 2017.

VALORES A SUPLEMENTAR – CRÉDITO SUPLEMENTAR EM 13/09/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0600	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL		
0601	Departamento Municipal de Promoção Social		
08.244.0012.2.019000	Desenvolvimento das Atividades Assistenciais	000	5.000,00
3.3.90.14.00.00 (128)	Diárias – Pessoal Civil		
TOTAL.....			5.000,00

VALORES A REDUZIR - CRÉDITO SUPLEMENTAR EM 13/09/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0600	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL		
0601	Departamento Municipal de Promoção Social		
08.244.0012.2.019000	Desenvolvimento das Atividades Assistenciais	000	5.000,00
3.3.90.36.00.00 (132)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
TOTAL.....			5.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Conselho Municipal de Assistência Social, em 13 de setembro de 2017.

CLECILDE FABIANE
Presidente
CMAS

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:7901587D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 192/2017

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, conjugado com o Artigo 77, item II, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Artigo 1º - Nomear como responsável para desempenhar a gestão, alimentação e manutenção do Portal da Transparência do Município de Sulina, o servidor **Alan Luiz Griebeler**, inscrito na Matrícula nº 4928/1.
Artigo 2º - Nomear a equipe responsável pelo fornecimento das informações exigidas no Termo de Ajustamento de Conduta referente ao Portal da Transparência, firmado no ano de 2016 com o Ministério Público Estadual, sendo os seguintes membros:
- **Amarildo Fabiane**, inscrito na Matrícula nº 6971/1, pela Secretaria de Agricultura;
- **Ricardo Ruschel,** inscrito na Matrícula nº 5991/1, pelo Setor de Contabilidade;
- **Gilberto João Rossi**, inscrita na Matrícula nº 6980/1, pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- **Luciano Steinemann Santiago**, inscrito na Matrícula nº 3991/1, pelo Setor de Engenharia, Planejamento e Obras;
- **Marilaine Fátima da Silva Luft,** inscrita na Matrícula nº 6025/1, pelo setor Financeiro;
- **Edicéia Schaerfer Rosa,** inscrita na Matrícula nº 6386/1, pelo setor de Licitação;
- **Marilene Maria Karling Horn**, inscrita na Matrícula nº 6998/1, pela Secretaria de Promoção Social;
- **Micheli Hoffmann**, inscrita na Matrícula nº 3484/1, pelo setor de Recursos Humanos;
- **Francimara Pires Klassen**, inscrito na Matrícula nº 4910/1, pelo setor de Patrimônio.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

PAULO HORN
Prefeito Municipal

Registre-se e
publique-se

em 13/09/2017

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:031E75FE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RESILIÇÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO 112/2013

Extrato de Termo de Resilição amigável ao Contrato Administrativo nº 112/2013, Referente CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 01/2013. Contratada: **LATICÍNIO SULINENSE LTDA,** CNPJ nº 18.796.087/0001-10. Objeto do distrato: Fica rescindido, de comum acordo o contrato oriundo daCONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 01/2013, sendo acordado entre as partes que nenhuma obrigação persiste entre os contratantes a partir de 30/07/2017 e não é devida à CONTRATADA qualquer tipo de indenização. Fundamento:artigo 79, inciso II, da Lei 8.666/93.

Sulina, 28 de julho de 2017.

PAULO HORN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:4A4CFFC1

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **28/09/2017**, às **09:00 horas**, na Secretaria Municipal de Administração, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Presencial**, **tipo menor preço POR ITEM**, que tem por objeto a **"*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRÊMIOS A SEREM SORTEADOS PARA OS MUNÍCIPES DE SULINA*". LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP - LC N 147/2014.** Cópia do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Comissão de Licitação ou pelo Fone/Fax: (46) 3244-8000 – e-mail:
sulinaeditais@hotmail.com.

Sulina, 13 de setembro de 2017.

PAULO HORN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:70274231

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 29/2017 - ID Nº. 1671

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E OBRAS DE PEQUENO PORTE**.**

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA,** já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **CLAUDIO SIDINEY DE LIMA,** em pleno exercício de seu mandato e funções, e **R. B. LOPES – CONSTRUÇÃO – EPP,** já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **Ricardo Borges Lopes,** ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as clausulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal no Artigo 65, Inciso II, alínea "d" da lei 8.666 de 21 de Junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Aditiva-se ao valor do contrato inicial a quantia de R$ 33.093,35 (trinta e três mil e noventa e três reais e trinta e cinco centavos), passando o seu valor total para R$ 168.978,90 (cento e sessenta e oito mil novecentos e setenta e oito reais e noventa centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais clausulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 13 de Setembro de 2017.

CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

RICARDO BORGES LOPES
R. B.Lopes – Construção - EPP
Contratada

Publicado por:
Edner João Peres da Silva
Código Identificador:BD267F37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
TERMO ADITIVO

Pelo presente, a CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, C.N.P.J. N.º 77.774.560/0001-28, representada por seu Vereador Presidente, CLAUDINEI DE SOUZA, e a empresa L C B ASSESSORIA E INFORMATICA LTDA, C.N.P.J. 01.451.753/0001-86, por sua representante legal Gicelia Soares da Fonseca Bohaczuk, nos termos dos ITENS 16.1 e 19.2 do EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2016 (folha 62 e 63/64 do PROCESSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 01/2016 – TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2016) e nos termos das CLÁUSULAS QUINTA e OITAVA do INSTRUMENTO / TERMO DE CONTRATO (folhas 167 e 168 do PROCESSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 01/2016 – TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2016), FIRMAM entre si este **TERMO ADITIVO** na forma das CLÁUSULAS que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente **TERMO ADITIVO** atém-se ao PROCESSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 01/2016 – TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2016.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica através deste **TERMO ADITIVO**, PRORROGADO O PRAZO DO CONTRATO CELEBRADO EM 1.º DE SETEMBRO DE 2016 entre a CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES e a empresa L C B ASSESSORIA E INFORMATICA LTDA, PELO PRAZO DE UM (01) ANO, A CONTAR DE 1.º DE SETEMBRO DE 2017 A 31 DE AGOSTO DE 2018.
CLÁUSULA TERCEIRA: O PREÇO TOTAL (VALOR TOTAL) a ser pago pela CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES a empresa L C B ASSESSORIA E INFORMATICA LTDA no período de 1.º DE SETEMBRO DE 2017 A 31 DE AGOSTO DE 2018, será de R$13.536,48 em parcelas mensais e iguais de R$1.128,04.
CLÁUSULA QUARTA: FUTURAS PRORROGAÇÕES DO CONTRATO: continuam sendo possíveis, a critério exclusivo da

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES e nos termos da Lei Federal N.º 8.666 de 1993.
CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em plena vigência as DISPOSIÇÕES e CLÁUSULAS do CONTRATO CELEBRADO EM 1.º DE SETEMBRO DE 2016.
E, por estarem de acordo, firmam este **TERMO ADITIVO**, em duas vias de igual teor e forma.

Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

L C B ASSESSORIA E INFORMATICA LTDA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Publicado por:
Debora Maria Serenato
Código Identificador:98466E02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA
AUDIÊNCIA PÚBLICA 04/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e institucionais, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Transparência, torna público que será realizada Audiência Pública de Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2017.

A audiência pública realizar-se-á dia 18 de setembro de 2017, a partir das 19:00h, no plenário da Câmara Municipal de Terra Boa-PR, à Rua Teruo Sakuno, 709 – centro – Terra Boa-PR.

Terra Boa-PR, 06 de setembro de 2017.

VALTER COLONELLO
Presidente

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:00E3DFA1

GABINETE
DECRETO Nº 2.108/2017

O Senhor VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais artigo 55, inciso V, da Lei Orgânica do Município n.º 001/2012,

CONSIDERANDO a ilustre visita do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Carlos Alberto Richa, neste Município em data de 15 de Setembro de 2017, ocasião em que estará procedendo a entrega de 80 (oitenta) unidades habitacionais à diversas famílias cadastradas junto ao Programa "Minha Casa Minha Vida" da Caixa Econômica Federal em parceria com a Cohapar – Companhia de Habitação do Paraná;
CONSIDERANDO este um benefício e um marco histórico para nossa comunidade local:

DECRETA:

1º - Fica considerado **PONTO FACULTATIVO** somente nas repartições públicas municipais no dia 15 de Setembro de 2017, com exceção dos serviços ininterruptos, essenciais e emergenciais de atendimento ao interesse público como o Hospital Municipal São Judas Tadeu, Postos de Saúde e Unidades Básicas do Município e do Distrito de Malú, Divisão de Combate às Endemias/Dengue, Serviços de Coleta de Lixos Orgânicos e Recicláveis, Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI);
2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as demais disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 13 de Setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:A158224F

LICITAÇÕES
EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2017, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

A Prefeitura Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, nos termos da Lei Federal nº 8666/93 e alterações pertinentes objetivando o registro de Preço para uma eventual contratação de empresa jurídica para aquisição de materiais de construção para a manutenção dos próprios públicos, conforme anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Edital.
Melhores informações e o edital completo poderão ser obtidos através do telefone: 44-3641-8000 ramal 231.

Município de Terra Boa, 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:A09B1831

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 560/2017

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER 30(trinta) dias de férias ao Senhor **SEBASTIÃO ANSELMO DE SOUZA,** servidor efetivo desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao período 2016/2017.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º serão do dia **06/09/2017** a **05/10/2017.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/09/2017.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

MARA CRISTINA DE PAULA LAVAGNOLLI
Diretora do Depto. de Recursos Humanos

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:62833796

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 561 /2017

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER 30(trinta) dias de férias ao Senhor **VALDECI ALVES DE SOUZA,** servidor efetivo desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao período 2015/2016.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º serão do dia **08/09/2017** a **07/10/2017.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/09/2017.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

MARA CRISTINA DE PAULA LAVAGNOLLI
Diretora do Depto. de Recursos Humanos

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:CFD12D3F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº562/2017

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 137 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 001/2005, Artigo 176 a 178,

RESOLVE
Art. 1º CONCEDER Licença Especial de 90 (noventa) dias no Padrão I a Senhora **RITA DE CASSIA MAINA TRENTO,** servidora efetiva desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2002/2007.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **11/09/2017** a **09/12/2017.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11/09/2017.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

MARA CRISTINA DE PAULA LAVAGNOLLI
Diretora do Depto. de Recursos Humanos

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:F55C4539

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 563/2017

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER demissão a pedido a partir desta data a Senhorita **PATRICIA COELHO CEARÁ** portadora do RG nº 12.447.640-2 SSP/PR, do cargo de Agente Comunitária de Saúde do Programa Saúde da Família, na Modalidade Emprego Público.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

MARA CRISTINA DE PAULA LAVAGNOLLI
Diretora do Depto. de Recursos Humanos

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:64521704

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº564/2017

VALTER EPRES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 16 da Lei Municipal nº 1.100/2011, de 24 de novembro de 2011,

RESOLVE

Art. 1º AMPLIAR de jornada de trabalho da professora **DEZOLEIDE ALBUINE** Classe MA, de 11/09/2017 a 09/12/2017 em substituição a Professora Marcela Fatima Garcia, que se encontra de Licença Especial.

Art. 2º O valor da ampliação da jornada de trabalho terá como base o salário da referência inicial da Classe MA, e terá caráter temporário extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que a servidora deixar de exercer as funções objeto da ampliação.

Art. 3º A jornada suplementar constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos da aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11/09/2017.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

MARA CRISTINA DE P. LAVAGNOLLI
Diretora do Depto de Recursos Humanos

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:F7328344

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº565/2017

Convoca candidata aprovada em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas 1.941/2016 de 28 de junho de 2016, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01/2016 e tendo em vista o pedido de demissão da servidora Patrícia Coelho Ceará através da Portaria Nº 565/2017,

RESOLVE

Art.1º Convocar a cidadã abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no item n.º 16 do Edital de Concurso nº 01/2016, e tomar posse no cargo em que foi aprovada:

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF
Nome da Candidata
SIRLENE APARECIDA DA SILVA

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:7FDF486B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº566/2017

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Decreto nº 1.673/2014, de 10 de novembro de 2014, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 03/2014 e tendo em vista a desistência em tempo hábil de Vilmar Gomes da Conceição, devidamente convocado através da Portaria Nº558/2017,

RESOLVE

Art.1º Convocar o cidadão abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no item n.º 14 do Edital de Concurso nº 03/2014, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: AGENTE DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - MOTORISTA
Nome do Candidato
MARCIO JOSE DA SILVA

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:CAE99E43

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº567/2017

Convoca candidata aprovada em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Decreto nº 1.673/2014 de 10 de novembro de 2014, que homologou o Concurso Público, objeto do Edital n.º 03/2014,

RESOLVE

Art.1º Convocar a cidadã abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no item n.º 14 do Edital de Concurso nº 03/2014, e tomar posse no cargo em que foi aprovada:
Cargo: AGENTE UNIVERSITÁRIO ASSISTENTE SOCIAL

Nome da Candidata
KATIA BEATRIZ DE SOUZA

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:5514C377

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº568/2017

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, de 23/12/2008 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa, alterada pela Lei nº 1.280/2014 de 20/02/2014,

RESOLVE

Art. 1º ALTERAR o símbolo de vencimento atribuído ao servidor efetivo **ANDERSON FERREIRA BUTURA,** portador do RG **nº** 020.298.594-1 SSP/PR, que exerce em confiança o cargo de Chefe da Divisão de Compras, passando da GFC 04 para GFC 01.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º/09/2017.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 13 de setembro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

MARA CRISTINA DE PAULA LAVAGNOLLI
Diretora do Depto. de Recursos Humanos

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:7ADEBB2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 35

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 – CONVOCA OS APROVADOS DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 002/2015**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
KATIA JULIANE DE PAULA	0003906038	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	6º

Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da presente publicação, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 1458, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.

Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, originais e cópias, se for o caso;
Carteira de habilitação, se for o caso;
02 fotos 3x4 recentes;
Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino;
Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
CPF, original e cópia;
Comprovante de residência, original e cópia;
Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, original e cópia;
Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
Certidão de Nascimento dos filhos até 14 anos de idade;
Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio; (MODELO EM ANEXO)
Atestado de sanidade física e mental, expedida na ocasião da inspeção médica oficial;

Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.

Da avaliação médica
3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
3.3 - Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 - A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação

4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista
5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.

Tijucas do Sul, 14 de setembro de 2017

ANTÔNIO CÉSAR MATUCHESKI
Prefeito

ANEXO I
MODELO – DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade com RG n°_____, CPF n° _____, **DECLARO** para todos os efeitos legais, que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores de mercado.
( ) Declaro possuir os bens constantes da relação abaixo:
01 - _____, no valor de R$ _____,
02 - _____, no valor de R$ _____,
03 - _____, no valor de R$ _____.
04 - _____, no valor de R$ _____,
05 - _____, no valor de R$ _____,
06 - _____, no valor de R$ _____.
07 - _____, no valor de R$ _____,
08 - _____, no valor de R$ _____,
09 - _____, no valor de R$ _____.

( ) Declaro não possuir bens

Por ser a expressão da verdade, firma a presente Declaração.

Tijucas do Sul, _____/_____/2017

_____
Declarante

ANEXO II
MODELO – DECLARAÇÃO NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Para efeito da vedação contida no inc. XVI do art. 37 da Constituição Federal, **DECLARO** que não sou titular de nenhum cargo ou emprego público em qualquer das esferas de governo que me impeça de

assumir o cargo de _____, referente à aprovação no Concurso Público n° 002/2015, da Prefeitura de Tijucas do Sul.

Declaro, ainda, que não tenho percepção de outro benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a cargo ou emprego público, excetuadas as hipóteses do artigo supra citado, quando for o caso.

Tijucas do Sul, _____/_____/2017

_____
Declarante

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:BE76EFB6

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 598, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do município de Tijucas do Sul, para o exercício de 2017, no valor de R$ 750.000,00

A Câmara Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), no orçamento do município, para o exercício 2017, para utilização dos recursos conforme discriminado abaixo:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS		
001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS		
15.451.0010.2033 – Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Públicos		
44.90.52 – 1610	Equipamentos e Material Permanente	750.000,00
SOMA		**750.000,00**

Art. 2º Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de Operação de Crédito contratada junto à Agência de Fomento do Paraná, autorizada pela Lei nº 594, de 22 de agosto de 2017.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

ANTONIO CÉSAR MATUCHESKI
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:5F78B387

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2930, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do município de Tijucas do Sul, para o exercício de 2017, no valor de R$ 750.000,00

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei nº 598, de 13 de setembro de 2017

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), no orçamento do município, para o exercício 2017, para utilização dos recursos conforme discriminado abaixo:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS		
001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS		
15.451.0010.2033 – Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Públicos		
44.90.52 – 1610	Equipamentos e Material Permanente	750.000,00
SOMA		**750.000,00**

Art. 2º Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de Operação de Crédito contratada junto à Agência de Fomento do Paraná, autorizada pela Lei nº 594, de 22 de agosto de 2017.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

ANTONIO CÉSAR MATUCHESKI
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:A6EC9858

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de fretamento de Micro-Ônibus por QUILÔMETRO RODADO com motorista, fornecimento de combustível, incluindo seguros de todos os passageiros, licença DER, pedágios e demais despesas necessárias para prestação dos serviços. Capacidade para no mínimo 26 passageiros, poltronas confortáveis e reclináveis e ar condicionado, conforme definidos e especificações do objeto constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital:
A Prefeitura Municipal de Tomazina, através da Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao PREGÃO PRESENCIAL n° 57/2017.
Abertura da Licitação: 9:00 min horas do dia 27/09/2017
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR.
A cópia do Edital, bem como maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h., e das 13h às 17h, até vinte e quatro horas antes do certame, e pelo email:
comprastmz@hotmail.com

Tomazina, 13 de setembro de 2017

CAMILA DO VALE MORAIS
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Camila do Vale Morais
Código Identificador:65A119E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

Objeto: Aquisição de aparelhos de Ar Condicionado Instalados conforme a necessidade da secretaria e definidos e especificações do objeto constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital:
A Prefeitura Municipal de Tomazina, através da Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao PREGÃO PRESENCIAL n° 58/2017.
Abertura da Licitação: 14h00 min horas do dia 27/09/2017
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR.

A cópia do Edital, bem como maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h., e das 13h às 17h, até vinte e quatro horas antes do certame, e pelo email:
comprastmz@hotmail.com

Tomazina, 13 de setembro de 2017

CAMILA DO VALE MORAIS
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Camila do Vale Morais
Código Identificador:1C4E8D9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Serviços de informática para armazenamento e arquivamento de dados através de backup na nuvem.
PARTES: Câmara Municipal de Três Barras do Paraná e Dgnetwork Tecnologia e Serviços Ltda - EPP.
FUNDAMENTO: Contrato nº 52/2017 e Lei 8.666/93 de 21/06/1993.
DISPENSA nº. 09/2017.
VALOR TOTAL: R$ 1.320,00 (Um mil e trezentos e vinte reais) – ano.
INÍCIO: 23 de agosto de 2017.
TÉRMINO: 23 de agosto de 2018.
PRAZO: 12 (doze) meses.

Três Barras do Paraná, 23 de agosto de 2017.

OSMAR ZORSI
Presidente

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:84E764C1

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº.2986/2017
Data 12/09/2017

SÚMULA – Desapropria, amigavelmente, ou judicial, imóvel declarado de Utilidade Pública, e dá outras providências.

HÉLIO KUERTEN BRUNING, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA

Art. 1º - Desapropria, amigavelmente, ou judicial, o imóvel abaixo, e declarado de utilidade pública pelo Decreto nº 2983, que será destinado a Rua, a saber: Incorporação da Rua General Olivério.

Parte do lote nº 01, originário da desapropriação do mesmo, Município de Três Barras do Paraná, Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, com área de 196,00 m² (cento e noventa e seis metros quadrados), dos seguintes limites e confrontações: **NORTE**: medindo 35,25 metros, confronta com o lote nº 01 da quadra 58; **LESTE**: medindo 4,00 metros, confronta com o lote n° 02 da quadra nº 58; **SUL**:, medindo 35,75 metros, confronta com a Rua General Olivério; **OESTE**: medindo 7,20 metros, confronta com a Rua Amapá;

§ 1º – Sobre o referido imóvel não há benfeitorias

§ 2º - O imóvel descrito no item "a" do artigo 1º passa a incorporar a Rua General Olivério.

Art. 2º - O valor do imóvel, descrito no art. 1º, foi avaliado em R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), conforme Laudo de Avaliação emitida pela Comissão Especial de Avaliação, nomeada pela portaria nº 582/17.

Parágrafo Único - A presente desapropriação é no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Art. 3º - O pagamento será efetuado no ato da assinatura da escritura para o proprietário do imóvel.

Parágrafo único – As despesas de transferência do imóvel serão de responsabilidade do município de Três Barras do Paraná.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 12 de setembro de 2017.

HÉLIO KUERTEN BRUNING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:EE40F0C2

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017
PROCESSO Nº 109/2017

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, visando a **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.**
DATA DE ABERTURA: 27/09/17
HORÁRIO: 09:00 horas
LOCAL: Departamento de Licitações – Paço Municipal.

A íntegra do instrumento acima, poderá ser obtida junto a Divisão de Compras desta Prefeitura na Avenida Brasil, 245, no horário das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, a partir do dia 14/09/17 de segunda a sexta-feira ou pelo site
www.tresbarras.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3235-1212.

PUBLIQUE-SE

Três Barras do Paraná, 13/09/17.

HÉLIO KUERTEN BRUNING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:66F93F36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 275/2017

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 675/2016 de 22/12/2016,

Decreta

Art. 1°- Fica aberto no orçamento geral do município de Tunas do Paraná, para o corrente exercício, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

04.001.27.812.0030.2047 Apoio e Promoção do Desporto Amador
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 8.000,00
04.012.04.123.0006.2011 Manutenção das Atividades da Administração e Finanças
3.3.90.36.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.....R$ 16.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, é indicado como recursos, consoante pelo inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, o superávit Financeiro na fonte 000 – Recursos Ordinários (livres).

Art. 3°- Para a compatibilização da legislação orçamentária fica autorizada a inclusão nos anexos do Plano Plurianual, nos anexos de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Programação Financeira anual, as alterações contidas no presente decreto.

Art. 4°- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 13 de setembro de 2017.

JOEL DO ROCIO JOSÉ BOMFIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:C5C6C802

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 276/2017

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 675/2016 de 22/12/2016,

Decreta

Art. 1°- Fica aberto no orçamento geral do município de Tunas do Paraná, para o corrente exercício, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

04.001.27.812.0030.2047 Apoio e Promoção do Desporto Amador
3.3.90.31.00.00 000 Prem.Culturais, Artísticas,Cientif.Desport. e Outras.....R$ 13.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, é indicado como recursos, consoante pelo inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, o superávit Financeiro na fonte 000 – Recursos Ordinários (livres).

Art. 3°- Para a compatibilização da legislação orçamentária fica autorizada a inclusão nos anexos do Plano Plurianual, nos anexos de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Programação Financeira anual, as alterações contidas no presente decreto.

Art. 4°- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 13 de setembro de 2017.

JOEL DO ROCIO JOSÉ BOMFIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:691A6E0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 82/2017

SÚMULA: Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2017, Crédito Adicional Suplementar em virtude do Superávit Financeiro de recursos vinculados apurados no exercício de 2016, cancelamento de dotação livres e vinculadas e do excesso de arrecadação de recursos vinculados.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Municipal 17/2016, de 05 de dezembro de 2016, resolve e

DECRETA:

Art. 1º - Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2017, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 313.500,00 (trezentos e treze mil e quinhentos reais), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
003 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
04.122.0201.1013 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
3.3.91.97.00.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS
00610 E 00000 R$ 79.500,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO; Abertura
12.361.0601.2046 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
01560 E 00000 R$ 15.000,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0601.2046 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
01570 E 00103 R$ 30.000,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0601.2046 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
01580 E 00104 R$ 189.000,00

Art. 2º - Os Recursos para, Abertura de Crédito Adicional Suplementar, que trata o art. 1° e art. 2° deste decreto decorrerão:

§ 1° - Do Superávit Financeiro de recursos vinculados apurado no exercício de 2016 no valor de R$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), conforme segue:

FONTE – 104	R$ 109.000,00

§ 2° - Do cancelamento de dotação de fonte livres e vinculadas do orçamento vigente no valor de R$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais), conforme segue:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1012 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

00500 E 00000 R$ 48.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1012 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
00550 E 00000 R$ 23.500,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
04.122.0201.1013 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00590 E 00000 R$ 8.000,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
06.002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0601.2046 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01490 E 00000 R$ 15.000,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
06.001 GABINETE DO SECRETARIO
12.361.0601.2040 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01340 E 00103 R$ 30.000,00

§ 2° - Do excesso de arrecadação de recursos vinculados do orçamento vigente no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme segue:

FONTE – 104	1.7.2.1.01.04.00.00	R$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 13 de setembro de 2017.

JERÔNIMO GADENS DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Aparecida Machado
Código Identificador:39336DF1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 83/2017

Dispõe sobre a nomeação da nova composição do Conselho da Cidade de Turvo- CONCIDADES, criado através da Lei Complementar n° 01/2010, Art.116,e dá outras providências.

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSÁRIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que são lhe conferidas por Lei.

DECRETA:
Art. 1º - Fica nomeado os membros efetivos,com seus respectivos suplentes, para compor o Conselho da Cidade de Turvo-CONCIDADES , para o biênio 2017/2018,conforme estabelece a legislação Municipal através do Art.116 da Lei Complementar n° 01/2010,passando a ter a seguinte composição:
REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
Membros: Anderson Rogerio Miranda dos Santos e Sidinei Marcos Moraes
Suplentes: Valter Kraçoski e Liliane Santos Medeiros

REPRESENTANTE DO SETOR COMERCIAL E EMPRESARIAL
Membro: Roseli Gusso
Suplente: Wagner Rickli Eurich

REPRESENTANTE DO SETOR IMOBILIÁRIO LOCAL
Membro: Eugênio Pereira Couto
Suplente: Mario de Oliveira

REPRESENTANTE DO SETOR INDUSTRIAL LOCAL
Membro: João Paulo Drewinski

Suplente:Thamiro Diego Filipin

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
Membro: Almir Sebastião Barbosa e Talita Gadens do Rosário
Suplente: Ricardo Cristoforu e Cezar Augusto Machado

REPRESENTANTE DOS PRODUTORES RURAIS
Membro:Gilmar Moreira do Amaral
Suplente:Noel Correa Machado

REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES RURAIS
Membro:Arlei Sbissigo
Suplente:Ademir Torteli
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação;

Art.3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo – Paraná, em 13 de setembro de 2017.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Aparecida Machado
Código Identificador:8543FD6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N˚. 414/2017

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSARIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1˚ Fica nomeado para exercer o cargo de Diretor do Departamento Administrativo da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, o senhor Joilson Antonio Buhrer, inscrito no CPF/MF sob n. 774.755.269-68 e RG n. 5.379.090-9/SSP-PR.
Art. 2˚ A presente portaria encontra-se vinculada ao art. 76 da Lei Orgânica Municipal, que determina a responsabilidade solidária dos auxiliares do Prefeito para com este pelos atos que assinarem ordenarem ou praticarem.
Art. 3˚ Esta portaria terá efeito retroativo a 05 de setembro de 2017.
Art. 4˚ Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 13 de setembro de 2017.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dominique Acirema Schio de Oliveira
Código Identificador:901BE8E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 181/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 20/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO, pessoa jurídica de direito público inscrita junto ao CNPJ sob o Nº 78.279.973/0001-07, com sede na Avenida 12 de Maio, nº 353, Centro, Turvo/PR, CEP 85.150-000, representada pelo prefeito Municipal, Jerônimo Gadens do Rosario, brasileiro, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG Nº 8.602.986-3, SSP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 049.297.349-08, residente e domiciliado na Av. 12 de Maio, nº 439, Centro, CEP 85.150-000, Turvo/PR.

CONTRATADA: RODRIGO SLOTUK TABORDA & CIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o Nº 26.211.547/0001-20, com sede localizada na Rua Moscou, Nº 83, no Município de Guarapuava/PR, CEP 85.070-590, neste ato representada por Rodrigo Slotuk Taborda, portador da cédula de identidade Nº 8.112.427-2 e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 008.730.779-03.
LICITAÇÃO: Inexigibilidade Nº 20/2017
OBJETO: Contratação da participação da personagem "Pavorô" (interpretada pela artista Milene Regina Uehara) na VIII Olimpíada Rural de Turvo/PR.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: 13/09/2017 a 17/09/2017
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Dominique Acirema Schio de Oliveira
Código Identificador:72B6E48C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017

Através do presente termo, ADJUDICO o objeto do Pregão Presencial Nº112/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento do medicamento levonorgestrel etinilestradiol, em favor da empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESTANTAÇÕES LTDA (CNPJ Nº. 65.817.900/0001-71), pelo valor de R$ 16.475,00 (dezesseis mil quatrocentos e setenta e cinco reais) nos termos da Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pelo Pregoeiro Municipal designado pela Portaria Nº 37/2017, em 23/08/2017.
Na mesma oportunidade, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação da proposta de preço e dos documentos relativos à habilitação da empresa vencedora em face das exigências previstas pelo Instrumento Convocatório, e ainda, o conteúdo do Parecer Jurídico Nº 167/2017, HOMOLOGO procedimento do Pregão Presencial Nº 112/2017, nos termos do parágrafo anterior.
Estando tudo em conformidade com a Ata de Sessão de Julgamento, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração de ata de registro de preços.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Turvo/PR, 13 de setembro de 2017

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dominique Acirema Schio de Oliveira
Código Identificador:977CCE22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2017

O Município de Turvo, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Lei complementar nº 147/2014, torna público que fará realizarem-se às **08h30min do dia 26 de setembro de 2017**, na
www.bllcompras.org.br a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2017, CUJO OBJETO é AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E TRICLORO PARA SANEAMENTO DE ÁGUA.**

Recebimento das Propostas	Até as 08h00min do dia 26/09/2017
Abertura e Julgamento das Propostas	Das 08h01 as 08h29 do dia 26/09/2017
Início da sessão de disputa de preços	As 08h30min do dia 26/09/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL:
www.bllcompras.org.br "**Acesso Identificado**"

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 10.520/2002, Lei Federal Nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal
(http://www.turvo.pr.gov.br/). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 221), através do e-mail licitacoesturvo@gmail.com, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.

Turvo/PR, 13 de setembro de 2017.

ORLANDO GOMES
Pregoeiro
Portaria Nº 37/2017

Publicado por:
Dominique Acirema Schio de Oliveira
Código Identificador:7788B1C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA 296/2017

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores **CARMEM LUCIA MARCONDES DE ALBUQUERQUE WINTER, FRANCISCO OSMAIR SONEGO E ABILIO MULLER,** sob a presidência do primeiro, para comporem a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**, para verificar fatos relacionados ao Processo protocolado nº 48704/2016, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 188/2017.

Art. 3º Registre-se. Cumpra-se.

União da Vitória, 11 de setembro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:26054EC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO.

Informamos que fica desconsiderada a publicação do Aviso de cancelamento do Termo de Aditamento de Licitação n° 0001/2017 - ID 42507/2017, referente ao Contrato n° 128/2017 (4003) da Dispensa de Licitação n° 11/2017 - Processo de Compra n° 87/2017, empresa TIARAJU MATSUOKA AZEVEDO DOS SANTOS EIRELLI - ME, publicada em 05 de setembro de 2017, Edição 1332; devendo, então, ser absolutamente desconsiderado para todos os efeitos legais, mantendo -se válido o presente termo aditivo.

União da Vitória, 13 de setembro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Marcelo Scheid
Código Identificador:C3DE4ADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÂO N° 11/2017

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE UNIÃO DA VITÓRIA (PR)
CNPJ 72.525.421/0001-47
Secretaria Executiva dos Conselhos - Praça Visconde de Nácar, s/n - Telefone: 3522-9442

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)
União da Vitória – Estado do Paraná

RESOLUÇÃO nº 011/2017

Súmula: o CMDCA aprova e ratifica o Plano de Ação e a folha de rosto para o repasse de recursos fundo a fundo para o fortalecimento de programas de qualificação profissional, para adolescentes, conforme Deliberação nº 081/2016 – CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de União da Vitória – PR, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n° 4619/2016 e considerando a Deliberação Plenária em Reunião Extraordinária do CMDCA realizada em 13/09/2017, conforme Ata nº. 011/2017,

Resolve:

Art. 1º. Aprovar e ratificar as informações contidas na Ata nº 011/2017-CMDCA, referentes à Deliberação nº 081/2016 – CEDCA/PR, para o repasse de recursos fundo a fundo no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para o fortalecimento de Programas de Qualificação Profissional para Adolescentes, sendo no município de União da Vitória o Projeto Promovendo a Cidadania para execução dos seguintes cursos: Mecânico de Automóveis Leves, Eletricista de Automóveis, Operador de Computador, Técnicas de serviços de supermercado e Noções básicas de informática.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória (PR), 13 de setembro de 2017.

SALETE MARIA DE LIMA VENÂNCIO
Presidente

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:42618ADD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 01/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UNIÃO DA VITORIA.

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Cruz Machado, 205, Centro, inscrito no CNPJ sob n° 75.967.760/0001-71, a seguir denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL, Senhor HILTON SANTIN ROVEDA,** portador do RG 7.210.917-1 e CPF 030.419.409-30, em pleno exercício de seu mandato e funções,a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UNIÃO DA VITORIA**, inscrita no CNPJ nº 73.793.812/0001-05, com sede na Av. Bento Munhoz da Rocha Neto,2444, São Bernardo, União da Vitória/PR, CEP 84600-000, neste Município, Entidade Filantrópica sem fins lucrativos, a seguir denominada **TOMADORA,** neste ato representada por sua Presidente, Senhora **ROSANGELA MARI JUKOWSKI STELMACH**, portadora da carteira de identidade sob n° 1.457.833, e inscrita no CPF/MF sob n° 798.616.959-15, celebram o presente **1° TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 01/2017**, mediante adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO,** que fica com a seguinte redação:
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO
Para a realização do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO a **CONCEDENTE** no exercício de 2017, poderá repassar a **TOMADORA**, a importância total de R$84.876,60 (oitenta e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta centavos), sendo:
A importância de até R$ 52.116, 60 (cinquenta e dois mil cento e dezesseis reais e sessenta centavos), divididos em parcelas mensais de igual valor durante a vigência do projeto, despesa que correrá a conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação; Projeto/Atividade: 2.023 – Manutenção do dos centros de Educação Infantil: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais.
A importância de R$ 16.380,00 (dezesseis mil trezentos e oitenta reais), divididos em parcelas mensais de igual valor durante a vigência do projeto que correrá a conta da dotação orçamentária: Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Saúde; Projeto/Atividade –
2.025 - Manutenção Secretaria Saúde; 3.3.50.43 – Subvenções Sociais. Fonte 1000 **Código reduzido 197**
A importância de R$ 16.380,00 (dezesseis mil trezentos e oitenta reais), divididos em parcelas mensais de igual valor durante a vigência do projeto, despesa que correrá a conta da dotação orçamentária: Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Saúde; Projeto/Atividade–
2.025 - Manutenção Secretaria Saúde; 3.3.50.43 – Subvenções Sociais. Fonte 1303 **Código reduzido 198**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no Termo de Colaboração 01/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO FORO
Fica eleito o foro de União da Vitória para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Colaboração em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

União da Vitória, 11 de setembro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

ROSANGELA MARI JUKOWSKI STELMACH
Presidente da Entidade

Testemunhas:

ASS:
NOME:
CPF:

ASS:
NOME:
CPF:

Publicado por:
Paulo Marcelo Scheid
Código Identificador:8161700D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 12/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E A ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Cruz Machado, 205, Centro, inscrito no CNPJ sob n° 75.967.760/0001-71, a seguir denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL, Senhor HILTON SANTIN ROVEDA,** portador do RG 7.210.917-1 e CPF 030.419.409-30, em pleno exercício de seu mandato e funções e a **ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE**, inscrita no CNPJ nº 81.650.178/0001-80, com sede na Rua Castro Alves,400, União da Vitória-PR,CEP 84600-000, Entidade Filantrópica sem fins lucrativos, a seguir denominada **TOMADORA,** neste ato representada por sua Presidente, Senhora **SILVANIRA MACHADO BUGHAY**, portadora da carteira de identidade sob n°2.040.237-7, e inscrito no CPF/MF sob n° 339.581.739-34, celebram o presente 1° **TERMOADITIVOAOTERMO DE COLABORAÇÃO N° 12/2017**, mediante adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO,** que fica com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO
Para a realização do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO a **CONCEDENTE** no exercício de 2017, poderá repassar a **TOMADORA**, a importância total de R$28.000,00 (vinte e oito mil reais), sendo:
a importância de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), divididos em parcelas mensais de igual valor durante a vigência do projeto, despesa que correrá a conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade:
2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais.
A importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em única parcela, despesa que correrá a conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Administração: Órgão 04; Unidade 01; Proj./Ativ.
2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração; 3.3.50.43 – Subvenções Sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no Termo de Colaboração 12/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro de União da Vitória para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Colaboração em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

União da Vitória, 12 de setembro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

SILVANIRA MACHADO BUGHAY
Presidente da Entidade

Testemunhas:

ASS:_____
NOME:_____
CPF:_____

ASS:_____
NOME:_____
CPF:_____

Publicado por:
Paulo Marcelo Scheid
Código Identificador:91CCB5CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADITAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 0004 - SEQUÊNCIA 4250 - TOMADA DE PREÇO Nº 06/2016 - PROCESSO DE COMPRA Nº 47/2016

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de uma empresa do ramo de engenharia civil para realizar o término da construção da Escola São Bráz/São Sebastião - Espaço Educativo Rural e Urbano de 06 (seis) salas de aula, de acordo com o Memorial Descritivo e Projetos constantes do presente Edital e seus Anexos e conforme o Termo de Compromisso PAR n.º 22385/2014 do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

CONTRATADO: VALDECIR GARCIA DE CAMPOS DECOMAIN - ME.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA/EXECUÇÃO: O prazo de vigência/execução a que se refere à Cláusula 7ª do Termo de Contrato nº 74/2016 (3386) fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a iniciar 09/09/2017 e a terminar em 07/03/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57º, § 1º, Inciso II da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 06 de setembro de 2017.

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:BDF09D92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADITAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 0003 - SEQUÊNCIA 4251 - TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016 - PROCESSO DE COMPRA Nº 46/2016

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de uma empresa do ramo de engenharia civil para realizar o término da construção da Escola São Domingos - Espaço Educativo Rural e Urbano de 06 (seis) salas de aula, de acordo com o Memorial Descritivo e Projetos constantes do presente Edital e seus Anexos e conforme o Termo de Compromisso PAR n.º 32136/2014 do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

CONTRATADO: ORLANDO JOSÉ KOCH 04633819984.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA/EXECUÇÃO: O prazo de vigência/execução a que se refere à Cláusula 7ª do Termo de Contrato nº 73/2016 (3385) fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a iniciar 09/09/2017 e a terminar em 07/03/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57º, § 1º, Inciso II da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 06 de setembro de 2017.

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:4FEA41B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA - (DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ) DE 05 DE JUNHO DE 2017, EDIÇÃO 1267.

1º TERMO DE ADITIVO DE 2017 (3979) DO CONTRATO Nº 73/2016 (3385)
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016 – PROCESSO Nº 46/2016

ONDE SE LÊ:
1º TERMO DE ADITIVO DE 2017 (3979) DO CONTRATO Nº 73/2016 (3385)
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016 – PROCESSO Nº 46/2016

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA/EXECUÇÃO: Conforme solicitação e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Planejamento e, Parecer do Departamento Jurídico, o prazo de vigência/execução a que se refere à Cláusula 7ª do Termo de Contrato nº 073/2016 (3385) fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, a iniciar 12/05/2016 e a terminar em 08/09/2017.

LEIA-SE:
2º TERMO DE ADITIVO DE 2017 (3979) DO CONTRATO Nº 73/2016 (3385)
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016 – PROCESSO Nº 46/2016

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA/EXECUÇÃO: Conforme solicitação e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Planejamento e, Parecer do Departamento Jurídico, o prazo de vigência/execução a que se refere à Cláusula 7ª do Termo de Contrato nº 073/2016 (3385) fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, a iniciar 12/05/2017 e a terminar em 08/09/2017.

União da Vitória, 12 de setembro de 2017.

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:8DA587BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 123/2006 (REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 1

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para realização de serviços de monitoramento de Alarmes nas dependências de diversos setores e departamentos da Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR, de acordo com as especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência do presente Edital.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Será realizado as **14:00hrs** do dia **29/09/2017**.
LOCAL: Prefeitura Municipal de União da Vitória.

PAULO MARCELO SCHEID.
Pregoeiro

Outras informações podem ser obtidas no Dpto. de Compras e Licitações da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, 205, 4° pavimento, centro, telefone (42) 3521-1228.

União da Vitória, 13 de setembro de 2017.

PAULO MARCELO SCHEID
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Marcelo Scheid
Código Identificador:53577DED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2017

PROCESSO ADMISTRATIVO 148/2017. Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos para as unidades de saúde do município de União da Vitória - Estado do Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Neste ato representado pelo Pregoeiro Oficial designado pela Portaria 065/2017, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que foi retificado os itens n° 85 - 86 - 87 - 88- - 89 - 91 - 91 - 92 do anexo I,Devendo as alterações ser acessadas na íntegra através do site
http://www.pmuniaodavitoria.com.br/, e
WWW.bbnet.com.br podendo ainda, ser solicitado por email (licitação@uniaodavitoria.pr.gov.br) ou junto ao Departamento de Licitações localizado na Rua Dr. Cruz Machado, n° 205, Centro - União da Vitória/PR - 4° Andar. Considerando as alterações dos respectivos itens, fica alterada a data de realização do certame, passando às seguintes datas:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 18h00min do dia 27/09/2017.
ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: dia 28/09/2017 das 08h01min as 08h59min.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 28/09/2017 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

União da Vitória/PR, 13 de setembro de 2017

PAULO MARCELO SCHEID
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Marcelo Scheid
Código Identificador:78BC6E34

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A UNIUV
Data da homologação: 13/9/2017
Valor total homologado: R$ 23.490,80 (Vinte e três mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta centavos)

Fornecedor	CNPJ	Item
FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA – ME	05.047.599/0001-32	9, 17, 19, 58, 84, 85, 123, 136
Total do Fornecedor (em R$)		**18.152,80**
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME	17.975.908/0001-13	137
Total do Fornecedor (em R$)		**5.338,00**

Fornecedor Não Homologado	CNPJ	Itens não homologados
LUIZ KAMINSKI ME	11.473.982/0001-55	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 86, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 127, 135
Total do Fornecedor (em R$)		**21.517,45**

Publicado por:
Josiane Bendlin Gasparoto
Código Identificador:19EB97C2

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017
PROCESSO DE COMPRA N.°40/2017

Termo de homologação objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA NO PRÉDIO SEDE DA UNIUV.
MOTIVO: SERVIÇOS SERÃO CONTRATADOS POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ESTÁ EM PROCESSO DE LICITAÇÃO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº19/2017.

União da Vitória, 5 de setembro de 2017.

Publicado por:
Josiane Bendlin Gasparoto
Código Identificador:F1434E37

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.º 222/2017

O REITOR DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA - UNIUV, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto de nomeação n.º 8/2015 e de acordo com o que dispõe a Lei Municipal n.º 1847/92 e Lei Municipal n.º 3757/2009.
R E S O L V E:

Art. 1.º - O Art. 1º da Portaria n.º 93/2016, de 30 de abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Conceder **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE**, sem direito à paridade a Senhora **ROSE MARY BERNARDI**, Servidora desta Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV, matrícula n.º 39, ocupante do cargo de **Docente do Ensino Superior**, nível I, Classe Assistente, com proventos proporcionais na média salarial de 69,05% (sessenta e nove vírgula cinco por cento) no valor de R$1.189,04 (Hum mil; cento e oitenta e nove reais e quatro centavos)".

Art. 2.º - Os demais artigos da Portaria n.º 93/2016, de 30 de abril de 2016, permanecem inalterados.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 1º de setembro de 2017.

ALYSSON FRANTZ
Reitor

Publicado por:
Josiane Bendlin Gasparoto
Código Identificador:07114EAB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
CONCURSO PÚBLICO 001/2017 EDITAL DE RESULTADO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ** torna público aos interessados o Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição do Concurso Público 001/2017.

Art. 1º Consta no Anexo Único deste Edital a lista dos candidatos que solicitaram isenção da taxa de inscrição.

Art. 2º Para os candidatos que tiveram seu pedido **DEFERIDO**, suas inscrições serão homologadas automaticamente, e deverão aguardar a publicação do Edital de Local de Prova conforme previsão do cronograma.

Art. 3º Para os candidatos que tiveram seu pedido **INDEFERIDO** haverá prazo recursal no período 15, 18 e 19 de setembro de 2017.

Art. 4º Para protocolar o recurso, os candidatos deverão acessar o site www.institutounifil.com.br, página específica do Concurso Prefeitura Municipal de Andirá, *link* Área Restrita do Candidato, e protocolar seu argumento. Em seguida, após o envio, anexar os comprovantes necessários para análise (Cartão do NIS, certidão de nascimento e/ou cópia de documento pessoal).

Art. 5º As respostas aos recursos serão publicadas oportunamente na data de publicação da Lista de Homologação das Isenções no dia 21 de setembro de 2017.

Art. 6º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Andirá, 14 de setembro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	IDENTIDADE	RESULTADO	MOTIVO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	ALINEALVESDASILVA	00150010213	477635015	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	ANDREIA APARECIDA SEGANTINI	00150010245	72937074	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	ANE CAROLINE SEGANTINI XAVIER	00150010735	144795911	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	ANGELICA CRISTINA SANTOS ARAUJO	00150010144	106866899	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	BRUNA CRISTINA DE OLIVEIRA	00150010578	102906659	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	CINTIA RODRIGUES DOS SANTOS VIEIRA	00150010787	137083329	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	CLEBER RICARDO DEL PADRE CASTELHONE	00150009850	58131636	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	CLEBER RICARDO DEL PADRE CASTELHONE	00150009831	58131636	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	CRISTIANE SANTOS DE ARAUJO	00150010192	134104694	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	DAPHINIS APARECIDA ROBERTO RAMOS	00150010189	150394040	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS	EDIANA RODRIGUES DE SOUZA	00150010393	150222346	Indeferido	Não entregou ficha de inscrição

DISTRITO					
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	FRANCISLAINE VENTURA CONTENTE	00150010417	109093149	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	FRANSCINE GABRIELLY DE PAULA	00150010566	135648175	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	FRANSCINE GABRIELLY DE PAULA	00150010562	135648175	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	GLEYSE VICENTE	00150009988	107887881	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	JANAINA ALVES CARDOSO	00150010795	125117805	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	JOANA DARQUE GUERIM	00150009857	90372858	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	KARINE DANIELLY DE PAULA	00150010570	143989135	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	KARINE DANIELLY DE PAULA	00150010565	143989135	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	LARINE AMANDA DE PAULA	00150010232	139438965	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	LAYANE CAROLINE XAVIER MACEDO DE PAULA	00150010371	102906152	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	LUCIANA DOS SANTOS	00150010425	544457006	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	MARIA LUIZA TOMAZ MARTIS	00150010908	14912029	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	PALOMA HARUMI MERLI	00150010804	135958735	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	RONNIE PAULO DOS SANTOS	00150010423	64836218	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	ROSIANE CRISTINA TERRA CASTELHONE	00150009837	75937636	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	SIRLENE RODRIGUES DOS SANTOS NASCIMENTO	00150010791	123241118	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS DISTRITO	ZENI CESTARI	00150010186	92263800	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	ADELAIR DO ROCIO ORTIZ	00150010724	125286496	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	ANA APARECIDA SOUZA SANTOS	00150010091	64672061	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	ANA LUCIA DA SILVA	00150010117	124306973	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	ANDREIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	00150009849	83943262	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	BRUNA MULLER MARQUES RIBEIRO	00150010442	142162431	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	BRUNO ALGUSTO PEREIRA	00150010160	458901131	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	CINTIA DA SILVA	00150010440	108240946	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	CINTIA MAIRA BATISTA	00150010365	97832340	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	DAIANE CRISTINA DE ALMEIDA	00150010657	109092509	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	DANIELLE CRISTINA MIGORANCI DE FRANÇA MOREIRA	00150010814	149124322	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	DEBORA PEREIRA DOS SANTOS	00150009814	125838456	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	EDEZIO DE JESUS NETO	00150010893	125033954	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	EMILAI DOS SANTOS	00150010435	109094706	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	FRANCIELE FERREIRA DE PAIVA	00150010352	100938995	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	GABRIELE MOREIRA SOUTO	00150010896	141324926	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	JHONNY SOARES DA SILVA	00150010918	130053033	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	JOSIANE CEQUILERO	00150010389	109092282	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	JULIA GRAZIELA SANTOS SILVA	00150010285	65590018	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	LARISSA GIOVANA DA SILVA CRUZ	00150010280	582692957	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	LENIANE FRANCISCA CAVALARI	00150010150	102654978	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	LUANA CRISTINA DA SILVA	00150010121	109092843	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	MAISA MOREIRA	00150009839	125825095	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	MARIA TERRUI DA SILVA	00150009881	307297354	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	MARIA MOREIRA SOUTO	00150010901	399386683	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	MAYARA PRISCILA RODRIGUES DA PAZ	00150009863	1421580352	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	PATRICIA SALVADOR DE OLIVEIRA	00150010745	140103004	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	RENATA DE SOUZA LIMA	00150010825	95558259	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	RENATA MARIA RAMOS DE PAIVA	00150010176	97322368	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	RICARDO GALDINO PEREIRA	00150010510	104274315	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	SUELEN APARECIDA DE PAULA	00150010237	104824528	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	SUSILENE CRISTINA DA SILVA SOARES	00150010153	87638650	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	TAINARA ANA DIAS	00150010820	106183260	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	TALITA DAIANE PEREIRA	00150010816	100455862	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	TATIANECAMILO	00150010444	136243306	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS INDUSTRIAL	VALTER FERNANDO DA CRUZ	00150010284	498996438	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	ADRIANA MARIA DA SILVA DUARTE	00150010838	72937112	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	ANDRESSA CAROLINA TAVARES	00150010692	125800033	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	ANGELIZA ROSARIO DA SILVA	00150010843	2508287	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	ATAIZ MAZZARO MONTANHA	00150010919	108235772	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	CLAUDENIRA DALVA DA COSTA	00150010078	097618144	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	DENI BATISTA GREGÓRIO	00150010780	101505537	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico e Nome do candidato diferente do sistema Cadúnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	ELIANA APARECIDA DO PRADO SERAFIM	00150010538	89206740	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	FABIANA DE SOUZA MEIRA	00150010790	123260430	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	HEBER LUCAS MARQUES DE OLIVEIRA	00150010793	402106350	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	ISABELA DE ARAÚJO MARTUCCI	00150010249	138226557	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	ISMAIL ELIAS LOURENÇO	00150010263	376629174	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	JAQUELINE MOSSINI FRANCISCO	00150010512	106973857	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	JESSICA CHRISLAYNE BRAZ	00150010377	106867615	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	JOSÉ ALCANTARA CAVECHIONI	00150010669	135620343	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	JOSILAINE GODOY FAUSTINO	00150010639	8425736	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	JULIANA APARECIDA MACIEL	00150010883	102906454	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	LEIA NEVES FRANCISQUINHO	00150010494	145365309	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	MAICO CORREIA	00150009883	104262538	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	MARIA APARECIDA DOS SANTOS CAMPOS	00150010810	52126991	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	PAULA VANESSA OTTUZO	00150009932	4235087	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	RENATA DE FÁTIMA DA COSTA	00150009925	80336209	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	ROSELI PINTO DA SILVA	00150010782	40573542	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	VALÉRIA LETÍCIA DE SANTANA	00150010202	81846332	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS SANTA HELENA	VILIANE APARECIDA RIBEIRO FERMINO	00150010895	128336885	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	ADRIELE SIMÕES BONANCIN'	00150010195	104884687	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	ALAN MARCOS DE ALMEIDA ALVES	00150010208	137210258	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	AMANDA BEATRIZ KAMISIMA	00150010845	126409877	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	AMANDA MARIA DOS SANTOS NEVES	00150010523	138463370	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	ANDREIA FABIANA DA SILVA	00150010691	82402861	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	ANDREIA HARTT DOS SANTOS	00150010142	80480121	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	CARLA FERNANDA CAMARGO	00150009945	105512767	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	CASTORINA DE OLIVEIRA CORREIA	00150010259	88914430	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	FERNANDA DE OLIVEIRA PRADO SILVA	00150010279	124051207	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	FERNANDA LINA SILVA	00150010102	80821247	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	FERNANDA MARIA DA SILVA BALABEM	00150010514	134349328	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	FRANCIELLI BIANCONI	00150009960	91303710	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	GENI FOGAÇA	00150010183	110832575	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	JESIANE JAMILE DA SILVA MIGUEL MORAES	00150010552	108240750	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	JÉSSICA EZIDIO DOS SANTOS	00150010097	563632185	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	JILIANE REGINA BARBOSA	00150009978	103418445	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	LEIDIANE RIBEIRO	00150010174	126409770	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	LETICIA GABRIELA LOPES	00150010897	107112430	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	LISANDRA CRISTINA DA SILVA	00150010834	95916651	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	LUCIENE WALKER DA SILVA	00150010610	89972680	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	LUIZ ANTONIO DUARTE	00150010095	30855191	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	MARCELA MARIA DUARTE	00150010864	105512686	Deferido	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	MARIA DE FATIMA RIBEIRO	00150010171	141007513	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	MARIANA DUARTE	00150010747	136962310	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	MARIANE DOS SANTOS OLIVEIRA	00150010607	141329103	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	MAYARA APARECIDA DOS SANTOS	00150010275	142586274	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	MONICA CRISTINA BALABEM	00150010025	107430350	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	NADIANE CRISTINA LÓPES	00150010729	100437830	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	NATHALIA RONQUI FREIRE	00150009926	443037036	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	PATRICIA RODRIGUES	00150010473	108240695	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	RITA GABRIELE DE GODOI LIMA	00150009823	141790811	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	SIMONE PIRES OLIVEIRA	00150010821	141233009	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	SIRLEIDE APARECIDA DOS SANTOS	00150010903	109092207	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	TAIS REGINA MARQUES	00150010811	110850590	Indeferido	Não entregou declaração da Assistência Social
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	TAMIRES LUIZ MIGUEL	00150010765	101866823	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	VANESSA CAROLINE DUARTE	00150010397	126562276	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	VANESSA DA CRUZ SANAVIO	00150010480	91786974	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	VANIA APARECIDA RODRIGUES	00150009867	84139866	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS TIMBURI	WILLIAN GUSTAVO DUARTE	00150009884	126562209	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	ADNAN APARECIDO STRAVAT	00150009889	107148191	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	ADRIANA AMARAL PRADO	00150010383	123838645	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	AMANDA CRISTINA BRUNCA	00150010558	130041620	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	AMANDA VIANA DA COSTA RAMOS	00150010613	475668066	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	ANA CLAUDIA PEREIRA	00150010399	96892713	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	ANA PAULA DE ALCANTARA MARIANO	00150010246	110850948	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	ANGELA APARECIDA MARQUES	00150010915	82439978	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	APARECIDA DE FATIMA DOS REIS	00150009992	97831823	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	CLÁUDIA BODNARCZUK TROINA	00150010364	110832672	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	CLÁUDIA DAVID DOS SANTOS OLIVEIRA	00150010031	68618738	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	DANILO AUGUSTO MARTINS FRAZON	00150009813	411739694	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	DANILO DOS REIS FRANCISCO	00150010429	110833148	Indeferido	Declaração apresentada não consta informações do candidato
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	DIEGO MANZALLI DE OLIVEIRA	00150010170	93899865	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	ELIANE APARECIDA KAMISIMA	00150010781	92165876	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	GISLAINE GLEICE GUIMARÃES DE OLIVEIRA	00150009801	133385509	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	HELEN PRISCILA DOS SANTOS	00150010836	127993084	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	ISABEL CRISTINA ROCHA	00150010239	83590157	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	IVANDO FERNANDES	00150010504	90871013	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	JESSICA ANDRE DOS SANTOS	00150010841	474758758	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	JESSICA DE JESUS NOVENTA	00150009983	104556604	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	JOSEANE APARECIDA DIAS	00150010235	450970255	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	JOSIANE DE OLIVEIRA MARIANO	00150010401	86104059	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	KÁTIA LILIAN BALDINI ARAGÃO	00150010681	110850476	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	LEANDRO MANZALLI DE OLIVEIRA	00150010175	92520161	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	LEILA APARECIDA DE LIMA	00150010032	86298694	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	LIGIA REGINA DOS SANTOS	00150010486	104780806	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	LORIANE STEFANIE STRAVAT	00150009827	131994125	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	LUANA APARECIDA DA SILVA GOMES	00150010518	105540663	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	LURDES DE LIMA	00150010913	381839035	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	MAICON PATRICIO POLIZEL GIORGE	00150010507	622846632	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	MARCIA MARIA MACEDO DOS SANTOS	00150010163	109093629	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	PEDRO HENRIQUE DA SILVA SANCHES	00150009842	110850735	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS	RAFAELA LEONARDO DE OLIVEIRA	00150010586	85953656	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de

VILA AMERICANA					inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	TATIANE MARTINS DIAS	00150009967	108240717	Deferido	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	TATIANE MARTINS DIAS	00150009943	108240717	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	THAIS LAIANE DA CRUZ SANTOS	00150010293	124583225	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS VILA AMERICANA	VINICIUS PEREIRA DOS SANTOS	00150010216	144099699	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE DE DEFESA CIVIL	DAIANE CRISTINA DE ALMEIDA	00150010875	109092509	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE DEFESA CIVIL	FABRICIO FRANCISQUINHO	00150010493	87556620	Deferido	
AGENTE DE DEFESA CIVIL	JOSE MARCIO LAU	00150010792	77334394	Deferido	
AGENTE DE DEFESA CIVIL	JOSE MARCIO LAU	00150010789	77334394	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE DEFESA CIVIL	MARISA CRISTIANE MACEDO DE LIMA	00150009986	97737894	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE DEFESA CIVIL	PAULO RÉGIS FEITOSA	00150010853	90372971	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	CLAUDINEIA PASCOAL PASSOS	00150010641	84927538	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	ADRIANA AMARAL PRADO	00150010385	123838645	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	ALAN MARCOS DE ALMEIDA ALVES	00150010452	137210258	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	ALEX APARECIDO RODRIGUES	00150010093	104171982	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	AMANDA CRISTINA BRUNCA	00150010555	130041620	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	ANA PAULA DE ALCANTARA MARAIANO	00150010250	110850948	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	ANDRÉ FELIPE DOS SANTOS NEVES	00150010517	138464024	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	ANDREIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	00150009855	83943262	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	ANDREIA ALBANO DA SILVA	00150009962	92578623	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	ANDREIA APARECIDA SEGANTINI	00150010243	72937074	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	ANE CAROLINE DOS SANTOS	00150010712	138454819	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	ANE CAROLINE SEGANTINI XAVIER	00150010737	144795911	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	ANGELA APARECIDA MACEDO	00150009994	84956406	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	ANGELA PATRICIA DOS SANTOS	00150009815	85113895	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	ANGELICA MENDES TEODORO	00150009956	102654650	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	ANGELIZA ROSARIO DA SILVA	00150010256	2508287	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	APARECIDA DE FATIMA DOS REIS	00150009996	97831823	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	BEATRIZ DA CRUZ DOS SANTOS	00150010116	141820761	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	BRUNO ALGUSTO PEREIRA	00150010156	458901131	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	CAMILA APARECIDA CARDOSO	00150010378	25718725	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	CINTIA MAIRA BATISTA	00150010367	97832340	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	CINTIA RODRIGUES DOS SANTOSVIEIRA	00150010784	137083329	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	CLAUDIA DAVID DOS SANTOS OLIVEIRA	00150010037	68618738	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	DANIELLE CRISTINA MIGORANCI DE FRANÇA MOREIRA	00150010815	149124322	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	DANILO AUGUSTO MARTINS FRAZON	00150009817	411739694	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	DANILO DOS REIS FRANCISCO	00150010432	110833148	Indeferido	Declaração apresentada não consta informações do candidato
AGENTE DE ENDEMIAS	DEBORA PEREIRA DOS SANTOS	00150009821	125838456	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	DIEGO MANZALLI DE OLIVEIRA	00150010173	93899865	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	ELIANE APARECIDA KAMISIMA	00150010788	92165876	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	EMIALI DOS SANTOS	00150010438	109094706	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	FABIANA DE SOUZA MEIRA	00150010799	123260430	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	FLORISVALDO LEANDRO MACEDO	00150010128	73959098	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	FRANCIELE FERREIRA DE PAIVA	00150010359	100938995	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	FRANCISCA DOS SANTOS ROCHA	00150010138	602605891	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	FRANCISLAINE VENTURA CONTENTE	00150010419	109093149	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	FRANSCINE GABRIELLY DE PAULA	00150010572	135648175	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	FRANSCINE GABRIELLY DE PAULA	00150010563	135648175	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	GLEYSE VICENTE	00150009990	107887881	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	HELEN PRISCILA DOS SANTOS	00150010839	127993084	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	INGRID JENIFER MAZZARO	00150010831	104273610	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	ISABELLA COELHO	00150010900	107692967	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	JANAINA ALVES CARDOSO	00150010801	125117805	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	JESSICA DE JESUS NOVENTA	00150010000	104556604	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	JÉSSICA EZIDIO DOS SANTOS	00150010827	563632185	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	JOAO ANTONIO DE LIMA	00150009944	73631505	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	JOSEANE APARECIDA DIAS	00150010234	450970255	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	JOSIANE PATRICIO DOS SANTOS	00150009812	86398184	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	JULIANA APARECIDA TEIXEIRA	00150010598	90642553	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	KARINE DANIELLY DE PAULA	00150010568	143989135	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	KÁTIA LILIAN BALDINI ARAGÃO	00150010682	110850476	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	LAIS GABRIELY MACEDO MEZA	00150010391	102906071	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	LARISSA GIOVANA DA SILVA CRUZ	00150010291	582692957	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	LEANDRA CRISTINA DOS SANTOS	00150010829	65984202	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	LEANDRO MANZALLI DE OLIVEIRA	00150010179	92520161	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	LENIANE FRANCISCA CAVALARI	00150010152	102654978	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	LEONARDO DE AQUINO SILVA	00150010730	123003403	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	LEONIR CRISTIANE LACERDA	00150010769	83056878	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	LIGIA REGINA DOS SANTOS	00150010487	104780806	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição

AGENTE DE ENDEMIAS	LORENA NUNES ROSA	00150010571	140196096	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	LORIANE STEFANIE STRAVAT	00150009836	1361994125	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	LUANA APARECIDA DA SILVA GOMES	00150010521	105540663	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	LUANA CRISTINA DA SILVA	00150010118	109092843	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	LUCIANA DOS SANTOS	00150010430	544457006	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	LUIZ ANTONIO DUARTE	00150010096	30855191	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	LURDES DE LIMA	00150010917	381839035	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	MAICON PATRICIO POLIZEL GIORGE	00150010509	622846632	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	MARCIA MARIA MACEDO DOS SANTOS	00150010168	109093629	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	MARISA CRISTIANE MACEDO DE LIMA	00150010010	97737894	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	MONICA CRISTINA BALABEM	00150010016	107430350	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	PALOMA HARUMI MERLI	00150010805	135958735	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	PATRICIA BATISTA	00150010450	85113690	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	PATRICIA RODRIGUES	00150010472	108240695	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	RENATA DE SOUZA LIMA	00150010830	95558259	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	RENATA MARIA RAMOS DE PAIVA	00150010180	97322368	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	RONNIE PAULO DOS SANTOS	00150010424	64836218	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	SELMA NASCIMENTO MACEDO	00150010125	92626199	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	SILVANA NUNES ESCOLAR	00150009965	86398656	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	SIRLEIDE APARECIDA DOS SANTOS	00150010898	109092207	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	SIRLENE RODRIGUES DOS SANTOS NASCIMENTO	00150010027	123241118	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	SUELEN APARECIDA DE PAULA	00150010242	104824528	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	SUSILENE CRISTINA DA SILVA SOARES	00150010154	07638650	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	TAINARA ANA DIAS	00150010823	106183260	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
AGENTE DE ENDEMIAS	TATIANE MARTINS DIAS	00150009971	108240717	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	TATIANECAMILO	00150010445	136243306	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	THAIS LAIANE DA CRUZ SANTOS	00150010294	124583225	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	THAÍS MACHADO BELONI	00150010135	141059360	Deferido	
AGENTE DE ENDEMIAS	TIAGO ROSA SHERAIBER	00150010310	33335137	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	VALERIA SODRE PAIVA BATISTA	00150010252	98738126	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AGENTE DE ENDEMIAS	VANESSA CAROLINE DUARTE	00150010400	126562276	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	VANESSA DA CRUZ SANAVIO	00150010481	91786974	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AGENTE DE ENDEMIAS	VITOR HENRIQUE FERIATO	00150010360	147597924	Deferido	
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	ALYSSON KASEKER DA SILVA	00150010029	107250301	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	ARIAN AUGUSTO PEREIRA	00150010403	92773876	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	ARIAN AUGUSTO PEREIRA	00150009997	92773876	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	GUILHERME AUGUSTO SILVA STEFANUTO	00150010748	94111218	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	IVAN LUIZ FRANCISCO DA COSTA	00150010317	88192559	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	JACKSON ISAIAS GUSMÃO PIRES	00150009802	212097687	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	JANAINA BRENDA LUDUGERIO	00150010182	125673520	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	JAQUELINE DE OLIVEIRA ZANINETI	00150010072	88101480	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	MARA LUCIA VIVAQUA DOS SANTOS	00150010911	22664151	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	NAYARA BRUNA RONQUI ALMEIDA	00150010553	125607764	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	PATRICIA GASPAR PEREIRA	00150009819	85512587	Deferido	
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	REGINA SANTOS DE OLIVEIRA	00150010081	406181196	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	RENATA DA SILVA CESCO	00150010062	95221890	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	RICARDO DA SILVA	00150010779	86338840	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	SINGOELEN MEDEIROS RODRIGUES	00150010584	93716175	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
ENFERMEIRO	ALINE DE ANDRADE RAFAEL	00150010741	105981791	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
ENFERMEIRO	ANNE CAROLINE PEREIRA DA MATA	00150010087	102836642	Deferido	
ENFERMEIRO	BRUNA ZANONI INFELDI	00150010101	109092851	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
ENFERMEIRO	FLÁVIA APARECIDA MORETTI	00150010696	89963699	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto
ENFERMEIRO	GRAZIELE CRISTINA DA MOTA	00150010132	87397750	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
ENFERMEIRO	LAÍSA FERREIRA DA SILVA	00150010840	127338531	Deferido	
ENFERMEIRO	LEONARDO DE SOUZA MENDES	00150010299	499360242	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ADNAN APARECIDO STRAVAT	00150009878	107148191	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ADRIELE SIMÕES BONANCIN	00150010197	104884687	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ALVIMAR APARECIDO DIAS JUNIOR	00150009834	487668364	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ANDERSON FERREIRA DAMACENA	00150010798	129738804	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ANDREIA FABIANA DA SILVA	00150010870	82402861	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	CAMILA MORAES CALDEIRA	00150010762	89493781	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	CLÁUDIA BODNARCZUK TROINA	00150010149	110832672	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	DANIEL KAUAN DOS SANTOS COSTA	00150010089	7492794	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de

					inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	DIEGO CAMPOS DE MELO	00150010768	101867064	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	FELIPE EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA	00150010191	127159661	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ISABEL CRISTINA ROCHA	00150010247	83590157	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	JAINE TAINA MARTINS DE SOUZA	00150010001	103426219	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	JENNYFER ROCHA	00150010373	92862488	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	JESSICA CHRISLAYNE BRAZ	00150010379	106867615	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	JOEL CAROBA DA SILVA	00150010322	98626417	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	JONAS DE OLIVEIRA EDUARDO	00150010643	110850077	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	JONAS FERREIRA BARBOSA	00150010042	86397927	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	LEONARDO DE SOUZA MENDES	00150010301	499360242	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	MAICO CORREIA	00150009862	104262538	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	MARCOS FERNANDES BATISTA	00150010759	102845528	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	MARIANE GOMES FERREIRA	00150010410	138810313	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	MARTA VITORIA DUARTE	00150010698	136964470	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	NAYARA BRUNA RONQUI ALMEIDA	00150010554	125607764	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ORLANDO TROVÃO JUNIOR	00150010454	73856035	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ORLANDO TROVAO JUNOR	00150010449	73856035	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	PAULA RENATA APARECIDA CANDIDO MEIRA	00150010304	92085090	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	PAULO RÉGIS FEITOSA	00150010849	90372971	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	RENATA RIVOLLI PEREIRA DIAS	00150010203	103537037	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	RONIVALDO VISOTO	00150009901	77334696	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ROSELI PINTO DA SILVA	00150010786	40573542	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	ROSILENE APARECIDA DE PAULA	00150009953	71586995	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	TALITA DAIANE PEREIRA	00150010818	100455862	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	VALÉRIA LETÍCIA DE SANTANA	00150010198	81846332	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	VALTER FERNANDO DA CRUZ	00150010289	498996438	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	VINICIUS WILLIAM DE SANTANA WILMAN	00150010215	134288027	Deferido	
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	WILLIAN GUSTAVO DUARTE	00150010099	126562209	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISIOTERAPEUTA	AMANDA VIANA DA COSTA RAMOS	00150010611	475668066	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
FISIOTERAPEUTA	NATÁLIA TRINDADE DA SILVA	00150010380	129483199	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
OPERADOR DE MÁQUINAS	FABRICIO FRANCISQUINHO	00150010492	87556620	Deferido	
OPERADOR DE MÁQUINAS	JOSE MARCIO LAU	00150010783	77334394	Deferido	
OPERADOR DE MÁQUINAS	WELLINGTON FELIX LIMA	00150010418	101186911	Deferido	
PEDAGOGO	AMANDA DUARTE GONÇALVES	00150010559	1014760066	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PEDAGOGO	CRISTINA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA FERNANDES	00150010622	99727810	Deferido	
PEDAGOGO	EVELYM PEREIRA MAIA DE SOUZA	00150009922	103803110	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PEDAGOGO	JOSIMERIE KARLA DO CARMO ARIZONO	00150010061	92262448	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PEDAGOGO	LARISSA PAULA MONTES BICHACO	00150010731	105916655	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PEDAGOGO	LAYANE CAROLINE XAVIER MACEDO DE PAULA	00150010369	102906152	Deferido	
PEDAGOGO	LEILIANE CAMPOS	00150010774	100437503	Deferido	
PEDAGOGO	MARCELA HELENA XAVIER DA COSTA	00150010344	108235730	Deferido	
PEDAGOGO	MARIELE DE ANDRADE PINHEIRO	00150010496	106339627	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PEDAGOGO	MARISTELA DE SOUZA MOURA	00150010773	33188773	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PEDAGOGO	PATRICIA MENEZES MIRANDA	00150010036	104967892	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PEDAGOGO	RENATA APARECIDA KREMER	00150010714	71189953	Deferido	
PEDAGOGO	RICHERLE CRISTINA GRACIANO	00150009995	94405289	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	AMANDA EDUARDA RODRIGUES DA SILVA	00150010122	129227478	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	CRISTINA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA FERNANDES	00150010619	99727810	Deferido	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	RENATA APARECIDA KREMER	00150010717	71189953	Deferido	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	IVANDO FERNANDES	00150010505	90871013	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MAYKON CRISTIANO DO VALE	00150010217	560905828	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NARYELI FERNANDES DE ALMEIDA	00150009973	103033233	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	WAGNER HENRIQUE BARBIERI	00150010680	56841520	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANA CLAUDIA PEREIRA	00150010390	96892713	Indeferido	Nome da mãe do candidato incorreto e Número do NIS informado incorreto
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANA PAULA GRACIOLLI	00150009797	68269300	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CLAUDENIRA DALVA DA COSTA	00150010079	097618144	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ELLEN SUVIRÁ PETRINI	00150010752	91455633	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de

					inscrição
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FERNANDA LINA SILVA	00150010105	80821247	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUCINEIA DA SILVA	00150010678	66532038	Indeferido	Nome do candidato diferente do sistema CadÚnico
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUZIA HUGO TAMIÃO	00150010851	63300365	Deferido	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	NADIANE CRISTINA LOPES	00150010884	100437830	Deferido	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	PAULA VANESSA OTTUZO	00150009974	4235087	Indeferido	Número do NIS informado diferente do cadastro CadÚnico
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RACHEL CRISTIANE DE SOUZA	00150009873	68973473	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RENATA DE FATIMA DA COSTA	00150010113	8033620	Deferido	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TAMIRES APARECIDA DIVINA ZANATTA	00150010859	123764145	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
TERAPEUTA OCUPACIONAL	TARCIANA MARIA BORDIGNON	00150010416	133663487	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
VETERINÁRIO	ERIKA DOURADO NEVES	00150009841	001880180	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
VETERINÁRIO	THAIS PIMENTEL VISCONDI	00150010320	479403090	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição
VETERINÁRIO	THAIS SAMPAIO ORNELLAS	00150010597	214189565	Indeferido	Não entregou envelope com declaração e ficha de inscrição

Publicado por:
Dorival Tenerelle
Código Identificador:9CD9FDF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Licitação Nrº :	Pregão Presencial para Registro de Preços 57/2017
b) Objeto Homologado :	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE BANNER, ADESSISVOS, LONA IMPRESSA, OUTDOOR COM ESTRUTURA METÁLICA E LONA, TOLDO COM ESTRUTURA METÁLICA E POLICARBONATO LONA, PLACA PVC COM IMPRESSÃO**.

FORNECEDOR: **CELSO DE SOUZA DA PURIFICAÇÃO 81877935972 - CNPJ: 23.694.923/0001-96**

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	4	TOLDO EM LONA COM ESTRUTURA EM METAL		M²	60	168,00	10.080,00
Valor Total do Fornecedor: R$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais).							

FORNECEDOR**: M.S. TAVARES COMUNICAÇAO VISUAL - ME - CNPJ: 22.695.924/0001-92**

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	LONA IMPRESSA COM ACABAMENTO	MT COMUNICACAO VISUAL	M²	800	24,50	19.600,00
1	2	CONFECÇÃO DE ADESIVO IMPRESSO OU PLOTADO	MT COMUNICACAO VISUAL	M²	800	26,30	21.040,00
1	3	OUTDOOR/ PLACA COM ESTRUTURA METALICA E LONA	MT COMUNICACAO VISUAL	M²	235	122,90	28.881,50
1	5	PLACA PVC COM IMPRESSAO	MT COMUNICACAO VISUAL	M²	150	49,50	7.425,00
Valor Total do Fornecedor: R$ 76.946,50 (setenta e seis mil, novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos).							
VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 87.026,50 (oitenta e sete mil e vinte e seis reais e cinquenta centavos)							

Barbosa Ferraz, 13 de setembro de 2017.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **EDENILSON APARECIDO MILIOSSI.**

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:355FBD8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 126-2017

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 126-2017

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 126-2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA BOA VENTURA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, EDSON FLAVIO HOFFMANN, portador do CPF n.º

018.601.479-17, residente e domiciliado neste Município e a empresa BOA VENTURA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME, pessoa juridica de direito privado, inscrita no Cnpj sob nº 07.418.378/0001-59, sita na ROD. PR 466, KM 51, SN - CEP: 85225000 - BAIRRO: LINHA SITIO - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) JOSMAR GOMES DA SILVA, portador (a) do Cpf sob nº804.457.999-00, domiciliada na AVENIDA SÃO ROQUE, 154 CASA - CEP: 85225000 - BAIRRO: CENTRO - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 18/07/2017, alterando os Itinerários, acrescentando Km nos Lotes 01, 10, 14, 22 e retirando Km nos Lotes 21 e 24, referente à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Itens:

ITENS							
Lote	Item	Cód	Descrição do produto/serviço	Und	Qtde	Unit	Total
1	1	9364	ASTROAGRI/40 ALQ./COPROOCERP/E. DOM FREDERICO HELMEL/ SEDE COL. ADONIS Itinerário Período: Manhã /Tarde - (Astroagri/40 Alqueire/ COPROOCERP / Escola Dom Frederico Helmel /Sede do município no Colégio Adonis Morski); Itinerário Período: Noite - (Vinda do Assentamento Astroagri / Assentamento COPOOCERP /Linha Gaúcha /Vila Rural / Sede do Município Colégio Adonis Morski) / (Retorno Saída Colégio Adonis Morski / Vila Rural / Linha Gaúcha / Bairro dos Kruger / Assentamento COPROOCERP). O roteiro do Período: manhã/Tarde/Noite, possui 103,5 km diários e deverá ser feito com veículo (micro-ônibus /ônibus).	KM	Acréscimo de 308,00 Km	3,50	1.078,00
10	1	687	FAZENDA BARROS - SAUDADE Itinerário Período: Manhã /Tarde - (Fazenda Barros / Saudade). O roteiro do período: Manhã /Tarde, possui 61 km diários e deverá ser feito com veículo (Kombi).	KM	Acréscimo de 292,00 Km	3,35	978,20
14	1	7052	FAZENDA ROMITTI/VANZELA/CARAZINHO/TIGRE/SITIO - M-T Itinerário Período: Manhã /Tarde - (Fazenda Romitt /Vanzela / Carazinho /Tigre /Sitio Boa Ventura - Escola Getulio Vargas). O roteiro do período: Manhã /Tarde, possui 162,5 km diários e deverá ser feito com veículo (Micro-ônibus /ônibus).	KM	Acréscimo de 462,00 Km	3,29	1.519,98
21	1	12512	SAUDADE/SÍTIO BOA VENTURA Itinerário Período: Manhã/Tarde/APEDS Noite - (Saudade /Sitio Boa Ventura). O roteiro do período: Manhã/Tarde/Noite, possui 117 km diários e deverá ser feito com veículo (Ônibus).	KM	Retirado 292,00 Km	3,33	972,36
22	1	686	WEBER/BAIRRO DOS MATIAS/USINA RIO BONITO/SITIO BOA VENTURA Itinerário Período: Manhã/Tarde - (Weber /Bairro dos Matias/Usina Rio Bonito/Sitio Boa Ventura na Escola Getulio Vargas). O roteiro do período: Manhã/Tarde, possui 87 km diários e deverá ser feito com veículo (Micro-Ônibus).	KM	Acréscimo de 592,90 Km	3,26	1.932,85
24	1	13422	SONDA /TERRA SANTA /KUACHINHAK /BAIRRO DOS ROBERTO /CACHOEIRINHA /SEDE Itinerário Período: Noite - (Sonda /Terra Santa /Kuachinhak /Bairro dos Roberto /Cachoeirinha /Grisse /Sede Municipio para Faculdade). O roteiro do período: Noite, possui 96 km diários e deverá ser feito com veículo (Ônibus /Micro-Ônibus).	KM	Retirado 924,00 Km	3,74	3.455,76
TOTAL							9.937,15

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSO FINANCEIRO
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento geral vigente:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
1510	05.001.12.361.0501.2026	102	3.3.90.33.00.00	Do Exercício
2070	05.001.12.361.0509.2044	0	3.3.90.33.00.00	Do Exercício
2080	05.001.12.361.0509.2044	103	3.3.90.33.00.00	De Exercícios Anteriores
2080	05.001.12.361.0509.2044	103	3.3.90.33.00.00	Do Exercício
2090	05.001.12.361.0509.2044	104	3.3.90.33.00.00	De Exercícios Anteriores
2090	05.001.12.361.0509.2044	104	3.3.90.33.00.00	Do Exercício
2100	05.001.12.361.0509.2044	107	3.3.90.33.00.00	Do Exercício
2110	05.001.12.361.0509.2044	121	3.3.90.33.00.00	De Exercícios Anteriores
2110	05.001.12.361.0509.2044	121	3.3.90.33.00.00	Do Exercício
2120	05.001.12.361.0509.2044	161	3.3.90.33.00.00	Do Exercício
2120	05.001.12.361.0509.2044	161	3.3.90.33.01.00	De Exercícios Anteriores
2121	05.001.12.361.0509.2044	787	3.3.90.33.00.00	Do Exercício
2190	05.001.12.364.0509.2045	0	3.3.90.33.00.00	Do Exercício

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 11/09/2017.

Contratante
EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Contratado
JOSMAR GOMES DA SILVA
Representante

TESTEMUNHAS:
_____
_____

Publicado por:
Ana Maria Rodiak
Código Identificador:E46B090C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 126-2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 126-2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA BOA VENTURA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, EDSON FLAVIO HOFFMANN, portador do CPF n.º 018.601.479-17, residente e domiciliado neste Município e a empresa BOA VENTURA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME, pessoa juridica de direito privado, inscrita no Cnpj sob nº 07.418.378/0001-59, sita na ROD. PR 466, KM 51, SN - CEP: 85225000 - BAIRRO: LINHA SITIO - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) JOSMAR GOMES DA SILVA, portador (a) do Cpf sob nº804.457.999-00, domiciliada na AVENIDA SÃO ROQUE, 154 CASA - CEP: 85225000 - BAIRRO: CENTRO - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 18/07/2017, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**, reajustando o valor unitário dos itinerários veículos Ônibus em 5% (cinco por cento) e 2,5% dos veículos Kombi.

ITENS										
Lote	Item	Cód	Descrição do produto/serviço	Marca	Und	Qtde	Unit	Reajuste	Unit Reajust	Total
LOTE: 001 - Lote 001	1	9364	ASTROAGRI/40 ALQ./COPROOCERP/E. DOM FREDERICO HELMEL/ SEDE COL. ADONIS Itinerário Período: Manhã /Tarde - (Astroagri/40 Alqueire/ COPROOCERP / Escola Dom Frederico Helmel /Sede do município no Colégio Adonis Morski);	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	11.385,00	R$ 3,33	R$ 0,17	R$ 3,50	R$ 39.807,65
LOTE: 002 - Lote 002	1	12504	BAIRRO DOS SASS/ESCOLA SANTA SALETE ALTO ALEGRE - Período: manhã. O roteiro possui 47 km diários e deverá ser feito com veículo (Kombi).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	5.170,00	R$ 3,34	R$ 0,08	R$ 3,42	R$ 17.699,50
LOTE: 003 - Lote 003	1	7054	CARAZINHO/BURKO/MARREQUINHA/FAZENDA LATORRE/SITIO Período: manhã/Tarde. O roteiro possui 108,6 km diários e deverá ser feito com veículo (micro-ônibus /ônibus).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	11.946,00	R$ 3,10	R$ 0,16	R$ 3,26	R$ 38.884,23
LOTE: 004 - Lote 004	1	10700	ENCRUZILHADA FABIO SASS , BAIRRO CRUZ, ESCOLA SANTA SALETE Período: manhã. O roteiro possui 54 km diários e deverá ser feito com veículo (micro-ônibus /Kombi).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	5.940,00	R$ 3,30	R$ 0,08	R$ 3,38	R$ 20.092,05
LOTE: 006 - Lote 006	1	13413	SITIO SÃO SEBASTIÃO/CASA LUIZ SCHON/CASA DO ELIZEU/CASA DO LEONILSON.. Itinerário Período: Tarde - (inicia - Sitio São Sebastião / Casa do Luiz Schon / Casa do Elizeu / Casa do Lenilson / Casa do José Oliveira / Casa do Flavio Silvério / Casa do Vilson / Casa do Ednilson / Escola João Pessoa - Fazendinha).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	4.400,00	R$ 3,19	R$ 0,16	R$ 3,35	R$ 14.737,80
LOTE: 008 - Lote 008	1	13416	PROPRIEDADE NEI FERREIRA /ESCOLA NOSSA SRA. DE FATIMA... Itinerário Período: Manhã IDA - (Propriedade Nei Ferreira /Escola Nossa Sra. de Fatima / Saída para Marrequinha retornando para a Escola Nossa Sra. de Fatima).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	7.260,00	R$ 3,59	R$ 0,09	R$ 3,68	R$ 26.714,99
LOTE: 009 - Lote 009	1	13417	BARRAGEM /BAIRRO DOS ROBERTO /CANADIA /KUACHINHAK /SEDE DO MUNICIPIO Itinerário Período: Tarde - (Barragem /Bairro dos Roberto /Canadia /Kuachinhak /Sede do Municipio, para Educação Especial).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	6.490,00	R$ 3,59	R$ 0,09	R$ 3,68	R$ 23.881,58
LOTE: 010 - Lote 010	1	687	FAZENDA BARROS - SAUDADE Itinerário Período: Manhã /Tarde - (Fazenda Barros / Saudade).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	6.710,00	R$ 3,27	R$ 0,08	R$ 3,35	R$ 22.490,24
LOTE: 011 - Lote 011	1	12507	FAZENDINHA/FAZENDA BARROS SAUDADE/ SITIO ESCOLA M. DO CAMPO GETULIO Itinerário Período: Tarde - (Fazendinha /Fazenda Barros Saudade /Sitio Escola Municipal Getulio Vargas /Sede do Municipio Escola Emilio Mudrey /ed. Especial).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	10.780,00	R$ 3,41	R$ 0,09	R$ 3,50	R$ 37.678,80
LOTE: 012 - Lote 012	1	9361	FAZENDINHA/CARAZINHO/TIGRE/SITIO BOA VENTURA Itinerário Período: Manhã - (Fazendinha /Carazinho /Tigre /Sitio Boa Ventura Escola Getulio Vargas).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	8.800,00	R$ 3,10	R$ 0,16	R$ 3,26	R$ 28.644,00
LOTE: 013 - Lote 013	1	12508	FAZENDA ROMITTI/VANZELA/CARAZINHO/TIGRE Itinerário Período: Meio Dia - (Fazenda Romitt /Vanzela / Carazinho /Tigre).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	7.590,00	R$ 3,52	R$ 0,09	R$ 3,61	R$ 27.384,72
LOTE: 014 - Lote 014	1	7052	FAZENDA ROMITTI/VANZELA/CARAZINHO/TIGRE/SITIO - M-T Itinerário Período: Manhã /Tarde - (Fazenda Romitt /Vanzela / Carazinho /Tigre /Sitio Boa Ventura - Escola Getulio Vargas).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	17.875,00	R$ 3,13	R$ 0,16	R$ 3,29	R$ 58.746,19
LOTE: 015 - Lote 015	1	13418	ENCRUZILHADA DO BARRO PRETO /RIO DO GRISSE /CACHOEIRINHA Itinerário Período: Manhã /Tarde - (Encruzilhada do Barro Preto / Rio do Grisse /Cachoeirinha).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	3.960,00	R$ 3,59	R$ 0,09	R$ 3,68	R$ 14.571,81
LOTE: 017 - Lote 017	1	12509	KUACHINHAK/CANÁDIA/CACHOEIRINHA Itinerário Período: Manhã /Tarde - (Kuachinhak /Canadia /Fazenda Piovesan /Encruzilhada Alceu /Propriedade Valdomiro /Cachoeirinha - Escola Santo Agostinho).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	8.800,00	R$ 3,58	R$ 0,18	R$ 3,76	R$ 33.079,20
LOTE: 018 - Lote 018	1	9365	LINHA GAÚCHA/BAIRRO ZALUSKI/SEDE DO MUNICÍPIO Itinerário Período: Manhã - (Linha Gaúcha /Bairro Zaluski /Sede do Municipio na Escola Nossa Sra. Aparecida).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	7.040,00	R$ 3,34	R$ 0,17	R$ 3,51	R$ 24.689,28
LOTE: 019 - Lote 019	1	13468	FAZENDA CHAVAREN/MARREQUINHA/TERRA SANTA/ BAIRRO DOS ROBERTO/CACHOE Itinerário Período: Manhã - (Fazenda Chavaren/Marrequinha /Terra Santa /Bairro dos Roberto /Cachoeirinha no Col. Estadual Natal Pontarolo).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	7.590,00	R$ 3,90	R$ 0,20	R$ 4,10	R$ 31.081,05
LOTE: 020 - Lote 020	1	13420	MARREQUINHA /FAZENDA MELEN /TERRA SANTA /PAULO DIAS/BAIRRO DOS ROBERTO Itinerário Período: Tarde - (Marrequinha /Fazenda Melen /Terra Santa /Paulo Dias /Bairro dos Roberto /Cachoeirinha na Escola Santo Agostinho).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	9.790,00	R$ 3,94	R$ 0,20	R$ 4,14	R$ 40.501,23
LOTE: 021 - Lote 021	1	12512	SAUDADE/SÍTIO BOA VENTURA Itinerário Período: Manhã/Tarde/APEDS Noite - (Saudade /Sitio Boa Ventura).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	12.870,00	R$ 3,17	R$ 0,16	R$ 3,33	R$ 42.837,80
LOTE: 022 - Lote 022	1	686	WEBER/BAIRRO DOS MATIAS/USINA RIO BONITO/SITIO BOA VENTURA Itinerário Período: Manhã/Tarde - (Weber /Bairro dos Matias/Usina Rio Bonito/Sitio Boa Ventura na Escola Getulio Vargas).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	9.570,00	R$ 3,10	R$ 0,16	R$ 3,26	R$ 31.150,35
LOTE: 023 - Lote 023	1	13421	PROPRIEDADE PEDRO PALMEIRA /CANADIA /ESTRADA KROCHINSKI /CACHOEIRINHA Itinerário Período: Manhã /Tarde - (Propriedade Pedro Palmeira /Canádia /Estrada Krochinski /Cachoeirinha na Escola Santo Agostinho).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	6.270,00	R$ 3,59	R$ 0,18	R$ 3,77	R$ 23.634,77
LOTE: 024 - Lote 024	1	13422	SONDA /TERRA SANTA /KUACHINHAK /BAIRRO DOS ROBERTO /CACHOEIRINHA /SEDE Itinerário Período: Noite - (Sonda /Terra Santa /Kuachinhak /Bairro	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	10.656,00	R$ 3,56	R$ 0,18	R$ 3,74	R$ 39.832,13

			dos Roberto /Cachoeirinha /Grisse /Sede Municipio para Faculdade).							
LOTE: 025 - Lote 025	1	12513	BVSR/FAC.GPVA/CAMP. ALTO DA XV/ F.GUAIRACÁ/CAMPO REAL/UNICENTRO/UNOPAR Itinerário Período: Noite - (Boa Ventura /Faculdade Guarapuava /Câmpus Alto da XV /Faculdade Guairacá /Campo Real /Unicentro /Unopar).	TRANSPORTE BOA VENTURA	KM	18.315,00	R$ 2,69	R$ 0,13	R$ 2,82	R$ 51.730,72
TOTAL										R$ 689.870,06

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 25/08/2017.

Contratante
EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Contratado
JOSMAR GOMES DA SILVA
Representante

TESTEMUNHAS:
_____
_____

Publicado por:
Ana Maria Rodiak
Código Identificador:961B4D0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017- Registro de Preços Nº 41/2017 (Processo Licitatório 79/2017)
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES – DE (11/09/2017 à 10/09/2018)
DETENTORA: RD COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - ME
CNPJ: 23.037.457/0001-76.
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futuras aquisições de acessórios e componentes de material metalúrgico e de vidros, de prestação de serviços de fabricação de peças metalúrgicas, de peças de vidro, de serviços de solda e serviços de horas técnica de torno em geral, para serem adquiridos e prestados conforme a necessidade da Prefeitura Municipal, de acordo com as quantidades e especificações do Termo de Referência constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 58/2017, que faz parte do presente instrumento, independentemente de transcrição:

LOTE 01					
MATERIAIS DE METALURGICA					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE.**	**UND.**	**VALOR UNIT. REG. R$**	**VALOR TOTAL REG. ITEM R$**
1	Cantoneiras em ferro preto com 6 metros com espessura de 1/4 x 2". MARCA KIFERRO	30	UND.	110,00	3.300,00
2	Cantoneiras em ferro preto com 6 metros com espessura de 3/16 x 2". MARCA KIFERRO	30	UND.	87,00	2.610,00
3	Ferro chato preto com 6 metros, espessura de 3/8 x 1.1/4. MARCA KIFERRO	20	UND.	57,901	1.158,02
4	Ferro chato preto, com 6 metros, espessura de 1/2 x 2". MARCA KIFERRO	30	UND.	66,47	1.994,10
5	Ferro chato preto, com 6 metros, espessura de 5/16 x 3". MARCA KIFERRO	20	UND.	116,00	2.320,00
6	Ferro redondo mecânico barra com 6 metros, espessura de 1/4". MARCA KIFERRO	50	UND.	7,40	370,00
7	Ferro redondo mecânico barra com 6 metros, espessura de 3/8". MARCA KIFERRO	30	UND.	15,00	450,00
8	Ferro redondo mecânico barra com 6 metros, espessura de 5/16". MARCA KIFERRO	100	UND.	12,00	1.200,00
9	Ferro redondo mecânico barra com 6 metros, espessura de 5/8". MARCA KIFERRO	30	UND.	42,50	1.275,00
10	Tubo de ferro quadrado preto, com 6 metros, com dimensão de 20mmx20mm, parede de 1,2mm. MARCA KIFERRO	300	UND.	31,00	9.300,00
11	Tubo em ferro redondo galvanizado com 6 metros com dimensões de 1" ¼ x 2 mm. MARCA KIFERRO	30	UND.	75,00	2.250,00
12	Tubo em ferro preto com 6 metros com dimensões de 20mmx30mm, com parede de 1,5mm. MARCA KIFERRO	30	UND.	62,00	1.860,00
13	Tubo em ferro redondo preto com 6 metros, espessura 38mm x 2.00 mm 1.1/2" (externa). MARCA KIFERRO	30	UND.	73,76	2.212,80
14	Tubo em ferro redondo preto com 6 metros, espessura 50mm x 2.65 mm 2" (externa). MARCA KIFERRO	30	UND.	115,00	3.450,00
15	Tubo redondo galvanizado com 6 metros, sem rosca, espessura de 38 mm x 1.95 mm 1.1/2" (externa). MARCA KIFERRO	40	UND.	83,752	3.350,08
16	Tubo redondo galvanizado com 6 metros, sem rosca, espessura de 50 mm x 1.95 mm 2" (externa). MARCA KIFERRO	50	UND.	110,00	5.500,00

1. O valor total da Ata de Registro de Preços é de R$ 42.600,00 (Quarenta e Dois Mil e Seiscentos Reais).
2. As quantidades descritas acima são estimadas, podendo haver variações para mais ou para menos, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Bom Sucesso do Sul, 13 de setembro de 2017.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Marcelo Dambros
Código Identificador:BE6E682C

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 120/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017- Registro de Preços Nº 44/2017 (Processo Licitatório 82/2017)
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES – DE (13/09/2017 à 12/09/2018)
DETENTORA: JEVERSON IVAN PAESE – PITY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futuras aquisições de uniformes e material esportivo, para atender aos projetos de esporte nas escolas Municipais, em Campeonatos Municipais e competições promovidas pelo Departamento de Educação Cultura e Esportes deste município, nos termos das condições previstas no Edital de Pregão Presencial nº 61/2017, que faz parte do presente instrumento, independentemente de transcrição:

ITEM	PRODUTO/DESCRIÇÕES	UND.	MARCA	QTDE.	VALOR UNI. R$
2	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Sendo Brasão do Município no lado esquerdo do peito e número do lado direito, nas costas número, nome do município em cima e modalidade em baixo do número. Nas mangas nome da prefeitura e brasão Tamanho:8 Modelo em anexo	Und.	PANTATON	25	23,30
3	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Sendo Brasão do Município no lado esquerdo do peito e número do lado direito, nas costas número, nome do município em cima e modalidade em baixo do número. Nas mangas nome da prefeitura e brasão Tamanho: 10 Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	32,00
5	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Sendo Brasão do Município no lado esquerdo do peito e número do lado direito, nas costas número, nome do município em cima e modalidade em baixo do número. Nas mangas nome da prefeitura e brasão Tamanho: 14 Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	30,00
7	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Sendo Brasão do Município no lado esquerdo do peito e número do lado direito, nas costas número, nome do município em cima e modalidade em baixo do número. Nas mangas nome da prefeitura e brasão Tamanho: P Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	30,00
10	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Sendo Brasão do Município no lado esquerdo do peito e número do lado direito, nas costas número, nome do município em cima e modalidade em baixo do número. Nas mangas nome da prefeitura e brasão Tamanho: GG Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	26,00
12	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração no lado esquerdo e brasão do município no lado direito. Tamanho: 8 Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	25,50
13	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração no lado esquerdo e brasão do município no lado direito. Tamanho:10 Modelo em anexo	Und.	PANTATON	25	25,00
14	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração no lado esquerdo e brasão do município no lado direito. Tamanho: 12 Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	20,00
15	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração no lado esquerdo e brasão do município no lado direitoTamanho: 14 Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	20,00
16	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração no lado esquerdo e brasão do município no lado direito. Tamanho: 16 Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	20,00
17	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração no lado esquerdo e brasão do município no lado direito. Tamanho: P Modelo em anexo	Und.	PANTATON	25	20,00
18	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração no lado esquerdo e brasão do município no lado direito. Atrás, nome do Município nas duas pernas próximo a barra. Tamanho: M Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	20,00
19	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração no lado esquerdo e brasão do município no lado direito. Atrás, nome do Município nas duas pernas próximo a barra. Tamanho: G Modelo em anexo.	Und.	PANTATON	25	20,00
20	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração no lado esquerdo e brasão do município no lado direito. Tamanho: GG Modelo em anexo	Und.	PANTATON	25	20,00
21	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: 6.	Und.	KANXA	25	14,00
22	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: 8.	Und.	KANXA	25	15,00
23	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: 10.	Und.	KANXA	25	15,00
24	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: 12.	Und.	KANXA	25	15,00
25	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: 14.	Und.	KANXA	25	15,00
26	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: 16.	Und.	KANXA	25	15,00
27	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: P.	Und.	KANXA	25	15,00
28	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: M.	Und.	KANXA	25	15,00
29	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: G.	Und.	KANXA	25	15,00
30	Meião profissional: Com acabamento Duplo, elásticos especiais no punho e tornozelo, poliamida especial, calcanhar verdadeiro e pé atoalhado de algodão. Tamanho: GG.	Und.	KANXA	25	15,00
31	Par de rede de futebol suíço: confeccionada na malha 15x15cm entre nós em corda trançada, material em polipropileno (seda) de alta densidade 100% virgem com tratamento UV fio 6mm tipo vél, na cor branca, tamanho 5,20m na largura, 2,3m de altura, 0,80m de recuo superior e 1,50m de recuo inferior	Und.	REDEBOL	3	430,00
32	Saco para guardar bolas DE SEDA: Com capacidade de 25 Bolas e com cordão.	Und.	REDEBOL	5	23,00

33	Bomba de encher bola com tecnologia doubleaction - infla nos dois sentidos. Contém mangueira embutida e 2 agulhas, cores sortidas.	Und.	LEADER	5	32,00
34	Garrafa Termica com Torneira 34 litros:	Und.	OBBA	3	110,00
35	Bola Futbol de Campo: Material, Microfibra em poliuretano. Miolo: Removível e Lubrificado. Tecnologia: Carboline.	Und.	DALPONTE	15	131,00
36	Bola Oficial de Futsal: categoria sub 11, Diâmetro 50 - 55 cm, Peso 300 - 350 g, Câmara Airbility, Construção: Termotec, Material: PU, Miolo Slip System removível e lubrificado. Bola Oficial da Confederação Paranaense (max100).	Und.	PENALTY	7	137,00
37	Bola Oficial de Futsal: categoria sub 13, Diâmetro 55 - 59 cm, Peso 350 - 380 g, Câmara Airbility, Construção: Termotec, , Miolo Slip System Removível e Lubrificado. Bola Oficial da Confederação Paranaense (Max200).	Und.	PENALTY	7	139,00
38	Bola de Futsal Material: Em PU (poliuretano), parte interna em Neo Gel. Circunferência: 62-64 cm Pressão: 0.6-0.8 Libras. Peso Aproximado: 420 Origem: Nacional. Design de 06 gomos para deslocamento de bola mais preciso. Miolo substituível e lubrificado Impermeável (0% de absorção de água). Câmara Airvility. Moldagem Termo fusion. Bola Oficial do Paranaense.	Und.	KAGIVA	10	140,00
39	Bola de Vôlei: Principais características da Bola Kagiva Vôlei K 6.0: Circunferência: 67 cm. Peso: 263 g Pressão: 4-5 lbs Câmara: Airbility Construção: Termo fusion Matrizada Material: Microfibra Possui revestimento interno em fio duraxial 48 filamentos Kevlar Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado, Origem Nacional.	Und.	KAGIVA	5	110,00

1. O valor total da Ata de Registro de Preços é de R$ 19.762,00 (Dezenove Mil, Setecentos e Sessenta e Dois Reais).
2. As quantidades descritas acima são estimadas, podendo haver variações para mais ou para menos, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Bom Sucesso do Sul, 13 de setembro de 2017.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Marcelo Dambros
Código Identificador:BCEC26D0

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 121/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017- Registro de Preços Nº 44/2017 (Processo Licitatório 82/2017)
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES – DE (13/09/2017 à 12/09/2018)
DETENTORA: ANDRE ANTONIO SABINO - ME
CNPJ: 27.743.380/0001-00
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futuras aquisições de uniformes e material esportivo, para atender aos projetos de esporte nas escolas Municipais, em Campeonatos Municipais e competições promovidas pelo Departamento de Educação Cultura e Esportes deste município, nos termos das condições previstas no Edital de Pregão Presencial nº 61/2017, que faz parte do presente instrumento, independentemente de transcrição:

ITEM	PRODUTO/DESCRIÇÕES	UND.	MARCA	QTDE.	VALOR UNI. R$
1	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Sendo Brasão do Município no lado esquerdo do peito e número do lado direito, nas costas número, nome do município em cima e modalidade em baixo do número. Nas mangas nome da prefeitura e brasão. Tamanho: 6 Modelo em anexo.	Und.	CAPTIV	25	32,40
4	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Tamanho: 12 Modelo em anexo.	Und.	CAPTIV	25	29,00
6	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Sendo Brasão do Município no lado esquerdo do peito e número do lado direito, nas costas número, nome do município em cima e modalidade em baixo do número. Nas mangas nome da prefeitura e brasão Tamanho: 16 Modelo em anexo.	Und.	CAPTIV	25	26,00
8	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Sendo Brasão do Município no lado esquerdo do peito e número do lado direito, nas costas número, nome do município em cima e modalidade em baixo do número. Nas mangas nome da prefeitura e brasão Tamanho: M Modelo em anexo.	Und.	CAPTIV	25	27,00
9	Camisa esportiva: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério modelo desenvolvido pelo município. Sendo Brasão do Município no lado esquerdo do peito e número do lado direito, nas costas número, nome do município em cima e modalidade em baixo do número. Nas mangas nome da prefeitura e brasão Tamanho: G Modelo em anexo.	Und.	CAPTIV	25	25,00
11	Calção esportivo: Malha dry elástano 100% poliéster, com estampa em sistema de sublimação, conforme critério, modelo desenvolvido pelo município. Na frente, numeração, no lado esquerdo e brasão do município no lado direito. Tamanho: 6 Modelo em anexo	Und.	CAPTIV	25	23,90

1. O valor total da Ata de Registro de Preços é de R$ 4.082,50 (Quatro Mil e Oitenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos).
2. As quantidades descritas acima são estimadas, podendo haver variações para mais ou para menos, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Bom Sucesso do Sul, 13 de setembro de 2017.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Marcelo Dambros
Código Identificador:83BEDECE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 04/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

VENCEDORES						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
Fabio Cardoso Procópio	1	1	mão-de-obra para serviços de limpeza e conservação	Proman	220 horas	R$2.398,00
Fabio Cardoso Procópio	2	1	Manutenção Elétrica	Proman	10 horas	R$ 200,00
Fabio Cardoso Procópio	3	1	Manutenção hidráulica	Proman	10horas	R$ 150,00

FABIANO DE AZEVEDO
Pregoeiro

Publicado por:
Solange Maria de Lima Fávaro
Código Identificador:776B6811

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JULHO A AGOSTO DE 2017										
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I										
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.995.888,48	28.538.021,06	3.535.324,37	13.517.185,52	15.020.835,54	3.944.296,94	13.146.851,02	15.391.170,04	12.153.513,28
DESPESAS CORRENTES	21.716.994,48	22.957.560,73	3.429.557,74	12.726.779,66	10.230.781,07	3.546.027,86	12.364.497,66	10.593.063,07	11.634.255,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.272.000,00	10.230.927,17	1.816.231,02	6.416.649,59	3.814.277,58	1.816.231,02	6.416.649,59	3.814.277,58	6.333.375,84
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	300.000,00	300.000,00	38.855,09	176.141,08	123.858,92	38.855,09	176.141,08	123.858,92	176.141,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.144.994,48	12.426.633,56	1.574.471,63	6.133.988,99	6.292.644,57	1.690.941,75	5.771.706,99	6.654.926,57	5.124.738,99
DESPESAS DE CAPITAL	2.022.676,00	5.324.242,33	105.766,63	790.405,86	4.533.836,47	398.269,08	782.353,36	4.541.888,97	519.257,37
INVESTIMENTOS	1.852.676,00	4.954.242,33	22.277,49	465.548,20	4.488.694,13	314.779,94	457.495,70	4.496.746,63	194.399,71
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	170.000,00	370.000,00	83.489,14	324.857,66	45.142,34	83.489,14	324.857,66	45.142,34	324.857,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	256.218,00	256.218,00	0,00	0,00	256.218,00	0,00	0,00	256.218,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	256.218,00	256.218,00	0,00	0,00	256.218,00	0,00	0,00	256.218,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.733.330,52	1.537.330,52	220.309,15	852.232,88	685.097,64	220.309,15	852.232,88	685.097,64	753.633,80
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	25.729.219,00	30.075.351,58	3.755.633,52	14.369.418,40	15.705.933,18	4.164.606,09	13.999.083,90	16.076.267,68	12.907.147,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.729.219,00	30.075.351,58	3.755.633,52	14.369.418,40	15.705.933,18	4.164.606,09	13.999.083,90	16.076.267,68	12.907.147,08
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.442.896,12
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.729.219,00	30.075.351,58	3.755.633,52	14.369.418,40	15.705.933,18	4.164.606,09	13.999.083,90	16.076.267,68	14.350.043,20
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EDERALDO DIAS DOS SANTOS
Contador
CRC PR - 53884/O-1

JORGE LUIZ QUEGE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:94E40B58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INTRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2017									
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		

DESPESAS CORRENTES (I)	1.653.330,52	1.457.330,52	215.084,77	831.335,36	625.995,16	215.084,77	831.335,36	625.995,16	732.736,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.280.257,52	1.284.257,52	195.985,78	765.816,98	518.440,54	195.985,78	765.816,98	518.440,54	667.217,90
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	373.073,00	173.073,00	19.098,99	65.518,38	107.554,62	19.098,99	65.518,38	107.554,62	65.518,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	80.000,00	80.000,00	5.224,38	20.897,52	59.102,48	5.224,38	20.897,52	59.102,48	20.897,52
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	80.000,00	80.000,00	5.224,38	20.897,52	59.102,48	5.224,38	20.897,52	59.102,48	20.897,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	1.733.330,52	1.537.330,52	220.309,15	852.232,88	685.097,64	220.309,15	852.232,88	685.097,64	753.633,80
SUPERÁVIT (IV)	0,00	196.000,00	0,00	0,00	196.000,00	0,00	0,00	196.000,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	1.733.330,52	1.733.330,52	220.309,15	852.232,88	881.097,64	220.309,15	852.232,88	881.097,64	753.633,80

EDERALDO DIAS DOS SANTOS
Contador
CRC PR - 53884/O-1

JORGE LUIZ QUEGE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:9175071E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	25.552.748,00	27.378.105,01	3.322.366,30	12,14	14.308.425,98	52,26	13.069.679,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.371.000,00	3.371.000,00	351.350,10	10,42	1.345.307,73	39,91	2.025.692,27
IMPOSTOS	2.959.000,00	2.959.000,00	282.627,36	9,55	1.075.820,90	36,36	1.883.179,10
TAXAS	412.000,00	412.000,00	68.722,74	16,68	269.486,83	65,41	142.513,17
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	355.000,00	355.000,00	5.441,62	1,53	165.118,18	46,51	189.881,82
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	355.000,00	355.000,00	5.441,62	1,53	165.118,18	46,51	189.881,82
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	71.000,00	76.805,46	21.178,95	27,57	117.649,03	153,18	(40.843,57)
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	71.000,00	76.805,46	21.178,95	27,57	117.649,03	153,18	(40.843,57)
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DECORRENTE DO DIREITO DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	685.604,00	685.604,00	45.303,21	6,61	206.977,70	30,19	478.626,30
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.674.144,00	22.493.695,55	2.888.513,87	12,84	12.429.896,31	55,26	10.063.799,24
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.479.644,00	21.319.433,50	2.888.513,87	13,55	12.293.942,88	57,67	9.025.490,62
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	194.500,00	1.174.262,05	0,00	0,00	135.953,43	11,58	1.038.308,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	396.000,00	396.000,00	10.578,55	2,67	43.477,03	10,98	352.522,97
MULTAS JUROS DE MORA	320.000,00	320.000,00	5.622,23	1,76	18.020,33	5,63	301.979,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00	30.000,00	1.896,27	6,32	15.516,58	51,72	14.483,42
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	46.000,00	46.000,00	3.060,05	6,65	9.940,12	21,61	36.059,88
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	176.471,00	1.276.471,00	41.617,22	3,26	41.617,22	3,26	1.234.853,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	1.100.000,00	41.617,22	3,78	41.617,22	3,78	1.058.382,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	1.100.000,00	41.617,22	3,78	41.617,22	3,78	1.058.382,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	176.471,00	176.471,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176.471,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	176.471,00	176.471,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176.471,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	25.729.219,00	28.654.576,01	3.363.983,52	11,74	14.350.043,20	50,08	14.304.532,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	25.729.219,00	28.654.576,01	3.363.983,52	11,74	14.350.043,20	50,08	14.304.532,81
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	(800.622,57)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.729.219,00	28.654.576,01	2.563.360,95	8,95	14.350.043,20	50,08	14.304.532,81
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.425.775,57	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

EDERALDO DIAS DOS SANTOS
Contador
CRC PR - 53884/O-1

JORGE LUIZ QUEGE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:3CC861EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITA INTRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JULHO A AGOSTO DE 2017							
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a))	Até o bimestre (c	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇAO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUICÇOES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COSIP - COBRANÇA NA FATURA DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS REC PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇAO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇAO ANIMAL E DERIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE APORTES PERIÓDICOS PARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇOES DE CREDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇAO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	(1.733.330,52)	0,00	(220.309,15)		(852.232,88)		852.232,88
TOTAL(V) = (III + IV)	(1.733.330,52)	0,00	(220.309,15)	()	(852.232,88)	()	852.232,88

EDERALDO DIAS DOS SANTOS
Contador
CRC PR - 53884/O-1

JORGE LUIZ QUEGE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:33845025

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2017
PROCESSO INTERNO Nº 138/2017

Hiroshi Kubo, Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento cuja sessão pública de julgamento foi realizada no dia primeiro de setembro de 2017 , objetivando a **contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo e reagentes químicos para realização de exames, destinados ao laboratório municipal**, ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Presencial em favor da empresa infra relacionada, por terem satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado propostas mais vantajosas aos interesses da administração:

Lote 1 – Material de Consumo

Nº	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	PROPONENTE VENCEDORA
01	Água Destilada ou Deionizada – Galão 5 Litros	50	GAL	8,99	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
02	Agulha 25X7 - descartável - cxa c/100, parede e bisal trifacelado (esterelizado a óxido de etileno, com registro na anvisa)	30	CXA.	7,30	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
03	Álcool 70º frasco de 1 litro	50	FRC	5,12	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
04	Álcool 96º frasco 1 litro	06	FRC	8,10	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
05	Algodão hidrófilo peso 500gr	10	ROL.	10,94	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
06	Caixas de laminas 26x7.5mm c/ 50 fosca lapidada	60	CXA.	3,40	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
07	Camara neubauer espelhada	02	UND.	198,00	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
08	Coletor 70 ml. T. vermelha s/ PA individual urina – Pacote com 100	100	PCT.	32,80	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
09	Cronometro digital -para exames	02	UND	30,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
10	Curativo adulto pos coleta (Stopper) - cxa c/ 500 unidades	10	CXA	12,80	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
11	Detergente não Iônico Biodegrádavel para lavagem de material médico, cirúrgico, laboratorial e de equipamentos – Frasco 1.000 ml	10	FRC	83,50	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
12	Escalpe descartável 23g	400	UND	0,18	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
13	Escova para Lavar Tubos com Dimensões Mínimas de 12 x 40 mm com pincel.	10	UND.	2,10	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
14	Escova para Lavar tubos com dimensões mínimas de 15 x 85 mm com pincel.	10	UND.	2,90	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
15	Estantes anti-oxidante para no mínimo 40 tubos de ensaio	10	UND	20,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
16	Gaze 91CMx91M Hidrofila 9 fios tipo queijo	10	PCT.	18,65	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
17	HCG – Teste plus dispositivo com 50 unidades	05	CX	24,50	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
18	Kit corante para coloração hematológica diferencial rápida	10	UND	32,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**

19	Lâminula para microscopia 2x2cm com 100 unidades	20	CXA.	1,65	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
20	Lamínulas para Câmara de Neubauer 20x26 MM (Caixa com no mínimo 50 unidades)	02	CXA	5,61	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
21	Lampadas para microscopio 20w 6v 100HRS	10	UND.	15,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
22	Lamparina para aquecimento	01	UND	15,23	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
23	Lapis dermatograph 7600 nº 10 – Azul	10	UND.	6,90	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
24	Lapis dermatograph 7600 nº10 – Vermelho	10	UND.	6,90	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
25	Luvas de procedimento latex tamanho M - cxa c/ 100	20	CXA	17,50	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
26	Micropipeta variável 100-1000 microlitros	03	UND	84,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
27	Micropipeta variável 10-100microlitros	05	UND	84,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
28	Parasitofiltro – Pacote com no mínimo 50 unidades	06	POT	63,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
29	Pipetas de vidro - VHS	12	UND.	2,15	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
30	Pisseta em Polietileno Transparente	02	UND	4,50	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
31	Placa Kline para teste VDRL com 12 escavações	02	UND	24,75	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
32	Relógio despertador de 0 a 60 minutos	02	UND	11,72	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
33	Saco coletor de urina infantil.Recipiente de 18 cm x 7 cm, graduado, com capacidade para até 100 ml. Fita dupla face, hipoalergênica, para fixação segura e sem lesões na pele. Esterilizado. Unissex. C/100 unidades.	05	CXA.	29,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
34	Seringa 10 - ml - unidades (descartavel, sem agulha, luer lock - rosca, esterializado a óxido de etileno, com registro na ANVISA) c/ 150	47	CXA.	39,60	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
35	Seringa 5 - ml - unidades (descartavel, sem agulha, luer lock - rosca, esterializado a óxido de etileno, com registro na ANVISA) c/ 250	28	CXA.	41,25	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
36	Tampa pressão int. p/ tubo diam. 12mm branco – pct c/ 1000	10	PCT	25,50	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
37	Tampa pressão int. p/ tubo diam. 15-16mm branco- c/ 1000 unidades	10	PCT	45,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
38	Tira reagente para teste de urina com 10 parâmetros, caixa com 100	50	KIT.	19,50	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
39	Tubo 12X75MM - 5ml - pct c/ 1000 unidades	10	PCT	44,90	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
40	Tubo capilar s/ heparina p/ micro-hematocrito FR 500 unid	10	CXA.	8,50	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
41	Tubo plástico 15X100MM- 10ml pp sem tampa – c/1000 unidades	10	PCT	89,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
42	Unidade de Ponteira para micropipetas cor amarela (0 à 200 c/ 1.000)	06	PCT.	8,20	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
43	Unidades de mascaras com camadas filtrantes, sintéticas, tratadas eletrostaticamente	80	UND.	8,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**

Lote 2 – Reagentes de Uso Comum para Analises Clinicas

Nº	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	PROPONENTE VENCEDORA
01	Anticoagulante Fluoreto (Frasco com no mínimo 200 ml)	05	FRC	32,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
02	Aslo 50 testes latex 1x2ml - pronto para uso em placa por aglutinação de particulas de latéx para determinação qualitativa e semi-quantitativa de anti-estreptolisina o (ASO) do soro humano. AEO - PP Kit c/ controles	10	CXA.	50,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
03	Azul de metileno concentrado 500ml	05	FRC.	19,50	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
04	Descorante p/ baar 3 % 500ml de alcool – acido	10	FRC.	21,90	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
05	EDTA 5% anticoagulante 250ml de solução dissódica cor azul	05	UND.		ITEM DESERTO
06	FR 50 testes latex 1x2ml - pronto para uso em placa por aglutinação de partículas de latéx para determinação qualitativa e semi-quantitativa de fator reumatóide (FR) no soro humano	10	CXA.	28,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
07	FR de fucsina para gran c/ 500ml	05	FRC.	9,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
08	Fucsina fenicada ziehl nelseen 500ml	05	FRC.	22,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
09	Lugol forte 2% frasco 250ml	02	FRC	27,98	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
10	Lugol para gram 1% c/ 500ml	05	FRC	12,94	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** **CNPJ 22.627.453/0001-85**
11	PCR 50 testes latex 1x2ml - pronto para uso em placa por aglutinação de particulas de latéx para determinação qualitativa e	10	CXA.	25,00	**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COM. DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP**

	semi-quantitativa de proteina sem reativo (PCR) no soro humano.				**CNPJ 22.627.453/0001-85**
12	Ponteira universal 200-1000microlitros pacote com 1.000 unidades	04	PCT	19,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
13	Sangue oculto nas fezes 20 cassetes s/ dieta 1 - dispositivo teste 1x20; 2 - tubo coletor; 3 - instrução de uso	02	KIT.	60,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
14	Soro anti A - 10 ml monocloal aglutinação albumina - bovina 22% anti-humana	10	FRC.	16,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
15	Soro anti AB - 10 ml monocloal aglutinação albumina - bovina 22% anti-humana	10	FRC	16,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
16	Soro anti B - 10 ml monocloal aglutinação albumina - bovina 22% anti-humana	10	FRC.	16,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
17	Soro anti D - 10 ml monocloal aglutinação albumina - bovina 22% anti-humana	10	FRC.	31,90	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
18	VDRL 250 determinações pronto para uso - 5ml	12	UND.	32,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
19	Violeta genciana p/ gram 500ml	05	UND.	18,50	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**

Lote 3 – Reagentes para Analisador de Bioquimica

Nº	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	PROPONENTE VENCEDORA
01	Acido úrico 200ml	30	UND	49,90	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
02	Albumina 250 ml	3	UND	32,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
03	ALT cinético 120 ml	20	UND	60,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
04	Amilase direta CNP 30 ml	20	UND	100,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
05	AST cinético 120 ml	20	UND	74,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
06	Bilirrubina 52 ml D 52 ML T	6	UND	40,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
07	Cálcio arsenazo 50 ml	15	UND	52,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
08	Calibrador 3 ml	6	UND	58,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
09	Ck-MB 50ml	10	UND	296,99	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
10	Ck-NAC 50 ml	15	UND	112,90	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
11	Colesterol 500 ml	40	UND	120,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
12	Creatinina 300 ml	20	UND	52,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
13	Ferro 2x 50 ml	20	UND	76,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
14	Fosfatase alcalina 60 ml	10	UND	50,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
15	Fosforo UV 100 ml	20	UND	49,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
16	Gama GT 60 ml	10	UND	60,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
17	Glicose 1000 ml	10	UND	79,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
18	HDL direto 80 ml	40	UND	219,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
19	LDL direto 80 ml	10	UND	530,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
20	Lipase direta 3x 16 ml	5	UND	450,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
21	Magnesio 100 ml	20	UND	40,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
22	PCR turbidimetria 50 ml	60	UND	260,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
23	Proteínas totais 250 ml	3	UND	38,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
24	Soro controle normal 5 ml	8	UND	48,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
25	Soro controle patológico 5 ml	7	UND	48,00	**INGALAB EQUIP.PARA LABORATÓRIOS LTDA ME** **CNPJ Nº 13.415.600/0001-62**
26	Triglicerides 500 ml	40	UND	296,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**
27	Ureia UV 4x 50 ml	20	UND	90,00	**VENDRAMINI & TREVISAN LTDA – ME** **CNPJ Nº 12.021.151/0001-05**

Carlópolis, 13 de setembro de 2017.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Aparecida Cezar
Código Identificador:70A55AC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017 E ADJUDICAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS.

Em cumprimento ao disposto na Lei, torna-se público o resultado do Pregão Presencial n° 50/2017, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, e fica ADJUDICADO o (s) objeto (s) ao (s) vencedor (es) conforme o seguinte resultado:

GRADIARA - COM. INSTR. MUSICAIS LTDA.						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**APRES.**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	AFINADOR DIGITAL CROMÁTICO PARA VIOLÃO	UN	5	RONSANI/CLIP	39,00	195,00
3	APOIO DE PÉ PARA VIOLINISTA CLÁSSICO 4 ALTURAS	UN	15	SMART/FL46	38,00	570,00
4	BAG CAPA PARA TECLADO 5/8	UN	2	JPG/5/8	75,00	150,00
6	BAQUETA PARA CAIXA EM MADEIRA, dimensões aproximadas: 382mm de comprimento 16,5mm de diâmetro L.15" - PAR	PAR	20	COMBAT/CX	8,00	160,00
8	CABO P10/P10 5 METROS	UN	10	IMFAP/SPEAKER	30,00	300,00
9	CABO P10/P2 5 METROS	UN	3	SPARFLEX/2/030	28,00	84,00
10	CABO PARA MRICROFONE 5 METROS	UN	10	SPARFLEX/2/030	33,00	330,00
11	CAIXA ATTACK ATIVA VRF 1230A 330 WS RMS	UN	1	CLARITY/CL200A	2.190,00	2.190,00
12	CAPA BAG PARA VIOLÃO	UN	10	JPG/CLASSICO	23,00	230,00
13	CAPOTRASTE P/ VIOLÃO	UN	20	DOLPIHN/AB	27,00	540,00
14	CORREIA PARA GUITARRA	UN	8	BASSO/5CM	16,00	128,00
15	ENCORDAMENTO PARA VIOLÃO AÇO	UN	20	MONTEREY/AÇO	14,00	280,00
16	ENCORDAMENTO PARA VIOLÃO NYLON	UN	20	MONTEREY/NYLON	14,00	280,00
17	ENCORDOAMENTO PARA CONTRA BAIXO AÇO	UN	3	MONTEREY/4C	55,00	165,00
18	ENCORDOAMENTO PARA GUITARRA AÇO	UN	5	MONTEREY/GUIT	17,00	85,00
19	ESTANTE DE PARTITURA SUPORTE DOBRÁVEL	UN	4	HOOK/EP1	40,00	160,00
20	ESTEIRA LUEN 36 FIOS	UN	20	LUEN/36F	25,50	510,00
21	MICROFONE SEM FIO DUPLO UHF - LESON LS 902HT/HT + MALETA PAR	UN	1	JWL/U585H	730,00	730,00
22	PALHETA 0,8 PARA VIOLÃO	UN	200	SAO GONÇALO/0,8	1,35	270,00
23	PEDESTAL PARA MICROFONE C/CACHIMBO	UN	4	VECTOR/PMV01	60,00	240,00
24	PELE LEITOSA LUEN 14"	UN	30	LUEN/LEITOSA	18,00	540,00
25	PELE LUEN LEITOSA 22" PARA BUMBO	UN	16	LUEN/LEITOSA	42,50	680,00
26	PELE LUEN RESPOSTA 14"	UN	20	LUEN/TRANSP	15,00	300,00
27	PRATO BNB MB13 LATÃO PAR	PR	1	BNB/MP13	185,00	185,00
28	SUPORTE DE PAREDE PARA VIOLÃO	UN	20	SATY/SP10F	14,50	290,00
29	TALABARTE SPANKING 1 GANCHO	UN	20	SPANKING/1G	13,00	260,00
30	TARRAXA PARA VIOLÃO PAR	PAR	12	SMART/TSM	23,00	276,00
TOTAL						**10.128,00**

W. F. CARVALHO & CIA LTDA - ME						
2	APARELHO DE SOM PORTÁTIL CD PLAYER AM FM MP3 SD USB	UN	1	TRC 160	158,00	158,00
5	BAQUETA COMBATE PARA SURDO - PAR	PAR	15	ARW PONTA DE MADEIRA	9,50	142,50
7	BATERIA 9V ALCALINA	UN	10	ELGIN	9,20	92,00
TOTAL						**392,50**

Catanduvas, 13 de setembro de 2017

RAFAEL PISTORI
Pregoeiro

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:FF8AE3BA

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº **50/2017**

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS.

Em cumprimento ao disposto na lei, HOMOLOGO o processo em epígrafe e torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de menor preço por item:

GRADIARA - COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**APRES.**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	AFINADOR DIGITAL CROMÁTICO PARA VIOLÃO	UN	5	RONSANI/CLIP	39,00	195,00
3	APOIO DE PÉ PARA VIOLINISTA CLÁSSICO 4 ALTURAS	UN	15	SMART/FL46	38,00	570,00
4	BAG CAPA PARA TECLADO 5/8	UN	2	JPG/5/8	75,00	150,00
6	BAQUETA PARA CAIXA EM MADEIRA, dimensões aproximadas: 382mm de comprimento 16,5mm de diâmetro L.15" - PAR	PAR	20	COMBAT/CX	8,00	160,00
8	CABO P10/P10 5 METROS	UN	10	IMFAP/SPEAKER	30,00	300,00
9	CABO P10/P2 5 METROS	UN	3	SPARFLEX/2/030	28,00	84,00
10	CABO PARA MRICROFONE 5 METROS	UN	10	SPARFLEX/2/030	33,00	330,00
11	CAIXA ATTACK ATIVA VRF 1230A 330 WS RMS	UN	1	CLARITY/CL200A	2.190,00	2.190,00

12	CAPA BAG PARA VIOLÃO	UN	10	JPG/CLASSICO	23,00	230,00
13	CAPOTRASTE P/ VIOLÃO	UN	20	DOLPIHN/AB	27,00	540,00
14	CORREIA PARA GUITARRA	UN	8	BASSO/5CM	16,00	128,00
15	ENCORDAMENTO PARA VIOLÃO AÇO	UN	20	MONTEREY/AÇO	14,00	280,00
16	ENCORDAMENTO PARA VIOLÃO NYLON	UN	20	MONTEREY/NYLON	14,00	280,00
17	ENCORDOAMENTO PARA CONTRA BAIXO AÇO	UN	3	MONTEREY/4C	55,00	165,00
18	ENCORDOAMENTO PARA GUITARRA AÇO	UN	5	MONTEREY/GUIT	17,00	85,00
19	ESTANTE DE PARTITURA SUPORTE DOBRÁVEL	UN	4	HOOK/EP1	40,00	160,00
20	ESTEIRA LUEN 36 FIOS	UN	20	LUEN/36F	25,50	510,00
21	MICROFONE SEM FIO DUPLO UHF - LESON LS 902HT/HT + MALETA PAR	UN	1	JWL/U585H	730,00	730,00
22	PALHETA 0,8 PARA VIOLÃO	UN	200	SAO GONÇALO/0,8	1,35	270,00
23	PEDESTAL PARA MICROFONE C/CACHIMBO	UN	4	VECTOR/PMV01	60,00	240,00
24	PELE LEITOSA LUEN 14"	UN	30	LUEN/LEITOSA	18,00	540,00
25	PELE LUEN LEITOSA 22" PARA BUMBO	UN	16	LUEN/LEITOSA	42,50	680,00
26	PELE LUEN RESPOSTA 14"	UN	20	LUEN/TRANSP	15,00	300,00
27	PRATO BNB MB13 LATÃO PAR	PR	1	BNB/MP13	185,00	185,00
28	SUPORTE DE PAREDE PARA VIOLÃO	UN	20	SATY/SP10F	14,50	290,00
29	TALABARTE SPANKING 1 GANCHO	UN	20	SPANKING/1G	13,00	260,00
30	TARRAXA PARA VIOLÃO PAR	PAR	12	SMART/TSM	23,00	276,00
TOTAL						**10.128,00**

W. F. CARVALHO & CIA LTDA - ME						
2	APARELHO DE SOM PORTÁTIL CD PLAYER AM FM MP3 SD USB	UN	1	TRC 160	158,00	158,00
5	BAQUETA COMBATE PARA SURDO - PAR	PAR	15	ARW PONTA DE MADEIRA	9,50	142,50
7	BATERIA 9V ALCALINA	UN	10	ELGIN	9,20	92,00
TOTAL						**392,50**

Homologo a presente licitação,

Catanduvas, 13 de setembro de 2017.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:8E0E901E

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2017 - PREGÃO 48/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 48/2017.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500, o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇO PARAAQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO** conforme o certame licitatório desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) conforme segue.
Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão presencial nº**48/2017.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO– Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO SEGUNDO- Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.
PARÁGRAFO TERCEIRO– A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.
PARÁGRAFO QUARTO– A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata;

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: EDERSON CZAR – COMÉRCIO - ME
ENDEREÇO: Avenida dos Pioneiros, 634, Centro – Catanduvas/PR
CNPJ: 07.716.176/0001-93

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	APRES.	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
19	Bola iniciação de borracha, tamanho 08 para trabalhos de iniciação, agilidade e coordenação, com 40 cm a 42 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 110 a 120 g, miolo slip system removível e lubrificado.	UN	50	INICIAÇÃO 8 PENALTY	20,50	1.025,00
27	Demarcação para vôlei de areia em polipropileno 16x8 metros.	UN	2	POKER	84,24	168,48
29	Apito para arbitro – profissional Decibéis: 90, Não Tóxico.	UN	12	POKER	20,00	240,00
30	Cronometro - profissional	UN	2	POKER	19,00	38,00
34	Bolinha para tênis de mesa oficial Confeccionada em acetato diâmetro entre 38 a 40 cm, 3 estrelas.	UN	50	POKER	1,00	50,00
35	Jogo de Cartão esportivo - Amarelo e Vermelho para árbitro.	JG	5	POKER	7,15	35,75
39	Bolsa para massagista com revestimento térmico, possui espaço interno amplo para melhor organização dos produtos contendo 2 compartimentos interno e 2 bolsos externos para maior praticidade. Acompanha bolsa de massagem: 2 squeezes com capacidade de 500 ml cada, 2 bisnagas para fluidos com capacidade de 250 ml cada e 1 isopor.	UN	1	POKER	128,90	128,90
40	Jogo de Bocha material Sintético, com 06 unidades. Cores diversas. Peso: 10,7cm, kg 0,950, diâmetro 107 ml.	JG	5	FAISCA	229,00	1.145,00
49	Saco de bolas em nylon com fio 4.	UN	5	MAGNUM	23,10	115,50

52	Half cones chapéu chinês, kit com 10 unidades, material PVC, dimensões aproximadas do produto 19.0 cm x 19.0 cm x 5.2 cm (C x L x A)	Kit	3	POKER	42,00	126,00
57	Bola suíça para pilates inflável, anti-burst, 55 cm	UN	1	MOR	42,80	42,80
58	Bola suíça para pilates inflável, anti-burst, 65 cm	UN	1	MOR	47,80	47,80
TOTAL						**3.163,23**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO -Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO -Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO -Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARAGRAFO QUARTO- A quantidade total poderá ser **aumentada ou reduzida**, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:
1- À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
2- Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.
3- Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de R$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora.
4- Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.
5- Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:
a) apresentação de documentação falsa;
b) retardamento na execução do objeto;
c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
d) comportamento inidôneo;
e) fraude na execução da ata;
f) falha na execução da ata.
6- Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.
7 -As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O prazo de entrega é de até 5 (cinco) dias após solicitação da secretaria/municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO– O prazo de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO– A vigência da ata é de 30 dias além do prazo de validade da mesma.

PARAGRAFO QUARTO -LOCAL DE ENTREGA –Departamento de Esportes.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitida pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante Fazenda Federal;
-Certidão de Regularidade perante Fazenda Estadual;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- CNDT.

PARÁGRAFO SEGUNDO– O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO- O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARAGRAFO QUARTO -Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

02.07.27.812.1950.2.017.3.3.90.30

PARAGRAFO QUINTO– Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO –Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO –A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO –Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epigrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO –A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARAGRAFO QUARTO-DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a)**PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;
b)**PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;
c)**PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d)**PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata;
e)**PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da ata.

CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO -As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 11/09/2017.

Município de Catanduvas
MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 842.080.829-68

Ederson Czar – Comércio - ME
EDERSON CZAR
CPF: 035.913.029-10

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Fiscal do Contrato

RAFAEL TROMBETA
Gestor do Contrato

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:F373CE80

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017 - PREGÃO 50/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2017.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500, o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS** conforme o certame licitatório desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) conforme segue.
Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão presencial nº **50/2017.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.
PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata;

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: GRADIARA COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME
ENDEREÇO: Avenida Brasil, 5291, Centro, Cascavel - PR
CNPJ: 72.464.332/0001-38

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	APRES.	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	AFINADOR DIGITAL CROMÁTICO PARA VIOLÃO	UN	5	RONSANI/CLIP	39,00	195,00
3	APOIO DE PÉ PARA VIOLINISTA CLÁSSICO 4 ALTURAS	UN	15	SMART/FL46	38,00	570,00
4	BAG CAPA PARA TECLADO 5/8	UN	2	JPG/5/8	75,00	150,00
6	BAQUETA PARA CAIXA EM MADEIRA, dimensões aproximadas: 382mm de comprimento 16,5mm de diâmetro L.15" - PAR	PAR	20	COMBAT/CX	8,00	160,00
8	CABO P10/P10 5 METROS	UN	10	IMFAP/SPEAKER	30,00	300,00
9	CABO P10/P2 5 METROS	UN	3	SPARFLEX/2/030	28,00	84,00
10	CABO PARA MRICROFONE 5 METROS	UN	10	SPARFLEX/2/030	33,00	330,00
11	CAIXA ATTACK ATIVA VRF 1230A 330 WS RMS	UN	1	CLARITY/CL200A	2.190,00	2.190,00
12	CAPA BAG PARA VIOLÃO	UN	10	JPG/CLASSICO	23,00	230,00
13	CAPOTRASTE P/ VIOLÃO	UN	20	DOLPIHN/AB	27,00	540,00
14	CORREIA PARA GUITARRA	UN	8	BASSO/5CM	16,00	128,00
15	ENCORDAMENTO PARA VIOLÃO AÇO	UN	20	MONTEREY/AÇO	14,00	280,00
16	ENCORDAMENTO PARA VIOLÃO NYLON	UN	20	MONTEREY/NYLON	14,00	280,00
17	ENCORDOAMENTO PARA CONTRA BAIXO AÇO	UN	3	MONTEREY/4C	55,00	165,00
18	ENCORDOAMENTO PARA GUITARRA AÇO	UN	5	MONTEREY/GUIT	17,00	85,00
19	ESTANTE DE PARTITURA SUPORTE DOBRÁVEL	UN	4	HOOK/EP1	40,00	160,00
20	ESTEIRA LUEN 36 FIOS	UN	20	LUEN/36F	25,50	510,00
21	MICROFONE SEM FIO DUPLO UHF - LESON LS 902HT/HT + MALETA PAR	UN	1	JWL/U585H	730,00	730,00
22	PALHETA 0,8 PARA VIOLÃO	UN	200	SAO GONÇALO/0,8	1,35	270,00
23	PEDESTAL PARA MICROFONE C/CACHIMBO	UN	4	VECTOR/PMV01	60,00	240,00
24	PELE LEITOSA LUEN 14"	UN	30	LUEN/LEITOSA	18,00	540,00
25	PELE LUEN LEITOSA 22" PARA BUMBO	UN	16	LUEN/LEITOSA	42,50	680,00
26	PELE LUEN RESPOSTA 14"	UN	20	LUEN/TRANSP	15,00	300,00
27	PRATO BNB MB13 LATÃO PAR	PR	1	BNB/MP13	185,00	185,00
28	SUPORTE DE PAREDE PARA VIOLÃO	UN	20	SATY/SP10F	14,50	290,00
29	TALABARTE SPANKING 1 GANCHO	UN	20	SPANKING/1G	13,00	260,00
30	TARRAXA PARA VIOLÃO PAR	PAR	12	SMART/TSM	23,00	276,00
TOTAL						**10.128,00**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARAGRAFO QUARTO - A quantidade total poderá ser **aumentada ou reduzida**, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:
1 - À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
2 - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.
3 - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de R$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora.
4 - Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.
5 - Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:
a) apresentação de documentação falsa;
b) retardamento na execução do objeto;
c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
d) comportamento inidôneo;
e) fraude na execução da ata;
f) falha na execução da ata.
6 - Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.
7 - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de entrega é de até 5 (cinco) dias após solicitação da secretaria/municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A vigência da ata é de 30 dias além do prazo de validade da mesma.

PARAGRAFO QUARTO - LOCAL DE ENTREGA – Departamento de Cultura.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitida pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante Fazenda Federal;
-Certidão de Regularidade perante Fazenda Estadual;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- CNDT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARAGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:
02.15.13.392.1450.2.016.3.3.90.30;
02.15.13.392.1450.2.055.4.4.90.52.

PARAGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.
PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epigrafe.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARAGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da ata.

CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO
PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 13/09/2017.

Município de Catanduvas
MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF 842.080.829-68

Gradiara Com. de Instr. Musicais LTDA
JOSÉ KUBIAKI
CPF: 492.764.419-72

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Fiscal do Contrato

MILDO RAMOS
Gestor do Contrato

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:2B2BABFF

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2017 - PREGÃO 50/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2017.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500, o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS** conforme o certame licitatório desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) conforme segue.
Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão presencial nº **50/2017.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.
PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata;

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: W. F. CARVALHO & CIA LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Romario Martins, 1034, Pioneiros Catarinenses, Cascavel - PR
CNPJ: 22.453.244/0001-62

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	APRES.	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
2	APARELHO DE SOM PORTÁTIL CD PLAYER AM FM MP3 SD USB	UN	1	TRC 160	158,00	158,00
5	BAQUETA COMBATE PARA SURDO - PAR	PAR	15	ARW PONTA DE MADEIRA	9,50	142,50
7	BATERIA 9V ALCALINA	UN	10	ELGIN	9,20	92,00
TOTAL						**392,50**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARAGRAFO QUARTO - A quantidade total poderá ser **aumentada ou reduzida**, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:
1 - À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
2 - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.
3 - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de R$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora.
4 - Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.
5 - Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:
a) apresentação de documentação falsa;
b) retardamento na execução do objeto;
c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
d) comportamento inidôneo;
e) fraude na execução da ata;
f) falha na execução da ata.
6 - Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.
7 - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de entrega é de até 5 (cinco) dias após solicitação da secretaria/municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A vigência da ata é de 30 dias além do prazo de validade da mesma.

PARAGRAFO QUARTO - LOCAL DE ENTREGA – Departamento de Cultura.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitida pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante Fazenda Federal;
-Certidão de Regularidade perante Fazenda Estadual;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- CNDT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARAGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

02.15.13.392.1450.2.016.3.3.90.30;
02.15.13.392.1450.2.055.4.4.90.52.

PARAGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.
PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epigrafe.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARAGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da ata.

CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 13/09/2017.

Município de Catanduvas
MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF 842.080.829-68

W. F. Carvalho & Cia LTDA
WILLIAN FRANCISCO DE CARVALHO
CPF: 058.496.129-47

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Fiscal do Contrato

MILDO RAMOS
Gestor do Contrato

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:5F86BF8F

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2017 - PREGÃO 48/2017

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 48/2017.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500, o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO** conforme o certame licitatório desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) conforme segue.
Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão presencial nº **48/2017.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.
PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata;

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: MANICA & PANDINI LTDA - EPP
ENDEREÇO: Avenida Abilon de Souza Naves, 731, Centro – Guaraniaçu/PR
CNPJ: 10.797.874/0001-75

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	APRES.	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Bola Oficial de Futsal, tecnologia termotec PU ultra 100%, possui 11 gomos, com 61 cm a 64 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 410-440 g, miolo slip system removível e lubrificado, 0% de absorção de água, aprovada pela Federação Internacional de Futebol-FIFA e Confederação Brasileira de Futebol de Salão.	UN	30	PENALTY	158,00	4.740,00
2	Bola Oficial de Futsal, tecnologia termotec PU ultra 100%, possui 08 gomos, com 61 cm a 64 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 410-440 g, miolo slip system removível e lubrificado, 0% de absorção de água, aprovada pela e Confederação Brasileira de Futebol de Salão.	UN	15	PENALTY	85,00	1.275,00
3	Bola Oficial de Futsal tamanho infantil (sub-13), tecnologia termotec, possui 8 gomos e laminado de PU, com 55 cm a 59 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 350-380 g, miolo slip system removível e lubrificado, 0% de absorção de água, aprovada pela e Confederação Brasileira de Futebol de Salão.	UN	15	PENALTY	92,50	1.387,50
4	Bola Oficial de Futsal tamanho infantil (sub-11), tecnologia termotec, possui 8 gomos e laminado de PU, com 50 cm a 55 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 300-350 g, miolo slip system removível e lubrificado, 0% de absorção de água, aprovada pela e Confederação Brasileira de Futebol de Salão.	UN	15	PENALTY	90,00	1.350,00
5	Bola Oficial de Futsal tamanho infantil (sub-09), tecnologia termotec, possui 8 gomos e laminado de PU, com 50 cm a 53 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 200-280 g, miolo slip system removível e lubrificado, 0% de absorção de água, aprovada pela e Confederação Brasileira de Futebol de Salão.	UN	10	PENALTY	88,00	880,00
6	Bola Oficial de Vôlei, matrizada em PU, com 18 gomos, confeccionada em microfibra, com 65 cm a 67 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 260 a 280 g, miolo slip system removível e lubrificado, Aprovada pela Federação Internacional de Voleibol – FIVB.	UN	10	PENALTY	238,00	2.380,00
7	Bola Oficial de Vôlei, matrizada em PU, com 16 gomos, confeccionada em microfibra, com 65 cm a 67 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 260 a 280 g, miolo slip system removível e lubrificado, Aprovada pela Federação Internacional de Voleibol – FIVB.	UN	10	PENALTY	195,00	1.950,00
8	Bola Oficial de Vôlei, matrizada em PU, com 18 gomos, confeccionada em microfibra, com 65 cm a 67 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 260 a 280 g, miolo slip system removível e lubrificado.	UN	10	PENALTY	154,00	1.540,00
9	Bola Oficial de Futebol Society, construída através da tecnologia Termotec, possui 11 gomos e laminado de PU, com 68 cm a 69 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 420 a 450 g, miolo slip system removível e lubrificado.	UN	10	PENALTY	114,50	1.145,00
10	Bola Oficial de Futebol Campo, construída através da tecnologia Termotec, possui 12 gomos e laminado de PU, com 68 cm a 70 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 410 a 450 g, miolo slip system removível e lubrificado.	UN	15	PENALTY	89,00	1.335,00
11	Bola Oficial de Handebol H3L, masculino, costurada com 32 gomos, confeccionada PVC, com 58 cm a 60 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 425 a 475 g, miolo slip system removível e lubrificado, Bola aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHB).	UN	10	PENALTY	100,00	1.000,00
12	Bola Oficial de Handebol H2L, masculino, costurada com 32 gomos, confeccionada PVC, com 54 cm a 56 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 325 a 400 g, miolo slip system removível e lubrificado, Bola aprovada pela Confederação Brasilleira de Handebol (CBHB).	UN	10	PENALTY	90,00	900,00
13	Bola Oficial de Futsal confeccionada em 4 camadas, sendo 1ª camada com fio 48 filamentos mais Kevlar, a 2ª camada em borracha natural, a 3ª camada Neo Gel microcelular, a 4ª camada em PU, Termofusion, 6 gomos, câmara AIRVILITY com válvula de miolo substituível e lubrificado, 100% impermeável, peso 410-440g, tamanho 62-64.	UN	15	KAGIVA	84,50	1.267,50
14	Bola Oficial de Futsal Sub 13 confeccionada em 4 camadas, sendo 1ª camada com fio 48 filamentos mais Kevlar, a 2ª camada em borracha natural, a 3ª camada Neo Gel microcelular, a 4ª camada em PU, Termofusion, 6 gomos, câmara AIRVILITY com válvula de miolo substituível e lubrificado, 100% impermeável, peso 350-380g, tamanho 55-59.	UN	10	KAGIVA	77,00	770,00
15	Bola Oficial de Futsal Sub 11 confeccionada em 4 camadas, sendo 1ª camada com fio 48 filamentos mais Kevlar, a 2ª camada em borracha natural, a 3ª camada Neo Gel microcelular, a 4ª camada em PU, Termofusion, 6 gomos, câmara AIRVILITY com válvula de miolo substituível e lubrificado, 100% impermeável, peso 320-360g, tamanho 50-55.	UN	10	KAGIVA	77,00	770,00
16	Bola Oficial de Campo confeccionada em 4 camadas, sendo 1ª camada com fio 48 filamentos mais Kevlar, a 2ª camada em borracha natural, a 3ª camada Neo Gel microcelular, a 4ª camada em PU, Termofusion, 6 gomos, câmara AIRVILITY com válvula de miolo substituível e lubrificado, 100% impermeável, peso 420-450 g, tamanho 68-70.	UN	20	KAGIVA	96,00	1.920,00
17	Bola Oficial de Society confeccionada em 4 camadas, sendo 1ª camada com fio 48 filamentos mais Kevlar, a 2ª camada em borracha natural, a 3ª camada Neo Gel microcelular, a 4ª camada em PU, Termofusion, 6 gomos, câmara AIRVILITY com válvula de miolo substituível e lubrificado, 100% impermeável, peso 420-450 g, tamanho 68-70.	UN	10	KAGIVA	96,00	960,00
18	Bola iniciação de borracha, tamanho 12 para trabalhos de iniciação, agilidade e coordenação, com 57 cm a 59 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 250 a 270 g, miolo slip system removível e lubrificado.	UN	50	PENALTY	23,00	1.150,00

20	Par Rede de Futebol de Salão, Seda, fio 4 mm	PR	5	SPITTER	215,00	1.075,00
21	Par Rede de Futebol de Salão, Nylon, fio 4mm.	PR	5	SPITTER	178,00	890,00
22	Par Rede de Futebol de Society, 5mts, Seda, fio 4mm.	PR	3	SPITTER	300,00	900,00
23	Par Rede de Futebol de Society, 5mts, Nylon, fio 4mm.	PR	3	SPITTER	280,00	840,00
24	Par Rede de vôlei, fio 2mm, 4 faixas, tamanho 9,5 x 1,00 polipropileno 100% algodão.	PR	3	SPITTER	190,00	570,00
25	Par Rede de Futebol de Campo tamanho Europeu, Fio 4mm de Seda.	PR	3	SPITTER	565,00	1.695,00
26	Par Rede de Futebol de Campo tamanho Europeu, Fio 4mm de Nylon.	PR	2	SPITTER	490,00	980,00
28	Bomba de encher bola dupla ação (com bico reserva)	UN	10	PENALTY	22,00	220,00
31	Kit rede tênis de mesa oficial, composto por: rede+suporte. Rede confeccionada em polietileno (nylon), cor azul escura com faixa branca na parte superior medindo entre 7,5 e 12mm. Suporte em metal reforçado tipo jacaré (permite sua fixação na mesa sem uso de parafusos). Dimensões: 1,87 x 15,25m (CxA).	Kit	4	POKER	22,50	90,00
32	Mesa para tênis de mesa oficial Desmontável, Tampo confeccionada em MDP 15mm espessura, tampo com ótimo acabamento em massa e primer azul com linhas demarcatórias brancas. Pés de madeira maciça dobráveis. Dimensões: 2,74 x 1,52 x 0,76m (CxLxA).	UN	2	KLOPF	480,00	960,00
33	Raquete para tênis de mesa oficial ambos os lados com revestimento emborrachado, 2 Peças.	PR	10	POKER	20,50	205,00
36	Braçadeira elástica (capitão) 47% poliamida,36% poliéster, 17% elastodieno, colorida.	UN	5	POKER	8,00	40,00
37	Jogo de Carta confeccionado em polietileno – Canastra 157 – truco espanhol	JG	50	COPAG	8,80	440,00
38	Bolsa tubo para carregar bolas c/6, material poliéster, Largura 120 cm diâmetro 23 cm.	UN	2	POKER	69,00	138,00
41	Redes de proteção para linha de fundo e lateral da quadra, fio 3, seda, mts.	M	700	SPITTER	4,15	2.905,00
42	Rolo Fita de demarcação para quadra adesiva Medida do rolo: 50mm de largura x 30m de comprimento, fita composta por filme de PVC de0,12mm de espessura e alta resistência.	RL	5	ADERE	50,00	250,00
43	Bola oficial de vôlei de praia, com 12 gomos confeccionada em PU, termotec com 0% de agua, com 66 cm a 68 cm de diâmetro, câmara arbility, peso 260 a 280 g, miolo slip system removível e lubrificado.	UN	5	PENALTY	152,00	760,00
44	Bola oficial de voleibol infantil ultra fusion com 18 gomos confeccionada em PVC, Costurada, com 60 cm a 63 cm de diâmetro, câmara butil, peso 240 a 270 g, miolo slip system removível e lubrificado.	UN	15	PENALTY	64,00	960,00
45	KIT SQUEEZE C/ CESTA PORTA GARRAFAS – COM 6 GARRAFA DE 500 ml Cesta com 6 divisórias, facilitando assim a diposições das garrafas.	Kit	3	POKER	75,00	225,00
46	Jogo de Protetor de postes de voleibol c/2, confeccionado em espuma, revestida com lona, fixação mediante fechamento de velcro.	JG	3	DUNKEL	528,00	1.584,00
47	Jogo Bandeirinha de escanteio para campo de futebol c/4, retrátil sistema de molas de aço 1,50 de altura com suporte de fixação em aço, haste em fibra de vidro acabamento arredondado, Bandeirola 30 x 30cm, confeccionada em nylon RIP-STOP.	JG	1	DUNKEL	520,00	520,00
48	Placa de mesa, confeccionado em PVC, possui sistema articulado para facilitar o transporte, dimensões 22 x 39 x 19 cm.	UN	3	VOLLO	230,00	690,00
50	Placa de substituição para futebol de campo, com mostrador em ambos os lados, dimensões em 85 cm x 38 cm	UN	1	AX	526,00	526,00
51	Meião liso, cor a escolher, material algodão, composição 98% poliamida e 2% elastano, punho com elastano que mantem a meia no lugar sem apertar, fabricação nacional, par.	PR	100	KANXA	7,50	750,00
53	Escada de agilidade 6,5 metros, tiras feitas de nylon super resistente, degrau é feito de plástico super rígido; dimensões aproximadas do produto 650.0 cm x 40.0 cm x 1.0 cm (C x L x A)	UN	4	VOLLO	116,00	464,00
54	Tornozeleira nylon, com peso de 2 kg, par	PR	6	FISIC	17,00	102,00
55	Tornozeleira nylon, com peso de 1kh, par	PR	2	FISIC	12,50	25,00
56	Bola suíça para pilates inflável, anti-burst, 45 cm	UN	1	VOLLO	40,00	40,00
59	Anel para pilates simples, cor laranja, origem nacional.	UN	4	VOLLO	54,00	216,00
TOTAL						**45.780,00**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARAGRAFO QUARTO - A quantidade total poderá ser **aumentada ou reduzida**, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:
1 - À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
2 - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.
3 - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de R$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora.
4 - Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.
5 - Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:
a) apresentação de documentação falsa;
b) retardamento na execução do objeto;
c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
d) comportamento inidôneo;
e) fraude na execução da ata;
f) falha na execução da ata.
6 - Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.
7 - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O prazo de entrega é de até 5 (cinco) dias após solicitação da secretaria/municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A vigência da ata é de 30 dias além do prazo de validade da mesma.

PARAGRAFO QUARTO - LOCAL DE ENTREGA –Departamento de Esportes.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitida pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante Fazenda Federal;
-Certidão de Regularidade perante Fazenda Estadual;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- CNDT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARAGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

02.07.27.812.1950.2.017.3.3.90.30

PARAGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epigrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARAGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da ata.

CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 11/09/2017.

Município de Catanduvas
MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 842.080.829-68

Manica & Pandini LTDA - EPP
FERNANDO LUIZ MANICA
CPF: 068.517.299-62

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Fiscal do contrato

RAFAEL TROMBETA
Gestor do Contrato

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:385E7B76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

Processo Administrativo Nº 011/2017
Processo Licitatório Nº 053/2017
Pregão Presencial Nº 021/2017

À **ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.**
Rua Luiz Antonio Faedo, 1612, SL-01, Bairro Industrial
85.601-275 – Francisco Beltrão/PR

Assunto: **Processo de Apuração de Responsabilidade**

A empresa participou do Pregão Presencial em epígrafe a qual tem como objeto formação de registro de preços para aquisição parcelada de materiais, insumos ambulatoriais, laboratoriais, hospitalares e instrumentais cirúrgicos, onde foi encaminhada a empresa as notificações de nº 001/2017 e de nº 003/2017 nas datas de 25/08/2017 e em 04/09/2017, respectivamente, pelo atraso de fornecimento das Autorizações de Fornecimento (AF) Nº 2409, Nº 2438/2017, Nº 2538/2017 e 2579/2017 para que em 24 (vinte e quatro) horas, cumprisse com a execução total ou apresentasse defesa e comprovação formal das razões que motivaram o inadimplemento.
Em 28/08/2017 a empresa confirma o recebimento da Notificação 001/2017, porém só em 02/09/2017 apresenta defesa INTEMPESTIVA solicitando dos itens ainda não entregues, prazo máximo para o dia 08/09/2017, com exceção do item 015 – Agulha 40 x 12cm (AF2438/2017) solicitando troca de marca por estar com dificuldade de entrega pelo fornecedor, e o item 115 – Catgut cromado, n.º 2-0, de 75cm, com agulha ½ círculo cilíndrica de 2,5 cm. Caixa c/24 envelope com previsão de envio até 10 de setembro de 2017. Quanto a Notificação 003/2017 foi confirmado o recebimento em 04/09/2017, porém a empresa não apresentou, até a presente data, nenhuma manifestação.
Mesmo com a apresentação de defesa intempestiva à Notificação 001/2017, cabendo imediata instauração de processo administrativo, diante do curto prazo solicitado, foi encaminhado e-mail para que a empresa apresentasse comprovação dos motivos que a fizeram não cumprir com o prazo, para que, após a análise, fizesse o andamento a solicitação, porém a empresa não se manifestou tão somente a notificação 001/2017, mas também à Notificação 003/2017 onde fica claro descaso dessa empresa com esta Administração.
Considerando as condições e obrigações assumidas por esta empresa, no âmbito do Edital do Pregão Presencial 021/2017, em especial:
"8. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA (S) LICITANTE (S)
8.1. Responsabilizar-se pelo fornecimento dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.
(...)
8.4. Comunicar imediatamente à LICITADA (CONIMS) toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato."

Mesmo sabendo de suas obrigações, nota-se que a empresa vem se recusando a cumprir com os prazos e de se manifestar antecipadamente de qualquer eventualidade que a impossibilitasse da execução, deixando os municípios consorciados desabastecidos e desamparados sem uma previsão de fornecimento, diante dos atrasos, causando transtornos não somente aos municípios consorciados, mas também a esta unidade que também usufrui dos produtos.

Até a presente data, foi entregue das pendências, as especificadas nas NF de Nº 18730, Nº 18725, Nº 18882 e Nº 18887, anexas, restando ainda pendências conforme segue:

INEXECUÇÃO PARCIAL - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE Nº 2438/2017						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**SALDO. PENDENTE**	**APRESEN-TAÇÃO**	**VALOR UN. (R$)**	**TOTAL (R$)**
015	Agulha desc. 40mm x 12 cm, com bisel trifacetado, cânula siliconizada – **cx c/100**	DESCARPACK	500	Un.	0,058	29,00
068	Atadura rayon 7,5 cm. x 5 m, confeccionada em fibras sintéticas 100% rayon, estéril, livre de impurezas, rasgos, fios soltas e manchas. Atóxica e apirogênica. Não aderente, alta absorção.	POLAR FIX	35	Un.	5,050	176,75
115	Catgut cromado, n.º 2-0, de 75cm, com agulha 1/2círculo cilíndrica de 2,5 cm.Caixa c/ 24 envelope	TECHNOFIO	1	Un.	71,450	71,45
163	Compressa de gaze medindo 7,5 cm x 7,5 cm, com 13 fios/cm2, confeccionada em tecido 100% algodão, isenta de amido, alvejante óptico, ácidos, álcalis, com dobras para dentro em toda a sua extremidade, hidrófila, de cor branca. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. Pacote c/500 unidades	MEDI PLUSS	11	Pcte.	11,750	129,25
248	Fita teste para autoclave, com dorso de papel crepado, com execelente adesão e resistência a altas temperaturas, representando diferenciação e segurança no controle de materiais que devem passar pelo processo esterilização, possui listras amarelas que após o ciclo se tornam marrons, em rolos medindo 19 cm de largura por 30 m de cumprimento, embalada individualmente, constanto externamente dados de identificação e procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde	CIEX	8	Un.	2,600	20,80
416	Punch keyes 8mm para biópsia de pele	GOLGRAN	3	Un.	53,470	160,41
496	Sonda nasogástrica curta n.º 20 – **pct c/10**	MED SONDA	50	Un.	0,830	41,50
Total Geral (R$):						629,16

INEXECUÇÃO PARCIAL - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE Nº 2538/2017						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**SALDO. PENDENTE**	**APRESEN-TAÇÃO**	**VALOR UN. (R$)**	**TOTAL (R$)**
015	Agulha desc. 40mm x 12 cm, com bisel trifacetado, cânula siliconizada	DESCARPACK	200	Un.	0,0580	11,60
048	Atadura de algodão ortopédico 20 cm x 1m, confeccionado em fibra 100% de algodão cru, cor natural, com goma aplicada em um das faces, com relativa impermeabilidade, enrolada em mantas uniformes e contínuas. Embalagem com dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e validade.	POLAR FIX	20	Un.	0,7900	15,80
131	Catgut simples, n.º 3-0, de 75 cm, com agulha 1/2 círculo cilíndrica de 2,5 cm. Caixa c/ 24 envelope	TECHNOFIO	1	Cx.	71,5000	71,50
162	Compressa de gaze medindo 10 cm x 10 cm, com 13 fios/cm2, confeccionada em tecido 100% algodão, isenta de amido, alvejante óptico, ácidos, álcalis, com dobras para dentro em toda a sua extremidade, hidrófila, de cor branca. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. Pacote c/500 unidades	MEDI PLUSS	73	Pcte.	27,4900	2006,77
163	Compressa de gaze medindo 7,5 cm x 7,5 cm, com 13 fios/cm2, confeccionada em tecido 100% algodão, isenta de amido, alvejante óptico, ácidos, álcalis, com dobras para dentro em toda a sua extremidade, hidrófila, de cor branca. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. Pacote c/500 unidades	MEDI PLUSS	380	Pcte.	11,7500	4465,00
180	Dosador oral 05 ml, formato de seringa graduada em ml e colher de chá, não esteril, possui bico desenvolvido especialmente para evitar o encaixe de agulhas hipodérmicas, tampa de encaixe e vedacão a fim evitar vazamentos da medição, confeccionado em cores para a protecao de medicamentos fotossensíveis, acompanha etiquetas adesivas de identificacao: Paciente, Leito, droga,Horas, acondicionados em sacos plastico fechamento com fita dupla face permitindo inumeras aberturas.	INJEX	50	Un.	0,3200	16,00
181	Dosador oral 10 ml, formato de seringa graduada em ml e colher de chá, não esteril, possui bico desenvolvido especialmente para evitar o encaixe de agulhas hipodérmicas, tampa de encaixe e vedacão a fim evitar vazamentos da medição, confeccionado em cores para a protecao de medicamentos fotossensíveis, acompanha etiquetas adesivas de identificacao: Paciente, Leito, droga,Horas, acondicionados em sacos plastico fechamento com fita dupla face permitindo inumeras aberturas.	INJEX	20	Un.	0,5000	10,00
274	Gelo cap. 1000 ml reciclável	GELOTECH	15	Un.	3,2000	48,00
283	Glicerina líquida bidestilada. Frasco de 1000 ml	RIOQUIMICA	2	Un.	16,2600	32,52
293	Kit para preventivo completo (Especulo Medio./Escova/Luva/Espátula/Estojo plástico c/01 lâmina) Embalagem em papel grau cirúrgico.	ADLIN	30	Kit.	1,7000	51,00
466	Sonda endotraqueal desc. c/ balão 4,0	SOLIDOR	2	Un.	3,8800	7,76
540	Tala de imobilização de membros em papelão P. Pacote c/10 unidades	FIBRA CIRURGICA	50	Pcte.	6,4100	320,50
553	Tesoura Spencer para retirar pontos 12 cm	GOLGRAN	20	Un.	25,2700	505,40
Total Geral (R$):						7.561,85

NEGATIVA DE CONTRATUALIZAÇÃO - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE Nº 2409/2017						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**SALDO. PENDENTE**	**APRESEN-TAÇÃO**	**VALOR UN. (R$)**	**TOTAL (R$)**
412	Punch keyes 3mm para biópsia de pele	GOLGRAN	2	Un.	53,47	106,94
413	Punch keyes 4mm para biópsia de pele	GOLGRAN	2	Un.	53,47	106,94
414	Punch keyes 5mm para biópsia de pele	GOLGRAN	2	Un.	53,47	106,94
415	Punch keyes 6mm para biópsia de pele	GOLGRAN	2	Un.	53,47	106,94
Total Geral (R$):						427,76

Segue previsto no item 15 do Edital do Pregão Presencial nº 021/2017:
"15. PENALIDADES
15.1. Quando a contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:
15.1.1. Advertência;
15.1.2. Multa de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial e recusa em celebrar/assinar o contrato ou equivalente, desde que a multa não fique em valor inferior a R$ 1.500,00, quando será penalizado com este valor;
15.1.3. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de descumprimento das demais obrigações ora assumidas;
15.1.4. Impedimento de licitar e contratar junto à Licitada pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme art. 7º, da Lei n.º 10.520/02;
15.1.5. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CONIMS e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

Considerando que a empresa tem pleno conhecimento das condições e prazos impostos no Edital de licitação o qual participou, e não havendo esforços para resolubilidade, entende-se haver fortes indícios nos autos do presente processo à ocorrência de infração a dispositivos contratuais;
Diante do acima exposto, vem o Presidente da Comissão Processante, no uso de suas atribuições conferidas pela Res. 086/2017, promover abertura de Procedimento Administrativo instaurado para apurar irregularidades cometidas, em tese, frente a fortes indícios no descumprimento das obrigações contratuais regidas no Edital do Pregão em epígrafe com contrato formalizado, nesta apuração, com as Autorizações de Fornecimento Nº 2438/2017, Nº 2538/2017 e 2579/2017;
Ficando concedido o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento deste, para, querendo, apresentar suas razões de defesa escritas, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

Informa-se que toda e qualquer manifestação será aceita mediante instrumento enviado ao e-mail licitação@conims.com.br do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS, será admitido, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem com endereço situado na Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, CEP: 85.501-530.
Informa-se que o processo terá continuidade independentemente da manifestação da empresa.

Atenciosamente,

Pato Branco/PR, 13 de setembro de 2017.

RAFAEL DAVI RODRIGUES DE QUEIROZ
Presidente Comissão Processante
Res. 086/2017

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:65599AB2

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2017

Processo Licitatório Nº 056/2016
Pregão Presencial Nº 020/2016

À **ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.**
Rua Luiz Antonio Faedo, 1612, SL-01, Bairro Industrial
85.601-275 – Francisco Beltrão/PR

Assunto: **Processo de Apuração de Responsabilidade**

A empresa participou do Pregão Presencial em epígrafe a qual tem como objeto formação de registro de preços para aquisição parcelada de materiais, insumos e instrumentais odontológicos, onde foi encaminhada a empresa a notificação de nº 003/2017 na data de 25/08/2017, respectivamente, pelo atraso no fornecimento das Autorizações de Fornecimento (AF) Nº 1878/2017, Nº 2221/2017, Nº 2335/2017, Nº 2439/2017, Nº 2449/2017 e Nº 2539/2017 que tem sua validade da Ata de Registro de Preços de Nº 006/2016 até a data de 05/09/2017, para que em 24 (vinte e quatro) horas, cumprisse com a execução total ou apresentasse defesa e comprovação formal das razões que motivaram o inadimplemento.
Em 28/08/2017 a empresa confirma o recebimento da Notificação 003/2017, porém só em 02/09/2017 apresenta INTEMPESTIVAMENTE defesa a qual em seu texto que não traz nenhuma referência às Autorizações de Fornecimento Notificadas, apenas alusão a "notificações recebidas" o que subentende-se que se refere à Notificação 003/2017, uma vez que essa empresa, recebeu duas notificações neste período, onde em seu contexto, cabe apenas ressaltar a informação de que as pendencias ainda não entregues, seriam concluídas até a data de 08/09/2017, sem nenhuma comprovação ou justificativa fundamentada do atraso.
Mesmo com a apresentação de defesa à Notificação 001/2017 intempestiva, cabendo imediata instauração de processo administrativo, diante do curto prazo solicitado, foi encaminhado e-mail para que a empresa apresentasse comprovação dos motivos que a fizeram não cumprir com o prazo, para que, após a análise, fizesse o andamento a solicitação, porém a empresa não se manifestou a Notificação 003/2017 ficando evidente descaso dessa empresa com esta Administração.
Considerando as condições e obrigações assumidas por esta empresa, no âmbito do Edital do Pregão Presencial 020/2016, em especial:
"9. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA (S) LICITANTE (S)
9.1. Responsabilizar-se pelo fornecimento dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.
(...)
9.4. Comunicar imediatamente à LICITADA (CONIMS) toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato."

Mesmo sabendo de suas obrigações, nota-se que a empresa vem se recusando a cumprir com os prazos e de se manifestar antecipadamente de qualquer eventualidade que a impossibilitasse da execução, deixando os municípios consorciados desabastecidos e desamparados sem uma previsão de fornecimento, diante dos atrasos, causando transtornos não somente aos municípios consorciados, mas também a esta unidade que também usufrui dos produtos.
Até a presente data, foi entregue das pendências, especificadas nas NF de Nº 18727, Nº 18729, Nº 18728, Nº 18726, Nº 18723, Nº 18888, Nº 18885, Nº 18883 e Nº 18884, anexas, restando ainda pendências conforme segue:

INEXECUÇÃO PARCIAL - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE Nº 1878/2017						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**SALDO. PENDENTE**	**APRESEN-TAÇÃO**	**VALOR UN. (R$)**	**TOTAL (R$)**
099	Broca diamantada CHAMA alta rotação n. º 3168F	FAVA	6	Un.	1,44	8,64
119	Broca diamantada, alta rotação n. º 3081	FAVA	15	Un.	2,07	31,05
Total Geral (R$):						39,69
INEXECUÇÃO PARCIAL - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE Nº 2439/2017						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**SALDO. PENDENTE**	**APRESEN-TAÇÃO**	**VALOR UN. (R$)**	**TOTAL (R$)**
333	Espelho bucal nº 05 - primeiro plano (front surface)	BARASCH	18	Un.	3,80	68,40
Total Geral (R$):						90,20

INEXECUÇÃO PARCIAL - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE Nº 2449/2017						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**SALDO. PENDENTE**	**APRESEN-TAÇÃO**	**VALOR UN. (R$)**	**TOTAL (R$)**
263	Cone De Guta Protaper (F1 F2 F3) 28mm Sortido C/60	DENTSPLY	12	Cx.	51,3500	616,20
551	Removedor odontológico de cêra 500 ml	VIPI	1	Fr.	20,9600	20,96
Total Geral (R$):						637,16

INEXECUÇÃO PARCIAL - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE Nº 2539/2017						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**SALDO. PENDENTE**	**APRESEN-TAÇÃO**	**VALOR UN. (R$)**	**TOTAL (R$)**
031	Anestésico Cloridrato de Mepivacaína 2% com epinefrina 1:100.000, carpules de 1,8ml caixa c/ 50 tubetes	DENTSPLY	15	Cx.	59,7400	896,10
333	Espelho bucal nº 05 - primeiro plano (front surface)	BARASCH	8	Un.	3,8000	30,40
Total Geral (R$):						926,50

Segue previsto no item 14 do Edital do Pregão Presencial nº 020/2016:
"14. PENALIDADES
14.1. Quando a contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:
14.1.1. Multa de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial e recusa em celebrar/assinar o contrato ou equivalente, desde que a multa não fique em valor inferior a R$ 1.500,00, quando será penalizado com este valor.
14.1.2. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de descumprimento das demais obrigações ora assumidas.
14.1.3. Impedimento de licitar e contratar junto à Licitada pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/02.
14.1.4. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CONIMS e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93."

Considerando que a empresa tem pleno conhecimento das condições, sanções e prazos impostos no Edital de licitação o qual participou, e não havendo esforços para resolubilidade, entende-se haver fortes indícios nos autos do presente processo à ocorrência de infração a dispositivos contratuais;
Diante do acima exposto, vem o Presidente da Comissão Processante, no uso de suas atribuições conferidas pela Res. 086/2017, promover abertura de Procedimento Administrativo instaurado para apurar irregularidades cometidas, em tese, frente a fortes indícios no descumprimento das obrigações contratuais regidas no Edital do Pregão em epígrafe com contrato formalizado, nesta apuração, com as Autorizações de Fornecimento Nº 1878/2017, Nº 2439/2017, Nº 2449/2017 e Nº 2539/2017;
Ficando concedido o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento deste, para, querendo, apresentar suas razões de defesa escritas, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
Informa-se que toda e qualquer manifestação será aceita mediante instrumento enviado ao e-mail licitação@conims.com.br do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS, será admitido, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem com endereço situado na Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, CEP: 85.501-530.
Informa-se que o processo terá continuidade independentemente da manifestação da empresa.

Atenciosamente,

Pato Branco/PR, 13 de setembro de 2017.

RAFAEL DAVI RODRIGUES DE QUEIROZ
Presidente Comissão Processante
Res. 086/2017

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:5BFA4847

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 141/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2017

Início: 01/08/2017 Validade/**Término**: 01/08/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Hospedagem para pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Fernandes Pinheiro ao Hospital Angelina Caron.
Razão Social: MINÉIA SCARIOT BRUSKE - ME
CNPJ: 05.639.875/0001-51
Endereço: Rodovia do Caqui, nº 1710, Araçatuba, CEP 83.430-000 Campina Grande do Sul - PR
Telefone: 41 3679-3487
E-mail:
mineia.s.bruske@hotmail.com
Representante Legal: MINÉIA SCARIOT BRUSKE
R.G. 7.102.862-3
CPF 017.685.869-74

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS
1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços do item constante no Edital 90/2017 referente à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Hospedagem para pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Fernandes Pinheiro ao Hospital Angelina Caron.

1.2. Os preços registrados na presente Ata constam a seguir.

ITENS							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
001	01	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM Serviço de Hospedagem lavanderia, telefone, internet no hotel, meios para guarda de roupas, quarto com iluminação e ventilação de acordo com as normas vigentes para edificações, chuveiro com água quente, serviço diário de limpeza, serviço de fornecimento de produtos básicos de higiene, serviço de troca de roupas de cama - quando desejado pelo(s) hóspede(s), serviço de café da manhã, serviço de portaria, serviço "não perturbe", "arrumar o quarto", cobertura contra roubos, furtos e responsabilidade civil e procedimento para atendimento especial para hóspedes P.N.E	MINÉIA	DIÁRIA	720	R$ 54,50	R$ 39.240,00
TOTAL							R$ 39.240,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
2.1 O prazo de execução das diárias será de 12 (doze) meses.
2.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, sem prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PENALIDADES
3.1 Quanto a Inadimplência:
3.1.1 MULTA
3.1.1.1 Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado há trinta dias;
3.1.1.2 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
3.1.1.3 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
3.1.2 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
3.1.3 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94.
3.2 Do Cancelamento do Registro de Preços do Fornecedor
3.2.1 O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:
a) Pela Administração, garantida a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, quando o fornecedor deixar de firmar o contrato decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no art. 78, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
b) Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhado de comprovação da impossibilidade de cumprir as exigências do edital que originou o Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.
c) A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito à Comissão de Licitação, facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.
d) A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do sistema do Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.
e) O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
4.1 Os pagamentos serão efetuados, até o dia 20 do mês subsequente ao do fornecimento do objeto licitado, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E REAJUSTES
5.1 Os preços oriundos da Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
5.2O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Administração Municipal promover a negociação de preços registrados com a empresa classificada;
5.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Administração Municipal deverá:
5.3.1 convocar o primeiro classificado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
5.3.2 frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
5.3.3 Convocar os demais fornecedores registrados no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços visando igual oportunidade de negociação.
5.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá:
5.4.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
5.4.2 Convocar os demais fornecedores registrados no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços visando igual oportunidade de negociação.
5.5Não havendo êxito nas negociações, a Administração Municipal proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
CLÁUSULA SEXTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
6.1 As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas somente após a formalização da Ordem de Fornecimento com a Administração Municipal, de forma parcelada, pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO
7.1 A fiscalização ficará a cargo do servidor Sidnei Antonio de Lima, RG: 00057371790, CPF: 017.409.589-93, residente à Rua: Vedolino Neves, n°06, Bairro Centro, CEP 84535-000 Nomeado pela Portaria 02/2017, para tanto instituído, "permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição" (art. 67 da lei 8666/93).

7.2 A fiscalização será realizada, visando garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, pontualidade na entrega dos produtos, do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme dispõe o artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, além de outras atividades pertinentes ao objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
8.1 Fornecer ao Setor de Compras e Licitações, durante todo o período de vigência da Ata de Registro as Certidões exigidas para fins de Habilitação na Licitação: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas quando as mesmas estiverem com sua validade vencida.
8.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registros de Preços.
8.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do registro preferência em igualdade de condições.
8.4 A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.
8.5 As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
8.6 Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata, é competente, por força de lei, o Foro do Município de Teixeira Soares.

Fernandes Pinheiro, 01 de agosto de 2017.

SILVANO ZANEDIN
Pregoeiro Oficial

Minéia Scariot Bruske – ME
MINÉIA SCARIOT BRUSKE
Fornecedor

Publicado por:
Elias Chagas Andrade
Código Identificador:B3A8BDCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

ASSESSORIA LEGISLATIVA
034_17 - EDITAL DE MULTAS 0342017

EDITAL Nº 034/2017

AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO
A AUTORIDADE DE TRÂNSITO deste município, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).
NOTIFICA
O proprietário, ou o legítimo possuidor, dos veículos abaixo relacionados, quanto às seguintes notificações decorrentes de autos de infração de trânsito.

275650 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto ao DEBETRAN até 18/10/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AIE0222	275650F000058888	24/08/2017	55680
APY1281	275650F000065170	24/08/2017	73662
ASD3183	275650F000064706	28/08/2017	60501
ASI5243	275650F000048048	24/08/2017	73661
AVR3467	275650F000065168	23/08/2017	76331
AWJ6284	275650F000064956	28/08/2017	76251
AXD8588	275650F000058889	25/08/2017	55411
AZJ2501	275650F000064278	26/08/2017	76331
AZZ4018	275650F000058887	24/08/2017	55411
BBF8938	275650F000065169	24/08/2017	73662
FPP2750	275650F000064556	26/08/2017	76251
IYI1960	275650F000048047	24/08/2017	73661
MCE3697	275650F000065171	25/08/2017	51930
MGN9739	275650F000058886	23/08/2017	55411
PEY4705	275650F000063647	27/08/2017	52152

275650 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto ao DEBETRAN até 19/10/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAA4178	275650B000026048	26/08/2017	74550
AAA9236	275650B000026057	26/08/2017	74630
ABF9144	275650B000026042	25/08/2017	74550
ACZ0328	275650B000026052	26/08/2017	74550
ADD1325	275650W000072850	25/08/2017	74550
ADD1325	275650B000025993	25/08/2017	74550

ADX6229	275650B000025996	25/08/2017	74630
AEF4916	275650W000072858	26/08/2017	74550
AEP9528	275650B000026008	25/08/2017	74550
AEY8352	275650W000072860	26/08/2017	74550
AEY8352	275650B000026043	25/08/2017	74550
AFH0176	275650B000026144	27/08/2017	74550
AFK3006	275650B000026001	25/08/2017	74550
AFR1451	275650B000026047	26/08/2017	74550
AHD0387	275650B000026116	27/08/2017	74550
AHD3259	275650B000026082	26/08/2017	74630
AHT7685	275650B000026020	25/08/2017	74550
AHY0089	275650B000026102	27/08/2017	74550
AIG3557	275650W000072887	27/08/2017	74550
AJG8824	275650B000026068	26/08/2017	74710
AJM9769	275650B000025995	25/08/2017	74550
AJX4788	275650B000026013	25/08/2017	74550
AJY1935	275650B000026106	27/08/2017	74550
AJY6709	275650W000072888	27/08/2017	74550
AKB7787	275650W000072872	26/08/2017	74550
AKB7787	275650B000026098	26/08/2017	74550
AKB7787	275650W000072875	26/08/2017	74550
AKF4239	275650B000026132	27/08/2017	74630
AKN2070	275650W000072862	26/08/2017	74550
AKX6636	275650W000072893	27/08/2017	74550
ALE9890	275650B000026124	27/08/2017	74550
ALN3097	275650B000026138	27/08/2017	74550
ALR7949	275650B000025998	25/08/2017	74550
ALW6060	275650B000026107	27/08/2017	74550
AMF7003	275650B000026112	27/08/2017	74550
AMH4551	275650B000026083	26/08/2017	74550
AMJ7561	275650W000072871	26/08/2017	74630
AMO4638	275650B000026094	26/08/2017	74550
AMP2701	275650B000026129	27/08/2017	74550
AMS1397	275650B000026111	27/08/2017	74550
ANA3431	275650W000072879	27/08/2017	74550
ANO5268	275650B000026125	27/08/2017	74550
ANO6235	275650B000026103	27/08/2017	74550
ANV6353	275650B000026121	27/08/2017	74550
AOB3712	275650W000072864	26/08/2017	74550
AOK2390	275650B000025991	25/08/2017	74550
AOR8200	275650B000026071	26/08/2017	74550
AOX4992	275650B000026007	25/08/2017	74550
APA7074	275650B000026097	26/08/2017	74550
APF3107	275650B000026074	26/08/2017	74550
APG3571	275650B000026055	26/08/2017	74550
APG4395	275650W000072857	25/08/2017	74630
APH3399	275650B000026091	26/08/2017	74550
APO0399	275650B000026095	26/08/2017	74550
APV0732	275650W000072884	27/08/2017	74550
AQD0774	275650W000072852	25/08/2017	74630
AQD0774	275650W000072853	25/08/2017	74630
AQG5986	275650B000026017	25/08/2017	74550
AQI2038	275650B000026014	25/08/2017	74550
AQT2482	275650W000072880	27/08/2017	74710
AQT2482	275650W000072877	26/08/2017	74550
AQW0231	275650W000072882	27/08/2017	74550
AQY0967	275650B000026002	25/08/2017	74630
ARL3721	275650B000026026	25/08/2017	74550
ARS4494	275650B000026105	27/08/2017	74550
ASE4161	275650B000026084	26/08/2017	74550
ASE5251	275650W000072894	27/08/2017	74550
ASQ9469	275650B000026064	26/08/2017	74550
ASR8691	275650B000026081	26/08/2017	74550
AST4560	275650B000026128	27/08/2017	74550
ASU0614	275650B000026113	27/08/2017	74630
ASU3328	275650B000026115	27/08/2017	74550
ASY5369	275650B000026058	26/08/2017	74550
ASZ1136	275650B000026134	27/08/2017	74550
ATE1358	275650B000026142	27/08/2017	74550
ATK0686	275650B000026078	26/08/2017	74710
ATK1510	275650B000026027	25/08/2017	74550
ATK2070	275650W000072892	27/08/2017	74550
ATP4779	275650B000026109	27/08/2017	74550
ATR1706	275650B000026040	25/08/2017	74550
ATU0154	275650B000026025	25/08/2017	74550
ATW8252	275650B000026006	25/08/2017	74550
AUC9566	275650B000026108	27/08/2017	74550
AUM1573	275650B000026087	26/08/2017	74550
AUN9399	275650W000072890	27/08/2017	74550
AVB2915	275650B000026089	26/08/2017	74550
AVD1803	275650B000026019	25/08/2017	74550
AVF2535	275650W000072869	26/08/2017	74550
AVN8755	275650B000026067	26/08/2017	74550
AVP4832	275650B000026035	25/08/2017	74550
AVW7248	275650B000026034	25/08/2017	74550
AVZ0530	275650B000026141	27/08/2017	74550
AVZ1059	275650B000026075	26/08/2017	74550
AWH4364	275650B000026061	26/08/2017	74550
AWI4577	275650B000026028	25/08/2017	74550

AWI8846	275650B000026077	26/08/2017	74550
AWK4613	275650B000026060	26/08/2017	74550
AWK5907	275650B000026073	26/08/2017	74550
AWK7040	275650B000026036	25/08/2017	74630
AWR0621	275650B000026023	25/08/2017	74550
AWR2963	275650B000026146	27/08/2017	74550
AWS3084	275650B000026093	26/08/2017	74550
AXD3814	275650W000072878	26/08/2017	74630
AXD4025	275650B000025989	25/08/2017	74550
AXR5528	275650B000026050	26/08/2017	74550
AYA1820	275650B000026076	26/08/2017	74550
AYD0284	275650B000026100	26/08/2017	74550
AYG4654	275650W000072861	26/08/2017	74550
AYK3685	275650B000026030	25/08/2017	74550
AYM9579	275650B000026033	25/08/2017	74550
AYO3918	275650B000026049	26/08/2017	74550
AYP5037	275650W000072865	26/08/2017	74550
AYQ6454	275650W000072885	27/08/2017	74550
AYT2970	275650B000026127	27/08/2017	74550
AYU6403	275650W000072849	25/08/2017	74550
AZB6505	275650B000026099	26/08/2017	74550
AZC8634	275650B000026009	25/08/2017	74550
AZD9359	275650B000026072	26/08/2017	74630
AZG6670	275650B000026086	26/08/2017	74550
AZT0690	275650B000026054	26/08/2017	74550
AZU4642	275650B000026041	25/08/2017	74550
AZV9321	275650B000026010	25/08/2017	74550
AZW4178	275650B000026104	27/08/2017	74550
AZY8759	275650W000072870	26/08/2017	74550
BAB7264	275650W000072874	26/08/2017	74550
BAD1575	275650B000026053	26/08/2017	74550
BAH6304	275650W000072883	27/08/2017	74550
BAQ3093	275650B000026016	25/08/2017	74550
BAX4517	275650W000072866	26/08/2017	74550
BAZ0597	275650B000026090	26/08/2017	74550
BBA1788	275650B000026032	25/08/2017	74550
BBE3033	275650B000026038	25/08/2017	74550
BBG6605	275650B000026096	26/08/2017	74550
BBH5769	275650B000026119	27/08/2017	74630
BBK8762	275650B000026135	27/08/2017	74710
BBN1209	275650B000026147	28/08/2017	74630
BDR7979	275650B000026088	26/08/2017	74550
BDR8688	275650B000026130	27/08/2017	74550
BFI8384	275650B000026080	26/08/2017	74550
BHE1875	275650B000026118	27/08/2017	74630
CHY2297	275650W000072854	25/08/2017	74550
CIP0111	275650W000072897	27/08/2017	74550
CJO5282	275650B000026066	26/08/2017	74550
COT9471	275650W000072876	26/08/2017	74550
CPR4413	275650W000072886	27/08/2017	74550
CQM5365	275650W000072855	25/08/2017	74550
CRF3649	275650B000026031	25/08/2017	74550
CSL7010	275650B000026029	25/08/2017	74550
DHW1786	275650B000026044	25/08/2017	74550
DNS2510	275650B000026085	26/08/2017	74550
DSR5035	275650B000026003	25/08/2017	74550
EEX9646	275650W000072891	27/08/2017	74550
EEY0374	275650B000026143	27/08/2017	74550
EEY9046	275650B000026059	26/08/2017	74550
EEY9046	275650B000026056	26/08/2017	74550
EFX7858	275650B000026139	27/08/2017	74550
EHB1819	275650B000026114	27/08/2017	74550
EIG8835	275650B000026070	26/08/2017	74550
FJO6660	275650B000025999	25/08/2017	74630
FSG8326	275650B000026063	26/08/2017	74550
GTT7840	275650B000026021	25/08/2017	74550
HJW9296	275650W000072868	26/08/2017	74550
HLQ7789	275650B000026065	26/08/2017	74550
HLY5951	275650B000026000	25/08/2017	74550
ICA7851	275650W000072896	27/08/2017	74550
IDT1431	275650B000026024	25/08/2017	74550
IGC1019	275650B000026022	25/08/2017	74550
IGZ9526	275650W000072863	26/08/2017	74550
IOZ0258	275650B000026039	25/08/2017	74550
IPS9444	275650B000026110	27/08/2017	74550
IWH2596	275650B000026045	26/08/2017	74630
IWH2596	275650B000026046	26/08/2017	74710
JAL1404	275650B000026015	25/08/2017	74550
JQR0404	275650B000026122	27/08/2017	74550
JYV9420	275650B000026004	25/08/2017	74550
JYZ3135	275650B000025992	25/08/2017	74550
LXD8536	275650B000026037	25/08/2017	74550
LYR7128	275650B000026018	25/08/2017	74550
MAM7409	275650B000025990	25/08/2017	74550
MAS3970	275650W000072881	27/08/2017	74550
MAY1706	275650B000026136	27/08/2017	74550
MBA6516	275650W000072856	25/08/2017	74550
MBL4582	275650B000026131	27/08/2017	74550
MCL3588	275650B000026012	25/08/2017	74550

MCS7760	275650B000026145	27/08/2017	74550
MDR4806	275650B000025994	25/08/2017	74550
MFL1818	275650W000072867	26/08/2017	74550
MFO8718	275650B000026120	27/08/2017	74550
MFU9102	275650B000026133	27/08/2017	74550
MGK5720	275650B000026101	27/08/2017	74550
MGQ5640	275650B000026005	25/08/2017	74550
MII8866	275650W000072859	26/08/2017	74550
MIJ5565	275650B000026051	26/08/2017	74550
MIJ7108	275650B000026126	27/08/2017	74550
MJC7346	275650B000026079	26/08/2017	74550
MJD2973	275650W000072889	27/08/2017	74550
NDK1230	275650B000026117	27/08/2017	74550
NGV0534	275650B000025997	25/08/2017	74630
NIL8069	275650B000026137	27/08/2017	74550
NJG9937	275650W000072895	27/08/2017	74550
NLB9328	275650W000072873	26/08/2017	74630
NSV4407	275650B000026011	25/08/2017	74550
NTK9103	275650B000026069	26/08/2017	74550
OAB0405	275650B000026140	27/08/2017	74630
PVK4334	275650B000026092	26/08/2017	74550
QHU5019	275650W000072851	25/08/2017	74630

275650 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto ao DEBETRAN até 24/10/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAK3768	275650W000072902	28/08/2017	74550
AAN0018	275650W000072908	29/08/2017	74550
AAN2195	275650B000026276	31/08/2017	74550
AAW9604	275650B000026264	30/08/2017	74550
AAW9604	275650W000072922	30/08/2017	74550
ABM1366	275650B000026222	30/08/2017	74550
ABX3002	275650B000026284	31/08/2017	74630
ADO2555	275650B000026243	30/08/2017	74550
ADT9736	275650B000026172	28/08/2017	74550
AEA3666	275650W000072916	30/08/2017	74550
AEL3334	275650B000026230	30/08/2017	74630
AES6056	275650B000026161	28/08/2017	74550
AET2477	275650F000048049	28/08/2017	76331
AFD7579	275650B000026206	29/08/2017	74550
AFH0106	275650B000026181	29/08/2017	74630
AFV7543	275650B000026255	30/08/2017	74550
AGE5467	275650B000026180	29/08/2017	74550
AGF3152	275650B000026184	29/08/2017	74550
AGH5150	275650B000026259	30/08/2017	74550
AGH6720	116100E007876577	25/08/2017	65300
AGX3093	275650B000026213	29/08/2017	74550
AGZ2189	275650B000026179	28/08/2017	74550
AHK2137	275650B000026261	30/08/2017	74550
AIN2828	275650B000026176	28/08/2017	74550
AJH3640	275650W000072927	31/08/2017	74550
AJI4716	275650B000026201	29/08/2017	74550
AJK3149	116100E007873208	28/08/2017	72340
AJN4391	275650W000072904	28/08/2017	74550
AJN4391	275650B000026202	29/08/2017	74550
AJR6291	116100E007876572	24/08/2017	65300
AKC9914	275650B000026197	29/08/2017	74550
AKK9492	275650W000072925	31/08/2017	74550
AKX2867	275650B000026189	29/08/2017	74550
ALJ9474	275650B000026275	31/08/2017	74550
ALL7087	275650B000026237	30/08/2017	74550
ALN0314	116100E007868381	26/08/2017	64910
ALQ8773	275650B000026209	29/08/2017	74550
ALW6060	275650B000026187	29/08/2017	74550
ALZ0850	275650B000026221	30/08/2017	74550
AMQ0315	275650B000026168	28/08/2017	74550
AMR1072	275650B000026198	29/08/2017	74550
ANE1100	275650B000026289	31/08/2017	74550
ANI0317	275650B000026252	30/08/2017	74550
ANK1994	275650W000072928	31/08/2017	74550
ANN7259	275650B000026282	31/08/2017	74550
AOC3543	275650B000026287	31/08/2017	74550
AOL7861	275650B000026292	31/08/2017	74550
AON5485	275650W000072900	28/08/2017	74550
AOX8660	275650W000072911	29/08/2017	74550
APD1596	275650B000026262	30/08/2017	74550
APQ6866	275650B000026279	31/08/2017	74550
APR0841	275650B000026283	31/08/2017	74550
APU6075	275650B000026263	30/08/2017	74550
APU6994	275650B000026250	30/08/2017	74550
APW5317	275650B000026177	28/08/2017	74550
APZ0288	275650B000026247	30/08/2017	74550
APZ1210	275650B000026182	29/08/2017	74550
AQE5843	275650W000072905	28/08/2017	74550
AQQ2768	275650B000026148	28/08/2017	74550

AQR6144	275650B000026269	31/08/2017	74550
AQU2059	275650F000064280	30/08/2017	76331
ARJ4317	275650B000026174	28/08/2017	74550
ARJ8775	275650B000026257	30/08/2017	74550
ARR5229	275650B000026217	29/08/2017	74550
ARU9009	275650B000026226	30/08/2017	74630
ARW5844	275650B000026219	29/08/2017	74630
ARZ0859	275650W000072920	30/08/2017	74550
ASD8485	116100E007873182	28/08/2017	70991
ASJ2289	116100E007875808	26/08/2017	64910
ASJ3239	275650B000026218	29/08/2017	74550
ASL3058	275650B000026200	29/08/2017	74550
ASQ6731	275650B000026215	29/08/2017	74550
ASW0314	275650B000026245	30/08/2017	74550
ATH6451	116100E007875809	26/08/2017	64910
ATL2716	116100E007875905	28/08/2017	55411
ATL7843	275650B000026240	30/08/2017	74550
ATM3708	275650B000026253	30/08/2017	74550
ATY3626	275650B000026149	28/08/2017	74550
AUG0167	275650B000026192	29/08/2017	74550
AUG8208	275650B000026169	28/08/2017	74550
AUH0247	275650B000026195	29/08/2017	74550
AUH4292	275650B000026238	30/08/2017	74550
AUH5831	275650B000026246	30/08/2017	74710
AUI1905	275650B000026159	28/08/2017	74550
AUN0954	275650B000026285	31/08/2017	74550
AUT2677	275650B000026156	28/08/2017	74550
AUV6719	275650B000026248	30/08/2017	74550
AUX0654	275650B000026214	29/08/2017	74550
AUY9730	275650B000026151	28/08/2017	74550
AUZ7640	116100E007877134	25/08/2017	55250
AVA5970	275650F000062484	31/08/2017	76331
AVB5928	275650B000026211	29/08/2017	74550
AVE4305	275650B000026234	30/08/2017	74550
AVM6915	275650B000026167	28/08/2017	74550
AVN3949	275650B000026162	28/08/2017	74550
AVP4922	275650B000026249	30/08/2017	74550
AVQ0877	275650B000026297	31/08/2017	74550
AVQ6990	275650B000026158	28/08/2017	74550
AVS4282	275650B000026183	29/08/2017	74550
AVS6977	275650B000026228	30/08/2017	74550
AVW8857	275650W000072912	29/08/2017	74550
AWI9910	275650F000062482	30/08/2017	76331
AWM6835	275650B000026212	29/08/2017	74550
AWN8764	275650B000026251	30/08/2017	74550
AWQ2287	275650B000026265	30/08/2017	74550
AWQ4508	275650B000026210	29/08/2017	74550
AWU3314	275650B000026281	31/08/2017	74550
AWX1073	275650B000026295	31/08/2017	74630
AWX4430	275650B000026242	30/08/2017	74550
AXA5691	275650W000072918	30/08/2017	74550
AXE1753	275650B000026290	31/08/2017	74550
AXE7270	275650B000026220	29/08/2017	74550
AXF3368	275650B000026203	29/08/2017	74550
AXF3368	275650B000026216	29/08/2017	74550
AXI0061	275650B000026223	30/08/2017	74550
AXI9730	275650W000072910	29/08/2017	74550
AXV8114	275650B000026286	31/08/2017	74550
AYD6582	275650B000026154	28/08/2017	74550
AYM2901	275650B000026244	30/08/2017	74550
AYM6891	275650B000026274	31/08/2017	74550
AYN6480	275650F000062485	31/08/2017	76332
AYR8153	275650B000026298	31/08/2017	74550
AYU4162	275650B000026235	30/08/2017	74550
AYU9526	275650B000026190	29/08/2017	74550
AYX5296	275650B000026207	29/08/2017	74550
AYX7812	275650B000026188	29/08/2017	74550
AYZ0543	275650B000026205	29/08/2017	74630
AZA6600	275650W000072924	31/08/2017	74550
AZH7266	275650B000026278	31/08/2017	74630
BAA5627	275650B000026191	29/08/2017	74550
BAC2314	275650W000072909	29/08/2017	74630
BAE2721	275650B000026231	30/08/2017	74630
BAG9302	275650B000026227	30/08/2017	74550
BAR4107	275650W000072923	31/08/2017	74550
BAW3842	275650B000026241	30/08/2017	74550
BAW8382	275650B000026178	28/08/2017	74550
BBC5181	275650B000026175	28/08/2017	74630
BBG4860	275650W000072901	28/08/2017	74550
BBG4901	275650F000064279	29/08/2017	51930
BBG9931	275650B000026232	30/08/2017	74630
BBI0559	275650B000026270	31/08/2017	74550
BBI1399	275650B000026204	29/08/2017	74630
BBK9143	275650B000026258	30/08/2017	74550
BET6636	275650W000072914	29/08/2017	74550
BNM9230	275650B000026173	28/08/2017	74550
BYU6859	275650B000026294	31/08/2017	74630
CAM1398	275650W000072913	29/08/2017	74550
CNS0006	275650B000026170	28/08/2017	74550

CRF3649	275650B000026266	30/08/2017	74710
CTI7863	275650B000026296	31/08/2017	74630
CZZ8208	275650B000026267	31/08/2017	74550
DJH0718	275650W000072917	30/08/2017	74550
EIC5459	275650B000026199	29/08/2017	74550
ELC9839	275650B000026268	31/08/2017	74550
ELK2510	116100E007876582	27/08/2017	62700
EQY5125	275650B000026171	28/08/2017	74550
ERO0420	116100E007876576	25/08/2017	52311
ETF6714	275650F000062483	30/08/2017	76331
EUL0104	275650B000026153	28/08/2017	74550
FFT3744	275650F000062334	26/08/2017	55411
FGA4191	116100E007877380	26/08/2017	55250
FVI1042	275650B000026293	31/08/2017	74550
HBA1698	275650B000026288	31/08/2017	74550
HFH8896	116100E007876573	24/08/2017	65300
HJL7967	275650F000064835	30/08/2017	51852
HQA7662	275650B000026280	31/08/2017	74550
HRM0614	275650B000026299	31/08/2017	74550
IDT1431	275650B000026254	30/08/2017	74550
IIS9684	116100E007868380	26/08/2017	64910
IJX8029	275650B000026165	28/08/2017	74550
IKY4175	275650B000026163	28/08/2017	74550
IND4390	116100E007875897	25/08/2017	61810
INT9294	275650B000026225	30/08/2017	74550
IOF0982	275650W000072903	28/08/2017	74550
IOH9544	275650F000064060	29/08/2017	55411
IPM4496	275650B000026166	28/08/2017	74550
IQH4874	116100E007876584	28/08/2017	70991
IQY1295	275650B000026277	31/08/2017	74550
IRV6899	275650B000026194	29/08/2017	74550
ISK0533	275650B000026208	29/08/2017	74550
JGT0980	275650B000026272	31/08/2017	74550
JZL1217	275650B000026193	29/08/2017	74550
KOG0430	275650B000026157	28/08/2017	74550
LNK4648	275650B000026150	28/08/2017	74550
LUY3725	275650B000026271	31/08/2017	74550
LXC7727	275650B000026196	29/08/2017	74630
LYF8608	275650B000026239	30/08/2017	74550
LYQ9499	275650W000072931	31/08/2017	74550
LYQ9499	275650W000072915	29/08/2017	74550
LYS7637	275650W000072919	30/08/2017	74630
MBG7649	275650F000062919	30/08/2017	60501
MBS7857	275650F000065128	21/08/2017	60681
MEN6854	275650F000064836	30/08/2017	76331
MEO0321	275650W000072930	31/08/2017	74550
MES9911	275650W000072907	29/08/2017	74630
MFK4193	116100E007876581	27/08/2017	62700
MFL1362	275650B000026164	28/08/2017	74550
MFM9264	275650B000026152	28/08/2017	74550
MFP4302	275650B000026291	31/08/2017	74630
MGI3870	116100E007877135	25/08/2017	57380
MHY8321	275650W000072899	28/08/2017	74550
MII0374	275650W000072929	31/08/2017	74550
MIQ2635	275650B000026236	30/08/2017	74550
MJW1171	275650W000072926	31/08/2017	74550
MKL1841	275650W000072906	28/08/2017	74550
MLL2588	275650F000062335	26/08/2017	55411
MLL8454	275650B000026233	30/08/2017	74630
MLN5786	275650B000026224	30/08/2017	74550
MMH2304	275650W000072921	30/08/2017	74550
MMK5401	275650B000026185	29/08/2017	74550
MML4331	275650B000026273	31/08/2017	74550
NBC7235	275650B000026229	30/08/2017	74550
NDT3680	275650W000072898	28/08/2017	74710
NJM4507	275650B000026260	30/08/2017	74550
NZI2613	275650B000026155	28/08/2017	74550
OGQ2004	275650B000026256	30/08/2017	74630
PWC1577	275650B000026160	28/08/2017	74550
PYT4668	275650B000026186	29/08/2017	74550

MARILDA GALVAN RIBEIRO
Diretora de Trânsito

Obs: Para obter a GUIA DE RECOLHIMENTO DE MULTA vossa senhoria deve acessar o sítio: *www.franciscobeltrao.pr.gov.br/debetran/multa;* ou dirigir-se ao órgão de trânsito localizado na Rua Sergipe, 850, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Francisco Beltrão - PR.
A multa poderá ser paga em qualquer agência do Banco Itaú, salientando-se que o pagamento efetuado até a data de vencimento terá desconto de 20% sobre o valor aplicado (art. 284 do CTB).

O autuado poderá interpor recurso a JARI, sem a necessidade de pagamento da multa, conforme os artigos 282, § 4º; 285, 286 e 287 do CTB, entregando suas razões no endereço acima citado, pessoalmente ou via correio, preferencialmente com AR.

IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, deste município, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro)

NOTIFICA

Os proprietários, ou o legítimo possuidor, dos veículos abaixo relacionados, quanto a imposição de penalidade decorrente de auto de infração de Trânsito.

275650 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto ao DEBETRAN até 19/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAO0006	275650B000023334	21/06/2017	74550
ABM5464	275650B000023350	23/06/2017	74550
ACJ1897	275650B000023382	21/06/2017	74550
ACM6312	275650W000072113	22/06/2017	74550
AEM0874	116100E007875607	25/06/2017	65300
AEP3098	275650B000023383	23/06/2017	74550
AFG7914	275650W000072097	23/06/2017	74550
AGN9595	275650B000023384	21/06/2017	74630
AGY4869	275650B000023351	21/06/2017	74550
AHD0387	275650B000023352	21/06/2017	74550
AHE9200	275650B000023385	22/06/2017	74550
AHL3950	275650B000023353	20/06/2017	74550
AHR4789	275650B000023386	20/06/2017	74630
AHS0690	275650B000023387	21/06/2017	74550
AHX4141	275650B000023354	23/06/2017	74550
AID7946	275650W000072098	23/06/2017	74550
AJT1849	116100E007875372	24/06/2017	62970
AKG3443	275650B000023322	21/06/2017	74550
AKM3204	275650B000023335	21/06/2017	74550
AKT7043	275650B000023388	20/06/2017	74630
AKU0246	275650W000072099	20/06/2017	74550
AKU0246	275650W000072100	20/06/2017	74550
AKZ3326	275650B000023390	23/06/2017	74550
AKZ3326	275650B000023389	23/06/2017	74550
AKZ6420	275650W000072089	23/06/2017	74550
ALA9837	275650B000023355	20/06/2017	74550
ALD9591	275650B000023391	22/06/2017	74550
ALK0808	275650B000023336	21/06/2017	74630
ALK6751	275650B000023356	22/06/2017	74550
ALT0409	275650B000023392	22/06/2017	74550
AME4953	275650B000023357	22/06/2017	74550
AMY1451	275650W000072090	20/06/2017	74550
ANJ2068	275650B000023393	21/06/2017	74550
ANP9113	275650B000023394	23/06/2017	74550
ANU5813	275650B000023395	23/06/2017	74710
AOD6629	275650B000023396	22/06/2017	74550
AOQ6494	275650W000072114	23/06/2017	74550
APO6644	275650B000023358	21/06/2017	74550
APQ6406	275650B000023397	21/06/2017	74550
APQ6866	275650B000023326	20/06/2017	74630
AQP9231	275650B000023359	21/06/2017	74550
AQR3953	275650B000023398	21/06/2017	74550
ARM6283	275650W000072115	23/06/2017	74550
ARN1548	275650B000023323	21/06/2017	74550
ASF6064	275650B000023399	20/06/2017	74550
ASK8798	275650B000023400	23/06/2017	74550
ASS2671	275650W000072101	22/06/2017	74550
ASU0627	275650B000023401	20/06/2017	74550
ASW0342	275650B000023327	23/06/2017	74550
ASW0342	275650B000023360	23/06/2017	74550
ASX2393	275650B000023402	23/06/2017	74550
ASZ6624	275650B000023403	23/06/2017	74550
ATC5086	275650B000023404	21/06/2017	74550
ATF0833	275650B000023337	22/06/2017	74550
ATW0735	275650B000023328	22/06/2017	74550
AUF7047	275650B000023361	23/06/2017	74550
AUT4248	275650W000072102	22/06/2017	74550
AUT4248	275650W000072116	22/06/2017	74550
AVK1623	275650B000023338	20/06/2017	74550
AVS9336	275650B000023405	20/06/2017	74550
AVT8750	275650W000072103	21/06/2017	74630
AVZ7120	275650B000023339	21/06/2017	74550
AWA5082	275650B000023362	23/06/2017	74550
AWD2226	275650B000023406	21/06/2017	74550
AWJ6232	275650B000023407	23/06/2017	74550
AWK5213	275650B000023446	23/06/2017	74630
AWO9405	275650B000023408	21/06/2017	74550
AWS1421	275650B000023409	20/06/2017	74550
AWS4520	275650W000072091	21/06/2017	74550
AWU3343	275650B000023410	23/06/2017	74630
AWV5303	275650B000023363	21/06/2017	74550
AWW5598	275650B000023329	23/06/2017	74550

AXA2715	275650B000023364	23/06/2017	74550
AXC0247	275650B000023340	22/06/2017	74550
AXJ4865	275650B000023411	23/06/2017	74550
AXS5527	275650B000023412	22/06/2017	74550
AXU9593	275650B000023365	23/06/2017	74550
AXV0299	275650B000023366	23/06/2017	74550
AXW6314	275650B000023367	23/06/2017	74550
AYS6635	116100E007875371	24/06/2017	70991
AYT3362	275650W000072117	21/06/2017	74550
AYY5177	275650B000023413	20/06/2017	74550
AYY5177	275650W000072092	20/06/2017	74550
AYZ3937	275650B000023341	22/06/2017	74550
AZK0432	275650W000072118	23/06/2017	74550
AZN6610	275650B000023342	21/06/2017	74550
AZY4073	275650B000023414	21/06/2017	74550
BAG8987	275650B000023415	21/06/2017	74630
BAH0486	275650B000023416	21/06/2017	74550
BAK4460	275650B000023343	21/06/2017	74550
BAL5795	275650B000023417	20/06/2017	74550
BAQ3236	275650B000023418	22/06/2017	74630
BAQ4185	275650B000023368	23/06/2017	74550
BAS1475	275650B000023419	23/06/2017	74550
BAU8853	275650B000023420	23/06/2017	74550
BAW5146	275650B000023330	22/06/2017	74550
BAX5632	275650B000023421	22/06/2017	74630
BAX7541	275650B000023369	23/06/2017	74550
BBA9209	275650B000023422	23/06/2017	74630
BBA9469	275650B000023423	20/06/2017	74550
BBB0616	275650B000023370	21/06/2017	74550
BBD4904	275650B000023424	22/06/2017	74550
BBD5773	275650W000072093	22/06/2017	74550
BBD8742	275650B000023425	21/06/2017	74550
BBF4945	275650B000023426	23/06/2017	74550
BED2233	275650B000023324	21/06/2017	74630
BFP4089	275650W000072119	20/06/2017	74630
BLF8333	275650B000023427	23/06/2017	74550
BZC4900	275650W000072085	22/06/2017	74550
CBJ7388	275650W000072086	23/06/2017	74550
CJU5310	275650B000023331	22/06/2017	74630
COI5537	275650B000023428	23/06/2017	74550
CPP6143	275650B000023429	22/06/2017	74550
CYY0333	275650B000023344	20/06/2017	74550
DLA3334	275650B000023430	23/06/2017	74550
DLL7172	275650W000072084	20/06/2017	74550
DQY2274	275650B000023371	22/06/2017	74550
DQZ1134	275650B000023372	23/06/2017	74550
DVJ3050	275650W000072105	21/06/2017	74550
DVJ3050	275650W000072104	21/06/2017	74550
DXQ9644	275650W000072106	20/06/2017	74550
EFQ5352	275650B000023373	23/06/2017	74550
EIG8835	275650B000023345	20/06/2017	74550
FQZ0412	275650W000072120	21/06/2017	74550
GCI4510	275650B000023325	21/06/2017	74550
HSG7877	275650W000072087	22/06/2017	74550
HTD6896	275650B000023431	21/06/2017	74630
IBR6477	116100E007875373	24/06/2017	65300
IFX9326	275650B000023432	22/06/2017	74550
IGW8398	275650B000023433	21/06/2017	74550
IKX6704	275650B000023374	22/06/2017	74550
ILM6027	275650B000023346	20/06/2017	74550
ILX6382	275650B000023321	20/06/2017	74550
ILY7868	275650B000023347	21/06/2017	74550
ILZ1830	275650B000023375	22/06/2017	74630
IUJ0635	275650B000023348	21/06/2017	74550
KAN4299	275650B000023434	22/06/2017	74550
KJX5540	275650W000072083	20/06/2017	74550
KKJ1961	275650B000023435	23/06/2017	74550
KNS2044	275650W000072121	20/06/2017	74550
LKN5694	275650B000023320	20/06/2017	74630
LQX5441	275650B000023376	22/06/2017	74550
LXT0564	275650B000023436	21/06/2017	74550
LZO0443	275650W000072094	20/06/2017	74550
MCA0646	275650W000072108	23/06/2017	74550
MCE5060	275650W000072095	22/06/2017	74550
MCI2117	275650B000023377	22/06/2017	74550
MCO7747	116100E007874634	23/06/2017	70481
MCP1706	275650W000072109	23/06/2017	74550
MCV8357	275650B000023437	22/06/2017	74550
MDB5147	275650B000023378	23/06/2017	74550
MDJ0586	116100E007874783	25/06/2017	54600
MEM5797	275650B000023349	22/06/2017	74550
MES9911	275650W000072096	23/06/2017	74710
MGA7153	275650B000023379	22/06/2017	74550
MGB5359	275650W000072122	23/06/2017	74550
MGX3242	275650B000023438	23/06/2017	74550
MHA0249	275650W000072110	23/06/2017	74630
MHA1327	275650W000072088	23/06/2017	74630
MHG3895	275650B000023439	20/06/2017	74550
MHR7021	275650B000023440	21/06/2017	74550

MIG7878	275650B000023380	23/06/2017	74550
MKA5602	275650W000072111	21/06/2017	74550
MKP0908	275650W000072123	20/06/2017	74550
MLJ0443	275650W000072124	20/06/2017	74550
MLK7597	275650B000023441	23/06/2017	74550
MLR0489	275650W000072125	20/06/2017	74550
NTI6012	275650B000023332	23/06/2017	74550
OAQ2884	275650B000023333	20/06/2017	74550
OOC5830	275650B000023442	22/06/2017	74550
PYS3788	275650B000023443	22/06/2017	74550
QHZ1363	275650B000023381	22/06/2017	74550
QIA4738	275650W000072112	21/06/2017	74550
QIA8553	275650B000023444	20/06/2017	74550
QII1643	275650B000023445	20/06/2017	74710

275650 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto ao DEBETRAN até 20/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AUG2522	275650NIC0019759	30/08/2017	50020
NCI0768	275650NIC0019760	30/08/2017	50020

275650 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEBETRAN até 23/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AQR9526	275650NIC0019761	31/08/2017	50020

275650 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto ao DEBETRAN até 26/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAA9236	275650B000023477	25/06/2017	74550
ABK0940	275650B000023509	26/06/2017	74550
ABM2639	275650B000023461	26/06/2017	74550
ACZ2883	275650B000023510	24/06/2017	74630
ACZ8448	275650B000023478	26/06/2017	74550
ADI6963	275650B000023511	24/06/2017	74550
AEG2600	275650B000023512	24/06/2017	74550
AEO0084	275650B000023479	25/06/2017	74550
AFC5976	275650B000023462	26/06/2017	74550
AFO2491	275650B000023513	26/06/2017	74550
AGB3579	275650B000023480	25/06/2017	74550
AGO8853	275650B000023514	25/06/2017	74550
AIE5176	275650B000023515	24/06/2017	74550
AJY7304	275650W000072127	25/06/2017	74550
AJY7304	275650W000072128	25/06/2017	74550
AJY8562	275650B000023516	25/06/2017	74550
AKJ4699	275650B000023517	24/06/2017	74550
AKN2070	275650W000072140	24/06/2017	74550
ALK3659	275650B000023518	24/06/2017	74550
ALK9266	275650W000072141	25/06/2017	74710
ALU8941	275650B000023519	26/06/2017	74630
ALX1139	275650B000023520	24/06/2017	74550
ANO4051	275650B000023521	26/06/2017	74550
ANO7479	275650B000023573	25/06/2017	74550
AOL0215	275650B000023522	25/06/2017	74550
AOL0215	275650B000023463	25/06/2017	74630
AOM3922	275650B000023523	24/06/2017	74550
AOO1684	275650W000072132	26/06/2017	74550
AOO1684	275650B000023524	26/06/2017	74550
AOP0585	275650W000072142	26/06/2017	74550
AOX1441	275650B000023481	26/06/2017	74630
APF2263	275650B000023453	25/06/2017	74550
APM0262	275650W000072126	24/06/2017	74550
AQA1769	275650B000023574	24/06/2017	74550
AQA1769	275650B000023575	24/06/2017	74550
AQE2501	275650W000072143	25/06/2017	74550
AQG8625	275650B000023525	26/06/2017	74550
AQP1097	275650B000023482	26/06/2017	74550
AQS9727	275650B000023526	25/06/2017	74550
AQT8685	275650B000023483	24/06/2017	74550
AQX1507	275650B000023464	24/06/2017	74550
ARC3670	275650B000023527	26/06/2017	74630
ARM2655	275650B000023528	26/06/2017	74550
ARZ5839	275650B000023529	24/06/2017	74550
ASA4426	275650W000072144	24/06/2017	74550
ASS6484	275650B000023576	25/06/2017	74550

ASS8681	275650B000023484	25/06/2017	74550
ASX0920	275650W000072156	25/06/2017	74550
ASZ7836	275650B000023449	26/06/2017	74550
ATG2407	275650B000023530	25/06/2017	74550
ATM6529	275650B000023485	26/06/2017	74550
ATX0974	275650B000023531	25/06/2017	74550
ATX7669	275650B000023465	26/06/2017	74550
ATZ3030	275650B000023532	25/06/2017	74550
AUM0469	275650B000023533	24/06/2017	74550
AUN3348	275650B000023534	26/06/2017	74630
AUP5845	275650B000023577	26/06/2017	74550
AUR3479	275650B000023535	26/06/2017	74550
AUR4807	275650B000023536	25/06/2017	74550
AUW0675	275650B000023537	24/06/2017	74630
AUY8480	275650B000023486	24/06/2017	74550
AVN7804	275650B000023538	26/06/2017	74550
AWL8924	275650B000023539	25/06/2017	74630
AWM5311	275650W000072145	26/06/2017	74550
AWT0218	275650B000023578	26/06/2017	74550
AWW5001	275650B000023466	24/06/2017	74630
AWX3354	275650W000072146	24/06/2017	74550
AWY9129	275650B000023454	26/06/2017	74630
AWZ3693	275650W000072147	24/06/2017	74550
AXB5083	275650B000023540	26/06/2017	74550
AXI1350	275650B000023455	25/06/2017	74550
AXM9903	275650B000023541	24/06/2017	74550
AXO4062	275650B000023487	26/06/2017	74550
AXO8352	275650B000023542	26/06/2017	74550
AXQ0130	275650B000023579	25/06/2017	74550
AXU6964	275650B000023543	26/06/2017	74550
AXY7868	275650B000023580	26/06/2017	74550
AXZ9177	275650B000023544	24/06/2017	74550
AYC3409	275650B000023488	26/06/2017	74550
AYH0654	275650B000023467	24/06/2017	74550
AYH3460	275650B000023581	26/06/2017	74550
AYK0560	275650B000023545	26/06/2017	74630
AYL1319	275650B000023582	26/06/2017	74550
AYQ0287	275650B000023450	26/06/2017	74550
AYR7692	275650B000023489	25/06/2017	74550
AYS8658	275650B000023583	25/06/2017	74550
AYT8410	275650B000023468	24/06/2017	74550
AYU8493	275650B000023584	25/06/2017	74550
AYU8873	275650B000023546	26/06/2017	74550
AZB2541	275650B000023490	25/06/2017	74550
AZB2541	275650B000023451	26/06/2017	74550
AZI1457	275650B000023469	25/06/2017	74550
AZI2413	275650B000023585	26/06/2017	74550
AZL6525	275650B000023491	26/06/2017	74550
AZR8906	275650W000072148	26/06/2017	74550
AZS0279	275650B000023492	26/06/2017	74550
AZS2003	275650B000023470	24/06/2017	74550
AZV6529	275650B000023586	25/06/2017	74550
BAB4846	275650B000023547	26/06/2017	74550
BAD7787	275650B000023448	25/06/2017	74550
BAD8867	275650B000023548	25/06/2017	74550
BAI8452	275650B000023549	24/06/2017	74550
BAN3758	275650B000023550	25/06/2017	74550
BAS4646	275650W000072134	25/06/2017	74550
BBB3324	275650B000023551	26/06/2017	74550
BBH2872	275650W000072157	26/06/2017	74550
BBH7956	275650B000023552	26/06/2017	74550
BBI2160	275650B000023493	26/06/2017	74550
BBI5492	275650B000023494	26/06/2017	74630
BEE0272	275650B000023553	24/06/2017	74550
BOR2085	275650W000072158	26/06/2017	74550
BQK1668	275650B000023554	24/06/2017	74550
BTL9499	275650B000023495	25/06/2017	74550
BZX5454	275650B000023471	25/06/2017	74550
CBJ7388	275650B000023472	24/06/2017	74550
CDM1956	275650B000023555	24/06/2017	74550
CQG1811	275650B000023496	26/06/2017	74550
CTM1750	275650B000023497	25/06/2017	74550
CWX6021	275650B000023498	25/06/2017	74550
CZU0757	275650B000023447	25/06/2017	74550
DGN4783	275650B000023499	25/06/2017	74550
DVD0770	275650W000072129	25/06/2017	74550
DYH4618	275650B000023556	25/06/2017	74550
FEH6202	275650B000023557	25/06/2017	74550
FEV9729	275650B000023456	26/06/2017	74630
FFZ9119	275650B000023473	25/06/2017	74630
FGY9350	275650B000023474	24/06/2017	74550
FHG0203	275650B000023587	24/06/2017	74550
FOV2487	275650B000023475	24/06/2017	74550
FOV2487	275650B000023500	25/06/2017	74550
FXC6479	275650B000023501	25/06/2017	74550
GAL9000	275650B000023452	26/06/2017	74550
GIA2054	275650B000023558	26/06/2017	74550
HEQ4509	275650B000023559	24/06/2017	74550
ICN8974	275650W000072149	26/06/2017	74550

IIV6786	275650W000072135	25/06/2017	74550
INL3511	275650B000023502	26/06/2017	74550
INQ1633	275650B000023560	25/06/2017	74550
IOS3413	275650W000072136	25/06/2017	74550
IPJ4034	275650W000072130	24/06/2017	74630
JZL3851	275650B000023457	24/06/2017	74550
KGA2262	275650B000023561	25/06/2017	74550
LNM6225	275650B000023562	25/06/2017	74550
LUT1239	275650B000023563	25/06/2017	74550
LYM4080	275650B000023564	25/06/2017	74550
LZO9375	275650B000023458	24/06/2017	74550
LZQ1995	275650B000023476	24/06/2017	74550
MAJ7071	275650W000072150	25/06/2017	74550
MBA5965	275650W000072137	25/06/2017	74630
MBJ0658	275650B000023459	25/06/2017	74630
MBK7345	275650W000072138	24/06/2017	74550
MCM7432	275650B000023565	25/06/2017	74550
MDL5558	275650W000072151	24/06/2017	74550
MEG2139	275650B000023460	26/06/2017	74630
MEM3757	275650B000023503	25/06/2017	74550
MFI9558	275650W000072131	24/06/2017	74550
MGM1091	275650W000072139	26/06/2017	74630
MGX3242	275650B000023566	25/06/2017	74550
MJF5841	275650B000023567	25/06/2017	74550
MJQ0876	275650B000023568	25/06/2017	74550
MKI1861	275650B000023504	25/06/2017	74630
MKS4534	275650W000072152	24/06/2017	74550
MLR0489	275650B000023505	26/06/2017	74550
MMC2020	275650W000072159	25/06/2017	74550
MMC2020	275650W000072153	24/06/2017	74550
MOB0333	275650B000023569	26/06/2017	74550
NCH5910	275650W000072154	24/06/2017	74630
NZY3824	275650B000023570	25/06/2017	74630
OBC4581	275650B000023588	25/06/2017	74550
OEK4660	275650B000023506	24/06/2017	74550
OLE4796	275650W000072155	24/06/2017	74550
OLR0341	275650B000023507	26/06/2017	74550
PYJ8322	275650B000023571	24/06/2017	74550
QHT2463	275650B000023572	26/06/2017	74550
QHV2312	275650W000072160	25/06/2017	74550
QIN2703	275650B000023508	26/06/2017	74550

275650 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto ao DEBETRAN até 27/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AIS4842	275650F000064217	28/06/2017	55411
AIY0511	275650F000061648	28/06/2017	60501
AKF3427	275650F000064349	28/06/2017	76331
AMI3534	275650F000061647	26/06/2017	55411
AOG2244	275650NIC0019764	02/09/2017	50020
APA3436	116100E007875301	28/06/2017	61810
APZ9583	275650NIC0019763	02/09/2017	50020
AQC1716	275650F000064443	29/06/2017	55417
ARF1390	275650F000064605	28/06/2017	55411
ARO4032	275650F000062912	28/06/2017	76252
ASF4840	275650F000064604	27/06/2017	55411
AVN1836	275650F000064129	27/06/2017	55417
AVT6372	275650F000062047	26/06/2017	55090
AWE6323	275650F000064439	26/06/2017	76331
AWX4636	275650NIC0019762	02/09/2017	50020
AYG2477	275650F000064128	27/06/2017	55417
BAS8813	116100E007874024	27/06/2017	58780
BMW7790	275650F000064603	22/06/2017	55411
DKD7011	275650F000064440	26/06/2017	76331
ERK6710	275650F000064442	28/06/2017	55920
EYQ5311	275650F000064444	29/06/2017	76331
GZA1773	116100E007873033	27/06/2017	54522
IGV6134	275650F000064441	27/06/2017	65640
MCZ1251	116100E007874022	27/06/2017	60501
MNR6551	275650F000064763	26/06/2017	55500

275650 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto ao DEBETRAN até 30/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAU1346	275650NIC0019768	06/09/2017	50020
ARI4028	116100E007868369	30/06/2017	58780
AUC6335	275650NIC0019767	06/09/2017	50020
AVX1707	275650NIC0019769	06/09/2017	50020
AXL4191	275650NIC0019766	06/09/2017	50020

EVK0811	116100E007877372	01/07/2017	54600
HFF8430	275650NIC0019765	05/09/2017	50020

MARILDA GALVAN RIBEIRO
Diretora de Trânsito

Obs: Para obter a GUIA DE RECOLHIMENTO DE MULTA vossa senhoria deve acessar o sítio:
www.franciscobeltrao.pr.gov.br/debetran/multa; ou dirigir-se ao órgão de trânsito localizado na Rua Sergipe, 850, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Francisco Beltrão - PR.
A multa poderá ser paga em qualquer agência do Banco Itaú, salientando-se que o pagamento efetuado até a data de vencimento terá desconto de 20% sobre o valor aplicado (art. 284 do CTB).

O autuado poderá interpor recurso a JARI, sem a necessidade de pagamento da multa, conforme os artigos 282, § 4º; 285, 286 e 287 do CTB, entregando suas razões no endereço acima citado, pessoalmente ou via correio, preferencialmente com AR.

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:3EE1AE0D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DISPENSA Nº 71/2017

OBJETO: Aquisição de equipamentos para a central telefônica da comunidade de Jacutinga, incluindo a instalação..
Em cumprimento ao disposto no art.109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se publico o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço Unitário R$	Preço Total R$
1	1	TELE DOIS EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA	UN	1,00	1.750,00	1.750,00
1	2	TELE DOIS EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA	UN	5,00	85,00	425,00
Valor total dos gastos com o Processo dispensa: nº 71/2017 - R$ 2.175,00 (dois mil, cento e setenta e cinco reais).						

Homologo a presente licitação,

Francisco Beltrão, 13 de setembro de 2017

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:D384F5F8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato do termo aditivo ao Contrato:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa SILVIO FERNANDO TIDRE
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 479/2016 - Tomada de preços nº 25/2016.
OBJETO: prestação de serviços de instrutor de karatê, para atuação nas Escolas Municipais Madre Boaventura, Higino Antunes Pires Neto e Francisco Manoel da Silva.
ADITIVO: Conforme parecer técnico e jurídico em anexo ao processo administrativo nº 7467/2017 será necessário prorrogação de contrato para aulas de karatê
O período de suporte fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, ate 01 de setembro de 2017.
Fica acrescentado ao contrato original o valor abaixo descrito:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço mensal R$	Preço total R$
1	50950	Prestação de serviços para ministrar aulas de karatê, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL MADRE BOAVENTURA, para alunos regularmente matriculados no período integral, através de aulas distribuídas nos períodos matutino e vespertino, totalizando 40 (quarenta) horas/aula semanais.	MES	2	1.580,00	3.160,00

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços prestados de instrutor de karatê o valor de R$ 3.160,00 (três mil cento e sessenta reais).
O presente termo aditivo é celebrado dentro o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do total contratado, permitido pela legislação pertinente – Lei nº 8.666/93 – art. 65.

Francisco Beltrão, 03 de julho de 2017.

PEDRINHO VERONEZE
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:2F03B518

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

O Município de Francisco Beltrão, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal nº 176/2007, torna público:
1) REGISTRO DE PREÇOS de vidro liso, temperado e canelado, portas de vidro e espelhos, incluindo o fornecimento e instalação ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 139/2017 com vigência de **13/09/2017 A 12/09/2018** conforme segue:
ATA SRP Nº 781/2017
EMPRESA DETENTORA: CAMILA DE SOUZA LIMA ME
CNPJ Nº 19.069.847/0001-50

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário R$
01	1	56899	Espelho 4MM optimirror, incluindo as despesas com instalação, deslocamento e descarte.	M2	250,00	150,00
01	2	56900	Fornecimento de vidro canelado 4MM colocado, incluindo as despesas com com retirada do vidro danificado, instalação, deslocamento e descarte.	M2	300,00	100,00
01	4	56903	Para esquadrias danificadas Vidro temperado incolor 8mm, para utilização em janelas e vãos que se fazem necessários, incluindo as despesas com retirada do vidro danificado, instalação, deslocamento e descarte.	M2	100,00	155,00
02	1	56901	Vidro liso incolor 4 MM colocado, incluindo as despesas com a retirada do vidro danificado, instalação, deslocamento e descarte.	M2	900,00	100,00

ATA SRP Nº 782/2017
EMPRESA DETENTORA: MÓVEIS PLANEJADOS BELTRAO LTDA - ME
CNPJ Nº 18.027.645/0001-83

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário R$
01	3	56902	Para esquadrias danificadas Vidro temperado incolor 10mm, para utilização em portas ou vidro fixo, incluindo despesas com a retirada do vidro danificado, instalação, deslocamento e descarte.	M2	100,00	190,00
01	5	56904	Janelas em vidro temperado 8mm, quatro folhas sendo duas fixas e duas duas de correr incluindo todos acessórios (ferragens) e as despesas com instalação, deslocamento e descarte	M2	100,00	250,00
01	6	56905	Janelas em vidro temperado 8mm, duas folhas sendo uma fixa e uma de correr incluindo todos acessórios (ferragens) e as despesas com instalação, deslocamento e descarte.	M2	100,00	220,00
01	7	56906	Portas em vidro temperado 10mm, quatro folhas sendo duas fixas e duas de correr incluindo todos acessórios (ferragens) e as despesas com instalação, deslocamento e descarte.	M2	100,00	350,00
01	8	56907	Portas em vidro temperado 10mm, duas folhas sendo uma fixa e uma de correr incluindo todos acessórios (ferragens) e as despesas com instalação, deslocamento e descarte.	M2	100,00	330,00
01	9	56908	Portas em vidros temperado 10mm, uma folha de abrir, incluindo todos os acessórios (ferragens) e as despesas com instalação, deslocamento e descarte.	M2	100,00	320,00
01	10	56909	Portas em vidros temperado 10mm, duas folhas de abrir, incluindo todos os acessórios (ferragens) e as despesas com instalação, deslocamento e descarte.	M2	100,00	340,00
01	11	56910	Vidro fixo temperado 10mm, incluindo todos os acessórios (ferragens) e as despesas com instalação, deslocamento e descarte.	M2	100,00	300,00
01	12	56911	Vidro fixo temperado 8mm, incluindo todos os acessórios (ferragens) e as despesas com instalação, deslocamento e descarte.	M2	100,00	250,00

Francisco Beltrão, 13 de setembro de 2017

NÁDIA DALL AGNOL
Sistema de Registro de Preços
SRP

PEDRINHO VERONEZE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:8188EF27

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação, nomeado através da Portaria nº 245/2017, de 10 de maio de 2017, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público resultado de Licitação:
MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2017.
OBJETO: Credenciamento de interessadas em apoiar a realização da competição "Beltrão Open 2017", através de cotas de patrocínio financeiro, tendo como contrapartida a permissão de uso e divulgação da logomarca da empresa na arena a ser montada no calçadão na praça Eduardo Virmond Suplicy de Francisco Beltrão - PR, no período de 25/09 a 15/10/2017.
LICITANTES CREDENCIADAS:

Item	Especificação	Área Total m²	Valor R$	LICITANTE CREDENCIADA
Lote 01	Cota de patrocício máster	700	15.000,00	**COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOB VALE IGUAÇU**
S1-P1	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME**
S1-P2	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**ESCRITÓRIO COMUNELLO DE CONTABILIDADE LTDA. - ME**
S1-P3	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**SUDOESTE PRE-MOLDADOS LTDA. - ME**
S1-P4	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**LIZEU ADAIR BERTO& CIA. LTDA. - ME**
S1-P5	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**LADO SUDOESTE CORRETORA DE SEGUROS LTDA.**
S1-P6	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**DIAS & TREVISAN COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. - ME**
S1-P7	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com	2,4	1.000,00	**ALTAMIRO DIAS**

	dimensões de 2,00 X 1,20 m.			
S1-P9	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**OCEANO COMÉRCIO DE ARMARINHOS LTDA. - EPP**
S1-P10	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**CENTER SUDOESTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**
S1-P11	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**MAQGIL J.G. MÁQUINAS LTDA.**
S1-P12	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES AUTO CONFIANÇA LTDA. - ME**
S1-P13	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**MAURY SCOTTI ELETRÔNICA - ME**
S1-P14	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**ERNESTO LUIZ GAGLIOTTO & CIA. LTDA - EPP**
S1-P15	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**TOMOCLIN TOMOGRAFIA SÃO VICENTE LTDA. - EPP**
S2-P1	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**IRMÃOS MARCON LTDA - EPP**
S2-P2	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**ITALO SUPERMERCADOS LTDA.**
S2-P3	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**LABORATÓRIO BIO EXAME LTDA - EPP**
S2-P5	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**BELINKI & SOUZA LTDA. - ME**
S2-P6	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**ACADEMIA MMAIS LTDA. - ME**
S2-P7	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**CARBONI CORRETORA DE SEGUROS LTDA.**
S3-P1	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**CLAIR AZOLINI FILHO**
S3-P2	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**AUTO CENTER MECANICA IMPORTS EIRELI - EPP**
S3-P3	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**FARMA ANJOS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**
S3-P5	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**CINICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO ZANATTA LTDA - EPP**
S3-P6	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**FB ESCOLA IDIOMAS LTDA. - ME**
S3-P7	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**BAIXER COLCHÕES LTDA. - ME**
S4-P1	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**UNISEP UNIÃO DE ENSINO SUDOESTE DO PARANÁ LTDA.**
S4-P2	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**KARLEO LTDA. - EPP**
S4-P3	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**INDÚSTRIA DE ALUMÍNIOS BELMAR LTDA.**
S4-P4	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**LISEU ADAIR BERTO & CIA. LTDA - ME**
S4-P5	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**F1 COMÉRCIO DE PNEUS E AUTO CENTER LTDA.**
S4-P10	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**JB FURLAN & CIA. LTDA - ME**
S4-P11	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**CDL – CAMARA DOS DIRETORES LOGISTAS DE FRANCISCO BELTRÃO**
S4-P12	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**ALEANDRO MURER ME**
S4-P13	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**GALILEO HOTEL EIRELI EPP**
S4-P14	Espaço publicitário em compensado naval com espessura de 12mm e com dimensões de 2,00 X 1,20 m.	2,4	1.000,00	**FIORENZANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME**

VALOR TOTAL	**R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).**

NILEIDE T. PERSZEL
Presidente

OLGA DUARTE TIEZERIN
Membro

SUZANE VOLLMERHAUSEN
Membro

JOÃO THIAGO DUARTE
Membro

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:D367CF31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DA FAZENDA
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 011/2017

O Senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Lei nº 2.456/2017 de 21 de março de 2017.

RESOLVE

Artigo 1° - Conceder diárias referentes a quarta e quinta semana do mês de Agosto de 2.017:

QTDE DIÁRIAS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	OBJETIVO	DESTINO	NOME	DATA SAÍDA	DATA RETORNO	Nº C. I.	DEPARTAMENTO
2	R$ 462,00	R$ 924,00	VISITA NA SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA	CURITIBA	VILSON KOITE SHONO	21/08/2017	23/08/2017	2017	AGRICULTURA
1	R$ 45,00	R$ 45,00	BUSCAR MEDICAMENTOS NA REGIONAL DE SAÚDE	CAMPO MOURÃO	JOAO CLARO DA SILVA	20/08/2017	20/08/2017	1699	SAÚDE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	IVAIPORÃ	JHONATAN DA SILVA SCARDELATO	21/08/2017	25/08/2017	1693	SAÚDE
2	R$ 785,00	R$ 1.570,00	VISITA A SEGRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	CURITIBA	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO	21/08/2017	23/08/2017	2017	GABINETE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	UMUARAMA	DIONISIO ALVES MARTINS	21/08/2017	25/08/2017	1695	SAÚDE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	LONDRINA	DIVINO VIDAL DA SILVA.	21/08/2017	25/08/2017	1692	SAÚDE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	ARAPONGAS	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	21/08/2017	25/08/2017	1694	SAÚDE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CASCAVEL	JOAQUIM RAFAEL NETTO	21/08/2017	25/08/2017	1691	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PARTICIPAR DO CURSO DO PAR	UMUARAMA	GIOVANNA BEATRIZ ELER DE ALMEIDA	21/08/2017	21/08/2017	003	ASS. PLANEJAMENTO
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CURITIBA	JHONATAN DA SILVA SCARDELATO	17/07/2017	19/07/2017	1426	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	BUSCAR PACIENTE DE ALTA	ARAPONGAS	AILTON RODRIGUES	19/08/2017	19/08/2017	1700	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	SARANDI	APARECIDO RODRIGUES	22/08/2017	22/08/2017	1708	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CAMPO MOURÃO	CARLOS ROBERTO A. THIMOTEO	22/08/2017	22/08/2017	1704	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	AUDIENCIA JUNTO A VARA DE TRABALHO	CAMPO MOURÃO	ERICA HARUMI ITO	22/08/2017	22/08/2017	2208	ASS. JURÍDICA
1	R$ 45,00	R$ 45,00	AUDIÊNCIA JUNTO A VARA DE TRABALHO	CAMPO MOURÃO	CASSIANO RICARDO BOCALÃO	22/08/2017	22/08/2017	8	ASS. JURÍDICA
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE ATLETAS DE BASQUETE	FOZ DO IGUAÇU	WAGNER FERNANDO GOMES	22/08/2017	22/08/2017	293	ESPORTE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	ACOMPANHA R MENOR P/INTERNAMENTO NO CENSE	LARANJEIRAS DO SUL	AGNALDO OLIVEIRA RODRIGUES	23/08/2017	23/08/2017	274	CONSELHO TUTELAR
1	R$ 45,00	R$ 45,00	CAPACITAÇÃO PARA OUVIDORES	CAMPO MOURÃO	REGIS ROGÉRIO LUIZ CHAVES	24/08/2017	24/08/2017	1716	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	ARAPONGA S	JOAO CLARO DA SILVA	23/08/2017	23/08/2017	1711	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	ARAPONGA S	JOAO CLARO DA SILVA	24/08/2017	24/08/2017	1718	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CASCAVEL	APARECIDO RODRIGUES	24/08/2017	24/08/2017	1717	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	REUNIÃO P/CONTROLE DE ENDEMIAS	CAMPO MOURÃO	TATIANE DE FÁTIMA RIBAS	25/08/2017	25/08/2017	1713	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CAMPO MOURÃO	APARECIDO RODRIGUES	25/08/2017	25/08/2017	1730	SAÚDE
4	R$ 45,00	R$ 180,00	TRANSPORTES DE ATLETAS	IVAIPORÃ	JADER DA SILVA MONTEIRO	25/08/2017	31/08/2017	301	ESPORTE
3	R$ 45,00	R$ 135,00	TRANSPORTE DE ALTETAS	TOLEDO	WAGNER FERNANDO GOMES	28/08/2017	30/08/2017	302	ESPORTE
2	R$ 240,00	R$ 480,00	ACOMPANHA R ADOLESCENT E.	PORTO ALEGRE	LIDIO MAKOSKI	28/08/2017	30/08/2017	284	CONSELHO TUTELAR
4	R$ 45,00	R$ 180,00	ACOMPANHA R OS ATLETAS	IVAIPORÃ	CARLOS MAGNO LETTRARI DOS SANTOS	28/08/2017	31/08/2017	300	ESPORTE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	ARAPONGA S	AILTON RODRIGUES	28/08/2017	01/09/2017	1736	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	BUSCAR MÉDICOS NO AEROPORTO DE MARINGÁ	MARINGÁ	APARECIDO RODRIGUES	26/08/2017	26/08/2017	1734	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	IVAIPORÃ	DIVINO VIDAL DA SILVA.	26/08/2017	26/08/2017	1741	SAÚDE
1	R$ 300,00	R$ 300,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CURITIBA	DARINALV A CONCEIÇA O SILVA TEIXEIRA	27/08/2017	28/08/2017	1743	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CAMPO LARGO	DARINALVA CONCEIÇAO SILVA TEIXEIRA	27/08/2017	28/08/2017	1743	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CURITIBA	JHONATAN DA SILVA SCARDELATO	27/08/2017	28/08/2017	1739	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CURITIBA	JHONATAN DA SILVA SCARDELATO	27/08/2017	28/08/2017	1739	SAÚDE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	UMUARAMA	VINICIUS GOMES	28/08/2017	01/09/2017	1738	SAÚDE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	CAMPO MOURÃO	APARECIDO RODRIGUES	28/08/2017	01/09/2017	1735	SAÚDE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	ARAPONGAS	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	28/08/2017	01/09/2017	1737	SAÚDE
1	R$ 462,00	R$ 462,00	ACOMPANHAR JOGOS FASE FINAL	Ivaiporã	VALTER FAVORETTO DE OLIVEIRA	29/08/2017	29/08/2017	303	ESPORTE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PARTICIPAR DA 5º REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES	Campo Mourão	ROSIMEIRE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA CAVALCANTE	29/08/2017	29/08/2017	1748	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PARTICIPAR DA 5º REUNIÃO DE INTERGESTORES	Campo Mourão	THAIS CHRISTINA ROSA	29/08/2017	29/08/2017	1749	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PARTICIPAR DA 5º REUNIÃO DE INTERGESTORES	Campo Mourão	LETICIA CHIOZINI GERVÁSIO	29/08/2017	29/08/2017	1747	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	Campo Mourão	DIVINO VIDAL DA SILVA.	27/08/2017	27/08/2017	1744	SAÚDE
1	R$ 300,00	R$ 300,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	Curitiba	JHONATAN DA SILVA SCARDELATO	30/08/2017	31/08/2017	1755	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	Curitiba	JHONATAN DA SILVA SCARDELATO	30/08/2017	31/08/2017	1755	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE FAMILIAR DE PACIENTE	Rolândia	DIONISIO ALVES MARTINS	26/08/2017	26/08/2017	1746	SAÚDE
5	R$ 45,00	R$ 225,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	Umuarama	DIONISIO ALVES MARTINS	28/08/2017	01/09/2017	1757	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	Campo Mourão	CARLOS ROBERTO A. THIMOTEO	29/08/2017	01/09/2017	1758	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PARTICIPAR DE CURSO	Cascavel	ROSELI APARECIDA G. DE OLIVEIRA	31/08/2017	31/08/2017	777	EDUCAÇÃO
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	Campo Mourão	ROBSON OLIVEIRA SANTOS	30/08/2017	30/08/2017	1761	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	Campo Mourão	ROBSON OLIVEIRA SANTOS	30/08/2017	30/08/2017	1761	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PARTICIPAR DE CURSO	Cascavel	ADEMILSON DA SILVA SANTANA	31/08/2017	31/08/2017	778	EDUCAÇÃO
1	R$ 45,00	R$ 45,00	TRANSPORTE DE PACIENTES	Cianorte	LUIZ VIANA DE MOURA	31/08/2017	31/08/2017	1764	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PARTICPAR CAPACITAÇÃO BUCAL	Cianorte	JULIANA MARTINS GOMES	01/09/2017	01/09/2017	1751	SAÚDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PARTICIPAR CAPACITAÇÃO BUCAL	Cianorte	DANIELE RUGGERO DA COSTA	01/09/2017	01/09/2017	1750	SAÚDE

Artigo 2° - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no Artigo 9° da Lei nº 2.456/2017 de 21 de março de 2017.
Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 04 de Setembro de 2017.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciele Giopato Lima Rosa
Código Identificador:5AE5235F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 155/2017

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.607.627/0001-78, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, e de outro lado a empresa:

FORNECEDORA: COMERCIAL ELVIMAG LTDA ME, sediada a RUA BARÃO DO RIO BRANCO , 1119 SALA1 - CEP: 85010040 - BAIRRO: CENTRO, FONE: 4236235343, situada na cidade de Guarapuava/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 10.906.559/0001-39, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por RENATO CESAR COELHO, portador do RG nº 43493388 e do CPF nº 578.322.859-15.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: Aquisição de produtos de malharia, confecções, uniformes, coletes, camisas e vestuários esportivos para atendimento das secretarias municipais, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

1.2. Descrição:

Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
2	Calção/Short/Bermuda, para prática esportiva feita com fibra 100% poliéster e elastano na cintura, e cordão para regulagem, cor predominante: preto com ou sem detalhes. Inclusão da logomarca do órgão solicitante com impressão por processo de quadricromia , silkscreen ou transfer, estampado a frente a frente no lado esquerdo da perna (tamanho da logomarca 10 x 10 cm)	SERICOR	UN	150,00	24,00	3.600,00
7	Camiseta Polo Tecido: malha Piquet (50% Algodão/50% Poliéster), com peitilho funcional de fechamento por dois botões. Fornecida no corte (medidas) masculino e feminino. Fornecida nos tamanhos P, M, G, XG e XXG. Fornecida nas em diversas cores. COR PRETA, (CMYK; C 50, M 0, Y 0, K 100; RGB R19, G22, B21; Tom de cinza 0) com proteção UV (ultravioleta) garantindo o não desbotamento. Na parte frontal: brasão do Mujnicipio. Cores originais, em bordado cheio no lado esquerdo do peito, nas dimensões 80mm x 65mm.	SERICOR	UN	70,00	29,50	2.065,00
						5.665,00
VALOR TOTAL DA ATA: R$ 5.665,00 (Cinco Mil, Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais).						

1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 365 dias Trezentos e Sessenta e Cinco dias, a partir de sua assinatura da Ata. sendo que as quantidades informadas no objeto desta licitação são estimativas, podendo a Prefeitura Municipal de Goioxim, adquirir mais ou menos do que o estimado no objeto desta licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1. Os produtos deverão ser entregue em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

3.2. A entrega deverá ser efetuada junto à Prefeitura Municipal de Goioxim,/PR, localizada na Rua laurindo Cordeiro de Souza, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 11:30 hrs. e das 13:00 às 17:00 hrs.

3.3. Caso os produtos não sejam entregues no prazo/forma estabelecido acima, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.4. Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

3.5. Caso os produtos sejam recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.

3.6. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeita às sanções previstas no Edital, na ata de registro de preços e no contrato que advir da ata.

3.7. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata e/ou do contrato que advir da ata.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1. Quando da entrega dos serviços prestados junto à Prefeitura Municipal de Goioxim/PR, estes deverão ter o minimo de garantia conforme estipulado, para que não seja necessário realização de novo conserto logo após rodagem com pneu a poucos km.

4.2. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento definitivo dos produtos, mediante atestado de recebimento e aprovação emitido pela comissão de recebimento de bens/serviços, através de depósito bancário em conta corrente da contratada. O recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. A Contratada deverá emitir nota fiscal, na forma da lei em vigência, no valor pactuado e condições da Ata de Registro de Preços, apresentando-a à Administração Municipal de Goioxim/PR para ateste e pagamento. Deverá, ainda, indicar os dados bancários para liquidação da despesa.

4.4. Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.5. À Administração Municipal de Goioxim/PR reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO
5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias, contados a partir da entrega do bem objeto do fornecimento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração, e acompanhado da respectiva Nota Fiscal e CND's FGTS e INSS.
5.1.1. O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. As notas fiscais deverão ser entregues no Setor administrativo do Departamento de Compras do Município, situado a Rua Laurindo Cordeiro de Souza – 184 – centro de Goioxim/PR.

5.3. As notas fiscais, após aceitas pelo Departamento de Compras, serão encaminhadas ao Setor empenho para providências quanto ao pagamento, que se dará através de depósito por transferência eletrônica bancária.

5.5. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal da empresa que participou da licitação e deverá conter:

5.5.1 A modalidade e o número da Licitação;
5.5.2 O número da Ata e do Pedido de Fornecimento;
5.5.3 O Banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

5.6. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

5.7. Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

5.8. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
600	05.001.12.361.0008.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
880	05.001.12.361.0008.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1070	05.003.12.366.0010.2032	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1390	06.001.10.301.0012.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1400	06.001.10.301.0012.2042	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1490	06.001.10.301.0012.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1500	06.001.10.301.0012.2043	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

5.8.1. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do contrato, a despesa com a execução dos serviços correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.
CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS
6.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.2. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela ADMINISTRAÇÃO para alteração, por aditamento, do preço da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - REVISÃO E CANCELAMENTO
7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
7.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
7.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
7.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:
7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens **7.6.1**, **7.6.2** e **7.6.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
7.8.1. por razão de interesse público; ou
7.8.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME
8.1. O Fornecedor ficará obrigado a entregar todos os materiais objeto desta ATA conforme a necessidade no prazo máximo de até 2(DOIS) dias úteis, impreterivelmente, a contar da data da entrega da Nota de Empenho, onde será dada a ciência por recibo de entrega, via fax, e-mail ou outro instrumento de recebimento indicado pela empresa contratada.

8.2. O prazo de entrega dos materiais não poderá ultrapassar os prazos pré- estabelecidos, a contar da data de entrega da nota de empenho;

8.3. O material deverá ser de reconhecida qualidade, atestada por órgão ou agente de certificação ou inspeção (INMETRO) ou outra entidade que venha substituir no período da realização do certame, inclusive contendo informações quanto as suas características na embalagem, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e outros.

8.4. Arcar com todas as despesas diretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a ADMINISTRAÇÃO;

8.5. Os materiais devem atender as especificações, o que, na diligencia e ou inspeção for constatado irregularidades, fora das especificações técnicas, será registrado ocorrência no sistema e aplicadas às penalidades pertinentes no que couber e dado a impertinência, será convocada a empresa subsequente na classificação para fornecimento dos produtos.

8.6. Manter durante a vigência da ATA as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando mensalmente, a cada pagamento comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente para com a Justiça do Trabalho (CNDT), Seguridade Social (INSS e contribuições Sociais administrativas pela Secretaria da Receita Federal), para com o FGTS (CEF) e para com a Fazenda Federal (SRF e PGFN) em observância à Constituição Federal (art. 195, parágrafo 3º), à Lei 8.666/93 (art. 29, inciso III e IV, e 55, inciso XIII), à Lei 8.036/90 (art. 27, "a"), Lei 9.012/95 (art. 2º), Lei 8.212/91 (art. 47), ao Decreto 612/92 (art. 16, par. Único, art. 84, inciso I, alínea "a" e parágrafo 10º, alíneas "a" e "b") e ao Decreto Lei 147/67".

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 3.555/2000, Decreto nº 7892/2013 e da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1 As partes elegem o foro da Comarca de Cantagalo -PR, com renúncia de qualquer outro, como único e competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

Goioxim/PR, 13 de setembro de 2017.

Contratante
Município de Goioxim
MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Contratado
Comercial Elvimag LTDA ME
CNPJ 10.906.559/0001-39
RENATO CESAR COELHO

Testemunhas:

NOME:_____
RG:_____
ASSINATURA:_____
NOME:_____
RG:_____
ASSINATURA:_____

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:28060361

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 157/2017

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.607.627/0001-78, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, e de outro lado a empresa:

FORNECEDORA: R. C. DOIM - CONFECÇÕES - ME, sediada a AV. TRIFON HANYCZ, 232 - CEP: 85170000 - BAIRRO: CENTRO, Fone (42) 3677-3963, Situada na cidade de Pinhão/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 17.594.345/0001-13, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por ALESANDRO ANTUNES DOS SANTOS, portador do RG nº 9518732-3 e do CPF nº 048.459.389-79.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: Aquisição de produtos de malharia, confecções, uniformes, coletes, camisas e vestuários esportivos para atendimento das secretarias municipais, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

1.2. Descrição:

Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	Camisetas poliesportiva personalizada	OASIS	UN	150,00	33,50	5.025,00
3	Calça em Tactel. Descrição: Tamanhos P, M, G, GG distribuídas da seguinte forma (12 M, 13 G, 5 GG) em 2 cores, azul marinho predominante, calça em material tactel, 02 bolsos laterais e 01 bolso atrás lado direito, elástico na cintura com cordão ajustável, silk do brasão do Municipio do lado esquerdo frente no tamanho 10 x 10 cm.	OASIS	UN	20,00	49,00	980,00
4	JAQUETA Detalhes Técnicos (UNISSEX): Gola esporte entretelada; Jaqueta com elástico de 5 cm de largura na parte traseira e cós com 4,5cm na frente; Revestimento interno nas costas e frente em tecido tafetá na cor azul marinho; 02 (dois) bolsos frontais nas medidas 14x17cm com zíper de nylon com 12 cm abrindo de fora para dentro, prega macho de 2,5cm, fenda para caneta no lado esquerdo com medida de 3,5cm; Pala dupla com reforço em acrilon (pena 100) e costuras em metalassê, 2 (duas) pregas laterais nas costas com 1,5cm de profundidade; Platina nos ombros com 4cm de largura e 13cm de comprimento, Centralizadas com o bordado das mangas; Reforço duplo em acrilon (pena 100) e costuras em metalassê na parte dorsal da frente; Velcro na cor preta tipo fêmea no tamanho 14x2,5cm, acima do bolso ao lado direito para identificação do agente; Manga direita: bordado do brasão do Municipio.	OASIS	UN	20,00	64,00	1.280,00
11	Jogo de lençol e fronha JOGO DE CAMA SOLTEIRO- Composição: Um lençol de forração para colchão do tamanho 78cm de largura com 188cm de comprimento e 18cm de altura; com elástico nas quatro pontas, a fim de fixar o lençol ao colchão; as medidas do lençol deverão ser adequadas e ajustadas às medidas do colchão, de forma que se obtenha um acabamento perfeito; confeccionado em 100% algodão, em percal de, no mínimo, 180 fios; Um lençol para cama de solteiro; sem elástico; com medida mínima (140X220) cm, confeccionado em 100% algodão, em percal de, no mínimo, 180 fios; Uma fronha para travesseiro do tamanho 50X70cm; as medidas da fronha deverão ser adequadas e ajustadas às medidas do travesseiro, confeccionada com 02 (duas) costuras (ponto fixo + overlock); confeccionada em 100% algodão, em percal de, no mínimo, 180 fios.Cor: A escolha da administração.	OASIS	UN	30,00	38,00	1.140,00
						8.425,00
VALOR TOTAL DA ATA: R$ 8.425,00 (Oito Mil, Quatrocentos e Vinte e Cinco Reais).						

1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 365 dias Trezentos e Sessenta e Cinco dias, a partir de sua assinatura da Ata. sendo que as quantidades informadas no objeto desta licitação são estimativas, podendo a Prefeitura Municipal de Goioxim, adquirir mais ou menos do que o estimado no objeto desta licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1. Os produtos deverão ser entregue em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

3.2. A entrega deverá ser efetuada junto à Prefeitura Municipal de Goioxim,/PR, localizada na Rua laurindo Cordeiro de Souza, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 11:30 hrs. e das 13:00 às 17:00 hrs.

3.3. Caso os produtos não sejam entregues no prazo/forma estabelecido acima, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.4. Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

3.5. Caso os produtos sejam recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.

3.6. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeita às sanções previstas no Edital, na ata de registro de preços e no contrato que advir da ata.

3.7. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata e/ou do contrato que advir da ata.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA
4.1. Quando da entrega dos serviços prestados junto à Prefeitura Municipal de Goioxim/PR, estes deverão ter o minimo de garantia conforme estipulado, para que não seja necessário realização de novo conserto logo após rodagem com pneu a poucos km.

4.2. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento definitivo dos produtos, mediante atestado de recebimento e aprovação emitido pela comissão de recebimento de bens/serviços, através de depósito bancário em conta corrente da contratada. O recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. A Contratada deverá emitir nota fiscal, na forma da lei em vigência, no valor pactuado e condições da Ata de Registro de Preços, apresentando-a à Administração Municipal de Goioxim/PR para ateste e pagamento. Deverá, ainda, indicar os dados bancários para liquidação da despesa.

4.4. Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.5. À Administração Municipal de Goioxim/PR reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO
5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias, contados a partir da entrega do bem objeto do fornecimento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração, e acompanhado da respectiva Nota Fiscal e CND's FGTS e INSS.
5.1.1. O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. As notas fiscais deverão ser entregues no Setor administrativo do Departamento de Compras do Município, situado a Rua Laurindo Cordeiro de Souza – 184 – centro de Goioxim/PR.

5.3. As notas fiscais, após aceitas pelo Departamento de Compras, serão encaminhadas ao Setor empenho para providências quanto ao pagamento, que se dará através de depósito por transferência eletrônica bancária.

5.5. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal da empresa que participou da licitação e deverá conter:

5.5.1 A modalidade e o número da Licitação;
5.5.2 O número da Ata e do Pedido de Fornecimento;
5.5.3 O Banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

5.6. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

5.7. Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

5.8. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
600	05.001.12.361.0008.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
880	05.001.12.361.0008.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1070	05.003.12.366.0010.2032	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1390	06.001.10.301.0012.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1400	06.001.10.301.0012.2042	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1490	06.001.10.301.0012.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1500	06.001.10.301.0012.2043	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

5.8.1. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do contrato, a despesa com a execução dos serviços correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.
CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS
6.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.2. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela ADMINISTRAÇÃO para alteração, por aditamento, do preço da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - REVISÃO E CANCELAMENTO
7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
7.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
7.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
7.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:
7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela
Administração, sem justificativa aceitável;
7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens **7.6.1**, **7.6.2** e **7.6.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
7.8.1. por razão de interesse público; ou
7.8.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME
8.1. O Fornecedor ficará obrigado a entregar todos os materiais objeto desta ATA conforme a necessidade no prazo máximo de até 2(DOIS) dias úteis, impreterivelmente, a contar da data da entrega da Nota de Empenho, onde será dada a ciência por recibo de entrega, via fax, e-mail ou outro instrumento de recebimento indicado pela empresa contratada.

8.2. O prazo de entrega dos materiais não poderá ultrapassar os prazos pré- estabelecidos, a contar da data de entrega da nota de empenho;

8.3. O material deverá ser de reconhecida qualidade, atestada por órgão ou agente de certificação ou inspeção (INMETRO) ou outra entidade que venha substituir no período da realização do certame, inclusive contendo informações quanto as suas características na embalagem, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e outros.

8.4. Arcar com todas as despesas diretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a ADMINISTRAÇÃO;

8.5. Os materiais devem atender as especificações, o que, na diligencia e ou inspeção for constatado irregularidades, fora das especificações técnicas, será registrado ocorrência no sistema e aplicadas às penalidades pertinentes no que couber e dado a impertinência, será convocada a empresa subsequente na classificação para fornecimento dos produtos.

8.6. Manter durante a vigência da ATA as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando mensalmente, a cada pagamento comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente para com a Justiça do Trabalho (CNDT), Seguridade Social (INSS e contribuições Sociais administrativas pela Secretaria da Receita Federal), para com o FGTS (CEF) e para com a Fazenda Federal (SRF e PGFN) em observância à Constituição Federal (art. 195, parágrafo 3º), à Lei 8.666/93 (art. 29, inciso III e IV, e 55, inciso XIII), à Lei 8.036/90 (art. 27, "a"), Lei 9.012/95 (art. 2º), Lei 8.212/91 (art. 47), ao Decreto 612/92 (art. 16, par. Único, art. 84, inciso I, alínea "a" e parágrafo 10º, alíneas "a" e "b") e ao Decreto Lei 147/67".

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 3.555/2000, Decreto nº 7892/2013 e da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1 As partes elegem o foro da Comarca de Cantagalo -PR, com renúncia de qualquer outro, como único e competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

Goioxim/PR, 13 de setembro de 2017.

Contratante
Município de Goioxim
MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Contratado
R. C. Doim - Confecções- ME
CNPJ 17.594.345/0001-13
ALESANDRO ANTUNES DOS SANTOS

Testemunhas:

NOME:_____
RG:_____
ASSINATURA:_____

NOME:_____
RG:_____
ASSINATURA:_____

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:FD68179B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PROJUR
DECRETO Nº 274/2017 DATA: 13.09.2017

Ementa: cria Fontes de Despesas e abre Crédito Adicional Suplementar no valor R$ 7.349.740,98 (sete milhões, trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta reais e noventa e oito centavos), por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 6º da Lei 2.023 de 11.09.2017, e, considerando o memorando on-line sob o nº 2017000053,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor R$ 7.349.740,98 (sete milhões, trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta reais e noventa e oito centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 2 - Governo Municipal			
Unidade: 1 - Gabinete do Prefeito			
Ação: 2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
14	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	130.000,00
15	3319013000000000000 - Obrigações patronais	0	28.000,00
Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Administração			
Unidade: 1 - Departamento de Pessoal			
Ação: 2017 - Manutenção das Atividades do Departamento Pessoal			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
149	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	90.000,00
150	3319013000000000000 - Obrigações patronais	0	23.000,00
Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Administração			
Unidade: 3 - Depto Atividades Auxiliares			
Ação: 2020 - Manutenção das Atividades do Departamento de Atividades Auxiliares			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
178	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	90.000,00
Unidade: 1 - Departamento de Educação			
Ação: 1009 - Construções, Reformas, Ampliação e Adequação de Bens e Aquisição de do Ativo Imobilizado nas Escolas do Ensino Fundamental - Outros Recursos			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
283	3449051000000000000 - Obras e instalações	103	1.288.003,69
Órgão: 6 - Secretaria Munic. de Educação e Cultura			
Unidade: 2 - Departamento de Cultura			
Ação: 2043 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
377	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	53.578,81
Órgão: 6 - Secretaria Munic. de Educação e Cultura			
Unidade: 4 - Depto de Transporte Escolar			
Ação: 2045 - Manutenção das Atividades do Departamento de Transporte Escolar			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
408	3339030000000000000 - Material de consumo	104	135.570,79
413	3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	104	200.000,00
Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer			
Unidade: 1 - Departamento de Esporte			
Ação: 1012 - Ampliação e Reforma das Praças Desportivas			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1017	3449051000000000000 - Obras e instalações	0	650.000,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2050 - Manutenção das Atividades do Departamento Médico			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
475	3339030000000000000 - Material de consumo	303	30.000,00
478	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	303	32.802,21
Ação: 2051 - Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família - Psf			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
503	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	30.000,00
Ação: 2052 - Manutenção das Atividades dos Consórcios - Ciscopar e Consamu			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
508	3337170000000000000 - Rateio pela participação em consórcio público	303	370.000,00
Ação: 2053 - Manutenção das Atividades da Unidade de Pronto Atendimento - Upa 24 Hs			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
522	3339030000000000000 - Material de consumo	303	30.000,00
535	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	481.342,47
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Ação Social			
Unidade: 2 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2064 - Manutenção das Atividades do Setor de Conselho Tutelar			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
694	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	28.000,00
695	3319013000000000000 - Obrigações patronais	0	5.000,00
Ação: 2066 - Manutenção das Atividades do Programa P.e.t.i. / C.e.a.c.a.			

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
701	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	40.000,00
702	3319013000000000000 - Obrigações patronais	0	8.000,00
Ação: 2061 - Manutenção das Atividades do Departamento de Assistência Social			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
646	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	143.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Unidade: 1 - Departamento de Limpeza Publica			
Ação: 2068 - Manutenção das Atividades do Departamento de Limpeza Pública			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
750	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	405.000,00
751	3319013000000000000 - Obrigações patronais	0	33.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Unidade: 2 - Departamento de Obras			
Ação: 2071 - Manutenção das Atividades do Departamento de Obras			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
790	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	400.000,00
791	3319013000000000000 - Obrigações patronais	0	20.000,00
Ação: 1019 - Construções em Vias e Logradouros Públicos			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
932	3339030000000000000 - Material de consumo	0	300.000,00
933	3339030000000000000 - Material de consumo	504	112.828,39
1018	3449051000000000000 - Obras e instalações	0	500.000,00
Ação: 1021 - Construções Executadas pelo Departamento de Obras			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1019	3449051000000000000 - Obras e instalações	0	200.000,00
Ação: 2072 - Manutenção das Atividades do Setor de Iluminação Pública			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
803	3339030000000000000 - Material de consumo	507	342.614,62
806	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	507	400.000,00
Órgão: 13 - Sec. Munic. de Agricultura e M. Ambiente			
Unidade: 1 - Departamento de Agricultura			
Ação: 1025 - Construções e Aquisições de Bens Imobilizados para os Departamentos de Agricultura e Meio Ambiente			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
866	3449051000000000000 - Obras e instalações	0	150.000,00
Órgão: 13 - Sec. Munic. de Agricultura e M. Ambiente			
Unidade: 3 - Depto de Estradas de Rodagem			
Ação: 1026 - Obras e Aquisição de Bens Imobilizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1020	3449051000000000000 - Obras e instalações	0	600.000,00
TOTAL			**7.349.740,98**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:4162380B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038/2017-PMI

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 057/2017-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Registro de preços para a Aquisição de peças para manutenção dos equipamentos de jardinagem e prestação de serviços para a Secretaria de Obras e Serviços do Município de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, e conforme especificações nos autos do processo de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 057/2017-PMI.

FORNECEDORES: Lotes 01 e 02: **I. A. SAVOLDI JUNIOR & CIA. LTDA. ME**., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **02.863.499/0001-96**.

PREÇOS REGISTRADOS:

Lote – 01 - Peças						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Especificação dos Produtos**	**Marca**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
1.1	undd	4	Fio de nylon para cortar grama 3mm, carretel mínimo de 280m.	Bristol	205,00	820,00
1.2	undd	12	Porta fio nylon para roçadeira STIHL-FS 220.	Bristol	88,33	1.059,96
1.3	undd	4	Porta fio de nylon para roçadeira MAKITA EBH-340 4 tempos.	Bristol	90,33	361,32
1.4	undd	4	Lâmina para roçadeira MAKITA 2P x 350mm x 25,4 x 2,0.	Bristol	41,00	164,00
1.5	undd	8	Lâmina para roçadeira STIHL FS-220, 2 pontas, furo 20mm.	Bristol	41,33	330,64
1.6	undd	2	Lâmina de corte para cortador de grama MAKITA, motor 6 HP.	Bristol	94,00	188,00
Total						**2.923,92**

Lote – 02 - Serviço						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Especificação dos Produtos**	**Marca**	**R$ Unit.**	**R$ Total**

1.1	horas	60	Serviços de manutenção preventiva e corretiva de máquinas roçadeiras, cortadeiras de grama, motorserra e motobomba, em horas técnicas de mão de obra.	AG	92,67	5.560,20
Total						**5.560,20**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n°. 10.520/2002, Decreto Municipal n°. 071/2013 e Lei 8.666/1993.
DA VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 12 de Setembro de 2017.
FORO: Comarca de Maringá, Paraná.

Ivatuba/PR, 12 de Setembro de 2017.

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:FEEAE187

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 039/2017-PMI

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 061/2017-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Rregistro de preços para Contratação de pessoa jurídica para Prestação de Serviços de dedetização, limpeza e desinfecção de caixas d'água nos prédio públicos e termonebulização de bocas de lobo e desinsetização de fossas e caixas de gordura para controle de pragas no Município de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, e conforme especificações nos autos do processo de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 057/2017-PMI.

FORNECEDORES: Lotes único: **DEMOTAY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO – EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **03.894.550/0001-90**.

PREÇOS REGISTRADOS:

Lote único – Prestação de serviços						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Descrição do produto**	**Marca**	**R$ Máximo Unitário**	**R$ Máximo Total**
1.1	m²	30.000	Dedetização.	SYNGENTA	0,45	13.500,00
1.2	litro	100.000	Limpeza e desinfecção de caixas d'água.	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12% BEL	0,09	9.000,00
1.3	undd	500	Termonebulização de bocas de lobo.	SYNGENTA	9,00	4.500,00
1.4	undd	2.000	Desinsetização de fossas e caixas de gorduras.	SYNGENTA	9,00	18.000,00
Total						**45.000,00**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n°. 10.520/2002, Decreto Municipal n°. 071/2013 e Lei 8.666/1993.
DA VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 12 de Setembro de 2017.
FORO: Comarca de Maringá, Paraná.

Ivatuba/PR, 12 de Setembro de 2017.

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:1B17C71C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA AGENDAMENTO DE COMPROMISSOS DE CLIENTES

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA E CAMARA MUNICIPAL DA LAPA , PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PARTE DA CAIXA SOB AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESPECIFICADAS.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pelo Decreto-Lei n° 759, de 12/08/1969, alterado pelo Decreto-Lei n° 1.259, de 19/02/1973, constituída pelo Decreto n° 66.303, de 06/03/1970, regendo-se por seu atual estatuto aprovado pelo Decreto n° 7.973, de 28 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 1 de abril de 2013, inscrita no CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4 - Brasília/DF, por seu representante legal ao fim assinado, doravante designada **CAIXA**, e do outro lado a CAMARA MUNICIPAL DA LAPA, com Sede/Filial na cidade de LAPA, AL DAVID CARNEIRO, PR nº SN, inscrita no CNPJ sob o nº 00.402.320/0001-78, neste ato representado por ARTHUR BASTIAN VIDAL, CPF 036.304.25-84 e RG 89316235, ACYR HOFFMANN, CPF 818.845.839-20 e RG 57594870, doravante designada **CONTRATANTE**, celebram o presente Contrato nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços pela **CAIXA** à **CONTRATANTE**, sob as condições abaixo especificadas, dos serviços cujas características constam nos anexos apensados a este Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - São obrigações da **CAIXA**:

I - Disponibilizar à **CONTRATANTE**, de acordo com as condições previstas na CLÁUSULA PRIMEIRA e anexos, os serviços objeto deste Contrato, respeitadas as normas operacionais.

II - Prestar todos os esclarecimentos necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição da **CONTRATANTE** por intermédio de sua Superintendência Regional e/ou Agência.

III - Comunicar tempestivamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração nas normas que regem os serviços objeto deste Contrato, tais como alteração de serviços, prazos de atendimento, tarifas, etc.

IV - Cumprir com as obrigações específicas de cada serviço previstas nos anexos referenciados na "Cláusula Primeira" e que fazem parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - São obrigações da **CONTRATANTE**:

I - A **CONTRATANTE** elaborará e transmitirá à **CAIXA** arquivo, através de tele-transmissão, contendo as informações para crédito/débito, no prazo de 03 (três) dias úteis anteriores à data prevista para o crédito/débito, salvo se houver definição em contrário disposta nos Anexos a este Contrato.

II - Os arquivos remetidos serão processados pela **CAIXA**, devendo utilizar, obrigatoriamente, o leiaute padrão FEBRABAN fornecido pela **CAIXA.**

III - A **CONTRATANTE** gerará o arquivo podendo contemplar várias datas de recebimento/pagamento.

IV - Os arquivos que eventualmente tenham previsão de crédito/débito em dia não útil serão considerados como vencíveis no próximo dia útil.

V – Referente ao compromisso **Folha Caixa Web**, são obrigações da **CONTRATANTE**:

a) Geração da folha de pagamento no IBC, de acordo com os serviços contratados, e transmissão via internet, mediante autorização por assinatura eletrônica.

b) Disponibilizar em sua conta corrente saldo disponível igual ou superior ao montante a ser creditado aos seus empregados, acrescido do valor da tarifa.

c) As folhas de pagamento para crédito em data atual (D+0), deverão ser autorizadas até às 15h00min.

d) A contratante poderá autorizar a folha de pagamento com antecedência máxima de até 60 dias da data do pagamento.

e) A CAIXA não se responsabilizará em nenhuma hipótese ou circunstância por atraso nos pagamentos de salários provocados pela inexatidão das informações prestadas pela contratante na folha de pagamento, limitando-se a efetuar o pagamento dos valores corretamente expressos nas folhas autorizadas em horário igual ou inferior às 15h00min.

f) Efetuar o pagamento de tarifa de serviço, por lançamento efetuado, na data do crédito dos salários.

g) Não utilizar o Folha Caixa Web para pagamento de verbas rescisórias.

h) Em caso de descumprimento da alínea g, a CAIXA não se responsabilizará em nenhuma hipótese ou circunstância por atraso no pagamento e o cliente contratante assume integral e exclusiva responsabilidade pelo atendimento dos prazos previstos na legislação trabalhista.

VI - A CAIXA não se responsabilizará em nenhuma hipótese ou circunstância por atraso nos créditos/débitos provocados pela inexatidão das informações constantes nos arquivos enviados pela CONTRATANTE, limitando-se a efetuar o pagamento/recebimento dos valores corretamente expressos nos arquivos entregues no prazo estipulado no item I da "Cláusula Terceira".

VII - A CAIXA estará isenta de responsabilidade no caso de arquivo entregue em prazo inferior ao estipulado no item I da "Cláusula Terceira" ou seus anexos, salvo nos casos em que houver autorização expressa para tal.

VIII - Efetuar o pagamento de tarifa de serviço, por lançamento efetuado, na data contratada, conforme valores e regras constantes nos anexos apensados a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - Em caso de prejuízo decorrente de falha, erro e/ou omissão de qualquer das partes, inclusive se provocada por seus empregados, funcionários ou servidores, bem como prestadores de serviço ou prepostos, caberá à parte que deu causa ao fato o imediato ressarcimento à parte prejudicada após o levantamento conjunto dos fatores, causas e valores, independentemente de outras providências ou responsabilizações, quer civis ou penais.

CLÁUSULA QUINTA - Caso a **CONTRATANTE** envie arquivos contendo serviços não contratados conforme anexos, os movimentos serão processados normalmente sendo cobrada tarifa conforme constante na Tabela de Tarifa de Serviços Bancários.
Parágrafo Único – Não se aplica ao compromisso **Folha Caixa Web**.

CLÁUSULA SEXTA - O presente Contrato tem prazo de vigência de 12 meses a partir da assinatura podendo ser renovado automaticamente.

Parágrafo Primeiro - Em caso de renovação automática, fica facultado à CAIXA promover a atualização monetária das tarifas dispostas nos Anexos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar.

Parágrafo Segundo - Qualquer alteração deste contrato firmado entre a **CONTRATANTE** e a CAIXA deverá ser efetuada por meio de Termo Aditivo.

Parágrafo Terceiro - Em função da assinatura deste Contrato, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

Parágrafo Quarto - A partir da assinatura deste contrato e seus anexos, a CONTRATANTE atesta que em nenhum momento a contratação dos serviços dispostos neste instrumento foi condicionada ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - Será facultado às partes a rescisão deste Contrato, a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito a outra parte e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, quando não será devido qualquer tipo de indenização ou compensações, exceto se houver, comprovadamente, registro de pendências a regularizar.

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo do acima exposto, constituem causa de rescisão imediata do presente contrato, de pleno direito e sem qualquer prazo de antecedência, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a parte que der causa à rescisão pelos prejuízos causados a outra, os seguintes eventos:

• Descumprimento de qualquer cláusula, norma, condição ou obrigação prevista neste instrumento e seus anexos.

• Prática dolosa de qualquer ação ou deliberada omissão da CONTRATANTE, visando à obtenção de vantagens ilícitas por meio da utilização dos serviços previstos neste Contrato.

• Violação dolosa de quaisquer normas legais, bancárias ou de órgãos controladores.

Parágrafo Segundo - Os arquivos recepcionados e processados serão finalizados pela CAIXA desde que as datas de débito/crédito estejam agendadas dentro do período máximo de 30 (trinta) dias após a comunicação escrita da denúncia, exceto para os casos dispostos no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro - A rescisão contratual, seja por motivo de descumprimento de qualquer cláusula/obrigação ou por desinteresse de uma das partes, não impede a **CONTRATANTE** de continuar mantendo junto à CAIXA sua conta de livre movimentação.

CLÁUSULA OITAVA - Para dirimir quaisquer questões que decorram direta ou indiretamente deste instrumento, fica eleito o foro correspondente ao da Sede da Seção Judiciária da Justiça Federal com jurisdição sobre esta localidade.

E, por estarem assim de pleno acordo com as cláusulas, termos e condições deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas adiante qualificadas, para um só efeito.

LAPA , 04 de SETEMBRO de 2017

Local/data

CPF: 036.304.25-84
CPF: 818.845.839-20

Assinatura da Contratante	Assinatura da Contratante
Nome:	NOME:
ARTHUR BASTIAN VIDAL	ACYR HOFFMANN

Assinatura, Sob Carimbo, do Funcionário da Caixa

TESTEMUNHAs:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Modelo a ser utilizado para contratos abrangidos pelas Resoluções CMN no. 3402 e 3424 - Conta Salário
Anexo V
Dados do compromisso

Nome do compromisso	Código do compromisso		
	Convênio	Tipo	Compromisso
CAMARA MUNICIPAL DA LAPA	104482	0007	0001

Contas Correntes para Débito do Compromisso

Agência	Nome da agência	Operação	Número	DV
393	LAPA	006	108	0

Conta Corrente para Débito da Tarifa

Agência	Nome da agência	Operação	Número	DV
0393	LAPA	006	108	0

Serviços Contratados

Forma de pagamento	Tarifa contratada
( ) DOC	R$
( ) OP	R$
(X) Crédito em conta	R$ 0,66
( ) TED	R$
Forma de Transmissão e Recepção	
1) Via VAN; 2) Via Transmissão Direta; 3) Via SITE.	
Forma de Notificação	
1 1) Não Emite Aviso; 2) Aviso para o Remetente; 3) Aviso para o Favorecido; 4) Aviso Remetente e Favorecido; 5) Aviso Favorecido e 2 vias Remetente.	
Formato de Arquivo	
1) Leiaute Febraban 150; 2) Leiaute Febraban 240.	
Origem	
1) Aplicativo Caixa; 2) Aplicativo Próprio.	
Retorno do Agendamento	
2 1) Arquivo; 2) Sem retorno; 3) Relatório Papel; 4) Arquivo e Relatório Papel.	
Forma de Débito da Conta Compromisso	
3 1) Débito c/ Float; 2) Débito c/ Lib Manual; 3) Débito On-line c/ bloqueio.	
Forma de Lançamento na Conta Compromisso	
LANÇAMENTO DETALHADO	
Tipo de Débito / Crédito de Terceiros	
DÉBITO/CRÉDITO ÚNICO	
Forma de Retorno	
1 1) Nenhum; 2) Por NSA; 3) Por data de Movimento Agendado; 4) Por período.	
Forma de Envio Cobrança da Tarifa	
1 1) Automático; 2) Manual.	
Regra de Cobrança de Tarifa	
CONTRATANTE	
Canal de Entrada	
EXTERNO	
Emissão de Documentos	
1 1) Nenhum; 2) Contracheque.	
Forma de Disponibilização de Documentos	
1 1) Autoatendimento e Internet Banking CAIXA; 2) Correio.	
Comprovante de Pagamento	
2 1) Com comprovante; 2) Sem comprovante.	
Retorno Crítica em D-0	
1 1) Nenhum; 2) Rejeitados; 3) Incluídos e Rejeitados.	
Float de Débito do Agendamento	
0 dia(s).	
Float de Débito da Tarifa	
0 dia(s).	
Outras condições	

1 - Os serviços objeto do presente anexo ao Contrato Principal, com o detalhamento do quadro "Serviços Contratados", consistem no processamento, pela CAIXA, de créditos provenientes de folha de pagamento gerada pela CONTRATANTE, lançados na conta dos empregados em contrapartida à efetivação de débito na conta da CONTRATANTE.

1.1 - Por empregados da CONTRATANTE entende-se cada pessoa que mantém vínculo de remuneração com a CONTRATANTE, seja vencimento, salário, subsídio ou proventos, denominados, doravante, para efeitos deste instrumento, CREDITADO.

1.2 - O serviço "Comprovante de Pagamento" é opcional e consiste no envio à CONTRATANTE de um código, em arquivo retorno, que representa a Autenticação do Pagamento, conforme leiaute de arquivo fornecido pela CAIXA à CONTRATANTE.

1.3 - O serviço "Retorno crítica em D-0" é opcional e consiste no envio de arquivo eletrônico à CONTRATANTE com a crítica dos registros recebidos para processamento na CAIXA, informando se os mesmos foram acatados para processamento ou rejeitados, na mesma data de recebimento do arquivo remessa enviado pela CONTRATANTE.

1.3.1 - Caso o arquivo remessa seja enviado à CAIXA após o horário limite para processamento o arquivo retorno de crítica dos registros é enviado à CONTRATANTE no dia útil subseqüente.

2 - O compromisso Folha Caixa Web destina-se a contratante que possua até 150 empregados.

2.1 - O Folha CAIXA Web não deve ser utilizado para pagamento de verbas rescisórias.

3 - Compete ao CREDITADO escolher, a seu critério exclusivo, a agência da CAIXA em que abrirá sua conta, podendo mudá-la na vigência deste contrato, desde que faça o comunicado à CONTRATANTE.

4 - A abertura da conta do CREDITADO será feita pela CAIXA mediante encaminhamento pela CONTRATANTE de arquivo, de acordo com leiaute fornecido pela CAIXA, contendo as informações dos CREDITADOS, sendo informado, no mínimo, nome completo, número do documento de identidade e número no cadastro de pessoas físicas (CPF), ficando a CONTRATANTE responsável pela identificação dos CREDITADOS.

4.1 – A conta a ser aberta em nome do CREDITADO é do tipo conta destinada ao registro e controle do fluxo de recursos – Conta Salário – movimentada preferencialmente por meio de cartão magnético.

4.2 – A CAIXA se compromete a informar ao CREDITADO acerca da abertura da conta de registro e controle, utilizando-se de qualquer meio de comunicação disponível.

5 – A CONTRATANTE é responsável por informar à CAIXA a eventual exclusão do CREDITADO de seus registros, quando da realização do último pagamento realizado.

6 – A CAIXA se compromete a efetuar os créditos de vencimento, salário, subsídios ou proventos em contas mantidas em outras instituições bancárias, desde que exista por parte do CREDITADO, manifestação expressa por escrito ou mediante a utilização de meio eletrônico legalmente aceito.

7 – o creditadO terá isenção das tarifas na conta de registro e controle no que diz respeito a:

- eventual fornecimento de cartão magnético, exceto nos casos estabelecidos pelo Art. 1, inciso II da Resolução 2303/96, com a redação dada pelo Art. 2 da Resolução 2747/2000;

- realização de até cinco saques, por evento de crédito;

- acesso por meio de terminais de auto-atendimento ou diretamente no guichê de caixa, a 2 consultas mensais de saldo;

- fornecimento, por meio de terminais de auto-atendimento ou diretamente no guichê de caixa, a 2 extratos contendo toda a movimentação da conta nos últimos trinta dias;

- manutenção da conta, inclusive no caso de não movimentação;

- ressarcimento pelos custos relativos a prestação de serviço à CONTRATANTE, inclusive pela efetivação do crédito respectivo.

8 - A adesão dos CREDITADOS aos termos deste contrato dar-se-á por ocasião da solicitação de abertura de conta, investindo-se, nesse ato, a CONTRATANTE, de poderes para representá-los.

9 - A CONTRATANTE elaborará e transmitirá à CAIXA arquivo, por meio de teletransmissão, com as informações para crédito com a antecedência mínima estipulada no quadro "Serviços Contratados".

9.1 - Os arquivos de folha de pagamento remetidos serão processados pela CAIXA, devendo respeitar, obrigatoriamente, o leiaute padrão FEBRABAN fornecido pela CAIXA.

9.2 - Os arquivos que, eventualmente, tenham previsão de crédito em dia não útil serão considerados como vencíveis no próximo dia útil.

10 - A CAIXA não se responsabilizará, em nenhuma hipótese ou circunstância, pelos valores contidos nos arquivos, nem por atraso nos créditos provocados pela inexatidão das informações, limitando-se a efetuar o pagamento/crédito dos valores nas contas corretamente expressas.

10.1 - A CAIXA estará isenta de responsabilidade no caso de arquivo entregue em prazo inferior ao estipulado no quadro "Serviços Contratados".

11 - No prazo previsto no quadro "Serviços Contratados", a CONTRATANTE deverá disponibilizar em sua conta saldo disponível igual ou superior ao montante a ser CREDITADO aos seus empregados, acrescido do valor da tarifa.

11.1 - Sendo efetuada pela CONTRATANTE a disponibilização de recursos por cheque ou DOC, o montante somente será considerado disponível após a compensação destes documentos.

12 - A CAIXA somente reverterá em favor da CONTRATANTE os créditos efetuados na conta bancária dos CREDITADOS, mediante solicitação por escrito e fundamentada da CONTRATANTE, desde que exista saldo disponível e a CONTRATANTE apresente a autorização de débito do CREDITADO, conforme exigido pela CAIXA.

12.1 - Quando da necessidade de reversão de crédito efetuados a título de salário/provento a CONTRATANTE deverá coletar, em nome da CAIXA, às suas expensas a respectiva "Autorização para Débito em Conta" assinada pelo CREDITADO, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: nome completo e assinatura do Cliente, número da Agência e da conta a ser debitada, valor e data do débito a ser efetuado, especificação do motivo para o estorno. A autorização acima referida deverá ser obtida de todos os titulares, quando se tratar de conta conjunta tipo "E" (não solidária).

12.2 - Caso haja contestação da autorização por parte do CREDITADO, a CAIXA poderá, a seu exclusivo critério, efetuar o estorno dos lançamentos já efetivados, debitando, na conta da CONTRATANTE, além do valor envolvido propriamente dito, todos os encargos decorrentes da efetivação do débito reclamado.

12.3 - A CONTRATANTE está ciente de que deverá cobrar diretamente do creditado o valor do estorno, na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior.

13 - Em razão dos serviços prestados nos termos deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CAIXA tarifa de serviços bancários, cujo valor está previsto no quadro "Serviços Contratados".

13.1 - A tarifa será debitada na conta para débito da tarifa de acordo com as instruções expressas no quadro "Serviços Contratados".

13.2 - O valor total das tarifas corresponderá à quantidade de lançamentos processados pela CAIXA, independentemente da efetivação dos créditos.

13.2.1 – Para o compromisso Folha Caixa Web a tarifa será cobrada por lançamento efetivamente realizado e debitada na conta corrente da convenente em D+0, após o processamento da folha.

13.3 - Fica facultado à CAIXA promover a atualização monetária das tarifas dispostas no quadro "Serviços Contratados" pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar, quando da renovação automática do contrato.

13.4 - Sobre os arquivos enviados a título de estorno também incidirá tarifação, bem como sobre arquivos redisponibilizados por qualquer motivo originado na Empresa CONTRATANTE ou a pedido desta.

13.4.1 – Para o contrato Folha Caixa Web será permitido o cancelamento da folha no máximo em D-1 (dia anterior) da data prevista para o crédito.

13.5 - A CONTRATANTE pagará, por estorno efetuado, a mesma tarifa contratada para os lançamentos de crédito e no mesmo prazo.
14 – Nenhuma importância será devida pela CAIXA à CONTRATANTE a título de juros e/ou correção monetária sobre os valores depositados previamente a data da efetivação dos créditos.

15 - Qualquer alteração deste contrato firmado entre o CONTRATANTE e a CAIXA deverá ser efetuada por meio de Termo Aditivo.

16 - O prazo de duração do presente anexo é indeterminado e as regras de rescisão encontram-se dispostas no contrato principal.

LAPA , 04 de SETEMBRO de 2017

Local/Data

Assinatura do Contratante

Assinatura do Contratante

Assinatura, sob carimbo, do Funcionário da CAIXA.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3E315010

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL CONFORME ART. 15, §2º DA LEI 8.666/93 EXTRATO ARP 073/2017

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2017 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2017-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: F A SOUZA - SOM ME

OBJETO: Registro de Preços, para contratação de empresa para eventual realização de divulgação de propagandas em carro de som, no perímetro urbano do Município de Loanda, de informativos e campanhas de interesse da comunidade, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Educação e Cultura, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Trabalho e Serviço Social, Esportes Lazer e Turismo, Indústria Comércio e Agricultura e Planejamento, do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E EVENTOS DO GOVERNO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE SONORIZAÇÃO VOLANTE EM CARRO DE SOM APROPRIADO NAS VIAS PÚBLICAS, COM PRODUÇÃO DE TEXTOS E MOTORISTA INCLUSOS.	HORAS	800	35,00	28.000,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.
PRAZO DE EXECUÇÃO: O objeto da presente licitação deverá ser efetuado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação. Será de encargo da empresa contratada a gravação dos textos a serem divulgados e as demais despesas oriundas para a realização da execução dos serviços.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 19 de junho de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA
F A Souza – Som ME.

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:B2D10DF7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL CONFORME ART. 15, §2º DA LEI 8.666/93 EXTRATO ARP 074/2017

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2017 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2017-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: M. RIBEIRO DE CARVALHO TAVARES – AUTO ELÉTRICA ME

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição acumuladores elétricos de chumbo-ácido (bateria automotivas) de primeira linha, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Trabalho e Serviço Social, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Agricultura, Planejamento e Esportes Lazer e Turismo, do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Descrição	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	BATERIA AUTOMOTIVA DE CHUMBO-ÁCIDO COM CAPACIDADE DE 48 AMPÉRES, 12 VOLTS, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	AC DELCO	UN	5	349,00	1.745,00
2	BATERIA AUTOMOTIVA DE CHUMBO-ÁCIDO COM CAPACIDADE DE 60 AMPÉRES, 12 VOLTS, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	AC DELCO	UN	40	406,00	16.240,00
3	BATERIA AUTOMOTIVA DE CHUMBO-ÁCIDO COM CAPACIDADE DE 70 AMPÉRES, 12 VOLTS, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	AC DELCO	UN	10	475,00	4.750,00
4	BATERIA AUTOMOTIVA DE CHUMBO-ÁCIDO COM CAPACIDADE DE 75 AMPÉRES, 12 VOLTS, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	AC DELCO	UN	10	614,00	6.140,00
5	BATERIA AUTOMOTIVA DE CHUMBO-ÁCIDO COM CAPACIDADE DE 90 AMPÉRES, 12 VOLTS, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	AC DELCO	UN	20	616,00	12.320,00
6	BATERIA AUTOMOTIVA DE CHUMBO-ÁCIDO COM CAPACIDADE DE 95 AMPÉRES, 12 VOLTS, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	AC DELCO	UN	3	661,00	1.983,00
7	BATERIA AUTOMOTIVA DE CHUMBO-ÁCIDO COM CAPACIDADE DE 100 AMPÉRES, 12 VOLTS, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	AC DELCO	UN	10	614,00	6.140,00
8	BATERIA AUTOMOTIVA DE CHUMBO-ÁCIDO COM CAPACIDADE DE 150 AMPÉRES, 12 VOLTS, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	AC DELCO	UN	20	851,00	17.020,00
9	BATERIA AUTOMOTIVA DE CHUMBO-ÁCIDO COM CAPACIDADE DE 170 AMPÉRES, 12 VOLTS, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	AC DELCO	UN	25	939,00	23.475,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues e instalados no Pátio de Máquinas do Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 19 de junho de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

MARILA RIBEIRO DE CARVALHO TAVARES
M. Ribeiro de Carvalho Tavares – Auto Elétrica ME.

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:C22AD1A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE MALLET
LEI Nº 1165/2013 CONSOLIDADA

LEI MUNICIPAL Nº 1165/2013
CONSOLIDADA

Súmula: Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de Mallet- PR, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mallet APROVOU e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:

TITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 0 - Esta Lei estabelece as diretrizes para o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores do Poder Legislativo do Município de Mallet - PR, integrado por cargos de provimento em comissão e efetivos classificados na forma desta Lei:
Parágrafo Único — O Plano de Carreira, Cargos e Salários de que trata o "Caput" deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade dos trabalhos de Assessoria Técnica e Administrativos.
Art. 20 - O Regime Jurídico dos servidores é o Estatutário Municipal sendo o Regime Previdenciário o RGPS — Regime Geral da Previdência Social.

TITULO II
DOS CONCEITOS
Art. 30 - Para efeito da aplicação desta Lei, considera-se:

I - **Plano de Carreira:** Conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos e a remuneração.
II - **Carreira:** Agrupamento de cargos integrantes do Plano de Cargos e Remuneração, observada a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional.
III - **Cargo:** Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas aos profissionais, previstas no plano de carreira e remuneração, de acordo com a área de atuação e formação profissional.
IV - **Categoria Funcional:** Conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.
V - **Vencimento:** Retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, correspondente ao padrão fixado em Lei.
VI - **Remuneração:** Vencimento mais as vantagens atribuídas em Lei.
VII - **Grupo Ocupacional:** Conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.
VIII - **Referência:** Graduação horizontal ascendente, existente em cada classe.
IX - **Progressão Funcional:** Deslocamento do servidor nas referências contidas no seu cargo.
X - **Enquadramento:** Atribuição de novo cargo, grupo, nível e referência ao servidor levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado.
XI - **Classe:** É o conjunto de cargos da mesma natureza.
XII - **Função:** É a atribuição ou conjunto de atribuições conferidas a cada categoria funcional, ou individualmente a determinados servidores, para a execução de serviços eventuais.
XIII - **Quadro de Pessoal:** Conjunto de cargos de provimento em comissão e efetivos.
XIV - **Função Gratificada:** Valor atribuído ao servidor efetivo que desempenhar funções de maior grau de responsabilidade, serviços extraordinários ou outros não decorrentes de seu cargo, para os quais não há necessidade de criação de um cargo em comissão.

TITULO III
DA ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO DE CARREIRA

Art. 40 - O Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do Município de Mallet será constituído de:

I - Cargos de Provimento em Comissão;
II - Cargos de Provimento Efetivo;
III - Tabelas de Vencimentos;
IV- Enquadramento.

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

~~I - Direção Geral~~
~~I - Diretor Administrativo (Redação dada pela Lei nº 1227, de 2015)~~
I – Diretor Administrativo – DA (Redação dada pela Lei nº 1309, de 2017)
~~II - Diretor Administrativo~~
~~II - Assessoramento Técnico Profissional – ATP – cargo em extinção (Redação dada pela Lei nº 1227, de 2015)~~
II – Assessoramento Técnico Profissional – ATP (Redação dada pela Lei nº 1309, de 2017)

~~III - Assessoramento Técnico Profissional – ATP~~	
III – Assessor Parlamentar – AP (Incluído pela Lei nº 1309, de	
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO	2017)
I – Advogado – ADV;	
II – Contador – CONT;	
III - Serviços Gerais – SG;	
IV – Controlador Interno – CT; (Incluído pela Lei nº 1227, de 2015)	
V - Secretário - SEC. (Incluído pela Lei nº 1227, de 2015)	

Art. 50 - Cada Grupo Ocupacional, abrangendo as categorias funcionais, compreende:
~~I - DIREÇÃO GERAL - DG: Os cargos de Direção Geral, cujo provimento é em comissão, são regidos pelo critério de confiança e são inerentes às atividades de Planejamento, Administração, Coordenação e Controle.~~
I - **DIREÇÃO GERAL - DG:** O cargo de Direção Geral será exercido pela mesa diretora, são inerentes as atividades de Planejamento, Administração, Coordenação e Controle. (Redação da Lei nº 1227, de 2015)
~~II - DIREÇÃO ADMINISTRATIVA - DA: Os cargos de Direção Administrativa, cujo provimento é em comissão são regidos pelo critério de confiança, são inerentes às atividades de Planejamento, Administração e Finanças.~~
II - **DIREÇÃO ADMINISTRATIVA - DA:** O cargo de Direção Administrativa, em atividades de nível superior nas áreas de ciências e humanas, cujo provimento é em comissão sendo regido pelo critério confiança, são inerentes as atividades de Planejamento, Administração e Finanças. (Redação da Lei nº 1227, de 2015)
III – **ASSESSORAMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL - ATP:** os cargos de atividades Técnicas de Nível Médio e Superior, cujo provimento em comissão, é regido pelo critério de confiança, e são inerentes às atividades técnicas compreendidas nas áreas de ciência e tecnologia, comunicações e ciências humanas.

IV – **ADVOGADO - ADV:** Cargo efetivo de assessoramento em atividades de nível superior, em atividades inerentes a atividade técnica compreendida nas áreas humanas.
V – **CONTADOR – CONT:** Cargo efetivo de assessoramento em atividades de nível superior, em atividades inerentes a atividade técnica compreendida nas áreas de Ciências.
VI - **SERVIÇOS GERAIS - SG:** Este grupo inclui ocupações manuais, com grau de destreza manual e inerente às atividades auxiliares de apoio administrativo em geral, atividades operacionais de conservação de bens e instalações, serviços de limpeza e desinfecção etc.
VII - **CONTROLADOR INTERNO – CT:** cargo efetivo de assessoramento em atividades de nível superior, em atividades inerentes a atividade técnica compreendida nas áreas de Ciências e humanas. (Incluído pela Lei nº 1227, de 2015)
VIII – **SECRETÁRIO – SEC:** Cargo efetivo de assessoramento em atividades de nível superior, em atividades inerentes a atividade técnica compreendida nas áreas de Ciências, humanas e comunicações. (Incluído pela Lei nº 1227, de 2015)
IX - **ASSESSOR PARLAMENTAR – AP:** O cargo de Assessor Parlamentar, em atividades de nível médio, cujo provimento é em comissão sendo regido pelo critério confiança, são inerentes as atividades de Assessoramento. (Incluído pela Lei nº 1309, de 2017)

CAPITULO I
DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Art. 60 - O Quadro de Pessoal de que trata este Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo é composto pelos cargos de provimento em comissão e efetivos, criados com os respectivos, fixados nos Anexos I a III da presente Lei.
§ 10 - A Tabela de vencimentos dos cargos de provimento em comissão, é a constante no anexo II da presente Lei.
§ 20 - Os cargos efetivos de que trata o "caput" deste artigo estão especificados e classificados no Anexo III. Parte integrante da presente Lei.
Art. 70 - Os cargos de provimento efetivo referente aos Grupos Ocupacionais, tem as respectivas atribuições e habilitações profissionais estabelecidas na forma constante do Anexo IV, parte integrante da presente Lei.
~~Art. 80 - A Nomeação ou designação para os cargos dos Grupos Direção Geral, Direção Administrativa e Assessoramento Técnico Profissional, se fará diretamente pela denominação prevista nesta Lei, através de ato do Presidente do Poder Legislativo.~~
Art. 80 - A Nomeação ou designação para o cargo de Direção Administrativa se fará diretamente pela denominação prevista nesta Lei, através de ato do Presidente do Poder Legislativo. (Alterado pela Lei nº 1227, de 2015)

CAPÍTULO II
DA ESCALA DE REFERÊNCIAS

Art. 90 - Os vencimentos dos servidores serão parametrizados de acordo com as escalas de referência, segundo as categorias funcionais em que serão enquadrados, e de acordo com as tabelas constantes do Anexo VI, que faz parte integrante da presente Lei.
Parágrafo Único - A tabela isonômica dos servidores obedecerá a um crescimento linear de 3% (três por cento) na progressão horizontal por referência.

CAPITULO III
DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 10 - Ao Servidor ocupante de cargo efetivo, quando designado para exercer as funções de cargo em comissão, fará jus à percepção de gratificação equivalente a diferença entre seu cargo de origem e o cargo para o qual foi designado.
Art. 11 - Os valores das gratificações previstas por esta Lei não serão incorporadas ao valor do vencimento normalmente percebido pelo servidor, bem como não servirão de base para cálculo de qualquer outra vantagem.
Art. 12 - As funções gratificadas, privativas dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, são regidas pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração do Presidente do Poder Legislativo.

TITULO IV
CAPÍTULO I
DO INGRESSO

Art. 13 - A investidura na carreira de servidores do quadro efetivo dar-se-á por concurso público de provas e títulos, após atendidos os pré-requisitos definidos por esta Resolução.
Parágrafo Único — O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, prorrogáveis por mais dois, a critério da Presidência.
Art. 14 - O estágio probatório, tempo de exercício profissional ocorrerá entre a posse e a investidura permanente no cargo, e será de 03 (três) anos conforme disposto na Constituição Federal de 1988.
Parágrafo Primeiro: Que no prazo Máximo de 90(noventa) dias a contar da divulgação dos resultados de concurso público de admissão dos servidores do Poder Legislativo, será providenciada comissão de avaliação responsável pela avaliação do estágio probatório observadas a Legislação que o disciplina e normas do TCEPR, que terá como responsabilidade avaliar alguns requisitos para efetivação do servidor:
I - Assiduidade;
II - Dedicação;
III - Zelo no desempenho do cargo;
IV - Pontualidade;
V - Efetiva comprovação de conhecimentos técnicos inerentes à atividade exercida;
VI - Presteza no atendimento ao público.
Parágrafo segundo: Que as avaliações do estágio probatório que tratam o parágrafo anterior serão realizadas semestralmente.
Art. 15. Os casos omissos não tratados por esta Resolução, referentes ao Estágio Probatório dos servidores da Câmara, serão regulamentados por Atos pertinentes.

CAPITULO II
DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES

Art. 16 - Os Servidores serão enquadrados nos respectivos cargos, em classe e referência constantes do Anexo VI, acrescentando-se uma referência a cada três (três) anos de efetivo exercício no serviço público Municipal de Mallet.
Parágrafo Único — O enquadramento não acarretará redução dos atuais vencimentos.

CAPITULO III
DAS VANTAGENS

Art. 17 - Ficam assegurados aos servidores do Poder Legislativo, todas as vantagens constantes na Lei Municipal que institui o Regime Jurídico Municipal, sem prejuízo das previstas nesta Lei.

CAPITULO IV
DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 18 — Será concedida Progressão Funcional ao servidor, levando em consideração o tempo de serviço efetivamente prestado.
§10 - A Progressão Funcional por tempo de serviço, ocorrerá a cada (três) anos de efetivo exercício no cargo.
§20 - Na Progressão funcional por tempo de serviço, o avanço de cada referência corresponde à incorporação no vencimento básico equivalente a 3% (três por cento).

CAPITULO V
DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 19. Poderão ser concedidas Funções Gratificadas a servidores que forem designados para funções de maior responsabilidade ou complexidade, que serão nos valores constantes do Quadro de Funções Gratificadas, Anexo VI desta Lei e serão calculados sobre o vencimento básico.
Parágrafo Único. Por seu caráter precário as gratificações não se incorporam aos vencimentos nem serão utilizadas como base de cálculos para outras verbas, salvo férias, horas extras e gratificação natalina.
Art. 20. A percepção de Função Gratificada, a qualquer título, condiciona-se a expedição de Ato do Presidente da Câmara.

CAPITULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 21 - As atribuições para os cargos será a seguinte:

I - CARGOS EFETIVOS

- SERVIÇOS GERAIS: SG: Serviços gerais pertinentes à área de limpeza e conservação do prédio da Câmara Municipal, inclusive do jardim e demais serviços pertinentes.
~~- **ADVOGADO: ADV:** Compete coordenar as atividades do setor contencioso, do setor jurídico da Câmara Municipal, emitir pareceres jurídicos nos Projetos de Lei; executar os trabalhos de contencioso judicial e administrativo; executar determinações estabelecidas pelo Presidente da Câmara, órgãos de direção e tudo o mais inerente aos encargos legais e atribuições pelo mesmo delegadas, entre outras atividades correlatas. Elaborar Projetos de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos; emitir parecer jurídico sobre as matérias quando solicitado pelo Presidente e demais membros da Mesa Diretora, Relatores das Comissões e Vereadores; representar a Câmara Municipal no foro em geral, judicial ou extrajudicial, em que for parte como ré, autora, assistente ou oponente; realizar estudos e pesquisas jurídicas no atendimento aos Vereadores; elaborar minutas de contratos de serviços e compras; fazer acompanhamento judicial ou extrajudicial nos processos em que a Câmara Municipal for parte interessada.~~
- ADVOGADO: ADV: Compete coordenar as atividades do setor contencioso, do setor jurídico da Câmara Municipal, emitir pareceres jurídicos nos Projetos de Lei; executar os trabalhos de contencioso judicial e administrativo; executar determinações estabelecidas pelo Presidente da Câmara, órgãos de direção e tudo o mais inerente aos encargos legais e atribuições pelo mesmo delegadas, entre outras atividades correlatas. Elaborar Projetos de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos; emitir parecer jurídico sobre as matérias quando solicitado pelo Presidente e demais membros da Mesa Diretora, Relatores das Comissões e Vereadores; representar a Câmara Municipal no foro em geral, judicial ou extrajudicial, em que for parte como ré, autora, assistente ou oponente; realizar estudos e pesquisas jurídicas no atendimento aos Vereadores; elaborar minutas de contratos de serviços e compras; fazer acompanhamento judicial ou extrajudicial nos processos em que a Câmara Municipal for parte interessada. Orientar, organizar e participar das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes. (Redação dada pela Lei nº 1227, de 2015)
~~- **CONTADOR: CONT:** Organizar e executar trabalhos inerentes a contabilidade pública da Câmara Municipal; manter controle e guarda de valores e documentação contábil; apurar os elementos necessários ao controle financeiro e patrimonial da Câmara. Realizar auditorias; elaborar as prestações de contas, fazer balancetes mensais e o balanço geral. Executar outras tarefas inerentes, elaborar processos e registros contábeis da receita e despesa; acompanhar e controlar os resultados da gestão financeira; contabilizar analiticamente a receita e a despesa, de acordo com os documentos comprobatórios, organizar balancetes, balanços e outros demonstrativos contábeis; emitir empenhos; controlar e registrar todos os demais documentos de natureza financeira e contábil; promover, atualizar e fiscalizar a execução orçamentária; providenciar a proposta orçamentária; solicitar créditos; coordenar e controlar as prestações de contas, atender as instruções e exigências dos órgãos de fiscalização; realizar pagamentos devidamente autorizados; emitir, registrar e controlar os demais documentos de natureza financeira. Gerenciar juntamente com o Presidente os atos inerentes a movimentações bancárias seja pessoalmente ou através de sistema informatizado.~~
- CONTADOR: CONT: Organizar e executar trabalhos inerentes a contabilidade pública da Câmara Municipal; manter controle e guarda de valores e documentação contábil; apurar os elementos necessários ao controle financeiro e patrimonial da Câmara. Realizar auditorias; elaborar as prestações de contas, fazer balancetes mensais e o balanço geral. Executar outras tarefas inerentes, elaborar processos e registros contábeis da receita e despesa; acompanhar e controlar os resultados da gestão financeira; contabilizar analiticamente a receita e a despesa, de acordo com os documentos comprobatórios, organizar balancetes, balanços e outros demonstrativos contábeis; emitir empenhos; controlar e registrar todos os demais documentos de natureza financeira e contábil; promover, atualizar e fiscalizar a execução orçamentária; providenciar a proposta orçamentária; solicitar créditos; coordenar e controlar as prestações de contas, atender as instruções e exigências dos órgãos de fiscalização; executar as tarefas inerentes ao Departamento de Pessoal da Câmara Municipal, tais como: elaboração das folhas de pagamento tanto dos Vereadores, bem como dos Servidores do Legislativo Municipal, emitir guias de recolhimento de tributos e contribuições, além de apresentar as informações previdenciárias e trabalhistas referentes à Câmara Municipal e cumprir as Obrigações Fiscais e Acessórias exigidas por Lei. (Redação dada pela Lei nº 1227, de 2015)
- CONTROLADOR INTERNO: CT: fiscalizar e avaliar, quanto à legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e economicidade os controles da gestão orçamentária, financeira, contábil, administrativa, operacional e patrimonial dos órgãos da Câmara Municipal, bem como, a aplicação dos recursos públicos; realizar inspeções e auditorias internas para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos avaliando os resultados; informar aos titulares dos órgãos da estrutura da Câmara Municipal o resultado de auditorias, inspeções, análises e levantamentos procedidos pelo Controle Interno, atinente às respectivas unidades, para a promoção de medidas; analisar os relatórios e informações que sistematicamente sejam encaminhadas pelos órgãos e sujeitos ao Controle Interno; controlar a obediência aos limites

impostos pela legislação ao Poder Legislativo, nas questões orçamentarias, financeiras, administrativas e patrimoniais; cientificar o Presidente da Câmara Municipal, em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada; elaborar relatórios de controle interno; propor e coordenar a criação, atualização e utilização de manuais procedimentais e operacionais de Controle Interno; informar e apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional. (Incluído pela Lei 1227, de 2015)

- SECRETÁRIO - SEC: realizar serviços administrativos e burocráticos; receber, registrar, distribuir e controlar a movimentação de papéis e documentos nos órgãos e unidades da Câmara Municipal; registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar todas as publicações da Câmara Municipal; responsabilizar-se, quando solicitado, pela transcrição das atas das reuniões legislativas; realizar o serviço de arquivamento; realizar o serviço de recepção aos visitantes; expedir correspondências da Câmara Municipal, nos termos sugeridos pela Diretoria Administrativa; responsabilizar-se pela destinação de correspondências e informações aos Parlamentares, e setores administrativos em geral; executar outras tarefas correlatas ao cargo. Executar as atividades relativas à Tesouraria da Câmara Municipal, quais sejam realizar pagamentos devidamente autorizados; emitir, registrar e controlar os demais documentos de natureza financeira. Gerenciar juntamente com o Presidente os atos inerentes a movimentações bancárias seja pessoalmente ou através de sistema informatizado; executar serviços de natureza econômica, financeira e contábil; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; efetuar lançamentos contábeis e financeiros. (Incluído pela Lei 1227, de 2015)

II - CARGOS COMISSIONADOS

~~**- DIRETOR GERAL: DG:** Responsável por dirigir, coordenar e supervisionar os serviços da Câmara Municipal zelando pelo seu eficiente funcionamento, promover a realização das atividades referentes aos serviços de recrutamento, treinamento, controles ñlncionais e demais atividades da administração de pessoal; promover a execução das atividades referentes aos serviços de padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle de todo material utilizado pela Câmara; promover a execução das atividades relativas aos serviços de registro, inventário, proteção e conservação dos bens de uso da Câmara, determinar a manutenção do equipamento de uso geral da Câmara, bem como sua guarda e conservação; promover a execução de todas as atividades necessárias aos serviços parlamentares do Legislativo Municipal; responsável pelas atividades políticas e sociais do Presidente da Câmara Municipal; representar oficialmente o Presidente, sempre que para isso for necessário; compete assistir ao Presidente nas funções político-administrativas, cabendo lhe especialmente o assessoramento para os contatos com os demais Vereadores, com os munícipes, entidades e associações de classe; atender e fazer encaminhar os interessados aos órgãos competentes do legislativo, para atendimento ou solução de consultas e reivindicações; organizar audiências e atender ou fazer atender as pessoas que procurarem o Presidente; recepcionar visitantes oficiais da Câmara Municipal; registrar e controlar audiências públicas do Presidente; manter o Presidente informado sobre o noticiário de interesse do Legislativo e assessorá-lo em suas relações públicas, desempenhar as demais tarefas que lhe forem cometidas pelo Chefe do Legislativo. Responsável pela correspondência oficial da Câmara Municipal, compete a elaboração e destinação de toda correspondência emitida oficialmente pela Câmara e as recebidas, dar-lhes o encaminhamento correto; controlar a elaboração e emissão de todos os Projetos de Lei; de Decreto, de Resolução, Portarias baixadas pelo Legislativo, editais e demais proposições, dar-lhes a numeração sequencial e correta; controlar os projetos pautados, constando prazo para apreciação, adiamentos, aprovação ou rejeição e outros motivos de encerramento, para tramitação da matéria; controlar as matérias constantes das pautas das sessões; publicação dos atos oficiais; cuidar do arquivo e guarda de toda documentação sob sua responsabilidade, informando ao Presidente e demais Vereadores de todas as leis e decretos, seja do Governo Federal ou Estadual, de interesse do Legislativo. A este órgão compete ainda executar as atividades relacionadas à documentação, protocolo, arquivo, zeladoria e serviços plenários.~~

~~**- DIRETOR ADMINISTRATIVO: DA:** coordenar a administração de pessoal, material, comunicações internas e do patrimônio da Câmara, de acordo com a política administrativa adotada, dar execução às decisões de caráter administrativo, propor planos e programas relativos às matérias de sua competência, especialmente quanto a controle, manutenção, segurança e conservação dos bens móveis da Câmara, instituir as comissões de licitação, permanente e especiais, nos termos da legislação vigente, Coordenar e Executar os serviços administrativos; organizar e participar das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes; confeccionar atas, organizar e instruir expediente; administrar o patrimônio os bens de consumo e material permanente; prevenir falta de material adotando as medidas necessárias; organizar e manter atualizado o fichário funcional dos Vereadores e dos Servidores, averbando todas as alterações e ocorrências referentes a direitos e deveres; prestar serviços de apoio aos Vereadores, executar procedimentos licitatórios, cadastro de licitantes, enfim zelar pelo regular funcionamento de todos os serviços e demais atribuições administrativas. Assim como a Diretoria Geral, também é Responsável pela correspondência oficial da Câmara Municipal, compete a elaboração e destinação de toda correspondência emitida oficialmente pela Câmara e as recebidas, dar-lhes o encaminhamento correto; controlar a elaboração e emissão de todos os Projetos de Lei; de Decreto, de Resolução, Portarias baixadas pelo Legislativo, editais e demais proposições, dar-lhes a numeração sequencial e correta; controlar os projetos pautados, constando prazo para apreciação, adiamentos, aprovação ou rejeição e outros motivos de encerramento, para tramitação da matéria; controlar as matérias constantes das pautas das sessões; publicação dos atos oficiais; cuidar do arquivo e guarda de toda documentação sob sua responsabilidade, informando ao Presidente e demais Vereadores de todas as leis e decretos, seja do Governo Federal ou Estadual, de interesse do Legislativo. A este órgão compete ainda executar as atividades relacionadas à documentação, protocolo, arquivo, zeladoria e serviços plenários.~~

~~**- DIRETOR ADMINISTRATIVO: DA:** coordenar a administração de pessoal, material, comunicações internas e do patrimônio da Câmara, de acordo com a política administrativa adotada, dar execução às decisões de caráter administrativo, propor planos e programas relativos às matérias de sua competência, especialmente quanto a controle, manutenção, segurança e conservação dos bens móveis da Câmara, instituir as comissões de licitação, permanente e especiais, nos termos da legislação vigente, Coordenar e Executar os serviços administrativos; organizar e participar das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes; confeccionar atas, organizar e instruir expediente; administrar o patrimônio os bens de consumo e material permanente; prevenir falta de material adotando as medidas necessárias; organizar e manter atualizado o fichário funcional dos Vereadores e dos Servidores, averbando todas as alterações e ocorrências referentes a direitos e deveres; prestar serviços de apoio aos Vereadores, executar procedimentos licitatórios, cadastro de licitantes, enfim zelar pelo regular funcionamento de todos os serviços e demais atribuições administrativas. Assim como a Diretoria Geral, também é Responsável pela correspondência oficial da Câmara Municipal, compete a elaboração e destinação de toda correspondência emitida oficialmente pela Câmara e as recebidas, dar-lhes o encaminhamento correto; controlar a elaboração e emissão de todos os Projetos de Lei; de Decreto, de Resolução, Portarias baixadas pelo Legislativo, editais e demais proposições, dar-lhes a numeração seqüencial e correta; controlar os projetos pautados, constando prazo para apreciação, adiamentos, aprovação ou rejeição e outros motivos de encerramento, para tramitação da matéria; controlar as matérias constantes da pautas das sessões; publicação dos atos oficiais; cuidar do arquivo e guarda de toda documentação sob sua responsabilidade, informando ao Presidente e demais Vereadores de todas as leis e decretos, seja do Governo Federal ou Estadual, de interesse do Legislativo. A este órgão compete ainda executar as atividades relacionadas à documentação, protocolo, arquivo, zeladoria e serviços plenários. (Redação dada pela Lei 1227, de 2015)~~

- DIRETOR ADMINISTRATIVO: DA: coordenar a administração de pessoal, material, comunicações internas e do patrimônio da Câmara, de acordo com a política administrativa adotada, dar execução às decisões de caráter administrativo, propor planos e programas relativos às matérias de sua competência, especialmente quanto a controle, manutenção, segurança e conservação dos bens móveis da Câmara, instituir as comissões de licitação, permanente e especiais, nos termos da legislação vigente**,** Coordenar e Executar os serviços administrativos; organizar e participar das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes; confeccionar atas, organizar e instruir expediente; administrar o patrimônio os bens de consumo e material permanente; prevenir falta de material adotando as medidas necessárias; organizar e manter atualizado o fichário funcional dos Vereadores e dos Servidores, averbando todas as alterações e ocorrências referentes a direitos e deveres; prestar serviços de apoio aos Vereadores, executar procedimentos licitatórios, cadastro de licitantes, enfim zelar pelo regular funcionamento de todos os serviços e demais atribuições administrativas.

Assim como a Diretoria Geral, também é Responsável pela correspondência oficial da Câmara Municipal, compete a elaboração e destinação de toda correspondência emitida oficialmente pela Câmara e as recebidas, dar-lhes o encaminhamento correto; controlar a elaboração e emissão de todos os Projetos de Lei; de Decreto, de Resolução, Portarias baixadas pelo Legislativo, editais e demais proposições, dar-lhes a numeração seqüencial e correta; controlar os projetos pautados, constando prazo para apreciação, adiamentos, aprovação ou rejeição e outros motivos de encerramento, para tramitação da matéria; controlar as matérias constantes da pautas das sessões; publicação dos atos oficiais; cuidar do arquivo e guarda de toda documentação sob sua responsabilidade, informando ao Presidente e demais Vereadores de todas as leis e decretos, seja do Governo Federal ou Estadual, de interesse do Legislativo. A este órgão compete ainda executar as atividades relacionadas à documentação, protocolo, arquivo, zeladoria e serviços plenários. (Redação dada pela Lei 1309, de 2017)

~~- **ASSESSOR JURÍDICO: ATP:** vinculado ao Presidente do Poder Legislativo, responsável por atividades jurídicas de consultoria e assessoria de natureza jurídica ao Presidente competindo auxiliar o Presidente nos assuntos de natureza jurídica submetidos a sua apreciação, bem como dos demais Vereadores quando pelo Presidente for determinado; interpretação de atos normativos a serem cumpridos pelo presidente ou por servidores a ele vinculados; examinar previamente e emitir parecer e estudos técnicos sobre os projetos de lei, demais proposições e atos de gestão a serem apreciadas pelo Presidente; por determinação do presidente prestar assistência elou assessoramento técnico ao Advogado perante às comissões permanentes ou provisórias; prestar assistência na elaboração de minutas de contratos; elaboração de estudos e preparação de informações por solicitação do presidente; atender consultas de ordem jurídica que lhe forem encaminhadas pelo Presidente relativas ao Poder Legislativo, emitindo parecer a respeito, quando for o caso; prestar assessoramento técnico de ordem verbal ou escrita à prática de atos administrativos do Presidente da Câmara Municipal e auxiliá-lo diretamente nas sessões legislativas quanto a questões legais e regimentais; assessoramento ao presidente no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados; realizar exame prévio de edital de licitação, convênio, contrato ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados; opinar sobre assuntos relativos a reconhecimento de inexigibilidade ou pela dispensa de processo de licitação; assistir o Advogado do Legislativo em Juízo ou fora dele, quando este for autor, réu ou parte interessada, e executar tarefas afins, prestando subsídios e elementos que possibilitem a defesa da Câmara em juízo ou for dele, bem como na defesa dos atos do Presidente; ficando vedada a representação judicial da Câmara, exceto no caso auxílio do Advogado através de fornecimento de estudos técnicos.~~

~~- **ASSESSOR JURÍDICO: ATP: CARGO EM EXTINÇÃO:** vinculado ao Presidente do Poder Legislativo, responsável por atividades jurídicas de consultoria e assessoria de natureza jurídica ao Presidente competindo auxiliar o Presidente nos assuntos de natureza jurídica submetidos a sua apreciação, bem como dos demais Vereadores quando pelo Presidente for determinado; interpretação de atos normativos a serem cumpridos pelo presidente ou por servidores a ele vinculados; examinar previamente e emitir parecer e estudos técnicos sobre os projetos de lei, demais proposições e atos de gestão a serem apreciadas pelo Presidente; por determinação do presidente prestar assistência e/ou assessoramento técnico ao Advogado perante às comissões permanentes ou provisórias; prestar assistência na elaboração de minutas de contratos; elaboração de estudos e preparação de informações por solicitação do presidente; atender consultas de ordem jurídica que lhe forem encaminhadas pelo Presidente relativas ao Poder Legislativo, emitindo parecer a respeito, quando for o caso; prestar assessoramento técnico de ordem verbal ou escrita à prática de atos administrativos do Presidente da Câmara Municipal e auxiliá-lo diretamente nas sessões legislativas quanto a questões legais e regimentais; assessoramento ao presidente no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados; realizar exame prévio de edital de licitação, convênio, contrato ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados; opinar sobre assuntos relativos a reconhecimento de inexigibilidade ou pela dispensa de processo de licitação; assistir o Advogado do Legislativo em Juízo ou fora dele, quando este for autor, réu ou parte interessada, e executar tarefas afins, prestando subsídios e elementos que possibilitem a defesa da Câmara em juízo ou for dele, bem como na defesa dos atos do Presidente; ficando vedada a representação judicial da Câmara, exceto no caso auxílio do Advogado através de fornecimento de estudos técnicos. (Redação dada pela Lei nº 1227, de 2015)~~

- ASSESSOR JURÍDICO: ATP: vinculado ao Presidente do Poder Legislativo, responsável por atividades jurídicas de consultoria e assessoria de natureza jurídica ao Presidente competindo auxiliar o Presidente nos assuntos de natureza jurídica submetidos a sua apreciação, bem como dos demais Vereadores quando pelo Presidente for determinado; interpretação de atos normativos a serem cumpridos pelo presidente ou por servidores a ele vinculados; examinar previamente e emitir parecer e estudos técnicos sobre os projetos de lei, demais proposições e atos de gestão a serem apreciadas pelo Presidente; por determinação do presidente prestar assistência e/ou assessoramento técnico ao Advogado perante às comissões permanentes ou provisórias; prestar assistência na elaboração de minutas de contratos; elaboração de estudos e preparação de informações por solicitação do presidente; atender consultas de ordem jurídica que lhe forem encaminhadas pelo Presidente relativas ao Poder Legislativo, emitindo parecer a respeito, quando for o caso; prestar assessoramento técnico de ordem verbal ou escrita à prática de atos administrativos do Presidente da Câmara Municipal e auxiliá-lo diretamente nas sessões legislativas quanto a questões legais e regimentais; assessoramento ao presidente no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados; realizar exame prévio de edital de licitação, convênio, contrato ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados; opinar sobre assuntos relativos a reconhecimento de inexigibilidade ou pela dispensa de processo de licitação; assistir o Advogado do Legislativo em Juízo ou fora dele, quando este for autor, réu ou parte interessada, e executar tarefas afins, prestando subsídios e elementos que possibilitem a defesa da Câmara em juízo ou for dele, bem como na defesa dos atos do Presidente; ficando vedada a representação judicial da Câmara, exceto no caso auxílio do Advogado através de fornecimento de estudos técnicos. (Redação dada pela Lei nº 1309, de 2017)

- ASSESSOR PARLAMENTAR – AP: Compreende as funções de nível médio de assessoria técnica aos Vereadores, ao Diretor Administrativo da Câmara Municipal, ao Setor Jurídico e a Contabilidade da Câmara Municipal de Mallet – Paraná. Realizar, a pedido do Vereador, estudos e pesquisas, bem como assessorá-lo no exame de proposições de origem legislativa ou executiva; assessorar a elaboração de expedientes, correspondências e proposições em geral, mantendo informado, a respeito, o respectivo Vereador; realizar, a pedido do Vereador, estudos e pesquisas sobre assuntos abrangidos pela área de competência legislativa do Município; operacionalizar esboços de Indicações, Requerimentos, Pedidos de Informações, bem como outras proposições, elaborando a justificativa das mesmas; assessorar o Vereador na apreciação de proposições, tanto de origem legislativa como executiva; redigir, a pedido do Vereador, pronunciamentos a serem feitos pelo mesmo no plenário da Casa; assessorar o Vereador no exame de proposições que tramitarem em Comissão Permanente e/ou temporária da qual o mesmo faça parte; executar outras tarefas correlatas. (Incluído pela Lei nº 1309, de 2017)

DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 22 - Ficará autorizado o Poder Legislativo a proceder a contratação de estagiários, cujo contrato deverá ser firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por uma vez por igual período.

Art. 23 - A contratação de estagiários deverá ser firmada com a intermediação dos estabelecimentos de ensino, obedecida a Legislação em vigência;

Art. 24 - Poderão habilitar-se à contratação, estudantes que estejam cursando o Ensino Superior.

Art. 25 - A remuneração dos estagiários será de 01 (um) salário mínimo vigente no país, para carga horária de acordo com legislação vigente.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 26 - Os reajustes salariais dos servidores do Poder Legislativo obedecerão aos limites legais e constitucionais, apurado anualmente, pelo índice oficial INPC - IBGE ou o que venha a substituí-lo.

Alt. 27 - O Presidente do Poder Legislativo expedirá os atos necessários à plena execução das disposições da presente Lei.

Art. 28 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de OI de janeiro de 2014, revogadas todas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara, 31 de dezembro de 2013.

ROGÉRIO DA SILVA ALMEIDA
Prefeito Municipal

*Esta Lei é de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara

Anexos dado pela Lei 1309, de 2017
ANEXO I
CARGOS COMISSIONADOS

GRUPO: DIREÇÃO

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	Nº DE VAGAS
DA	Diretor Administrativo	**01**	**01**

Carga horária: 40 horas semanais.

GRUPO: ASSESSORAMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	Nº DE VAGAS
ATP-1	Assessor Jurídico	**01**	**01**

Carga horária: 20 horas semanais

GRUPO: ASSESSORAMENTO TÉCNICO

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	Nº DE VAGAS
AP-1	Assessor Parlamentar	**01**	**01**

Carga horária: 40 horas semanais

ANEXO II
TABELA DE VENCIMENTOS
GRUPO: DIREÇÃO

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	VENCIMENTOS
DA	Diretor Administrativo	5.510,97

GRUPO: ASSESSORAMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	VENCIMENTOS
ATP-1	Assessor Jurídico	2.486,51

GRUPO: ASSESSORAMENTO TÉCNICO

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	VENCIMENTOS
AP-1	Assessor Parlamentar	3.749,50

ANEXO III
CARGOS EFETIVOS

Nº DE CARGOS	CARGA HORÁRIA	Nº DE VAGAS	GRUPO OCUPACIONAL	CATEGORIA FUNCIONAL
01	40 HS	01	Serviços Gerais	Zelador
01	20 HS	01	Advogado	Advogado
01	20 HS	01	Contador	Contador
01	20 HS	01	Controlador Interno	Controlador Interno
01	40 HS	01	Secretário	Secretário

ANEXO IV
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

GRUPO OCUPACIONAL: CARGOS EFETIVOS

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CLASSE	HABILITAÇÃO
Zelador	**A**	Certificado de conclusão do ensino fundamental
Advogado	**A**	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Direito, com Habilitação Profissional junto a OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Contador	**A**	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Ciências Contábeis, com Habilitação Profissional junto ao CRC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE do Paraná
Controlador Interno	**A**	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Administração, ou Direito com a respectiva habilitação profissional junto ao registro de classe.
Secretário	**A**	Certificado de Conclusão de Curso Superior.

ANEXO V
CARREIRA FUNCIONAL

GRUPO OCUPACIONAL: CARGOS EFETIVOS

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CLASSE	REFERÊNCIAS
Zelador	A	**I a X**
Advogado	A	**I a X**
Contador	A	**I a X**
Controlador Interno	A	**I a X**
Secretário	A	**I a X**

ANEXO VI
TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSES	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Zelador	A	1.406,41	1.617,37	1.859,98	2.138,97	2.459,82	2.828,79	3.253,11	3.741,08	4.302,24	4.947,58
Advogado	A	3.542,44	4.073,81	4.684,88	5.387,61	6.195,75	7.125,11	8.193,88	9.422,96	10.836,40	12.461,87
Contador	A	3.542,44	4.073,81	4.684,88	5.387,61	6.195,75	7.125,11	8.193,88	9.422,96	10.836,40	12.461,87
Controlador Interno	A	1.771,22	2.036,90	2.342,44	2.693,80	3.097,87	3.562,56	4.096,94	4.711,48	5.418,20	6.230,93
Secretário	A	1.771,22	2.036,90	2.342,44	2.693,80	3.097,87	3.562,56	4.096,94	4.711,48	5.418,20	6.230,93

ANEXO VII
TABELA DE GRATIFICAÇÕES

Quantidade	Denominação	Valor – R$
03	**FG – 01**	**1.290,93**
03	**FG – 02**	**826,56**
03	**FG – 03**	**548,39**
03	**FG – 04**	**405,33**
03	**FG – 05**	**272,49**
03	**FG – 06**	**124,89**

Publicado por:
Fernando Roberto Arkaten
Código Identificador:395CB11C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RH
PORTARIA 064.2017

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

RESOLVE:

Enquadrar servidor municipal à partir do mês de setembro de 2017 e em face, ao artigo 24 da Lei Municipal nº 1252/2015 de 23/10/2015, que institui a Nova Estrutura de Recursos Humanos, o Quadro de Vagas e o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores Municipais de Mallet;

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, CONFORME SEGUE:

Matricula	Nome	Admissão	Cargo	Nível/ref Antiga	Nível/ref Nova
1210	LUIZ HENRIQUE SZPUNAR OTTO	01/08/2013	ENGENHEIRO CIVIL	A 30	B 30

Prefeitura Municipal de Mallet, em 12 de setembro de 2017.

MOACIR ALFREDO SZINVELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Alice Grenteski Arkaten
Código Identificador:419B328A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 80-2017 PUBLICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/2017
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: AUTO POSTO PEDRÃO LTDA - ME
CLAUSULA PRIMEIRA
VALOR passa a ter a seguinte redação:

Os itens do contrato ficam reajustado conforme abaixo.

ITENS							
Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto	Marca do produto	Unid	Preço unitário original	Preço unitário reajustado
LOTE:1	2	1440	GASOLINA COMUM	MAZP/RODOIL	L	4,05	**4,19**

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Manfrinópolis, em 13/09/2017

CAETANO ILAIR ALIEVI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei dos Santos
Código Identificador:3D05D513

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 13.480 DE 13/09/2017 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE 15 DIAS DE FÉRIAS AOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sob processo nº. 7493/2017.
RESOLVE:
ART 1º Conceder 15 dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
APARECIDA SIMARIA DA SILVA	27/06/2016	à	26/06/2017	02/10/2017	à	16/10/2017
BRUNA FERNANDA VENC DOS SANTOS	19/02/2016	á	18/02/2017	16/10/2017	à	30/10/2017
ELAINE CRISTINA DZICOUSKI PEREIRA	17/12/2015	à	16/12/2016	16/10/2017	à	30/10/2017
ISMAEL HASS	06/10/2015	à	05/10/2016	16/10/2017	à	30/10/2017
IVETE KUHN	28/01/2016	à	27/01/2017	16/10/2017	à	30/10/2017
LIDIA AP PAIXAO DE FREITAS	14/04/2016	á	13/04/2017	16/10/2017	á	30/10/2017
JEAN CARLO DAS ALMAS	01/02/2016	á	31/01/2017	16/10/2017	á	30/10/2017
JOCELI DA CONCEICAO MAIDL	19/06/2016	á	18/06/2017	02/10/2017	á	16/10/2017
LUZIA AP PEREIRA	01/05/2016	á	30/04/2017	16/10/2017	á	30/10/2017
MARIA KINACH	16/05/2016	á	15/05/2017	16/10/2017	á	30/10/2017
VALKIRIA RAMOS DA SILVA OLINEK	14/04/2016	á	13/04/2017	16/10/2017	á	30/10/2017
VERIDIANA HASS	01/10/2015	á	30/09/2016	16/10/2017	á	30/10/2017
SUZANA VIANTE ALBACH	01/01/2016	á	31/12/2016	02/10/2017	á	16/10/2017
SILVANA DO ROCIO LEAL	11/09/2016	á	10/09/2017	16/10/2017	á	30/10/2017

ART 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:563A8300

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 13.481 DE 13/09/2017 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE 30 DIAS DE FÉRIAS AOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sob processo nº. 7493/2017.
RESOLVE:
ART 1º Conceder 30 dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
ALESSANDRA EURICH CHAVES BOCHENIKI	01/01/2016	à	31/12/2016	06/10/2017	à	04/11/2017
ANGELICA HARTMANN	23/03/2016	à	22/03/2017	02/10/2017	à	31/10/2017
JOCELAINE PASSONI BARBOSA DA COSTA	31/12/2015	à	30/12/2016	02/10/2017	à	31/10/2017

ART 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:CDBDAA76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 243/2017

277450 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 619/2016 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À SUMTRAN ATÉ 03/11/2017, O QUAL SERÁ REMETIDO À JARI PARA JULGAMENTO.

PLACA VEÍCULO	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	VALOR INFRAÇÃO
ABN5474	277450P000197577	10/07/2017	57380	R$ 293.47
ACS6310	277450P000198061	07/07/2017	60412	R$ 195.23
ADA6800	277450P000286493	06/07/2017	51851	R$ 195.23
ADC8333	277450P000197826	04/07/2017	55412	R$ 195.23
AEF5228	277450P000286491	06/07/2017	51851	R$ 195.23
AEJ3093	277450P000197195	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AEV1858	277450NIC0025120	12/09/2017	50020	R$ 195.23
AFE0610	277450P000285465	07/07/2017	76332	R$ 293.47
AFV7682	277450P000285999	07/07/2017	51851	R$ 195.23
AGF6225	277450P000197572	06/07/2017	55412	R$ 195.23
AGP2215	277450NIC0025117	12/09/2017	50020	R$ 293.47
AHR4197	277450P000286492	06/07/2017	51851	R$ 195.23
AHZ3252	277450P000198202	04/07/2017	55412	R$ 195.23
AJX8818	277450P000198057	07/07/2017	73662	R$ 130.16
AKS9064	277450P000285463	07/07/2017	55680	R$ 195.23
AKW4186	277450P000197735	07/07/2017	76252	R$ 293.47
ALA2674	277450P000143871	07/07/2017	55090	R$ 130.16
ALP8496	277450P000286496	06/07/2017	51851	R$ 195.23
ALR0175	277450P000197046	07/07/2017	55414	R$ 195.23
ALY2586	277450P000197197	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AMJ2825	277450P000198201	04/07/2017	55412	R$ 195.23
ANN4755	277450P000197579	10/07/2017	55412	R$ 195.23
ANV5131	277450P000285308	07/07/2017	55090	R$ 130.16
AOF8660	277450P000198013	04/07/2017	55412	R$ 195.23
AOG1297	277450NIC0025119	12/09/2017	50020	R$ 195.23
AOU4634	277450P000198055	06/07/2017	55411	R$ 195.23
AOW3167	277450P000197571	06/07/2017	55412	R$ 195.23
AOZ0857	277450P000197199	03/07/2017	55412	R$ 195.23
API4158	277450P000198053	06/07/2017	55411	R$ 195.23
APN2608	277450P000197250	04/07/2017	55412	R$ 195.23
APR7301	277450P000197732	07/07/2017	55411	R$ 195.23
AQC2767	277450P000197729	06/07/2017	55412	R$ 195.23
AQD0635	277450P000197334	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AQG6142	277450NIC0025128	12/09/2017	50020	R$ 130.16
AQO6816	277450P000180855	07/07/2017	60681	R$ 195.23
AQO6816	277450P000180856	07/07/2017	58350	R$ 195.23
AQO9635	277450P000191032	04/07/2017	55414	R$ 195.23
AQZ7757	277450P000197741	10/07/2017	76252	R$ 293.47
ARA6667	277450NIC0025113	12/09/2017	50020	R$ 293.47
ARF0256	277450NIC0025125	12/09/2017	50020	R$ 293.47
ARM7224	277450P000197336	03/07/2017	55412	R$ 195.23
ART3827	277450NIC0025112	12/09/2017	50020	R$ 293.47
ASM2592	277450P000285838	07/07/2017	60412	R$ 195.23
ATA6453	277450P000197337	03/07/2017	55412	R$ 195.23
ATB1069	277450P000197738	10/07/2017	55412	R$ 195.23
ATF7181	277450P000197247	03/07/2017	55412	R$ 195.23
ATM4539	277450NIC0025131	12/09/2017	50020	R$ 195.23
ATN5632	277450P000198054	06/07/2017	55411	R$ 195.23
ATN8328	277450NIC0025115	12/09/2017	50020	R$ 293.47
ATQ8050	277450P000285307	07/07/2017	55090	R$ 130.16
AUA1537	277450P000193649	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AUA2492	277450P000197575	06/07/2017	55412	R$ 195.23
AUA4638	277450P000197198	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AUB6686	277450P000197367	10/07/2017	55413	R$ 195.23
AUE5340	277450P000198058	07/07/2017	60412	R$ 195.23
AUF1852	277450P000198056	07/07/2017	55413	R$ 195.23
AUG6592	277450NIC0025105	12/09/2017	50020	R$ 130.16
AUI5214	277450P000193671	07/07/2017	55414	R$ 195.23
AUI9938	277450NIC0025111	12/09/2017	50020	R$ 260.32
AUK4684	277450NIC0025107	12/09/2017	50020	R$ 293.47
AUP2688	277450P000197825	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AUV8449	277450NIC0025118	12/09/2017	50020	R$ 195.23
AUW0688	277450P000198012	04/07/2017	55412	R$ 195.23
AVA9992	277450P000197536	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AVH5585	277450NIC0025106	12/09/2017	50020	R$ 260.32
AVJ8216	277450P000191033	08/07/2017	55414	R$ 195.23
AVM7430	277450P000198006	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AVM8131	277450P000193387	06/07/2017	76252	R$ 293.47
AVO5980	277450P000197370	10/07/2017	55412	R$ 195.23
AVS2314	277450P000198203	04/07/2017	55412	R$ 195.23
AVU7295	277450P000285998	07/07/2017	51851	R$ 195.23
AVW4776	277450P000197045	07/07/2017	54521	R$ 195.23

AWD6829	277450P000198011	04/07/2017	55412	R$ 195.23
AWL8782	277450P000285997	07/07/2017	51851	R$ 195.23
AWO3221	277450NIC0025133	12/09/2017	50020	R$ 195.23
AWP1191	277450NIC0025126	12/09/2017	50020	R$ 293.47
AWX1116	277450P000178029	08/07/2017	55414	R$ 195.23
AWZ4376	277450P000197574	06/07/2017	54100	R$ 130.16
AXC9206	277450P000197731	06/07/2017	55412	R$ 195.23
AXN4655	277450P000198008	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AXV2258	277450P000198062	07/07/2017	73662	R$ 130.16
AXX5193	277450NIC0025127	12/09/2017	50020	R$ 390.46
AYF3560	277450P000198014	04/07/2017	55412	R$ 195.23
AYG5364	277450P000198052	06/07/2017	55411	R$ 195.23
AYH5418	277450NIC0025123	12/09/2017	50020	R$ 130.16
AYJ7776	277450P000193386	06/07/2017	51851	R$ 195.23
AYK8961	277450P000198060	07/07/2017	73662	R$ 130.16
AYL4278	277450P000197537	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AYO3694	277450P000197047	07/07/2017	55414	R$ 195.23
AYR1762	277450P000197739	10/07/2017	60412	R$ 195.23
AYS4636	277450P000197333	03/07/2017	55412	R$ 195.23
AYU8108	277450P000143869	07/07/2017	55090	R$ 130.16
AYX7313	277450P000193385	06/07/2017	55414	R$ 195.23
AYY2248	277450P000197044	07/07/2017	76331	R$ 293.47
AZJ6591	277450P000286000	07/07/2017	51851	R$ 195.23
AZO0279	277450P000197938	04/07/2017	55412	R$ 195.23
AZT6430	277450NIC0025122	12/09/2017	50020	R$ 195.23
AZT9247	277450P000178028	08/07/2017	54950	R$ 195.23
AZY1154	277450NIC0025108	12/09/2017	50020	R$ 195.23
BAP3182	277450P000197245	03/07/2017	55412	R$ 195.23
BAP4596	277450P000198010	03/07/2017	55412	R$ 195.23
BAQ3717	277450P000197734	07/07/2017	60412	R$ 195.23
BAV6288	277450P000152832	05/07/2017	73662	R$ 130.16
BAY5688	277450P000285466	07/07/2017	73662	R$ 130.16
BBD5581	277450P000197538	04/07/2017	55412	R$ 195.23
BBG7025	277450P000197248	03/07/2017	55412	R$ 195.23
BBL8699	277450P000197244	03/07/2017	55412	R$ 195.23
BCD9088	277450NIC0025129	12/09/2017	50020	R$ 293.47
BCN0683	277450P000197578	10/07/2017	55680	R$ 195.23
BDW0051	277450NIC0025121	12/09/2017	50020	R$ 390.46
CLK5951	277450NIC0025116	12/09/2017	50020	R$ 130.16
DAP7869	277450P000197937	04/07/2017	55412	R$ 195.23
DJF3884	277450P000193650	03/07/2017	55412	R$ 195.23
DMK5403	277450P000195458	06/07/2017	55412	R$ 195.23
EXT1927	277450P000197246	03/07/2017	55412	R$ 195.23
GJM1041	277450P000198059	07/07/2017	60412	R$ 195.23
GRX6644	277450P000198251	03/07/2017	55412	R$ 195.23
HDQ7441	277450P000198015	04/07/2017	55412	R$ 195.23
HIT8798	277450NIC0025109	12/09/2017	50020	R$ 293.47
HSJ8738	277450NIC0025110	12/09/2017	50020	R$ 195.23
IAW2889	277450P000286099	07/07/2017	55680	R$ 195.23
IXG9655	277450NIC0025104	12/09/2017	50020	R$ 293.47
JOV6418	277450P000286490	06/07/2017	51851	R$ 195.23
JPF9015	277450P000197196	03/07/2017	55412	R$ 195.23
JUO5849	277450P000197335	03/07/2017	55412	R$ 195.23
LSG0532	277450P000197742	10/07/2017	55414	R$ 195.23
LWX8195	277450NIC0025132	12/09/2017	50020	R$ 195.23
LYG6518	277450P000197728	06/07/2017	55411	R$ 195.23
MEK5284	277450P000197730	06/07/2017	55414	R$ 195.23
MFG8403	277450P000286495	06/07/2017	51851	R$ 195.23
MKX9906	277450NIC0025130	12/09/2017	50020	R$ 130.16
MMF4801	277450NIC0025103	12/09/2017	50020	R$ 130.16
NJI1928	277450P000285464	07/07/2017	55680	R$ 195.23
NWD7070	277450P000198151	04/07/2017	55412	R$ 195.23
ONI8923	277450P000198009	03/07/2017	55412	R$ 195.23
OOG3945	277450P000197369	10/07/2017	76252	R$ 293.47
PAA7528	277450P000197368	10/07/2017	53800	R$ 130.16
PUG9920	277450P000197733	07/07/2017	55411	R$ 195.23
PUQ5501	277450NIC0025114	12/09/2017	50020	R$ 195.23
PYE0715	277450NIC0025124	12/09/2017	50020	R$ 293.47
PYJ8758	277450P000197736	08/07/2017	55414	R$ 195.23
PYS6253	277450P000197249	04/07/2017	55412	R$ 195.23
PYW4341	277450P000197740	10/07/2017	76252	R$ 293.47

Publicado por:
Reginaldo Poleti
Código Identificador:D752AF6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 244/2017

277450 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 619/2016 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À SUMTRAN ATÉ 30/10/2017.

PLACA VEÍCULO	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INFRAÇÃO
ABJ3399	277450P000195151	24/08/2017	60681

ACL4422	277450P000283061	28/08/2017	51851
ACX9536	277450P000287757	04/09/2017	57463
AEW8490	277450P000195052	31/08/2017	55412
AEZ5915	277450P000287817	08/09/2017	51851
AFB7442	277450P000198190	04/09/2017	55412
AFJ4652	277450P000287807	07/09/2017	51851
AGQ3056	277450P000287747	04/09/2017	51851
AIE6161	277450P000178702	28/08/2017	55411
AKB3403	277450P000188792	02/09/2017	58198
AKH3778	277450P000190721	03/09/2017	60501
AKM9314	277450P000198189	04/09/2017	55412
ALA3135	277450P000195160	25/08/2017	55500
ALD5382	277450P000287808	07/09/2017	65300
ALQ9966	277450P000195152	24/08/2017	60681
AMO2253	277450P000283063	28/08/2017	51851
AMU8118	277450P000287812	08/09/2017	76332
AMX8286	277450P000200057	06/09/2017	55411
ANI5477	277450P000200211	04/09/2017	55412
ANW2432	277450P000283058	28/08/2017	60501
AOP2067	277450P000200301	06/09/2017	54100
AOU4634	277450P000287816	08/09/2017	60412
AOW6432	277450P000199735	04/09/2017	55412
APD4070	277450P000195155	24/08/2017	60681
APD8103	277450P000287753	04/09/2017	51851
APK8076	277450P000195161	25/08/2017	55500
APR8362	277450P000195604	28/08/2017	57461
APV2447	277450P000199736	04/09/2017	55412
AQB7253	277450P000199438	04/09/2017	55412
AQG3932	277450P000195603	28/08/2017	58780
AQJ3915	277450P000195156	24/08/2017	60681
AQR5157	277450P000287752	04/09/2017	51851
ARF9257	277450P000200022	08/09/2017	51851
ARG1805	277450P000200108	04/09/2017	55412
ART9705	277450P000195159	25/08/2017	55500
ASD7297	277450P000199187	09/09/2017	55412
ASP4344	116100E007587814	21/08/2017	58780
ASU3459	277450P000190535	06/09/2017	61220
ATO7355	277450P000287761	08/09/2017	60412
ATP7834	277450P000199776	06/09/2017	55414
AUA7473	277450P000199540	04/09/2017	55412
AUD2142	277450P000199887	04/09/2017	55412
AUE9955	277450P000190804	27/08/2017	60501
AUJ7296	277450P000199737	04/09/2017	55412
AUU9076	277450P000195601	27/08/2017	60501
AVE2087	277450P000198951	01/09/2017	73662
AVO2369	277450P000190536	09/09/2017	60412
AVO9683	277450P000200356	04/09/2017	55412
AVT5835	277450P000287751	04/09/2017	51851
AWF8802	277450P000199775	06/09/2017	55414
AWF8809	277450P000287813	08/09/2017	51852
AWG6649	277450P000200358	04/09/2017	55412
AWG6649	277450P000199770	04/09/2017	51851
AWI6585	277450P000287759	08/09/2017	60412
AWS7184	277450P000199178	05/09/2017	55414
AXE8815	277450P000287748	04/09/2017	60412
AXF1394	277450P000193771	01/09/2017	57380
AXP4893	277450P000199957	06/09/2017	55414
AXS9953	277450P000200025	09/09/2017	55412
AXV2279	277450P000287803	07/09/2017	76252
AXZ6342	277450P000199964	08/09/2017	73662
AYA3226	277450P000287809	08/09/2017	73662
AYA4594	277450P000190537	09/09/2017	60412
AYC4295	277450P000200012	06/09/2017	55414
AYH2577	277450P000287746	04/09/2017	51851
AYP5244	277450P000200055	06/09/2017	55411
AYP7972	277450P000195158	25/08/2017	55500
AYR4017	277450P000200024	09/09/2017	55414
AZA6439	277450P000200020	08/09/2017	51851
AZA6439	277450P000200021	08/09/2017	51852
AZB6063	277450P000178703	01/09/2017	76331
AZL0348	277450P000199774	06/09/2017	55412
AZL6938	277450P000199784	09/09/2017	55414
AZU9196	277450P000190805	27/08/2017	60501
AZX2774	277450P000199785	09/09/2017	55413
AZZ2621	277450P000200026	09/09/2017	55414
BAF1593	277450P000287810	08/09/2017	76251
BAJ7823	277450P000287804	07/09/2017	51930
BAM2776	277450P000195051	31/08/2017	55412
BAM9088	277450P000200023	09/09/2017	55414
BAQ9245	277450P000200212	04/09/2017	55412
BAQ9818	277450P000199186	09/09/2017	55417
BAS1086	277450P000287802	04/09/2017	60412
BAS3083	277450P000199783	09/09/2017	55414
BAX0237	277450P000200110	04/09/2017	55412
BAY5688	277450P000199439	04/09/2017	55412
BBJ4145	277450P000195602	28/08/2017	60501
BBJ8098	277450P000195154	24/08/2017	55090
BBJ8959	277450P000287814	08/09/2017	60412
BSD0003	277450P000283062	28/08/2017	51851

CIS4359	277450P000198191	04/09/2017	55412
COJ8922	277450P000199537	04/09/2017	55412
CRC9222	277450P000200359	04/09/2017	55412
CVY7297	277450P000287762	08/09/2017	60412
CWK6174	277450P000200213	04/09/2017	55412
CZI3986	277450P000199437	01/09/2017	55412
DJA7443	277450P000287745	04/09/2017	51851
DSW2739	277450P000200210	04/09/2017	55412
DSW2739	277450P000200109	04/09/2017	55412
EBY7015	277450P000200256	04/09/2017	55412
EUA0274	277450P000190534	06/09/2017	73662
GTJ0056	277450P000195053	31/08/2017	55412
HHR9876	277450P000200214	04/09/2017	55412
HPI7294	277450P000195157	25/08/2017	55500
IGM5752	277450P000287750	04/09/2017	51851
IJL6099	277450P000200302	06/09/2017	57380
IQN8364	277450P000287754	04/09/2017	73662
JGW5231	277450P000287758	08/09/2017	51851
JNO9191	277450P000199539	04/09/2017	55412
JZS1831	277450P000287815	08/09/2017	60412
MBL6521	277450P000283059	28/08/2017	53800
MCT4832	277450P000200171	04/09/2017	55412
MIQ8384	277450P000200357	04/09/2017	55412
MMA2570	277450P000287749	04/09/2017	60412
MVC6590	277450P000190807	29/08/2017	61220
ONT9361	277450P000287801	04/09/2017	57463
PXV0257	277450P000199538	04/09/2017	55412
PZM1751	277450P000178704	01/09/2017	76331

Publicado por:
Reginaldo Poleti
Código Identificador:18CCEDDD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2017

Aprova a proposta orçamentária da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2018.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PRESIDENTE DESTE PODER LEGISLATIVO, PROMULGO A SEGUINTE

Art. 1º A proposta orçamentária da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2018 é fixada em R$ **5.100.000,00 (Cinco milhões e cem mil reais)**, na forma constante do Anexo Único, que fica fazendo parte integrante da presente Resolução.
Art. 2º O montante fixado no artigo anterior, será incluído na proposta orçamentária do Município, a qual será enviada ao Poder Legislativo até o dia 31 de setembro de 2017.
Art. 3º Fica autorizada a Câmara Municipal de Paranavaí - PR, proceder suplementações em seu orçamento, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, na forma do inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Paranavaí, PR, Em 13 de setembro de 2017.

JOSÉ GALVÃO
Presidente

EXERCÍCIO 2018									
NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE									
Títulos					**Sub-Elemento**	**Elementos**	**Modalidade**	**Grupo**	**Categoria**
3000			**DESPESAS CORRENTES**						**4.985.000,00**
	3100		**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**					**4.340.000,00**	
		3190	**APLICAÇÕES DIRETAS**				**4.340.000,00**		
			3190 01	APOSENTADORIAS E REFORMAS		5.000,00			
			3190 03	PENSÕES		5.000,00			
			3190 05	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		5.000,00			
			3190 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		3.445.000,00			
			3190 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		360.000,00			
			3190 16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL		5.000,00			
			319046	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		300.000,00			
			3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS		5.000,00			
			3190 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.000,00			
			3190 94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		5.000,00			
			3191 13	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		200.000,00			
	3200		**JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**					**10.000,00**	
		3290	**APLICAÇÕES DIRETAS**				**10.000,00**		
			3290 21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		5.000,00			
			3290 22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		5.000,00			
	3300		**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**					**635.000,00**	
		3390	**APLICAÇÕES DIRETAS**				**635.000,00**		

			3390 14	DIÁRIAS - CIVIL		100.000,00			
			3390 30	MATERIAL DE CONSUMO		120.000,00			
			3390 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		50.000,00			
			3390 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA		15.000,00			
			3390 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOAS FÍSICAS		40.000,00			
			3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		300.000,00			
			3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.000,00			
			3390 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00			
4000			**DESPESAS DE CAPITAL**						**115.000,00**
	4400		**INVESTIMENTOS**					**110.000,00**	
		4490	**APLICAÇÕES DIRETAS**				**110.000,00**		
			4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES		30.000,00			
			4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE		80.000,00			
	4600		**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA**					**5.000,00**	
		4690	**APLICAÇÕES DIRETAS**				**5.000,00**		
			4690 71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		5.000,00			
Total Geral									**5.100.000,00**

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:2E235564

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 18.274/2017

Carlos Henrique Rossato Gomes, Prefeito do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Federal n° 4.320/64 e Lei Municipal n° 4.592/2016,

DECRETA:

Art. 1º –Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Paranavaí, do exercício de 2017, o Crédito Adicional Suplementar no montante de **R$349.000,00(trezentos e quarenta e nove mil reais)**, destinado à cobertura de despesas, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.01(482)	FUNDEB- FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
12.361.0005.2.430	Educação Básica - FUNDEB 40%	
100102.02.01.00.1102	FUNDEB 40%	
33.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	330.000,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
03.01(6)	COORDENAÇÃO DA SECRET. DE DESENV. ECONÔMICO	
04.122.0002.2.130	Atividades Administrativas - SEDEC	
1000.01.07.00.1000	Recursos Ordinários Livres	
33.90.14.00	Diárias - Pessoal Civil	2.000,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
03.01(10)	COORDENAÇÃO DA SECRET. DE DESENV. ECONÔMICO	
04.122.0002.2.130	Atividades Administrativas - SEDEC	
1000.01.07.00.1000	Recursos Ordinários Livres	
33.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
08.01(855)	COORDENAÇÃO DA SECRET. DE DESENV. URBANO	
04.121.0011.2.091	Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
1000.01.07.00.1000	Recursos Ordinários Livres	
33.90.36.00	Outros Serviços de terceiros - Pessoa Física	4.500,00
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
15.01(1169)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
27.812.0010.2.870	Atividades Administrativas	
1000.01.07.00.1000	Recursos Ordinários Livres	
33.90.36.00	Outros Serviços de terceiros - Pessoa Física	2.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA	
11.01(1024)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA PÚBLICA	
04.123.0002.2.060	Atividades de Diretoria de Finanças	
1000.01.07.00.1000	Recursos Ordinários Livres	
33.90.36.00	Outros Serviços de terceiros - Pessoa Física	6.500,00
TOTAL		**349.000,00**

Art. 2º – Os recursos necessários à execução desta Lei, decorrerá da anulação parcial da dotação orçamentária a seguir:

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.01(496)	FUNDEB- FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
12.365.0005.2.443	Educação Infantil - FUNDEB 40%	
100102.02.01.00.1102	FUNDEB 40%	
33.90.30.00	Material de Consumo	100.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.01(497)	FUNDEB- FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
12.365.0005.2.443	Educação Infantil - FUNDEB 40%	
100102.02.01.00.1102	FUNDEB 40%	
33.90.33.00	Passagens e despesas com locomoção	80.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.01(500)	FUNDEB- FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
12.365.0005.2.443	Educação Infantil - FUNDEB 40%	
100102.02.01.00.1102	FUNDEB 40%	
44.90.51.00	Obras e Instalações	50.000,00

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.01(501)	FUNDEB- FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
12.365.0005.2.443	Educação Infantil - FUNDEB 40%	
100102.02.01.00.1102	FUNDEB 40%	
44.90.52.00	Equipmento e Material Permanente	100.000,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
03.01(15)	COORDENAÇÃO DA SECRET. DE DESENV. ECONÔMICO	
04.122.0002.2.130	Atividades Administrativas - SEDEC	
1000.01.07.00.1000	Recursos Ordinários Livres	
44.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	6.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
08.01(856)	COORDENAÇÃO DA SECRET. DE DESENV. URBANO	
04.121.0011.2.091	Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
1000.01.07.00.1000	Recursos Ordinários Livres	
33.90.39.00	Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	4.500,00
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
15.01(1175)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
27.812.0010.2.870	Atividades Administrativas	
1000.01.07.00.1000	Recursos Ordinários Livres	
44.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	2.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA	
11.01(1021)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA PÚBLICA	
04.123.0002.2.060	Atividades de Diretoria de Finanças	
1000.01.07.00.1000	Recursos Ordinários Livres	
33.90.30.00	Material de Consumo	6.500,00
TOTAL		**349.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí-PR, 13 de setembro de 2017.

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES
Prefeito

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:02F68AA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 23/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABU7999	277510A000114203	9/6/2017	55412	R$ 195.23
ABV3643	277510A000113969	9/6/2017	55412	R$ 195.23
ADN1117	277510A000113873	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AGG1487	277510A000114058	10/6/2017	55412	R$ 195.23
AGP6516	277510A000114106	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AIB5268	277510A000114011	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AJB4743	277510A000114202	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AJL9621	277510A000112032	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AJO7710	277510A000113920	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AMM2961	277510A000129868	27/6/2017	54526	R$ 195.23
AMO9696	277510A000114108	10/6/2017	55412	R$ 195.23
AMX9105	277510A000111777	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AMX9105	277510A000114057	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AOO7309	277510A000112033	9/6/2017	55412	R$ 195.23
APV7995	277510A000113923	10/6/2017	55412	R$ 195.23
ARH1710	277510A000111778	9/6/2017	55412	R$ 195.23
ASA0709	277510A000114056	9/6/2017	55412	R$ 195.23
ATA9084	277510A000129728	28/6/2017	76331	R$ 293.47
ATK0878	277510A000113872	9/6/2017	55412	R$ 195.23
ATU6120	277510A000128187	28/6/2017	55411	R$ 195.23
AUB3894	277510A000113970	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AUD9188	277510A000129869	27/6/2017	51851	R$ 195.23
AUK4586	277510A000113967	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AVH5395	277510A000114154	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AVH7506	277510A000129726	28/6/2017	51930	R$ 293.47
AWC8589	277510A000113745	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AWG2804	277510A000114155	10/6/2017	55412	R$ 195.23
AWW8603	277510A000128596	28/6/2017	60412	R$ 195.23
AXT5939	277510A000114204	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AXT6996	277510A000128490	28/6/2017	76331	R$ 293.47
AYQ8376	277510A000114010	9/6/2017	55412	R$ 195.23
AYW5204	277510A000112034	10/6/2017	55412	R$ 195.23
BAH6301	277510A000128597	28/6/2017	54600	R$ 130.16
BAL3625	277510A000113972	9/6/2017	55412	R$ 195.23

BAM5756	277510A000114153	9/6/2017	55412	R$ 195.23
BEB1131	277510A000110248	9/6/2017	55412	R$ 195.23
CCV7242	277510A000113921	9/6/2017	55412	R$ 195.23
CEK6535	277510A000129904	28/6/2017	55250	R$ 130.16
COE7807	277510A000113965	9/6/2017	55412	R$ 195.23
CPN9560	277510A000113971	9/6/2017	55412	R$ 195.23
CPO3997	277510A000113874	9/6/2017	55412	R$ 195.23
DME9953	277510A000113968	9/6/2017	55412	R$ 195.23
DWL6376	277510A000114104	9/6/2017	55412	R$ 195.23
HRJ0270	277510A000114055	9/6/2017	55412	R$ 195.23
JTD9671	277510A000113743	9/6/2017	55412	R$ 195.23
LXC4596	277510A000113966	9/6/2017	55412	R$ 195.23
MAQ1651	277510A000114103	9/6/2017	55412	R$ 195.23
MAU8808	277510A000114059	10/6/2017	55412	R$ 195.23
MBG5533	277510A000114152	9/6/2017	55412	R$ 195.23
MIE3338	277510A000129867	27/6/2017	55500	R$ 130.16
MIY7260	277510A000113744	9/6/2017	55412	R$ 195.23
MLP3304	277510A000128298	28/6/2017	54600	R$ 130.16
MLV9904	277510A000129727	28/6/2017	55417	R$ 195.23
NBD0036	277510A000113747	10/6/2017	55412	R$ 195.23
NPH8316	277510A000114105	9/6/2017	55412	R$ 195.23
QHO2849	277510A000114107	10/6/2017	55412	R$ 195.23
QIA2222	277510A000113746	10/6/2017	55412	R$ 195.23

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:54919486

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN até 24/10/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAK4481	277510A000114942	15/8/2017	55412
ABP9696	277510A000114549	16/8/2017	55412
AFD9863	277510A000115202	15/8/2017	55412
AFI3768	277510A000115301	16/8/2017	55412
AGR7893	277510A000114547	15/8/2017	55412
AGY5959	277510A000130778	31/8/2017	57030
AHX7672	277510A000130823	31/8/2017	55417
AIA0202	277510A000114833	15/8/2017	55412
AKO7265	277510A000115027	16/8/2017	55412
AKP6694	277510A000115251	16/8/2017	55412
AKU3160	277510A000115163	16/8/2017	55412
ALD2615	277510A000115077	16/8/2017	55412
AMS0670	277510A000114724	15/8/2017	55412
ANC5743	277510A000130886	2/9/2017	60412
ANM5700	277510A000130890	2/9/2017	60412
ANY5333	277510A000114943	16/8/2017	55412
AOO5283	277510A000130892	2/9/2017	60412
AOT9496	277510A000130891	2/9/2017	60412
AQB5486	277510A000130734	1/9/2017	55411
AQN6691	277510A000130887	2/9/2017	60412
AQR3143	277510A000114798	15/8/2017	55412
AQS3710	277510A000128750	2/9/2017	54526
AQS3710	277510A000114836	16/8/2017	55412
ARB8513	277510A000114398	15/8/2017	55412
ARO7523	277510A000114725	16/8/2017	55412
ARS7935	277510A000115075	15/8/2017	55412
ART1414	277510A000130775	31/8/2017	60412
ART7303	277510A000115137	15/8/2017	55412
ASI4261	277510A000130907	31/8/2017	58270
ASI9736	277510A000114397	15/8/2017	55412
ATK0878	277510A000114832	15/8/2017	55412
ATR5369	277510A000130130	2/9/2017	54870
AUL7111	277510A000115135	15/8/2017	55412
AUO3032	277510A000114865	15/8/2017	55412
AUV4253	277510A000115204	15/8/2017	55412
AVK5913	277510A000130348	1/9/2017	58191
AVM7171	277510A000114800	15/8/2017	55412
AVT8853	277510A000115139	15/8/2017	55412
AWB1841	277510A000115201	15/8/2017	55412
AWB8400	277510A000130889	2/9/2017	76331
AWF4089	277510A000115138	15/8/2017	55412
AXC0722	277510A000130824	2/9/2017	55417
AXL5589	277510A000115140	15/8/2017	55412
AXW1071	277510A000130884	1/9/2017	54600
AXZ6690	277510A000115252	16/8/2017	55412
AYV7161	277510A000114940	15/8/2017	55412
AZA3456	277510A000114941	15/8/2017	55412
AZW8816	277510A000115205	16/8/2017	55412
BAM6458	277510A000130544	31/8/2017	55500
BAV8737	277510A000114799	15/8/2017	55412
BCC1106	277510A000115026	15/8/2017	55412

BCD0268	277510A000115076	16/8/2017	55412
BER5975	277510A000115165	16/8/2017	55412
BOF3052	277510A000114686	16/8/2017	55412
BZW2575	277510A000115074	15/8/2017	55412
BZW2575	277510A000114834	16/8/2017	55412
DUU7439	277510A000115136	15/8/2017	55412
DWN4766	277510A000115207	16/8/2017	55412
EDJ2606	277510A000114546	15/8/2017	55412
EDN8061	277510A000114835	16/8/2017	55412
EIQ2106	277510A000114687	16/8/2017	55412
EYM6053	277510A000114685	15/8/2017	55412
FLN1641	277510A000114646	16/8/2017	55412
GHS6000	277510A000130883	1/9/2017	55500
HDM5333	277510A000114684	15/8/2017	55412
IIM1562	277510A000128749	1/9/2017	55412
INE5560	277510A000115028	16/8/2017	55412
IOQ2935	277510A000114490	16/8/2017	55412
JUK0162	277510A000130776	31/8/2017	55411
MCI5415	277510A000114548	15/8/2017	55412
MCX7375	277510A000114726	16/8/2017	55412
MDF0209	277510A000115203	15/8/2017	55412
MFC2359	277510A000130888	2/9/2017	60412
MHA3696	277510A000114866	16/8/2017	55412
MHF7302	277510A000114400	16/8/2017	55412
MIK5041	277510A000115206	16/8/2017	55412
MIX2629	277510A000114491	16/8/2017	55412
NGG2824	277510A000114550	16/8/2017	55412
NYD7716	277510A000130733	1/9/2017	55411
OWX2113	277510A000114944	16/8/2017	55412
PYV1784	277510A000130736	2/9/2017	54600

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:D84C3760

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 30/10/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAK6198	277510A000112044	20/6/2017	55412	R$ 195.23
ACX6424	277510A000129785	5/7/2017	55411	R$ 195.23
ADY2033	277510A000113885	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AEA4008	277510NIC0008905	5/9/2017	50020	R$ 195.23
AFZ0221	277510A000111995	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AGK5011	277510A000129811	5/7/2017	76252	R$ 293.47
AHD5822	277510NIC0008904	5/9/2017	50020	R$ 585.69
AIC4103	277510A000114062	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AIK0314	277510A000129738	5/7/2017	76331	R$ 293.47
AJX0597	277510A000113882	14/6/2017	55412	R$ 195.23
AKU3160	277510A000113927	14/6/2017	55412	R$ 195.23
AKU3160	277510A000114251	14/6/2017	55412	R$ 195.23
AKX0603	277510A000113640	20/6/2017	55412	R$ 195.23
ALM5213	277510A000112922	20/6/2017	55412	R$ 195.23
ALR3264	277510NIC0008902	5/9/2017	50020	R$ 293.47
ALZ8532	277510A000112045	20/6/2017	55412	R$ 195.23
AMG7639	277510A000113983	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AMT6751	277510A000130003	5/7/2017	58191	R$ 880.41
AOJ7359	277510NIC0008900	5/9/2017	50020	R$ 195.23
APD3500	277510A000129952	5/7/2017	55411	R$ 195.23
APJ9753	277510A000129890	5/7/2017	54522	R$ 195.23
APP9456	277510A000128937	28/6/2017	54521	R$ 195.23
APW5233	277510A000113982	19/6/2017	55412	R$ 195.23
APW8565	277510A000114022	20/6/2017	55412	R$ 195.23
APZ5245	277510A000114016	14/6/2017	55412	R$ 195.23
APZ9252	277510NIC0008908	5/9/2017	50020	R$ 585.69
AQA0666	277510A000113639	20/6/2017	55412	R$ 195.23
AQQ1039	277510A000129486	5/7/2017	55411	R$ 195.23
AQS0040	277510A000114119	20/6/2017	55412	R$ 195.23
AQW6455	277510A000112925	20/6/2017	55412	R$ 195.23
ARC5525	277510A000113635	19/6/2017	55412	R$ 195.23
ARU0527	277510A000128300	5/7/2017	55411	R$ 195.23
ASC3351	277510A000129737	5/7/2017	60412	R$ 195.23
ASF8106	277510A000114252	20/6/2017	55412	R$ 195.23
ASF8106	277510A000114117	19/6/2017	55412	R$ 195.23
ASS9647	277510A000129487	5/7/2017	55500	R$ 130.16
ASX2570	277510A000113816	14/6/2017	55412	R$ 195.23
ATA6386	277510A000111784	19/6/2017	55412	R$ 195.23
ATK0878	277510A000113926	14/6/2017	55412	R$ 195.23
AUA2565	277510A000113883	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AUF5479	277510A000114161	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AUL7989	277510A000111993	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AUO0979	277510A000113886	20/6/2017	55412	R$ 195.23

AUR6685	277510A000114215	20/6/2017	55412	R$ 195.23
AUR9209	277510A000112919	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AUU8525	277510A000114019	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AUW6884	277510A000129889	5/7/2017	58780	R$ 130.16
AVN5262	277510A000113547	20/6/2017	55412	R$ 195.23
AVN6613	277510A000112041	14/6/2017	55412	R$ 195.23
AVX2359	277510A000112924	20/6/2017	55412	R$ 195.23
AWL7150	277510A000129784	5/7/2017	76331	R$ 293.47
AWR1734	277510NIC0008911	6/9/2017	50020	R$ 195.23
AWV6811	277510A000114214	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AWZ4737	277510A000114213	14/6/2017	55412	R$ 195.23
AWZ4737	277510A000114021	20/6/2017	55412	R$ 195.23
AXF0899	277510A000114211	14/6/2017	55412	R$ 195.23
AXK4432	277510A000114020	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AXO0688	277510NIC0008914	6/9/2017	50020	R$ 195.23
AXT5368	277510A000129810	5/7/2017	76252	R$ 293.47
AXV2895	277510NIC0008910	6/9/2017	50020	R$ 195.23
AYB7237	277510A000112918	14/6/2017	55412	R$ 195.23
AYE1109	277510A000128830	4/7/2017	76332	R$ 293.47
AYS5083	277510A000113817	14/6/2017	55412	R$ 195.23
AZA8853	277510NIC0008899	5/9/2017	50020	R$ 195.23
AZN5974	277510A000129891	5/7/2017	60412	R$ 195.23
AZQ3951	277510A000111996	19/6/2017	55412	R$ 195.23
AZS5923	277510NIC0008915	6/9/2017	50020	R$ 195.23
AZV2706	277510A000114120	20/6/2017	55412	R$ 195.23
BAC6601	277510A000129488	5/7/2017	76332	R$ 293.47
BAF8276	277510A000129892	5/7/2017	51851	R$ 195.23
BAK0388	277510A000128938	4/7/2017	60501	R$ 293.47
BAV8738	277510NIC0008916	6/9/2017	50020	R$ 390.46
BBC6477	277510NIC0008907	5/9/2017	50020	R$ 195.23
BBE8827	277510A000111994	19/6/2017	55412	R$ 195.23
BBJ0631	277510A000129951	5/7/2017	55411	R$ 195.23
BBP0402	277510A000114210	14/6/2017	55412	R$ 195.23
BCR3355	277510A000129739	5/7/2017	60412	R$ 195.23
BDT2244	277510A000113880	14/6/2017	55412	R$ 195.23
BED2202	277510A000113638	20/6/2017	55412	R$ 195.23
BEM9620	277510A000129905	5/7/2017	51851	R$ 195.23
BER7076	277510NIC0008912	6/9/2017	50020	R$ 195.23
BZM9079	277510NIC0008901	5/9/2017	50020	R$ 195.23
BZW2575	277510A000114061	14/6/2017	55412	R$ 195.23
DFF4466	277510A000113980	14/6/2017	55412	R$ 195.23
DGN3583	277510A000113636	19/6/2017	55412	R$ 195.23
DVI9200	277510A000114163	20/6/2017	55412	R$ 195.23
EAG3898	277510A000112042	14/6/2017	55412	R$ 195.23
EEI2983	277510A000114017	19/6/2017	55412	R$ 195.23
EIG6323	277510A000112923	20/6/2017	55412	R$ 195.23
FQW5302	277510NIC0008913	6/9/2017	50020	R$ 195.23
HRI8354	277510A000114018	19/6/2017	55412	R$ 195.23
HZX5440	277510A000129580	5/7/2017	76332	R$ 293.47
INL5584	277510A000113981	14/6/2017	55412	R$ 195.23
JNL9752	277510A000111783	14/6/2017	55412	R$ 195.23
JTR8537	277510A000129513	5/7/2017	55411	R$ 195.23
JYD4998	277510A000113887	20/6/2017	55412	R$ 195.23
KOI9111	277510A000128832	5/7/2017	60412	R$ 195.23
LMD2851	277510NIC0008909	5/9/2017	50020	R$ 195.23
LSN0375	277510A000113881	14/6/2017	55412	R$ 195.23
LZE0377	277510A000112920	20/6/2017	55412	R$ 195.23
MFQ5896	277510A000114160	19/6/2017	55412	R$ 195.23
MGX7586	277510A000130002	4/7/2017	76252	R$ 293.47
MJN3815	277510A000114159	14/6/2017	55412	R$ 195.23
MVL4930	277510A000112043	19/6/2017	55412	R$ 195.23
MWA2697	277510A000114212	14/6/2017	55412	R$ 195.23
NSL0490	277510A000129886	5/7/2017	54600	R$ 130.16
NSO0283	277510A000112921	20/6/2017	55412	R$ 195.23
NSS4900	277510A000114122	20/6/2017	55412	R$ 195.23
NWN7880	277510A000128828	4/7/2017	54526	R$ 195.23
NXS0608	277510A000114121	20/6/2017	55412	R$ 195.23
NXY5658	277510A000113884	19/6/2017	55412	R$ 195.23
OEM0810	277510A000114162	19/6/2017	55412	R$ 195.23
OEY1115	277510A000113637	19/6/2017	55412	R$ 195.23
OPR4319	277510A000113634	14/6/2017	55412	R$ 195.23
PYP0096	277510NIC0008903	5/9/2017	50020	R$ 195.23
QHT8726	277510A000129884	5/7/2017	55500	R$ 130.16
QHZ1363	277510A000114118	20/6/2017	55412	R$ 195.23
QHZ9497	277510NIC0008906	5/9/2017	50020	R$ 195.23

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:378F12CA

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
EDITAL DE NOTIFICACAO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 03/11/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAR4219	277510A000113991	23/6/2017	55412	R$ 195.23
ACI0021	277510A000114064	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AEU0621	277510A000113081	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AEV7104	277510A000129520	11/7/2017	60412	R$ 195.23
AGQ1008	277510A000128838	10/7/2017	60412	R$ 195.23
AHB9546	277510A000114167	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AHV5135	277510A000114218	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AIS0616	277510A000130063	11/7/2017	55500	R$ 130.16
AMF5148	277510NIC0008921	12/9/2017	50020	R$ 195.23
AMX9105	277510A000112928	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AMX9105	277510A000112048	23/6/2017	55412	R$ 195.23
ANM4301	277510A000129798	11/7/2017	54521	R$ 195.23
AOC7166	277510A000128848	11/7/2017	76331	R$ 293.47
AOG8345	277510A000114220	23/6/2017	55412	R$ 195.23
APA5267	277510NIC0008926	12/9/2017	50020	R$ 130.16
APB5055	277510A000114130	23/6/2017	55412	R$ 195.23
APG8406	277510A000113082	23/6/2017	55412	R$ 195.23
APJ4659	277510A000128841	10/7/2017	60412	R$ 195.23
AQR4683	277510A000129600	11/7/2017	76331	R$ 293.47
AQR4683	277510A000129795	11/7/2017	60412	R$ 195.23
AQS0040	277510A000114168	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AQZ4740	277510NIC0008923	12/9/2017	50020	R$ 293.47
ARA7847	277510A000128738	11/7/2017	55417	R$ 195.23
ARO0087	277510NIC0008929	12/9/2017	50020	R$ 195.23
ARQ7049	277510A000129518	11/7/2017	60412	R$ 195.23
ASK3783	277510A000112929	23/6/2017	55412	R$ 195.23
ASK7329	277510A000114023	23/6/2017	55412	R$ 195.23
ASN6414	277510NIC0008927	12/9/2017	50020	R$ 195.23
AST2497	277510A000113643	23/6/2017	55412	R$ 195.23
ATI5910	277510A000129910	11/7/2017	51851	R$ 195.23
ATN4925	277510A000129817	11/7/2017	60412	R$ 195.23
AUA0308	277510NIC0008928	12/9/2017	50020	R$ 195.23
AUJ8935	277510A000129492	11/7/2017	76332	R$ 293.47
AUL2725	277510A000114065	24/6/2017	55412	R$ 195.23
AUM0428	277510NIC0008920	12/9/2017	50020	R$ 130.16
AWC2611	277510NIC0008922	12/9/2017	50020	R$ 195.23
AWO0690	277510A000128843	10/7/2017	55411	R$ 195.23
AWO9030	277510A000114219	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AWX7891	277510A000112000	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AWY5259	277510A000113932	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AXD1789	277510A000129517	10/7/2017	54526	R$ 195.23
AXG3834	277510A000128845	11/7/2017	76331	R$ 293.47
AXI6433	277510A000129911	11/7/2017	55411	R$ 195.23
AXM9357	277510A000114301	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AXR3600	277510A000129819	11/7/2017	60412	R$ 195.23
AXR8950	277510A000113992	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AYN8359	277510A000130065	11/7/2017	55500	R$ 130.16
AYT8663	277510NIC0008924	12/9/2017	50020	R$ 390.46
AYV2850	277510A000130066	11/7/2017	55500	R$ 130.16
AZA4221	277510A000129748	11/7/2017	76331	R$ 293.47
AZD5112	277510A000114024	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AZE5336	277510NIC0008930	12/9/2017	50020	R$ 585.69
AZN0381	277510A000114129	23/6/2017	55412	R$ 195.23
AZU1837	277510A000128840	10/7/2017	60412	R$ 195.23
BAJ2292	277510A000130151	11/7/2017	55411	R$ 195.23
BAP0734	277510NIC0008919	12/9/2017	50020	R$ 390.46
BBD1419	277510A000128494	11/7/2017	76331	R$ 293.47
BBD9566	277510A000114066	24/6/2017	55412	R$ 195.23
BBH9342	277510A000129266	11/7/2017	76331	R$ 293.47
BCP9491	277510A000129597	11/7/2017	76332	R$ 293.47
BDC0107	277510NIC0008925	12/9/2017	50020	R$ 293.47
BLM4211	277510A000128844	10/7/2017	76331	R$ 293.47
CID6575	277510A000114169	24/6/2017	55412	R$ 195.23
COX4896	277510A000111787	24/6/2017	55412	R$ 195.23
CPR7516	277510A000129594	11/7/2017	58512	R$ 130.16
CVY0214	277510A000129816	11/7/2017	60412	R$ 195.23
CYP9980	277510A000114255	24/6/2017	55412	R$ 195.23
CYX3629	277510A000128847	11/7/2017	60412	R$ 195.23
DKX9656	277510A000113083	24/6/2017	55412	R$ 195.23
EGF9034	277510A000128192	11/7/2017	55417	R$ 195.23
FAG6701	277510A000128846	11/7/2017	57030	R$ 130.16
HSG4752	277510A000129796	11/7/2017	76331	R$ 293.47
JIL9873	277510A000129909	11/7/2017	76331	R$ 293.47
LCZ1110	277510A000129820	11/7/2017	60412	R$ 195.23
LYP2252	277510A000114303	24/6/2017	55412	R$ 195.23
LYR6576	277510A000128193	11/7/2017	55500	R$ 130.16
LYY4697	277510A000113935	24/6/2017	55412	R$ 195.23
MAH8067	277510A000114302	23/6/2017	55412	R$ 195.23
MDB7324	277510A000111786	23/6/2017	55412	R$ 195.23
MDB7324	277510A000112049	23/6/2017	55412	R$ 195.23
MDR9593	277510A000129749	11/7/2017	76331	R$ 293.47
MFG8236	277510A000129598	11/7/2017	76332	R$ 293.47
MGT9686	277510A000129799	11/7/2017	76331	R$ 293.47
MHF7302	277510A000112050	24/6/2017	55412	R$ 195.23
MHV9146	277510A000113934	24/6/2017	55412	R$ 195.23
MIA9593	277510A000114256	24/6/2017	55412	R$ 195.23
MLO3913	277510A000129818	11/7/2017	60412	R$ 195.23
MMM1927	277510A000113933	23/6/2017	55412	R$ 195.23

NPI0008	277510A000129599	11/7/2017	76331	R$ 293.47
NSO0283	277510A000114063	23/6/2017	55412	R$ 195.23
OGX2490	277510NIC0008931	12/9/2017	50020	R$ 585.69
OOD0650	277510A000113990	23/6/2017	55412	R$ 195.23
QHN6039	277510A000129800	11/7/2017	76331	R$ 293.47
QHQ6284	277510NIC0008918	12/9/2017	50020	R$ 195.23
QHX7101	277510NIC0008917	12/9/2017	50020	R$ 130.16
QIG5460	277510A000129519	11/7/2017	60412	R$ 195.23

Publicado por:
Clauro de Arruda
Código Identificador:DE158188

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÕES - 2017

Nº DA LICITAÇÃO	MODALIDADE	DATA DE INSTAURAÇÃO	DATA DE ABERTURA/ JULGAMENTO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR R$	PRAZO DE VIGÊNCIA/ EXECUÇÃO
114/2017	PREGÃO PRESENCIAL	28/08/2017	13/09/2017 13/09/2017	Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos não padronizados, constantes na tabela CMED, para a Secretaria de Saúde	DESERTO	----------	----------

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador:53D51BF9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÕES - 2017

Nº DA LICITAÇÃO	MODALIDADE	DATA DE INSTAURAÇÃO	DATA DE ABERTURA/ JULGAMENTO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR R$	PRAZO DE VIGÊNCIA/ EXECUÇÃO
113/2017	PREGÃO PRESENCIAL	25/08/2017	12/09/2017 13/09/2017	Registro de preços para eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção da rede de iluminação pública do Município.	COMERCIAL ONIX LTDA – EPP, inscrito no CNPJ sob nº 17.659.287/0001-69	49.770,00	12(DOZE) MESES
					ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 00.226.324/0001-42	13.786,50	
					J.C DOS SANTOS ILUMINAÇÃO - EPP inscrita no CNPJ sob nº 26.575.903/0001-94	28.525,00	
					NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº 09.356.266/0001-46	46.330,00	
					ROSSA MATERIAL ELÉTRICO LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob nº 04.109.543/0001-00	27.330,00	
					TIAGO DANIEL VEDAN – ME, inscrita no CNPJ 28.248.986/0001-32	26635,40	

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador:8C76EA25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVOS

PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS							
Nº ADITIVO ANO 2017	CONTRATADA/DETENTORA	ATA/CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	FINALIDADE	DATA DE ASSINATURA	VALOR ANTERIOR VIGÊNCIA ANTERIOR	VALOR ATUAL VIGÊNCIA ATUAL
3º	PLSS SOLUÇÕES LTDA ME	34/2016	PREGÃO Nº 4/2016	VIGÊNCIA E VALOR	30/08/2017	03/09/2017 R$ 162.500,00	31/12/2017 R$ 134.210,00
3º	SETI SEGURANÇA E TECNOLOGIA NA INTERNET ME	35/2016	PREGÃO Nº 4/2016	VIGÊNCIA E VALOR	30/08/2017	03/09/2017 R$ 29.800,00	31/12/2017 R$ 30.650,00
1º	TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	ATA 71/2016	PREGÃO Nº 44/2016	ACRESCIMO DE QUANTIDADES	01/09/2017	R$ 11.683,20	R$ 13.505,45
2°	SAFRA DIESEL LTDA	112/2016	PREGÃO Nº 47/2016	REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO	05/09/2017	R$ 657.500,00	R$ 670.810,00
1º	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA ME	ATA 55/2016	PREGÃO Nº 44/2016	ACRÉSCIMODE QUANTIDADES	05/09/2017	R$ 21.005,00	R$ 21.165,00
1º	ECOFARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	ATA 61/2016	PREGÃO Nº 44/2016	ACRÉSCIMODE QUANTIDADES	05/09/2017	R$ 5.621,96	R$ 5.637,71

1º	SALVI E LOPES E CIA LTDA	ATA 69/2017	PREGÃO Nº 44/2016	ACRÉSCIMODE QUANTIDADES	05/09/2017	R$ 17.705,35	R$ 17.805,85
1º	ITAVOL COMERCIAL LTDA	ATA 21/2017	PREGÃO 59/2016	ACRÉSCIMODE QUANTIDADES	06/09/2017	R$ 16.490,00	R$ 19.342,22

Publicado por:
Adaiane Caroline Knapik
Código Identificador:5D6A8522

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATOS

Contrato 2017	Contratada (o)	Processo	Objeto	Data de Homologação	Data de assinatura	Vigência	Valor total – R$
109	ASSOCIAÇÃO METROCARD	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 19/2017	FORNECIMENTO DE VALES TRANSPORTE PARA LINHA QUITANDINHA – PINHEIRINHO	23/08/2017	23/08/2017	23/08/2018	R$ 71.500,00
110	PRESTARE COMERCIO LTDA ME	PREGÃO N° 42/2017	AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO AMBULANCIA	04/09/2017	04/09/2017	31/12/2017	R$137.000,00
111	CASSIANO RICARDO FROES SUTHERLAND ME	PREGÃO N° 45/2017	SSINATURA DE REVISTAS "NOSSO AMIGUINHO" PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	04/09/2017	04/09/2017	03/09/2018	R$2.422,00
112	VIDA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA	DISPENSA DIRETA N° 28/2017	REVISÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAUDE OCUPACIONAL (PCMSO) E PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) E DO LTCAT	05/09/2017	05/09/2017	31/12/2017	R$ 3.500,00
113	BETANIAMED COMERCIAL EIRELI - EPP	PREGÃO N° 48/2017	AQUISIÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLOGICAS COMPLETAS	06/09/2017	06/09/2017	31/12/2017	R$41.499,99
114	RODO SERVICE LTDA.	PREGÃO N° 47/2017	AQUISIÇÃO DE ONIBUS PARA USO NO TRANSPORTE ESCOLAR	13/09/2017	13/09/2017	31/12/2017	R$ 334.000,00

Publicado por:
Adaiane Caroline Knapik
Código Identificador:213D74EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA Nº 97/2017-PMQ PREGÃO Nº 39/2017-PMQ

Detentor da Ata: AGE HOSPITALAR LTDA EPP
CNPJ n° 13.038.445/0001-02

ITENS								
Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	885	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS MAIS ASSOCIACOES 200ML- Loção Oleosa	AGESANI	UNID	100,00	3,69	369,00
TOTAL								369,00

Total Geral: R$ 369,00 (Trezentos e Sessenta e Nove Reais)
Vigência: 03/03/2018
Data de Assinatura: 04/09/2017

ADAIANE CAROLINE KNAPIK
Pregoeira

SERGIO MARCOS CARVALHO
Gestor do Contrato

Publicado por:
Adaiane Caroline Knapik
Código Identificador:E924CD3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2017									
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I									
DESPESAS	Dotação inicial(d)	Dotação atualizada(e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo(g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo(i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre(j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	46.388.741,90	53.319.910,56	6.183.959,24	25.025.117,28	28.294.793,28	6.382.587,91	23.252.218,77	30.067.691,79	22.318.006,61
DESPESAS CORRENTES	42.626.187,50	46.292.673,20	5.554.646,84	22.289.286,09	24.003.387,11	5.861.589,95	21.442.780,60	24.849.892,60	21.052.560,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.334.968,43	22.940.968,43	2.987.583,51	11.359.647,65	11.581.320,78	2.987.683,51	11.359.647,65	11.581.320,78	11.323.039,50
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	300.000,00	300.000,00	53.451,58	191.244,46	108.755,54	53.451,58	191.244,46	108.755,54	191.244,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.991.219,07	23.051.704,77	2.513.611,75	10.738.393,98	12.313.310,79	2.820.454,86	9.891.888,49	13.159.816,28	9.538.276,09
DESPESAS DE CAPITAL	3.147.632,40	6.412.315,36	629.312,40	2.735.831,19	3.676.484,17	520.997,96	1.809.438,17	4.602.877,19	1.265.446,56
INVESTIMENTOS	2.347.632,40	5.612.315,36	497.125,96	2.256.880,67	3.355.434,69	390.793,52	1.332.487,65	4.279.827,71	788.496,04
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	800.000,00	800.000,00	132.186,44	478.950,52	321.049,48	130.204,44	476.950,52	323.049,48	476.950,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	614.922,00	614.922,00	0,00	0,00	614.922,00	0,00	0,00	614.922,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	614.922,00	614.922,00	0,00	0,00	614.922,00	0,00	0,00	614.922,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	2.370.000,00	2.636.000,00	383.686,83	1.445.412,12	1.190.587,88	383.686,83	1.445.412,12	1.190.587,88	1.391.216,36

SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	48.758.741,90	55.955.910,56	6.567.646,07	26.470.529,40	29.485.381,16	6.766.274,74	24.697.630,89	31.258.279,67	23.709.222,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	48.758.741,90	55.955.910,56	6.567.646,07	26.470.529,40	29.485.381,16	6.766.274,74	24.697.630,89	31.258.279,67	23.709.222,97
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.434.610,69
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	48.758.741,90	55.955.910,56	6.567.646,07	26.470.529,40	29.485.381,16	6.766.274,74	24.697.630,89	31.258.279,67	29.143.833,66
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:5BA91EF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	2.360.000,00	2.626.000,00	383.686,83	1.445.412,12	1.180.587,88	383.686,83	1.445.412,12	1.180.587,88	1.391.216,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.340.000,00	2.606.000,00	383.686,83	1.445.412,12	1.160.587,88	383.686,83	1.445.412,12	1.160.587,88	1.391.216,36
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	2.370.000,00	2.636.000,00	383.686,83	1.445.412,12	1.190.587,88	383.686,83	1.445.412,12	1.190.587,88	1.391.216,36
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	2.370.000,00	2.636.000,00	383.686,83	1.445.412,12	1.190.587,88	383.686,83	1.445.412,12	1.190.587,88	1.391.216,36

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:197BBA31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar(a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	47.311.614,40	50.490.684,72	6.732.716,08	13,33	27.557.788,65	54,58	22.932.896,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.470.642,50	4.603.642,50	584.653,60	12,70	2.710.190,79	58,87	1.893.451,71
IMPOSTOS	3.555.000,00	3.628.000,00	472.265,40	13,02	2.163.099,92	59,62	1.464.900,08
TAXAS	639.766,05	689.766,05	99.892,43	14,48	493.889,77	71,60	195.876,28
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	275.876,45	285.876,45	12.495,77	4,37	53.201,10	18,61	232.675,35
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	357.300,00	357.300,00	61.379,62	17,18	242.186,86	67,78	115.113,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	357.300,00	357.300,00	61.379,62	17,18	242.186,86	67,78	115.113,14
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	481.000,00	495.070,32	110.347,87	22,29	383.243,39	77,41	111.826,93
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	150.000,00	150.000,00	22.145,40	14,76	86.511,18	57,67	63.488,82
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	331.000,00	345.070,32	61.202,47	17,74	269.732,21	78,17	75.338,11
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	27.000,00	0,00	27.000,00	0,00	(27.000,00)
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	130.100,00	130.100,00	3.916,95	3,01	51.513,58	39,60	78.586,42

(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.597.271,90	44.629.271,90	5.885.306,18	13,19	23.962.273,71	53,69	20.666.998,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	41.597.271,90	44.629.271,90	5.785.306,18	12,96	23.862.273,71	53,47	20.766.998,19
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	(100.000,00)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	275.300,00	275.300,00	87.111,86	31,64	208.380,32	75,69	66.919,68
MULTAS JUROS DE MORA	83.300,00	83.300,00	11.263,63	13,52	48.336,28	58,03	34.963,72
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00	30.000,00	27.038,09	90,13	57.831,00	192,77	(27.831,00)
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	147.000,00	147.000,00	5.480,94	3,73	35.036,13	23,83	111.963,87
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	15.000,00	15.000,00	43.329,20	288,86	67.176,91	447,85	(52.176,91)
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.447.127,50	3.583.968,51	732.730,63	20,44	1.586.045,01	44,25	1.997.923,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	927.127,50	1.963.968,51	732.730,63	37,31	1.586.045,01	80,76	377.923,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	882.127,50	1.332.337,50	732.730,63	55,00	1.177.999,72	88,42	154.337,78
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar(a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	45.000,00	631.631,01	0,00	0,00	408.045,29	64,60	223.585,72
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	48.758.741,90	54.074.653,23	7.465.446,71	13,81	29.143.833,66	53,90	24.930.819,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	48.758.741,90	54.074.653,23	7.465.446,71	13,81	29.143.833,66	53,90	24.930.819,57
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	48.758.741,90	54.074.653,23	7.465.446,71	13,81	29.143.833,66	53,90	24.930.819,57
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.887.257,33	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:3E7ECE2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇAO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUICÇOES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COSIP - COBRANÇA NA FATURA DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS REC PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇAO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇAO ANIMAL E DERIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE APORTES PERIÓDICOS PARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇOES DE CREDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇAO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	(2.370.000,00)	0,00	(383.686,83)		(1.445.412,12)		1.445.412,12
TOTAL(V) = (III + IV)	(2.370.000,00)	0,00	(383.686,83)	()	(1.445.412,12)	()	1.445.412,12

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:B3C906CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso II, alínia "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	46.388.741,90	53.319.910,56	6.183.959,24	25.025.117,28	94,54	28.294.793,28	6.382.587,91	23.252.218,77	94,15	30.067.691,79
LEGISLATIVA	1.605.150,00	1.605.150,00	0,00	0,00	0,00	1.605.150,00	0,00	0,00	0,00	1.605.150,00
AÇÃO LEGISLATIVA	1.605.150,00	1.605.150,00	0,00	0,00	0,00	1.605.150,00	0,00	0,00	0,00	1.605.150,00
ADMINISTRAÇÃO	4.338.144,90	4.358.144,90	629.308,31	2.136.905,76	8,07	2.221.239,14	567.015,60	2.034.183,66	8,24	2.323.961,24
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.338.144,90	4.358.144,90	629.308,31	2.136.905,76	8,07	2.221.239,14	567.015,60	2.034.183,66	8,24	2.323.961,24
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.385.024,10	2.608.175,42	311.538,37	1.051.351,30	3,97	1.556.824,12	285.613,25	996.080,66	4,03	1.612.094,76
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	96.641,00	115.908,24	518,96	17.604,15	0,07	98.304,09	396,00	16.995,69	0,07	98.912,55
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.288.383,10	2.492.267,18	311.019,41	1.033.747,15	3,91	1.458.520,03	285.217,25	979.084,97	3,96	1.513.182,21
SAÚDE	11.894.504,16	12.908.040,84	1.759.314,98	6.909.705,50	26,10	5.998.335,34	1.897.971,20	6.383.607,46	25,85	6.524.433,38
ATENÇÃO BÁSICA	11.894.504,16	12.908.040,84	1.759.314,98	6.909.705,50	26,10	5.998.335,34	1.897.971,20	6.383.607,46	25,85	6.524.433,38
EDUCAÇÃO	13.382.279,01	16.085.663,90	1.899.350,17	8.159.304,98	30,82	7.926.358,92	2.074.901,46	7.723.159,52	31,27	8.362.504,38
ENSINO FUNDAMENTAL	11.325.202,31	12.626.554,24	1.386.601,29	6.719.822,85	25,39	5.906.731,39	1.619.322,94	6.342.356,75	25,68	6.284.197,49
ENSINO SUPERIOR	64.240,00	64.240,00	5.995,00	7.422,50	0,03	56.817,50	5.995,00	7.422,50	0,03	56.817,50
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.802.503,70	3.204.536,66	467.153,88	1.298.019,63	4,90	1.906.517,03	409.983,52	1.239.340,27	5,02	1.965.196,39
EDUCAÇÃO ESPECIAL	190.333,00	190.333,00	39.600,00	134.040,00	0,51	56.293,00	39.600,00	134.040,00	0,54	56.293,00
CULTURA	48.315,30	48.315,30	0,00	0,00	0,00	48.315,30	0,00	0,00	0,00	48.315,30
DIFUSÃO CULTURAL	48.315,30	48.315,30	0,00	0,00	0,00	48.315,30	0,00	0,00	0,00	48.315,30
URBANISMO	7.888.066,60	9.684.447,75	1.045.503,46	3.931.578,61	14,85	5.752.869,14	942.616,73	3.449.999,06	13,97	6.234.448,69
SERVIÇOS URBANOS	7.188.066,60	7.931.767,20	1.045.503,46	3.339.898,06	12,62	4.591.869,14	942.616,73	3.104.818,12	12,57	4.826.949,08
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	700.000,00	1.752.680,55	0,00	591.680,55	2,24	1.161.000,00	0,00	345.180,94	1,40	1.407.499,61
SANEAMENTO	39.033,30	39.033,30	0,00	0,00	0,00	39.033,30	0,00	0,00	0,00	39.033,30
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	19.033,30	19.033,30	0,00	0,00	0,00	19.033,30	0,00	0,00	0,00	19.033,30
GESTÃO AMBIENTAL	1.058.766,05	1.058.766,05	62.570,97	649.827,53	2,45	408.938,52	150.391,77	543.490,13	2,20	515.275,92
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.058.766,05	1.058.766,05	62.570,97	649.827,53	2,45	408.938,52	150.391,77	543.490,13	2,20	515.275,92
AGRICULTURA	1.050.263,03	1.360.789,03	179.454,84	848.132,63	3,20	512.656,40	176.683,89	802.605,41	3,25	558.183,62
EXTENSÃO RURAL	1.050.263,03	1.360.789,03	179.454,84	848.132,63	3,20	512.656,40	176.683,89	802.605,41	3,25	558.183,62
INDÚSTRIA	59.975,60	559.975,60	0,00	0,00	0,00	559.975,60	0,00	0,00	0,00	559.975,60
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	59.975,60	559.975,60	0,00	0,00	0,00	559.975,60	0,00	0,00	0,00	559.975,60
COMÉRCIO E SERVIÇOS	334.500,00	393.688,62	57.014,74	179.857,81	0,68	213.830,81	48.026,96	168.998,14	0,68	224.690,48
PROMOÇÃO COMERCIAL	334.500,00	393.688,62	57.014,74	179.857,81	0,68	213.830,81	48.026,96	168.998,14	0,68	224.690,48
DESPORTO E LAZER	589.797,85	894.797,85	54.265,38	488.258,18	1,84	406.539,67	55.711,03	481.899,75	1,95	412.898,10
DESPORTO COMUNITÁRIO	589.797,85	894.797,85	54.265,38	488.258,18	1,84	406.539,67	55.711,03	481.899,75	1,95	412.898,10
ENCARGOS ESPECIAIS	1.100.000,00	1.100.000,00	185.638,02	670.194,98	2,53	429.805,02	183.656,02	668.194,98	2,71	431.805,02
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.100.000,00	1.100.000,00	185.638,02	670.194,98	2,53	429.805,02	183.656,02	668.194,98	2,71	431.805,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	614.922,00	614.922,00	0,00	0,00	0,00	614.922,00	0,00	0,00	0,00	614.922,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	614.922,00	614.922,00	0,00	0,00	0,00	614.922,00	0,00	0,00	0,00	614.922,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III))	2.370.000,00	2.636.000,00	383.686,83	1.445.412,12	5,46	1.190.587,88	383.686,83	1.445.412,12	5,85	1.190.587,88
TOTAL	48.758.741,90	55.955.910,56	6.567.646,07	26.470.529,40	100,00	29.485.381,16	6.766.274,74	24.697.630,89	100,00	31.258.279,67

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:89D0640E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA											
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JULHO A AGOSTO DE 2017											
LRF, Art. 52, inciso II, alínia "c" - Anexo II											
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.370.000,00	2.636.000,00	383.686,83	1.445.412,12	100,00	1.190.587,88	383.686,83	1.445.412,12	100,00	1.190.587,88
LEGISLATIVA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
ADMINISTRAÇÃO	280.000,00	280.000,00	36.266,13	140.957,86	9,75	139.042,14	36.266,13	140.957,86	9,75	139.042,14
ADMINISTRAÇÃO GERAL	280.000,00	280.000,00	36.266,13	140.957,86	9,75	139.042,14	36.266,13	140.957,86	9,75	139.042,14
ASSISTÊNCIA SOCIAL	120.000,00	120.000,00	20.869,36	73.232,34	5,07	46.767,66	20.869,36	73.232,34	5,07	46.767,66
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	120.000,00	120.000,00	20.869,36	73.232,34	5,07	46.767,66	20.869,36	73.232,34	5,07	46.767,66
SAÚDE	735.000,00	735.000,00	110.697,01	422.624,61	29,24	312.375,39	110.697,01	422.624,61	29,24	312.375,39
ATENÇÃO BÁSICA	735.000,00	735.000,00	110.697,01	422.624,61	29,24	312.375,39	110.697,01	422.624,61	29,24	312.375,39
EDUCAÇÃO	845.000,00	1.105.000,00	166.433,86	617.907,88	42,75	487.092,12	166.433,86	617.907,88	42,75	487.092,12
ENSINO FUNDAMENTAL	630.000,00	740.000,00	121.085,43	474.493,33	32,83	265.506,67	121.085,43	474.493,33	32,83	265.506,67
EDUCAÇÃO INFANTIL	215.000,00	365.000,00	45.348,43	143.414,55	9,92	221.585,45	45.348,43	143.414,55	9,92	221.585,45
URBANISMO	260.000,00	260.000,00	36.659,37	142.073,99	9,83	117.926,01	36.659,37	142.073,99	9,83	117.926,01
SERVIÇOS URBANOS	260.000,00	260.000,00	36.659,37	142.073,99	9,83	117.926,01	36.659,37	142.073,99	9,83	117.926,01
AGRICULTURA	50.000,00	50.000,00	7.687,02	29.290,87	2,03	20.709,13	7.687,02	29.290,87	2,03	20.709,13
EXTENSÃO RURAL	50.000,00	50.000,00	7.687,02	29.290,87	2,03	20.709,13	7.687,02	29.290,87	2,03	20.709,13
COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.000,00	26.000,00	2.448,96	9.405,85	0,65	16.594,15	2.448,96	9.405,85	0,65	16.594,15
PROMOÇÃO COMERCIAL	20.000,00	26.000,00	2.448,96	9.405,85	0,65	16.594,15	2.448,96	9.405,85	0,65	16.594,15
DESPORTO E LAZER	35.000,00	35.000,00	2.625,12	9.918,72	0,69	25.081,28	2.625,12	9.918,72	0,69	25.081,28
DESPORTO COMUNITÁRIO	35.000,00	35.000,00	2.625,12	9.918,72	0,69	25.081,28	2.625,12	9.918,72	0,69	25.081,28
ENCARGOS ESPECIAIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL	2.370.000,00	2.636.000,00	383.686,83	1.445.412,12	100,00	1.190.587,88	383.686,83	1.445.412,12	100,00	1.190.587,88

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:1EDF61D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JULHO A AGOSTO DE 2017				
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)				
RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Caput do art. 212 da constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	3.720.000,00	3.793.000,00	2.221.940,45	58,58
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	829.000,00	829.000,00	648.690,55	78,25
1.1.1 - IPTU	700.000,00	700.000,00	596.539,36	85,22
1.1.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do IPTU	129.000,00	129.000,00	52.151,19	108,02
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	351.000,00	351.000,00	111.075,34	31,65
1.2.1 - ITBI	350.000,00	350.000,00	111.075,34	31,74
1.2.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.975.000,00	2.042.000,00	981.760,71	48,08
1.3.1 - ISS	1.940.000,00	2.007.000,00	975.071,37	48,58
1.3.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ISS	35.000,00	35.000,00	6.689,34	66,89
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	565.000,00	571.000,00	480.413,85	84,14
1.4.1 - IRRF	565.000,00	571.000,00	480.413,85	84,14
1.4.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	36.000.000,00	37.806.000,00	19.527.132,25	51,65
2.1 - Cota-parte FPM	22.800.000,00	24.581.000,00	11.603.299,40	47,20
2.1.1 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'b'	21.800.000,00	22.895.000,00	10.874.259,39	47,50
2.1.2 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'd'	1.000.000,00	1.686.000,00	729.040,01	43,24
2.2 - Cota-parte ICMS	10.700.000,00	10.725.000,00	6.548.952,71	61,06
2.3 - ICMS-Desoneração - LC. nº 87/1996	100.000,00	100.000,00	43.809,60	43,81
2.4 - Cota-parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	90.385,31	45,19
2.5 - Cota-parte ITR	200.000,00	200.000,00	15.918,90	7,96
2.6 - Cota-parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	1.224.766,33	61,24
2.7 - Cota-parte IOF-Ouro (100 %)	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1+2)	39.720.000,00	41.599.000,00	21.749.072,70	52,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	75.000,00	79.221,10	5.281,60	6,67
5 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.576.133,20	2.809.157,28	1.774.353,85	63,16
5.1 - Transferências do salário-educação	697.500,00	697.500,00	460.880,28	66,08
5.2 - Outras transferências do FNDE	1.828.633,20	2.058.843,20	1.293.817,24	62,84
5.3 - Aplicação financeira dos recursos do FNDE	50.000,00	52.814,08	19.656,33	37,22
6 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação financeira dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00

9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	2.651.133,20	2.888.378,38	1.779.635,45	61,61

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.000.000,00	7.000.000,00	3.759.618,16	53,71
10.1 - Cota-parte FPM destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	4.360.000,00	4.360.000,00	2.174.851,67	49,88
10.2 - Cota-parte ICMS destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.140.000,00	2.140.000,00	1.309.790,40	61,21
10.3 - ICMS-Desoneração destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	8.761,92	43,81
10.4 - Cota-parte IPI-Exportação destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	18.077,09	45,19
10.5 - Cota-parte ITR destinada ao FUNDEB - (20% de 2.5)	40.000,00	40.000,00	3.183,68	7,96
10.6 - Cota-parte IPVA destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	400.000,00	400.000,00	244.953,40	61,24
11 - RECEITAS RECEBIDAS do FUNDEB	7.001.460,00	8.152.460,00	5.324.359,05	64,87
11.1 - Transferências de recursos do FUNDEB	7.001.460,00	8.152.460,00	5.288.674,47	64,87
11.2 - Complementação da união ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB	0,00	0,00	35.684,58	0,00
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.460,00	1.152.460,00	1.529.056,31	132,68

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(f) = (g/d)x100
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.200.876,00	5.229.876,00	3.424.564,52	65,48	3.455.378,61	66,07
13.1 - Com educação infantil	524.230,00	1.577.230,00	901.222,52	57,14	906.222,54	57,46
13.2 - Com ensino fundamental	3.676.646,00	3.652.646,00	2.523.342,00	69,08	2.549.156,07	69,79
14 - OUTRAS DESPESAS	2.777.584,00	2.972.315,60	1.483.633,85	49,92	1.434.345,46	48,26
14.1 - Com educação infantil	27.000,00	58.000,00	17.714,52	30,54	12.714,50	21,92
14.2 - Com ensino fundamental	2.750.584,00	2.914.315,60	1.465.919,33	50,30	1.421.630,96	48,78
15 - TOTAL DAS DESPESAS COM FUNDEB (13+14)	6.978.460,00	8.202.191,60	4.908.198,37	59,84	4.889.724,07	59,61

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	Valor
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FINDEB (16+17)	0,00
19 - MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13-18) / (11) X 100)%	64,90
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	72.731,60
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO	72.731,60

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(f) = (g/d)x100
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.013.503,70	3.547.795,30	1.422.493,12	40,10	1.363.813,76	38,44
22.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	551.230,00	1.635.230,00	918.937,04	56,20	918.937,04	56,20
22.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	1.462.273,70	1.912.565,30	503.556,08	26,33	444.876,72	23,26
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.547.402,11	10.544.476,25	5.577.341,43	52,89	5.531.221,38	52,46
23.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	6.427.230,00	6.566.961,60	3.989.261,33	60,75	3.970.787,03	60,47
23.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	3.120.172,11	3.977.514,65	1.777.368,12	44,69	1.733.713,07	43,59
23.9 - Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	0,00	(189.288,02)	0,00	(173.278,72)	0,00
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	64.240,00	64.240,00	7.422,50	11,55	7.422,50	11,55
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE(22+23+24+25+26+27)	11.625.145,81	14.156.511,55	7.007.257,05	49,50	6.902.457,64	48,76

DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.529.056,31
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	35.684,58
32 - DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO ACRÉSCIMO E DA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR	72.731,60
33 - DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	291,60
34 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RAP INSCRITOS COM DISP. FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	1.225,79
36 - TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35)	1.638.989,88
37 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23-36)	5.256.045,26
38 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	24,17

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(f) = (g/d)x100
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM APL FINAN DE OUTROS RECURSOS DE IMP VINC AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	710.000,00	789.728,61	270.655,83	34,27	270.655,83	34,27
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(f) = (g/d)x100
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.866.133,20	2.216.423,74	1.297.537,74	58,54	982.200,99	44,31
43 - TOTAL OUTRAS DESP CUSTEADAS COM REC ADICIONAIS PARA FINAN DO ENSINO	2.576.133,20	3.006.152,35	1.568.193,57	52,17	1.252.856,82	41,68
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	14.201.279,01	17.162.663,90	8.575.450,62	49,97	8.155.314,46	47,52

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ BIMESTRE	CANCELADOS EM 2017 (g)
45 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	243.920,69	1.225,79

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	101.884,89	0,00
47 - (+) INGRESSOS DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	5.288.674,47	0,00
48 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.861.811,90	0,00
49 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	35.684,58	0,00
50 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	564.432,04	0,00
51 - (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 - Retenções	0,00	0,00

51.2 - Conciliação Bancária	0,00	0,00
52 - (=) Saldo financeiro conciliado	0,00	0,00

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:DD75D21F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017
ADCT. Art. 77 - Anexo XVI

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.720.000,00	3.793.000,00	2.221.940,45	58,58
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	700.000,00	700.000,00	596.539,36	85,22
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	350.000,00	350.000,00	111.075,34	31,74
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.940.000,00	2.007.000,00	975.071,37	48,58
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	565.000,00	571.000,00	480.413,85	84,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	15.000,00	15.000,00	11.010,17	73,40
Dívida Ativa dos Impostos	120.000,00	120.000,00	29.360,63	24,47
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	30.000,00	30.000,00	18.469,73	61,57
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.000.000,00	36.120.000,00	18.798.092,24	52,04
Cota-Parte FPM	21.800.000,00	22.895.000,00	10.874.259,39	47,50
Cota-Parte ITR	200.000,00	200.000,00	15.918,90	7,96
Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	1.224.766,33	61,24
Cota-Parte ICMS	10.700.000,00	10.725.000,00	6.548.952,71	61,06
Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	90.385,31	45,19
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	100.000,00	100.000,00	43.809,60	43,81
Desoneração ICMS (LC 87/96)	100.000,00	100.000,00	43.809,60	43,81
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	38.720.000,00	39.913.000,00	21.020.032,69	52,66
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.701.094,30	2.976.094,30	1.683.238,19	56,56
Provenientes da União	2.047.794,30	2.102.794,30	1.252.488,46	59,56
Provenientes dos Estados	653.300,00	873.300,00	430.749,73	49,32
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.701.094,30	2.976.094,30	1.683.238,19	56,56

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o bimestre (f)	% (f/e) x100	Liquidadas até o	% (g/e) x100
DESPESAS CORRENTES	12.339.496,86	12.806.229,77	6.972.272,95	54,44	6.744.930,47	52,67
Pessoal e encargos sociais	6.267.580,10	6.267.580,10	3.517.755,55	56,13	3.517.755,55	56,13
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	6.071.916,76	6.538.649,67	3.454.517,40	52,83	3.227.174,92	49,36
DESPESAS DE CAPITAL	290.007,30	836.811,07	360.057,16	43,03	61.301,60	7,33
Investimentos	290.007,30	836.811,07	360.057,16	43,03	61.301,60	7,33
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	12.629.504,16	13.643.040,84	7.332.330,11	53,74	6.806.232,07	49,89
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o bimestre (h)	% (h/V)	Até o bimestre (i)	% (i/V)
(-)DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	7.600,00	7.600,00	2.382,36	0,03	2.382,36	0,04
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.798.494,30	3.803.030,98	1.989.583,98	27,13	1.621.349,07	23,82
Recursos de transferências do sistema único de saúde - SUS	2.798.494,30	3.803.030,98	1.989.583,98	27,13	1.621.349,07	23,82
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	53.004,00	0,72	53.004,00	0,78
(-)RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	167.273,65	2,28	167.273,65	2,46
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	19.134,46	0,26	19.134,46	0,26
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.806.094,30	3.810.630,98	2.231.378,45	30,43	1.863.143,54	27,35

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.100.951,66	69,57	4.943.088,53	72,63
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL				23,52
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100				1.790.083,63

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VINCULADOS A SAÚDE	RESTOS A PAGAR	
	Inscritos em	Cancelados em
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o bimestre (l)	% (l/total l)	Até o bimestre (m)	% (m/total m)
Atenção básica	12.629.504,16	13.643.040,84	7.332.330,11	100,00	6.806.232,07	100,00
Assistência hospitalar e ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.629.504,16	13.643.040,84	7.332.330,11	100,00	6.806.232,07	100,00

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:51914591

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2016 a Agosto/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Setembro/2016	Outubro/2016	Novembro/2016	Dezembro/2016	Janeiro/2017	Fevereiro/2017		
	Março/2017	Abril/2017	Maio/2017	Junho/2017	Julho/2017	Agosto/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.810.648,17	1.906.559,93	2.547.280,98	3.424.813,69	3.004.195,00	2.317.735,81		
	2.378.321,37	2.137.774,46	2.289.262,06	2.021.864,42	2.398.904,21	2.164.229,14	28.401.589,24	41.436.350,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	73.690,01	119.667,81	66.725,55	115.219,34	67.460,11	70.077,61		
	139.303,88	230.885,43	116.106,57	100.936,11	119.104,47	92.643,80	1.311.820,69	2.145.000,00
IPTU	8.476,03	2.199,02	6.133,72	4.190,17	-	2.848,57		
	49.836,39	136.872,88	7.456,82	12.069,47	3.134,56	12.049,92	245.267,55	398.200,00
ISS	29.767,36	24.684,68	28.479,04	43.558,82	30.042,01	22.450,01		
	28.598,14	20.479,47	25.025,93	26.891,75	29.853,77	25.760,41	335.591,39	508.000,00
ITBI	6.961,16	65.071,76	4.234,60	11.351,86	12.607,02	5.657,07		
	13.883,47	33.238,02	45.748,58	19.691,36	43.912,76	19.337,08	281.694,74	720.000,00
IRRF	26.856,32	26.552,47	25.688,69	54.870,59	24.493,56	33.241,56		
	33.249,88	34.782,79	32.996,10	36.309,82	37.037,18	33.491,72	399.570,68	275.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.629,14	1.159,88	2.189,50	1.247,90	317,52	5.880,40		
	13.736,00	5.512,27	4.879,14	5.973,71	5.166,20	2.004,67	49.696,33	243.800,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	55.919,58	55.203,66	57.172,23	96.981,58	59.297,36	60.166,99		
	64.695,44	77.439,52	65.146,19	64.943,00	64.977,64	132.087,48	854.030,67	642.100,00
RECEITA PATRIMONIAL	158.665,23	85.830,72	81.372,71	164.979,20	163.452,05	183.053,61		
	192.538,87	117.170,37	93.560,84	111.696,02	254.626,86	69.893,29	1.676.839,77	1.496.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	-	160.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	-	98.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.811,51	927,01	2.796,04	1.738,79	-	847,58		
	18.099,09	32.421,72	2.582,79	4.578,62	1.415,66	4.422,11	73.640,92	375.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.490.913,00	1.629.288,05	2.318.871,17	3.008.732,23	2.699.243,85	1.983.681,12		
	1.941.018,62	1.657.674,30	1.967.548,59	1.693.999,40	1.929.584,15	1.841.708,49	24.162.262,97	29.618.500,00
Cota-Parte do FPM	470.643,59	571.311,91	1.042.350,54	1.629.446,93	694.373,67	890.168,37		
	557.745,03	671.987,92	762.254,33	702.581,80	907.141,27	615.397,29	9.515.402,65	10.440.000,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Setembro/2016	Outubro/2016	Novembro/2016	Dezembro/2016	Janeiro/2017	Fevereiro/2017		
	Março/2017	Abril/2017	Maio/2017	Junho/2017	Julho/2017	Agosto/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.810.648,17	1.906.559,93	2.547.280,98	3.424.813,69	3.004.195,00	2.317.735,81		
Cota-Parte do ICMS	589.025,62	536.339,96	754.891,28	675.723,07	1.169.896,31	463.905,06		
	725.714,59	576.665,01	765.203,78	592.421,55	580.298,29	773.654,53	8.203.739,05	8.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	12.434,72	16.011,47	18.953,23	11.631,70	407.590,84	109.671,92		
	179.859,32	31.617,82	19.879,46	10.681,90	13.110,73	10.714,79	842.157,90	1.070.000,00
Cota-Parte do ITR	11.830,77	53.800,08	1.802,48	345,08	169,06	95,57		
	47,40	178,10	1.772,36	121,90	60,91	63,40	70.287,11	60.000,00
Transferências da LC 87/1996	4.835,00	4.835,00	4.835,00	4.835,00	4.720,97	4.720,97		
	4.720,97	4.720,97	4.720,97	4.720,97	4.720,97	4.720,97	57.107,76	130.000,00
Transferências da LC 61/1989	8.576,38	9.064,78	9.473,42	10.078,81	9.606,84	10.563,69		
	8.301,21	10.023,73	9.405,06	9.456,19	10.622,84	9.940,50	115.113,45	270.000,00
Transferências do FUNDEB	189.444,68	189.375,25	274.008,90	271.414,51	332.677,82	247.932,74		
	253.434,20	187.258,63	232.501,47	187.027,31	174.203,54	222.570,31	2.761.849,36	4.053.000,00
Outras Transferências Correntes	204.122,24	248.549,60	212.556,32	405.257,13	80.208,34	256.622,80		
	211.195,90	175.222,12	171.811,16	186.987,78	239.425,60	204.646,70	2.596.605,69	5.095.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.648,84	15.642,68	20.343,28	37.162,55	14.741,63	19.908,90		
	22.665,47	22.183,12	44.317,08	45.711,27	29.195,43	23.473,97	322.994,22	6.901.750,00
DEDUÇÕES (II)	263.714,88	282.644,15	412.514,88	478.955,63	504.899,52	343.382,17		
	344.177,13	309.946,27	363.278,86	313.744,97	281.090,25	401.148,27	4.299.496,98	4.431.700,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	44.245,72	44.371,57	46.053,74	86.387,57	47.628,03	47.557,10		
	48.899,44	50.907,60	50.631,70	49.748,16	50.803,33	118.250,05	685.484,01	425.700,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	219.469,16	238.272,58	366.461,14	392.568,06	457.271,49	295.825,07		
	295.277,69	259.038,67	312.647,16	263.996,81	230.286,92	282.898,22	3.614.012,97	4.006.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.546.933,29	1.623.915,78	2.134.766,10	2.945.858,06	2.499.295,48	1.974.353,64		
	2.034.144,24	1.827.828,19	1.925.983,20	1.708.119,45	2.117.813,96	1.763.080,87	24.102.092,26	37.004.650,00
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, 12/Set/2017, 16h e 00m.								

Publicado por:
Oneide Arisi Karkling
Código Identificador:44242C51

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre(b)	%(b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.111.200,00	2.111.200,00	918.604,43	43,51
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	398.200,00	398.200,00	224.268,61	56,32
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	720.000,00	720.000,00	194.075,36	26,95
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	508.000,00	508.000,00	209.101,49	41,16
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	275.000,00	275.000,00	265.602,61	96,58
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	73.000,00	73.000,00	891,90	1,22
Dívida Ativa dos Impostos	79.000,00	79.000,00	19.377,96	24,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	58.000,00	58.000,00	5.286,50	9,11
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.030.000,00	20.030.000,00	11.986.212,10	59,84
Cota-Parte FPM	10.000.000,00	10.000.000,00	5.437.129,68	54,37
Cota-Parte ITR	60.000,00	60.000,00	2.508,70	4,18
Cota-Parte IPVA	1.070.000,00	1.070.000,00	783.126,78	73,19
Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	5.647.759,12	66,44
Cota-Parte IPI-Exportação	270.000,00	270.000,00	77.920,06	28,86
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	130.000,00	130.000,00	37.767,76	29,05
Desoneração ICMS (LC 87/96)	130.000,00	130.000,00	37.767,76	29,05
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	22.141.200,00	22.141.200,00	12.904.816,53	58,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	%(d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	7.350.400,00	7.350.400,00	3.065.276,36	41,70
Provenientes da União	3.077.400,00	3.077.400,00	908.135,46	29,51
Provenientes dos Estados	220.000,00	220.000,00	319.534,88	145,24
Provenientes de Outros Municípios	4.053.000,00	4.053.000,00	1.837.606,02	45,34
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	88.000,00	88.000,00	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.438.400,00	7.438.400,00	3.065.276,36	41,21

DESPESAS COM SAÚDE(Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre(f)	%(f/e) x 100	Até o Bimestre(g)	%(g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	8.700.700,00	8.715.700,00	3.454.292,20	39,63	3.371.241,48	38,68
Pessoal e Encargos Sociais	4.109.600,00	4.109.600,00	1.825.370,82	44,42	1.820.313,08	44,29
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.591.100,00	4.606.100,00	1.628.921,38	35,36	1.550.928,40	33,67
DESPESAS DE CAPITAL	829.000,00	1.104.000,00	190.578,66	17,26	183.676,45	16,64
Investimentos	829.000,00	1.104.000,00	190.578,66	17,26	183.676,45	16,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.529.700,00	9.819.700,00	3.644.870,86	37,12	3.554.917,93	36,20

DESPESAS COM SAÚDE NÃO CDOEMSPAUÚTDAEDAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre(h)	%(h/IV f) x 100	Até o Bimestre(i)	%(i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.652.700,00	3.942.700,00	1.251.013,31	34,32	1.244.184,39	35,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	3.484.700,00	3.774.700,00	1.250.073,31	34,30	1.243.244,39	34,97
Recursos de Operações de Crédito	88.000,00	88.000,00	-	-	-	-
Outros Recursos	80.000,00	80.000,00	940,00	0,03	940,00	0,03
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	3.652.700,00	3.942.700,00	1.251.013,31	34,32	1.244.184,39	35,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.877.000,00	5.877.000,00	2.393.857,55	65,68	2.310.733,54	65,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS (VII%) = (VIi / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4] e [5]CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						17,91
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL *VIi - (15 x IIIb) /100+[6]						375.011,06

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência(j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Total (VIII)	-	-	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência(k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	2.151.533,07	-	2.151.533,07
Total (IX)	2.151.533,07	-	2.151.533,07

DESPESAS COM SAÚDE(Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre(l)	%(l/ Total l) x 100	Até o Bimestre(m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	8.816.500,00	9.106.500,00	3.486.679,02	95,66	3.404.056,14	95,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	212.500,00	212.500,00	65.970,45	1,81	58.640,40	1,65
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-		-	-
Vigilância Sanitária	263.200,00	263.200,00	20.139,97	0,55	20.139,97	0,57
Vigilância Epidemiológica	237.500,00	237.500,00	72.081,42	1,98	72.081,42	2,03
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.529.700,00	9.819.700,00	3.644.870,86	100,00	3.554.917,93	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, 12/Set/2017, 16h e 10m.

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total K".

[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012 RECEITAS REALIZADAS

[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa líquida. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada

Publicado por:
Oneide Arisi Karkling
Código Identificador:30810AD9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				Em Reais
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS CORRENTES (I)	2.441.500,00	2.441.500,00	2.343.113,22	2.229.805,66
Receita de Contribuições dos Segurados	425.700,00	425.700,00	464.425,41	365.839,38
Civil	425.700,00	425.700,00	464.425,41	365.839,38
Ativo	424.400,00	424.400,00	463.292,93	365.196,34
Inativo	1.300,00	1.300,00	1.132,48	643,04
Pensionista	-	-	-	-
Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	798.800,00	798.800,00	793.007,20	691.332,36
Civil	798.800,00	798.800,00	793.007,20	691.332,36
Ativo	798.800,00	798.800,00	793.007,20	691.332,36
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-	-
Receita Patrimonial	900.000,00	900.000,00	954.592,30	1.041.988,89
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	900.000,00	900.000,00	954.592,30	1.041.988,89
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	317.000,00	317.000,00	131.088,31	130.645,03
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	317.000,00	317.000,00	131.088,31	130.645,03
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III)=(I+II)	2.441.500,00	2.441.500,00	2.343.113,22	2.229.805,66

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESESPAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	160.000,00	160.000,00	323,25	357,46	323,25	357,46
Despesas Correntes	150.000,00	150.000,00	323,25	357,46	323,25	357,46

Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA (V)	2.268.500,00	2.268.500,00	1.039.615,55	744.069,85	1.036.188,98	740.854,82
Benefícios - Civil	2.268.500,00	2.268.500,00	1.039.615,55	744.069,85	1.036.188,98	740.854,82
Aposentadorias	1.500.000,00	1.500.000,00	829.630,17	641.101,66	829.630,17	641.101,66
Pensões	290.000,00	290.000,00	127.711,21	89.046,83	124.284,64	85.831,80
Outros Benefícios Previdenciários	478.500,00	478.500,00	82.274,17	13.921,36	82.274,17	13.921,36
Benefícios - Militar	-	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI)=(IV+V)	2.428.500,00	2.428.500,00	1.039.938,80	744.427,31	1.036.512,23	741.212,28
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	13.000,00	13.000,00	1.303.174,42	1.485.378,35	1.306.600,99	1.488.593,38

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR		-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR		13.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar		-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos		-
Outros Aportes para o RPPS		-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		-
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	43,35	-
Investimentos e Aplicações	12.661.659,87	11.044.757,22
Outros Bens e Direitos	847.292,78	847.292,78
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, 12/Set/2017, 16h e 01m.		

Publicado por:
Oneide Arisi Karkling
Código Identificador:325D7F72

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2017

Lei nº 11.079, de 30.12.2004,arts. 22, 25 e 28 - Anexo XIII				R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c)=(a+b)
		No bimestre	Até o Bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS				
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS(I)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)				
PASSIVOS CONTINGENTES				
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES				
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO/ 2018	EXERCÍCIO/ 2019	EXERCÍCIO/ 2020	EXERCÍCIO/ 2021	EXERCÍCIO/ 2022	EXERCÍCIO/ 2023	EXERCÍCIO/ 2024	EXERCÍCIO/ 2025	EXERCÍCIO/ 2026
Do Ente Federado											
Das Estatais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS/RCL(%)											
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, 12/Set/2017, 16h e 11m.											

Publicado por:
Oneide Arisi Karkling
Código Identificador:66567D95

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 088/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

Milton José Paizani, Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 2.793, de 13 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 301.822,55 (trezentos e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos) destinados a atender as despesas abaixo relacionadas:

03	**Procuradoria Geral do Município – PGM**	
002	**Assessoria Jurídica – AJ**	
0309100022.005	**Manutenção da Assessoria Jurídica**	
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	17.000,00
10	**Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA**	
002	**Departamento de Agropecuária – DAG**	
2060800062.094	**Infra-estrutura Agropecuária**	
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	13.000,00
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	5.000,00
11	**Secretaria M. de Saúde – SMS/Fundo M. de Saúde – FMS**	
001	**Gabinete do Gestor do Fundo – GG**	
1012200072.086	**Controle Social**	
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 334	**FMS/Qualificação Conselhos Saúde**	1.144,52
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 334	**FMS/Qualificação Conselhos Saúde**	2.020,00
13	**Secretaria Mun. Obras, Serviços Urbanos e Habitação - SOSUH**	
002	**Departamento de Urbanismo e Serviços Públicos – DUSP**	
1545200022.053	**Núcleo de Serviços Urbanos**	
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	13.000,00
2575200022.055	**Iluminação Pública**	
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 507	**COSIP – Contribuição de Iluminação Pública**	180.025,56
003	**Departamento de Obras Públicas – DOP**	
1545100022.056	**Execução e Manutenção de Obras Públicas**	
3.1.90.16.00	**Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	18.000,00
004	**Departamento Rodoviário Municipal – DRM**	
2678200022.057	**Manutenção e Controle da Frota Municipal**	
3.1.90.16.00	**Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	3.000,00
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	23.000,00
3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	5.000,00
005	**Fundo Municipal de Trânsito – FMT**	
1545100022.058	**Fundo Municipal de Trânsito**	
4.4.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 512	**CIDE (Lei 10866/04, Art. 1º B)**	21.632,47

Art. 2º – Os recursos para atender o presente crédito, no valor de R$ 164.020,00 (cento e sessenta e quatro mil e vinte reais), apurados de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320/64 decorrerão do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações:

11	**Secretaria M. de Saúde – SMS/Fundo M. de Saúde – FMS**	
001	**Gabinete do Gestor do Fundo – GG**	
1012200072.086	**Controle Social**	
3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	
Fonte 334	**FMS/Qualificação Conselhos Saúde**	2.020,00
13	**Secretaria Mun. Obras, Serviços Urbanos e Habitação - SOSUH**	
001	**Gabinete de Assessoramento – GA**	
1545200021.095	**Revisar e Atualizar o Plano Diretor**	
4.4.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	20.000,00
4.4.90.52.00	**Equipamentos e Material Permanente**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	10.000,00
1545200022.051	**Serviço de Administração Geral – Obras e Serviços Urbanos**	
3.1.90.05.00	**Outros Benefícios Previdenciários do Servidor e do Militar**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	4.000,00
3.1.90.11.00	**Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	1.000,00
3.1.90.16.00	**Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	11.000,00
2678200022.052	**Terminal Rodoviário**	
3.1.90.05.00	**Outros Benefícios Previdenciários do Servidor e do Militar**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	2.000,00
3.1.90.11.00	**Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	7.000,00
002	**Departamento de Urbanismo e Serviços Públicos – DUSP**	

1545200022.053	**Núcleo de Serviços Urbanos**	
3.1.90.11.00	**Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**	
Fonte 000	**Recursos Ordinários (Livres)**	7.000,00
2575200022.055	**Iluminação Pública**	
3.3.90.47.00	**Obrigações Tributárias e Contributivas**	
Fonte 507	**COSIP – Contribuição de Iluminação Pública**	50.000,00
4.4.90.52.00	**Equipamentos e Material Permanente**	
Fonte 507	**COSIP – Contribuição de Iluminação Pública**	50.000,00

Art. 3º - Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 35.732,54 (trinta e cinco mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior, apurado de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 4º - Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 102.070,01 (cento e dois mil, setenta reais e um centavo), decorrerão de Excesso de Arrecadação, apurado de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Em decorrência do Crédito Adicional previsto neste Decreto, ficam alterados os anexos a ele relacionados da Lei Municipal nº 2.645, de 22 de junho de 2016 e suas alterações, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017, bem como da Lei Municipal nº 2.378, de 04 de dezembro de 2013, e suas alterações, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, para compatibilizá-los com a Lei Municipal nº 2.681, de 07 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa geral do Município de Rio Negro para o exercício financeiro de 2017, e ainda o Decreto 181/2016 de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a Compatibilização da Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício de 2017.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 13 de setembro de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI
Prefeito Municipal

WILSON SCHEUER
Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio

JOANI ASSIS PETERS
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E16A530B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO N° 8.645, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de Dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo aos imóveis dos contribuintes **abaixo:**

Requerimentos nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
2235/2015	MANOEL JOSÉ DA SILVA	R. Ângelo Armacolo, 411 Conj. Gustavo Giordani	100% de 2015
2665/2015	RUTE DOS SANTOS	R. Alberto Androvicis, 437 Conj. Manoel Muller	100% de 2015
2704/2015	OLIMPIO DA SILVA	R. Chile, 52 Jd. das Américas	100% de 2015
2723/2015	MATILDE SANTANA	R. Marli Cortez Perazolo, 67 Conj. Aviação	100% de 2015
3164/2015	MARIA DAS GRAÇAS FROIS	R. Suíça, 166 Jd. Sant'anna	100% de 2015
3253/2015	ALDENIR FELIX DE OLIVEIRA	R. Turim, 425 Jd. Orlandino de Almeida	100% de 2015
3159/2015	NATALINO RODRIGUES DA SILVA	R. Veneza, 125 Jd. Itália	100% de 2015 e 2016
3262/2015	MARIA DE LOURDES VICENTE	Av. Julio Brás Damasceno, 1480 Jd. Perazolo	100% de 2015
3362/2015	DOMINGOS FERREIRA DA CONCEIÇÃO	R. Antonio de Paula, 452 Jd. Gustavo Giordani	100% de 2015
3682/2015	IVO APARECIDO DE OLIVEIRA	R. Hans Lehmann, 132 Conj. Domingos Neves	100% de 2015
4382/2015	JOSÉ MARIA CALIXTO	R. Francisco Gatti, 627 Conj. Morumbi	100% de 2015
5315/2015	ALSIRA FERREIRA JARDIM	R. Gênova, 120 Jd. Itália	100% de 2015
5775/2015	ANA MOREIRA DA SILVA	R. Ernesto Bizetto, 115 Jd. Monte Carlo	100% de 2015
7928/2015	GERALDO APARECIDO FONTOLAN	R. Francisco Gatti, 420 Jd. Santiago	100% de 2015
8118/2015	SIMEIA FURIM DE LIMA	R. dos Sanhaços, 135 Jd. Novo Horizonte	100% de 2015
2016/05/11423	BENEDITA FERREIRA DA SILVA	R. Victorino Abrunhosa, 65 Jd. Planalto	100% do acordo 2011/705 de 27/07/2011, 2011, 2012, 2013, 2015 e 2016
17192/2015	VALDOMIRA SALVADOR NAGGY	R. Hans Lehmann, 760 Jd. Monte Carlo	100% de 2015
2016/05/9964	JOÃO BATISTA DA SILVA	R. Pedro Vicente Ribeiro, 65 Jd. Santiago	100% de 2014, 2015 e 2016

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, **ESTADO DO PARANÁ,** aos 30 de Agosto de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO
Prefeito Municipal

FRANCISCO RAMOS VASQUES FILHO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:2838CED0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS 01/2017

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIO Nº 01/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, torna público o relatório de homologação da classificação final dos candidatos inscritos no Processo Seletivo, do Edital 01/2017 de 16 de agosto de 2017.

AGRONOMIA E ENGENHARIA AMBIENTAL

Nome	Inscrição	Tempo de atuação como estagiário	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Resultado	Classificação
Tatiane Girardi	03	0.0	2.1	2.8	4.9	1º
Edson Tiago Lima	01	0.0	1.5	2.8	4.3	2º
Dauany Wicznovski	02	0.0	0.6	2.4	3.0	3º

DIREITO

Nome	Inscrição	Tempo de atuação como estagiário	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Resultado	Classificação
Mateus de Farias	01	2.0	1.5	2.0	5.5	1º
Juliana Sueli dos Santos	02	0.0	2.4	1.2	3.6	2º

EDUCAÇÃO FÍSICA

Nome	Inscrição	Tempo de atuação como estagiário	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Resultado	Classificação
Luana Candida de Conto	01	3.0	1.8	2.0	6.8	1º
Naionã Marciano Gomes da Silva e Sá	02	0.0	1.2	2.0	3.2	2º

EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome	Inscrição	Tempo de atuação como estagiário	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Resultado	Classificação
Taciane de Conto Araujo	22	2.0	1.8	3.6	7.4	1º
Magna Gracieli Pires Heimann	05	3.0	1.8	2.4	7.2	2º
Aline Kowalski	25	3.0	1.8	2.4	7.2	3º
Rafaela Batista	16	2.0	1.8	3.2	7.0	4º
Camila Pansera	07	3.0	1.5	2.0	6.5	5º
Eliane Cimoni Pilger Pires	02	2.0	1.5	2.8	6.3	6º
Monica Patricia Vieira	08	1.0	2.4	2.8	6.2	7º
Marciéle D 'Anhaia	01	2.0	1.8	2.4	6.2	8º
Adrieli Boff	23	1.0	1.8	3.2	6.0	9º
Marcelo Przyvara Sierota	24	0.0	1.8	4.0	5.8	10º
Andrieli dos Santos Quoos	10	1.0	2.1	2.4	5.5	11º
Idianara Barbosa	15	0.0	1.8	3.6	5.4	12º
Karoline Estela Carbonera Durante	11	0.0	2.1	2.8	4.9	13º
Marquila Sinara Tonel	19	0.0	2.4	2.4	4.8	14º
Graci Kelli de Castro Benedete	09	0.0	1.5	2.8	4.3	15º
Elaine Aparecida Paduan	13	0.0	1.5	2.4	3.9	16º
Silvia Aparecida Lovatel	21	0.0	1.5	2.4	3.9	17º
Alini Battisti	03	0.0	0.9	2.8	3.7	18º
Silviana Machado	18	0.0	2.1	1.6	3.7	19º
Aline Zanella Lamera Schwingel	04	0.0	1.2	2.4	3.6	20º
Adelaide aparecida Trein	06	0.0	1.2	2.4	3.6	21º
Tamara Barbosa	14	0.0	1.5	2.0	3.5	22º
Ana Paula Carbonera	12	0.0	1.8	1.6	3.4	23º
Jocimara Huber	20	0.0	0.9	2.4	3.3	24º
Daiane Jocelia Carvalho	17	0.0	1.2	0.8	2.0	25º

SERVIÇO SOCIAL

Nome	Inscrição	Tempo de atuação como estagiário	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Resultado	Classificação
Danieli Langner	01	0.0	1.5	4.0	5.5	1º

ENSINO MÉDIO

Nome	Inscrição	Tempo de atuação como estagiário	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Resultado	Classificação
Adrielly Ribeiro	03		2.1	4.0	6.1	1º
Monica Casa	05		2.4	3.6	6.0	2º
Amanda Daiane Rech Martins	02		2.1	3.6	5.7	3º
Paula Jessica Carniel	01		2.1	3.2	5.3	4º
Bruno Haimann Leite	06		2.4	2.8	5.2	5º
Everton Eduardo da Silva	07		2.1	2.8	4.9	6º
Geizer Izidoro Vieira	09		2.4	2.4	4.8	7º
Gabriela Annater Bauer	04		2.7	1.6	4.2	8º
Tacia Leticia Bach	08		1.8	2.4	4.2	9º

EDUCAÇÃO INFANTIL (Pessoa com deficiência)

Nome	Inscrição	Tempo de atuação como estagiário	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Resultado	Classificação
Graci Kelli de Castro Benedete	09	0.0	1.5	2.8	4.3	1º

Salgado Filho-PR, 13 de setembro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:A6AAD501

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016

Expirado o prazo recursal, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto em favor da(s) empresa(s):

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	MARCA	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA COM ÁREA DE 1.493,71M² - ESTRADA VICINAL SAÍDA SALTÃO.	LAÉRCIO BONETTI	BONETTI	1,00	48.927,02	48.927,02

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
LAÉRCIO BONETTI	48.927,02

Salto do Lontra, 13 de setembro de 2017

MAURÍCIO BAÚ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:94C42E17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Relatório de Gestão Fiscal		
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
CNPJ: 95590998000138		
Exercício: 2017		
Período de referência: 2º quadrimestre		
RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	992.426,00	
Pessoal Ativo	992.426,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	

Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	992.426,00	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	**DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal**	
	Valor	**% sobre a RCL Ajustada**
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	48.570.019,36	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	48.570.019,36	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	992.426,00	2,04
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.914.201,16	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.768.491,10	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.622.781,04	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal	
Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Relatório de Gestão Fiscal							
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
CNPJ: 95590998000138							
Exercício: 2017							
Período de referência: 2º quadrimestre							
RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal							
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	**Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**						
	Exercício em que Excedeu o Limite		**Exercício do Primeiro Período Seguinte**			**Exercício do Segundo Período Seguinte**	
	No Quadrimestre/Semestre		**Primeiro Período Seguinte**			**Segundo Período Seguinte**	
	Limite Máximo (a)	**% DTP (b) % Excedente (c) = (b-a)**	**Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)**	**Limite (e) = (b-d)**	**% DTP (f)**	**Redutor Residual (g) = (f-a) Limite (h) = (a)**	**% DTP (i)**

Relatório de Gestão Fiscal	
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
CNPJ: 95590998000138	
Exercício: 2017	
Período de referência: 2º quadrimestre	
RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	
Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

_____
Assinatura: 1

_____
Assinatura: 2

_____
Assinatura: 3

_____
Assinatura: 4

_____
Assinatura: 5

_____
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:27D32D0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 926, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de São Pedro do Iguaçu, para o Exercício Financeiro de 2017, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito adicional ESPECIAL no orçamento do município de São Pedro do Iguaçu, para o exercício de 2017.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir por Decreto no Orçamento Geral do Município de São Pedro do Iguaçu, para o Exercício Financeiro de 2017, um Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante a inclusão e suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Valor em R$	Proj ou Ativ.	Descrição do Projeto/Atividade	Elemento	Descrição da Despesa	Fonte de Recursos	Descrição da Fonte de Recursos
1.000.000,00	1.307	Infraestrutura Urbana via Operação de Crédito junto a Ag. De Fomento	44905100	Obras e Instalações	786	Operação de Credito 2017 – Agencia de Fomento do Paraná

Art. 3º - Para a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata a presente Lei, será utilizado a receita proveniente de operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 919 de 06 de junho de 2017.

Art. 4º - Fica autorizada a adequação do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentária, conforme prevê o Art. 3°, da Lei Municipal nº 752, de 05 de novembro de 2013 e suas alterações e Art. 6º da Lei Municipal nº 891, de 12 de julho de 2016 e suas alterações, para que ocorra o correlacionamento e a validação, dos instrumentos legais de orçamento público.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 13 de Setembro de 2017.

FRANCISCO DANTAS DE SOUZA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erieli Rodrigues da Silva
Código Identificador:FD9347D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI N.º 1078 /2017

Súmula: "Dispõe sobre a revogação total da Lei Municipal nº 514/2004, institui novo quadro de classes e cargos, e nova tabela de níveis salariais e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei :

LEI

Art 1º) Revoga a Lei nº 514/2004, e reestrutura as classes de cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal, carga horária, nomenclatura, os quantitativos e níveis de vencimento, e cria novos cargos e vagas, distribuídos por grupos ocupacionais no Anexo I e Anexo II desta Lei,.
Art 2º) Cria o Cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, e respectivamente, 05 (cinco) vagas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimento nível salarial 3.
Art 3º) Cria o cargo de Agente Administrativo, e respectivamente, 01 (vaga) vaga, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimento nível salarial 3.
Art 4º) Cria o Cargo de Professor de Artes, e respectivamente, 02 (duas) vagas, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimento piso salarial inicial.
Art 5º) Cria o Cargo de Professor de Educação Física, e respectivamente, 03 (três) vagas, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimento piso salarial inicial.
Art 6º) Altera a nomenclatura dos cargos de Professor de 1ª a 4ª série e Professor de Educação Infantil, para Professor.
Art 7º) Cria o cargo de Artesão, e respectivamente, 01 (vaga) vaga, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimento nível salarial 18.
Art 8º) As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.
Art. 9º) Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema, 12 de setembro de 2017

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

ANEXO I

CLASSES DA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DE PESSOAL

1. Serviços Gerais, Obras e Serviços Públicos.

Denominação do Cargo	Nível Salarial	Quantitativo de Vagas	Carga Horária
Auxiliar de Serviços Gerais	01	70	40 horas
Aux de Desenvolvimento Infantil	03	05	40 horas
Pedreiro	07	Em extinção	40 horas

Almoxarife	06	01	40 horas
Magarefe	09	Em extinção	40 horas
Eletricista	05	01	40 horas
Artesão	18	01	40 horas

2. Serviços de Manutenção e Transportes

Denominação do Cargo	Nível Salarial	Quantitativo de Vagas	Carga Horária
Mecânico	19	01	40 horas
Aux de mecânico	06	01	40 horas
Motorista	12	29	40 horas
Operador de máquinas pesadas	16	07	40 horas

3. Administrativo, Contábil e Financeiro

Denominação do Cargo	Nível Salarial	Quantitativo de Vagas	Carga Horária
Contador	21	01	40 horas
Agente Administrativo	03	01	40 horas
Auxiliar Administrativo	11	17	40 horas
Oficial Administrativo	15	Em extinção	40 horas
Operador de computador	18	Em extinção	40 horas

4. Serviços de apoio à Saúde

Denominação do Cargo	Nível Salarial	Quantitativo de Vagas	Carga Horária
Técnico em enfermagem	08	18	40 horas
Agente Comunitário de Saúde	03	18	40 horas
Inseminador	10	01	40 horas
Agente de Endemias	03	02	40 horas
Auxiliar de Dentista	04	04	40 horas

5. Serviços de apoio à Educação

Denominação do Cargo	Nível Salarial	Quantitativo de Vagas	Carga Horária
Professor	02	108	20 horas

6. Nível Técnico

Denominação do Cargo	Nível Salarial	Quantitativo de Vagas	Carga Horária
Técnico Agropecuário	17	02	40 horas
Técnico em Radiologia	17	02	24horas
Agente de Defesa Ambiental	17	05	40 horas
Fiscal de Tributos Municipal	17	05	40 horas

7. Nível Superior

Denominação do Cargo	Nível Salarial	Quantitativo de Vagas	Carga Horária
Cirurgião Dentista	20	04	40 horas
Enfermeiro	21	05	40 horas
Médico	22	02	40 horas
Fonoaudiólogo	16	01	20 horas
Farmaceutico	20	02	40 horas
Médico Veterinário	18	01	20 horas
Eng Agronomo	18	01	20 horas
Eng Florestal	21	01	40 horas
Eng Civil	21	01	20 horas
Assistente Social	21	02	30 horas
Advogado	21	02	20 horas
Fisioterapeuta	20	01	30 horas
Psicologo	20	03	40 horas
Nutricionista	14	02	20 horas
Terapeuta Ocupacional	20	01	30 horas
Analista de Sistema	13	01	20 horas

ANEXO II

TABELA SALARIAL COM NÍVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA-PR

Nivel	Valor	Nomenclatura dos cargos
1	948,83	Auxiliar de Serviços Gerais
2	1.149,40	Professor
3	1.202,50	Agente Comunitário, Agente de Endemias, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Agente Administrativo
4	1.226,64	Auxiliar de Dentista
5	1.242,82	Eletricista
6	1.275,22	Almoxarife, Auxiliar de Mecânico
7	1.277,77	Pedreiro
8	1.354,44	Técnico em Enfermagem
9	1.463,13	Magarefe (cargo em extinção)
10	1.463,34	Inseminador
11	1.598,83	Auxiliar Administrativo
12	1.602,07	Motorista
13	1.611,22	Analista de Sistemas
14	1.737,62	Nutricionista (20hrs)

15	1.913,05	Oficial Administrativo (cargo em extinção)
16	2.081,98	Operador de Máquinas Pesadas, Fonoaudióloga (20 hrs)
17	2.130,98	Técnico em Radiologia (24 hrs), Agente de Defesa Ambiental, Técnico Agropecuário, Fiscal de Tributos
18	2.533,28	Operador de computador (Em extinção), Médico Veterinário (20 hrs), Engº Agrônomo (20 hrs), Artesão (40 hrs)
19	2.611,63	Mecânico
20	3.475,25	Farmacêutico, Dentista, Psicólogo, Educador Físico, fisioterapeuta (30 hrs), terapeuta ocupacional (30 hrs)
21	4.752,64	Contador, Enfermeiro, Engº Florestal, Engº Civil (20 hrs), Advogado (20 hrs), Assistente Social (30 hrs),
22	10.100,00	Médico

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS GERAIS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1. Classe: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a limpar ruas e logradouros, a executar serviços administrativos simples, de limpeza e arrumação, de zeladoria, nas diversas unidades da Prefeitura, bem como auxiliar no preparo de refeições.

3. Atribuições típicas:
Varrer ruas, praças, parques e jardins do Município, utilizando vassouras, ancinhos e outros instrumentos similares, para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito;
Recolher o lixo, acondicionando-o em latões, sacos plásticos, cestos, carrinhos de tração manual e outros depósitos adequados;
Percorrer os logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos, para coletar o lixo;
Fazer abertura e limpeza de valas, limpeza de galerias, fossas sépticas, esgotos, caixas de areia, poços e tanques;
Raspar meios-fios;
Limpar, capinar, participar de trabalhos de caiação de muros, paredes e similares;
Fazer abertura e limpeza de valas, de galerias, fossas sépticas, esgotos, caixas de areia, poços e tanques;
Lavar e lubrificar veículos e máquinas;
Preparar sepulturas, abrindo covas e moldando lajes para tampá-las;
Sepultar e exumar cadáveres, auxiliar no transporte de caixões, desenterrar restos humanos e guardar ossadas, sob supervisão da autoridade competente;
Zelar pela conservação e limpeza das dependências e instalações do cemitério municipal, a fim de mantê-las nas condições de asseio requeridas;
Zelar pela conservação dos utensílios e equipamentos utilizados nos trabalhos de limpeza pública, recolhendo-os e mantendo-os limpos;
Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas;
Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas;
Percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos;
Preparar e servir café ou pequenos lanches à visitantes e servidores da Prefeitura
Manter limpos utensílios de cozinha;
Auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos;
Preparar lanches e outras refeições simples, segundo orientação superior, para atender aos programas alimentares desenvolvidos pela Prefeitura;
Verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso;
Manter limpo e arrumado o material sob sua guarda;
Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência;
Recolher e distribuir internamente correspondências, pequenos volumes e expedientes, separando-os por destinatário, observando o nome e a localização, solicitando assinatura em livro de protocolo;
Executar serviços externos, apanhando e entregando correspondências, fazendo pequenas compras e pagamentos;
Duplicar documentos diversos, operar máquina copiadora própria, ligando-a, abastecendo-a de papel e tinta, regulando o número de cópias;
Operar cortadoras e grampeadores de papel, bem como alcear os documentos duplicados;
Executar serviços em consultório odontológico, auxiliando-o no preparo das ferramentas para uso específico no dia a dia, limpeza do local, manter limpo e arrumado o material sob sua guarda;
- Auxiliar o Cirurgião-dentista no atendimento à pacientes em consultórios, clínicas, ambulatórios odontológicos ou hospitais que possuam o serviço de odontologia, bem como executar tarefas administrativas;
Auxiliar o Cirurgião-dentista no preparo do material a ser utilizado na consulta;
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento: Instrução - Ensino Médio Completo
Experiência – Não necessita experiência anterior

5. Recrutamento: Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

2. Descrição sintética: Compreende os empregos que se destinam a executar, sob orientação, atividades auxiliares e de apoio nas unidades escolares e creches, promovendo atividades recreativas e zelando pela higiene, segurança e saúde dos menores.

3. Atribuições típicas: Ministrar, de acordo com prescrição médica, remédios e tratamentos que não exijam conhecimentos especializados;
Realizar curativos simples e de emergência, utilizando noções de primeiros socorros ou observando prescrições estabelecidas;
Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche;
Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho;
Participar de cursos de treinamento determinados pela Secretaria Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional;
Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas nas creches e no Município;
Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extraclasse desenvolvidas nas creches-escolas;

Dar apoio aos professores no que concerne à projetos e atividades a que se propõem realizar;
Auxiliar na distribuição de merenda, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições;
Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar;
Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis;
Zelar pela segurança das crianças;
- Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento: Instrução - Magistério e/ou Pedagogia
Experiência – Não necessita experiência anterior

5. Recrutamento: Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

Classe: PEDREIRO (Em extinção)
2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar, organizar e preparar o local de trabalho na obra, construir fundações e estruturas de alvenaria ou madeira, realização de trabalhos de obras civis como: construções, reformas, acabamentos em geral, revestimentos, contrapisos e outras atribuições afins.

3. Atribuições típicas:
Abrir valas no solo, utilizando ferramentas manuais apropriadas;
Carregar e descarregar veículos, empilhando os materiais nos locais indicados;
Transportar materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, de acordo com instruções recebidas;
Realizar manutenção em geral em vias, manejar áreas verdes, tapar buracos, limpar vias permanentes e realizar a manutenção em bueiros e galerias de águas pluviais
Limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho que não exijam conhecimentos especiais;
Dar mira e bater estaca nos trabalhos topográficos;
Auxiliar no nivelamento de superfícies a serem pavimentadas e trabalhar com emulsão asfáltica;
Preparar argamassa, concreto e executar outras tarefas de obras;
Moldar bloquetes, mourões, placas e outros artefatos pré-moldados, utilizando a fôrma e o material adequado, seguindo instruções predeterminadas;
Auxiliar na construção de palanques, andaimes e outras obras;
Realizar a construção, manutenção e reformas de obras de construção civil.
Executar outras atribuições afins.

1. Classe: ALMOXARIFE

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais em almoxarifado.

3. Atribuições típicas:
Fazer os lançamentos da movimentação de entradas e saídas;
Controlar os estoque existentes no seu setor;
Distribuir produtos e materiais a serem expedidos;;
Organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar;
Organizar o almoxarifado no sentido de localizar as ferramentas solicitadas;
Controlar a entrada e saída das ferramentas;
Manter conservados e limpos os materiais e ferramentas;
Conferir e armazenar os produtos, ferramentas e materiais que entram e sai do almoxarifado;
Elaborar fichários para fazer lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controle de estoque
- Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento: Instrução – Ensino Médio Completo

5. Recrutamento: Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso publico e/ou Processo Seletivo Simplificado.
1. Classe: MAGAREFE (Em extinção)

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a abater bovinos, aves, caprinos, ovinos e suínos.

3. Atribuições típicas:
Abater bovinos, aves, caprinos, ovinos e suínos;
Preparar carcaças de animais, limpar, retirar vísceras, depilar, riscar pequenos cortes e separar cabeças e carcaças;
Tratar vísceras limpando e escaldando;
Preparar carnes para comercialização, desossando, identificando tipos, marcando, fatiando, pesando e cortando;
Realizar tratamentos especiais em carnes, salgando, secando, prensando e adicionando conservantes;
Acondicionar em embalagens individuais, manualmente ou com auxílio de máquinas de embalagens a vácuo;
Trabalhar em conformidade as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental;
Executar outras atribuições afins.

1. Classe: ELETRICISTA

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar trabalhos de montagem, reparo e manutenção de sistemas elétricos.

3. Atribuições típicas:
Instalar fiação elétrica, montar quadros de distribuição, caixas de fusível, tomadas e interruptores, de acordo com plantas, esquemas, especificações técnicas e instruções recebidas;
Testar a instalação elétrica, fazendo-a funcionar repetidas vezes para comprovar a exatidão do trabalho executado;

Testar circuitos de instalações elétricas, utilizando aparelhos de precisão, para detectar as partes defeituosas;
Reparar ou substituir unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais, soldas e materiais isolantes para manter as instalações elétricas em condições de funcionamento;
Executar serviços de limpeza e reparo em geradores e motores;
Ler desenhos e esquemas de circuitos elétricos;
Substituir fusíveis, relés, bobinas, lâmpadas e demais equipamentos elétricos;
Consertar e rebobinar dínamos, alternadores e motores em geral;
Orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução dos trabalhos típicos da classe, inclusive quanto a precauções e medidas de segurança;
Zelar pela conservação e guarda dos materiais, ferramentas e equipamentos que utiliza;
Manter limpo e arrumado o local de trabalho;
Requisitar o material necessário à execução dos trabalhos;
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento: Instrução – ensino fundamental completo**.**
Experiência – experiência e cursos

5. Recrutamento: Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: ARTESÃO

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a trabalhar com artesanatos em geral.

3. Atribuições típicas: Os profissionais desta família ocupacional criam e confeccionam produtos artesanais utilizando-se de vários tipos de matérias primas, tais como: fibras, madeira, pedras, sementes e cascas, tecidos, metais, couro, látex dentre outros. Para tanto, utilizam-se de várias técnicas de tratamento, preparação e transformação das matérias primas utilizadas. Finalizam seus produtos de modo que os mesmos retratem a cultura local e identifiquem seu autor.
Planejar atividades em todas as áreas da função, ministrar aulas às pessoas carentes e trabalhar com projetos afins.
- Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento: Instrução – Ensino Médio Completo

5. Recrutamento: Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso publico e/ou Processo Seletivo Simplificado.

GRUPO OCUPACIONAL : SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRANSPORTES

1. Classe: MECÂNICO

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar tarefas relativas a regulagem, conserto, substituição de peças ou partes de veículos, máquinas pesadas e demais equipamentos eletromecânicos.

3. Atribuições típicas:
Inspecionar veículos, máquinas pesadas e aparelhos eletromecânicos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
Desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
Revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
Regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
Montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
Fazer reparos no sistema elétrico de veículos e de máquinas pesadas;
Manter limpo o local de trabalho;
Controlar o material de consumo (peças e acessórios), verificando o nível de estoque para, oportunamente, solicitar reposição;
Zelar pela guarda e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais que utiliza;
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Instrução – ensino fundamental completo – experiência comprovada de 03 (três) anos e/ou cursos.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.
.

1. Classe: AUXILIAR DE MECÂNICO

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a auxiliar na execução de tarefas relativas a regulagem, conserto, substituição de peças ou partes de veículos, máquinas pesadas e demais equipamentos eletromecânicos.

3. Atribuições típicas:
Auxiliar em todas as tarefas atribuídas ao mecânico;
Manter limpo o local de trabalho;
Controlar o material de consumo (peças e acessórios), verificando o nível de estoque para, oportunamente, solicitar reposição;
Zelar pela guarda e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais que utiliza;

Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Instrução – ensino fundamental completo.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.
.

1. Classe: MOTORISTA

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a dirigir veículos automotores e de transporte de carga e conservá-los em perfeitas condições de aparência e funcionamento.

3. Atribuições típicas:
Dirigir máquinas e equipamentos rodoviários, automóveis, caminhonetes, veículos leves de transporte de passageiros, caminhões, micro-ônibus, ônibus escolar, ambulâncias e motocicleta;
Verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros, para o transporte de cargas;
Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa;
Zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança;
Efetuar transporte de pacientes que necessitam de atendimento urgente, dentro ou fora do Município;
Orientar o carregamento e descarregamento de cargas a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados;
Observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura;
Fazer pequenos reparos de urgência;
Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário;
Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo;
Auxiliar no carregamento e descarregamento de volumes;
Conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas;
Anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências;
Recolher ao local apropriado o veiculo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado.
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Instrução – ensino fundamental completo, carteira de habilitação de motorista, categoria em conformidade com a necessidade do transporte rodoviário.
Experiência – Mínimo de 1 (um) ano de habilitação de motorista.

5. Recrutamento Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso publico e/ou Processo Seletivo Simplificado.
.1. Classe: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a operar máquinas montadas sobre rodas ou esteiras e providas de implementos auxiliares que servem para nivelar, escavar, mexer, remover ou carregar terra, pedra, areia, cascalho e similares.

3. Atribuições típicas:
Operar motoniveladoras, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, tratores e outros, para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;
Operar tratores e reboques, para execução de serviços de carregamento e descarregamento de material, roçada de terrenos e limpeza de vias, praças e jardins;
Conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;
Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;
Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
Pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;
Efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;
Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários;
Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Experiência: no mínimo 1 (um) ano.
Instrução: Ensino fundamental completo.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso publico e/ou Processo Seletivo Simplificado..

GRUPO OCUPACIONAL: ADMINISTRATIVO – CONTÁBIL - FINANCEIRO

1. Categoria profissional: CONTADOR

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a planejar, coordenar e executar os trabalhos de análise, registro e perícias contábeis, estabelecendo princípios, normas e procedimentos, obedecendo às determinações de controle externo, para permitir a administração dos recursos patrimoniais e financeiros da Prefeitura.

3. Atribuições típicas:
Organizar os serviços de contabilidade da Prefeitura, traçando o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil e orçamentário;
Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando o seu processamento, adequando-os ao plano de contas, para assegurar a correta apropriação contábil;
Analisar, conferir, elaborar ou assinar balanços e demonstrativos de contas e empenhos, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender a exigências legais e formais de controle;
Controlar a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos;
Controlar a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, cumprimento de obrigações de pagamentos a terceiros, saldos em caixa e contas bancárias, para apoiar a administração dos recursos financeiros da Prefeitura;
Analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
Analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de fundos municipais, verificando a correta aplicação dos recursos repassados, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
Analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;
Planejar, programar, coordenar e realizar exames, perícias e auditagens, de rotina ou especiais, bem como orientar a organização de processos de tomadas de contas, emitindo certificado de auditoria, com a finalidade de atender a exigências legais;
Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando a estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;
Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - curso de nível superior em Ciências Contábeis e registro no respectivo conselho de classe.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar, sob supervisão direta, tarefas simples e rotineiras de apoio administrativo.

3. Atribuições típicas:
Atender ao público, interno e externo, prestando informações, anotando recados, recebendo correspondências e efetuando encaminhamentos;
Atender às chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados, para obter ou fornecer informações;
Datilografar e digitar textos, documentos, tabelas e outros originais;
Operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros;
Arquivar processos, leis, publicações, atos normativos e documentos diversos de interesse da unidade administrativa, segundo normas preestabelecidas;
Receber, conferir e registrar a tramitação de papéis, fiscalizando o cumprimento das normas referentes a protocolo;
Autuar documentos e preencher fichas de registro para formalizar processos, encaminhando-os às unidades ou aos superiores competentes;
Efetuar cálculos simples de áreas, para a cobrança de tributos, bem como cálculos de acréscimos por atraso no pagamento dos mesmos;
Receber material de fornecedores, conferindo as especificações com os documentos de entrega;
Receber, registrar e encaminhar o público ao destino solicitado;
Elaborar, sob orientação, demonstrativos e relações, realizando os levantamentos necessários;
Fazer cálculos simples;
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Instrução – ensino médio completo

5. Recrutamento:
Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso publico e/ou Processo Seletivo Simplificado.

.
1. Classe: AGENTE ADMINISTRATIVO

2. Descrição sintética: Compreende os empregos que se destinam a executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logísticas.

3. Atribuições típicas:

Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística;
Atender os usuários do sistema público, fornecendo e recebendo informações referentes à administração;
Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;
Preparar relatórios e planilhas;
Executar serviços gerais do departamento;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Instrução – ensino médio completo

5. Recrutamento:
Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso publico e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: OFICIAL ADMINISTRATIVO (Em extinção)

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar e coordenar tarefas de apoio administrativo e financeiro que envolva maior grau de complexidade requeira certo grau de autonomia e envolvam coordenação e supervisão.

3. Atribuições típicas:
Elaborar programas, dar pareceres e realizar pesquisas sobre um ou mais aspectos dos diversos setores da administração;
Participar da elaboração ou desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de serviços e rotinas de trabalho;
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, ofícios, memorandos, documentos legais e outros significativos para o órgão;
Datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados;
Operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros;
Estudar processos referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções;
Coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos;
Interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração geral, para fins de aplicação, orientação e assessoramento;
Elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral;
Elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo às exigências ou normas da unidade administrativa;
Realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material;
Orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento;
Classificar contabilmente todos os documentos comprobatórios das operações realizadas, de natureza orçamentária ou não, de acordo com o plano de contas da Prefeitura;
Preparar relação de cobrança e pagamentos efetuados pela Prefeitura, especificando os saldos, para facilitar o controle financeiro;
Controlar a movimentação de recursos e o ingresso de receitas;
Verificar o cumprimento de obrigações de pagamentos a terceiros, saldos em caixa e contas bancárias, para apoiar a administração dos recursos financeiros da Prefeitura;
Prestar informações de caráter geral, pessoalmente ou por telefone, anotando e transmitindo recados;
Realizar, sob orientação específica, cadastramento de imóveis e estabelecimentos comerciais, a fim de que o Município possa recolher tributos;
Averbar e conferir documentos contábeis;
Auxiliar na elaboração e revisão do plano de contas da Prefeitura;
Escriturar contas correntes diversas;
Examinar empenhos de despesas e a existência de saldos nas dotações;
Auxiliar na feitura global de contabilidade dos diversos impostos, taxas e demais componentes de receita;
Conferir documentos de receita, despesa e outros;
Fazer a conciliação de extratos bancários, confrontando débitos e créditos, pesquisando quando for detectado erro e realizando a correção;
Fazer levantamento de contas para fins de elaboração de balancetes, balanços, boletins e outros demonstrativos contábil-financeiros;
Auxiliar na análise econômico-financeira e patrimonial da Prefeitura;
Coligir e ordenar os dados para elaboração do Balanço Geral;
Executar ou supervisionar o lançamento das contas em movimento, nas fichas e livros contábeis;
Controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques;
Colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidades da Prefeitura;
Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas da classe;
Executar outras atribuições afins.

1. Classe: OPERADOR DE COMPUTADOR (Em extinção)

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar e coordenar tarefas com microcomputador.

3. Atribuições típicas:
Participar da elaboração ou desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de serviços e rotinas de trabalho;
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, ofícios, memorandos, documentos legais e outros significativos para o órgão;
Operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros;
Operar os sistemas de computador e microcomputador, monitorar o desempenho dos aplicativos, recurso de entrada e saída de dados, recurso de armazenamento de dados, registro de erros, consumo da unidade central de processamento (CPU), recursos de rede e disponibilidade de aplicativos;
Assegurar o funcionamento do hardware e do software;
Garantir a segurança das informações, por meio de cópias de segurança e armazenamento em local prescrito, verificando acesso lógico de usuário e destruindo informações sigilosas descartadas;
Atender clientes e usuários, orientando-os na utilização de hardware e software
Elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral;
Elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo às exigências ou normas da unidade administrativa;

Auxiliar na elaboração e revisão do plano de contas da Prefeitura;
Colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidades da Prefeitura;
Executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE

1. Classe: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

2. Descrição sintética: compreende os cargos que se destinam a orientar o pessoal auxiliar quanto às tarefas simples de enfermagem e atendimento ao público, executar as de maior complexidade e auxiliar Médicos e Enfermeiros em suas atividades específicas.

3. Atribuições típicas:
Prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes;
Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;
Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica;
Orientar à população em assuntos de sua competência;
Preparar e esterilizar materiais, instrumentais, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;
Auxiliar o Médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;
Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos;
Auxiliar na coleta e análise de dados sociossanitários da comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária;
Proceder a visitas domiciliares, a fim de efetuar testes de imunidade, vacinação, investigações, bem como auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos prioritários;
Participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios em grupos específicos da comunidade (crianças, gestantes e outros);
Participar de campanhas de vacinação;
Controlar o consumo de medicamentos e demais materiais de enfermagem, verificando nível de estoque para, quando for o caso, solicitar ressuprimento;
Supervisionar e orientar a limpeza e desinfecção dos recintos, bem como zelar pela conservação dos equipamentos que utiliza;
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - Curso de Técnico em Enfermagem em nível de ensino médio e habilitação legal para o exercício da profissão.
5. Recrutamento:
Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.
.
1. Classe: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar e auxiliar em tarefas na área de saúde, atendendo às necessidades da comunidade.

3. Atribuições típicas:

Visitar domicílios periodicamente.
Assistir pacientes, dispensando-lhes cuidados simples de saúde, sob a orientação e supervisão de profissionais na área de saúde.
Orientar a comunidade para a promoção da saúde.
Rastrear focos de doenças específicas.
Promover educação sanitária e ambiental.
Participar de campanhas preventivas.
Incentivar atividades comunitárias.
Promover comunicação entre o departamento municipal de saúde e os outros departamentos municipais para a melhoria dos serviços relacionados a área de saúde e promoção social.
Promovem a comunicação entre a unidade de saúde, autoridades e comunidade.
Participam e auxiliam em reuniões profissionais.
Executam tarefas administrativas.
Orientar pacientes em assuntos de sua competência;
Fazer visitas domiciliares, a escolas e creches segundo programação estabelecida, para atender pacientes e coletar dados de interesse médico;
Participar de campanhas de vacinação;
Manter o local de trabalho limpo e arrumado;
Preencher fichas com dados das famílias, bem como boletins de informações em geral;
Controlar fichário e arquivo de documentos, organizando-os e mantendo-os atualizados.
Atender a comunidade, averiguando as necessidades, para prestar-lhes informações ou encaminhá-los.
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - ensino médio completo e residir na área de atuação

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado..

1. Classe: INSEMINADOR

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar e auxiliar em tarefas na área de saúde em animais, atendendo às necessidades da comunidade.

3. Atribuições típicas:

Visitar propriedades rurais de pecuária periodicamente.
- Assistir gado bovino, eqüino, ovino, caprino etc dispensando-lhes cuidados simples de Saúde, sob a orientação e supervisão de profissionais na área medica veterinária.
Orientar os pecuaristas para a promoção da saúde dos animais.
Rastrear focos de doenças específicas.
Promover educação sanitária e ambiental, visando a prevenção de doenças
Promover inseminação dos animais das diversas propriedades, quando solicitado, manter controle de prenhes e parto dos animais cadastrados.
Participar de campanhas preventivas.
Incentivar atividades comunitárias.
Promover comunicação entre o departamento municipal de agropecuária e os outros departamentos municipais para a melhoria dos serviços relacionados a área.
Participam e auxiliam em reuniões profissionais.
Participar de campanhas de vacinação;
Manter o local de trabalho limpo e arrumado;
Preencher fichas com dados das dos animais atendidos, bem como boletins de informações em geral;
Controlar fichário e arquivo de documentos, organizando-os e mantendo-os Atualizados;
Atender todos os produtores cadastrados, averiguando as necessidades, para prestar-lhes informações ou encaminhá-los.
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - ensino médio completo / possuir cursos na área.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado..

1. Classe: AUXILIAR DE DENTISTA

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar e auxiliar em tarefas na área de saúde bucal.

3. Atribuições típicas:

- Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumento utilizados; - Sob supervisão do cirurgião dentista ou do THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidenciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental; - Preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) necessário para o trabalho; - Instrumentalizar o cirurgião dentista ou THD durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mão); - Agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento; - Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - Ensino Médio Completo com curso de Auxiliar de Consultório Dentário/Saúde Bucal. Registro ou protocolo de registro (dentro do prazo de validade) no órgão profissional competente.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: AGENTE DE ENDEMIAS

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar e auxiliar em tarefas na área da saúde pública, evitando a proliferação de epidemias.

3. Atribuições típicas:

- Atuar junto aos domicílios, informando os seus moradores sobre a doença e seus sintomas e riscos e o agente transmissor; Informar o morador sobre a importância da verificação da existência de larvas ou mosquitos transmissores do dengue na casa ou redondezas; - Vistoriais os cômodos da casa, acompanhado pelo morador, para identificar locais de existência de larvas ou mosquito transmissor do dengue; - Orientar a população sobre a forma de evitar e eliminar locais que possam oferecer risco para a formação de criadouros do Aedes aegypti; - Promover reuniões com a comunidade para mobilizá-las para as ações de prevenção e controle do dengue; - Comunicar ao instrutor-supervisor do PACS/PSF a existência de criadouros de larvas e ou mosquitos transmissor do dengue, que dependam de tratamento químico, da interveniência da vigilância sanitária ou de outras intervenções do poder público; - Encaminhar os casos suspeitos de dengue unidade de saúde mais próxima, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

. **4. Requisitos para provimento:**
Instrução - Ensino Médio Completo

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.
.

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL TÉCNICO

1. Classe: TÉCNICO AGROPECUARIO

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar tarefas de caráter técnico relativas a programação, execução e controle de atividades nas áreas de cultivos experimentais e definitivos de plantas diversas, bem como auxiliar na execução de programas de incentivo ao setor agropecuário promovido pela Prefeitura.

3. Atribuições típicas:
Organizar e executar os trabalhos relativos a programas e projetos de viveiros ou de culturas externas, determinadas pela Prefeitura, para promover a aplicação de novas técnicas de tratamento e cultivos gerais;
Orientar os trabalhos executados nos viveiros, em áreas verdes do Município, a população e os participantes de projetos, visitando a área a ser cultivada e recolhendo amostras do solo, instruindo-os sobre técnicas adequadas de balizamento, coveamento, preparo e transplante de mudas, sombreamento, poda de formação e raleamento de sombra, acompanhando o desenvolvimento do plantio, verificando os aspectos fitossanitários, fazendo recomendações para sua melhoria ou colhendo materiais e informações para estudos que possibilitem recomendações mais adequadas;
Auxiliar na identificação de pragas ou doenças que afetam os plantios em viveiros, áreas verdes e cultivos externos do interesse da Prefeitura Municipal, para fornecer subsídios que facilitem a escolha de meios de combate ou prevenção das mesmas;
Orientar sobre a aplicação de fertilizantes e corretivos de solos nos viveiros ou em outras áreas, indicando a qualidade e a quantidade apropriadas a cada caso, instruindo quanto à técnica de aplicação, esclarecendo dúvidas e fazendo demonstrações práticas para sua correta utilização;
Proceder à coleta de amostras de solo, sempre que necessário, e enviá-las para análise;
Orientar o balizamento de áreas destinadas a implantação de mudas ou cultivos, medindo, fixando piquetes e observando a distância recomendada para cada tipo de cultura;
Orientar a preparação de mudas, fornecendo sementes e recipientes apropriados, instruindo sobre a construção de ripados, escolha da terra e de insumos, acompanhando o crescimento das mesmas, verificando o aparecimento de pragas e doenças;
Promover reuniões e contatos com a população do Município, motivando-a para a adoção de práticas hortifrutigranjeiras adequadas, ressaltando as vantagens de sua utilização, reportando-se a resultados obtidos em outros locais, a fim de criar condições para a introdução de práticas de cultivo, visando o melhor aproveitamento do solo;
Orientar produtores quanto à formação de capineiras, pastagens e outras forrageiras destinadas à alimentação animal;
Orientar produtores quanto à combinação de alimentos, propondo fórmulas adequadas a cada tipo de criação animal;
Orientar produtores quanto às condições ideais de armazenamento e/ou estocagem de produtos agropecuários, levando em consideração a localização e os aspectos físicos de galpões, salas ou depósitos, para garantir a qualidade dos mesmos, bem como evitar perdas;
Executar experimentos agrícolas em viveiros ou em outras áreas do Município, registrando dados relativos ao desenvolvimento do experimento, coletando materiais abióticos, bióticos e outros, para fins de estudo;
Orientar produtores quanto a práticas conservacionistas do solo, para evitar a degradação e exaustão dos recursos naturais do mesmo;
Inventariar dados sobre espaços agrícolas e agricultáveis do Município, de forma a melhor aproveitá-los, aumentando assim sua produtividade;
Orientar grupos interessados em práticas agrícolas, acompanhando a execução de projetos específicos, esclarecendo dúvidas, oferecendo sugestões e concluindo sobre sua validade;
Coletar, classificar e catalogar sementes e frutos colhidos em áreas experimentais e no campo, medindo diâmetro, comprimento e espessura, pesando-os e cortando-os, anotando os dados em formulários próprios para subsidiar posterior análise e comparação de produtividade;
Supervisionar os trabalhos realizados pelos auxiliares, distribuindo tarefas, orientando quanto a correta utilização de ferramentas e equipamentos, verificando as condições de conservação e limpeza de viveiros, galpões e outras instalações;
Participar da realização de eventos agropecuários realizados no Município, bem como atuar como instrutor em atividades educacionais junto às escolas municipais e à população em geral;
Zelar pelo sigilo de estudos experimentais desenvolvidos em áreas pertencentes ao Município;
Requisitar, sempre que necessário, os serviços de manutenção de equipamentos ou ferramentas, bem como a aquisição de materiais utilizados na execução dos serviços;
Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - curso de Técnico Agrícola

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar tarefas de caráter técnico em Radiologia

3. Atribuições típicas:
- Realizar exames de diagnóstico ou tratamento; - processar imagens; planejar atendimento; organizar área de trabalho, equipamentos e acessórios; - preparar paciente para exame de diagnóstico ou tratamento, inclusive de mamógrafo; - Trabalhar com Biossegurança; - Demonstrar competências pessoais.
4. Requisitos para provimento:
Instrução - curso de Técnico em Radiologia

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: AGENTE DE DEFESA AMBIENTAL

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar tarefas de caráter ambiental

3. Atribuições típicas:

- Orientam e fiscalizam as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária; promovem educação sanitária e ambiental.

4. Requisitos para provimento:
Instrução – Ensino Médio Completo

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: FISCAL DE TRIBUTOS

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar tarefas de caráter

3. Atribuições típicas:

- Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária;
- Constituir o crédito tributário mediante lançamento;
- Controlar a arrecadação e promover a cobrança de tributos, aplicando penalidades;
- Analisar e tomar decisões sobre processos administrativo-fiscais;
- Controlar a circulação de bens, mercadorias e serviços;
- Atender e orientar contribuintes e, ainda, planejar, coordenar e dirigir órgãos da administração tributária.

4. Requisitos para provimento:
Instrução – Ensino Médio Completo

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR

1. Classe: FARMACEUTICO

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar tarefas de manipulação de medicamentos

3. Atribuições típicas:

- Planejar, aquisição, análisar, armazenar, distribuir e controlar medicamentos e correlatos;
- Controlar estoques;
- Desenvolvimento e ou manipulação de fórmulas magistrais e oficinais;
- Produção de medicamentos e correlatos;
- Desenvolver pesquisas;
- Desenvolver atividades didáticas;
- Adequar-se aos problemas políticos, financeiros e culturais do hospital e Farmácia Municipal;
- Estimular a implantação da farmácia clínica.

4. Requisitos para provimento:
Instrução – Ensino Superior Completo na área de atuação e registro no conselho de classe

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: FISIOTERAPEUTA

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar tarefas de Fisioterapias

3. Atribuições típicas:

- Educação, prevenção e assistência fisioterapêutica coletiva e individual, Inserido e trabalhando de forma interdisciplinar, de forma a: Participar de equipes multiprofissionais destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas ou eventos em Saúde Pública;
- Contribuir no planejamento, investigação e estudos epidemiológicos; - Promover e participar de estudos e pesquisas relacionados a sua área de atuação; - Integrar os órgãos colegiados de controle social;
Participar de câmaras técnicas de padronização de procedimentos em saúde coletiva;
- Participar de equipes multiprofissionais destinadas ao planejamento, a implementação, ao controle e a execução de projetos e programas de ações básicas de saúde; Participar do planejamento e execução de treinamentos e reciclagens de recursos humanos em saúde; - Promover ações terapêuticas preventivas a instalações de processos que levam a incapacidade funcional laborativa;
- Analisar os fatores ambientais, contributivos ao conhecimento de distúrbios funcionais laborativos;
- Desenvolver programas coletivos, contributivos à diminuição dos riscos deacidente de trabalho;
- Integrar a equipe de Vigilância Sanitária; Cumprir e fazer cumprir a legislação de Vigilância Sanitária;
Encaminhar às autoridades de fiscalização profissional, relatórios sobre condições e práticas inadequadas à saúde coletiva e/ou impeditivas da boa prática profissional; - Integrar Comissões Técnicas de regulamentação e procedimentos relativos a qualidade, a eficiência e aos riscos sanitários dos equipamentos de uso em Fisioterapia;
- Verificar as condições técnico-sanitárias das empresas que ofereçam assistência fisioterapêutica à coletividade.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - Superior na Área e Registro no Conselho de Classe.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Categoria profissional: MÉDICO

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a prestar assistência médica, dentro de cada especialidade, em postos de saúde e demais unidades assistenciais da Prefeitura, bem como elaborar, executar e avaliar planos, programas e subprogramas de saúde pública.

3. Atribuições típicas:
Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;
Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico;
Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
Prestar atendimento em urgências clínicas;
Encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando for o caso;
Assessorar a elaboração de campanhas educativas no campo da saúde pública e medicina preventiva;
Participar do desenvolvimento e execução de planos de fiscalização sanitária;
Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área;
Coordenar equipes técnicas de serviços já existentes ou a serem criadas, bem como equipes técnicas de plantão;
Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
Participar de ações para atendimento médico de urgência, em situações de calamidade pública, quando convocado pela Prefeitura;
Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - curso de nível superior em Medicina e registro no respectivo conselho.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

1. Categoria profissional: NUTRICIONISTA

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a prestar Serviços elaborando planos alimentares para indivíduos ou grupos de indivíduos a partir de um diagnóstico nutricional, atua na área da Educação e Saúde.

3. Atribuições típicas:
- Prestar assistência dietética e promover educação nutricional a indivíduos, sadios ou enfermos, em nível hospitalar, ambulatorial, domiciliar e em consultórios de nutrição e dietética, visando à promoção, manutenção e recuperação da saúde; - Prestar assistência dietética e promover educação nutricional a indivíduos, sadios ou enfermos, em nível hospitalar, ambulatorial, domiciliar e em consultórios de nutrição e dietética, visando à promoção, manutenção e recuperação da saúde; - Realizar o diagnostico e acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros nutricionais da clientela (educação básica, educação infantil, creche, pré-escola), como base no resultado da avaliação nutricional, e em consonância com os parâmetros definidos em normativas do FNDE; - Elaborar fichas técnicas das preparações que compõe o cardápio; - Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela quantidade, qualidade e conservação dos produtos, observando sempre as boas práticas higienes-sanitárias; - Interagir com os agricultores familiares e empreendedores, familiares rurais e suas organizações, de forma a conhecer a produção local, inserindo esses produtos na educação e saúde local;
4. Requisitos para provimento:
Instrução - curso de nível superior e registro no respectivo conselho.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado..
1. Categoria profissional: TERAPEUTA OCUPACIONAL

2. Descrição sintética: É um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, educação e na esfera social, que reúne tecnologias orientadas para a emancipação e autonomia de pessoas que, por razões ligadas à problemática específica, físicas, sensoriais, mentais, psicológicas e/ou sociais

3. Atribuições típicas:

- Prestar assistência terapêutica e recreacional, aplicando métodos e técnicas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente; - Executar atividades técnicas especificas de terapeuta ocupacional no sentido de tratamento, desenvolvimento e reabilitação de pacientes portadores de deficiências físicas ou psíquicas; planejar e executar trabalhos criativos, manuais, de mecanografia, horticultura e outros, individuais e ou pequenos grupos, estabelecendo as tarefas de acordo com as prescrições médicas; - Programar as atividades diárias dos pacientes-AVDs, orientando os mesmos na execução dessas atividades; - Elaborar e aplicar testes específicos para avaliar níveis de capacidade funcional e sua aplicação; - Orientar a família do paciente e a comunidade quanto as condutas a serem observadas para sua aceitação no meio social; - Prestar orientação para fins de adaptação ao uso de órtese e prótese; - Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; - Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;
Requisitos:
Instrução - Superior na Área e Registro no Conselho de Classe.
5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Categoria profissional: ENFERMEIRO

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a planejar, organizar, supervisionar e executar os serviços de enfermagem em unidades de saúde e assistenciais, bem como participar da elaboração e execução de programas de saúde pública.

3. Atribuições típicas:
Elaborar plano de enfermagem a partir de levantamento e análise das necessidades prioritárias de atendimento aos pacientes e doentes;
Planejar, organizar e dirigir os serviços de enfermagem, atuando técnica e administrativamente, a fim de garantir um elevado padrão de assistência;
Desenvolver tarefas de enfermagem de maior complexidade na execução de programas de saúde pública e no atendimento aos pacientes e doentes;
Coletar e analisar dados sociossanitários da comunidade a ser atendida pelos programas específicos de saúde;
Estabelecer programas para atender às necessidades de saúde da comunidade, dentro dos recursos disponíveis;
Realizar programas educativos em saúde, ministrando palestras e coordenando reuniões, a fim de motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios;
Supervisionar e orientar os servidores que auxiliem na execução das atribuições típicas da classe;
Controlar o padrão de esterilização dos equipamentos e instrumentos utilizados, bem como supervisionar a desinfecção dos locais onde se desenvolvem os serviços médicos e de enfermagem;
Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;
Participar de campanhas de educação e saúde;
Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - curso de nível superior em Enfermagem e registro no respectivo conselho de classe.
5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Categoria profissional: DENTISTA

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar e coordenar os trabalhos relativos a diagnóstico, prognóstico e tratamento de afecções de tecidos moles e duros da boca e região maxilofacial, utilizando processos laboratoriais, radiográficos, citológicos e instrumentos adequados, para manter ou recuperar a saúde bucal.

3. Atribuições típicas:
Examinar os tecidos duros e moles da boca e a face no que couber ao Cirurgião-dentista, utilizando instrumentais ou equipamentos odontológicos por via direta, para verificar patologias dos tecidos moles e duros da boca, encaminhando nos casos de suspeita de enfermidade na face, ao médico assistente;
Identificar as afecções quanto à extensão e à profundidade, utilizando instrumentos especiais, radiológicos ou outra forma de exame complementar para estabelecer diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento;
Aplicar anestesias tronco-regionais, infiltrativas, tópicas ou quaisquer outros tipos regulamentados pelo CFO, para promover conforto e facilitar a execução do tratamento;
Promover a saúde bucal quer no âmbito do Posto/Unidade de saúde quer no meio externo, através da participação direta com conferências e palestras sobre os vários aspectos da odontologia, notadamente a preventiva.
Extrair raízes e dentes, utilizando fórceps, alavancas e outros instrumentos, quando não houver condições técnicas e/ou materiais de tratamento conservador;
Efetuar remoção de tecido cariado e restauração dentária, utilizando instrumentos, aparelhos e materiais tecnicamente adequados, para restabelecer a forma e a função do dente;
Executar a remoção mecânica da placa dental e do cálculo ou tártaro supra e subgengival, utilizando-se de meios ultra-sônicos ou manuais;
Prescrever ou administrar medicamentos, inclusive homeopáticos, quando o Cirurgião-dentista for devidamente habilitado em homeopatia em odontologia, determinando a via de aplicação, para auxiliar no tratamento pré, trans e pós-operatório;
Proceder a perícias odonto-administrativas, examinando a cavidade bucal e os dentes, a fim de fornecer atestados e laudos previstos em normas e regulamentos;
Coordenar, supervisionar ou executar a coleta de dados sobre o estado clínico dos pacientes, lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratamento;
Orientar e zelar pela preservação e guarda de aparelhos, instrumentais ou equipamento utilizado em sua especialidade, observando sua correta utilização;
Elaborar, coordenar e executar programas educativos e de atendimento odontológico preventivo voltado principalmente para a comunidade de baixa renda e para os estudantes da rede municipal de ensino;
Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;
Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - curso de nível superior em Odontologia e registro no respectivo conselho de classe.

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Categoria profissional: ANALISTA DE SISTEMA

2. Descrição sintética: compreende os empregos que se destinam a executar e coordenar os trabalhos de sistemasé o profissional da área de TI formado em um dos cursos superiores de analise desistemasda Informação, ciência da computação, análise e desenvolvimento desistemas e outros relacionados a TI.

3. Atribuições típicas:

- Elaborar o projeto dos sistemas, definindo os arquivos de entrada e saída, programas e demais características do sistema.
- Acompanhar a implantação dos sistemas, executando testes simulados, até que os mesmos estejam confiáveis.
- Prestar todas as informações necessárias à elaboração ou à atualização da documentação dos sistemas sob sua responsabilidade, zelando pela sua exatidão. - Atualizar e prestar serviços de manutenção nos sistemas já implantados identificando falhas e problemas ocorridos, definindo e propondo alternativas técnicas de funcionamento, visando otimizar o processamento de dados. – Promover a digitalização de todos os documentos e arquivos da Prefeitura Municipal, bem como adequar programas de gerenciamento de dados digitalizados. - Analisar a qualidade e conveniência de aquisição de novos equipamentos, programas ou trocas de versões, mediante parecer técnico. - Manter atualizado e em funcionamento o "SITE" da Prefeitura Municipal, configurar e manter a rede de teleprocessamento da instalação. - Orientar programadores e operadores no sentido de otimizar os recursos de hardware e software. - Desenvolver trabalhos de natureza técnica, inerentes a área de informática, visando ao atendimento das necessidades dos usuários da instituição no que se refere a informatização de seus serviços, podendo atuar em uma ou mais especificações que essa função abrange. - Desenvolver e dar manutenção nos sistemas de informação. - Prestar suporte técnico e metodológico no desenvolvimento de sistemas, administrar bancos de dados. - Estudar e/ou disseminar os recursos de software e hardware tanto voltados ao tratamento de informações como voltados à comunicação de dados em ambientes interconectados. - Realizar treinamento na área de atuação, quando solicitado. - Prestar suporte técnico voltado à manutenção de software básico. - Prestar suporte técnico voltado à segurança física e lógica de dados, desenvolver e implantar métodos e fluxos de trabalhos voltados à otimização das atividades operacionais. - Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior. - Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades. - Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, responsabilidades: materiais, equipamentos, informações e documentos. - Operar internet; alimentar programas de computação e Software; controlar serviços de Radiodifusão; Administrar ambiente informatizado, prestar suporte técnico, elaborar documentação técnica, oferecer soluções para ambientes informatizados e pesquisar tecnologias em informática. Projetar e prestar manutenção em redes de computadores, responsável pela segurança dos recursos da rede (dados e serviços); criação de políticas de segurança; prevenção contra invasões físicas e/ou lógicas; definição e manutenção do controle de acesso aos recursos; criação e manutenção de rotinas e cópias de segurança (backup); instalar e manter a comunicação digital (correio eletrônico, web, FTP, VPN etc.); definir controle de acesso de banda WEB; definir políticas de controle de conteúdo; configurar as contas de correio eletrônico (email), instalar e manter sistemas de gestão (ERP); instalar e manter sistemas de banco de dados (SGBD) e suporte aos usuários do sistema. Bem como executar outras tarefas correlatas.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - curso de nível superior

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: FONOAUDIÓLOGA

2. Descrição sintética: Especialidade médica que compreende o estudo da fonação e da audição, de seus distúrbios e das suas formas de tratamento.

3. Atribuições típicas:

- Realizar tratamento fonoaudiológico para prevenção, habilitação e reabilitação de pacientes e clientes aplicando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia;
- Avaliar pacientes e clientes;
- Realizar diagnóstico fonoaudiológico;
- Orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis;
- Atuar em programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida;
- exercer atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - Ensino Superior Completo e registro no órgão de classe
Experiência – Não necessita experiência anterior

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.
.
1. Classe: PSICOLOGO

2. Descrição sintética: Especialidade médica que compreende o estudo da fonação e da audição, de seus distúrbios e das suas formas de tratamento.

3. Atribuições típicas:

- Identificar, em conjunto com as Equipes Saúde da Família, Educação e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas;

- Identificar, em conjunto com as ESF, Departamento de educação e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações; Atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Internação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos;
- Acolher os usuários e humanizar a atenção;
- Desenvolver coletivamente, com vistas a intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras;
- Promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde e Educação;
- Elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades do NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, e outros veículos de informação;
- Avaliar, em conjunto com os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implantação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos;
- Elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - Ensino Superior Completo e registro no órgão de classe

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

2. Descrição sintética: Compreende o emprego que se destinam a trabalhar com alunos além de educar e desenvolver todo trabalho pedagógico.

3. Atribuições típicas:

- Ser um pesquisador para qualificar e legitimar seu trabalho;
- Coletar dados por meio de testagem, que comprovem a eficácia do processo ensino/aprendizagem, bem como a capacidade física dos alunos e seus níveis de desenvolvimento;
- Refletir permanentemente sobre os Processos de Ensino nas fases pré-interativa (planejamento das aulas em conformidade com o programa de conteúdos), interativa (durante as aulas no estabelecimento de relações com os alunos) e pós-interativa (avaliação da aula e da aprendizagem dos alunos);
- Selecionar e organizar previamente recursos materiais a serem utilizados nas aulas;
- Utilizar metodologia que favoreça o aproveitamento do tempo de aula em atividades dinâmicas, mantendo a participação ativa dos alunos em ritmo constante com intensidade, de moderada a vigorosa;
- Relatar as práticas pedagógicas por meio de registros de acompanhamento (procedimentos, ocorrências relevantes e resultados);
- Avaliar os alunos considerando os aspectos cognitivo, afetivo, biológico e motor; - Apresentar os resultados das avaliações em ficha própria, para que os alunos e responsáveis tenham um feedback de suas necessidades no que se refere ao aprendizado, conduta social, aptidão física e saúde;
- Definir em seu plano de aula, temáticas relacionadas à promoção de estilo de vida ativo e saudável;
- Proporcionar experiências práticas acompanhadas de significado com base teórica, que estimule a participação dos alunos com segurança e autonomia;
- Considerar aspectos da diversidade humana, respeitando as características individuais dos alunos;
- Interatuar com outras áreas do conhecimento humano, desenvolvendo atitudes interdisciplinares;
- Tornar a Educação Física escolar significativa à formação dos alunos, defendendo sua permanência no currículo.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - Licenciatura em Educação Física

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado..

1. Classe: EDUCADOR FÍSICO

2. Descrição sintética: Compreende o emprego que se destinam a desenvolver ações de prevenção, promoção e reabilitação da saúde, formação cultural, da educação, da reeducação motora, do rendimento físico-desportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas.

3. Atribuições típicas:

- Desenvolver atividades físicas e práticas junto à comunidade; Veicular informação que visem à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado; Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social na comunidade, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;
- Proporcionar Educação Permanente em Atividade Físico-Prático Corporal, nutrição e saúde juntamente com as Equipes PSF, sob a forma de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;
- Articular ações, de forma integrada às Equipes PSF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;
- Contribuir para a ampliação da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência; Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as Equipes do PSF;
- Capacitar os profissionais. Inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitador monitores no desenvolvimento de atividades físicas práticas corporais;

- Supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas Equipes PSF na comunidade; Articular parcerias com outros setores da área junto com as Equipes PSF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais;
- Promover eventos que estimulem ações que valorizem. Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população;
- Outras atividades afins

4. Requisitos para provimento:
Instrução - Bacharel em Educação Física e registro no órgão de classe

5. Recrutamento: no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: PROFESSOR DE ARTES

2. Descrição sintética: compreende o emprego que se destina a ministrar aulas de Artes aos alunos da rede municipal de ensino

3. Atribuições típicas:

- Planejar cursos, aulas e atividades escolares;
- Avaliar processo de ensino-aprendizagem e seus resultados;
- Registrar práticas escolares de caráter pedagógico;
- Desenvolver atividades de estudo;
- Participar das atividades educacionais e comunitárias da escola.

Para o desenvolvimento das atividades é mobilizado um conjunto de capacidades comunicativas.
- Executar outras atribuições afins.

4. Requisitos para provimento:

Instrução - Ensino Superior completo em Licenciatura em Artes/Educação Artística

5. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado.

1. Classe: PROFESSOR

2. Descrição sintética: compreende o emprego que se destina a ministrar aulas aos alunos da rede municipal de ensino.

3. Atribuições típicas:

Planejar e ministrar aulas nos dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
Avaliar o rendimento dos alunos de acordo com o regimento escolar; Informar aos pais e responsáveis sobre a freqüência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica; Participar de atividades cívicas, sociais, culturais e esportivas; Participar de reuniões pedagógicas e técnico-administrativas;
Participar do planejamento geral da escola;
Contribuir para o melhoramento da qualidade do ensino;
Participar da escolha do livro didático;
Participar de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos; Acompanhar e orientar estagiários;
Zelar pela integridade física e moral do aluno;
Participar da elaboração e avaliação de propostas curriculares;
Elaborar projetos pedagógicos; Participar de reuniões interdisciplinares; Confeccionar material didático;
Realizar atividades extraclasses em bibliotecas, museus, laboratórios e outros; Avaliar e participar do encaminhamento dos alunos portadores de necessidades especiais, para os setores específicos de atendimento;
Selecionar, apresentar e revisar conteúdos;
Participar do processo de inclusão do aluno portador de necessidades especiais do ensino regular; Propiciar aos educandos, portadores de necessidades especiais no ensino regular;
Propiciar aos educandos, portadores de necessidades especiais, a sua preparação profissional, orientação e encaminhamento para o mercado;
Incentivar os alunos a participarem de concursos, feiras de cultura, grêmios estudantis e similares;
Realizar atividades de articulação da escola com a família do aluno e a comunidade;
Orientar e incentivar o aluno para a pesquisa;
Participar do Conselho de Classe;
Preparar o aluno para o exercício da cidadania; Incentivar o gosto pela leitura; Desenvolver a auto-estima do aluno;
Participar da elaboração e aplicação do regimento da escola;
Participar da elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da escola; Orientar o aluno quanto à conservação da escola e dos seus equipamentos; Contribuir para a aplicação da política pedagógica do Município e o cumprimento da legislação de ensino;
Propor a aquisição de equipamentos que venham favorecer às atividades de ensino-aprendizagem;
Planejar e realizar atividades de recuperação para os alunos de menor rendimento;
Analisar os dados referentes à recuperação, aprovação, reprovação e evasão escolar;
Participar de estudos e pesquisas em sua área de atuação;
Manter atualizados os registros de aula, freqüência e de aproveitamento escolar do aluno;
Zelar pelo cumprimento da legislação escolar e educacional;
Zelar pela manutenção e conservação do patrimônio escolar;
Apresentar propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino;

Participar da gestão democrática da unidade escolar;
Executar outras atividades correlatas.

4. Requisitos para provimento:
Instrução - Ensino Superior completo na área de ensino fundamental ou Magistério

5. Recrutamento:
Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público e/ou Processo Seletivo Simplificado..

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:AA94689C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JULHO A AGOSTO DE 2017										
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I										
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)	
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	43.602.000,00	47.099.611,31	7.887.147,59	29.272.005,83	17.827.605,48	6.758.732,67	25.117.361,19	21.982.250,12	24.153.384,69	
DESPESAS CORRENTES	41.535.604,00	42.200.481,96	6.572.981,26	26.936.764,31	15.263.717,65	6.215.075,60	24.055.904,32	18.144.577,64	23.189.396,82	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.300.000,00	23.931.453,99	3.602.194,70	14.858.536,42	9.072.917,57	3.597.683,39	14.854.025,11	9.077.428,88	14.523.550,70	
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	225.750,00	225.750,00	18.890,97	108.378,26	117.371,74	18.890,97	108.378,26	117.371,74	108.378,26	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.009.854,00	18.043.277,97	2.951.895,59	11.969.849,63	6.073.428,34	2.598.501,24	9.093.500,95	8.949.777,02	8.557.467,86	
DESPESAS DE CAPITAL	1.846.396,00	4.679.129,35	1.314.166,33	2.335.241,52	2.343.887,83	543.657,07	1.061.456,87	3.617.672,48	963.987,87	
INVESTIMENTOS	1.363.396,00	4.196.129,35	1.248.575,64	2.071.832,29	2.124.297,06	478.066,38	801.589,55	3.394.539,80	704.120,55	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	483.000,00	483.000,00	65.590,69	263.409,23	219.590,77	65.590,69	259.867,32	223.132,68	259.867,32	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	43.602.000,00	47.099.611,31	7.887.147,59	29.272.005,83	17.827.605,48	6.758.732,67	25.117.361,19	21.982.250,12	24.153.384,69	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	43.602.000,00	47.099.611,31	7.887.147,59	29.272.005,83	17.827.605,48	6.758.732,67	25.117.361,19	21.982.250,12	24.153.384,69	
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.934.822,29	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	43.602.000,00	47.099.611,31	7.887.147,59	29.272.005,83	17.827.605,48	6.758.732,67	25.117.361,19	21.982.250,12	36.088.206,98	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:84F294EE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTARIO INTRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2017									
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:93002139

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO A AGOSTO DE 2017

LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	43.240.000,00	44.924.000,99	13.198.705,69	29,38	35.228.491,80	78,42	9.695.509,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.723.000,00	5.363.950,00	6.814.435,82	127,04	8.890.943,35	165,75	(3.526.993,35)
IMPOSTOS	2.965.000,00	4.605.950,00	6.773.178,59	147,05	8.314.951,16	180,53	(3.709.001,16)
TAXAS	758.000,00	758.000,00	41.257,23	5,44	575.992,19	75,99	182.007,81
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	471.000,00	471.000,00	79.164,41	16,81	378.093,72	80,27	92.906,28
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	471.000,00	471.000,00	79.164,41	16,81	378.093,72	80,27	92.906,28
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	241.400,00	241.950,99	73.683,86	30,45	308.864,93	127,66	(66.913,94)
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	241.400,00	241.950,99	73.683,86	30,45	308.864,93	127,66	(66.913,94)
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DECORRENTE DO DIREITO DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	230.000,00	230.000,00	15.982,54	6,95	67.741,13	29,45	162.258,87
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.918.000,00	37.960.500,00	5.980.814,85	15,76	25.075.960,81	66,06	12.884.539,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	37.638.000,00	37.680.500,00	6.021.288,18	15,98	24.691.755,70	65,53	12.988.744,30
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	10.047,69	0,00	28.237,94	0,00	(28.237,94)
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	280.000,00	280.000,00	(50.521,02)	(18,04)	355.967,17	127,13	(75.967,17)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	656.600,00	656.600,00	234.624,21	35,73	506.887,86	77,20	149.712,14
MULTAS JUROS DE MORA	190.050,00	190.050,00	37.559,46	19,76	117.500,77	61,83	72.549,23
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	125.000,00	125.000,00	142.514,88	114,01	250.492,61	200,39	(125.492,61)
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	341.550,00	341.550,00	54.549,87	15,97	138.894,48	40,67	202.655,52
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	362.000,00	1.251.315,45	247.500,00	19,78	859.715,18	68,70	391.600,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	360.000,00	1.249.315,45	247.500,00	19,81	859.715,18	68,81	389.600,27
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	360.000,00	1.001.815,45	0,00	0,00	375.260,00	37,46	626.555,45
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	247.500,00	247.500,00	100,00	484.455,18	195,74	(236.955,18)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	43.602.000,00	46.175.316,44	13.446.205,69	29,12	36.088.206,98	78,15	10.087.109,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	43.602.000,00	46.175.316,44	13.446.205,69	29,12	36.088.206,98	78,15	10.087.109,46

DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	43.602.000,00	46.175.316,44	13.446.205,69	29,12	36.088.206,98	78,15	10.087.109,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	2.187.244,87	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:9744B291

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITA INTRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇAO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUICÇOES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COSIP - COBRANÇA NA FATURA DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS REC PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇAO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇAO ANIMAL E DERIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE APORTES PERIÓDICOS PARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇOES DE CREDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇAO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:EB7B39F9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO PARCERIAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00

Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	41.537.340,51	35.343.988,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV) / (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota:											

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:B400C23A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DESPESA POR FUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso II, alínia "c" - Anexo II

FUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	43.602.000,00	47.099.611,31	7.887.147,59	29.272.005,83	100,00	17.827.605,48	6.758.732,67	25.117.361,19	100,00	21.982.250,12
LEGISLATIVA	1.698.942,00	1.698.942,00	0,00	0,00	0,00	1.698.942,00	0,00	0,00	0,00	1.698.942,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	355.600,00	355.600,00	48.629,08	190.180,28	0,65	165.419,72	47.065,96	188.617,16	0,75	166.982,84
ADMINISTRAÇÃO	3.921.342,08	4.740.328,76	839.025,73	3.577.613,98	12,22	1.162.714,78	802.228,92	3.188.135,44	12,69	1.552.193,32
SEGURANÇA PÚBLICA	444.810,00	441.810,00	66.000,84	271.968,59	0,93	169.841,41	66.000,84	271.968,59	1,08	169.841,41
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.099.845,12	3.430.931,27	320.882,63	1.966.462,76	6,72	1.464.468,51	413.632,89	1.568.072,97	6,24	1.862.858,30
SAÚDE	9.558.427,50	10.334.978,72	1.606.721,53	6.651.002,83	22,72	3.683.975,89	1.648.583,94	6.105.393,58	24,31	4.229.585,14
EDUCAÇÃO	13.240.262,50	14.477.549,76	3.150.659,16	9.284.382,25	31,72	5.193.167,51	1.962.090,52	7.693.473,74	30,63	6.784.076,02
CULTURA	263.650,00	273.650,00	45.522,88	159.691,00	0,55	113.959,00	40.345,41	145.827,00	0,58	127.823,00
URBANISMO	3.592.060,01	4.239.060,01	676.264,98	2.597.071,34	8,87	1.641.988,67	587.511,47	2.298.054,97	9,15	1.941.005,04
HABITAÇÃO	440.740,79	164.740,79	0,00	0,00	0,00	164.740,79	0,00	0,00	0,00	164.740,79
GESTÃO AMBIENTAL	605.170,00	723.670,00	19.174,28	80.467,18	0,27	643.202,82	19.174,28	80.467,18	0,32	643.202,82
AGRICULTURA	802.700,00	897.700,00	161.737,02	713.469,99	2,44	184.230,01	120.419,35	493.764,02	1,97	403.935,98
INDÚSTRIA	181.260,00	187.260,00	19.318,94	87.946,70	0,30	99.313,30	17.176,79	85.176,17	0,34	102.083,83
COMÉRCIO E SERVIÇOS	95.610,00	92.610,00	354,00	5.756,04	0,02	86.853,96	5.154,00	5.715,15	0,02	86.894,85
COMUNICAÇÕES	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
TRANSPORTE	3.702.210,00	3.358.410,00	724.935,25	2.889.979,41	9,87	468.430,59	853.137,06	2.270.337,98	9,04	1.088.072,02
DESPORTO E LAZER	259.020,00	259.020,00	23.439,61	98.408,52	0,34	160.611,48	27.100,87	92.405,81	0,37	166.614,19
ENCARGOS ESPECIAIS	1.120.350,00	1.123.350,00	184.481,66	697.604,96	2,38	425.745,04	149.110,37	629.951,43	2,51	493.398,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	43.602.000,00	47.099.611,31	7.887.147,59	29.272.005,83	100,00	17.827.605,48	6.758.732,67	25.117.361,19	100,00	21.982.250,12

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:078D3690

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso II, alínia "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	43.602.000,00	47.099.611,31	7.887.147,59	29.272.005,83	100,00	17.827.605,48	6.758.732,67	25.117.361,19	100,00	21.982.250,12
LEGISLATIVA	1.698.942,00	1.698.942,00	0,00	0,00	0,00	1.698.942,00	0,00	0,00	0,00	1.698.942,00
AÇÃO LEGISLATIVA	1.698.942,00	1.698.942,00	0,00	0,00	0,00	1.698.942,00	0,00	0,00	0,00	1.698.942,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	355.600,00	355.600,00	48.629,08	190.180,28	0,65	165.419,72	47.065,96	188.617,16	0,75	166.982,84
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	355.600,00	355.600,00	48.629,08	190.180,28	0,65	165.419,72	47.065,96	188.617,16	0,75	166.982,84
ADMINISTRAÇÃO	3.921.342,08	4.740.328,76	839.025,73	3.577.613,98	12,22	1.162.714,78	802.228,92	3.188.135,44	12,69	1.552.193,32
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	451.510,00	549.610,00	45.492,71	437.633,00	1,50	111.977,00	82.324,71	339.279,00	1,35	210.331,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.442.982,08	3.153.182,08	669.291,81	2.499.764,13	8,54	653.417,95	578.097,60	2.270.425,74	9,04	882.756,34
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	435.000,00	437.686,68	72.024,59	278.116,78	0,95	159.569,90	64.262,15	258.026,39	1,03	179.660,29
CONTROLE INTERNO	130.050,00	138.050,00	22.197,78	82.201,58	0,28	55.848,42	22.716,22	76.870,02	0,31	61.179,98
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	129.320,00	129.320,00	28.673,23	103.780,96	0,35	25.539,04	28.673,23	103.780,96	0,41	25.539,04
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	332.480,00	332.480,00	1.345,61	176.117,53	0,60	156.362,47	26.155,01	139.753,33	0,56	192.726,67
SEGURANÇA PÚBLICA	444.810,00	441.810,00	66.000,84	271.968,59	0,93	169.841,41	66.000,84	271.968,59	1,08	169.841,41
POLICIAMENTO	444.810,00	441.810,00	66.000,84	271.968,59	0,93	169.841,41	66.000,84	271.968,59	1,08	169.841,41
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.099.845,12	3.430.931,27	320.882,63	1.966.462,76	6,72	1.464.468,51	413.632,89	1.568.072,97	6,24	1.862.858,30

ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.332.925,12	1.253.925,12	207.532,78	852.968,24	2,91	400.956,88	180.452,76	760.898,16	3,03	493.026,96
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	200.925,00	200.925,00	18.564,92	53.967,48	0,18	146.957,52	14.266,34	49.668,90	0,20	151.256,10
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	479.685,00	644.286,38	56.869,46	250.847,90	0,86	393.438,48	73.904,80	219.071,28	0,87	425.215,10
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.086.310,00	1.331.794,77	37.915,47	808.679,14	2,76	523.115,63	145.008,99	538.434,63	2,14	793.360,14
SAÚDE	9.558.427,50	10.334.978,72	1.606.721,53	6.651.002,83	22,72	3.683.975,89	1.648.583,94	6.105.393,58	24,31	4.229.585,14
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	7.000.977,50	7.554.823,59	1.219.955,55	4.808.474,59	16,43	2.746.349,00	1.192.907,26	4.432.359,64	17,65	3.122.463,95
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.196.040,00	2.277.041,51	353.105,48	1.682.488,13	5,75	594.553,38	420.571,29	1.548.904,20	6,17	728.137,31
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	100.350,00	242.053,62	27.232,50	81.626,82	0,28	160.426,80	15.708,78	61.247,48	0,24	180.806,14
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	246.060,00	246.060,00	6.428,00	78.413,29	0,27	167.646,71	19.396,61	62.882,26	0,25	183.177,74
EDUCAÇÃO	13.240.262,50	14.477.549,76	3.150.659,16	9.284.382,25	31,72	5.193.167,51	1.962.090,52	7.693.473,74	30,63	6.784.076,02
ENSINO FUNDAMENTAL	11.019.378,36	10.393.359,28	1.544.792,95	6.209.767,02	21,21	4.183.592,26	1.448.213,72	5.730.247,54	22,81	4.663.111,74
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.067.372,77	3.933.679,11	1.580.085,21	2.961.362,95	10,12	972.316,16	488.095,80	1.849.973,92	7,37	2.083.705,19
EDUCAÇÃO ESPECIAL	153.511,37	150.511,37	25.781,00	113.252,28	0,39	37.259,09	25.781,00	113.252,28	0,45	37.259,09
CULTURA	263.650,00	273.650,00	45.522,88	159.691,00	0,55	113.959,00	40.345,41	145.827,00	0,58	127.823,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	250.650,00	260.650,00	45.522,88	159.691,00	0,55	100.959,00	40.345,41	145.827,00	0,58	114.823,00
URBANISMO	3.592.060,01	4.239.060,01	676.264,98	2.597.071,34	8,87	1.641.988,67	587.511,47	2.298.054,97	9,15	1.941.005,04
INFRA-ESTRUTURA URBANA	218.030,00	389.530,00	73.897,00	200.194,73	0,68	189.335,27	0,00	126.297,73	0,50	263.232,27
SERVIÇOS URBANOS	3.374.030,01	3.849.530,01	602.367,98	2.396.876,61	8,19	1.452.653,40	587.511,47	2.171.757,24	8,65	1.677.772,77
HABITAÇÃO	440.740,79	164.740,79	0,00	0,00	0,00	164.740,79	0,00	0,00	0,00	164.740,79

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
HABITAÇÃO URBANA	440.740,79	164.740,79	0,00	0,00	0,00	164.740,79	0,00	0,00	0,00	164.740,79
GESTÃO AMBIENTAL	605.170,00	723.670,00	19.174,28	80.467,18	0,27	643.202,82	19.174,28	80.467,18	0,32	643.202,82
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	191.670,00	191.670,00	19.174,28	78.667,18	0,27	113.002,82	19.174,28	78.667,18	0,31	113.002,82
CONTROLE AMBIENTAL	413.500,00	532.000,00	0,00	1.800,00	0,01	530.200,00	0,00	1.800,00	0,01	530.200,00
AGRICULTURA	802.700,00	897.700,00	161.737,02	713.469,99	2,44	184.230,01	120.419,35	493.764,02	1,97	403.935,98
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	802.700,00	897.700,00	161.737,02	713.469,99	2,44	184.230,01	120.419,35	493.764,02	1,97	403.935,98
INDÚSTRIA	181.260,00	187.260,00	19.318,94	87.946,70	0,30	99.313,30	17.176,79	85.176,17	0,34	102.083,83
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	181.260,00	187.260,00	19.318,94	87.946,70	0,30	99.313,30	17.176,79	85.176,17	0,34	102.083,83
COMÉRCIO E SERVIÇOS	95.610,00	92.610,00	354,00	5.756,04	0,02	86.853,96	5.154,00	5.715,15	0,02	86.894,85
PROMOÇÃO COMERCIAL	11.010,00	8.010,00	354,00	5.256,04	0,02	2.753,96	5.154,00	5.256,04	0,02	2.753,96
TURISMO	84.600,00	84.600,00	0,00	500,00	0,00	84.100,00	0,00	459,11	0,00	84.140,89
COMUNICAÇÕES	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
TRANSPORTE	3.702.210,00	3.358.410,00	724.935,25	2.889.979,41	9,87	468.430,59	853.137,06	2.270.337,98	9,04	1.088.072,02
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.702.210,00	3.358.410,00	724.935,25	2.889.979,41	9,87	468.430,59	853.137,06	2.270.337,98	9,04	1.088.072,02
DESPORTO E LAZER	259.020,00	259.020,00	23.439,61	98.408,52	0,34	160.611,48	27.100,87	92.405,81	0,37	166.614,19
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	251.520,00	251.520,00	23.439,61	98.408,52	0,34	153.111,48	27.100,87	92.405,81	0,37	159.114,19
ENCARGOS ESPECIAIS	1.120.350,00	1.123.350,00	184.481,66	697.604,96	2,38	425.745,04	149.110,37	629.951,43	2,51	493.398,57
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	708.750,00	708.750,00	84.481,66	371.787,49	1,27	336.962,51	84.481,66	368.245,58	1,47	340.504,42
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	411.600,00	414.600,00	100.000,00	325.817,47	1,11	88.782,53	64.628,71	261.705,85	1,04	152.894,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	43.602.000,00	47.099.611,31	7.887.147,59	29.272.005,83	100,00	17.827.605,48	6.758.732,67	25.117.361,19	100,00	21.982.250,12

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:51453BF5

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO ALIENAÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO DE 2017			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR c = (a – b)
RECEITA DE CAPITAL	2.000,00	0,00	2.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	2.000,00	0,00	2.000,00
Alienação de Bens Móveis	2.000,00	0,00	2.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	2.000,00	0,00	2.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	61.380,00	50.967,47	50.967,47	50.967,47	0,00	10.412,53
Investimentos	61.380,00	50.967,47	50.967,47	50.967,47	0,00	10.412,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	61.380,00	50.967,47	50.967,47	50.967,47	0,00	10.412,53

SALDO FINANCEIRO APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (h)	DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	62.470,12	(50.967,47)	11.502,65

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:A69CDBB6

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JULHO A AGOSTO DE 2017				
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)				
RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Caput do art. 212 da constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	3.270.050,00	4.911.000,00	8.437.212,76	171,80
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	380.000,00	380.000,00	238.402,97	62,74
1.1.1 - IPTU	265.000,00	265.000,00	210.176,89	79,31
1.1.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do IPTU	115.000,00	115.000,00	28.226,08	128,21
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	550.050,00	2.126.000,00	6.733.017,44	316,70
1.2.1 - ITBI	550.000,00	2.125.950,00	6.732.941,92	316,70
1.2.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ITBI	50,00	50,00	75,52	151,04
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.690.000,00	1.755.000,00	1.032.842,67	58,85
1.3.1 - ISS	1.500.000,00	1.565.000,00	938.882,67	59,99
1.3.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ISS	190.000,00	190.000,00	93.960,00	92,28
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	650.000,00	650.000,00	432.949,68	66,61
1.4.1 - IRRF	650.000,00	650.000,00	432.949,68	66,61
1.4.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	33.465.000,00	33.465.000,00	21.242.592,09	63,48
2.1 - Cota-parte FPM	19.215.000,00	19.215.000,00	11.603.299,40	60,39
2.1.1 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'b'	18.400.000,00	18.400.000,00	10.874.259,39	59,10
2.1.2 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'd'	815.000,00	815.000,00	729.040,01	89,45
2.2 - Cota-parte ICMS	11.500.000,00	11.500.000,00	8.051.557,77	70,01
2.3 - ICMS-Desoneração - LC. nº 87/1996	85.000,00	85.000,00	53.848,32	63,35
2.4 - Cota-parte IPI-Exportação	165.000,00	165.000,00	111.096,41	67,33
2.5 - Cota-parte ITR	900.000,00	900.000,00	64.506,47	7,17
2.6 - Cota-parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	1.358.283,72	84,89
2.7 - Cota-parte IOF-Ouro (100 %)	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1+2)	36.735.050,00	38.376.000,00	29.679.804,85	77,34
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	50.000,00	50.000,00	12.260,55	24,52
5 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.144.500,00	1.161.000,00	898.856,97	77,42
5.1 - Transferências do salário-educação	875.000,00	875.000,00	482.385,66	55,13
5.2 - Outras transferências do FNDE	240.000,00	256.500,00	401.472,84	156,52
5.3 - Aplicação financeira dos recursos do FNDE	29.500,00	29.500,00	14.998,47	50,84
6 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de convênios	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação financeira dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.474.500,00	1.491.000,00	911.117,52	61,11
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.530.000,00	6.530.000,00	4.102.710,09	62,83
10.1 - Cota-parte FPM destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	3.680.000,00	3.680.000,00	2.174.851,67	59,10
10.2 - Cota-parte ICMS destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.300.000,00	2.300.000,00	1.610.311,42	70,01
10.3 - ICMS-Desoneração destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	17.000,00	17.000,00	10.769,60	63,35
10.4 - Cota-parte IPI-Exportação destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	33.000,00	33.000,00	22.219,31	67,33
10.5 - Cota-parte ITR destinada ao FUNDEB - (20% de 2.5)	180.000,00	180.000,00	12.901,20	7,17
10.6 - Cota-parte IPVA destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	320.000,00	320.000,00	271.656,89	84,89
11 - RECEITAS RECEBIDAS do FUNDEB	7.262.000,00	7.262.000,00	5.162.364,07	71,21
11.1 - Transferências de recursos do FUNDEB	7.200.000,00	7.200.000,00	5.127.256,03	71,21
11.2 - Complementação da união ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB	62.000,00	62.000,00	35.108,04	56,63
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	670.000,00	670.000,00	1.024.545,94	152,92

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(f) = (g/d)x100
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.196.000,00	5.265.307,98	3.305.325,03	62,78	3.349.523,14	63,61
13.1 - Com educação infantil	1.337.281,39	1.538.811,39	1.062.587,05	69,05	1.072.607,96	69,70
13.2 - Com ensino fundamental	3.858.718,61	3.726.496,59	2.242.737,98	60,18	2.276.915,18	61,10
14 - OUTRAS DESPESAS	1.969.356,28	2.005.224,06	1.382.423,43	68,94	1.333.416,21	66,50
14.1 - Com educação infantil	420.450,38	345.515,38	271.621,13	78,61	261.600,22	75,71
14.2 - Com ensino fundamental	1.548.905,90	1.659.708,68	1.110.802,30	66,93	1.071.815,99	64,58
15 - TOTAL DAS DESPESAS COM FUNDEB (13+14)	7.165.356,28	7.270.532,04	4.687.748,46	64,48	4.682.939,35	64,41
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO						Valor
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO FUNDEB						0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						69.057,98

18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FINDEB (16+17)	69.057,98
19 - MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13-18) / (11) X 100)%	63,55
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	123.084,84
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO	123.084,84

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(f) = (g/d)x100
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.999.797,86	2.808.576,17	1.947.525,45	69,34	1.788.394,49	63,68
22.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	1.757.731,77	1.884.326,77	1.334.208,18	70,81	1.334.208,18	70,81
22.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	242.066,09	924.249,40	613.317,27	66,36	454.186,31	49,14
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.421.984,80	9.211.791,83	5.033.161,99	54,64	4.850.455,83	52,65
23.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	5.407.624,51	5.386.205,27	3.353.540,28	62,26	3.348.731,17	62,17
23.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	4.014.360,29	3.825.586,56	2.321.427,63	60,68	1.972.297,70	51,56
23.9 - Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	0,00	(641.805,92)	0,00	(470.573,04)	0,00
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	11.421.782,66	12.020.368,00	6.980.687,44	58,07	6.638.850,32	55,23

DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.024.545,94
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	35.108,04
32 - DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO ACRÉSCIMO E DA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR	123.084,84
33 - DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	57.180,51
34 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RAP INSCRITOS COM DISP. FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36 - TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35)	1.239.919,33
37 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23-36)	5.398.930,99
38 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	18,19

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	% (f) = (g/d)x100
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM APL FINAN DE OUTROS RECURSOS DE IMP VINC AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	895.000,00	903.892,30	387.263,48	42,84	239.061,57	26,45
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	% (f) = (g/d)x100
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	529.500,00	1.403.107,72	1.186.554,14	84,57	256.917,54	18,31
43 - TOTAL OUTRAS DESP CUSTEADAS COM REC ADICIONAIS PARA FINAN DO ENSINO	1.424.500,00	2.307.000,02	1.573.817,62	68,22	495.979,11	21,50
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	12.846.282,66	14.327.368,02	8.554.505,06	59,71	7.134.829,43	49,80

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ BIMESTRE	CANCELADOS EM 2017 (g)
45 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	396.843,88	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	213.164,85	0,00
47 - (+) INGRESSOS DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	5.127.256,03	0,00
48 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.717.047,29	0,00
49 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	35.108,04	0,00
50 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	658.481,63	0,00
51 - (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 - Retenções	0,00	0,00
51.2 - Conciliação Bancária	0,00	0,00
52 - (=) Saldo financeiro conciliado	0,00	0,00

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:944B563A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RESTOS A PAGAR

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, art. 53, inciso V - Anexo IX

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Incritos em 31 de dezembro de 2016	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios anteriores	Em 31 de dezembro de 2016							
EXECUTIVO									
Município de Sengés	163.868,49	362.960,21	0,01	361.050,41	165.778,28	2.022.171,95	966.040,97	1.047.777,14	8.353,84
GABINETE DO PREFEITO	0,00	6.030,08	0,00	5.873,28	156,80	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL	0,00	3.622,04	0,00	3.622,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	23.579,85	0,00	23.579,85	0,00	174,01	0,00	0,00	174,01
SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO E SANEAMENTO	0,00	4.244,86	0,00	4.244,86	0,00	579.746,93	81.738,17	498.008,76	0,00
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	0,00	30.113,36	0,00	30.113,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E	159.808,76	19.221,10	0,00	19.221,10	159.808,76	370.046,38	37.418,83	332.627,55	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	4.059,73	143.729,91	0,01	143.729,91	4.059,72	1.023.027,51	846.883,97	170.178,47	5.965,07
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	0,00	2.898,56	0,00	2.898,56	0,00	46.477,12	0,00	44.462,36	2.014,76

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	68.382,82	0,00	66.629,82	1.753,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	14.191,99	0,00	14.191,99	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	0,00	19.236,18	0,00	19.236,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	23.100,14	0,00	23.100,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	0,00	1.805,34	0,00	1.805,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE INTERNO	0,00	1.736,38	0,00	1.736,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO ADULTO E AO	0,00	431,97	0,00	431,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	635,63	0,00	635,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	163.868,49	362.960,21	0,01	361.050,41	165.778,28	2.022.171,95	966.040,97	1.047.777,14	8.353,84

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:A6D6FAEC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RESULTADO PRIMARIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 53, inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão atualizada	RECEITAS REALIZADAS	
		Jan à Ago 2017	Jan à Ago 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	44.670.050,00	34.919.626,87	25.890.757,29
Receita tributária	5.351.950,00	8.890.943,35	2.503.303,00
IPTU	265.000,00	210.176,89	173.626,44
ISS	1.565.000,00	938.882,67	981.297,67
ITBI	2.125.950,00	6.732.941,92	468.681,29
IRRF	650.000,00	432.949,68	383.154,27
Outras receitas tributárias	746.000,00	575.992,19	496.543,33
(-)Deduções da receita tributária	0,00	0,00	0,00
Receita de contribuição	471.000,00	378.093,72	262.585,24
Receita previdenciária	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de contribuições	471.000,00	378.093,72	262.585,24
(-)Deduções da receita de contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial líquida	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	241.950,99	308.864,93	225.961,10
(-)Aplicações financeiras	(241.950,99)	(308.864,93)	(225.961,10)
(-)Deduções da Receita patrimonial	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes	37.960.500,00	25.075.960,81	22.638.411,46
FPM	18.400.000,00	10.874.259,39	10.013.366,17
ICMS	11.500.000,00	8.051.557,77	7.174.032,19
Convênios	280.000,00	355.967,17	307.394,06
Outras transferências correntes	7.780.500,00	5.794.176,48	5.143.619,04
Demais receitas correntes	886.600,00	574.628,99	486.457,59
Dívida Ativa	341.550,00	138.894,48	133.434,28
Diversas receitas correntes	545.050,00	435.734,51	353.023,31
(-)Deduções das demais receitas correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(II)	1.251.315,45	859.715,18	492.802,68
Operações de crédito(III)	0,00	0,00	0,00
Amortizações de empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de ativos (V)	2.000,00	0,00	9.500,00
Transferências de capital	1.249.315,45	859.715,18	483.302,68
Convênios	247.500,00	484.455,18	96.043,22
Outras transferências de capital	1.001.815,45	375.260,00	387.259,46
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	1.249.315,45	859.715,18	483.302,68
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	45.919.365,45	35.779.342,05	26.374.059,97

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Jan à Ago 2017	Jan à Ago 2016	Jan à Ago 2017	Jan à Ago 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	42.200.481,96	26.936.764,31	24.495.947,13	24.055.904,32	22.811.192,83
Pessoal e encargos sociais	23.931.453,99	14.858.536,42	13.493.949,71	14.854.025,11	13.493.949,71
Juros e encargos da dívida (I)	225.750,00	108.378,26	128.442,51	108.378,26	128.442,51
Outras despesas correntes	18.043.277,97	11.969.849,63	10.873.554,91	9.093.500,95	9.188.800,61
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES ()=(VIII-I)	41.974.731,96	26.828.386,05	24.367.504,62	23.947.526,06	22.682.750,32
DESPESAS DE CAPITAL (I)	4.679.129,35	2.335.241,52	1.453.418,26	1.061.456,87	1.080.544,23
Investimentos	4.196.129,35	2.071.832,29	1.184.508,79	801.589,55	811.634,76
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida (IV)	483.000,00	263.409,23	268.909,47	259.867,32	268.909,47
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL FISCAIS (V)=(I-II-III-IV)	4.196.129,35	2.071.832,29	1.184.508,79	801.589,55	811.634,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI)	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VIII)=(+V+VI)	46.390.861,31	28.900.218,34	25.552.013,41	24.749.115,61	23.494.385,08
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)		(471.495,86)	5.569.855,90	6.879.123,71	822.046,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			3.497.611,31		

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:9FBDEA53

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2017				
ADCT. Art. 77 - Anexo XVI				
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.270.050,00	4.911.000,00	8.437.212,76	171,80
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	265.000,00	265.000,00	210.176,89	79,31
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	550.000,00	2.125.950,00	6.732.941,92	316,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.500.000,00	1.565.000,00	938.882,67	59,99
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	650.000,00	650.000,00	432.949,68	66,61
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.050,00	10.050,00	11.100,31	110,45
Dívida Ativa dos Impostos	185.000,00	185.000,00	59.527,03	32,18
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	110.000,00	110.000,00	51.634,26	46,94
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	32.650.000,00	32.650.000,00	20.513.552,08	62,83
Cota-Parte FPM	18.400.000,00	18.400.000,00	10.874.259,39	59,10
Cota-Parte ITR	900.000,00	900.000,00	64.506,47	7,17
Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	1.358.283,72	84,89
Cota-Parte ICMS	11.500.000,00	11.500.000,00	8.051.557,77	70,01
Cota-Parte IPI-Exportação	165.000,00	165.000,00	111.096,41	67,33
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	85.000,00	85.000,00	53.848,32	63,35
Desoneração ICMS (LC 87/96)	85.000,00	85.000,00	53.848,32	63,35
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	35.920.050,00	37.561.000,00	28.950.764,84	77,08
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.080.000,00	2.080.000,00	1.512.058,02	72,70
Provenientes da União	1.555.000,00	1.555.000,00	1.122.342,12	72,18
Provenientes dos Estados	510.000,00	510.000,00	375.260,00	73,58
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	15.000,00	15.000,00	14.455,90	96,37
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	14.000,00	14.000,00	7.426,69	53,05
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	8.000,00	8.000,00	17.131,55	214,14
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.102.000,00	2.102.000,00	1.536.616,26	73,10

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o bimestre (f)	% (f/e) x100	Liquidadas até o	% (g/e) x100
DESPESAS CORRENTES	9.010.427,29	9.254.683,22	6.513.474,67	70,38	5.969.911,42	64,51
Pessoal e encargos sociais	4.052.017,50	4.211.818,50	2.721.897,72	64,63	2.721.897,72	64,63
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	4.958.409,79	5.042.864,72	3.791.576,95	75,19	3.248.013,70	64,41
DESPESAS DE CAPITAL	533.000,21	1.065.295,50	137.528,16	12,91	135.482,16	12,72
Investimentos	533.000,21	1.065.295,50	137.528,16	12,91	135.482,16	12,72
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.543.427,50	10.319.978,72	6.651.002,83	64,45	6.105.393,58	59,16
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o bimestre (h)	% (h/V)	Até o bimestre (i)	% (i/V)
(-)DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	56.300,00	59.300,00	32.360,56	0,49	32.360,56	0,53
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.089.970,00	2.863.521,22	1.445.688,08	21,74	1.219.712,03	19,98
Recursos de transferências do sistema único de saúde - SUS	2.089.970,00	2.764.368,95	1.430.853,40	21,51	1.205.426,35	19,74
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	0,00	99.152,27	14.834,68	0,22	14.285,68	0,23
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	379,00	0,01	379,00	0,01
(-)RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.146.270,00	2.922.821,22	1.478.427,64	22,23	1.252.451,59	20,51

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.172.575,19	77,77	4.852.941,99	79,49
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL				16,76
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100				510.327,26

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VINCULADOS A SAÚDE	RESTOS A PAGAR	
	Inscritos em	Cancelados em
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o bimestre (l)	% (l/total l)	Até o bimestre (m)	% (m/total m)
Atenção básica	7.000.977,50	7.554.823,59	4.808.474,59	72,30	4.432.359,64	72,60
Assistência hospitalar e ambulatorial	2.196.040,00	2.277.041,51	1.682.488,13	25,30	1.548.904,20	25,37
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância sanitária	100.350,00	242.053,62	81.626,82	1,23	61.247,48	1,00
Vigilância epidemiológica	246.060,00	246.060,00	78.413,29	1,18	62.882,26	1,03

Alimentação e nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras subfunções	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.558.427,50	10.334.978,72	6.651.002,83	100,00	6.105.393,58	100,00

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:750ACCD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA–Nº 097, 14 DE SETEMBRO DE 2.017

SÚMULA: Dispõe sobre a primeira progressão salarial de servidores para fins de cumprimento do Artigo 17 da Lei Municipal n.º 2.032 e os seus incisos de I a III.

ZENAIDE APARECIDA ARRUDA, Diretora Superintendente do **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE** e o Sr. **ILTO DE SOUZA**, Diretor do Departamento de Administração e Assessoramento do **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE** no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei:
- RESOLVEM:
Art. 1º) -: Conceder a primeira **PROGRESSÃO POR MÉRITO,** às servidoras que cumpriram com êxito o estágio probatório e obedeceram aos critérios estabelecidos pelos Incisos I a III do Artigo n.º 17 da Lei Municipal n.º 2.032.
Art. 2º) -: A PROGRESSÃO POR MÉRITO, concedida através desta portaria, conforme descrito em seu anexo I, terá o seu efeito financeiro a partir da sua publicação, em observação ao dispositivo contido no parágrafo único da Artigo n.º 17 da Lei Municipal nº 2.032 de 04 de abril de 2012,
Art. 3º) -: As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.
Art. 4º) -: Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas, as disposições em contrário.

ZENAIDE APARECIDA ARRUDA
Diretor Superintendente
Decreto Municipal n.º 014/2.017
Administração 2.017/2.020

ILTO DE SOUZA
Diretor Adm. e Assessoramento
Decreto Municipal n.º 083/2.017
Administração 2.017/2.020

ANEXO – I / Portaria n.º 097 de 14 de Setembro de 2017

TRANSPOSIÇÃO DE SERVIDOR DO ESTÁGIO PROBATÓRIO PARA ESTÁVEL
Lei Municipal n.º 2.032 - Artigo n.º 17 Incisos I a III & Parágrafo único
Estágio Prorrogado em razão de licenças – Médica e Maternidade

Cargo: Enfermeira – Admissão: 04/11/2013

			Mês: Maio	Progressão Por:		Mês: Junho
Qt	**CPF/MF n.º:**	**Nome do Servidor**	**Nível:**	**Mérito:**	**Título:**	**Nível:**
01	061.274.349-71	Karila Fabiano Camba	**H01**	**02**	**00**	**H03**

Cargo: Agente de Saúde – Admissão: 06/11/2014

			Mês: Maio	Progressão Por:		Mês: Junho
Qt	**CPF/MF n.º:**	**Nome do Servidor**	**Nível:**	**Mérito:**	**Título:**	**Nível:**
01	069.447.219-02	Aline Cristina Salmazo	**M01**	**02**	**00**	**M03**

Obs: *Estágio prorrogado, em razão de afastamentos por Licença Médica e Licença Maternidade respectivamente.*

DURVAL ROBERTO GONÇALVES
Presidente Comissão de Gestão

DAIANY MARTINS KOZAN
Servidora Indicada pela Diretora

ELIEZER DE JESUS ANDRADE
Nível Superior

FLÁVIA REGINA GOUVEA
Nível Médio

CLEUZA REFUNDINI
Nível Fundamental

Publicado por:
Durval Roberto Gonçalves
Código Identificador:D2BB0091

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

N0 ATA DE REGISTRO DE PREÇO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA	VALOR
53/2017	18/2017	Rodeio Country	SOLIDA RODEIOS PROMOÇÃO DE EVENTOS E FOGOS LTDA-ME CNPJ:24.890.941/0001-06	22/05/2017	21/07/2017	R$ 85.000,00

TIJUCAS DOS SUL, 22 DE AGOSTO DE 2017

NORLI APARECIDA ALVES
Pregoeira

Publicado por:
Norli Aparecida Alves
Código Identificador:8DB265DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

N0 ATA DE REGISTRO DE PREÇO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA	VALOR
05/2017	09/2017	Mão de obra de pedreiro	Eleberton de Andrade CNPJ:27.207.105/0001-72	21/03/2017	21/03/2018	R$57.000,00

TIJUCAS DOS SUL, 22 DE AGOSTO DE 2017

NORLI APARECIDA ALVES
Pregoeira

Publicado por:
Norli Aparecida Alves
Código Identificador:A31C9E9B



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
DIÁRIAS - AGOSTO/2017

NUMERO DO EMPENHO	NOME DO BENEFICIÁRIO	MATRICULA/OU RG	CARGO/FUNÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO	OBJETIVO DA VIAGEM	MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO NA VIAGEM	CIDADE DE DESTINO	Nº DIÁRIAS	VL P/DIÁRIA	VL TOTAL
201/2017	João Aparecido de Camargo	3.268.980-9	Vereador	09/08/2017	11/08/2017	PARTICIPAR DE CURSO: SEGURANÇA PUBLICA E SAUDE, REALIZADO PELA UNIPUBLICA	particular	CURITIBA / PR	3	264,75	794,25
204/2017	Elezana Maria A.de Oliveira	4.627.200-5	Contador	15/08/2017	16/08/2017	PARTICIPAR TREINAMENTO DE RECICLAGEM PRONIN-CP, OFERECIDO PELA GOVERNANÇABRASIL	particular	Joaquim tavora/PR	1	211,80	211,80

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:F893E5AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIOS LRF - CIDCENTRO

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO A ABRIL DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	500.000,00	500.000,00	3.876,53	0,78	8.056,17	1,61	491.943,83
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	10.000,00	3.876,53	38,77	8.056,17	80,56	1.943,83
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	3.876,53	38,77	8.056,17	80,56	1.943,83
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGROPECUÁRIA							
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.000,00
TRANSFERÊNCIAS	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.000,00
INTERGOVERNAMENTAIS							
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	500.000,00	500.000,00	3.876,53	0,78	8.056,17	1,61	491.943,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	500.000,00	500.000,00	3.876,53	0,78	8.056,17	1,61	491.943,83

DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	500.000,00	500.000,00	3.876,53	0,78	8.056,17	1,61	491.943,83
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	500.000,00	500.000,00	3.165,92	0,63	14.781,00	2,96	485.219,00
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	10.000,00	3.165,92	31,66	14.781,00	147,81	(4.781,00)
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	3.165,92	31,66	14.781,00	147,81	(4.781,00)
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.000,00
TRANSFERÊNCIAS	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.000,00
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	500.000,00	500.000,00	3.165,92	0,63	14.781,00	2,96	485.219,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	500.000,00	500.000,00	3.165,92	0,63	14.781,00	2,96	485.219,00
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	500.000,00	500.000,00	3.165,92	0,63	14.781,00	2,96	485.219,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO PR							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2016							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	11.000,00	11.000,00	328,64	2,99	328,64	2,99	10.671,36
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00	1.000,00	328,64	32,86	328,64	32,86	671,36
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.000,00	1.000,00	328,64	32,86	328,64	32,86	671,36
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	282.375,00	282.375,00	282.375,00	100,00	282.375,00	100,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	282.375,00	282.375,00	282.375,00	100,00	282.375,00	100,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	282.375,00	282.375,00	282.375,00	100,00	282.375,00	100,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	293.375,00	293.375,00	282.703,64	96,36	282.703,64	96,36	10.671,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	293.375,00	293.375,00	282.703,64	96,36	282.703,64	96,36	10.671,36
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	293.375,00	293.375,00	282.703,64	96,36	282.703,64	96,36	10.671,36
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO										
RELATÓRIO RESUMIDO DADEOXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JULHO A AGOSTO DE 2017										
LRF, Art. 52, inciso II, alínia "c" - Anexo II										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	

DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ADMINISTRAÇÃO	494.000,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	494.000,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	100,00	500.000,00	0,00	0,00	100,00	500.000,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO A ABRIL DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	484.500,00	484.500,00	0,00	0,00	484.500,00	0,00	0,00	484.500,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	472.400,00	472.400,00	0,00	0,00	472.400,00	0,00	0,00	472.400,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00
INVESTIMENTOS	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.056,17
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	8.056,17
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO PR							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	500.000,00	500.000,00	4.179,64	0,84	4.179,64	0,84	495.820,36
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	10.000,00	4.179,64	41,80	4.179,64	41,80	5.820,36
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	4.179,64	41,80	4.179,64	41,80	5.820,36
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.000,00
TRANSFERÊNCIAS	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.000,00
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	500.000,00	500.000,00	4.179,64	0,84	4.179,64	0,84	495.820,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO -REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	500.000,00	500.000,00	4.179,64	0,84	4.179,64	0,84	495.820,36
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	500.000,00	500.000,00	4.179,64	0,84	4.179,64	0,84	495.820,36
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO											
RELATÓRIO RESUMIDO DADEOXECUÇÃO ORÇAMENTARIA											
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2016											
LRF, Art. 52, inciso II, alínia "c" - Anexo II											
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	293.375,00	293.375,00	0,00	0,00	0,00	293.375,00	0,00	0,00	0,00	293.375,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	292.375,00	292.375,00	0,00	0,00	0,00	292.375,00	0,00	0,00	0,00	292.375,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO GERAL	292.375,00	292.375,00	0,00	0,00	0,00	292.375,00	0,00	0,00	0,00	292.375,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	293.375,00	293.375,00	0,00	0,00	100,00	293.375,00	0,00	0,00	100,00	293.375,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ADMINISTRAÇÃO	494.000,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	494.000,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	100,00	500.000,00	0,00	0,00	100,00	500.000,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DADEOXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	484.500,00	484.500,00	0,00	0,00	484.500,00	0,00	0,00	484.500,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	472.400,00	472.400,00	0,00	0,00	472.400,00	0,00	0,00	472.400,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00
INVESTIMENTOS	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.781,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	14.781,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DADEOXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	484.500,00	484.500,00	0,00	0,00	484.500,00	0,00	0,00	484.500,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	472.400,00	472.400,00	0,00	0,00	472.400,00	0,00	0,00	472.400,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00
INVESTIMENTOS	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.179,64
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	4.179,64
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

BALANÇO PATRIMONIAL					Exercício 2016
Balanço Anual					
Consorcio Inter Desen Rural Urbano Sustentável da Região do PR					
ATIVO					
ESPECIFICAÇÃO			Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE				282.703,64	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				282.703,64	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL				282.703,64	0,00
TOTAL				282.703,64	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ESPECIFICAÇÃO				Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADO DO EXERCÍCIO				282.703,64	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	282.703,64	0,00	PASSIVO FINANCEIRO*	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	0,00	0,00	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				282.703,64	0,00
*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados					
Saldo dos Atos Potenciais Ativos					
ESPECIFICAÇÃO				Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR				0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER				0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR				0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR				0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00
Saldo dos Atos Potenciais Passivos					
ESPECIFICAÇÃO				Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR				0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR				0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR				0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR				0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL		Exercício 2016
Balanço Anual		
Consorcio Intermunicipal Desenvolvimento Rural Urbano Sustentável da Região Central do Paraná		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
701 Convênio MAPA - Veículos Inspeção Sanitária	282.703,64	0,00
TOTAL	282.703,64	0,00
Notas Explicativas		
1) O Consórcio iniciou suas atividades em dezembro/2016, tem somente disponibilidade relativo a recursos de convênio e rendimentos de aplicação, não há despesas no exercício de 2016.		
2) Operou somente com uma fonte de recurso, qual seja a fonte 701 referente a convênio com o MAPA. Assim, o Resultado acumulado é igual às receitas do exercício e as disponibilidades.		

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	0,00	0,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, §1º da LRF)	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) - IN 56 TCE/PR	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE GERAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		328,64
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		0,00
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%		177,47
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,3%		168,59
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		159,72

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO									
RELATÓRIO RESUMIDO DADEOXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
MAIO A JUNHO DE 2017									
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	484.500,00	484.500,00	0,00	0,00	484.500,00	0,00	0,00	484.500,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	472.400,00	472.400,00	0,00	0,00	472.400,00	0,00	0,00	472.400,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00

INVESTIMENTOS	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.615,08
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	11.615,08
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A JUNHO DE 2017
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	500.000,00	500.000,00	3.558,91	0,71	11.615,08	2,32	488.384,92
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	10.000,00	3.558,91	35,59	11.615,08	116,15	(1.615,08)
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	3.558,91	35,59	11.615,08	116,15	(1.615,08)
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.000,00
TRANSFERÊNCIAS	490.000,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.000,00
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	500.000,00	500.000,00	3.558,91	0,71	11.615,08	2,32	488.384,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	500.000,00	500.000,00	3.558,91	0,71	11.615,08	2,32	488.384,92
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL (VII) = (V + VI)	500.000,00	500.000,00	3.558,91	0,71	11.615,08	2,32	488.384,92
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2016 À 12/2016

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILID ADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)			
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Convênio MAPA - Veículos Inspeção Sanitária	282.703,64	0,00	0,00	0,00	0,00	282.703,64	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	282.703,64	0,00	0,00	0,00	0,00	282.703,64	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	282.703,64	0,00	0,00	0,00	0,00	282.703,64	0,00	0,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DADEOXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO A ABRIL DE 2017

LRF, Art. 52, inciso II, alínia "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ADMINISTRAÇÃO	494.000,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	494.000,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	100,00	500.000,00	0,00	0,00	100,00	500.000,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO/2016 A JUNHO/2017		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	0,00	0,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) - IN 56 TCE/PR	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.943,72	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	11.943,72	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	0,00	0,0%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.449,61	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.127,13	51,3%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.804,65	48,6%

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO											
RELATÓRIO RESUMIDO DADEOXECUÇÃO ORÇAMENTARIA											
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
MAIO A JUNHO DE 2017											
LRF, Art. 52, inciso II, alínia "c" - Anexo II											
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ADMINISTRAÇÃO	494.000,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	494.000,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00	0,00	0,00	0,00	494.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	100,00	500.000,00	0,00	0,00	100,00	500.000,00

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

CONSORCIO INTER DESEN RURAL URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO											
RELATÓRIO RESUMIDO DADEOXECUÇÃO ORÇAMENTARIA											
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2016											
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I											
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)	Inscritas em restos a pagar não processados (k)	
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	293.375,00	293.375,00	0,00	0,00	293.375,00	0,00	0,00	293.375,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	283.375,00	283.375,00	0,00	0,00	283.375,00	0,00	0,00	283.375,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	283.375,00	283.375,00	0,00	0,00	283.375,00	0,00	0,00	283.375,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	293.375,00	293.375,00	0,00	0,00	293.375,00	0,00	0,00	293.375,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	293.375,00	293.375,00	0,00	0,00	293.375,00	0,00	0,00	293.375,00	0,00	0,00	
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282.703,64	0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	293.375,00	293.375,00	0,00	0,00	293.375,00	0,00	0,00	293.375,00	282.703,64	0,00	

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio

FRANCISCO SETNI
Contador

JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS
Controle Interno

Publicado por:
Davi do Lago Costa
Código Identificador:B11E6805

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RECEITA CORRENTE LIQUIDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMOSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													Previsão atualiza 2017
	09/2016	10/2016	11/2016	12/2016	01/2017	02/2017	03/2017	04/2017	05/2017	06/2017	07/2017	08/2017	TOTAL	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.017.373,04	3.741.630,99	4.536.407,39	6.416.673,14	5.267.853,71	4.104.632,11	4.218.654,67	3.824.514,90	4.254.848,73	3.583.376,17	3.987.098,93	10.090.222,67	57.043.286,45	51.454.000,99
Receita tributária	232.855,17	200.615,31	207.849,97	561.493,38	388.458,20	228.990,09	446.087,64	501.521,81	326.893,83	327.740,29	267.507,40	6.630.121,94	10.320.135,03	5.850.000,00
IPTU	2.998,78	4.127,88	3.320,84	27.432,93	8.405,29	8.039,84	51.925,75	93.381,28	29.609,74	21.635,40	16.605,23	8.800,44	276.283,40	380.000,00
ISS	151.973,21	131.144,52	130.839,11	127.097,90	108.758,37	110.617,43	131.778,25	141.406,26	133.917,63	124.987,59	136.564,23	144.812,91	1.573.897,41	1.755.000,00
ITBI	7.419,62	3.915,01	8.226,10	278.409,08	200.548,32	8.685,55	30.272,86	20.003,11	19.334,40	56.930,10	8.665,25	6.388.577,85	7.030.987,25	2.126.000,00
IRRF	48.549,63	46.264,46	45.001,13	97.622,81	47.707,93	51.990,21	58.046,97	54.760,30	51.491,91	62.184,01	55.682,11	51.086,24	670.387,71	650.000,00
Outras receitas tributárias	21.913,93	15.163,44	20.462,79	30.930,66	23.038,29	49.657,06	174.063,81	191.970,86	92.540,15	62.003,19	49.990,58	36.844,50	768.579,26	939.000,00
Receita de contribuições	36.362,92	37.829,38	40.020,59	41.963,31	41.599,50	40.284,79	51.564,68	71.907,03	48.630,88	46.428,79	41.961,58	39.658,23	538.211,68	481.550,00
Receita patrimonial	27.518,93	26.630,17	28.441,87	27.442,71	27.033,76	38.978,48	49.529,76	38.408,70	44.474,83	36.755,54	33.504,68	40.179,18	418.898,61	241.950,99
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	8.826,33	12.574,59	5.258,74	10.643,32	4.200,80	10.056,64	7.596,38	3.105,40	18.662,99	8.136,38	9.989,20	5.993,34	105.044,11	230.000,00
Transferências correntes	2.702.270,78	3.450.226,86	4.229.766,35	5.653.120,24	4.792.913,43	3.778.488,76	3.649.887,62	3.189.353,81	3.806.416,04	3.102.180,48	3.499.396,57	3.360.034,19	45.214.055,13	44.490.500,00
Cota parte do FPM	941.287,19	1.142.623,80	2.084.701,08	2.520.453,67	1.388.747,35	1.780.336,73	1.115.490,06	1.343.975,86	1.524.508,66	1.405.163,61	1.085.242,53	1.230.794,59	17.563.325,13	18.400.000,00
Cota parte do ICMS	827.402,10	753.394,75	1.060.392,98	949.185,70	1.667.137,78	661.423,74	1.034.704,91	822.193,93	1.091.007,61	844.659,18	827.374,17	1.103.056,45	11.641.933,30	11.500.000,00
Cota parte do IPVA	37.904,02	50.283,08	54.413,61	54.008,75	576.060,51	218.482,04	289.517,52	73.705,56	55.872,77	42.485,41	50.694,29	51.465,62	1.554.893,18	1.600.000,00
Cota parte do ITR	135.147,75	681.287,89	43.202,93	42.211,60	46.044,74	5.541,77	453,40	7.030,62	547,38	3.217,06	1.593,86	77,64	966.356,64	900.000,00
Transferências da LC 87/1996	6.791,71	6.791,71	6.791,71	6.791,71	6.731,04	6.731,04	6.731,04	6.731,04	6.731,04	6.731,04	6.731,04	6.731,04	81.015,16	85.000,00
Transferências da LC 61/1989	12.047,22	12.733,27	13.307,26	14.157,66	13.697,18	15.061,43	11.835,65	14.291,55	13.409,47	13.482,38	15.145,81	14.172,94	163.341,82	165.000,00
Transferências do FUNDEF	474.469,94	474.296,06	686.263,61	679.765,86	924.830,04	692.338,01	707.700,61	522.908,96	649.247,14	522.263,00	486.453,39	621.514,88	7.442.051,50	7.200.000,00
Outras transferências correntes	267.220,85	328.816,30	280.693,17	1.386.545,29	169.664,79	398.574,00	483.454,43	398.516,29	465.091,97	264.178,80	1.026.161,48	332.221,03	5.801.138,40	4.640.500,00
Outras receitas correntes	9.538,91	13.754,68	25.069,87	122.010,18	13.648,02	7.833,35	13.988,59	20.218,15	9.770,16	62.134,69	134.739,50	14.235,79	446.941,89	160.000,00
DEDUÇÕES (II)	392.115,92	529.422,85	652.561,86	717.361,81	739.683,69	537.515,29	491.746,51	453.585,66	538.415,34	463.147,69	519.516,60	481.259,62	6.516.332,84	6.530.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência e Rendim. Aplic. Financeiras RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação financ. entre regimes previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.160,31	0,00	122.160,31	0,00
Dedução da receita para formação do FUNDEF	392.115,92	529.422,85	652.561,86	717.361,81	739.683,69	537.515,29	491.746,51	453.585,66	538.415,34	463.147,69	397.356,29	481.259,62	6.394.172,53	6.530.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.625.257,12	3.212.208,14	3.883.845,53	5.699.311,33	4.528.170,02	3.567.116,82	3.726.908,16	3.370.929,24	3.716.433,39	3.120.228,48	3.467.582,33	9.608.963,05	50.526.953,61	44.924.000,99

Publicado por:
Thiago Paulino dos Santos
Código Identificador:0A722C42